

Edital 11/2024

Informações Básicas



Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	510178-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE I	DIOGO BALDINI DIAS	27/09/2024 12:18 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90118/2023	35014.364759 /2023-48

Capa/Preâmbulo Edital

Capa/Preâmbulo Edital.



**PREGÃO
ELETRÔNICO**
90011/2024

CONTRATANTE (UASG)
(510178)

OBJETO


Contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte terrestre individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Superintendência Regional Sudeste I e suas unidades jurisdicionadas no Estado de São Paulo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 7.466.821,80 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 21/10/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
[menor preço por item/grupo]

MODO DE DISPUTA:
[aberto]



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

1. DO OBJETO

Sumário

1. DO OBJETO.
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.
6. DA FASE DE JULGAMENTO.
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.
8. DOS RECURSOS.
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

EDITAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

(Processo Administrativo nº 35014.364759/2023-48)

Torna-se público que o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, por meio da Superintendência Regional Sudeste I, sediada no Viaduto Santa Ifigênia, nº 266, Centro, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de intermediação e agenciamento de transporte terrestre individual remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Superintendência Regional Sudeste I e suas unidades subordinadas no estado de São Paulo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6 Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7 O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10 O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12 A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca

4.1.3 Fabricante

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (**noventa**) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será conforme tabela abaixo:

Item	Valor (R\$)
1	R\$ 12,45
2	R\$ 44,10
3	R\$ 11,70
4	R\$ 15,15
5	R\$ 6,00
6	R\$ 7,50
7	R\$ 9,30
8	R\$ 6,00
9	R\$ 6,00
10	R\$ 7,50
11	R\$ 3,00
12	R\$ 7,80

13	R\$ 6,00
14	R\$ 4,35
15	R\$ 15,90
16	R\$ 6,00
17	R\$ 6,00
18	R\$ 6,00
19	R\$ 6,00

5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, **na hipótese da proposta** do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o pregoeiro **poderá** negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.7 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, mediante comunicação ao(s) licitante(s).

5.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1 SICAF;

6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

6.7.1 conter vícios insanáveis;

6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ns de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou, preferencialmente, em formato digital.

7.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9 O licitante deverá apresentar, **sob pena de desclassificação**, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e [

7.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes ecácia para fins de habilitação e classificação.

7.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

8.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico o **<https://sei.inss.gov.br/>**

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 9.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 9.1.5 fraudar a licitação
 - 9.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 9.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e /ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1 advertência;
 - 9.2.2 multa;
 - 9.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 1.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 1.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 1.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 1.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 1.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (**cinco**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIME

10. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s)*: envio de mensagem eletrônica para o e-mail **serlic.srse1@inss.gov.br**

10.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>

11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.1.1 **ANEXO I** - Estudo Técnico Preliminar 04/2024 (16163569)

11.1.1.1 **ANEXO I** - Pesquisa de preços (17248863)

11.1.1.2 **ANEXO II**- Estimativa de Quantidade (16163583)

11.1.1.3 **ANEXO III** - Tarifas Municipais (16163585)

11.1.1.4 **ANEXO IV** - Pesquisa sobre taxa de ADM (16163593)

11.1.5 **ANEXO II** - Termo de Referência 14/2024 (17248888)

11.1.6.1 - Apêndice do **Anexo II** - IMR

11.1.7 **ANEXO III** - Minuta de Termo de Contrato nº 04/2024 (17387631)

11.1.8 **ANEXO IV** - Modelo de Proposta (16286828)

São Paulo, 27 de setembro de 2024

SÉRGIO CHEQUE BERNARDO

Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística - SRSE-I

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Coordenador de Gestão de Orçamento, Finanças e Logística - SRSE-I

SERGIO CHEQUE BERNARDO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/09/2024 às 12:18:03.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 04- 2024 (16163569) e seus anexos I a IV.pdf (28.46 MB)
- Anexo II - ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA.xls (28.5 KB)
- Anexo III - Anexo I - Pesquisa de Preços (17248863).pdf (5.26 MB)
- Anexo IV - ANEXO II-Termo de Referência 142024 (17248888).pdf (330.76 KB)
- Anexo V - Anexo III- Minuta de Termo de Contrato n 04-2024 (17387631).pdf (92.03 KB)

**Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 04- 2024
(16163569) e seus anexos I a IV.pdf**

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.364759/2023-48

2. Descrição da necessidade

2.1 OBJETO

2.1.1 O presente documento apresenta os resultados dos estudos e levantamentos relativos ao transporte dos servidores da Superintendência Regional Sudeste I e unidades jurisdicionadas para realização de nova licitação.

2.1.2 Ao final, analisa a viabilidade da contratação, bem como compila as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

2.2. JUSTIFICATIVA

2.2.1 A justificativa para a pretensa contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte terrestre individual remunerado de passageiros, para as unidades vinculadas à SR-I no Estado de São Paulo além de descrita no Documento de Formalização da Demanda - Doc. SEI 13331877, justifica-se pela necessidade de propiciar o transporte de servidores, empregados e colaboradores a serviço do INSS para que possam promover a prestação de suas funções institucionais, no âmbito do Estado de São Paulo, visando sempre a boa manutenção dos serviços prestados na concessão inicial de direitos.

2.2.2. As situações acima relatadas podem representar um impacto direto na qualidade e na continuidade do atendimento prestado aos cidadãos nas Agências da Previdência Social, bem como no funcionamento das unidades administrativas do Instituto, ocasionando perda de produtividade, insatisfação de servidores e cidadãos e, conseqüentemente, prejuízos à imagem institucional.

2.2.3 A contratação de transporte por demanda, seguindo o disposto no Decreto 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, que versa sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, mostra-se como opção vantajosa, considerando ainda que a frota atual da SRSE-I é composta por 41 veículos, que dependem de manutenção e outras contratações acessórias (seguro, combustível, pedágio, manutenção, entre outras) para se tornarem aptos ao uso.

2.2.4. A contratação desses serviços visa suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632, de 07.05.1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. O quadro de motoristas oficiais disponível no INSS e que atende as diversas demandas apresentadas pela Instituição, está limitado em número de profissionais, visto que se trata de uma categoria já extinta, não sendo possível a utilização desses servidores para todas as Gerências Executivas.

2.3 OBJETIVO

2.3.1 O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado em observância ao art. 18. da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, seguindo o que dispõe a Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020, tem por objetivo realizar o planejamento para atender a demanda da Superintendência Regional I do INSS e suas unidades vinculadas, bem como, Gerências Executivas e respectivas Agências da Previdência Social em todo o estado de São Paulo.

2.4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

2.4.1. Complementa-se que os serviços objeto do presente ETP são serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações de mercado. Enquadra-se, ainda, nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se atividade acessória, instrumental ou complementar às áreas de competência legal do INSS, não inerente às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargo.

2.4.2. A prestação do serviços não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Logística, Licitações e Contratos	Klaus Josef Ruf Tenorio

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Requisitos legais

4.1.1. Deverão ser observadas todas as normas atinentes à execução do objeto dos autos, legislação específica aplicável aos serviços especificados, bem como, normas ambientais aplicáveis.

4.1.2. Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

4.1.3 Leis:

4.1.3.1 Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.1.3.2 Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências.

4.1.4 Decretos:

4.1.4.1 Decreto nº 9.507/18: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.1.4.2 Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022: Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.4.3 Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

4.1.4.4 Decreto nº 9.287/2018: Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.5 Instruções Normativas:

4.1.5.1 Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

4.1.5.2 Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.5.3 Instrução Normativa SG/MPDG nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

4.1.5.4 Instrução normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.1.5.5 Instrução normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

4.1.5.6 Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de maio de 2008: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

4.1.5.7 Instrução Normativa SG/MPDG nº 10, de 23 de novembro de 2018: Estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal e entorno.

4.2 Requisitos de manutenção

4.2.1 Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos equipamentos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada, devendo os equipamentos e materiais estarem em perfeito estado de conservação.

4.2.2 As manutenções necessárias, incluindo soluções tecnológicas e equipamentos, devem ser previstas de forma a manter a prestação dos serviços de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento das unidades do INSS e natureza de atividades realizadas pelas áreas.

4.3 Requisitos Temporais

4.3.1 O prazo para execução do futuro contrato será de 30 (trinta) meses, prorrogável por igual período, limitado a 10 anos, contados a partir da assinatura do contrato (artigo 107 da Lei 14.133/2021), podendo ser rescindido unilateralmente, a critério do INSS, caso outra solução mais vantajosa esteja disponível.

4.4 Requisitos de Segurança

4.4.1 Os prestadores de serviço deverão adequar-se às regras de segurança, ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997), bem como, atentar-se quanto à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018).

4.5 Requisitos Sociais, ambientais e culturais

4.5.1 Durante a execução do serviço, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e com o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais, como, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.5.2 A Contratada deverá observar a legislação ambiental, em conformidade ao previsto no Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, bem como o arcabouço legal inerente à execução da atividade objeto dos futuro contrato:

- a) Resolução CONAMA nº18/1986 que dispõe sobre a criação do programa de controle de Poluição do Ar por veículos Automotores — PROCONVE
- b) Lei Federal nº 8723/1993 que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e da outras providências
- c) Resolução CONAMA nº226/1997 que estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores
- d) Decreto nº53.989/2013 que dispõe sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular no Município de São Paulo
- e) Lei nº15.688/2013 que dispõe sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular no Município de São Paulo
- f) Lei nº8723/1993 que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores

4.6 Requisitos profissionais

4.6.1 Devem ser observadas as legislações pertinentes para o Estado de São Paulo referente à modalidade escolhida, especialmente no que tange a Lei nº 12.587/2012 e suas alterações.

4.6.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e art. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017;

4.7 Requisitos de metodologia de trabalho

4.7.1 As empresas participantes deverão fornecer toda a tecnologia necessária, tendo abrangência no Estado de São Paulo, conforme ditames previstos no Edital e seus anexos.

4.7.2 A solução de transporte deve estar disponível de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento das unidades do INSS e natureza de atividades realizadas pelas áreas.

4.7.3 O sistema deverá permitir a gestão centralizada da utilização dos serviços por sistema web, com ganhos de eficiência e eficácia operacional, permitindo controle de gastos e de solicitações, com controle de acesso e subdivisão de usuários cadastrados em grupos de representação dos setores das unidades, permitindo ainda o relatório das viagens realizadas, com informações distância, origem, destino, horários de solicitação, de início do atendimento e de encerramento da viagem, mapa da trajetória realizado.

4.8 Requisitos de qualificação técnica

4.8.1 A fim de garantir que os serviços sejam prestados conforme termos contratuais, a empresa deverá comprovar que já executou objeto compatível com o que está sendo licitado, em quantitativo não inferior a 25% do total de corridas previstas para o grupo ofertado no período de um ano ou menos, podendo ser aceito o somatório de atestados.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Efetivado levantamento de mercado, verificou-se as seguintes soluções para a contratação do pretendo objeto:

Solução 1- A contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte terrestre individual remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile.

Atual modelo utilizado pela Superintendência Regional Sudeste I, e semelhante ao TáxiGov, serviço de transporte anterior ao Mobgov, descrito na solução 2.

Solução 2 - Contratação de ferramenta de integração, em que, no momento da solicitação, é realizada cotação em diversas empresas prestadoras, agenciadoras e/ou intermediadoras de serviços de transporte, previamente credenciadas e com seus sistemas interligados ao da empresa contratada, permitindo, assim, uma diversidade de fornecedores de serviço, mas unificados em uma única plataforma.

Este modelo tem como prerrogativa trazer maior facilidade ao usuário e simplicidade administrativa contratual, havendo comparação de preços no momento da solicitação.

Na Administração Pública Federal, esse modelo está em fase de implantação e testes através do Mobgov (disponível em: <<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/mobgov>> . Acessado em 07/02/2024, às 15:07h.).

Por meio dele, os servidores, empregados e colaboradores em serviço poderão se deslocar para a execução de ações administrativas dos órgãos. O Mobgov é uma evolução do TáxiGov, em que se deixa de ter um único fornecedor por estado, com contratações individuais, passando para uma sistemática nacional, na qual vários prestadores de serviço de transporte são credenciados, em formato semelhante ao serviço de Compra Direta de Passagens Aéreas, centralizados em uma única ferramenta integradora.

O Mobgov, apesar de ser uma evolução de um modelo já existente, é uma mudança substancial. Ainda, a contratação desse tipo de solução demanda extenso e complexo planejamento por incluir vários tipos de contratação, incluindo o desenvolvimento de solução agregadora entre os sistemas das empresas envolvidas na prestação do serviço e o credenciamento de empresas prestadoras, agenciadoras e/ou intermediadoras de serviços de transporte. Portanto, esse modelo, apesar de promissor, ainda carece de amadurecimento dentro da Administração Pública Federal.

Por esse motivo, a Central de Compras entendeu por mantê-lo, neste primeiro momento, disponível apenas para os órgãos da Administração Pública Federal direta em todo o país. A implantação se dará por meio de ondas em cronograma a ser disponibilizado futuramente.

Solução 3 - A Contratação de serviço de transporte mediante locação de veículos com motoristas em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

Forma obsoleta visto que é contrária às evoluções mercadológicas desse tipo de serviço, contrária inclusive ao que preconiza o Ministério do Planejamento, que vem adotando modelos como o TaxiGov e MobGov. Esse modelo, ainda, possui grande desvantagem econômica, visto que prevê o pagamento pela desmobilização do veículo, pela gestão de mão de obra terceirizada e pagamento de veículo e motorista pelo período em que não há demanda programada, custos esses que podem ser diluídos pela Contratada em demandas de diversos Contratantes nos outros modelos utilizados pela Administração Pública Federal.

5.2 Para fim de comparação entre as soluções 1 e 3, foi realizada a comparação, por amostragem, de gastos entre o serviço de intermediação e agenciamento de serviços de transporte, prestado através do Contrato nº 04/2019, e as locações de veículos com motorista em regime de dedicação exclusiva de mão de obra que antecederam essa contratação nas Gerências Executivas (GEX) de Presidente Prudente (Processo nº 35423.000122/2017-66, Contrato nº 1/2018), Araraquara (Processo nº 37298.000635/2018-66, Contrato nº 37/2018), São José do Rio Preto (Processo nº 37298.000635/2018-66, Contrato nº 37/2018), Jundiaí (Processo nº 35406.000212/2018-46, Contrato nº 22/2018) e Sorocaba (Processos nº 35443.000030/2018-29 e 35443.000664/2012-96, Contratos nº 20/2018 e 6/2013), resultando na tabela abaixo:

Gerência Executiva	Redução nos 6 meses após migração para o contrato 04/2019	Redução em comparação aos últimos 6 meses de 20231
PRESIDENTE PRUDENTE	53,13%	75,90%
ARARAQUARA	68,50%	90,89%
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	37,82%	25,60%
JUNDIAÍ	90,59%	98,17%
SOROCABA	95,23%	46,33%
Média	69,05%	67,38%

5.3 Para esse estudo, foram desconsideradas as últimas competências dos contratos de locação, por normalmente não abrangerem meses completos, e não foram considerados os meses logo após a migração para os serviços do Contrato 04/2019, pois foi verificada a necessidade de algum meses até o pleno uso pelas GEX.

5.4 Assim, foi verificado nessas Gerências Executivas a redução média de 69,05% dos custos com transporte após migração para o serviço de intermediação e agenciamento de serviços de transporte. Em comparação com a demanda atual registrada por essas GEX, mesmo desconsiderando qualquer reajuste que os contratos de locação teriam direito se vigentes até os dias atuais, a redução dos custos manteve-se em 67,38%. Com a atualização dos valores de locação, essa diferença seria ainda maior.

5.5 Pela planilha comparativa, foi verificado também que os serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte teve melhor adaptação à variação de demanda de cada unidade, com grande variação de gastos em cada mês, enquanto o custos nos serviços de locação mantiveram-se praticamente fixos, pois, neles, o maior custo é exatamente da parcela fixa, composta pela disponibilização dos veículos, salários, e obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5.6 Ainda, considerando a experiência decorrente da última licitação centralizada na SR-I realizada com tal escopo, através do Processo 35664.000261/2018-38 (serviço continuado), verifica-se que, diante da grande demanda advinda das unidades do INSS, faz-se necessário efetivar-se contratação continuada, haja vista que a necessidade não é pontual, mas sim, recorrente.

5.7 Desse modo, o Sistema de Registro de Preços não é a melhor opção diante da contínua demanda apresentada pelas unidades vinculadas à SR-I, pois não estão presentes os requisitos listados no art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

"

5.8 Tem-se que, a continuidade dos serviços é essencial para manter o funcionamento das unidades. Nesse sentido, cumpre destacar: "29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional." (TCU. Acórdão n.º 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)"

5.9 Sabe-se também que o INSS constituiu grupo de trabalho a fim de realizar estudo e apresentar diretrizes gerais para contratação de serviços de transporte, através da Portaria Dirofl/INSS nº 46, de 28 de março de 2023 (11086895), porém sem conclusão de suas atividades até a presente data. Sendo assim, a solução a ser adotada pela SRSE-I poderá ser reavaliada caso os trabalhos resultem em novas diretrizes e soluções.

5.10 Isto posto, diante da análise das soluções adotadas pelos órgãos, dos serviços ofertados no mercado, bem como, da experiência em face da última contratação realizada tem-se que a melhor solução é a solução descrita como "1", no item 5.1 do presente documento.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução mais eficiente encontrada para o atendimento da necessidade do INSS, baseada na experiência de contratação anterior, somada ao volume de demanda advinda das unidades, é a contratação de empresa especializada, através de serviço continuado, pelo período inicial de 30 (trinta) meses, prorrogável, nos limites legais, à critério da Administração, sob a forma de execução indireta.

6.2 O serviço de transporte deve estar disponível de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento das unidades do INSS, plantões e emergências.

6.3 O objeto do presente constituirá em: Contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, visando atender a Superintendência Regional Sudeste I e suas unidades jurisdicionadas no Estado de São Paulo.

6.4 Da especificação do objeto

6.4.1. Funcionalidades do sistema

6.4.1.1 O sistema da Contratada deverá dispor de, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- Cadastro dos usuários/passageiros, para uso dos serviços por meio de LOGIN e SENHA PESSOAL, vinculados a centro de custos, que poderão ser customizados pela CONTRATADA, conforme demanda do INSS;

- O cadastramento de USUÁRIOS deverá ser realizado pela CONTRATADA, mediante fornecimento pelo INSS, de arquivo eletrônico com os dados dos USUÁRIOS a serem incluídos ou atualizados;
- Acesso para gerenciamento, pelo INSS, dos usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários do sistema;
- Estabelecimento de perfis individuais dos usuários com definição de limites de utilização de cada um;
- Registro da avaliação dos serviços pelos usuários que funcione como filtro para a exclusão do condutor reprovado dos futuros atendimentos;
- Possibilidade de solicitação de corrida através de smartphone — no mínimo, em sistemas operacionais Android, iOS — e através de sistema customizável web por meio dos navegadores Chrome, Firefox e Edge.
- Aplicativo para o solicitante monitorar a corrida desde o instante da solicitação (mapa de acompanhamento do chamado), pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera, o início da corrida e a chegada ao destino final, por meio de envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro;
- Informação no aplicativo do smartphone da qual foi originada a chamada do nome e telefone do motorista, além da identificação do veículo, sendo requerida, no mínimo, a apresentação do número da placa e o modelo do veículo;
- O processamento do valor da corrida deverá ocorrer somente após a validação do usuário por meio de login e senha pessoal, previamente cadastrada pelo usuário;
- Disponibilização on-line dos dados das corridas para consulta do INSS, por meio de sistema web que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência, através de relatórios que poderão ser customizados pelo Fiscal do contrato;

6.4.1.2 A solução tecnológica a ser disponibilizada pela CONTRATADA para a execução dos serviços, contemplando as funcionalidades de operação e gestão, deverá atender aos seguintes requisitos:

- a. funcionamento ininterrupto, observada a tolerância prevista;
- b. acesso as funcionalidades por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com utilização de login e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;
- c. funcionalidades relacionadas à gestão do serviço contratado, que poderão ser acessadas pela aplicação web e funcionalidades operacionais, que poderão ser acessadas pela aplicação web e aplicativo mobile;
- d. desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero virgula cinco) segundos;
- e. site de hospedagem localizado em território brasileiro e com certificado SECURE SOCKETS LAYER;
- f. resistente a CROSS-SITE REQUEST FORGERY;
- g. resistente a CROSS-SITE SCRIPTING;
- h. resistente a INJECTION;
- i. possuir características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;
- j. trilhas de auditoria estabelecidas e geração de log de todos os acessos realizados e de inclusões, alterações e exclusões realizadas nas bases de dados;
- k. compatibilidade da aplicação web com os navegadores que suportam a linguagem HTML5, sendo o mínimo aceitável compatibilidade com os navegadores Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari; e, no caso de acesso através de smartphones, a compatibilidade mínima aceitável será com os sistemas operacionais Android e iOS;
- l. manutenção da base de dados e respectivo histórico de inclusões, alterações e exclusões por período mínimo de 6 (seis) anos;
- m. acesso à base e log de dados e trilhas de auditoria da solução tecnológica pela CONTRATANTE, a qualquer tempo e sem necessidade de autorização prévia;
- n. fornecimento de backup da base de dados e log de dados e trilhas de auditoria para a CONTRATANTE, acompanhada de modelagem e dicionário de dados, na periodicidade que for solicitado;
- o. conciliação eletrônica entre corridas atestadas pelas UNIDADES CENTRAIS e SETORIAIS e faturas apuradas pela CONTRATADA.

6.4.1.3 O sistema web e o sistema mobile disponibilizado pela CONTRATADA, consideradas as condições e especificações constantes neste documento, deverá contemplar funcionalidades para a operação e gestão dos serviços, atendendo as seguintes situações:

- CADASTRO (INCLUSÃO/ALTERAÇÃO/EXCLUSÃO)

a. cadastramento das UNIDADES, com os respectivos dados: código, nome, sigla, tipo da unidade, telefone e e-mail corporativo; código da UNIDADE CENTRAL vinculante, código da UNIDADE SETORIAL, código da UNIDADE SETORIAL subordinante, data e código do motivo de bloqueio ou exclusão do serviço;

b. cadastramento de USUÁRIOS, com os seguintes dados: matrícula, CPF, nome e nome social; DDD e número do telefone celular, telefone e e-mail corporativos; código do perfil de acesso; código da UNIDADE SETORIAL de vinculação; código de perfil de ateste, data e código do motivo de bloqueio ou exclusão do serviço; horário limite de serviço e fim para utilização do serviço; dias da semana liberados para utilização do serviço; valor limite de despesa por corrida; valor limite da despesa por mês; indicador de necessidade de aprovação prévia de solicitação de corridas;

c. cadastramento de tipos de unidade, com os seguintes dados: 1. UNIDADE e 2. UNIDADE SETORIAL;

d. cadastramento de perfis de acesso, com os seguintes dados: código e nome de tipo de unidade, sendo 1 - UNIDADE e 2 — UNIDADE SETORIAL;

e. Cadastramento de perfis de acesso, com os seguintes dados: código e nome do perfil, sendo 1 - GESTOR CENTRAL, 2 GESTOR DE UNIDADE, 3 - GESTOR DE UNIDADE SETORIAL, 4 — USUÁRIO e 5 — CONTROLE/FISCALIZAÇÃO, com funcionalidades da solução tecnológica para cada um dos perfis definidos pela CONTRATANTE;

f. Cadastramento de motivos de solicitação e cancelamento do serviço, com os seguintes dados: código e descrição do motivo da solicitação;

g. Cadastramento de motivos de bloqueio e exclusão do serviço, com os seguintes dados: código e descrição do motivo de bloqueio ou exclusão;

h. Cadastramento de notas de avaliação de transporte corporativo e condutores, com os seguintes dados: nota e descrição da nota;

i. Cadastramento dos limites de despesas para custeio do serviço, com os seguintes dados: código da UNIDADE SETORIAL; ano civil e valores dos limites de despesas, podendo haver acréscimos e decréscimos ao valor inicialmente registrado.

- LIMITES DE DESPESAS

a. Controle dos valores e saldos dos limites de despesas, por UNIDADE e por ano civil, correspondente aos valores dos limites cadastrados, deduzidos os valores das corridas executadas pelos USUÁRIOS vinculados direta ou indiretamente;

b. Controle dos valores das despesas com corridas realizadas pelos USUÁRIOS, por mês.

- SENHA

a. Cadastramento de senha pelo USUÁRIO, precedido de envio das necessárias instruções para E-MAIL ou SMS, após o seu cadastramento na solução tecnológica da CONTRATADA;

b. Alteração de senha pelo USUÁRIO, de acordo com a conveniência deste, com encaminhamento de informações desta operação para E-MAIL ou SMS.

- CORRIDA

a. Solicitação da corrida pelo USUÁRIO, exigindo: endereços de origem e destino; data e horário de atendimento, no caso de agendamento; necessidade de VEÍCULO ADAPTADO, quando for o caso; motivo da solicitação, quantidade de passageiros e indicação de compartilhamento, se for o caso;

b. Autorização prévia das solicitações de corridas pelo GESTOR DE UNIDADE quando o cadastro do USUÁRIO solicitante indicar tal necessidade ou quando os seus valores limites de despesas por corrida ou despesas por mês forem atingidos, considerado o valor previsto da corrida solicitada, devendo a UNIDADE de vinculação do USUÁRIO e o respectivo GESTOR DE UNIDADE serem notificados por E-MAIL;

c. Acompanhamento da solicitação da corrida pelo USUÁRIO, em tempo real, exigindo-se: encaminhamento de informações da solicitação para o seu E-MAIL e mensagem na aplicação web e aplicativo mobile; tempo estimado para chegada do transporte corporativo no endereço de origem; valor estimado; identificação do transporte corporativo e condutor; imagem geoprocessada do percurso desde a aceitação da corrida até o endereço de origem; encaminhamento de informação da chegada do transporte corporativo no endereço de origem para o seu E-MAIL e mensagem na aplicação web e no aplicativo mobile;

- d. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, sem ônus para a CONTRATANTE, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais do chamado;
- e. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do USUÁRIO no VEÍCULO), com ônus para a CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;
- f. cancelamento da solicitação, após a chegada do veículo no endereço de origem, quando transcorrido o prazo de 5 (cinco) minutos sem a chegada do USUÁRIO para início do atendimento, a critério do MOTORISTA, com ônus para a CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;
- g. Acompanhamento da corrida pelo USUÁRIO, em tempo real, exigindo-se: encaminhamento de informação sobre o início através de mensagem na aplicação web e no aplicativo mobile; tempo estimado para finalização; imagem geoprocessada do percurso;
- h. Confirmação da realização da corrida pelo USUÁRIO que, por qualquer motivo, não a finalizou com o uso do seu telefone celular ou, alternativamente, do condutor, exigindo-se: valor da corrida; informações para avaliação do transporte corporativo e do condutor;
- i. Acompanhamento da finalização da corrida pelo USUÁRIO, em tempo real, exigindo-se: encaminhamento de informações sobre a finalização para o seu E-MAIL e mensagem na aplicação web e no aplicativo mobile, contendo: endereços de origem e destino, tempo desde o início até o final, data e horário de início e fim da corrida, imagem geoprocessada do percurso, valor da corrida; quilometragem percorrida, avaliação do transporte corporativo e do condutor.

- COMPARTILHAMENTO

- a. Compartilhamento de corridas por até 4 (quatro) USUÁRIOS da CONTRATANTE, sendo tal indicação realizada quando das solicitações das corridas;
- b. Observado o percurso inicial da corrida, o destino final poderá ser alterado em razão do embarque de outros USUÁRIOS;
- c. O tempo a ser cedido pelo motorista para embarque do segundo USUÁRIO e subsequentes deverá ser de no mínimo de 5 (cinco) minutos após a chegada do transporte corporativo;
- d. O compartilhamento de corridas poderá ser realizado apenas mediante solicitação do USUÁRIO e entre passageiros a serviço do INSS.

- MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

- a. Consultas e geração de relatórios customizados relacionados a todos os cadastros e serviços executados, em tempo real, incluindo gráficos, com possibilidade de parametrização para seleção e geração por: ÓRGÃO; tipos de unidade; UNIDADE SETORIAL ou UNIDADE; perfil de acesso; USUÁRIO; valor e saldo dos limites de despesas; datas ou períodos; motivos de solicitação de serviço, percurso, motivo de bloqueio e exclusão de serviço; informações das corridas executadas, inclusive imagens de percurso geoprocessadas;
- b. Exportação dos dados das consultas para arquivos no formato XLS, XML e/ou outros formatos que permitam edição e manipulação de dados;
- c. Geração de relatórios no formato PDF.

- ATESTE

- a. O usuário que solicitou a viagem deverá confirmar os dados da viagem já encerrada, registrando seu ateste ou o motivo da contestação;
- b. Ateste pelo GESTOR DA UNIDADE ou pelo USUÁRIO com perfil de CONTROLE/FISCALIZAÇÃO daquela UNIDADE ou UNIDADE SETORIAL, individualmente ou em grupo, das corridas concluídas e confirmadas pelos USUÁRIOS solicitantes, com encaminhamento diário de informação de atestes pendentes para o E-MAIL da UNIDADE SETORIAL e respectivo USUÁRIO com perfil de ateste, com registro na base de dados da solução tecnológica da data do ateste e da matrícula de quem o realizou;

- PAGAMENTO

- a. Disponibilização de nota fiscal/fatura correspondente aos valores das corridas executadas no período de pagamento contratado, discriminando os valores de impostos e contribuições incidentes devidos pela CONTRATADA, quando houver, acompanhada de

relatório que discrimine todos os dados mínimos necessários das corridas: ÓRGÃO; UNIDADE; UNIDADE SETORIAL; matrícula e nome do USUÁRIO; data e horário de início e fim da corrida; endereços de origem e destino da solicitação; local de embarque e desembarque; tempo entre solicitação e disponibilização do transporte corporativo; tempo de viagem; transporte corporativo e condutor; distância percorrida; notas de avaliação do transporte corporativo e condutor; data e nome do USUÁRIO que realizou o ateste; valor da corrida, glosa, multa, impostos e contribuições.

- DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades estabelecidas acima deverão ser associadas a cada um dos perfis de acesso, destacando-se que o GESTOR CENTRAL deve ter acesso pleno aos dados e informações de todas as UNIDADES, os GESTORES DE UNIDADE devem ter acesso limitado à UNIDADE que está vinculado e os GESTORES DE UNIDADE SETORIAL devem estar limitados à UNIDADE SETORIAL a que estão vinculados e os demais USUÁRIOS somente às funcionalidades diretamente relacionadas à solicitação e finalização de corridas e àquelas que se vinculam às senhas pessoais;

b. As funcionalidades de cadastramento especificadas no subitem "CADASTRO (INCLUSÃO/ALTERAÇÃO/EXCLUSÃO)" deverão possibilitar o registro na base de dados da solução tecnológica considerando o tamanho e formato dos dados utilizados nos sistemas eletrônicos da CONTRATADA e, também, possibilitar modificações, com armazenamento histórico dos dados incluídos e modificados, juntamente com a data da modificação e matrícula do executor da operação;

c. As funcionalidades referentes aos cadastramentos especificados nas letras "a", "b" e "c" do subitem "CADASTRO (INCLUSÃO/ALTERAÇÃO/EXCLUSÃO)" deverão ser possíveis de serem realizadas individualmente pela CONTRATANTE ou em lote, pela CONTRATADA, mediante o fornecimento de arquivo contendo os dados a serem cadastrados, consideradas as possibilidades de inclusão ou modificação de dados já cadastrados;

d. No caso de bloqueio de utilização de serviço para uma UNIDADE ou UNIDADE SETORIAL, todos os USUÁRIOS a ela vinculados deverão ser bloqueados automaticamente, exibindo-se mensagem específica quando de eventual solicitação de serviço;

e. As solicitações de atendimento somente deverão ser autorizadas quando houver saldo de limite de despesas na UNIDADE / UNIDADE SETORIAL que vincula direta ou indiretamente o USUÁRIO, exibindo-se mensagem específica no caso de eventual solicitação de serviço sem o necessário saldo;

f. Os E-MAILS das UNIDADES e dos USUÁRIOS devem obrigatoriamente ter extensão "gov.br";

g. Todos os dados e informações referentes as corridas executadas, especialmente as especificadas no subitem "CORRIDA" acima deverão ser registrados na base de dados da solução tecnológica da CONTRATADA, ficando disponíveis para consultas pela CONTRATANTE, conforme especificado neste documento.

6.4.2 Limites de despesas

6.4.2.1 Os valores dos limites de despesas de cada UNIDADE serão incluídos e atualizados por USUÁRIO com perfil GESTOR CENTRAL, por meio de funcionalidade da aplicação web, conforme especificado no subitem "LIMITES DE DESPESAS" deste TR, devendo haver:

a. controle dos saldos dos limites de despesas, mediante dedução dos valores das corridas de USUÁRIOS vinculados à UNIDADE SETORIAL;

b. liberação de possibilidade de solicitação de corrida somente para USUÁRIO vinculado UNIDADE SETORIAL que possua saldo de limite de despesas.

6.4.3 Senha

6.4.3.1 A senha para acesso ao aplicativo mobile será incluída e atualizada pelo USUÁRIO, por meio da funcionalidade da aplicação via web, do aplicativo e da central de atendimento, conforme especificado no subitem "SENHA" deste documento, devendo haver:

a. quando do cadastramento do USUÁRIO, encaminhamento de mensagem para E-MAIL ou SMS com informações sobre os procedimentos a serem adotados para a inclusão, especialmente para as situações de atualização ou para os casos de esquecimento da senha registrada;

b. encaminhamento de mensagem para E-MAIL ou SMS do USUÁRIO com confirmação de registro ou atualização de sua senha.

6.4.4 Corridas

6.4.4.1 A solicitação de corrida será realizada pelo USUÁRIO, por meio de funcionalidade da aplicação web ou aplicativo mobile, devendo ser observadas as seguintes condições:

- a. disponibilidade ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- b. possibilidade de agendar data e horário para atendimento;
- c. disponibilização do transporte corporativo no endereço de origem da corrida no prazo máximo de 15 (quinze) minutos ou, no caso de corrida agendada, no horário determinado na solicitação;
- c.l. opção para o USUÁRIO de cancelamento da solicitação da corrida sem ônus para a CONTRATANTE se transcorrido o tempo de 16 (dezesesseis) minutos sem que tenha havido a disponibilização do transporte no endereço fornecido. Nesse caso, a corrida deverá ser contabilizada como não atendida para fins de avaliação dos serviços e IMR;
- d. a chegada do transporte corporativo no endereço de origem deve ser informada ao USUÁRIO por meio de encaminhamento de mensagem para o aplicativo mobile, devendo o USUÁRIO ser aguardado pelo menos por 5 (cinco) minutos e, caso necessário descarregar bagagens, aguardar por pelo menos 05 (cinco) minutos o desembarque no destino;
- e. a tarifação da corrida somente será acionada no momento do embarque do USUÁRIO no transporte encerrando-se a apuração do valor da corrida quando da chegada no endereço de destino, devendo os horários de início e de encerramento da corrida serem registrados na solução tecnológica;
- f. não será admitida a cobrança de taxa extra pelo transporte de bagagem;
- g. o valor de eventual pagamento de pedágio deverá ser realizado pelo condutor e acrescido no valor da corrida, discriminado separadamente;
- h. o USUÁRIO deve confirmar a execução da corrida, inclusive o valor apurado, mediante o uso de sua senha pessoal, por meio de funcionalidade específica do aplicativo mobile, acessada em seu próprio telefone celular ou no do condutor ou, excepcionalmente e em momento posterior, em funcionalidade da aplicação web;
- i. o USUÁRIO com corrida não confirmada deve ser notificado de tal situação com encaminhamento de mensagem para o seu e-mail e/ou aplicativo;
- j. previamente à confirmação da finalização da corrida, o USUÁRIO deve avaliar o transporte corporativo e o condutor que executou a corrida, conforme especificado no Instrumento de Medição de Resultado;
- k. após a confirmação da finalização da corrida, deve ser encaminhada mensagem para o EMAIL do USUÁRIO com o histórico da corrida, contendo as seguintes informações: data e hora da solicitação; endereços de origem e destino; data e horário da chegada do transporte corporativo no endereço de origem; data e hora do início e finalização da corrida; valor da corrida; placa do transporte corporativo e nome do condutor; notas de avaliação do transporte corporativo e do condutor.

6.4.4.2. Para fins de faturamento e pagamento, a cobrança pela execução do serviço deve estar de acordo com os valores estabelecidos na legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal), quando houver, observadas ainda as eventuais glosas estabelecidas no IMR e eventuais multas.

6.4.4.3. Os veículos cadastrados no sistema da CONTRATADA obedecerão fielmente à legislação pertinente, em especial do Código de Trânsito Brasileiro — CTB e as normas do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN.

6.4.4.4. A CONTRATADA ao cadastrar o veículo e o motorista no sistema, deverá observar:

a) A CONTRATADA deverá garantir que todos os veículos cadastrados para prestação de serviços estejam com situação regular (licenciamento e DPVAT atualizados, bem como os demais documentos necessários para que os veículos possam prestar serviço), além de garantir que os condutores cadastrados possuam a carteira de habilitação corretamente enquadrada e não possuam fatos que possam desaboná-los.

b) A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos conforme disciplinado na legislação vigente (Federal, Estadual e Municipal), quando couber. Além disso, deverá a CONTRATADA disponibilizar para a CONTRATANTE todas as premissas e regras utilizadas para o cadastramento de veículos na plataforma, priorizando os seguintes dados: 1. Ano mínimo de fabricação aceito para prestação de serviços na plataforma; 2. Capacidade mínima de porta-malas; 3. Sistema de ar-condicionado; 4. Sistema de comunicação ou telefonia móvel.

6.4.4.5. A CONTRATADA deverá zelar pelo cumprimento dos seguintes deveres pelos condutores, exercendo a fiscalização necessária à garantia do cumprimento:

- a. atender ao cliente com presteza e polidez;

- b. trajar-se adequadamente para a função;
- c. manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;
- d. manter o sigilo das informações e conversas durante o trajeto;
- e. manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;
- f. obedecer à Lei nº 9.503/1977 — Código de Trânsito Brasileiro, bem como a legislação da localidade da execução do serviço.

6.4.5 Monitoramento e Acompanhamento

6.4.5.1 O monitoramento e o acompanhamento da execução dos serviços serão realizados pelo GESTOR CENTRAL e GESTORES DAS UNIDADES, considerando a abrangência de sua atuação, por meio de funcionalidades da aplicação web, conforme especificado no subitem "MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO" observando:

- a. consultas e geração de relatórios relacionados a todos os cadastros e serviços executados, em tempo real, com possibilidade de parametrização por: tipos de unidades — UNIDADE, UNIDADE SETORIAL; perfil de acesso; USUÁRIO; valor e saldo do limite de despesas; datas ou períodos; motivo de solicitação de serviço, motivo de bloqueio e exclusão de serviço; informações das corridas executadas, inclusive imagens geoprocessadas;
- b. possibilidade de exportação dos dados das consultas para arquivos no formato XLS, XML ou outro formato que permita edição e manipulação de dados;
- c. geração de relatórios no formato PDF.

6.4.5.2. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste documento.

6.4.6 Ateste

6.4.6.1 O ateste das corridas executadas será realizado pela UNIDADE SETORIAL, representada pelo GESTOR DE UNIDADE, individualmente ou em grupo de corridas, por meio de funcionalidade da aplicação web, conforme especificado na letra "a" do subitem "ATESTES", devendo haver encaminhamento diário de informação de atestes pendentes para o EMAIL da UNIDADE SETORIAL e respectivo USUÁRIO com perfil de ateste.

6.4.6.1.1. A UNIDADE SETORIAL deverá realizar o ateste de todas as corridas realizadas no mês pelos USUÁRIOS vinculados até a data prevista para envio do relatório de faturamento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo de km de todas as unidades, especificado pela SRSE-I e unidades vinculadas, está detalhado na Planilha anexa ao presente Estudo Técnico Preliminar Digital, a qual está encartada nos autos do Processo SEI nº 35014.364759/2023-48, sob o nº SEI 15225401.

7.2. Frisa-se que a quilometragem rodada (km) é a unidade de medida adotada para fins de aferição do quantitativo e respectivo pagamento pela execução dos serviços, eis que se trata de parâmetro objetivo de mensuração.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.466.821,80

8.1. A pesquisa de preço encontra-se apenas no Anexo I, resultando no valor mensal estimado de R\$ 248.894,06, e no valor global estimado para 30 meses de R\$ 7.466.821,80.

8.2 Os quantitativos apurados são uma expectativa de consumo, não vinculando a CONTRATANTE, eis que os serviços em tela ocorrerão sob demanda, conforme tabela abaixo:

ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE										
GRUPO	ITEM	UNIDADE	Estimativa mensal (com previsão de aumento de 25%)					TOTAL (A*D)+(B*C)+E	TOTAL 12 meses	TOTAL 30 meses
			Distância (km) "A"	Qt.d. "B"	Valor de Partida "C"	Valor/km "D"	Pedágio "E"			
1	1	SRSE-I	3.165	83	R\$ 6,00	R\$ 4,25	R\$ 749,93	R\$ 14.699,18	R\$ 176.390,16	R\$ 440.975,40
	2	SÃO PAULO	3.768	294	R\$ 6,00	R\$ 4,25	R\$ 955,72	R\$ 18.733,72	R\$ 224.804,64	R\$ 562.011,60
	3	OSASCO	1.785	78	R\$ 5,30	R\$ 4,00	R\$ 406,00	R\$ 7.959,40	R\$ 95.512,80	R\$ 238.782,00
	4	GUARULHOS	3.526	101	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 787,76	R\$ 15.447,26	R\$ 185.367,12	R\$ 463.417,80
	Total G1							R\$ 56.839,56	R\$ 682.074,72	R\$ 1.705.186,80
2	5	ABCD	2.400	40	R\$ 5,50	R\$ 3,92	R\$ 517,51	R\$ 10.145,51	R\$ 121.746,12	R\$ 304.365,30
	6	CAMPINAS	3.000	50	R\$ 4,85	R\$ 3,48	R\$ 574,18	R\$ 11.256,68	R\$ 135.080,16	R\$ 337.700,40
	7	VALE DO PARAÍBA	5.624	62	R\$ 5,50	R\$ 4,80	R\$ 1.469,40	R\$ 28.805,60	R\$ 345.667,20	R\$ 864.168,00
	8	JUNDIAÍ	3.480	40	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 662,20	R\$ 12.982,20	R\$ 155.786,40	R\$ 389.466,00
	9	SANTOS	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 2,70	R\$ 359,05	R\$ 7.039,05	R\$ 84.468,60	R\$ 211.171,50
Total G2							R\$ 70.229,04	R\$ 842.748,48	R\$ 2.106.871,20	
3	10	SOROCABA	2.864	50	R\$ 5,10	R\$ 5,10	R\$ 798,62	R\$ 15.660,02	R\$ 187.920,24	R\$ 469.800,60
	11	MARILIA	2.009	20	R\$ 6,50	R\$ 4,50	R\$ 493,08	R\$ 9.663,58	R\$ 115.962,96	R\$ 289.907,40
	12	BAURU	3.120	52	R\$ 5,00	R\$ 3,50	R\$ 600,93	R\$ 11.780,93	R\$ 141.371,16	R\$ 353.427,90
	13	PRESIDENTE PRUDENTE	2.400	40	R\$ 6,49	R\$ 3,28	R\$ 437,07	R\$ 8.568,67	R\$ 102.824,04	R\$ 257.060,10
	14	ARAÇATUBA	3.000	29	R\$ 5,89	R\$ 4,39	R\$ 717,07	R\$ 14.057,88	R\$ 168.694,56	R\$ 421.736,40
Total G3							R\$ 59.731,08	R\$ 716.772,96	R\$ 1.791.932,40	
4	15	PIRACICABA	6.375	106	R\$ 5,80	R\$ 3,35	R\$ 1.180,94	R\$ 23.151,99	R\$ 277.823,88	R\$ 694.559,70
	16	ARARAQUARA	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 3,80	R\$ 500,95	R\$ 9.820,95	R\$ 117.851,40	R\$ 294.628,50
	17	RIBEIRÃO PRETO	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 3,15	R\$ 417,10	R\$ 8.177,10	R\$ 98.125,20	R\$ 245.313,00
	18	SÃO JOSÉ PRETO DO RIO PRETO	2.400	40	R\$ 5,40	R\$ 4,10	R\$ 540,51	R\$ 10.596,51	R\$ 127.158,12	R\$ 317.895,30
	19	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2.400	40	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 527,83	R\$ 10.347,83	R\$ 124.173,96	R\$ 310.434,90
Total G4							R\$ 62.094,38	R\$ 745.132,56	R\$ 1.862.831,40	
TOTAL GERAL			58.516	1.245				R\$ 248.894,06	R\$ 2.986.728,72	R\$ 7.466.821,80

8.6 Com relação à possibilidade de discriminação de valor referente a de taxa de agenciamento em planilha de formação de preço, foi realizada pesquisa, anexa a este estudo, na qual ficou demonstrado não ser comum a sua prática. Conforme verificado na referida pesquisa, realizada em licitações semelhantes de vários órgãos públicos, tais custos já estão embutidos nos valores do km cobrado e de início acordados entre as empresas e os prestadores do serviços (motoristas). Ainda, conforme verificado na proposta vencedora que resultou na última contratação, esse custo foi, inclusive, listados como negativo, fugindo do pressuposto dessa rubrica, que seria de demonstrar o efetivo valor para da contratada.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação que se pretende efetivar, visa atender a demanda da Superintendência Regional I, suas Gerências Executivas e respectivas Agências da Previdência Social do INSS do estado de São Paulo.

9.2 O objeto da licitação ora questionada será parcelado em 04 (quatro) itens, segundo o critério de microrreção — localização e proximidade das Gerências Executivas, quantitativo de unidades a elas vinculadas,

9.3 A adoção dessa sistemática de parcelamento, possibilitará que várias empresas tenham condições de participar do certame, haja vista que a divisão de forma regionalizada propiciará o interesse das empresas do ramo, possibilitando, assim, a ampla gama de interessados e ampla competitividade de preços, conforme ditame legal estampado no artigo 47, inciso II, bem como, parágrafo primeiro, inciso III da Lei 14.133/21.

9.4 Cumpre observar-se que, a divisão realizada dessa forma, qual seja, regionalizada em 4 (quatro) grupos, propiciará a eficiência na administração da máquina pública, em razão do número de contratos possivelmente a serem celebrados, reduzindo-se custos de recursos humanos com a gestão, fiscalização, administrativos, operacionais, bem como, demais procedimentos inerentes aos instrumentos contratuais administrativos (prorrogações / reajustes).

9.5 Evidente que, dividir o objeto pelas 18 Gerências Executivas mais a SR-I (19 itens), acarretaria a inviabilidade dos trâmites processuais necessários, em razão do elevado número de contratos que poderia ser gerado e todos os trâmites a inerentes.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratação correlata ou interdependente à presente pretensa contratação.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, bem como no Plano de Ação do INSS para o exercício de 2024, aprovada pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 37, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023, enquadrando-se na ação: "Efetivar e manter o pacote de contratação dos serviços essenciais ao funcionamento do INSS".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para Superintendência Regional Sudeste I manter permanentemente atendidas as necessidades da administração, principalmente no que tange aos deslocamentos necessários para o bom andamento do negócio do INSS que é o reconhecimento inicial de direitos.

12.2 A contratação pretendida, será prestada de forma indireta e contínua, em conformidade com a legislação que disciplina tal matéria. Casos pontuais quanto ao quesito "transporte" deverão ser analisados individualmente, dando continuidade aos contratos de prestação de serviços já existentes, ainda que em modalidades diferentes.

12.3 Os serviços objeto da pretensa contratação são considerados serviços continuados, vez que sua interrupção comprometerá as atividades do Instituto, causando prejuízos a grande parcela da população.

12.4 Manter os níveis de planejamento, gestão e controle do processo de transporte de servidores para as unidades da SRSE-I.

12.5 Melhor utilização dos recursos financeiros, através da redução do custos com a ociosidade dos veículos contratados por outras modalidades, e também com a diminuição dos custos de gestão e contratação dos serviços acessórios necessários para a utilização de veículos próprios.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Nos termos do inciso XI, art. 7º, IN 40/2020, não há providências prévias à celebração do contrato a serem adotadas pela Administração quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; visto que há contrato com objeto similar vigente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Deverão ser observados, pela empresa contratada, todos os normativos técnicos que disciplinam o objeto da pretensa contratação.

14.2 Ao invés de adquirir novos veículos exclusivos para seu uso, a SRSE-I opta por contratar empresas que intermediam a contratação de motoristas por aplicativos, reduzindo a necessidade de produção de novos veículos, reduzindo o impacto ambiental quanto à emissão de gases poluentes que são gerados da circulação de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis.

14.3 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços, preferencialmente, deverão utilizar combustíveis limpos como ETANOL e Gás Natural Veicular - GNV, inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660/1998, ou híbridos, com características menos agressivas ao meio ambiente.

14.4 Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar

por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

14.5 Os taxistas ou motoristas deverão exigir que os fornecedores devem providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA/MMA nº 9, de 20/07/2021, conforme art. 33, inciso III, da Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos - e arts. 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

14.6 É recomendável que a contratada utilize rede de abastecimento e manutenção com práticas e diretrizes socioambientais onde existem boas práticas relativas ao reuso da água, coleta seletiva, entre outras.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Esta equipe de planejamento, com base nas justificativas e considerações discorridas no preste ETP, declara viável a contratação com base neste estudo, consoante artigo 9º, inciso XIII da Instrução Normativa SEGES nº 58 de 08.08.22, eis que, atenderá a necessidade do administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIELA RIBEIRO BAGAILO ERNANDES

Analista do Seguro Social



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 13:41:13.

RODRIGO CAETANO DE PAULA

Técnico do Seguro Social



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 14:43:53.

LEONARDO PESSOA

Analista do Seguro Social



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 13:39:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de Preços.pdf (6.49 MB)
- Anexo II - estimativa_de_quantidade (2).xlsx (14.04 KB)
- Anexo III - Tarifas Municipais.pdf (12.19 MB)
- Anexo IV - Pesquisa sobre taxa de ADM.pdf (11.47 MB)

Anexo I - Pesquisa de Preços.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
11/2024	510178	Concluída	GABRIELA RIBEIRO BAGAILO
Título: Serviço de intermediação e agenciamento de transporte individual de passageiros			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 113,271,8400	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
24198 - Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades	KILÔMETRO RODADO	28604
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 3,1700	R\$ 4,5056	R\$ 3,9600
Coeficiente de Variação: 31,2589%		
Desvio Padrão: 1,4084		
Maior Preço: R\$ 7,8700		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 8.937,650,0000	02/02/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
11320605910012024	02/02/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviço de transporte coletivo, para empregados e pessoas autorizadas pela INB, lotados na Unidade de Caetité/Ba, bem como realização de viagens, conforme condições, quantidades e características estabelecidas em Termo de Referência. O Edital e suplementos referentes a esta licitação estarão disponíveis no site da INB (www.inb.gov.br/licitacoes).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	113206	SISPP	Pregão
Fornecedor	ZAP EMPREENDIMENTOS LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de serviço de transporte coletivo, para empregados e pessoas autorizadas pela INB, lotados na Unidade de Caetité/Ba, bem como realização de viagens, conforme condições, quantidades e características estabelecidas em Termo de Referência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - Compras.gov.br	231000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 13,3100	31/01/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
11321005900012024	31/01/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de empresa especializada para transportar agentes públicos para o Laboratório de Poços de Caldas, unidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, conforme condições e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	113210	SISPP	Pregão
Fornecedor	TRANSWORK'S TRANSPORTES		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de serviços de empresa especializada para transporte de agentes públicos para o Laboratório de Poços de Caldas, unidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	9860	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,5500	31/01/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
19403506900012024	31/01/2024	1	Objeto: Contratação de serviços de transporteterrestre ou agenciamento /intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados ecolaboradores a serviço da Fundação Nacional do Povos Indigenas, por demanda e no âmbito do Distrito Federal/DF,
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	194035	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVICOS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	26065	KILÔMETRO RODADO	R\$ 5,7500	16/01/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98582105001212023	16/01/2024	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte escolar rodoviário intermunicipal e interestadual dos alunos de graduação e cursos técnicos não oferecidos no Município de Cantagalo-RJ
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	985821	SISPP	Pregão
Fornecedor			
SAGRES TRANSPORTE E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
R 02: CANTAGALO X ALÉM PARAÍBA 128,40 KM/DIA Saida Cantagalo: Terminal Rodoviário passando pela RJ 160 até a Fundação Educacional de Além Paraíba FEAP, Faculdade de Ciência e Saúde (Vila Laroca) e Faculdade de Ciências Jurídicase Gerenciais BR 116 Km01, Total de 1 (um) veículo,

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	92893	KILÔMETRO RODADO	R\$ 8,9100	16/01/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98582105001212023	16/01/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviço de transporte escolar rodoviário intermunicipal e interestadual dos alunos de graduação e cursos técnicos não oferecidos no Município de Cantagalo-RJ
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	985821	SISPP	Pregão
Fornecedor			
SAGRES TRANSPORTE E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

R 01: CANTAGALO X NOVA FRIBURGO 114,40 KM/DIA FACULDADE ESTÁCIO DE SÁSaída Cantagalo: Terminal Rodoviário - RJ 116, Nova Friburgo, Faculdade Estácio de Sá - (Jardim Sans Souci -Braunes), FACULDADE CÂNDIDO MENDES Saída Cantagalo: Terminal Rodoviário - RJ 116, até Universidade Cândido Mendes Bairro Village - Nova Friburgo, Total de até 04 (quatro) veículos.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,0000	12/01/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16015105000082023	12/01/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços especializado para o transporte rodoviário (fretamento eventual), incluindo veículos e motoristas devidamente habilitados para o transporte de pessoas em serviço, no âmbito municipal, intermunicipal e/ou interestadual e em território nacional sem dedicação exclusiva de mão de obra, para atender as necessidades do CONTRATANTE
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160151	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AMAV'S TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 11,0000	10/01/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45678205000422023	10/01/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	456782	SISRP	Pregão
Fornecedor			
ARV TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades - Serviço de transporte de passageiros para tender ao transporte d servidores da Fundetec, funcionários de empresas incubadas e condôminas, alunos de cursos, comitivas de empresários e participantes de feiras e eventos da Fundação; com capacidade mínima de 42 lugares, com ar-condicionado; o valor deverá contemplar gastos com combustível, motorista, manutenção, limpeza, pneus, depreciação do valor do veículo, encargos com nota fiscal, documentação do veículo e seguro dos funcionários, durante toda a duração do contrato o veículo não poderá ter mais de 20 anos de uso.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	350000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 9,9085	27/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98834905000992023	27/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte escolar em diversos roteiros, viagens de estudo e socorros, no Município de Sombrio /SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	988349	SISPP	Pregão
Fornecedor			
CIBELI VIAGENS E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Serviço de Transporte Escolar, CONFORME ROTAS DESCRITAS NO ITEM 1.5 do Termo de Referência do edital e necessidade da administração municipal.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9		ESTADO DO MARANHÃO - Compras, gov.br	500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,4000	21/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45374705000332023	21/12/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.
Esfera Estadual	UASG 453747	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Editais Acesse o Edital	Compra Acesse a compra
Descrição Detalhada Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10		ESTADO DO MARANHÃO - Compras, gov.br	400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,3000	21/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45374705000332023	21/12/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.
Esfera Estadual	UASG 453747	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Editais Acesse o Edital	Compra Acesse a compra
Descrição Detalhada Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras, gov.br	300	KILÔMETRO RODADO	R\$ 5,0000	21/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45374705000332023	21/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.
Esfera Estadual	UASG 453747	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Editais Acesse o Edital	Compra Acesse a compra
Descrição Detalhada Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras, gov.br	24000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,5600	21/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45374705000332023	21/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.
Esfera Estadual	UASG 453747	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Editais Acesse o Edital	Compra Acesse a compra
Descrição Detalhada Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	15000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8600	15/12/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
9002305000522023		15/12/2023		2		Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços continuados de transporte terrestre por demanda, fazendo uso de aplicativo para complemento do atendimento das demandas da Seção Judiciária do Distrito Federal SJDF.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		90023		SISPP		Pregão	
Fornecedor							
SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	10000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8100	15/12/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
9002305000522023		15/12/2023		1		Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços continuados de transporte terrestre por demanda, fazendo uso de aplicativo para complemento do atendimento das demandas da Seção Judiciária do Distrito Federal SJDF.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		90023		SISPP		Pregão	
Fornecedor							
SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

15		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	1000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,3400	14/12/2023	Não
----	--	---------------------------------------	------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	20	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

16		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	1000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,3400	14/12/2023	Não
----	--	---------------------------------------	------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	18	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

17		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	600	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	--	---------------------------------------	-----	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	16	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	EDVAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

18		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	20400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	--	---------------------------------------	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	14	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	20400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 17,5000	14/12/2023	Não
----	---	---------------------------------------	-------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	1200	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	---------------------------------------	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	7800	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	---------------------------------------	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	8	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	EDVAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	1500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	---------------------------------------	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	6	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	33500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,3400	14/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão

Fornecedor
AMAV'S TURISMO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	3500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,3400	14/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão

Fornecedor
AMAV'S TURISMO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-SP - Compras.gov.br	4650	KILÔMETRO RODADO	R\$ 5,1000	14/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38946106000582023	14/12/2023	1	Objeto: Contratação por dispensa de licitação de empresa especializada para prestação dos serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo mobile, plataforma web, com apoio operacional e tratamento de dados, por meio de sistema web de controle, acompanhamento de corridas e outros serviços de informação na internet, para o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo CRF-SP, conforme condições no Edital.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389461	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
COOPERATIVA UNIAO SERV DOS TAXISTAS AUTONOMOS DE S.P.			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

contratação por dispensa de licitação de empresa especializada para prestação dos serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo mobile, plataforma web, com apoio operacional e tratamento de dados, por meio de sistema web de controle, acompanhamento de corridas e outros serviços de informação na internet, para o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo CRF-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1100	KILÔMETRO RODADO	R\$ 16,0000	08/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012806000722023	08/12/2023	1	Objeto: ONTRATAÇÃO de serviços de transporte eventual de servidores e colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240128	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
PATRICIA FONSECA COSTA GOULART 03565666684			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ONTRATAÇÃO de serviços de transporte eventual de servidores e colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica. Etapa 2023/2024.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	81948	KILÔMETRO RODADO	R\$ 14,0000	06/11/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
925172050001472023	06/11/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, visando atender as necessidades da administração pública direta e indireta do município de porto velho, pelo período de 12 (doze) meses
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925172	SISPP	Pregão
Fornecedor			
BLL LOGISTICA LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Ônibus tipo rodoviário adaptado as condições de acessibilidade às pessoas comdeficiência ou com mobilidade reduzida, com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, com 01 (um) motorista (Lei 12.619/2012), abastecido de combustível, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares, poltronas anatômicas reclináveis, com revestimento em tecido, ar-condicionado, banheiro pressurizado, descanso para os pés, bagageiro (porta-malas) sob piso, bagageiro interno de teto tipo prateleira (porta valise), cinto de segurança individual nas poltronas, janelas panorâmicas, frigobar e com água disponível. Seguro de responsabilidade civil para os passageiros e registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT e na Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Rondônia AGERO, Certificado de Vistoria Anual emitido pelo DER/RO, para viagem de ida e volta em percurso de linha intermunicipal.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	32400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 8,9000	25/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
160366050000052023	25/10/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de transporte intermunicipal de pessoal e material para Unidades do GCALC de Cachoeira do Sul/RS.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160366	SISRP	Pregão
Fornecedor			
TURISMO ALMANSA LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	33200	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,9000	25/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16036605000052023	25/10/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de transporte intermunicipal de pessoal e material para Unidades do GCALC de Cachoeira do Sul/RS.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160366	SISRP	Pregão

Fornecedor
TURISMO ALMANSA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Serviço de transporte em micro-ônibus, com motorista, executivo equipado com ar condicionado, CD/DVD Player, TV, frigobar e com capacidade até 26 passageiros, para trajetos mistos entre rodovias asfaltadas e trechos de estrada sem pavimentação

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30		COMANDO DO EXERCITO - Compras, gov.br	41000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,8800	25/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16036605000052023	25/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de transporte intermunicipal de pessoal e material para Unidades do GCALC de Cachoeira do Sul/RS.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160366	SISRP	Pregão

Fornecedor
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Serviço de transporte em ônibus tipo executivo, com motorista, de 40 ou mais lugares, com ar condicionado, bagageiro e banheiro para trajetos mistos entre rodovias asfaltadas e trechos de estradas sem pavimentação

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	48000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8791	25/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98468305001122023	25/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de transporte pessoa jurídica para o município de Ituiutaba, com veículo automotores utilitários tipo VAN de capacidade mínima para 15passageiros para transporte de pacientes para o tratamento de hemodiálise em três períodos atendendo a demanda do município
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	984683	SISPP	Pregão
Fornecedor			
S E TRANSPORTE & LOCAÇAO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

SERVIÇO DE TRANSPORTE PESSOA JURIDICA PARA TRANSPORTE GRATUITO NO MUNICIPIO DE ITUIUTABA, COM VEICULOS AUTOMOTORES UTILITARIOS TIPO VAN DE CAPACIDADE MINIMA PARA 15 PASSAGEIROS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES PARA HEMODIALISE EM TRÊSPERÍODOS.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	8832	KILÔMETRO RODADO	R\$ 17,0000	24/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15832005000112023	24/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço terceirizado de transporte para estudantes do IFCE - campus avançado Mombaça, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	158320	SISPP	Pregão
Fornecedor			
DB LOCAÇAO DE VEICULOS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de serviço terceirizado de transporte para estudantes do IFCE - campus avançado Mombaça: Ônibus, tipo urbano, mínimo 44 lugares, elementos de comunicação audiovisual interna, Iluminação interna na região dos degraus, sinalização dos desníveis e elevações (degraus, caixas de roda, etc) no salão de passageiros, com acessibilidade para cadeirante (plataforma) com motoristas habilitados, manutenções corretivas e preventivas, combustíveis, seguros e demais despesas inerentes à prestação dos serviços de transporte escolar;

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	8100	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,9600	27/09/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
34303006000212023	27/09/2023	1	Objeto: Contratação de serviços ,de transportede servidores, empregados e colaboradores a serviço do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP/ IPHAN, via TaxiGov, por demanda e no âmbito da Região Metropolitana do Rio deJaneiro,
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	343030	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
COOPARIOCA COOPERATIVA DE TRABALHO DE TAXI CARIOCA LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

O serviço poderá ser atendido mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento/intermediação de serviço de táxi ou de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, ou prestação deserviço de transporte por locação de veículos, via TaxiGov conforme condições e quantidades especificadas neste Termo de Referência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 645,0000	22/09/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012806000482023	22/09/2023	1	Objeto: Prestação de serviços de transporte rodoviário eventual de servidores e colaboradores- Etapa 2022/2023,
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240128	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
PATRICIA FONSECA COSTA GOULART 03565666684			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de transporte rodoviário eventual de servidores e colaboradores- Etapa 2022/2023

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

35	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	140000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,4500	15/09/2023	Não
----	---	---	--------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veículos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera Municipal	UASG 987885	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor WILLIANS CARVALHO JUNIOR LTDA			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Edital Acesse o Edital	Compra Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Van

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

36	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	40000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,9900	15/09/2023	Não
----	---	---	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veículos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera Municipal	UASG 987885	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor TRANS ISAAK TURISMO LTDA			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Edital Acesse o Edital	Compra Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Microônibus Executivo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	90000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 9,6400	15/09/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veículos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera Municipal	UASG 987885	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor TRANS ISAAK TURISMO LTDA			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Edital Acesse o Edital	Compra Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Ônibus Turismo - Convencional

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	40000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,8500	15/09/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veículos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera Municipal	UASG 987885	Forma SISRP	Modalidade Pregão
Fornecedor TRANS ISAAK TURISMO LTDA			
Índice e Valor -	Ata Acesse a Ata	Edital Acesse o Edital	Compra Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Ônibus Turismo - Executivo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

39	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	6000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,8333	13/09/2023	Não
----	---	--	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92868005000252023	13/09/2023	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte, com fornecimentos de veículo e motorista e por um período de 30 (trinta) meses,para os empregados lotados na Dependência da NAV Brasil em Barra do Garças/MT (DNBW), situadano Aeroporto de Barra do Garças BR 070, Km 16,CEP: 78607- 899 - Barra do Garças/MT.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	928680	SISPP	Pregão
Fornecedor	A. BORGES NETO & CIA. LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de serviços de transporte eventuais (estimativa de quilômetros excedentes) para Empregados da Dependência da NAV Brasil em Barra do Garças/MT (DNBW), situada no Aeroporto de Barra do Garças - BR 070, Km 16 (Diária de 2ª a Domingo),

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

40	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	13500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 2,8700	24/08/2023	Não
----	---	--	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92868005000262023	24/08/2023	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados contínuos de transporte, com fornecimento de veículo e motorista e por um período de 30 (trinta) meses, para os empregados lotados na Dependência da NAV Brasilem Carajás/PA (DNCJ), situada no Aeroporto de Carajás, Rodovia Raymundo Mascarenhas, s/n, CEP: 68.516-000 Parauapebas/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	928680	SISPP	Pregão
Fornecedor	ROTA LIVRE TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de Serviço de Transporte Eventual (estimativa de quilômetros excedentes) para Empregados da Dependência da NAV Brasil DNCJ (Carajás /PA), situada na Rodovia Raymundo Mascarenhas, s/n, CEP: 68.516-000 - Parauapebas/PA.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Compras.gov.br	8640	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8800	23/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
17303906000122023	23/08/2023	1	Objeto: Serviços de transporte terrestre de passageiros por demanda, no âmbito do Distrito Federal e entorno.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	173039	SISPP	Dispensa

Fornecedor
I9 SOLUTIONS - SOLUCOES COMERCIAIS E GESTAO DE TRANSPORTE LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros por demanda, no âmbito do Distrito Federal e entorno, para atendimento das necessidades dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da Superintendência de Seguros Privados - Susep, com disponibilização de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos através de plataforma web e aplicativo mobile, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7560	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,8700	17/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15695606000262023	17/08/2023	1	Objeto: Contratação de Serviço Continuado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	156956	SISPP	Dispensa

Fornecedor
AMAZON TRANSPORTES COMERCIO E SERVICOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7560	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,8042	15/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15695606000252023	15/08/2023	1	Objeto: Contratação de Serviço Continuado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	156956	SISPP	Dispensa
Fornecedor	A. A. MOURA SILVA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de Serviço Continuado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	120000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,0000	14/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98582105000542023	14/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara a contratação de empresa para prestar serviço transporte sanitário eletivo de usuários do SUS, munícipes de Cantagalo, para tratamento fora do domicilio (TFD), considerando o ponto inicial e final da viagem dentro do território de Cantagalo-RJ para a realização de procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS,
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	985821	SISRP	Pregão
Fornecedor	CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEICULOS LTDA.		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de serviço de transporte - Transporte de usuários do SUS munícipes de Cantagalo, que realizam tratamento fora do domicilio (TFD), em viagens a partir do território de Cantagalo, utilizando veículo tipo VAN, com, no mínimo, 15 lugares + motorista totalizando 16 lugares, equipada com ar condicionado, escada de acesso, em caso de necessidade, cadeirinha para transporte de crianças grupos 0, +0, 1, 2 e3, localizador GPS com disponibilidade de relatório paraatender os referidos usuários, considerando o ponto inicial e final dentro doterritório de Cantagalo-RJ e seguro do veículo com cobertura de terceiros (morte e danos físicos) para todos os sinistros. Veículo tipo Van com máximo de 10 anos de uso.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7560	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,3500	11/08/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15695606000232023		11/08/2023		1		Objeto: Contratação de Serviço Continuado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		156956		SISPP		Dispensa	
Fornecedor							
H FONSECA DE FARIAS LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor – Outras Necessidades							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	JUSTICA MILITAR - Compras.gov.br	35730	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,1700	10/08/2023	Sim
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
6000105000282023		10/08/2023		1		Objeto: Pregão Eletrônico – Contratação de empresa de agenciamento para intermediação em prestação de serviço de forma continuada de deslocamento de pessoas em serviço, de transporte terrestre de documentação interna e transporte de pequenas cargas do Superior Tribunal Militar (STM), no Distrito Federal e na Região do Entorno, por quilômetro rodado e por demanda, com disponibilização tecnológica (computador - web, aplicativo de celular - Android, Apple (IOS), Windows Phone e central telefônica).	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		60001		SISPP		Pregão	
Fornecedor							
SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Prestação de serviço de forma continuada de deslocamento de pessoas em serviço, de transporte terrestre de documentação interna e transporte de pequenas cargas do Superior Tribunal Militar, conforme Projeto Básico SETRA, apenso ao Termo de Referência do edital,							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	78760	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,9700	04/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012305000032023	04/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240123	SISPP	Pregão
Fornecedor			
I9 SOLUTIONS - SOLUCOES COMERCIAIS E GESTAO DE TRANSPORTE LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Serviços de transporte terrestre ou agenciamento ou intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do LNCC.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 238,529,0000	02/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
50001050000592023	02/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça,por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	50001	SISPP	Pregão
Fornecedor			
VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVICOS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	4500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,7800	27/07/2023	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98547505000392023		27/07/2023		3		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para fretamento com veículos para transportar em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Flor da Serra do Sul.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		985475		SISRP		Pregão	
Fornecedor		VALE DO SARANDI TRANSPORTES LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Descrição Detalhada

TRANSPORTE DE PESSOAS ATRAVÉS DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM NO MÍNIMO 40 LUGARES, CONTENDO MINIMAMENTE SOM AMBIENTE, APARELHO DE AR CONDICIONADO, POLTRONAS CONFORTÁVEIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, VEÍCULOS DEVIDAMENTE ABASTECIDOS E EQUIPADOS COM TACÓGRAFO CALIBRADOS E AFERIDOS PELO INMETRO, CREDENCIADO PELO DETRAN E APÓLICES DE SEGURO CONTRA TERCEIROS E DANOS PESSOAIS, VEÍCULO E CONDUTOR DEVERÃO FICAR À DISPISIÇÃO DURANTE TODO O TRAJETO,

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL – PR – Compras.gov.br	2000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,1400	27/07/2023	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98547505000392023		27/07/2023		2		Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para fretamento com veículos para transportar em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Flor da Serra do Sul.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Municipal		985475		SISRP		Pregão	
Fornecedor		VALE DO SARANDI TRANSPORTES LTDA					
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		Acesse a Ata		Acesse o Edital		Acesse a compra	

Descrição Detalhada

TRANSPORTE DE PESSOAS ATRAVÉS DE VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, COM NO MÍNIMO 25 LUGARES, CONTENDO MINIMAMENTE SOM AMBIENTE, APARELHO DE AR CONDICIONADO, POLTRONAS CONFORTÁVEIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, VEÍCULOS DEVIDAMENTE ABASTECIDOS E EQUIPADOS COM TACÓGRAFO CALIBRADOS E AFERIDOS PELO INMETRO, CREDENCIADO PELO DETRAN E APÓLICES DE SEGURO CONTRA TERCEIROS E DANOS PESSOAIS, VEÍCULO E CONDUTOR DEVERÃO FICAR À DISPISIÇÃO DURANTE TODO O TRAJETO,

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Relatório emitido em 07/03/2024 13:03

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que

compõem a pesquisa.

- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

Anexo III - Tarifas Municipais.pdf



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

DECRETO Nº 11.155 **De 12 de maio de 2016**

Adequa as tarifas relativas aos serviços de táxi no Município de Araraquara e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,
Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com a solicitação formulada pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Araraquara, através do Ofício nº 016/2016, datado de 18 de março de 2016;

DECRETA:

Art. 1º As tarifas relativas dos serviços de Táxi deste Município passam a serem as seguintes:

A - Bandeirada.....	R\$ 5,00
B - Quilômetro Rodado - Bandeira I.....	R\$ 3,80
C - Quilômetro Rodado - Bandeira II.....	R\$ 4,60
D - Hora Parada.....	R\$ 35,00
E - Por volume transportado quando acima de 0,60 centímetros.....	R\$ 2,50

Art. 2º A Bandeira II será utilizada no período compreendido entre 12h00min de sábado e 06h00min de segunda-feira, e também nos dias feriados.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 1º A Bandeira II será ainda utilizada nos dias úteis, no período noturno, compreendido entre 18h00min e 06h00min de um dia para outro.

§ 2º Durante o mês de dezembro será utilizada tão somente a Bandeira II.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 10.347, de 04 de junho de 2013.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 12 (doze) dias do mês de maio do ano de 2016 (dois mil e dezesseis).



MARCELO FORTES BARBIERI
Prefeito Municipal

Publicado na Secretaria Municipal de Governo, na data supra.



ALUISIO AUGUSTO BRAZ
Secretário de Governo

Arquivado em livro próprio número 01/2016. Guichê nº 018.208/2016 - ("PC").

.Publicado no Jornal local "Tribuna Araraquara", de Terça-Feira, 17/maio/16 - Ano 19 - Exemplar nº 5.966.

DECRETO Nº 18.842, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"Reajusta o valor das tarifas dos serviços de táxi no Município de Araçatuba, na forma que especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA,

No uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento nº 20.058/2016, em nome do Sindicato dos Taxistas Autônomos de Araçatuba e Região - Sindi táxi, inclusive o Parecer 01/2016 da Comissão Municipal de Tarifas dos Serviços de Transporte Coletivo e Táxis do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado, de acordo com o estabelecido nos incisos deste artigo, o valor das seguintes tarifas dos serviços de táxi no Município de Araçatuba:

I - Bandeirada: R\$ 5,89 (cinco reais e oitenta e nove centavos);

II - Bandeira I: R\$ 4,39 (quatro reais e trinta e nove centavos);

III - Bandeira II: R\$ 5,24 (cinco reais e vinte e quatro centavos);

IV - Hora Parada: R\$ 10,18 (dez reais e dezoito centavos);

V - Corrida/viagem fora do perímetro urbano (por quilômetro rodado até o destino): R\$ 2,04 (dois reais e quatro centavos).

Parágrafo único. Excepcionalmente, durante o mês de dezembro será utilizada somente a bandeira II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA, 17 de agosto de 2016, 107 anos da Fundação de Araçatuba e 94 anos de Sua Emancipação Política.

APARECIDO SÉRIO DA SILVA

Prefeito Municipal

VALDIVINO BITTENCOURT DIAS

Chefe do Gabinete do Prefeito

JOSÉ LUÍS ROVEDILHO

Secretário Municipal da Fazenda

WILSON CARLOS BRAZ

Secretário Municipal de Mobilidade Urbana

TADAMI KAWATA

Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Publicado e arquivado pela Assessoria de Apoio, Controle e Elaboração dos Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito, nesta data.

VALDEMIR SARAIVA DA SILVA

Assessor de Apoio, Controle e Elaboração dos Atos Oficiais

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/06/2019

Abrir

A detailed map of Bauru, São Paulo, Brazil. The city name "Bauru" is prominently displayed in the center. Major roads are highlighted in orange, including Avenida Nações Unidas running diagonally from the top left towards the bottom right, and Rua Xingu running vertically through the center. Several highways are marked with shields: 294 in the top left, 300 near the center, 225 on the right side, and 226 at the bottom right. The map shows numerous neighborhoods, many starting with "Jardim" or "Vila". Notable areas include Parque Jaraguá, Jardim Petrópolis, Vila Lemos, Jardim Bela Vista, Jardim Antártica, Vila Triagem, Jardim Redentor, Vila Engler, Vila Cidade Universitária, Vila Nova Santa Clara, Vila Falcão, Vila São Manoel, Vila Pacífico II, Residencial Jardim Jussara, Distrito Industrial III, Novo Jardim Pagani, Parque Alto Sumaré, Núcleo Habitacional Mary DOTA, Distrito Industrial I Domingos Biancardi, Núcleo Habitacional Engenheiro Octávio Ras, Núcleo Residencial Presidente Geisel, and Tangarás. A small green area representing a park is visible near the top center. The map uses a light beige background with white street grids and blue lines for water features. The Mapbox logo is in the bottom left corner, and copyright information "© Mapbox © OpenStreetMap" is in the bottom right corner.

Para usar a calculadora de tarifas de táxi Bauru, basta seguir os passos abaixo:

- 1 Acesse o site da Prefeitura Municipal de Bauru.
- 2 Clique no link “Calculadora de Tarifas de Táxi”.
- 3 Insira a origem e o destino da sua viagem.
- 4 Clique no botão “Calcular”.

A calculadora irá exibir o custo estimado da sua viagem. O custo é calculado com base na distância entre as duas localidades, na categoria do táxi e no horário da viagem.

Últimas atualizações das tarifas de táxi em Bauru

As tarifas de táxi em Bauru foram atualizadas pela última vez em 1º de janeiro de 2023. As novas tarifas estão em vigor desde essa data.

Tabela de tarifas de táxi em Bauru

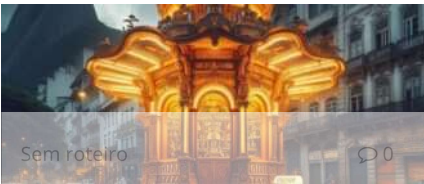
A tabela abaixo apresenta as tarifas de táxi em Bauru, válidas a partir de 1º de janeiro de 2023.

Categoria	Tarifa base (R\$)	Tarifa por quilômetro (R\$)	Tarifa por minuto (R\$)
Táxi comum	5,00	3,50	0,50
Táxi executivo	8,00	4,50	0,70
Táxi especial	12,00	6,00	1,00

Conclusão

A calculadora de tarifas de táxi Bauru é uma ferramenta útil para quem precisa se locomover pela cidade.

Com ela, é possível calcular o custo estimado de uma viagem de táxi antes de contratá-la.



Taxi em Bauru: preços, serviços, empresas

Se você é novo em Bauru ou apenas deseja se locomover pela cidade de



Moto Taxis in Bauru: A Guide to Ride-sharing on Two Wheels

Se você está procurando um meio de transporte rápido e econômico em Bauru, confira

Faça sua Compra de Casa e Receba com Hora Agendada, com Praticidade e em Segurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça
Procuradoria-Geral do Município de Campinas
Coordenadoria de Estudos Jurídicos e Biblioteca

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Município - DOM.

DECRETO Nº 22.137, DE 12 DE MAIO DE 2022

(Publicação DOM 13/05/2022 p.01)

Estabelece novas tarifas para o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel (táxi) do Município de Campinas, nas modalidades Convencional/Comum e Acessível e altera o o art. 42 do Decreto nº 17.106, de 02 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 13.775, de 12 de janeiro de 2010, que dispõe sobre as normas para execução dos serviços de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - táxi e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, caput, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 13.775, de 12 de janeiro de 2010, que "Dispõe sobre as normas para execução dos serviços de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel - Táxi e dá outras providências"; CONSIDERANDO o Decreto nº 17.106, de 02 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 13.775, de 12 de janeiro de 2010; e CONSIDERANDO que o último reajuste das tarifas de táxi das modalidades Convencional/Comum e Acessível ocorreu em 26 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Os preços máximos das tarifas para o serviço de transporte individual de passageiros em veículos automotores de aluguel (Táxi), nas modalidades Convencional/Comum e Acessível, passam a vigorar, a partir de 14 de maio de 2022, com os seguintes valores:

- I - bandeirada: R\$ 4,85 (quatro reais e oitenta e cinco centavos);
- II - quilômetro percorrido na Bandeira I: R\$ 3,48 (três reais e quarenta e oito centavos);
- III - quilômetro percorrido na Bandeira II: R\$ 4,52 (quatro reais e cinquenta e dois centavos);
- IV - hora parada: R\$ 43,00 (quarenta e três reais).

§ 1º O taxímetro deverá ser acionado no início da corrida e na presença do usuário.

§ 2º Nos casos dos pontos de estacionamento em que vigore tabela própria, estabelecida por meio de Resolução da Secretaria de Transportes, com destinos e valores fixos, o usuário poderá optar pela utilização do taxímetro ou da tabela, conforme previsto no

§ 3º do art. 11 da Lei Municipal nº 13.775, de 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º A cobrança dos serviços de táxi Convencional/Comum ou Acessível em viagens para fora dos limites do Município de Campinas poderá ser feita em função da quilometragem efetivamente percorrida ou com a utilização do taxímetro.

Parágrafo único. Para determinação da tarifa a ser cobrada nos casos previstos no caput deste artigo, considerar-se-á o valor determinado para a Bandeira II, sempre em único sentido.

Art. 3º Os permissionários ficam autorizados a negociar a cobrança de despesas de estacionamento.

Art. 4º Ficam os permissionários obrigados a aferir os taxímetros junto ao IPEM - Instituto de Pesos e Medidas até o dia 30 de setembro de 2022.

Art. 5º Fica autorizada a utilização da tabela provisória de conversão de tarifas, constante do Anexo Único deste Decreto, até que seja efetivada a aferição dos taxímetros.

Parágrafo único. A tabela provisória de conversão de que trata o caput deste artigo será entregue pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC) somente para permissões em situação regular na data do início do reajuste - 14 de maio de 2022 -, na Rua Dr. Salles Oliveira, 1380, Vila Industrial, Campinas/SP, nos horários a seguir:

- I - 8h às 9h, para permissões de 001 a 128;
- II - 9h às 10h, para permissões de 129 a 262;
- III - 10h às 11h, para permissões de 264 a 388;
- IV - 11h às 12h, para permissões de 389 a 521;
- V - 13h às 14h, para permissões de 522 a 659;
- VI - 14h às 15h, para permissões de 660 a 807;
- VII - 15h às 16h, para permissões de 809 a 1003.

Art. 6º Após a aferição dos taxímetros, os permissionários deverão afixar no vidro lateral traseiro direito dos veículos a tabela com os valores das tarifas básicas, conforme modelo a ser definido pela EMDEC.

Art. 7º Fica alterado o art. 42 do Decreto nº 17.106, de 02 de julho de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42. A estrutura tarifária compreende as seguintes tarifas:

- I - bandeirada - valor a ser cobrado independente do percurso e que constará no taxímetro no início da viagem;
- II - custo quilométrico - valor do custo de operação para percorrer 1 (um) quilômetro.

§ 1º Bandeira 1 é o valor do custo quilométrico a ser cobrado nas viagens realizadas no período das 6h às 20h.

§ 2º Bandeira 2 é o valor do custo quilométrico com acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor da Bandeira 1, a ser cobrado nas viagens realizadas:

- I - no período das 20h às 6h do dia seguinte, de segunda à sexta-feira;
- II - a partir das 14h, aos sábados;
- III - nos domingos e feriados durante todo o dia e noite.

....."(NR)

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 18.679, de 26 de março de 2015.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

			ANEXO ÚNICO				
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS							
SECRETARIA DE TRANSPORTES							
O TAXÍMETRO DEVERÁ SER AÇIONADO NA PRESENÇA DO USUÁRIO							
VALOR DO QUILOMETRO RODADO R\$					3,48		
TABELA PROVISÓRIA DE CONVERSÃO - TAXI CONVENCIONAL COMUM E ACESSÍVEL							
VALOR DO	VALORA	VALOR DO	VALORA	VALOR DO	VALORA	VALOR DO	VALORA
TAXÍMETRO	COBRAR	TAXÍMETRO	COBRAR	TAXÍMETRO	COBRAR	TAXÍMETRO	COBRAR
R\$ 4,85	R\$ 4,85	R\$ 49,65	R\$ 58,61	R\$ 94,45	R\$ 112,37	R\$ 139,25	R\$ 166,13
R\$ 5,20	R\$ 5,27	R\$ 50,00	R\$ 59,03	R\$ 94,80	R\$ 112,79	R\$ 139,60	R\$ 166,55
R\$ 5,55	R\$ 5,69	R\$ 50,35	R\$ 59,45	R\$ 95,15	R\$ 113,21	R\$ 139,95	R\$ 166,97
R\$ 5,90	R\$ 6,11	R\$ 50,70	R\$ 59,87	R\$ 95,50	R\$ 113,63	R\$ 140,30	R\$ 167,39
R\$ 6,25	R\$ 6,53	R\$ 51,05	R\$ 60,29	R\$ 95,85	R\$ 114,05	R\$ 140,65	R\$ 167,81
R\$ 6,60	R\$ 6,95	R\$ 51,40	R\$ 60,71	R\$ 96,20	R\$ 114,47	R\$ 141,00	R\$ 168,23
R\$ 6,95	R\$ 7,37	R\$ 51,75	R\$ 61,13	R\$ 96,55	R\$ 114,89	R\$ 141,35	R\$ 168,65
R\$ 7,30	R\$ 7,79	R\$ 52,10	R\$ 61,55	R\$ 96,90	R\$ 115,31	R\$ 141,70	R\$ 169,07
R\$ 7,65	R\$ 8,21	R\$ 52,45	R\$ 61,97	R\$ 97,25	R\$ 115,73	R\$ 142,05	R\$ 169,49
R\$ 8,00	R\$ 8,63	R\$ 52,80	R\$ 62,39	R\$ 97,60	R\$ 116,15	R\$ 142,40	R\$ 169,91
R\$ 8,00	R\$ 8,63	R\$ 52,80	R\$ 62,39	R\$ 97,60	R\$ 116,15	R\$ 142,40	R\$ 169,91
R\$ 8,35	R\$ 9,05	R\$ 53,15	R\$ 62,81	R\$ 97,95	R\$ 116,57	R\$ 142,75	R\$ 170,33
R\$ 8,70	R\$ 9,47	R\$ 53,50	R\$ 63,23	R\$ 98,30	R\$ 116,99	R\$ 143,10	R\$ 170,75
R\$ 9,05	R\$ 9,89	R\$ 53,85	R\$ 63,65	R\$ 98,65	R\$ 117,41	R\$ 143,45	R\$ 171,17
R\$ 9,40	R\$ 10,31	R\$ 54,20	R\$ 64,07	R\$ 99,00	R\$ 117,83	R\$ 143,80	R\$ 171,59
R\$ 9,75	R\$ 10,73	R\$ 54,55	R\$ 64,49	R\$ 99,35	R\$ 118,25	R\$ 144,15	R\$ 172,01
R\$ 10,10	R\$ 11,15	R\$ 54,90	R\$ 64,91	R\$ 99,70	R\$ 118,67	R\$ 144,50	R\$ 172,43
R\$ 10,45	R\$ 11,57	R\$ 55,25	R\$ 65,33	R\$ 100,05	R\$ 119,09	R\$ 144,85	R\$ 172,85
R\$ 10,80	R\$ 11,99	R\$ 55,60	R\$ 65,75	R\$ 100,40	R\$ 119,51	R\$ 145,20	R\$ 173,27
R\$ 11,15	R\$ 12,41	R\$ 55,95	R\$ 66,17	R\$ 100,75	R\$ 119,93	R\$ 145,55	R\$ 173,69
R\$ 11,50	R\$ 12,83	R\$ 56,30	R\$ 66,59	R\$ 101,10	R\$ 120,35	R\$ 145,90	R\$ 174,11
R\$ 11,85	R\$ 13,25	R\$ 56,65	R\$ 67,01	R\$ 101,45	R\$ 120,77	R\$ 146,25	R\$ 174,53
R\$ 12,20	R\$ 13,67	R\$ 57,00	R\$ 67,43	R\$ 101,80	R\$ 121,19	R\$ 146,60	R\$ 174,95
R\$ 12,55	R\$ 14,09	R\$ 57,35	R\$ 67,85	R\$ 102,15	R\$ 121,61	R\$ 146,95	R\$ 175,37
R\$ 12,90	R\$ 14,51	R\$ 57,70	R\$ 68,27	R\$ 102,50	R\$ 122,03	R\$ 147,30	R\$ 175,79
R\$ 13,25	R\$ 14,93	R\$ 58,05	R\$ 68,69	R\$ 102,85	R\$ 122,45	R\$ 147,65	R\$ 176,21
R\$ 13,60	R\$ 15,35	R\$ 58,40	R\$ 69,11	R\$ 103,20	R\$ 122,87	R\$ 148,00	R\$ 176,63
R\$ 13,95	R\$ 15,77	R\$ 58,75	R\$ 69,53	R\$ 103,55	R\$ 123,29	R\$ 148,35	R\$ 177,05
R\$ 14,30	R\$ 16,19	R\$ 59,10	R\$ 69,95	R\$ 103,90	R\$ 123,71	R\$ 148,70	R\$ 177,47
R\$ 14,65	R\$ 16,61	R\$ 59,45	R\$ 70,37	R\$ 104,25	R\$ 124,13	R\$ 149,05	R\$ 177,89
R\$ 15,00	R\$ 17,03	R\$ 59,80	R\$ 70,79	R\$ 104,60	R\$ 124,55	R\$ 149,40	R\$ 178,31
R\$ 15,35	R\$ 17,45	R\$ 60,15	R\$ 71,21	R\$ 104,95	R\$ 124,97	R\$ 149,75	R\$ 178,73
R\$ 15,70	R\$ 17,87	R\$ 60,50	R\$ 71,63	R\$ 105,30	R\$ 125,39	R\$ 150,10	R\$ 179,15
R\$ 16,05	R\$ 18,29	R\$ 60,85	R\$ 72,05	R\$ 105,65	R\$ 125,81	R\$ 150,45	R\$ 179,57
R\$ 16,40	R\$ 18,71	R\$ 61,20	R\$ 72,47	R\$ 106,00	R\$ 126,23	R\$ 150,80	R\$ 179,99
R\$ 16,75	R\$ 19,13	R\$ 61,55	R\$ 72,89	R\$ 106,35	R\$ 126,65	R\$ 151,15	R\$ 180,41
R\$ 17,10	R\$ 19,55	R\$ 61,90	R\$ 73,31	R\$ 106,70	R\$ 127,07	R\$ 151,50	R\$ 180,83
R\$ 17,45	R\$ 19,97	R\$ 62,25	R\$ 73,73	R\$ 107,05	R\$ 127,49	R\$ 151,85	R\$ 181,25
R\$ 17,80	R\$ 20,39	R\$ 62,60	R\$ 74,15	R\$ 107,40	R\$ 127,91	R\$ 152,20	R\$ 181,67
R\$ 18,15	R\$ 20,81	R\$ 62,95	R\$ 74,57	R\$ 107,75	R\$ 128,33	R\$ 152,55	R\$ 182,09
R\$ 18,50	R\$ 21,23	R\$ 63,30	R\$ 74,99	R\$ 108,10	R\$ 128,75	R\$ 152,90	R\$ 182,51
R\$ 18,85	R\$ 21,65	R\$ 63,65	R\$ 75,41	R\$ 108,45	R\$ 129,17	R\$ 153,25	R\$ 182,93
R\$ 19,20	R\$ 22,07	R\$ 64,00	R\$ 75,83	R\$ 108,80	R\$ 129,59	R\$ 153,60	R\$ 183,35
R\$ 19,55	R\$ 22,49	R\$ 64,35	R\$ 76,25	R\$ 109,15	R\$ 130,01	R\$ 153,95	R\$ 183,77
R\$ 19,90	R\$ 22,91	R\$ 64,70	R\$ 76,67	R\$ 109,50	R\$ 130,43	R\$ 154,30	R\$ 184,19
R\$ 20,25	R\$ 23,33	R\$ 65,05	R\$ 77,09	R\$ 109,85	R\$ 130,85	R\$ 154,65	R\$ 184,61
R\$ 20,60	R\$ 23,75	R\$ 65,40	R\$ 77,51	R\$ 110,20	R\$ 131,27	R\$ 155,00	R\$ 185,03
R\$ 20,95	R\$ 24,17	R\$ 65,75	R\$ 77,93	R\$ 110,55	R\$ 131,69	R\$ 155,35	R\$ 185,45
R\$ 21,30	R\$ 24,59	R\$ 66,10	R\$ 78,35	R\$ 110,90	R\$ 132,11	R\$ 155,70	R\$ 185,87

R\$ 21,65	R\$ 25,01	R\$ 66,45	R\$ 78,77	R\$ 111,25	R\$ 132,53	R\$ 156,05	R\$ 186,29
R\$ 22,00	R\$ 25,43	R\$ 66,80	R\$ 79,19	R\$ 111,60	R\$ 132,95	R\$ 156,40	R\$ 186,71
R\$ 22,35	R\$ 25,85	R\$ 67,15	R\$ 79,61	R\$ 111,95	R\$ 133,37	R\$ 156,75	R\$ 187,13
R\$ 22,70	R\$ 26,27	R\$ 67,50	R\$ 80,03	R\$ 112,30	R\$ 133,79	R\$ 157,10	R\$ 187,55
R\$ 23,05	R\$ 26,69	R\$ 67,85	R\$ 80,45	R\$ 112,65	R\$ 134,21	R\$ 157,45	R\$ 187,97
R\$ 23,40	R\$ 27,11	R\$ 68,20	R\$ 80,87	R\$ 113,00	R\$ 134,63	R\$ 157,80	R\$ 188,39
R\$ 23,75	R\$ 27,53	R\$ 68,55	R\$ 81,29	R\$ 113,35	R\$ 135,05	R\$ 158,15	R\$ 188,81
R\$ 24,10	R\$ 27,95	R\$ 68,90	R\$ 81,71	R\$ 113,70	R\$ 135,47	R\$ 158,50	R\$ 189,23
R\$ 24,45	R\$ 28,37	R\$ 69,25	R\$ 82,13	R\$ 114,05	R\$ 135,89	R\$ 158,85	R\$ 189,65
R\$ 24,80	R\$ 28,79	R\$ 69,60	R\$ 82,55	R\$ 114,40	R\$ 136,31	R\$ 159,20	R\$ 190,07
R\$ 25,15	R\$ 29,21	R\$ 69,95	R\$ 82,97	R\$ 114,75	R\$ 136,73	R\$ 159,55	R\$ 190,49

R\$ 25,50	R\$ 29,63	R\$ 70,30	R\$ 83,39	R\$ 115,10	R\$ 137,15	R\$ 159,90	R\$ 190,91
R\$ 25,85	R\$ 30,05	R\$ 70,65	R\$ 83,81	R\$ 115,45	R\$ 137,57	R\$ 160,25	R\$ 191,33
R\$ 26,20	R\$ 30,47	R\$ 71,00	R\$ 84,23	R\$ 115,80	R\$ 137,99	R\$ 160,60	R\$ 191,75
R\$ 26,55	R\$ 30,89	R\$ 71,35	R\$ 84,65	R\$ 116,15	R\$ 138,41	R\$ 160,95	R\$ 192,17
R\$ 26,90	R\$ 31,31	R\$ 71,70	R\$ 85,07	R\$ 116,50	R\$ 138,83	R\$ 161,30	R\$ 192,59
R\$ 27,25	R\$ 31,73	R\$ 72,05	R\$ 85,49	R\$ 116,85	R\$ 139,25	R\$ 161,65	R\$ 193,01
R\$ 27,60	R\$ 32,15	R\$ 72,40	R\$ 85,91	R\$ 117,20	R\$ 139,67	R\$ 162,00	R\$ 193,43
R\$ 27,95	R\$ 32,57	R\$ 72,75	R\$ 86,33	R\$ 117,55	R\$ 140,09	R\$ 162,35	R\$ 193,85
R\$ 28,30	R\$ 32,99	R\$ 73,10	R\$ 86,75	R\$ 117,90	R\$ 140,51	R\$ 162,70	R\$ 194,27
R\$ 28,65	R\$ 33,41	R\$ 73,45	R\$ 87,17	R\$ 118,25	R\$ 140,93	R\$ 163,05	R\$ 194,69
R\$ 29,00	R\$ 33,83	R\$ 73,80	R\$ 87,59	R\$ 118,60	R\$ 141,35	R\$ 163,40	R\$ 195,11
R\$ 29,35	R\$ 34,25	R\$ 74,15	R\$ 88,01	R\$ 118,95	R\$ 141,77	R\$ 163,75	R\$ 195,53
R\$ 29,70	R\$ 34,67	R\$ 74,50	R\$ 88,43	R\$ 119,30	R\$ 142,19	R\$ 164,10	R\$ 195,95
R\$ 30,05	R\$ 35,09	R\$ 74,85	R\$ 88,85	R\$ 119,65	R\$ 142,61	R\$ 164,45	R\$ 196,37
R\$ 30,40	R\$ 35,51	R\$ 75,20	R\$ 89,27	R\$ 120,00	R\$ 143,03	R\$ 164,80	R\$ 196,79
R\$ 30,75	R\$ 35,93	R\$ 75,55	R\$ 89,69	R\$ 120,35	R\$ 143,45	R\$ 165,15	R\$ 197,21
R\$ 31,10	R\$ 36,35	R\$ 75,90	R\$ 90,11	R\$ 120,70	R\$ 143,87	R\$ 165,50	R\$ 197,63
R\$ 31,45	R\$ 36,77	R\$ 76,25	R\$ 90,53	R\$ 121,05	R\$ 144,29	R\$ 165,85	R\$ 198,05
R\$ 31,80	R\$ 37,19	R\$ 76,60	R\$ 90,95	R\$ 121,40	R\$ 144,71	R\$ 166,20	R\$ 198,47
R\$ 32,15	R\$ 37,61	R\$ 76,95	R\$ 91,37	R\$ 121,75	R\$ 145,13	R\$ 166,55	R\$ 198,89
R\$ 32,50	R\$ 38,03	R\$ 77,30	R\$ 91,79	R\$ 122,10	R\$ 145,55	R\$ 166,90	R\$ 199,31
R\$ 32,85	R\$ 38,45	R\$ 77,65	R\$ 92,21	R\$ 122,45	R\$ 145,97	R\$ 167,25	R\$ 199,73
R\$ 33,20	R\$ 38,87	R\$ 78,00	R\$ 92,63	R\$ 122,80	R\$ 146,39	R\$ 167,60	R\$ 200,15
R\$ 33,55	R\$ 39,29	R\$ 78,35	R\$ 93,05	R\$ 123,15	R\$ 146,81	R\$ 167,95	R\$ 200,57
R\$ 33,90	R\$ 39,71	R\$ 78,70	R\$ 93,47	R\$ 123,50	R\$ 147,23	R\$ 168,30	R\$ 200,99
R\$ 34,25	R\$ 40,13	R\$ 79,05	R\$ 93,89	R\$ 123,85	R\$ 147,65	R\$ 168,65	R\$ 201,41
R\$ 34,60	R\$ 40,55	R\$ 79,40	R\$ 94,31	R\$ 124,20	R\$ 148,07	R\$ 169,00	R\$ 201,83
R\$ 34,95	R\$ 40,97	R\$ 79,75	R\$ 94,73	R\$ 124,55	R\$ 148,49	R\$ 169,35	R\$ 202,25
R\$ 35,30	R\$ 41,39	R\$ 80,10	R\$ 95,15	R\$ 124,90	R\$ 148,91	R\$ 169,70	R\$ 202,67
R\$ 35,65	R\$ 41,81	R\$ 80,45	R\$ 95,57	R\$ 125,25	R\$ 149,33	R\$ 170,05	R\$ 203,09
R\$ 36,00	R\$ 42,23	R\$ 80,80	R\$ 95,99	R\$ 125,60	R\$ 149,75	R\$ 170,40	R\$ 203,51
R\$ 36,35	R\$ 42,65	R\$ 81,15	R\$ 96,41	R\$ 125,95	R\$ 150,17	R\$ 170,75	R\$ 203,93
R\$ 36,70	R\$ 43,07	R\$ 81,50	R\$ 96,83	R\$ 126,30	R\$ 150,59	R\$ 171,10	R\$ 204,35
R\$ 37,05	R\$ 43,49	R\$ 81,85	R\$ 97,25	R\$ 126,65	R\$ 151,01	R\$ 171,45	R\$ 204,77
R\$ 37,40	R\$ 43,91	R\$ 82,20	R\$ 97,67	R\$ 127,00	R\$ 151,43	R\$ 171,80	R\$ 205,19
R\$ 37,75	R\$ 44,33	R\$ 82,55	R\$ 98,09	R\$ 127,35	R\$ 151,85	R\$ 172,15	R\$ 205,61
R\$ 38,10	R\$ 44,75	R\$ 82,90	R\$ 98,51	R\$ 127,70	R\$ 152,27	R\$ 172,50	R\$ 206,03
R\$ 38,45	R\$ 45,17	R\$ 83,25	R\$ 98,93	R\$ 128,05	R\$ 152,69	R\$ 172,85	R\$ 206,45
R\$ 38,80	R\$ 45,59	R\$ 83,60	R\$ 99,35	R\$ 128,40	R\$ 153,11	R\$ 173,20	R\$ 206,87

R\$ 39,15	R\$ 46,01	R\$ 83,95	R\$ 99,77	R\$ 128,75	R\$ 153,53	R\$ 173,55	R\$ 207,29
R\$ 39,50	R\$ 46,43	R\$ 84,30	R\$ 100,19	R\$ 129,10	R\$ 153,95	R\$ 173,90	R\$ 207,71
R\$ 39,85	R\$ 46,85	R\$ 84,65	R\$ 100,61	R\$ 129,45	R\$ 154,37	R\$ 174,25	R\$ 208,13
R\$ 40,20	R\$ 47,27	R\$ 85,00	R\$ 101,03	R\$ 129,80	R\$ 154,79	R\$ 174,60	R\$ 208,55
R\$ 40,55	R\$ 47,69	R\$ 85,35	R\$ 101,45	R\$ 130,15	R\$ 155,21	R\$ 174,95	R\$ 208,97
R\$ 40,90	R\$ 48,11	R\$ 85,70	R\$ 101,87	R\$ 130,50	R\$ 155,63	R\$ 175,30	R\$ 209,39
R\$ 41,25	R\$ 48,53	R\$ 86,05	R\$ 102,29	R\$ 130,85	R\$ 156,05	R\$ 175,65	R\$ 209,81
R\$ 41,60	R\$ 48,95	R\$ 86,40	R\$ 102,71	R\$ 131,20	R\$ 156,47	R\$ 176,00	R\$ 210,23
R\$ 41,95	R\$ 49,37	R\$ 86,75	R\$ 103,13	R\$ 131,55	R\$ 156,89	R\$ 176,35	R\$ 210,65
R\$ 42,30	R\$ 49,79	R\$ 87,10	R\$ 103,55	R\$ 131,90	R\$ 157,31	R\$ 176,70	R\$ 211,07
R\$ 42,65	R\$ 50,21	R\$ 87,45	R\$ 103,97	R\$ 132,25	R\$ 157,73	R\$ 177,05	R\$ 211,49
R\$ 43,00	R\$ 50,63	R\$ 87,80	R\$ 104,39	R\$ 132,60	R\$ 158,15	R\$ 177,40	R\$ 211,91
R\$ 43,35	R\$ 51,05	R\$ 88,15	R\$ 104,81	R\$ 132,95	R\$ 158,57	R\$ 177,75	R\$ 212,33
R\$ 43,70	R\$ 51,47	R\$ 88,50	R\$ 105,23	R\$ 133,30	R\$ 158,99	R\$ 178,10	R\$ 212,75
R\$ 44,05	R\$ 51,89	R\$ 88,85	R\$ 105,65	R\$ 133,65	R\$ 159,41	R\$ 178,45	R\$ 213,17
R\$ 44,40	R\$ 52,31	R\$ 89,20	R\$ 106,07	R\$ 134,00	R\$ 159,83	R\$ 178,80	R\$ 213,59
R\$ 44,75	R\$ 52,73	R\$ 89,55	R\$ 106,49	R\$ 134,35	R\$ 160,25	R\$ 179,15	R\$ 214,01
R\$ 45,10	R\$ 53,15	R\$ 89,90	R\$ 106,91	R\$ 134,70	R\$ 160,67	R\$ 179,50	R\$ 214,43
R\$ 45,45	R\$ 53,57	R\$ 90,25	R\$ 107,33	R\$ 135,05	R\$ 161,09	R\$ 179,85	R\$ 214,85
R\$ 45,80	R\$ 53,99	R\$ 90,60	R\$ 107,75	R\$ 135,40	R\$ 161,51	R\$ 180,20	R\$ 215,27
R\$ 46,15	R\$ 54,41	R\$ 90,95	R\$ 108,17	R\$ 135,75	R\$ 161,93	R\$ 180,55	R\$ 215,69
R\$ 46,50	R\$ 54,83	R\$ 91,30	R\$ 108,59	R\$ 136,10	R\$ 162,35	R\$ 180,90	R\$ 216,11
R\$ 46,85	R\$ 55,25	R\$ 91,65	R\$ 109,01	R\$ 136,45	R\$ 162,77	R\$ 181,25	R\$ 216,53
R\$ 47,20	R\$ 55,67	R\$ 92,00	R\$ 109,43	R\$ 136,80	R\$ 163,19	R\$ 181,60	R\$ 216,95
R\$ 47,55	R\$ 56,09	R\$ 92,35	R\$ 109,85	R\$ 137,15	R\$ 163,61	R\$ 181,95	R\$ 217,37
R\$ 47,90	R\$ 56,51	R\$ 92,70	R\$ 110,27	R\$ 137,50	R\$ 164,03	R\$ 182,30	R\$ 217,79
R\$ 48,25	R\$ 56,93	R\$ 93,05	R\$ 110,69	R\$ 137,85	R\$ 164,45	R\$ 182,65	R\$ 218,21
R\$ 48,60	R\$ 57,35	R\$ 93,40	R\$ 111,11	R\$ 138,20	R\$ 164,87	R\$ 183,00	R\$ 218,63
R\$ 48,95	R\$ 57,77	R\$ 93,75	R\$ 111,53	R\$ 138,55	R\$ 165,29	R\$ 183,35	R\$ 219,05
R\$ 49,30	R\$ 58,19	R\$ 94,10	R\$ 111,95	R\$ 138,90	R\$ 165,71	R\$ 183,70	R\$ 219,47
Índice de reajuste - Bandeira I 1,20000							
R\$ 0,35 no taxímetro c/ nova tarifa			0,42000				
Picada Atual			0,35000				
TÁXI CONVENCIONAL E ACESSÍVEL - VALORES DAS TARIFAS BÁSICAS							
BANDEIRADA		R\$ 4,85			BANDEIRA I		R\$ 3,48
HORA PARADA		R\$ 43,00			BANDEIRA II		R\$ 4,52
Utilização da BANDEIRA II:							
Dias Úteisdas 20h às 6h da manhã seguinte;							
Sábadosa partir das 14h;							
Domingos e Feriadoso dia todo.							

Campinas, 12 de maio de 2022 DÁRIO SAADI
Prefeito Municipal

PETER PANUTTO
Secretário Municipal de Justiça

FERNANDO DE CAIRES BARBOSA
Secretário de Transportes Redigido conforme

Processo SEI: PMC.2022.00034081-19

ADERVAL FERNANDES JUNIOR
Secretário Municipal Chefe de Gabinete do Prefeito



DECRETO Nº 39118

de 3 de junho de 2022.

Dispõe sobre a fixação de tarifas para o serviço de táxi de Guarulhos e dá outras providências.

GUSTAVO HENRIC COSTA, PREFEITO DA CIDADE GUARULHOS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XIV, do artigo 63, da Lei Orgânica do Município e, diante do que consta no processo administrativo nº 39515/2013;

DECRETA:

Art. 1º As tarifas dos automóveis de aluguel da categoria táxi, licenciados no Município de Guarulhos e lotados nos pontos de estacionamento de Guarulhos, deverão vigorar de acordo com a fixação abaixo, a partir do **dia 05 de Junho de 2022**, conforme segue:

PONTOS DE TÁXI COMUM (PONTOS DE RUA)

Bandeirada *R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)*
Km rodado (bandeira 1) *R\$ 4,00 (quatro reais)*
Km rodado (bandeira 2) ... *R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos)*
Hora parada *R\$ 39,26 (trinta e nove reais e vinte e seis centavos)*
Volume transportado *R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos)*

PONTO Nº 100 - AEROPORTO INTERNACIONAL DE CUMBICA - GUARULHOS/SP

Bandeirada *R\$ 6,25 (seis reais e vinte e cinco centavos)*
Km rodado (bandeira 1) ... *R\$ 4,65 (quatro reais e sessenta e cinco centavos)*
Hora parada *R\$ 61,84 (sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos)*

Art. 2º Nas viagens para fora do Município de Guarulhos fica assegurado ao motorista de táxi dos pontos de rua, quando não houver retorno do mesmo passageiro, o direito ao acréscimo de 50% (cinquenta por cento) ao valor total da corrida.

Art. 3º Os táxis regularmente dotados de rádio transreceptor, quando atenderem corrida através desse sistema, deverão acionar o taxímetro somente no momento do embarque do passageiro, ficando autorizada a cobrança da bandeirada pela chamada.

Art. 4º Aos táxis dos pontos de rua, no transporte de volume ou conjunto de volumes (malas, caixas, pacotes, sacolas, etc.), que tenha no mínimo 60cm (sessenta centímetros) em sua maior dimensão, fica autorizada a cobrança do valor único estabelecido no artigo 1º, observado o artigo 6º deste Decreto.

Art. 5º Os táxis lotados no ponto nº 100 - Aeroporto Internacional de Cumbica - Guarulhos/SP não poderão, em hipótese alguma, fazer uso da bandeira 2 ou cobrar valor por transporte de volumes.

Art. 6º Os táxis que embarquem passageiros nas áreas autorizadas de supermercados, hipermercados, hotéis, hospitais, terminais urbanos ou terminais rodoviários, não poderão cobrar valor por transporte de volumes.

~~Art. 7º Todos os táxis da cidade, tanto dos pontos de rua quanto do ponto nº 100 - Aeroporto Internacional de Cumbica - Guarulhos/SP, deverão adequar o aparelho taximétrico à tarifa estabelecida no presente Decreto, no período de 20/06/2022 a 20/07/2022.~~

Art. 7º Todos os táxis da cidade, tanto dos pontos de rua quanto do ponto nº 100 - Aeroporto Internacional de Cumbica - Guarulhos/SP, deverão proceder a respectiva verificação dos taxímetros pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM, nos termos das normas estabelecidas e em consonância com este Decreto. [\(Art. 7º com redação dada pelo Decreto nº 39304/2022\)](#)

§ 1º A partir da vigência deste Decreto, deverá ser afixada no vidro lateral esquerdo traseiro do veículo, obrigatoriamente, a tabela de preços devidamente aprovada pela Municipalidade, podendo corresponder ao modelo provisório previamente autorizado pela Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana .

§ 2º A cobrança indevida de tarifa, a ausência ou o uso indevido da tabela taximétrica e/ou o desrespeito ao prazo previsto no *caput* deste artigo, sujeitarão o infrator às penalidades previstas na Lei Municipal nº 2.433/80 e suas alterações.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guarulhos, 3 de junho de 2022.

GUSTAVO HENRIC COSTA
Prefeito Municipal

LUIGI CAMILO AMADEU LAZZURI NETO
Secretário de Transportes e Mobilidade Urbana

Registrado na Chefia de Gabinete do Prefeito do Município de Guarulhos e afixado no lugar público de costume aos três dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois.

MAURÍCIO SEGANTIN
Chefe de Gabinete do Prefeito

Publicado no Diário Oficial do Município, em 3 de junho de 2022
Decreto editorado com as alterações inseridas pelo Decreto nº 39304/2022

Táxi

Informações ao munícipe

O que é o táxi?

Um táxi é um [automóvel](#) destinado ao transporte de passageiros e provido de um taxímetro. É um modo de transporte com características entre os veículos privados e os [ônibus](#) urbanos, sem uma rota regular e contínua.

Em Jundiaí é realizado por pessoa física ou jurídica a quem é outorgada autorização para transporte de pessoas com tarifa pré-fixada pelo Poder Público Municipal.

O serviço de táxi de no município de Jundiaí é regulado pela Lei nº 9.222 de 14 de junho de 2019.

Para mais informações orientamos procurar preferencialmente o atendimento através dos telefones 4589-8777/4589-8778 das 9h às 17h ou pelo e-mail scomplementares@jundiai.sp.gov.br.

Tarifa Quilométrica (Bandeira I)	R\$ 3,50
Tarifa Quilométrica (Bandeira II)	R\$ 4,20
Tarifa horária	R\$ 30,00
Volume transportado	R\$ 1,00

Informações aos Autorizatários e Condutores

Os valores de expedição para o ano de 2023.

Item	Valor
Certidão de isenção ICMS	R\$ 20,00
Certidão de isenção de IPI	R\$ 20,00

- » [Formulários](#)
- » [Legislação](#)
- » [Relação de Pontos de Taxi](#)
- » [Relação de Taxistas por Ponto](#)

Link original: <https://jundiai.sp.gov.br/mobilidade/transporte-publico/taxi/>



Prefeitura Municipal de Marília

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO NÚMERO 13799 DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DAS TARIFAS DO SERVIÇO DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA/SP

DANIEL ALONSO, Prefeito Municipal de Marília, usando de atribuições legais, consoante o que dispõe o inciso XXII do artigo 7º c/c a alínea “j” do inciso I do artigo 122 da Lei Orgânica do Município de Marília, bem como o artigo 27 da Lei nº 5258/2002, modificadas posteriormente e,

Considerando a solicitação efetuada pelo Sindicato dos Taxistas e Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Marília através do Protocolo nº 24278/2022,

DECRETA:

Art. 1º. As tarifas dos táxis licenciados no Município de Marília, relativas aos itens abaixo, passam a ter os seguintes valores a partir de 1º de janeiro de 2023:

I-	Km rodado Bandeira I.....	R\$ 4,50
II-	Km rodado Bandeira II.....	R\$ 5,30
III-	Hora parada.....	R\$ 26,00
IV-	Bandeirada.....	R\$ 6,50
V-	Volume transportado.....	R\$ 1,00

Art. 2º. As tarifas dos táxis licenciados no Município de Marília terão o prazo até 31 de janeiro de 2023 para providenciarem a atualização dos taxímetros, período no qual poderão utilizar-se de uma tabela complementar de preços, em caráter excepcional, a ser fornecida pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Marília.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Marília, 10 de outubro de 2022.

DANIEL ALONSO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marília
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO N° 13799/2022

-02-

Registrado na Secretaria Municipal da Administração, em 10 de outubro de 2022.

CÁSSIO LUIZ PINTO JUNIOR
Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 13.410, DE 29 DE JUNHO DE 2022.

Dispõe sobre reajuste de tarifas para os serviços de táxis do Município de Osasco.

ROGÉRIO LINS, Prefeito do Município de Osasco, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art. 1º Ficam reajustadas as tarifas dos serviços de táxis do Município de Osasco, nos seguintes valores:

I - R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos), para a bandeirada (saída);

II - R\$ 4,00 (quatro reais), para o quilômetro rodado na bandeira I, no horário das 06h00 às 20h00, exceto aos domingos e feriados;

III - R\$ 46,00 (quarenta e seis reais), para a hora parada;

IV - R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), adicional de bagagem quando utilizado o porta malas, ficando isentos do pagamento o transporte de cadeiras de rodas ou aparelhos ortopédicos dos portadores de necessidades especiais ou temporárias e os idosos.

§ 1º Conforme estabelecido no art. 11, inc. III, da Lei Municipal nº 4.524, de 04 de abril de 2012, a bandeira 2 registrará a tarifa para o transporte de até 04 (quatro) passageiros, com acréscimo de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da tarifa do quilômetro rodado da bandeira 1, no horário das 20h01min às 05h59min de segunda à sábado e aos domingos e feriados o dia todo.

§ 2º Nas corridas para a Capital e demais cidades da Grande São Paulo será cobrada um acréscimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) sobre o respectivo valor, a título de remuneração de retorno.

§ 3º O acréscimo referido no § 2º não se aplica aos casos de retornos dos passageiros ao Município de Osasco.

Art. 2º Os motoristas terão prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para adequarem os aparelhos taxímetros a nova tarifa.

Parágrafo único. Os taxistas do Município de Osasco deverão proceder à verificação dos respectivos taxímetros, nos prazos estabelecidos pelo IPPEM, findos os quais o veículo que não tiver o taxímetro verificado estará sujeito a sanções cabíveis pela Legislação Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 10.628, de 23 de novembro de 2011.

Osasco, 29 de junho de 2022.

ROGÉRIO LINS
Prefeito

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 30/06/2022

Táxi - Legislação

Lei nº 2.112/1974; Lei nº 2.387/1979; Lei nº 2.447/1981; Lei nº. 4.831/2000; Lei nº. 5.215/2002; Lei nº. 4.978/2001; Lei nº. 5.703/2006; Lei nº 5.784/2006; Lei nº 5.809/2006;

Decreto nº 9.117/2000; Decreto nº. 14.512/2012; Decreto nº. 14.573/2012; Decreto nº. 16.612/2016; Decreto nº. 16.641/2016

É um serviço prestado por pessoas físicas / M.E.I. que possuem veículo de aluguel (táxi) provido de taxímetro, para prestação de serviço ao público, com cadastro Municipal de Condutores de Táxi, onde recebem documento pessoal e intransferível, que habilita o cidadão (Pessoa Física / M.E.I.) a exercer esta atividade.

• O que é necessário para ser um motorista de táxi?

É preciso obter uma concessão / permissão para exercer esta atividade em nosso Município, sendo que no momento a Prefeitura não está disponibilizando novas concessões / permissões, sendo somente adquiridas por taxistas já detentores que estejam querendo transferir a terceiros.

• Valores aplicados:

Para o TÁXI COMUM, vigora valores em [Decreto de nº. 16.704/2016](#) de 23 de junho de 2016

a) Bandeirada: R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos);

b) KM B.I.: R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos);

c) KM B.II.: R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos);

d) Hora Parada: R\$ 28,00 (vinte e oito reais);

e) Km fora do perímetro urbano, ida e volta: R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos);

f) A Bandeira "2" será utilizada, de segunda a sexta-feira a partir das 18h00, aos sábados a partir das 12h00 e aos domingos e feriados o dia todo.

P.S.: Os taxímetros somente deverão ser ligados quando os passageiros adentrarem nos veículos.

Para o TÁXI EXECUTIVO, vigora valores em [Decreto de nº. 16.704/2016](#) de 23 de junho de 2016

a) Bandeirada: R\$ 7,00 (sete reais);

b) KM B.I.: R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos);

c) KM B.II.: R\$ 4,75 (quatro reais e setenta e cinco centavos);

d) Hora Parada: R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos);

e) KM fora do perímetro urbano, ida e volta: R\$ 2,45 (dois reais e quarenta e cinco centavos);

f) A Bandeira "2" será utilizada de segunda a sexta-feira a partir das 18h00, aos sábados a partir das 12h00 e aos domingos e feriados o dia todo.

P.S.: Os taxímetros somente deverão ser ligados quando os passageiros adentrarem nos veículos.

Para o TÁXI ADAPTADO, são ao mesmos do COMUM, vigora valores em [Decreto de nº. 16.704/2016](#) de 23 de junho de 2016

a) Bandeirada: R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos);

b) KM B.I.: R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos);

c) KM B.II.: R\$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos);

d) Hora Parada: R\$ 28,00 (vinte e oito reais);

e) Km fora do perímetro urbano, ida e volta: R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos);

f) A Bandeira "2" será utilizada de segunda a sexta-feira a partir das 18h00, aos sábados a partir das 12h00 e aos domingos e feriados o dia todo.

P.S.: Os taxímetros somente deverão ser ligados quando os passageiros adentrarem nos veículos.

Para informações:

SEMUTTRAN – Divisão de Transportes Especiais

Horário de Atendimento: 08h30 às 11h00 e das 13h00 às 16h30

Endereço: Avenida São Paulo nº 1.375 – Bairro Pauliceia

Contato: (19) 3435-9499 ou (19) 99984-6505 (WhatsApp)

Publicado em: 20/09/2019



DECRETO Nº 27.931/2017

Reajusta os valores do serviço de táxi deste Município.

NELSON ROBERTO BUGALHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei e

Considerando a planilha de custo operacional juntada aos autos do processo administrativo nº 9.305, de 24 de março de 2017, protocolado pelo Sindicato dos Taxistas Autônomos, Caminhoneiros Autônomos e Transportadores Autônomos de Passageiros de Presidente Prudente e Região;

Considerando os índices inflacionários anuais apurados pela Administração Pública,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam estabelecidos os valores para a bandeirada, o quilômetro rodado nas bandeiras I e II e hora parada, para o serviço de táxi neste Município, como segue:

I -	bandeirada	R\$ 6,49
II -	quilômetro rodado na bandeira I	R\$ 3,28
III -	quilômetro rodado na bandeira II	R\$ 4,07
IV -	hora parada	R\$ 16,10

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 26.636/2016.

Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 18 de abril de 2017.

NELSON ROBERTO BUGALHO
Prefeito Municipal

ALBERICO BEZERRA DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

OSVALDO FRANCISCO DA SILVA
Secretário Municipal de Assuntos Viários e Cooperação em Segurança Pública

DECRETO Nº 95, DE 13/04/2022

DISPÕE SOBRE OS VALORES DOS PARÂMETROS DE PROGRAMAÇÃO TAXI MÉTRICA.

DUARTE NOGUEIRA, Prefeito Municipal de Ribeirão preto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerando que, desde o último reajuste tarifário, que ocorreu em abril de 2014, até fevereiro do ano em curso, o preço médio do combustível ao consumidor em Ribeirão Preto (média gasolina/etanol) foi majorado em 103,1% (site da ANP - Agência Nacional do Petróleo), enquanto, nesse mesmo período, o preço médio dos automóveis apresentou elevação de 79,6% (índices Econômicos FGV IBRE Coluna 36 - Veículos Automotores), e o IPC/BR-DI (série dos Índices de Preços ao Consumidor, coluna 5 dos Índices Econômicos, publicada pela FGV IBRE) registrou variação de 57,8%;

Considerando que, nesse mesmo período, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulou variação de 59,43%,
DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes valores para os parâmetros de programação taxi métrica no Município de Ribeirão Preto:

I - Tarifa Inicial (Bandeirada) mantido o valor de R\$ 5,00 (cinco reais);

II - Tarifa Normal (Bandeira I) valor de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos);

III - Tarifa Especial (Bandeira II) valor de R\$ 4,00 (quatro reais);

IV - Tarifa Horária (Hora Parada) valor de R\$ 40,00 (quarenta reais);

V - Bagagem (volume extra acima de 60 cm de comprimento) mantido o valor de R\$ 1,00 (um real).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, reproduzindo seus efeitos a partir de 25 de abril de 2022 e revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Rio Branco

DUARTE NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/11/2023

NOVO VALOR

Após seis anos, Prefeitura de Rio Preto autoriza aumento de

Entrar

Assine

Cidades Política Economia Cultura Esportes Podcasts Diário Multi

tone.carvalho@diariodaregio.com.br

Publicado em 27 de maio de 2022 às 20:37

Atualizado em 28 de maio de 2022 às 08:40



Com a chegada dos aplicativos de carona, diminuiu o número de corridas e taxistas em Rio Preto (Divulgação/ Fernando Frazão/Agência Brasil)



Você ainda pode ler 4 matéria(s).

Para ler sem limites, assine nosso portal.

Assinar

Saber mais



Saco Lixo Qualitá P.

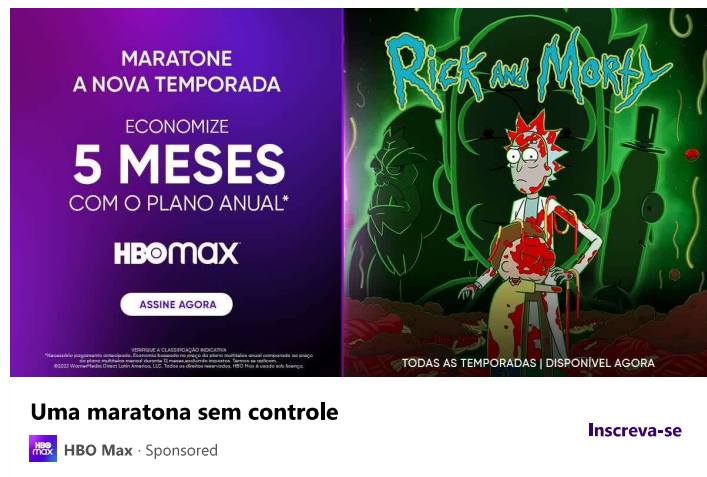
Skip Ad



Após seis anos, Rio Preto volta a ter reajuste na tarifa de táxi. A medida estipulando o novo valor foi publicada no Diário Oficial nesta quinta-feira, dia 26. O principal aumento foi na bandeira dois, que passou de R\$ 4,36 para R\$ 5,23 – aumento de 20%.

Apesar do reajuste, autorizado pela Prefeitura, os novos valores ainda não têm data para começar a ser praticado na cidade. Isso porque os taxistas precisam atualizar os taxímetros mediante o cronograma do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem-SP).

PUBLICIDADE



MARATONE A NOVA TEMPORADA


ECONOMIZE
5 MESES
COM O PLANO ANUAL*

HBO MAX

ASSINE AGORA

TODAS AS TEMPORADAS | DISPONÍVEL AGORA

Uma maratona sem controle

 HBO Max · Sponsored

[Inscreva-se](#)

Segundo o presidente do Sindicato dos Taxistas de Rio Preto, André Luiz Cabello, o reajuste é importante para a categoria devido ao aumento nos últimos meses do combustível. “O último reajuste na tarifa foi em novembro de 2015. Ele é muito importante, porque o preço de tudo aumentou nos últimos meses”.

Com o reajuste, o valor da bandeira um passará de R\$ 3,42 para 4,10, aumento de 20%; a bandeira 2 que, atualmente, é R\$ 4,36, será de R\$ 5,23. Já a hora parada terá um aumento de 12%. De R\$ 37,50 para R\$ 42. O valor da bandeirada continua o mesmo: R\$ 5,40.

Dados do sindicato apontam que a cidade conta com 230 motoristas cadastrados como taxistas, no entanto, a própria entidade garante que muitos pararam de circular com a queda das corridas. “Caiu muito as corridas de táxi nos últimos anos. Digo que o maior problema são os motoristas que estão trabalhando fora dos aplicativos”, afirmou Cabello.

Taxista há 28 anos, Wilson Cândido sente na pele os reflexos da diminuição de corridas. “Fazia uma média de quinze corridas por dia, com a chegada dos aplicativos faço de três a cinco”, contou.

A chegada dos aplicativos de transporte revolucionou a maneira dos moradores se locomover nas cidades. Enquanto diminuiu o número de corridas e taxistas, a locomoção por meio dos aplicativos disparou. “A gente teve uma leve recuperação neste ano, porque a tarifa da Uber subiu nos últimos meses”, destacou Wilson.



A alteração nas tarifas de transporte de passageiros por aplicativos também foi adotada pelas empresas devido ao aumento do preço do combustível e da fuga de motoristas cadastrados na plataforma. Embora não exista um número oficial, estima-se que Rio Preto tenha aproximadamente 4 mil motoristas de aplicativo, segundo representantes da categoria.

[REAJUSTE](#)[TAXI](#)[RIO PRETO](#)

Receba notícias no seu e-mail

Ao informar meus dados, eu concordo com a [Política de Privacidade](#).

[Quero receber!](#)

VOCÊ PODE GOSTAR



[PulseWatch](#)

Este relógio pode monitorar sua glicose com precisão



[LOPITRAM](#)

Um truque simples para queima 1kg de gordura da barriga por dia



[VaricoseCare Max™](#)

Médicos alertam: se você tiver varizes, faça isso imediatamente!



[Saúde E Bem-Estar](#)

Descubra o poder da vitamina k2 combinada com o resveratrol



[Streaming HDTV](#)

Maneira barata de obter todos os canais de TV! Veja agora!



[SpiroTrill](#)

Basta 1 dose disto antes de dormir, para perder 17kg em 21 dias!



[Pesquisar Anúncios](#)

Idosos podem receber implantes dentários gratuitos



[Enlargon](#)

Truque estranho para ter ereções fortes por 3h ou mais. (clique)



[Search Ads](#)

Você sabe o que é dermatite atópica? (Vamos dar uma olhada!)



EDITORIAS

Cidades

Política

Economia

Cultura

Esportes

Coluna Diário

Podcasts

GRUPO DIÁRIO

Diário Imóveis

Diário Multi

FM Diário

Revista Bem-Estar

DÚVIDAS

Termos de Uso

CONTATOS

Contato São José do Rio Preto

comercial@diariodaregiao.com.br

(17) 2139-2054

Contato São Paulo

lucianawensko.grupodiario@gmail.com

(11) 99938-6219

Contato DPO

dpo@diariodaregiao.com.br

ACESSE

Captação

Webtake

REDES SOCIAIS

 Facebook

 Twitter

Fale conosco





Decreto Municipal Nº 17944 de 25/05/2022

Os textos contidos neste sistema têm caráter meramente informativo. Somente os publicados no Diário Oficial estão aptos à produção de efeitos legais.

[Nova Pesquisa](#)

[Texto Original](#) [Detalhes da Norma](#)

[Imprimir Texto Original](#)

DECRETO Nº 17.944, DE 25 DE MAIO DE 2022

FIXA tarifa de transporte de passageiro individual por táxi convencional ou especial no Município de Santo André.

PAULO SERRA, Prefeito do Município de Santo André, Estado de São Paulo, no uso e gozo de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Consórcio Intermunicipal Grande ABC desempenha o papel de órgão articulador e promotor de ações relacionadas à região do Grande ABC;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 202203002, de 28 de março de 2022, encaminhado ao Consórcio Intermunicipal Grande ABC pelo Sindicato dos Taxistas Autônomos de Santo André e Região;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos valores de tarifas do sistema de táxi no Município de Santo André;

CONSIDERANDO o que foi deliberado pelos senhores Prefeitos na 140ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 017/2022 - SATRANS,

DECRETA:



Art. 1º Os valores para as tarifas do serviço de transporte individual de passageiros - táxi convencional ou especial, no âmbito do Município de Santo André, ficam fixadas na seguinte conformidade:

I - Bandeirada: R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos);

II - Quilômetro rodado bandeira 1: R\$ 3,92 (três reais e noventa e dois centavos) por quilômetro percorrido, de segunda a sábado das 06h00 às 18h00;

III - Quilômetro rodado bandeira 2: R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) por quilômetro percorrido, de segunda a sábado das 18h00 às 06h00 e aos domingos e feriados municipais, estaduais e federais, todo o período;

IV - Hora lenta ou parada: R\$ 42,00 (quarenta e dois reais).

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 16.642, de 29 de abril de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Santo André, 25 de maio de 2022.

PAULO SERRA
PREFEITO MUNICIPAL

ALMIR ROBERTO CICOTE
SECRETÁRIO DE MOBILIDADE URBANA

CAIO COSTA E PAULA
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS
Registrado e digitado na Enc. de Expediente e dos Atos Oficiais, na mesma data e publicado.

ANA CLAUDIA CEBRIAN LEITE
CHEFE DE GABINETE

Situação: Em Vigor

Ementa: FIXA TARIFA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO INDIVIDUAL POR TÁXI CONVENCIONAL OU ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ.

Palavras-chave: TÁXI ; TRANSPORTE INDIVIDUAL ; TARIFA

Autoria: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ

Alterações

1

[Decreto Municipal Nº 16642 de 29/04/2015](#)

REAJUSTA TARIFAS DO SERVIÇO DE TÁXI

Publicidade Legal

- [26/05/2022 - Diário do Grande ABC - Caderno Classificados - Edição Nº 18718 - Página 6](#)



A partir da zero hora de sábado (18), a tarifa do serviço de táxi será reajustada. O custo médio da corrida será elevado em 6,33%. Isso porque a distância média percorrida pelos táxis na cidade é de quatro quilômetros por viagem, custando hoje ao passageiro R\$ 14,86. Com a majoração, esse deslocamento passa a custar R\$ 15,80.

A edição desta sexta (17) do Diário Oficial de Santos publica o decreto nº 6.075, atualizando os valores. O valor da bandeirada passa de R\$ 4,70 para R\$ 5,00 (6,38%). O quilômetro percorrido na bandeira 1 terá aumento de 6,30%, de R\$ 2,54 para R\$ 2,70; o quilômetro rodado na bandeira 2 será acrescido em 6,23%, dos atuais R\$ 3,05 para R\$ 3,24. Não haverá aumento sobre o valor da hora lenta ou parada, que fica mantida em R\$ 19,61.

O Sindicato dos Taxistas justificou o pedido de reajuste à prefeitura levando em consideração a elevação nos preços dos combustíveis, folha de pagamento, seguros dos veículos e demais insumos medidos no período, que oneraram os custos operacionais do serviço.

Os taxímetros deverão ser revisados e aferidos nas oficinas credenciadas pelo Inmetro em até 60 dias corridos, contados a partir de sexta. Durante esse período, os taxistas utilizarão uma tabela com a conversão dos valores, devidamente autenticada pela CET e que deverá ser apresentada aos passageiros no final da corrida.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão da CET registra sugestões e queixas sobre o serviço de táxis pelo 0800-7719194, opção 2.



(https://facebook.com/sha...
u=https://www.santos.sp.gov.br/?
q=noticia/tarifa-de-taxi-
sera-reajustada-no-
sabado)

DECRETO Nº 27.049, DE 13 DE MAIO DE 2022.

(Dispõe sobre o reajuste das tarifas taxi métricas de Sorocaba e dá outras providências).

RODRIGO MAGANHATO, Prefeito de Sorocaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da alínea "a", do inciso XIX, do artigo 4º, da Lei Orgânica do Município; e;

CONSIDERANDO o pedido formulado pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Sorocaba, DECRETA:

Art. 1º As tarifas dos veículos táxi, licenciados no Município de Sorocaba, ficam reajustadas, passando a vigorar com os seguintes valores:

I - Bandeirada: R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos);

II - Bandeira I: R\$ 3,84 (três reais e oitenta e quatro centavos);

III - Hora Parada: R\$ 28,00 (vinte e oito reais).

§ 1º Por volume transportado, acima de 60 (sessenta) centímetros em extensão, permanece autorizada a cobrança de R\$ 1,00 (um real).

§ 2º No uso da Bandeira II, admitida das 19h00min às 6h00min de segunda a sexta-feira, aos sábados a partir das 13h00min e integralmente aos domingos e feriados, permanece autorizado, na tarifa do quilometro rodado (Bandeira I), o acréscimo de 20% (vinte por cento).

Art. 2º Os autorizatários deverão providenciar a aferição dos taxi metros no prazo de 30 (trinta) dias da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Durante o prazo previsto neste artigo, fica autorizado o uso da tabela de conversão.

Art. 3º A tabela prevista no artigo anterior deverá ser confeccionada pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Sorocaba.

Art. 4º A Taxa de Agendamento terá o valor de R\$ 10,00 (dez reais) que poderá ser cobrada do usuário do serviço que agendar data, horário e local para seu atendimento, com antecedência mínima de 1 (uma) hora.

Parágrafo único. A Taxa de Agendamento é facultativa. A sua cobrança deverá ser feita somente quando da aceitação do usuário do serviço.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, correrão por conta de verba própria consignada em orçamento.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Tropeiros "Dr. José Theodoro Mendes", em 13 de maio de 2 022,

367º da Fundação de Sorocaba.

RODRIGO MAGANHATO
Prefeito Municipal

LUCIANA MENDES DA FONSECA
Secretária Jurídica

AMÁLIA SAMYRA DA SILVA TOLEDO
Secretária de Governo

CARLOS EDUARDO PASCHOINI

Secretário de Mobilidade

Publicado na Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais, na data supra.

ANDRESSA DE BRITO WASEM

Chefe da Divisão de Controle de Documentos e Atos Oficiais

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/05/2022

PORTARIA SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO – SMT/SETRAM Nº 24 DE 20 DE OUTUBRO DE 2023

► ANEXOS

Autoriza o sistema de cobrança de tarifa pré-fixada para o transporte individual de passageiros providos de taxímetro, e dá outras providências.

PORTARIA SMT.SETRAM nº 024, de 20 de outubro de 2023

Autoriza o sistema de cobrança de tarifa pré-fixada para o transporte individual de passageiros providos de taxímetro, e dá outras providências.

GILMAR PEREIRA MIRANDA, Secretário Executivo de Transporte e Mobilidade Urbana, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 60.448, de 09 de agosto de 2021, bem como a Portaria SMT.GAB nº 042, de 09 de setembro de 2021;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 55.816, de 23 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO a fixação de novas tarifas do serviço de táxi no Município de São Paulo, conforme Portaria SMT.SETRAM nº 022, de 17 de outubro de 2023;

CONSIDERANDO a autorização do sistema de cobrança de tarifa pré-fixada, pela Portaria SMT/GAB nº 001/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as novas tabelas de preços pré-fixadas, para as modalidades de táxi comum, comum rádio, especial e luxo, de uso exclusivo dos pontos de táxi autorizados nos termos da Portaria SMT/GAB nº 001/2015.

Art. 2º A Portaria SMT/GAB nº 001/2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O sistema de cobrança de tarifa pré-fixada consiste na utilização para o cálculo da corrida da tabela constante portaria específica, conforme a quilometragem percorrida." (NR)

"Art. 8º A tabela com os respectivos valores, disposta nos termos de portaria específica, conforme a modalidade, deverá ser afixada em local visível nas cabines, no ponto privativo e nos veículos para consulta dos passageiros." (NR)

"Art. 11. O bilhete a ser utilizado no sistema de cobrança de pré-tarifa em cabines de cobrança deverá seguir o modelo constante de portaria específica, sendo numerado e emitido em duas vias: usuário e motorista, com as seguintes informações:

a) " (NR)

Art. 3º Revoga-se a Portaria SMT/SETRAM nº 016, de 31 de março de 2022.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor a partir das 00h00min de 28 (vinte e oito) de outubro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

GILMAR PEREIRA MIRANDA

Secretário Executivo de Transporte e Mobilidade Urbana

ANEXO I

[092074816](#)

ANEXO II

[092074828](#)

ANEXO III

[092074857](#)

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Anexos

Anexo I da Portaria
SMT SETRAM
24_2023.pdf (212.42
KB).

Anexo II da Portaria
SMT SETRAM
24_2023.pdf (212.54
KB).

Anexo III da Portaria
SMT SETRAM
24_2023.pdf (181.55
KB).



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 7.099, DE 18 DE MAIO DE 2.022

“Dispõe sobre fixação da tarifa de táxi e sua atualização”.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA, Prefeita Municipal de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no inciso VI, Artigo 64 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o pedido do Sindicato dos Taxistas Autônomos de São João da Boa Vista – SINDITAXI, formulado através de requerimento protocolado nesta Prefeitura junto aos Processos Administrativos nº 8.529/2021; 4.073/2022 e 7172/2022;

Considerando a sugestão da Comissão de Estudos Tarifários, nomeada pela Portaria nº 14.519 de 29 de dezembro de 2021 e alterações posteriores, conforme Ata anexa ao Processo Administrativo nº 7.172/2022, às fls. 12 (frente e verso),

DECRETA:

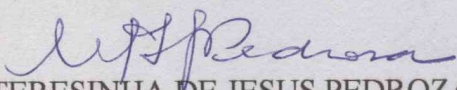
Art. 1º - A tarifa relativa aos serviços de táxi no Município, fica fixada de acordo com a especificação abaixo:

- a) Bandeirada.....R\$ 5,50
- b) Km rodado-bandeira 1.....R\$ 4,00
- c) Km rodado-bandeira 2.....R\$ 4,80
- d) Hora parada.....R\$ 22,55

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

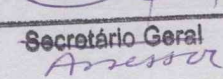
Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois (18.05.2022).


MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA
Prefeita Municipal

Publicado no Jornal Oficial Eletrônico
do Município nº 1198 na edição
do dia 20 / 05 / 2022.

Secretário Geral





Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

DECRETO Nº 15.733, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre reajuste de tarifa para o serviço de Táxi.

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL DE TAUBATÉ, no uso de suas atribuições legais e à vista dos elementos constantes no processo administrativo nº 19.058/2023 e

Considerando a reunião realizada no dia 14 de junho de 2022 juntada nos autos do Processo Administrativo nº 13.649/2022, com os permissionários do serviço de táxi e o Sindicato da categoria sobre o pedido de reajuste tarifário, intermediada pela Secretaria de Mobilidade Urbana, acordando-se em razão da Pandemia do Covid-19 que o reajuste não seria realizado naquele ano, postergando para o próximo ano;

Considerando que tais valores foram fixados há mais de sete anos, pelo Decreto nº 13.793, de 05 de maio de 2016 - reajuste Tarifa Táxi;

Considerando que o Sindicato dos Taxistas Autônomos de Taubaté e Região, via Protocolo Digital 1Doc nº 65.735/2023, reiterou a solicitação de revisão da tarifa do Serviço de Táxi em vigor, haja vista que os atuais valores foram fixados há mais de sete anos, pelo Decreto nº 13.793, de 05 de maio de 2016 - reajuste Tarifa Táxi;

Considerando a elevação dos custos de combustível, custos de manutenção veicular, aumento dos preços dos insumos, elevação do preço do seguro veicular, aumento dos impostos e a inflação acumulada desde o último reajuste;

DECRETA:

Art. 1º As tarifas para o Serviço de Táxi ficam reajustadas na seguinte conformidade:

- I – R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para bandeira inicial;
- II - R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) para o quilômetro rodado na Bandeira I;
- III - R\$ 6,00 (seis reais) para o quilômetro rodado na Bandeira II;
- IV – R\$ 32,00 (vinte e oito reais) a hora parada.



Prefeitura Municipal de Taubaté *Estado de São Paulo*

Art. 2º As tarifas estabelecidas pelo presente Decreto serão cobradas após adaptação e aferição do taxímetro às novas tarifas pelo Instituto de Pesos e Medidas – IPEM/SP .

Art. 3º Fica autorizada o uso da Bandeira II estabelecida pelo Decreto nº 13.793, de 05 de maio de 2016 pelos permissionários durante às 24h/dia até a adaptação dos taxímetros pelo IPEM/SP às novas tarifas.

Art. 4º Os permissionários deverão portar o presente decreto e o Decreto nº 13.793, de 05 de maio de 2016 durante a prestação dos serviços até a adaptação dos taxímetros pelo IPEM/SP às novas tarifas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2024.

Prefeitura Municipal de Taubaté, 21 de dezembro de 2023, 385º da fundação do Povoado e 379º da elevação de Taubaté à categoria de Vila.

JOSÉ ANTONIO SAUD JUNIOR
Prefeito Municipal

LUCAS ALCÂNTARA DOMINONI
Secretário de Mobilidade Urbana

Publicado na Secretaria de Governo e Relações Institucionais, 21 de dezembro de 2023.

HAMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR
Diretor de Governança
Resp. pelo Exp. da Secretaria de Governo e Relações

ELAINE APARECIDA DE OLIVEIRA MOREIRA
Diretora de Assuntos Legislativos

Assinado por 4 pessoas: LUCAS ALCÂNTARA DOMINONI, HAMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR, JOSÉ ANTÔNIO SAUD JUNIOR e ELAINE APARECIDA DE OLIVEIRA MOREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://taubate.1doc.com.br/verificacao/6556-8E83-471A-6C2A> e informe o código 6556-8E83-471A-6C2A



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6556-8E83-471A-6C2A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LUCAS ALCÂNTARA DOMINONI (CPF 333.XXX.XXX-02) em 21/12/2023 14:48:18 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HAMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR (CPF 279.XXX.XXX-18) em 21/12/2023 17:08:44 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HAMILTON JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR (CPF 279.XXX.XXX-18) em 21/12/2023 17:15:23 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOSÉ ANTÔNIO SAUD JUNIOR (CPF 014.XXX.XXX-23) em 21/12/2023 17:18:31 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ELAINE APARECIDA DE OLIVEIRA MOREIRA (CPF 183.XXX.XXX-02) em 21/12/2023 17:19:09 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taubate.1doc.com.br/verificacao/6556-8E83-471A-6C2A>

Anexo IV - Pesquisa sobre taxa de ADM.pdf

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021****SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - LICITAÇÃO****MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS****Secretaria de Gestão Corporativa****Superintendência Regional de Administração na Paraíba (UASG 170050)**

(Processo Administrativo nº10467.100007/2023-00)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de táxi, modo convencional, mediante chamada por aplicativo de celular e outros canais de atendimento, para o transporte de servidores e demais pessoas a serviço da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – PARAÍBA (SRA-PB) e de órgãos clientes na Região Metropolitana de João Pessoa/PB, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O quantitativo anual estimado para atender a demanda da GRA/PB e de órgãos clientes é de:

Item	Quantidade estimada		
	GRA/PB	PFN/PB	TOTAL
Chamadas	96	48	144
Distância (km)	1.152	250	1.402

1.3. Para a conversão em componentes de um serviço de táxi padrão, serão considerados:

- **Bandeirada = Número de chamadas estimado na tabela acima**
- **Bandeira 1 = 90% do valor da Distância (km) estimada na tabela acima**
- **Bandeira 2 = Diferença do valor da Distância (km) estimada na tabela acima**
- **Hora parada = 1% do valor da Distância (km) estimada na tabela acima**

1.4. Desta forma, tem-se:

Item	Descrição	Componentes	Qde Anual Estimada
1	Prestação de serviço de táxi, modo convencional, mediante chamada por aplicativo de celular e outros canais de atendimento, para o transporte de servidores e demais pessoas a serviço do Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público e de órgãos clientes na Região Metropolitana de João Pessoa/PB	Bandeirada	144
		Bandeira 1	1.262
		Bandeira 2	140
		Hora parada	15

1.5. Os quantitativos apurados são uma expectativa de consumo, não vinculando a CONTRATANTE, eis que os serviços em tela ocorrerão sob demanda.

1.6. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da vigência inicial, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de necessidade permanente.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000014/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 14/02/2023
- III) Id do item no PCA: N/I
- IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - 643
- V) Identificador da Futura Contratação: 22/2022

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**Subcontratação**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Definição**

5.1. Taxigov é o serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal em deslocamentos a trabalho com o uso de táxis, que começou a ser implementado em março de 2017, em Brasília. A partir de 2019, o projeto se expandiu para outras localidades do Brasil.

5.2. O objetivo é melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência, através do uso de tecnologia.

Regras de uso

5.3. As regras abaixo estão contidas no Decreto 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, que versa sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.4. Usos permitidos:

5.4.1. Deslocamentos a trabalho, como reuniões, entrega de documentos, visitas técnicas, capacitação etc.;

5.4.2. Para viagens fora do estado no qual o servidor é lotado, recomenda-se entrar em contato com o Gestor Setorial da unidade que será realizada a viagem e ajustar o cadastramento do perfil de usuário no TáxiGov correspondente.

5.5. Usos proibidos:

5.5.1. Deslocamentos por interesse pessoal e/ou em viagens a passeio ou lazer (Art 6º, inciso V);

5.5.2. Viagens entre residência e local de trabalho, exceto em casos de áreas de difícil acesso ou que não possuam transporte público regular (Art 6º, inciso II);

5.5.3. Uso aos sábados, domingos e feriados, exceto para eventual desempenho de encargos inerentes ao exercício da função pública ou nas hipóteses previstas nos incisos VIII e IX do caput do art. 5 do Decreto Nº 9.287, de 15 de fevereiro de 2018 Art 6º, inciso III);

5.5.4. Deslocamentos para aeroportos, se o servidor receber indenização (Art 6º, inciso IV).

5.6. A facilidade para o usuário é parte fundamental na solução. Deve haver a possibilidade de solicitação do serviço pelo próprio usuário, sem recorrer ao gestor do serviço, bastando apenas cadastro no sistema, o aplicativo mobile instalado ou o acesso à aplicação web e acesso a internet.

5.7. Essa facilidade deve ser somada ao recurso de emissão de relatórios on-line pelo gestor contratual, possibilitando: a transparência e o controle sobre o serviço, com acesso a todas as informações das corridas realizadas; a desburocratização do serviço de transporte; a aplicação de controles posteriores diante de aparentes desvios de finalidade; o aumento da eficiência sobre a gestão do serviço.

5.8. A requisição do serviço deve ser enviada aos motoristas cadastrados no sistema, para quem um deles inicie o atendimento em tempo máximo que será determinado no Termo de Referência.

5.9. A corrida deverá ser efetivamente iniciada após o embarque do usuário, finalizando no desembarque, caracterizando um serviço sob demanda, em que há cobrança apenas em relação ao uso do serviço propriamente dito.

5.10. Após o encerramento da corrida, o usuário que utilizou o serviço deverá receber, no e-mail cadastrado em sua conta ou via aplicativo mobile, uma cópia do recibo eletrônico da corrida com informações sobre o serviço. Haverá neste e-mail ou aplicativo mobile um espaço para avaliação pelo usuário, buscando assim a manutenção da qualidade do serviço.

5.11. As corridas deverão ser faturadas mensalmente pela contratada. A contratante deverá analisar incorreções em registros de corridas prestados e a qualidade do serviço.

5.12. Os serviços de transporte a serem prestados são de deslocamento de usuários entre as diversas edificações do órgão contratante e outros destinos no âmbito da Região Metropolitana, sempre a bem do serviço público e em uso estrito nas atividades de interesse da Administração.

5.13. Os veículos e motoristas utilizados na prestação dos serviços poderão ser convocados para credenciamento, após a assinatura do contrato, junto ao Serviço de Transporte do Ministério da Fazenda, o qual os avaliará nos estritos termos deste instrumento.

5.14. Os serviços serão solicitados preferencialmente através de aplicativo de celular, utilizado pelos usuários, visando à realização do serviço de transporte de pessoas.

5.15. Nos primeiros 90 (noventa) dias de vigência contratual, a CONTRATADA, caso não possua o mencionado aplicativo de celular, deverá oferecer canais de atendimento alternativos, ao menos por telefone fixo com DDD (83), para atendimento das solicitações de viagem, sempre com geração de número de protocolo da chamada.

5.16. Ao final do prazo de 90 (noventa) dias de vigência contratual, a CONTRATADA deverá disponibilizar os canais de atendimento por sítio eletrônico (página web) e aplicativo de celular, além do canal de atendimento por telefone supracitado.

5.16.1. O referido prazo no subitem anterior poderá ser prorrogado por solicitação da CONTRATADA por igual período, sendo a aceitação a critério da CONTRATANTE.

5.17. Os usuários do serviço de transporte realizarão as chamadas pelos canais disponíveis, sendo acolhidos no prazo máximo de 20 (vinte) minutos pelo veículo e motorista mais próximos que não estejam prestando o serviço no momento ou não estejam em deslocamento para realização de outro atendimento, cabendo à CONTRATADA a gestão mais adequada para viabilizar os atendimentos no menor prazo possível.

5.18. Está permitido o atendimento de mais de um chamado simultaneamente, desde que:

5.18.1. O local de origem e de destino sejam os mesmos;

5.18.2. Os horários de acolhimento sejam próximos em no máximo 15 (quinze) minutos;

5.18.3. Ocorra consulta prévia ao usuário que houver realizado o primeiro chamado e haja sua respectiva anuência à “carona”.

5.19. Deverá haver o rateio entre os centros de custos dos usuários, se diversos.

5.20. Caso a chamada se origine pelo canal de atendimento telefônico ou sítio eletrônico, página web, cabe ao usuário informar:

5.20.1. Nome completo;

5.20.2. Que é usuário do serviço de transporte do MF;

5.20.3. Telefone para contato;

5.20.4. Local onde será acolhido e seu destino.

5.21. Caso a chamada se origine pelo aplicativo de celular, cabe ao usuário informar:

5.22. Local onde será acolhido, se distinto do que se encontra, e seu destino;

5.23. As demais informações deverão ser imediatamente reconhecidas pela CONTRATADA através do aplicativo.

5.24. No momento em que se encerrar a solicitação de viagem, deve a CONTRATADA, pelo canal escolhido pelo usuário, informar em relação ao veículo que realizará o atendimento e respectivo motorista:

5.24.1. Placa;

5.24.2. Modelo;

5.24.3. Tempo de chegada estimado;

5.24.4. Nome do motorista;

5.24.5. Distância estimada que será percorrida pelo usuário entre o início e fim da viagem e o respectivo tempo de viagem considerando o melhor percurso.

5.25. Considera-se o melhor percurso: o menor intervalo de tempo em que se possa percorrer a distância entre o local onde será acolhido o usuário e seu destino, devendo, o motorista em consenso com o usuário, analisar todas as condições de fluxo de veículos no momento da solicitação e distâncias.

5.26. Durante o trajeto da viagem, caso outro caminho se mostre mais vantajoso, “melhor percurso”, deve o motorista sinalizar ao usuário a alteração e se este anuir, se procederá à respectiva alteração.

5.27. Nas situações em que a solicitação seja realizada por aplicativo, todas as informações devem ser visualizadas em tempo real, online, pelo usuário.

5.28. Ao final da viagem, deve o motorista, portando obrigatoriamente smartphone com o aplicativo de chamadas fornecido pela CONTRATADA, realizar a conferência do valor da viagem, com base no taxímetro, junto ao usuário, o qual realizará o ateste no referido smartphone, com senha pessoal.

5.29. Em até 1 (um) dia útil subsequente à prestação de cada serviço, independente do canal utilizado pelo usuário, deve a CONTRATADA disponibilizar via plataforma web ou encaminhar, por intermédio de e-mail destinado ao Serviço de Transporte do órgão contratante, as seguintes informações de forma analítica, por viagem:

- 5.29.1. Nome completo dos usuários;
- 5.29.2. Unidade de Lotação/centro de custo do usuário;
- 5.29.3. Horário das solicitações e do acolhimento dos usuários, e se maior que o prazo estabelecido para atendimento, deve ser acusado em quanto tempo este foi ultrapassado;
- 5.29.4. Tempo despendido nas viagens;
- 5.29.5. Distância efetivamente percorrida nas viagens;
- 5.29.6. Quantitativos e valores de bandeirada, bandeira 1, bandeira 2 e hora parada;
- 5.29.7. Veículo utilizado no atendimento com respectiva placa e motorista.
- 5.30. Deverá ser apresentado, conjuntamente ao relatório analítico, relatório sintético contendo:
 - 5.30.1. Solicitações recepcionadas e atendimentos efetivos;
 - 5.30.2. Tempo médio de espera do usuário;
 - 5.30.3. Total de quilometragem despendida nos atendimentos por Órgão do MF;
 - 5.30.4. Bandeirada, bandeira 1, bandeira 2 (se houver), hora parada (se houver) total e por Órgão do MF;
 - 5.30.5. Relação de veículos utilizados e motoristas.
- 5.31. Os referidos relatórios poderão ter suas informações e formato adequados conforme necessidade da CONTRATANTE.
- 5.32. Considera-se:
 - 5.32.1. Início de viagem: para todos os fins, o momento que, após o acolhimento do usuário, o veículo inicia seu deslocamento rumo ao destino determinado, iniciando também a contagem pelo taxímetro.
 - 5.32.1.1. Caso o veículo solicitado compareça ao local de acolhimento do usuário e este não esteja presente, deve o motorista informar pelo aplicativo que já se encontra no local determinado e a partir de então será concedida a tolerância de 10 (dez) minutos ao usuário.
 - 5.32.1.2. Se, após o prazo de 10 (dez) minutos, o usuário não comparecer, está o motorista liberado de realizar aquele atendimento, todavia, a critério da CONTRATADA, caso opte aguardar, tal escolha não poderá prejudicar as demais chamadas de usuários.

5.32.2. Fim de viagem: momento em que o veículo realiza total parada no endereço de destino do usuário, realizando o ateste do serviço realizado e o respectivo desembarque.

5.32.2.1. Apenas em caso de solicitação expressa do usuário, o veículo deverá aguardar seu retorno para novo deslocamento, no entanto a espera máxima será de até 30 (trinta) minutos, consequentemente gerando cobrança de até 50% (cinquenta por cento) do valor contratado da hora parada.

5.32.2.2. Fica a critério da CONTRATADA manter o veículo aguardando o retorno do usuário por tempo superior ao estabelecido no subitem anterior, desde que tal escolha não onere a CONTRATANTE (geração de cobrança de hora parada adicional).

5.33. O início da prestação dos serviços se dará no dia seguinte ao da assinatura do instrumento contratual.

5.34. A CONTRATADA executará os serviços em caráter permanente, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.35. Saliente-se, para os devidos fins, que não há obrigatoriedade de disponibilização de frota mínima pela CONTRATADA, devendo esta, em análise à estimativa de demanda realizada pela SRA-PB, às apurações realizadas ao longo da execução contratual e à sua própria expertise na prestação de serviços de transporte de pessoas, alocar sua frota de forma a realizar o atendimento das demandas da CONTRATANTE.

Local da prestação dos serviços

5.36. Os serviços de transporte serão prestados no âmbito da Região Metropolitana de João Pessoa aos órgãos interessados, sendo considerados os pontos com maior concentração de solicitações de acolhimento pelos usuários os endereços próprios dos órgãos interessados, quer sejam:

Órgão(s)	Endereço(s)
Superintendência Regional de Administração - SRA-PB Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Paraíba - PFN-PB	Av. Eptácio Pessoa, 1705, Bairro dos Estados, João Pessoa - PB.

5.37. Saliente-se que:

5.37.1. Os endereços acima servem apenas como referência, podendo ocorrer acolhimentos em locais diversos aos apontados;

5.37.2. Eventuais mudanças nos endereços não serão imputadas como ônus à CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA adequar-se à nova realidade.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.38. O tipo da licitação será do “MENOR PREÇO” e o critério de julgamento a ser adotado é o “MENOR VALOR GLOBAL”, conforme modelo a seguir:

Item	Descrição	Componentes	Tarifa (R\$)	Qde Anual Estimada	Totais (R\$)
1	Prestação de serviço de táxi, modo convencional, mediante chamada por aplicativo de celular e outros canais de atendimento, para o transporte de servidores e demais pessoas a serviço do Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público e de órgãos clientes na Região Metropolitana de João Pessoa/PB	Bandeirada	4,50	144	648,00
		Bandeira 1	3,05	1.262	3.849,10
		Bandeira 2	4,05	140	567,00
		Hora parada	30,00	15	450,00
VALOR ANUAL ESTIMADO		R\$ 5.514,10			
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU PERCENTUAL DE DESCONTO		XX,XX %			
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		R\$ X.XXX,XX			

5.39. Conforme se denota, a taxa de administração ou o percentual de desconto concedido incidirá sobre todos os itens componentes da tabela, tendo em vista que as tarifas são fixadas por determinação legal e as quantidades estimadas são fixadas pela SRA-PB para manutenção da isonomia das propostas.

5.40. As tarifas indicadas acima constam nas Portarias SEMOB nº 81/2022 de 13/07/2022 e nº 84/2022 de 18/08/2022.

5.41. Para elaboração das propostas, os licitantes deverão utilizar tais Portarias, a fim de manutenção da isonomia das propostas.

5.42. Caso haja a publicação de novas Portarias até a data de realização do Pregão Eletrônico, a SRA-PB deverá atualizar o valor estimado.

5.43. Se a atualização não for realizada, por desconhecimento da publicação de nova Portaria, os licitantes deverão solicitar impugnação ao Edital para que haja a correção.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.44. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.1. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.8.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.8.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a

eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.14. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.14.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a seguir para aferição da qualidade da prestação dos serviços:

DOS ATRASOS		
Ocorrência		Percentual de glosa
1	Atraso acima de 20 (vinte) minutos da solicitação.	5% sobre o valor total da viagem
2	Atraso acima de 30 (trinta) minutos da solicitação.	10% sobre o valor total da viagem
3	Atraso acima de 45 (quarenta e cinco) minutos da solicitação	15% sobre o valor total da viagem
4	Atraso acima de 60 (sessenta) minutos.	20% sobre o valor total da viagem
DAS CONDIÇÕES DO VEÍCULO		

5	Veículo com problemas ou falta da documentação prevista.	0,1% do valor total da fatura do mês de ocorrência.
6	Veículo em desconformidade quanto às condições de conservação e limpeza.	10% sobre o valor total da viagem
7	Prestação de serviço por veículo não credenciado pela CONTRATANTE.	0,1% do valor total da fatura do mês de ocorrência.
DO MOTORISTA		
8	Motorista com problema em documentação, não portando documentação obrigatória ou não licenciado.	0,1% do valor total da fatura do mês de ocorrência.
9	Motorista em trajes incompatíveis com a descrição do presente Termo.	5% sobre o valor total da viagem
10	Motorista com dissonância às obrigações contidas neste Termo.	10% sobre o valor total da viagem
DOS CANAIS DE ATENDIMENTO		
11	Indisponibilidade de qualquer dos canais de atendimento por até 24h.	0,2% do valor total da fatura do mês de ocorrência.
12	Indisponibilidade de qualquer dos canais de atendimento por mais de 24h.	0,5% do valor total da fatura do mês de ocorrência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias úteis pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.26. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a

legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. **Ato de autorização para o exercício da atividade de serviços de táxi na Região Metropolitana de João Pessoa - PB, expedido pelo órgão municipal de trânsito – Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana (SEMOB/JP).**

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total) / (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor de referência para fins de aplicação da taxa de administração ou do percentual de desconto será de R\$ 5.514,10.


9.2. Considerando-se o percentual médio de desconto de 0,91%, encontrado por meio de Pesquisa de Preços nos termos do inciso I do Art. 5º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, o custo estimado da contratação é de R\$ 5.463,74:

Item	Descrição	Componentes	Tarifa (R\$)	Qde Anual Estimada	Totais (R\$)
1	Prestação de serviço de táxi, modo convencional, mediante chamada por aplicativo de celular e outros canais de atendimento, para o transporte de servidores e demais pessoas a serviço do Ministério da Gestão e Inovação no Serviço Público e de órgãos clientes na Região Metropolitana de João Pessoa/PB	Bandeirada	4,50	144	648,00
		Bandeira 1	3,05	1.262	3.849,10
		Bandeira 2	4,05	140	567,00
		Hora parada	30,00	15	450,00
VALOR ANUAL ESTIMADO		R\$ 5.514,10			
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU PERCENTUAL DE DESCONTO		-0,91%			
VALOR GLOBAL ESTIMADO		R\$ 5.463,74			


10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 10.2. A indicação da dotação orçamentária será instruída no processo.
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.


João Pessoa - PB, 27 de março de 2023

Documento assinado digitalmente
 DARCI CHAVES ARAUJO FILHO
Data: 25/03/2023 12:26:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado eletronicamente
Responsável pelo Setor de Licitações
(Elaboração do documento)

Documento assinado digitalmente
 JOSE LUCAS DE ARAUJO BARROCA
Data: 27/03/2023 09:07:48-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado eletronicamente
Chefe do Serviço de Apoio à Administração Descentralizada
(Revisão e concordância)

Documento assinado digitalmente
 HERALDO JOSE SANTIAGO DE SOUSA
Data: 27/03/2023 11:17:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado eletronicamente
Superintendente Regional de Administração
(Aprovação)



TERMO DE REFERÊNCIA*
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA)

PREGÃO Nº/2022
(Processo Administrativo nº 19973.108148/2022-36)

* Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
- Atualização: **julho/2021**.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Curitiba e parte da região metropolitana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Curitiba e parte da região metropolitana , conforme item 1.2.3. deste Termo de Referência.	Valor por quilômetro	112.560	R\$ 4,63

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, das entidades participantes:

ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	CÓDIGO UASG	TOTAL (KM) - ANUAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ / CAMPUS PINHAIS	IFPR	156154	7200
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ / CAMPUS CAMPO LARGO	IFPR	154672	14400
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	153019	30000
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO	ANAC	113214	3360

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ /CAMPUS CURITIBA	UTFPR	154358	30000
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO INCRA	INCRA/PR	373067	4800
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	158009	21600
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABIN/PR	ABIN/PR	110120	1200
TOTAL			112.560

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública.

1.2.1. O objeto acima definido poderá ser atendido mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento/intermediação de serviços de táxi ou de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros ou prestação de serviços de transporte por locação de veículos.

1.2.2. A CONTRATADA deve disponibilizar solução tecnológica para a operação e a gestão do serviço em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, conforme requisitos e funcionalidades especificadas no item 6 e anexos A, B e C deste Termo de Referência.

1.2.3. Deverão ser atendidas solicitações com origem e destino nos municípios de **Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais.**

1.2.4. Sem prejuízo da obrigatoriedade de cumprimento do disposto no subitem anterior, a CONTRATADA poderá incluir em sua área de cobertura outros municípios da região metropolitana de Curitiba em que eventualmente preste serviços, devendo para tanto apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração informando quais dos municípios passariam a ser atendidos.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos órgãos participantes são os discriminados na tabela acima.

1.4. O valor a ser pago para cada corrida realizada seguirá a seguinte dinâmica:

1.4.1. Será pago a multiplicação de 2 (dois) quilômetros pelo valor unitário ofertado na licitação para as corridas com distância percorrida igual ou menor a 2 (dois) quilômetros; e

1.4.2. Será pago o valor da multiplicação do valor unitário ofertado na licitação pela distância percorrida para corridas com mais de 2 (dois) quilômetros.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário, uma vez que serão pagos apenas os serviços efetivamente executados.

1.5.1. Para fins do [art. 9º do Decreto nº 7.892/2013](#), a presente contratação terá como unidade de referência o quilômetro rodado, tendo a quantidade de corridas estimadas um valor meramente informativo, não servindo para definição ou limitação da demanda contratual.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no [art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993](#).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (29170693), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (29170693), apêndice deste Termo de Referência, bem como nos Anexos A, B e C.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por quilômetro rodado, no modo de disputa aberto/fechado.

4.2. O processo licitatório também deve ser realizado com adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, regulado pelo [Decreto nº 7.892/2013](#), sendo a Central de Compras o órgão gerenciador e os órgãos e entidades incluídos como participantes.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507/2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no [art. 3º](#) do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. Foi conduzida a Intenção de Registro de Preços (29769333) para verificação da intenção de participação no Registro de Preços, bem como será permitida a adesão tardia para aquisição máxima de 200% (duzentos por cento) do quantitativo total estimado da contratação, considerado para este limite o somatório dos quantitativos requeridos pelos órgãos e entidades não participantes, por meio de adesão, em consonância com o [art. 22 do Decreto nº 7.892/2013](#).

4.5.1. Os entes públicos interessados, caso optem por tal prerrogativa, deverão aderir às mesmas condições editalícias originadas pela licitação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares (29170693), apêndice deste Termo de Referência, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Nos termos exigidos na [alínea “b” do item 3.3 do Anexo III da IN SEGES/MP nº 5/2017](#) ressalta-se que os serviços a serem contratados enquadram-se como de natureza continuada, uma vez que o transporte de servidores deve ser prestado continuamente e não apenas para atender a uma demanda momentânea, já que será necessária a sua execução novamente, no exercício seguinte e posteriores.

5.1.2. O serviço deve ser executado de forma ininterrupta durante 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pelo fornecedor de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

5.1.3. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* são:

5.1.3.1. O acesso inicial à aplicação *web* e ao aplicativo *mobile* devem ser realizados mediante o uso de *login* e senhas pessoais cadastradas pelos próprios usuários.

5.1.3.2. Disponibilidade de relatórios do serviço em tempo real.

5.1.3.3. Possibilidade de requisição do serviço por meio de aplicação *web* ou aplicativo *mobile*.

5.1.4. Os serviços serão prestados por um único fornecedor, e sua indivisibilidade ampara-se nas seguintes justificativas:

a) a simples adoção do parcelamento do objeto em 2 (dois) ou mais itens não garantiria que o fornecimento do serviço de transporte fosse prestado por mais de um fornecedor, visto que não se encontra justificativa para impedir os licitantes de concorrerem em mais de 1 (um) item;

- b) possibilidade de despadronização das soluções tecnológicas dos fornecedores, dificultando e onerando sobremaneira o desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão e operação dos serviços;
- c) possibilidade de ocorrência de preços diferentes para um mesmo serviço contratado por órgãos e entidades, dificultando, inclusive, a gestão para os órgãos que poderão solicitar adesão (carona); e
- d) possibilidade de perda da economia de escala, em razão da não redução do preço do serviço em virtude da divisão da demanda em itens.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. DA PROVA DE CONCEITO - POC

6.1. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da Central de Compras, ser convocada para realização de PoC, preferencialmente em Brasília/DF, de forma presencial ou virtual, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

6.2. A PoC será realizada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no Anexo E deste Termo de Referência.

6.3. Quanto à preparação para o ambiente da Prova de Conceito:

6.3.1. Quando da convocação, será informado o endereço ou ferramenta de reunião, caso a PoC seja realizada de forma virtual, para que todos os interessados possam acompanhar.

6.3.2. A licitante convocada deverá informar e encaminhar, no prazo de 2 (dois) dias úteis para o e-mail central.servicos@economia.gov.br com cópia para central.licitacao@economia.gov.br:

6.3.2.1. Em qual linguagem de programação a aplicação *web* foi desenvolvida;

6.3.2.2. Em qual linguagem de programação o aplicativo *mobile* foi desenvolvido;

6.3.2.3. Manual do sistema;

6.3.2.4. Documentação do sistema;

6.3.2.5. Acesso ao ambiente para realização dos testes *web*;

6.3.2.6. Acesso ao ambiente para realização dos testes *mobile*;

6.3.2.7. Endereço do sítio (URL) da aplicação *web*;

6.3.2.8. Arquivo para instalação do aplicativo *mobile*; e

6.3.2.9. Acesso ao sistema em todos os perfis.

6.4. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

6.5. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

6.5.1. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas a licitante será declarada vencedora do certame.

6.5.2. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

6.5.3. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

6.6. No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

6.7. A Central de Compras poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela Central de Compras ou aprovada em órgão integrante da Administração Pública, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A metodologia de execução do modelo TáxiGov adota a chamada economia compartilhada para o atendimento de uma necessidade do Estado. Assim, apenas o modelo de contratação do objeto por si só já resulta na redução do impacto ambiental quanto à emissão de gases poluentes que são gerados da circulação de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis, pois diminui a quilometragem rodada dos veículos.

7.2. Além desse aspecto, a empresa CONTRATADA devesse adotar as seguintes medidas:

7.2.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços, preferencialmente, deverão utilizar combustíveis limpos como ETANOL e Gás Natural Veicular - GNV, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da [Lei nº 9.660/1998](#), ou híbridos, com características menos agressivas ao meio ambiente.

7.2.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº [1, de 11/02/1993](#), e nº [272, de 14/09/2000](#), e legislação correlata, bem como atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº [8, de 06/05/1986](#), e nº [315, de 29/10/2002](#), e legislação correlata.

7.2.3. Os taxistas ou motoristas deverão exigir que os fornecedores devem providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da [Instrução Normativa IBAMA nº 09, de 20/07/2021](#), conforme [art. 33, inciso III, da Lei nº 12.305/2010](#) - Política Nacional de Resíduos Sólidos - e [arts. 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009](#).

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas neste Termo de Referência, de forma ininterrupta durante 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

8.1.1.1. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* estão especificados nos Anexos A, B e C deste Termo de Referência, respectivamente.

8.1.1.2. A gestão do serviço deve ser realizada pelo gestor, consideradas as abrangências de suas atuações e as funcionalidades especificadas nos Anexos B e C deste Termo de Referência.

8.1.2. Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos e atualizados pelos gestores, consideradas as abrangências de suas atuações, conforme especificado no Anexo B deste Termo de Referência.

8.1.2.1. A critério da CONTRATANTE, o cadastramento dos dados dos órgãos, entidades, unidades

administrativas, gestores e usuários deve ser realizado pela CONTRATADA, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.

8.1.2.2. No caso de inativação de órgãos, entidades ou unidades administrativas, após comunicado da CONTRATANTE todos os usuários e gestores vinculados não deverão ter o acesso à solução tecnológica.

8.1.3. Após declarada vencedora do certame, homologado o resultado da licitação e assinada a Ata de Registro de Preços pela adjudicatária, iniciar-se-ão os procedimentos preparatórios à execução dos serviços.

8.2. Como condição de contratação, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a detentora do registro de preços terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua convocação, para adaptação da solução tecnológica, a partir de testes a serem feitos em conjunto com um órgão parceiro, dentre os órgãos participantes do processo licitatório.

8.2.1. Durante o período de testes, poderão ser executadas as seguintes atividades, sem ônus para a Administração:

- a) testes dos requisitos do sistema e das funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* descritos nos Anexos A, B e C deste Termo de Referência;
- b) geração de relatórios descritos nos Anexos F e G deste Termo de Referência; e
- c) realização de teste da operação e gestão do serviço.

8.2.2. Caso seja necessária adaptação na solução tecnológica em função dos requisitos e funcionalidades estabelecidos nos Anexos A, B e C deste Termo de Referência, para operação e gestão do serviço, deverão ser considerados a aplicação *web* e o aplicativo *mobile*, de forma que sejam atendidas todas aquelas exigências.

8.2.3. Desde que haja justificativa e a critério da Central de Compras, é possível a prorrogação do prazo estabelecido no item 8.2.

8.3. Finalizadas as atividades descritas no item 8.2 e após a aprovação de todas as customizações sugeridas, caso existentes, será assinado o primeiro contrato entre a detentora do registro de preços e o órgão parceiro escolhido pela Central de Compras para servir como piloto, quando então os serviços passarão a ser executados.

8.4. Após a assinatura do primeiro contrato e anuência da Central de Compras, os demais órgãos participantes estarão autorizados a convocarem a detentora do registro de preços para firmar os respectivos contratos.

8.5. As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile*, conforme especificado nos Anexos B e C deste Termo de Referência, sendo observadas as seguintes condições:

- a) disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação no prazo máximo de 15min (quinze minutos), contados da data e hora da solicitação;
- b) cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a CONTRATANTE, dentro dos 5min (cinco minutos) iniciais do chamado;
- c) cancelamento da solicitação pelo usuário, após 5min (cinco minutos) iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo), com ônus para a CONTRATANTE do equivalente a 2 (duas) vezes o valor do quilômetro contratado;
- d) apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;
- e) proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como, mas não limitado a: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;
- f) pagamento de eventual pedágio pelo motorista, com posterior inclusão do respectivo

valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo.

8.6. Não serão admitidas alterações nos registros por parte da CONTRATADA das corridas realizadas e canceladas, salvo mediante requisição da CONTRATANTE.

8.7. Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos usuários solicitantes ou pelos gestores, por meio de funcionalidades da aplicação *web* ou do aplicativo *mobile*, e deverá ser gerado relatório de contestação, conforme exigido no Anexo G deste Termo de Referência.

8.7.1. Serão contestadas as corridas com erros nos seguintes registros:

- a) imagem geoprocessada do percurso do atendimento;
- b) data e hora da requisição, do aceite, do início, do encerramento e do cancelamento da corrida;
- c) coordenadas do início e do encerramento da corrida; ou
- d) qualquer outro erro que comprometa a fiscalização do serviço.

8.7.2. Para a hipótese de haver contestação do valor, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado.

8.7.2.1. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe a informação do valor da corrida, mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

8.7.3. As corridas poderão ser contestadas pelos usuários ou gestores somente até o envio do relatório para emissão da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal.

8.8. Os gestores e usuários devem ser notificados automaticamente por e-mail, por aplicativo *mobile* ou SMS das seguintes situações:

- a) quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;
- b) quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;
- c) quando do encerramento do atendimento, com apresentação das seguintes informações:
 - I - nome do usuário;
 - II - data e hora da solicitação;
 - III - endereços de origem e de destino;
 - IV - nome do motorista designado para o atendimento (informação desejável);
 - V - imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, correspondente ao percurso real executado pelo veículo;
 - VI - tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia Sistema de Posicionamento Global - GPS (*Global Positioning System*); e
 - VII - valor do atendimento.

8.9. Os veículos indicados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da [Lei nº 9.503/1997](#), demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

- a) idade máxima, conforme legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para veículos elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de

Veículo - CRLV;

b) sistema de ar-condicionado; e

c) mínimo de 4 (quatro) portas.

8.9.1. Caso a prestação do serviço seja realizada pela CONTRATADA por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, os veículos também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

8.10. Os motoristas designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da [Lei nº 9.503/1997](#), demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, sendo a CONTRATADA responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

a) atender aos clientes com presteza e polidez;

b) trajar-se adequadamente para a função; e

c) manter o veículo em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

8.10.1. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, a CONTRATADA também é responsável por zelar pela e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos motoristas das disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

8.11. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.12. O serviço será implantado de forma gradual nos órgãos e entidades.

8.13. A fiscalização do serviço e análise do *log* de eventos se dará mediante acesso da CONTRATANTE aos dados da execução do contrato.

8.13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso, a qualquer tempo, a todos os dados da execução do serviço referentes ao contrato com atualização diária.

8.13.2. O acesso tratado neste item se dará por intermédio de soluções de *webservice* ou via Interface de Programação de Aplicação -API (*Application Programming Interface*) de dados a ser convencionado pelas partes.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O quantitativo global estimado é de 112.560 (cento e doze mil quilômetros, quinhentos e sessenta metros), considerado o preço de referência de R\$ 4,63 (quatro reais e sessenta e três centavos) por quilômetro, para um período de 12 (doze) meses, conforme discriminação das entidades participantes apresentada no quadro abaixo do subitem 1.1.1.

9.2. O percurso médio é de 9,45km (nove quilômetros e quatrocentos e cinquenta metros) por viagem.

9.3. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 521.152,80 (quinhentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta centavos) e o prazo contratual para o serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do [art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993](#).

9.4. O código do serviço é 24198 - Prestação de Serviço de Transporte para Servidor - Outras Necessidades, conforme Catálogo de Serviços - CATSER do Sistema de Serviços Gerais - SISG da Administração Pública Federal.

9.5. O modelo da proposta faz parte e integra o Edital de Licitação.

9.6. O quadro apresentado abaixo do subitem 1.1.1. é meramente estimativo, podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade de solicitações dos serviços não pode ser precisamente determinada em razão da imprevisibilidade da demanda.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o [item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017](#).
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo [art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993](#).
- 10.12. Comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 1 (um) dia útil.
- 10.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em razão da execução do serviço.
- 10.14. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do [art. 7º do Decreto nº 7.203/2010](#).
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme [alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017](#).
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 11.8. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpos os veículos nas melhores

condições de segurança, higiene e disciplina.

11.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela [Lei nº 13.146/2015](#).

11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e das informações pessoais, nos termos da [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais](#) - LGPD.

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos [incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993](#).

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no [subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017](#):

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Comunicar à CONTRATANTE a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação *web* e aplicativo *mobile*, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72h (setenta e duas horas) de antecedência, devendo a manutenção ocorrer fora do horário comercial, preferencialmente entre 22h e 5h.

11.23.1. Caso a CONTRATADA necessite de prazo ou período diferente do acima estabelecido para interrupção do funcionamento da solução tecnológica, objetivando a manutenção preventiva e atualização, deverá formalizar solicitação à CONTRATANTE, que avaliará e decidirá o pleito.

11.24. Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros - APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário para despesas médicas.

11.25. Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme modelo Anexo H deste Termo de Referência, com objetivo de prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade da CONTRATANTE e demais órgãos e entidades componentes do contrato reveladas à

CONTRATADA em função da prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, onde esta compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros das informações restritas reveladas, sem a anuência de forma expressa da CONTRATANTE.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993](#).

14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos [§§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993](#).

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. [77](#) e [87](#) da Lei nº 8.666/1993.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as

regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.13.1. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE deve sempre ser realizada por intermédio do preposto e o gestor ou fiscais, preferencialmente, por escrito, excetuados os entendimentos verbais em razão da urgência, que deverão ser formalizados no prazo de 1 (um) dia útil.

14.13.2. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela CONTRATANTE conforme disposto nos [arts. 39 a 50 da IN SEGES/MP nº 5/2017](#), no que couber, com designação formal pelas autoridades competentes do gestor e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e, se for o caso, setorial, e seus substitutos.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no [Anexo VIII da IN SEGES/MP nº 5/2017](#), aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o [art. 70 da Lei nº 8.666/1993](#).

14.16. Mensalmente, ou quanto solicitado, a CONTRATADA deverá encaminhar relatórios com os serviços prestados no período.

14.16.1. O relatório encaminhado pela CONTRATADA deverá discriminar os serviços prestados para a CONTRATANTE, por usuário dos serviços, relacionando todas as solicitações realizadas por cada unidade administrativa vinculada ao órgão de subordinação, contendo os dados das solicitações de serviço e respectivos atendimentos realizados, conforme perfis de acesso especificados na letra “a” do subitem 1.6. do Anexo B deste Termo de Referência.

14.16.2. O relatório deverá contemplar também os eventuais valores de glosa estabelecidos pelo IMR, conforme disposto no Anexo D deste Termo de Referência.

14.16.3. O relatório deverá ser entregue no formato XLS, XML ou CSV, ou, no caso de o relatório ser disponibilizado via aplicação web, deverá ser permitida a sua exportação para uma planilha em igual formato.

14.17. A equipe de fiscalização elaborará Termo Circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários e o encaminhará ao gestor para fins de recebimento definitivo.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme previsto no Anexo D deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação do serviço.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1. Disponibilização do veículo no endereço de origem em até 15min (quinze minutos) após a

solicitação do serviço; e

15.2.2. Número de cancelamentos após mais de 15min (quinze minutos) desde data e hora da solicitação de serviço.

15.3. Nos termos do [item 1, do Anexo VIII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017](#) será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços do objeto contratual, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor ([Lei nº 10.406/2002](#)).

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993](#), deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal, nos termos do [art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993](#).

17.4. A Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 29 da Lei nº 8.666/1993](#).

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do [art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018](#).

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no [art. 29 da IN SEGES/MP nº 3/2018](#).

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no [art. 31 da Lei nº 8.212/1993](#), nos termos do [item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017](#), quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{I}{(TX)} \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, observadas as disposições legais que regulam o assunto, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula ([art. 5º do Decreto nº 1.054/1994](#)):
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual a ser reajustado;
- I^0 = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento.
- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista não se tratar de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva, bem como eventuais prejuízos causados pela prestação de serviços de forma ineficiente ou a sua não execução poderão ser ressarcidos por meio de desconto da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da [Lei nº 10.520/2002](#), a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - c) fraudar na execução do contrato;
 - d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

(5) 5% (cinco por cento) sobre o somatório sobre o valor do serviço executado no período, sem prejuízo do previsto no item 1 e 2 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR - Anexo D deste Termo de Referência, caso seja apurado que o somatório de atendimentos realizados com atraso, em relação ao total de atendimentos realizados no mês, for maior que 10% (dez por cento); e

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

20.3. Para fins de aplicação da multa prevista no subitem 20.2.ii.(5), serão desconsiderados os atendimentos com atraso durante o primeiro mês, contado do início da prestação dos serviços pela CONTRATADA.

20.3.1. Será considerado o início da prestação dos serviços a data da realização da primeira corrida pela CONTRADA.

20.4. Para fins de cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

20.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.6. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

20.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, [III](#) e [IV](#) da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no

recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na [Lei nº 8.666/1993](#), e subsidiariamente a [Lei nº 9.784/1999](#).

20.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme [art. 419 do Código Civil](#).

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846/2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846/2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

21.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor será:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 1.256 (um mil, duzentas e setenta e seis) corridas no período de um ano ou menos.

21.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme [item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017](#).

21.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do [item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017](#).

21.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no [item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017](#).

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor global: R\$ 521.152,80 (quinhentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao Edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da licitação é de R\$ 521.152,80 (quinhentos e vinte e um mil, cento e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

ANEXOS

ANEXO A - REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

ANEXO B - FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO *WEB*

ANEXO C - FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO *MOBILE*

ANEXO D - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

ANEXO E - PROVA DE CONCEITO - PoC

ANEXO F - RELATÓRIOS *WEB*

ANEXO G - RELATÓRIOS DE FATURAMENTO

ANEXO H - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

ANEXO H.1 - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

ANEXO A - REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela CONTRATADA, consideradas as condições constantes no Termo de Referência e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas,

deverá atender aos seguintes requisitos:

- a. funcionamento ininterrupto, observada a tolerância disposta no subitem 11.23. deste Termo de Referência;
- b. acesso às funcionalidades pelos usuários por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, com utilização de *login* e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;
- c. funcionalidades relacionadas à gestão acessadas pela aplicação *web* e funcionalidades operacionais pela aplicação *web* e aplicativo *mobile*;
- d. desempenho medido por tempo de resposta (*Response Time Testing*) correspondente a até 5seg (cinco segundos) para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) na aplicação *web* e na aplicação *mobile*;
- e. site de hospedagem com certificado *Secure Socket Layer - SSL*;
- f. resistente a *Cross-Site Request Forgery*;
- g. resistente a *Cross-Site Scripting*;
- h. resistente a *Injection*;
- i. com características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade e integridade das informações;
- j. acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados para análise do *log* de eventos;
- k. compatibilidade da aplicação *web* com os navegadores que suportam a linguagem *HTML5*, especialmente *Google Chrome*, *Microsoft Edge*, *Mozilla Firefox* e *Apple Safari*, e do aplicativo *mobile* com os sistemas operacionais *Android* e *iOS*.

ANEXO B - FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO WEB

1. A aplicação *web* da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. CADASTRO

- a. Cadastramento de órgãos e entidades.
- b. Cadastramento de unidades administrativas de órgãos e entidades.
- c. Cadastramento de gestores e usuários com perfis de acesso diferenciados.
- d. Cadastramento de motivos de solicitação de serviço.
- e. Cadastramento de limite de despesa dos órgãos e entidades para custeio do serviço, com possibilidade de haver acréscimos e decréscimos aos valores inicialmente cadastrados.

1.2. LIMITE DE DESPESA

- a. Controle de saldo do limite de despesa dos órgãos e entidades, considerando:
 - valores cadastrados, inclusive os acréscimos e decréscimos realizados; e
 - valores dos atendimentos para usuários e gestores das unidades administrativas vinculadas.

1.3. SENHA

- a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.4. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

- a. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados:

- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- endereços de origem e de destino;
- motivo da solicitação;
- distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
- nome, contato e foto (desejável) do motorista;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e
- tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente.

b. Cancelamento de solicitação de serviço.

1.5. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

a. Avaliação do serviço realizado, caso não disponível no aplicativo *mobile*, com graduação de 1 a 5.

1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem ser associadas a cada um dos perfis de acesso, conforme abaixo:

- gestor central com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item **1.5.** deste Anexo, no âmbito de todos os órgãos e entidades CONTRATANTES;
- gestor setorial com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item **1.5.** deste Anexo, observado o âmbito de sua atuação no conjunto de órgãos ou na entidade a que está vinculado;
- gestor de unidade com acesso às funcionalidades especificadas, com exceção do item **1.5.** deste Anexo, observado o âmbito de sua atuação na unidade administrativa a que está vinculado;
- usuário com acesso às funcionalidades especificadas nos subitens **1.3.**, **1.4.** e **1.5.** deste Anexo, com atuação restrita às suas solicitações e respectivos atendimentos.

b. As funcionalidades de cadastro especificadas no subitem **1.1. deste Anexo devem considerar o tamanho e formato dos dados utilizados nos sistemas eletrônicos da CONTRATADA, com registro na base de dados da solução tecnológica das inclusões e alterações realizadas.**

ANEXO C - FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO MOBILE (SOLICITAR, AVALIAR E CONSULTAR HISTÓRICO)

1. O aplicativo *mobile* da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. SENHA

a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

a. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados:

- número identificador da solicitação, gerado automaticamente;
- usuário solicitante;

- data e hora da solicitação;
- endereços de origem e de destino;
- motivo da solicitação;
- distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
- nome, contato e foto (desejável) do motorista;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente;
- notificação ao usuário via sistema ou SMS da chegada do veículo ao endereço de origem;
- imagem geoprocessada do percurso do veículo desde a aceitação da solicitação do serviço até a chegada ao endereço de origem, em tempo real; e
- tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de destino, calculado automaticamente.

b. Cancelamento de solicitação de serviço.

1.3. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

a. Avaliação do serviço realizado, caso não disponível na aplicação web, com graduação de 1 a 5.

1.4. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem estar disponíveis a todos perfis de acesso ao sistema, com exceção do item 1.3. deste Anexo que deverá estar disponível apenas aos usuários.

ANEXO D - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR (CONFORME [ANEXO V-B DA IN SEGES/MP Nº 5/2017](#))

- 1. O IMR será aplicado por cada CONTRATANTE, podendo-se optar por faturamento dos serviços prestados por unidade administrativa.**
- 2. A cada Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizada do IMR.**
- 3. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.**
- 4. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.**

Item 1 - Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto.
Meta a cumprir	94% (noventa e quatro por cento) dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do veículo ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA.
Periodicidade	Mensal

Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem.</p> <p>Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos atrasados</p> $X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 6% de atendimentos atrasados - 100%</p> <p>Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados - 99,43%</p> <p>Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados - 98,94%</p> <p>Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados - 98,07%</p> <p>Acima de 9% de atendimentos atrasados - 96,71%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade.</p>
Observações	<p>Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.</p> <p>A incidência de solicitações realizadas com atraso acima de 10% (dez por cento) caracterizará inexecução contratual parcial e sujeitará a contratada às sanções previstas na lei, aplicadas após regular processo administrativo, onde seja garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no item 20.2.ii.(5) do Termo de Referência.</p>

Item 2 - Atendimento da solicitação de serviço	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço.
Meta a cumprir	99% (noventa e nove) das solicitações de serviço realizadas.
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo usuário solicitante sem a chegada do veículo no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora da solicitação do serviço.</p> <p>Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas</p> $X = (\text{solicitações de atendimentos canceladas} / \text{Total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato.

Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 100%</p> <p>Acima de 1% e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas - 99,43%</p> <p>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas - 99,21%</p> <p>Acima de 2% e até 2,5% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,94%</p> <p>Acima de 2,5% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,62%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,07%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas - 97,34%</p> <p>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas - 96,57%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade.</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

ANEXO E - PROVA DE CONCEITO - PoC

Itens de Avaliação	
Requisitos de Acessibilidade	
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Google Chrome</i>
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Mozilla Firefox</i>
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Apple Safari</i>
4	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Microsoft Edge</i>
5	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo <i>mobile</i> com sistema operacional <i>Android</i>
6	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo <i>mobile</i> com sistema operacional <i>iOS</i>
Requisitos de Disponibilidade	
7	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 96% (noventa e seis por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC
8	Desempenho medido por tempo de resposta (<i>Response Time Testing</i>) correspondente a até 5seg (cinco segundos) para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) na aplicação <i>web</i> . <i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i>
9	Desempenho medido por tempo de resposta (<i>Response Time Testing</i>) correspondente a até 5seg (cinco segundos) para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) no aplicativo <i>mobile</i> . <i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i>
Requisitos de Segurança	
10	Site de hospedagem da solução tecnológica com certificado <i>Secure Sockets Layer</i>
11	Solução tecnológica resistente a <i>Cross-Site Request Forgery</i>
12	Solução tecnológica resistente a <i>Cross-Site Scripting</i>
13	Solução tecnológica resistente a <i>Injection</i>

14	Acesso às funcionalidades da solução tecnológica de acordo com perfis de usuários
Requisitos de Funcionalidade	
15	Acesso à solução tecnológica por meio de <i>login</i> e senha pessoal
16	Cadastramento de órgãos e entidades na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
17	Cadastramento de unidades administrativas na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
18	Cadastramento de gestores e usuários na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
19	Solicitação de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
20	Acompanhamento de solicitações de serviço e de atendimentos em andamento, por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i> , incluindo imagem geoprocessada do percurso
21	Cancelamento de solicitações de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
22	Consultas e relatórios com informações sobre solicitações de serviço e atendimentos

ANEXO F - RELATÓRIOS WEB

1. A CONTRATADA deve disponibilizar os seguintes relatórios na aplicação *web*, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML ou CSV, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

a. Registro de solicitação de serviço:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino;
- nome do motorista designado para o atendimento;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- data e hora de finalização do atendimento;
- imagem geoprocessada do percurso do veículo, desde o início e até a finalização do atendimento;
- distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento; e
- avaliação realizada.

b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço; e
- endereços de origem e de destino.

c. Consulta a todos os dados dos cadastros dos gestores e usuários:

- órgão ou entidade a que o gestor ou usuário está vinculado;
- unidades administrativas a que o gestor ou usuário está vinculado; e
- perfil de acesso.

d. Consulta a todos os dados dos cadastros dos órgãos ou entidades e unidades administrativas.

ANEXO G - RELATÓRIOS DE FATURAMENTO

1. A CONTRATADA deve disponibilizar os seguintes relatórios mensalmente ou a qualquer momento mediante requisição dos gestores, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML, CSV ou outro formato acordado, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

a. Registro de solicitação de serviço:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço
- endereços de origem e de destino;
- coordenadas precisas dos pontos de origem e destino;
- data e hora de designação do veículo para atendimento;
- nome do motorista designado para o atendimento;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- data e hora da chegada do veículo ao endereço de origem;
- data e hora de início do atendimento;
- data e hora de finalização do atendimento;
- distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento;
- valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio; e
- caso a corrida seja contestada, descrição do motivo da contestação e identificação do gestor ou usuário que realizar a contestação.

b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino;
- data e hora de designação do veículo para atendimento;
- nome do motorista designado para o atendimento;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e

- data e hora do cancelamento do atendimento.

ANEXO H - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527/2011 e os Decretos nº 7.724/2012 e 7.845/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

- I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes,

representantes ou por terceiros;

III - Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº 8.666/1993.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede d CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um efeito.

_____, _____ de _____ de 20____

De acordo.

CONTRATANTE

CONTRATADA

<Nome>

<Nome>

Matrícula: <Matr.>

<Qualificação>

Testemunhas

Testemunha 1

Testemunha 2

<Nome>

<Nome>

<Qualificação>

<Qualificação>

ANEXO H.1 - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

Contrato nº:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

_____, _____ de _____ de 20____.

Ciência:

CONTRATADA
Funcionários

<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>

Brasília/DF, agosto de 2023.

documento assinado eletronicamente

ANDERSON CHAGAS DA SILVA
Analista Técnico-Administrativo - CGSEC

documento assinado eletronicamente

HÉLIO SOUZA DE OLIVEIRA
Coordenador de Serviços Compartilhados

RICARDO FRANÇA DE BRITO

Coordenador-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo França de Brito, Coordenador(a)-Geral**, em 14/08/2023, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Chagas da Silva, Gestor(a) de Contrato**, em 15/08/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Souza de Oliveira, Coordenador(a)**, em 15/08/2023, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36200538** e o código CRC **A5655EC2**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2021

Referência: Processo nº 19973.108148/2022-36.

SEI nº 36200538

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2022
PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de transporte terrestre ou agenciamento e intermediação de serviço de (transporte de passageiros) via aplicativo smartphone e ambiente web, por demanda.

Ao

Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região.

Ref.: Proposta Comercial

Item	Descrição	Quant. Estimada 12 meses	Unidade	Valor Unitário por KMR R\$	Valor Total Estimado 12 Meses R\$
1	Contratação de Transporte terrestre	96.000	Km/Ano	R\$ 4,41	R\$ 423.800,00
Preço Total = R\$ 423.800,00 (Quatrocentos e vinte e três mil reais)					

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de execução: de acordo condições do Termo de Referência.

Condições de pagamento: de acordo as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Prazo de execução: de acordo condições do Termo de Referência.

Condições de pagamento: de acordo as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Declaramos atender todos os itens do Edital.

Dados da Empresa:

Razão Social: **Cooperativa União Serviços dos Taxistas Autônomos de São Paulo – Use Táxi**

CNPJ: **59.558.411/0001-40**

Endereço: **Alameda das Boninas, 111, bairro Mirandópolis São Paulo – SP**

Telefone: **11-5582-2001**

E-mail: comercial@usetaxi.com.br

Banco: **104** Caixa Econômica Federal – Conta: **39507-4** – Agência: **0255**

Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome: **Eder Wilson Sousa da Luz**

Cargo: **Diretor Presidente**

Identidade: **15.776.579-9**

CPF: **066.733.448.-30**

Atenciosamente,

São Paulo, 13 de setembro de 2022.



**USE TAXI - COOPERATIVA UNIÃO SERVIÇOS
DOS TAXISTAS AUTÔNOMOS DE SÃO PAULO**

Eder Wilson Sousa da Luz

CPF nº 066.733.448-30

Diretor Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022
PROCESSO SECOM Nº. 058/2022

DATA: 13/09/2022

HORÁRIO DE ABERTURA: 10:00 horas

LOCAL: Portal do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

CÓDIGO: 389297

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO – CRECI/SP, por intermédio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº. 9.441/2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento menor preço por item, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e nº 03, de 26 de abril de 2018, e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com respectivas alterações e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de transporte terrestre ou agenciamento e intermediação de serviço de (transporte de passageiros) via aplicativo smartphone e ambiente web, para atendimento às necessidades do Conselho, por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O aviso encontra-se publicado no Diário Oficial da União e além do meio eletrônico www.crecisp.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do CRECI 2ª Região, elemento de despesa 6.3.1.2.06.01.044 – Agenciamento e intermediação de Serviços de Táxis via aplicativo Smartphone – do exercício de 2022, e na mesma rubrica nos exercícios que alcançarem a contratação.

3. DO CREDENCIAMENTO



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, exigido na forma dos artigos 9 e 11 do Decreto 10.024/2019.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificação digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusivamente e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir com exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreções ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação, nos termos do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017 os requisitos de habilitação para participação de cooperativas devem observar o previsto no item 10.5 do Anexo VII – A da IN SEGES/MP nº 5 de 2017.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a)** detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b)** de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito do licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA VISTORIA

5.1. Não se exigirá que a licitante realize vistoria do local de entrega do bem.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente de perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com o Termo de Referência.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a CONTRATADA.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

7.3.1. A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG 5/2017);

7.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.4.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

7.4.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, conforme §3º do artigo 48 do Decreto 10.024/2019.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário);

7.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentarem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 100,00 (cem reais), conforme regra prevista no §3º do artigo 30 e parágrafo único do artigo 31 do Decreto 10.024/2019.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes, para recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

8.20. uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresa de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.23. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.25. Só poderá haver empate entre as propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

8.25.1.1. prestados por empresas brasileiras;

8.25.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.25.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora, será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

8.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

8.27.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado e disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. A análise de exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

9.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 01 (uma) hora, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance do vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

9.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para desclassificação da proposta desde que não contrariem exigências legais.

9.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

9.5.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.5.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.5.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

9.5.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contendo o objeto, será considerado inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

9.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

9.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência registrada em ata.

9.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta, conforme inteligência do §2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019.

9.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

9.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

9.9.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.9.4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

9.9.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

9.9.5.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

9.9.5.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível a esse regime.

9.10. Para fins da análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.12. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.9. Sempre que a proposta não aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto, nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.10. Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis), recomendação dada pelo TCU por meio de Acórdão nº 1793/2011-Plenário;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), recomendação dada pelo TCU por meio de Acórdão nº 1793/2011-Plenário;

d) Lista de Inidôneos, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0>);

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>)

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43. §3º, do Decreto 10.024/2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação, conforme inteligência do § 2º do artigo 38 do Decreto 10.024/2019. Não se trata de segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência permite, apenas, a solicitação de documentos outros para a confirmação dos já apresentados.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, conforme §1º do artigo 4º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3 de 2018.

10.5. Não serão aceitos documentos com indicações de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

10.8. Habilitação jurídica:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

10.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, conforme artigo 193 do CTN;

10.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma do artigo 13 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3 de 2018;

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, conforme inciso I do artigo 31 da Lei 8.666/93;

10.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período da existência da sociedade;

10.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei 5.764 de 1.971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, conforme artigo 31, §3º da Lei 8.666/93.

10.11. Qualificação Técnica:

10.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.11.1.1. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

10.11.1.1.1. Comprovação de execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 150 (cento e cinquenta) chamados mensais – sendo que, neste total, pelo menos 100 (cem) viagens deverão ter sido realizadas por meio de Solução tecnológica que possibilite a operação e gestão da solicitação das corridas, com aplicação web e aplicativo mobile para solicitação de serviços pelos usuários.

10.11.1.1.2. Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12(doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/20

10.11.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.11.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n.5, de 2017.

10.11.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.20.4. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII – A da IN SEGES/MP nº 5/2017:

10.20.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

10.20.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.20.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.20.4.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

10.20.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.20.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.20.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.22. A existência de restrição relativamente fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.21.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.22. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.23. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.24. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10.25. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.26. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.27. Constatado a atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. apresentar a planilha de proposta de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

11.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a CONTRATADA.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3.1. Ocorrendo divergências entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 30 (trinta)



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, que são as seguintes: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, conforme Acórdão nº 694/2014-Plenário;

12.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.1.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §§1º e 2º do Decreto 10.024/2019.

12.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato e/ou autorização de fornecimento ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente (Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento), conforme artigo 62, *caput* e § 4º da Lei 8.666/1993.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (dozes) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou Termo de Referência.

16.5. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta previa ao CADIN.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do Contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais comunicações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. Apresentar documentação falsa;

21.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

21.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. Não manter a proposta;

21.1.6. Cometer fraude fiscal;

21.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 anos;

21.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

21.3.4.1. A sanção de Impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste edital.

21.3.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.4. As sanções descritas nos subitens anteriores também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que convocados não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública.

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, conforme artigo 24 do Decreto 10.024/2019.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail compras@crecisp.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Pamplona, 1.200 – Jd. Paulista – CEP: 01405-001, no Setor de Compras, considerando que o horário de expediente do CRECISP é das 8h30 às 17h00, de segunda a sexta-feira.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Comprasnet, site do CRECISP e vincularão os participantes e a Administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

23.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Para atender seus interesses, o CRECI/SP reserva-se o direito de alterar quantitativos do objeto, sem que isso implique alterações de preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crecisp.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Pamplona, 1.200 – Jd. Paulista – CEP: 01405-001, nos dias úteis, no horário das 9:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I – Termo de Referência;

23.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

23.12.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato.

São Paulo, 31 de agosto de 2022.

Pregoeiro

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2022

Termo de Referência

Unidade solicitante	Setor de Convênio
----------------------------	-------------------

1. OBJETO

1.1. Contratação de proposta mais vantajosa para a contratação de transporte terrestre ou agenciamento e intermediação de serviço de (transporte de passageiros) via aplicativo smartphone e ambiente web, para atendimento às necessidades do Conselho, por demanda, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de transporte terrestre.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço global.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da Lei 8.666 de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros acionado via aplicativo para telefone celular e ambiente web para atendimento às necessidades de deslocamento a serviço dos funcionários, analistas de conformidade, colaboradores, Diretores, Conselheiros e demais usuários, em todas as localidades, visa melhorar a oferta de serviço de transporte administrativo desses colaboradores, com economia, transparência e eficiência, através do uso de tecnologia, conforme condições e exigências estabelecidas neste termo de referência.

2.2. Este serviço já vem sendo utilizado pelo CRECI-SP desde 2019, contudo, a empresa que vem fornecendo o serviço encontra-se com as certidões irregulares e por isso a necessidade de nova contratação, já que o serviço vem se mostrando como uma estratégia de solução de mobilidade que permite a modernização da gestão pública com uso de recursos tecnológicos de ponta, com significativa redução de gastos e maior racionalidade e padronização dos serviços.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo-se em quaisquer das atividades previstas no art. 3º aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Agenciamento e intermediação do serviço de Transporte de funcionários via aplicativo smartphone e ambiente web, mediante a legislação municipal de veículos cadastrados no CETRAN;

4.2. Das Definições:

4.2.1. Serviço público de transporte individual de passageiros em veículo automotor leve, por demanda, operado por entidade/motorista privado, regulamentado pela autoridade pública competente;

4.2.2. Aplicativo: Solução concebida para processar dados com o objetivo de facilitar e reduzir o tempo de execução de uma tarefa determinada pelo usuário;

4.3. Das funcionalidades do sistema:

4.3.1. O sistema da CONTRATADA deverá dispor, no mínimo, das seguintes funcionalidades:

4.3.1.1. Prévia identificação e cadastro dos usuários/passageiros para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados a centros de custos;

4.3.1.1.1. A CONTRATANTE deverá ter a opção de gerenciar os usuários cadastrados, podendo incluir/excluir usuários a qualquer momento;

4.3.1.1.2. Possibilidade de se definir, com antecedência, cada usuário e os limites de utilização em cada centro de custo, estabelecendo perfis por centro de custo e por perfil individual;

4.3.1.2. Solicitação da prestação de serviço de transporte de passageiros via aplicativo instalado previamente em smartphone – nos sistemas operacionais Android e IOS, no mínimo – ou através de plataforma web – nos sistemas operacionais Linux (Ubuntu) e Windows, no mínimo;

4.3.1.3. Monitoramento da corrida, pelo solicitante, desde o instante da solicitação, em que seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e chegada do veículo (mapa de acompanhamento do chamado), o nome e telefone do motorista e a identificação do veículo;

4.3.1.4. Opção de cancelamento da corrida sem custo após passado o dobro do tempo de espera estimado ou período pré-definido em comum acordo com a fiscalização do Contrato;

4.3.1.5. Emissão de correspondência eletrônica – e-mail – no final de cada atendimento/corrida ao usuário, gestor do centro de custo e gestor do contrato (com opção de inibição do envio) contendo o histórico do atendimento: endereço de partida e destino, quilometragem percorrida, tempo decorrido, identificação do carro e do motorista, valor da corrida e justificativa apresentada;

4.3.1.6. Cobrança e processamento do pagamento da corrida pelo aplicativo, após validação do usuário previamente cadastrado;

4.3.1.7. Avaliação do serviço pelo passageiro, via aplicativo ou ambiente web;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.3.1.7.1. A Contratada deverá disponibilizar relatórios com as informações das avaliações realizadas pelos usuários, para acompanhamento da qualidade do serviço pela Contratante.

4.3.1.8. Disponibilização dos dados das corridas para consulta por meio de ambiente web que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência;

4.3.1.8.1. Este ambiente web deverá apresentar em relatório as seguintes informações, no mínimo:

4.3.1.8.1.1. Identificação do carro, inclusive placa;

4.3.1.8.1.2. Identificação do motorista;

4.3.1.8.1.3. Valor da corrida – que deverá corresponder fielmente ao constante no aplicativo e ou taxímetro, com os devidos acréscimos descritos no seguinte item;

4.3.1.8.1.4. Valores acrescidos pela prestação de serviços, de acordo com a regulamentação do município, como uso do porta-malas (bagagem), pedágios, corridas intermunicipais/retorno, dentre outros, que também deverão ser aprovados e confirmados pelos usuários/passageiros ao final da corrida;

4.3.1.8.1.5. Origem;

4.3.1.8.1.6. Destino;

4.3.1.8.1.7. Rota percorrida mediante gráfico (mapa) do trajeto percorrido;

4.3.1.8.1.8. Quilometragem percorrida;

4.3.1.8.1.9. Data da corrida;

4.3.1.8.1.10. Horário do agendamento e/ou da solicitação/chamada;

4.3.1.8.1.11. Identificação da CONTRATANTE;

4.3.1.8.1.12. Centro de custo da CONTRATANTE;

4.3.1.8.1.13. Identificação do usuário/Passageiro (s);

4.3.1.8.1.14. Motivo/Justificativa da corrida;

4.3.1.8.2. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas das seguintes formas, no mínimo:

4.3.1.8.2.1. Corridas e gastos por usuário/passageiro;

4.3.1.8.2.2. Corridas e gastos por centro de custos;

4.3.1.8.2.3. Corridas e gastos por período de tempo;

4.3.1.8.3. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, no sistema, com os seguintes perfis, no mínimo:

4.3.1.8.3.1. Pelo próprio usuário: acesso ao relatório e histórico de suas próprias corridas;

4.3.1.8.3.2. Gestor do centro de custo: acesso apenas aos relatórios de todos os usuários/passageiros de sua própria unidade/centro de custo;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.3.1.8.3.3. Gestor do CONTRATO: acesso completo a todos os centros de custos e relatórios de utilização do serviço de todos os usuários/passageiros da CONTRATANTE;

4.4. Da solicitação e execução do serviço:

4.4.1. Os serviços deverão atender todas as localidades, conforme constantes no item 4.12.

4.4.2. Os veículos cadastrados no sistema de agenciamento da CONTRATADA deverão obedecer, fielmente, à legislação/normatização pertinente do Código de Trânsito Brasileiro, do Conselho Nacional de Trânsito e, especialmente, do Município/Distrito de cadastro e atuação;

4.4.3. Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente, durante as vinte e quatro horas dos sete dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;

4.4.4. A CONTRATADA deverá dispor de número telefônico ou outro meio de contato que tenha atendimento, 24 horas, para contato em situações de emergência;

4.4.5. Os serviços serão prestados mediante solicitação da CONTRATADA efetuada por:

4.4.5.1. Aplicativo smartphone da CONTRATADA;

4.4.5.2. Aplicativo/Ambiente web da CONTRATADA;

4.4.5.3. SMS (opcional);

4.4.5.4. Telefonema à Central de Atendimento da CONTRATADA (opcional);

4.4.6. O usuário poderá solicitar:

4.4.6.1. o atendimento imediato da chamada;

4.4.6.2. o agendamento prévio, com data e horário (opção disponível em, pelo menos, uma das opções de chamada);

4.4.7. O início da cobrança da corrida deverá ocorrer somente no momento do embarque do passageiro, encerrando-se a apuração do valor a ser cobrado no destino final do usuário;

4.4.8. O usuário sempre deverá apresentar justificativa, que deverá ficar registrada no sistema, para a utilização do serviço;

4.5. Da Utilização do Serviço pelo Usuário Final:

4.5.1. O gestor/fiscal do Contrato cadastrará os empregados habilitados para utilização do serviço;

4.5.1.1. O empregado receberá um login e uma senha para utilização do serviço.

4.5.2. O empregado solicitará o transporte via aplicativo instalado previamente em smartphone ou entrará em contato com a área gestora para efetuar a solicitação;

4.5.3. A partir do momento da solicitação o usuário poderá acompanhar pelo aplicativo a estimativa de tempo de espera, bem como o nome e o telefone do prestador de serviço que atenderá o chamado e a identificação do veículo;

4.5.4. Ao término da corrida o usuário fará a validação do valor apresentado no aplicativo e ou taxímetro, e eventuais acréscimos legais, no aplicativo do motorista mediante login/senha;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.5.5 Após o término da corrida o usuário poderá avaliar, via aplicativo, o serviço prestado;

4.5.6. Após o término da corrida o gestor do centro de custo e o gestor do contrato receberão correspondência eletrônica com as informações da corrida para controle.

4.6. Das tarifas:

4.6.1. A cobrança pela prestação dos serviços será feita de acordo com os valores estabelecidos pelas legislações municipais/distritais vigentes;

4.6.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar as legislações municipais/distritais com as respectivas tabelas de valores no início da execução contratual e a cada alteração que vier a ocorrer;

4.6.2. Não haverá cobrança pela utilização do serviço de agendamento, o mesmo fará parte integrante da prestação do serviço;

4.6.3. Os serviços serão medidos mensalmente com base nos valores constantes do sistema de pagamento eletrônico devidamente atestados pelos usuários da CONTRATADA, ao término de cada corrida, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados;

4.6.4. Sobre o valor apurado dos atendimentos/corridas será acrescido o percentual referente a taxa administrativa, cobrado pela utilização do sistema de gerenciamento e da própria intermediação;

4.6.5. Somente serão considerados válidos os atendimentos confirmados pelo usuário ao final de cada atendimento/corrida;

4.6.6. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora de telefonia, sinal, satélite, mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de login e senha pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino final;

4.6.7. Na hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo usuário no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente a menor quilometragem possível entre a origem e o destino.

4.7 Dos prestadores de serviço Cadastrados:

4.7.1. A CONTRATADA, ao cadastrar os veículos em seu sistema, deverá observar:

4.7.1.1. Os serviços serão prestados por motoristas, habilitados e autorizados pelos municípios/distrito;

4.7.1.2. Dispor de veículos para o atendimento de cadeirantes e pessoas com restrições de mobilidade (veículos adaptados) em todos os locais de atendimento;

4.7.1.3. Os veículos deverão possuir as características necessárias para a aprovação do município/distrito de atuação;

4.7.1.4. Os veículos deverão estar devidamente identificados, conforme as determinações normativas do município/distrito de atuação;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.7.1.5. Os veículos deverão possuir a permissão e o alvará de tráfegos dentro da validade;

4.7.1.6. Os veículos devem ser dotados dos equipamentos de segurança obrigatórios pela legislação nacional e com a documentação prevista em lei;

4.7.1.7. Os veículos deverão estar dentro dos parâmetros de segurança, conservação e higienização exigidos pelo município/distrito de atuação;

4.7.1.8. Os veículos deverão obrigatoriamente portar os seguintes documentos e equipamentos, em seus prazos de validade, além dos exigidos pela legislação vigente:

4.7.1.8.1. Em caso de táxi, o taxímetro deverá estar aferido e lacrado por órgão competente;

4.7.1.8.2. Autorização de tráfego;

4.7.1.8.3. Registro do condutor;

4.7.1.8.4. Selo de vistoria;

4.7.1.8.5. Tabelas vigentes de tarifas em vigor;

4.8. Dos Motoristas:

4.8.1. A CONTRATADA deverá observar quando do cadastramento dos motoristas:

4.8.1.1. Que os veículos serão conduzidos por motoristas profissionais autônomos, devidamente credenciados e cadastrados no órgão público competente;

4.8.1.2. Que não deve ser permitido, sob nenhuma hipótese, a condução do veículo, com a Carteira Nacional de Habilitação suspensa ou de categoria diferente da exigida por lei;

4.9. Do Prazo para Início das Atividades e da Vigência do CONTRATO:

4.9.1. O prazo para implantação e início da execução dos serviços contratados será de até 10 dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual, nos seguintes termos:

4.9.1.1. Para implantação e/ou acesso ao sistema: até dez dias úteis;

4.9.1.2. Treinamento no sistema: até cinco dias úteis, a depender da disponibilidade dos empregados da CONTRATANTE;

4.9.1.3. Início da operação: até dois dias úteis contados a partir da data de finalização da etapa de treinamento do sistema;

4.9.2. A vigência contratual será de 12 (doze) meses;

4.9.2.1. Os dados da execução contratual e os registros nos sistemas deverão ficar disponíveis para a CONTRATANTE pelo período mínimo de cinco anos após o término da vigência do CONTRATO, sem nenhuma espécie de ônus ou restrição para consulta;

4.10. Da Confidencialidade:

4.10.1. A CONTRATADA e seus empregados obrigam-se a manter, mesmo após o término da vigência contratual, a mais absoluta confidencialidade sobre dados e informações disponibilizados ou conhecidos em decorrência da prestação dos serviços objetos desta contratação, bem como, tratá-los como matéria sigilosa.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

4.10.2. Ficarão a CONTRATADA e seus empregados terminantemente proibidos de fazer uso ou revelação, sob nenhuma justificativa, a respeito de qualquer informação, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou elementos de propriedade do CRECISP ou de seus Clientes, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços.

4.10.3. A CONTRATADA e seus empregados deverão obedecer às normas sobre confidencialidade e segurança, internas e externas, adotadas pelo CRECISP além das Cláusulas específicas constantes no instrumento contratual.

4.10.4. Por descumprimento das obrigações relacionadas com a confidencialidade das informações, mediante ações ou omissões intencionais ou acidentais, determinará a responsabilização na forma da lei, de seus dirigentes e empregados envolvidos, durante e após a vigência contratual.

4.10.5. A violação das condições estabelecidas neste item ensejará a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, previstas em lei.

4.11. Da Sustentabilidade:

4.11.1. Em respeito a Instrução Normativa 01 da SLTI/MPOG (Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) a Contratada deverá adotar medidas para promover a sustentabilidade ambiental, como restringir a utilização de papel nas comunicações relativas a este Contrato, orientar e treinar seus funcionários nas boas práticas de sustentabilidade e promover campanhas de conscientização aos taxistas cadastrados em sua plataforma, dentre outras ações pertinentes ao objeto;

4.12. Quantidade estimada de consumo:

Item	Locais	Quantidade anual estimada de chamadas convencionais	Km estimado anual
01	São Paulo / Grande São Paulo	6.000/ano	96.000/ano
02	Araçatuba		
03	Caraguatatuba		
04	Franca		
05	Jundiaí		
06	Marília		
07	Piracicaba		
08	Praia Grande		
09	Presidente Prudente		
10	Rio Claro		
11	São Carlos		
12	São José do Rio Preto		
13	Americana		
14	Atibaia		
15	Barueri		
16	Ferraz de Vasconcelos		



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

17	Guarujá
18	Itatiba
19	São Vicente
20	Bauru
21	Campinas
22	Ribeirão Preto
23	Santos
24	São Bernardo
25	São José dos Campos
26	Sorocaba
27	Mogi das Cruzes

5. DEMONSTRAÇÕES DE FUNCIONALIDADE

5.1. Durante o processo de aceitação da proposta a licitante classificada em 1º lugar, e no prazo máximo de até 05 dias úteis, deverá realizar as demonstrações de funcionalidade do aplicativo para avaliação dos seguintes requisitos, pelo menos:

- a) Cadastro de usuários;
- b) Acesso para inclusão/exclusão de usuários;
- c) Registro da avaliação do serviço;
- d) Funcionamento nos sistemas operacionais previstos;
- e) Aprovação do pagamento pelo usuário;
- f) Processamento do pagamento sem internet;
- g) Relatórios gerenciais.

6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1. A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias úteis contados da assinatura do contrato, na forma que segue:

- 7.1.1.** Para implantação e/ou acesso ao sistema: até dez dias úteis;
- 7.1.2.** Treinamento no sistema: até cinco dias úteis, a depender da disponibilidade dos empregados da CONTRATANTE;
- 7.1.3.** Início da operação: até dois dias úteis contados a partir da data de finalização da etapa de treinamento do sistema;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

7.3. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.4. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

7.4.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.4.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

7.4.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.4.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

7.5. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

7.5.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.*

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

7.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Do Contratante

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por funcionário especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, Anexo XI, da IN 05/2017.

8.1.7. Não praticar atos de ingerência na Administração da Contratada, tais como:

8.1.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reporta-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

8.1.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

8.1.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

8.1.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.1.8. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.9. Realizar avaliações periódicas de qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.10. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada desempenhe suas obrigações, dentro das regras acordadas no Contrato;

8.1.11. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca dos serviços;

8.1.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art.3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.13. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.2. Do Contratado

8.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência em sua proposta de preços;

8.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.2.4. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

8.2.5. Quando não for possível a verificação de regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao Setor responsável pela fiscalização do contrato; até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

é a Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.5/2017;

8.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo Coletivo, Convenção, Dissídio Coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a contratada.

8.2.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.2.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução de empreendimento.

8.2.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.2.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

8.2.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

8.2.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.2.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de

8.2.14. Comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, previsto, com a devida comprovação;

8.2.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as determinações em vigor;

8.2.16. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para execução do serviço;

8.2.17. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.2.18. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

8.2.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.2.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.2.21. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.23. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.24. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.26. Designar um profissional (preposto) da CONTRATADA (gerente de projeto ou de conta ou de relacionamento, por exemplo) que seja responsável pelo relacionamento estratégico com a CONTRATANTE, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços;

8.2.27. Caso haja necessidade de espera para retorno dos passageiros deverá ser informado o valor por minuto de espera a ser adicionado ao custo da corrida.

8.2.28. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo suas especificações, exigências e níveis de serviços, independentemente da atuação da Fiscalização.

8.2.29. Implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante.

8.2.30. Arcar com todos os ônus decorrentes de retrabalho quando da execução irregular dos serviços

8.2.31. Responsabiliza-se civil e criminalmente por qualquer dano que venha a provocar ao CRECISP, seus empregados ou a Terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente Contrato, ou da omissão deles.

8.2.32. Proceder à indenização pecuniária por danos morais ou materiais causados aos empregados do CRECISP ou terceiros, ou indenizações, reparações e reposições de instalações



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

ou patrimônio do CRECISP ou de terceiros sob a responsabilidade do CRECISP, quando de danos e perdas ocasionados por empregados da CONTRATADA ou em decorrência dos serviços prestados, autorizando desde já o desconto do valor correspondente do pagamento devido a CONTRATADA ou da garantia fornecida pela mesma.

8.2.33. Responsabilizar-se pelos prejuízos decorrentes de ação judicial, inclusive honorários de advogados, custas e despesas processuais, perdas e danos, lucros cessantes, juros moratórios ou quaisquer outras despesas não expressamente relacionadas, que o CRECISP necessite ajuizar ou responder, devendo a CONTRATADA ser nomeada à autoria para comparecer ao processo pela melhor forma permitida em direito.

8.2.34. Manter o CRECISP livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

8.2.35. Apurado o dano, a CONTRATADA deverá recolher o valor correspondente em Depósito Identificado no banco indicado, no prazo de 05 (cinco) dias da notificação pelo CRECISP. A CONTRATADA desde já autoriza o CRECISP a descontar da garantia ou das faturas vincendas, o valor correspondente às despesas com indenizações/ressarcimentos que o CRECISP venha assumir.

8.2.36. É assegurado à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa, conforme legislação aplicável.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual na execução dos serviços.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

12.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por funcionário, equipe de fiscalização ou único funcionário, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

12.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

12.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

12.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

12.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

12.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

12.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

12.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 13.2.1.** não produziu os resultados acordados;
- 13.2.2.** deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 13.2.3.** deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14. DO PAGAMENTO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme Termo de Referência.

14.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

14.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

14.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

14.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.5.1. o prazo de validade;

14.5.2. a data da emissão;

14.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.5.4. o período de prestação dos serviços;

14.5.5. o valor a pagar; e

14.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização de regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

14.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

14.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

14.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário funcionário público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

15. REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Após o interregno de um ano, e independente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pela Contratante, do índice *IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994).

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

15.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

15.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

15.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

16.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

16.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

16.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

16.3.1.1.1. Comprovação de execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 150 (cento e cinquenta) chamados mensais – sendo que, neste total, pelo menos 100 (cem) viagens deverão ter sido realizadas por meio de Solução tecnológica que possibilite a operação e gestão da solicitação das corridas, com aplicação web e aplicativo mobile para solicitação de serviços pelos usuários.

16.3.1.1.2. Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12(doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

16.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

16.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

16.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

16.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

16.4.1. Valor Global: R\$xxx,000 (indicar por extenso)

16.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

16.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global

16.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O custo total estimado da presente contratação é de:

Item	Quantidade	Descrição	Valor Estimado Anual
1	96.000 Km/ano	Contratação de transporte terrestre ou transporte de passageiros	R\$ 423.800,00

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, elemento de despesa 6.3.1.2.06.01.044 – Agenciamento e intermediação de Serviços de Táxis via aplicativo Smartphone – do exercício de 2022, e na mesma rubrica nos exercícios que alcançarem a contratação.

Marcelo Sodré Silveira
Setor de Convênio
Chefe de Setor



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 029/2022

MODELO PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

(Papel Timbrado da Licitante)

Objeto: Contratação de transporte terrestre ou agenciamento e intermediação de serviço de (transporte de passageiros) via aplicativo smartphone e ambiente web, por demanda.

São Paulo, de de 2022.

Ao

Conselho Regional dos Corretores de Imóveis da 2ª Região

Ref.: Proposta Comercial

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unitário por Km R\$	Valor Total Estimado 12 meses R\$
1	Contratação de transporte terrestre	96.000	Km/ano		
PREÇO TOTAL = R\$ (valor por extenso)					

Validade da proposta:

Prazo de execução:

Condições de pagamento:

Declaramos atender todos os itens do Edital.

Dados da Empresa:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:.....

Banco:..... – Conta:..... – Agência:.....

Dados do responsável para assinatura do contrato:

Nome:

Cargo:

Identidade:

CPF:

Declaramos atender todos os itens do Edital.
Atenciosamente,

.....
(representante legal)
(nome/cargo)



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

ANEXO IV

TERMO DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TRANSPORTE TERRESTRE OU
AGENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO
DE SERVIÇO DE (TRANSPORTE DE
PASSAGEIROS) VIA APLICATIVO
SMARTPHONE E AMBIENTE WEB QUE
FAZEM ENTRE SI O CONSELHO
REGIONAL DE CORRETORES DE
IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA**

.....

O **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 2ª REGIÃO**, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob nº. 62.655.246/0001-59, com sede à Rua Pamplona, 1200, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo/SP, CEP 01405-001, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu **Presidente, Sr. José Augusto Viana Neto**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador do CPF/MF nº. 606.428.828/00 e RG nº. 4.941.090 SSP/SP e pelo **Diretor Tesoureiro, Sr. Francisco Pereira Afonso**, brasileiro, casado, Corretor de Imóveis, portador do CPF/MF nº. 013.034.638-14 e RG nº. 12.216.414 SSP/SP, nomeados pelo Termo de Posse regularmente registrado sob nº 2.045.768 no Livro de Registro B do 7º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo na data de 3 de agosto de 2021, firma com a empresa, CNPJ nº., com sede à nº., CEP – Bairro –/UF, adiante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr.(a)**,, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º, e CPF/MF n.º, tendo em vista o que consta no Processo SECOM nº 058/2022, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e demais Leis de Diretrizes Orçamentárias Vigentes, resolvem celebrar o presente Termo do Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 029/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de transporte terrestre ou agenciamento e intermediação de serviço de (transporte de passageiros) via aplicativo smartphone e ambiente web, para atendimento às necessidades do Conselho, por demanda, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da Contratação:

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor Unitário por Km R\$	Valor Total Estimado 12 meses R\$
1	Contratação de transporte terrestre	96.000	Km/ano		
PREÇO TOTAL = R\$ (valor por extenso)					

CLÁUSULA II – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início após a implantação, acesso ao sistema, e treinamento, pelo período de 12 (doze) meses, conforme prazos previstos no termo de referência, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

CLÁUSULA III – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA IV – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do CRECI 2.ª Região, elemento de despesa 6.3.1.2.06.01.044 – Agenciamento e intermediação de Serviços de Táxis via aplicativo Smartphone, do orçamento de 2022.

4.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA V – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

CLÁUSULA VI – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA VII – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA VIII- REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA IX – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA XII– VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA XIII – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA XIV – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA XV – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD - LEI 13.709/18

15.1. O presente instrumento de contrato reger-se-á, no que couber, pela Lei 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

15.2. A CONTRATADA e seus empregados, em todas as etapas da prestação de serviços objeto deste contrato e mesmo após o término da vigência contratual, obrigam-se a guardar sigilo de todos os dados sensíveis ou não, de que venham a ter conhecimento, bem como trata-los como matéria sigilosa.

15.3. O CONTRATANTE veda todo e qualquer compartilhamento, gratuito ou oneroso, dos dados sensíveis ou não, anonimizados ou não, repassados ou não à CONTRATADA e seus empregados para a prestação de serviços contratados, perante terceiros ou empresas do mesmo grupo da CONTRATADA sob qualquer hipótese, excetuando-se os casos previstos na referida lei.

15.4. O eventual acesso pela CONTRATADA e seus empregados a dados pessoais de corretores de imóveis, dirigentes ou funcionários do CONTRATANTE implicará o mais absoluto dever de sigilo.

15.5. A CONTRATADA e seus empregados deverão cumprir as normas de confidencialidade e segurança, com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e em caso de descumprimento, o CONTRATANTE responsabilizará, na forma da lei, os dirigentes e empregados envolvidos durante e após a vigência contratual.

CLÁUSULA XVI– PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA XVII – DO FORO

17.1. Para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, será competente o Foro da Justiça Federal da Capital do Estado de São Paulo.



CRECI - 2ª REGIÃO

Serviço Público Federal
Conselho Regional de Corretores de Imóveis
Estado de São Paulo

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, de de 2022.

CONTRATANTE

Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 2ª Região

José Augusto Viana Neto
Presidente

Francisco Pereira Afonso
Diretor Tesoureiro

CONTRATADA

XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXX

TESTEMUNHAS:

.....
NOME:

RG:

.....
NOME:

RG:

À

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO No. 010/2023

1. Dados do Proponente:

- * Razão Social: RADIO TAXI CAPITAL FORTALEZA LTDA-EPP
- CNPJ: 63.303.267/0001-78
- Endereço completo: Rua Vinte e Cinco de Março, 149 - Centro - Fortaleza/Ce CEP: 60.060-120
- Telefone: 85 3254-5554 celular: 85 98204-6472 fax: 85 3031-2511
- e-mail: capitalrtx@yahoo.com.br
- Banco: Itau Agência: 8279 Conta corrente: 16857-2
- Representante Legal: Luiz Carlos Bandeira de Mello, Brasileiro, Casado, Engenheiro Civil
- RG: 94002370040 SSP-Ce CPF: 335.001.264-72 domicílio: Rua Alberto Junior, 100 Casa 32 - Residencial Royal Park - Edson Queiroz
- E-mail do responsável: luizcarlosrct@gmail.com
- Telefone: (85) 98204-6472

ITEM	DESCRIÇÃO ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE CORRIDAS (UN)	QUANTIDADE DE KILOMETROS (KM)	VALOR UNITARIO MAXIMO ACEITAVEL*	VALOR DO ATENDIMENTO ANUAL (VA)
1	Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do órgão e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Fortaleza e região metropolitana	Km	2.044	21.762	R\$ 5,24	R\$ 103.437,25

Preço Global por extenso: Cento e tres mil quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos.

Prazo de validade: 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

Composição dos preços: Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste prego.

Esta empresa DECLARA estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.



Fortaleza, 20 de Março de 2023

Luiz Carlos Bandeira de Mello - CPF: 335.001.264-72 - Administrador

Seu táxi seguro!

3254.5554

Rádio Táxi Capital Fortaleza Ltda-EPP.
Rua 25 de Março, 149 - Centro - Cep: 60.060-120
CNPJ: 63.303.267/0001-78 - Fortaleza - Ceará
www.capitalradiotaxi.com.br - E-mail: comercial@capitalradiotaxi.com.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

Rua Paulino Nogueira, n.º 315, bloco II, Térreo, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60.020-270
Telefone: (85) 3366 7387/ 7537 - E-mail: cl@proplad.ufc.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
(Processo Administrativo nº. 23067.001040/2023-02)

Torna-se público que a Universidade Federal do Ceará, por meio da Coordenadoria de Licitação, sediado a Rua Paulino Nogueira nº. 315, bloco II, Bairro Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60.020-270 e por Pregoeiro designado pela PORTARIA PROPLAD Nº 118, de 04 de agosto de 2022, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 20 de Março de 2023.

HORÁRIO: 09h00 (às nove horas - horário de Brasília/DF)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de Serviço de gestão de Transporte Individual Privado de Passageiros, baseado em tecnologia de comunicação em Rede, por demanda, disponibilizando plataforma web e aplicativo mobile, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Caso as especificações deste objeto não estejam descritas totalmente no sistema SIASG, prevalecerão as deste instrumento convocatório.

1.5. Os produtos/serviços ofertados pela licitante vencedora deverão, em todas as fases do processo licitatório e da execução contratual, pautar-se sempre no uso racional de recursos e materiais, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela UFC, e em especial aos artigos 5º e 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 1 de 19 de janeiro de 2010, bem como as disposições da Lei nº 12.305 de 2010, do Decreto nº. 10.936/2022 e do Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo (SEI nº. 4069083):

Gestão/Unidade: 153045

Fontes de Recursos: 1000000000.

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0023.

Natureza da Despesa: 339033.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. O item único é de ampla participação.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste edital e seus anexos;

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, tendo em vista não se tratar de contratação de alta complexidade técnica ou de grande vulto;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.2.8.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

4.6.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- 4.6.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.6.** Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- 4.6.7.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.8.** Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.6.9.** Que os serviços são prestados por empresas que cumprem a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, ressalvado as empresas ME/EPP e optantes pelo Simples Nacional, ao qual a contratação torna-se facultativa e isenta dos benefícios fiscais, nos termos da IN MTE/SIT nº 146/2018.
- 4.7.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total do item;
- 6.1.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 6.3.1.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.3.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 6.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:
- 6.4.1.** Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;
- 6.4.2.** Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.
- 6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.
- 6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os

materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias** corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste edital e seus anexos:

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1.1. Prestados por empresas brasileiras;

7.25.1.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio do Modelo de Proposta, a ser preenchido pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados do Modelo de Proposta não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.4.4. apresentar preço final (unitário ou total) superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.4.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.4.4.1.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.4.1.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.5. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da

IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.6. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 3 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.8.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.10. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.13.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.2.4. No caso de empresas estrangeiras que não funcionem no País, os documentos exigidos para os níveis cadastrais de que trata o art. 6º da IN SEGES/MP nº 03/2018, poderão ser atendidos mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre. Entretanto, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas, conforme Instrução Normativa nº 107, de 28 de outubro de 2020.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **3 (três) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento de tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão

subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação econômico-financeira:

9.10.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características e quantidades com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.11.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 12 (doze) meses na execução de objeto semelhante ao da contratação, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos, conforme item 10.7.1. do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

9.11.1.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço (10.881 km), a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.11.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificados no contrato social vigente;

9.11.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

9.11.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.1.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.11.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.11.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.11.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.11.2.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.11.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.11.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.11.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.11.3. As empresas deverão apresentar declaração de vistoria assinado pelo servidor responsável (**ANEXO IV**).

9.11.3.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante. (**ANEXO V**).

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **3 (três) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Apresentar o **Modelo de Proposta (ANEXO II)**, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.1.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. O pedido de vista dos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, poderá ser solicitado pelo e-mail: cl@proplad.ufc.br. A liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante, só podendo ser efetivada mediante cadastro prévio do interessado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme orientações constantes no site da PROPLAD/UFC.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.

14.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.12. Será considerada extinta a garantia:

14.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

14.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

14.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** prorrogável conforme previsão no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.2. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e Portaria UFC nº. 71, de 18 de maio 2018, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

20.1.2. Apresentar documentação falsa - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

20.1.5. Não manter a proposta - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

20.1.6. Cometer fraude fiscal - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

20.1.8. Falhar na execução do contrato - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

20.1.9. Fraldar na execução do contrato - Penalidade: impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20.14. As particularidades não contempladas nas cláusulas acima serão interpretadas à luz da legislação vigente e da Portaria UFC nº. 71, de 18 de maio 2018, que estabelece critérios sobre dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito da Universidade Federal do Ceará, disponível no endereço eletrônico da PROPLAD (<https://proplad.ufc.br/wp-content/uploads/2018/05/portaria-071-2018-gr-dosimetria-aplicacao-de-penalidades.pdf>).

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail impugna@proplad.ufc.br, ou por petição dirigida ou protocolada na **Coordenadoria de Licitação – da Universidade Federal do Ceará**, no endereço: Rua Paulino Nogueira, 315, bloco II – térreo – Bairro Benfica, CEP. 60020-270 - Fortaleza/CE.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço impugna@proplad.ufc.br.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 22.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.11.** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, e também poderá acessado eletronicamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mediante cadastro prévio no sistema e solicitação de acesso pelo email: cl@proplad.ufc.br.
- 22.12.** Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) ANEXO I – Termo de Referência
 - b) ANEXO II – Modelo da Proposta
 - c) ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato
 - d) ANEXO IV – Declaração de Vistoria
 - e) ANEXO V – Declaração de Conhecimento das Condições Locais para a Prestação dos Serviços

Fortaleza, 02 de Março de 2023.

Almir Bittencourt da Silva

Pró-Reitor de Planejamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **ALMIR BITTENCOURT DA SILVA**, Pró-Reitor de Planejamento e Administração, em 02/03/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4119445** e o código CRC **D344AD07**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

Rua Paulino Nogueira, n.º 315, bloco II, Térreo, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-270
Telefone: (85) 3366 7387/ 7537 - E-mail: cl@proplad.ufc.br

ANEXO I DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA
(SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA)

Termo de Referência nº: 02/2023	Unidade Solicitante: Divisão de Transportes
Responsável pela elaboração: Gilderlanio Barbosa Alves Palacio	Cargo/função: Diretor de Divisão

1. OBJETO

1.1. Contratação de Serviço de gestão de Transporte Individual Privado de Passageiros, baseado em tecnologia de comunicação em Rede, por demanda, disponibilizando plataforma web e aplicativo mobile.

Descrição	Unidade de Medida	CATSER	Quantidade de corridas (un)	Quantidade de Quilômetro (km)	Valor unitário máximo aceitável ou de valor referência (R\$)	Valor do Atendimento Anual (VA)**
Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do órgão e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Fortaleza e região metropolitana.	km	24198	2.044	21.762	R\$ 5,24	R\$ 103.437,25

** Fórmula para calcular o VA encontra-se no item 3.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros.

1.3. Os quantitativos estão discriminados na tabela acima.

1.4. O prazo de vigência e o prazo de execução do contrato serão de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 É costumeiro que os servidores da Universidade Federal do Ceará (UFC) tenham atividades de diversas naturezas distintas comuns em uma instituição de grande porte. A lista não exaustiva de atividades que podem ser atendidas com a solução proposta neste termo de referência: Inspeção de obras, visitas técnicas, transporte de servidores e pequenos materiais entre Campi de Fortaleza, transporte para eventos, manutenções *in loco*, entre outras atividades que necessitam de traslado de servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos no município de Fortaleza e região metropolitana que tem como objetivo atender com eficiência o transporte de pessoas, e consequentemente fortalecer os pilares Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura

2.2 Busca-se o aprimoramento da qualidade do serviço de transporte dos servidores, empregados e colaboradores em rotas e horários diversos com o melhor custo-benefício, além do atendimento dos requisitos da IN nº 05/2017. Para isso, a solução encontrada é a de transporte de passageiro por quilômetro rodado.

2.3 A prestação de serviço de transporte de passageiro por quilômetro rodado reduz a destinação de recursos para as atividades meio da instituição, além de melhorar a qualidade dos serviços de transporte prestados, assim é possível alocar mais recursos para as atividades fins, que tem como missão a de formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas neste TR, de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela Contratada de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

3.1.1. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile estão especificados nos Anexos A, B e C deste TR, respectivamente.

3.1.2. O acesso inicial à aplicação web e ao aplicativo mobile devem ser realizados mediante o uso de login e senhas pessoais cadastradas pelos próprios usuários, conforme especificado nos Anexos B e C deste TR.

3.2. A gestão do serviço deve ser realizada pelo gestor, consideradas as abrangências de suas atuações e as funcionalidades especificadas nos Anexos B e C deste TR.

3.3. Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos e atualizados pelos gestores, consideradas as abrangências de suas atuações, conforme especificado no Anexo B deste TR.

3.3.1 É de inteira responsabilidade da contratada cadastrar o gestores de usuários das unidades,

3.3.2 É de responsabilidade da contratada adotar um canal de comunicação (telefone e email) com os gestores de unidades e usuários para orientação quanto ao modo de uso do aplicativo, funcionalidades, entre outras informações para o correto uso da ferramenta;

3.3.3. A critério da Contratante, o cadastramento dos dados dos órgãos, entidades, unidades administrativas, gestores e usuários deve ser realizado pela Contratada, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.

3.3.4. No caso de inativação de órgãos, entidades ou unidades administrativas, após comunicado da Contratante todos os usuários e gestores vinculados não deverão ter o acesso à solução tecnológica bloqueado.

3.4. O valor a ser pago para cada corrida realizada respeitará a seguinte fórmula de cálculo: $VA = V1 + D \times V2$ VA – valor do atendimento V1 – valor 1 D – distância percorrida V2 – valor 2. A fórmula é fruto do estudo contido no processo 23067.021636/2021-59, realizado pela central de compras do ministério da economia.

3.4.1. O valor 1 será equivalente a 1,9 vezes o valor 2, ou seja: $V1 = 1,9 \times V2$

3.4.2. O valor 2 será equivalente ao valor do quilômetro lícitado (Vkm) dividido por 1,3, ou seja: $V2 = Vkm / 1,3$

3.4.3. Os lances ofertados na licitação terão como referência o valor do quilômetro lícitado rodado (Vkm), sendo que o preço de referência da licitação é o constante do item 6.1. 3

3.4.4. De modo a deixar mais clara a fórmula que será utilizada para calcular o valor de cada corrida, supomos que o valor final do lance ofertado pela empresa vencedora foi de R\$ 3,00. Esse é o valor do quilômetro lícitado (Vkm). Assim:

Valor do quilômetro lícitado (Vkm) = R\$ 3,00

Valor 2 = $Vkm / 1,3 \Rightarrow V2 = R\$ 3,00 / 1,3 \Rightarrow V2 = R\$ 2,31$

Valor 1 = $1,9 \times V2 \Rightarrow V1 = 1,9 \times R\$ 2,31 \Rightarrow V1 = R\$ 4,39$

3.4.5. Neste exemplo, o valor de cada corrida será calculado, conforme fórmula constante do item 3.4, do seguinte modo:

Valor do Atendimento (VA) = $V1 + Distância percorrida (D) \times V2$

$VA = R\$ 4,39 + D \times R\$ 2,31$

3.4.6. Considerando uma corrida com percurso de 7,21 km, o valor da corrida, no exemplo acima, será de R\$ 21,27, vejamos:

$VA = R\$ 4,39 + 7,21 \text{ km} \times R\$ 2,31$

$VA = R\$ 21,04$

3.5. As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile, conforme especificado nos Anexos B e C deste TR, sendo observadas as seguintes condições:

a. disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, contados da data e hora da solicitação;

b. cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a Contratante, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais do chamado;

c. cancelamento da solicitação pelo usuário, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo), com ônus para a Contratante do equivalente ao V1 da corrida;

d. apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;

e. proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;

f. pagamento de eventual pedágio pelo motorista, com posterior inclusão do respectivo valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo.

3.6. As solicitações poderão ser excepcionalmente canceladas pela Contratada, não havendo ônus à Contratante.

3.7. Não serão admitidas alterações nos registros por parte da Contratada das corridas realizadas e canceladas, salvo mediante requisição da Contratante.

3.8. Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos usuários solicitantes ou pelos gestores, por meio de funcionalidades da aplicação web ou do aplicativo mobile, e deverá ser gerado relatório de contestação, conforme exigido no Anexo E deste TR.

3.8.1. Serão contestadas as corridas com erros nos seguintes registros:

a) imagem geoprocessada do percurso do atendimento;

b) data e hora da requisição, do aceite, do início, do encerramento e do cancelamento da corrida;

c) coordenadas do início e do encerramento da corrida; ou d) qualquer outro erro que comprometa a gestão ou fiscalização da corrida.

3.8.2. Para a hipótese de haver contestação do valor, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado, conforme cálculo determinado no subitem 3.4 e seguintes.

3.8.3. A Contratada deverá oferecer alternativa para que o sistema processe a informação do valor da corrida, mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

3.9. As corridas poderão ser contestadas pelos usuários ou Gestores somente até o envio do relatório para emissão da Fatura.

3.10. Os gestores e usuários devem ser notificados automaticamente por e-mail, por aplicativo mobile ou SMS das seguintes situações:

a) quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;

b) quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;

c) quando do encerramento do atendimento, com apresentação das seguintes informações: nome do usuário; data e hora da solicitação; endereços de origem e de destino; nome do motorista designado para o atendimento (informação desejável); imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, correspondente ao percurso real executado pelo veículo; tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia GPS; e valor do atendimento.

3.11. Os veículos indicados pela Contratada para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

a) idade máxima, conforme legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para VEÍCULOS elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro CRLV;

b) sistema de ar-condicionado; e

c) mínimo de 4 (quatro) portas.

3.11.1. Caso a prestação do serviço seja realizada pela Contratada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, os veículos também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

3.12. Os motoristas designados pela Contratada para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, sendo a Contratada responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

a) atender aos clientes com presteza e polidez;

b) trajar-se adequadamente para a função; e

c) manter o veículo em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

3.12.1. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, a Contratada também é responsável por zelar pela e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos motoristas das disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

3.13. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela Contratante, a Contratada é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste TR.

3.14 O acesso das coordenadas emitidas pelo GPS precisam ser compartilhadas com o CONTRATANTE para uma efetiva fiscalização e pagamento do serviço para a CONTRATADA;

3.15 A CONTRATADA atentar-se-á para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do presente Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.4 Antes da assinatura do contrato a licitante vencedora do certame deverá comprovar que a sua frota atende os requisitos solicitados através de :

4.4.1 Apresentação uma lista com o quantitativo dos veículos em sua responsabilidade, assim como as características da frota como: tempo de vida, capacidade, acessibilidade a portadores de necessidades especiais, entre outras informações que contratante achar relevante.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A CONTRATADA deverá transportar passageiros em âmbito municipal para a execução de traslado destinadas a atender necessidades da contratante, no tocante ao transporte de discentes, servidores e convidados de interesse da instituição, conforme condições quantidades estimadas e exigências deste Termo de Referência

5.1.1 O serviço a ser contratado se enquadra como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio das especificações usuais de mercado. O serviço é padronizado pelo mercado através da métrica CUSTO POR QUILOMETRO RODADO, pois é economicamente viável e amplamente utilizada pelo mercado assegurando a competitividade entre os fornecedores.

5.1.2 O atendimento deverá ser através do atendimento de solicitação de corridas em horários indeterminados entre locais distintos definidos pelos usuários. A cobrança deverá ser por quilometragem.

5.1.3 Manter regularidade junto ao:

5.1.3.1 SICAF;

5.1.3.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.1.3.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

5.1.3.4 Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

5.1.4 A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto contratado, assegurando o atendimento ao disposto na Resolução nº 4.777 de 06/07/2015 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Decreto nº 44.035 de 01/06/2005 do DER-CE, ABNT NBR 15320/2018, ABNT NBR 14022/2011, Resolução 3871/2012 de 01/08/2012 e Normas Técnicas que regulam a prestação do serviço de transporte de passageiros.

5.1.5 Para todas as categorias os veículos deverão estar em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle de Poluição do ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu regulamento e resoluções).

5.1.6 Para assinatura do termo de contrato, a contratada deverá apresentar quando solicitado os documentos comprobatórios dos condutores dos veículos, comprovando que atendem a todas as exigências da legislação e regulamentos de trânsito, atuais ou que venham a ser expedidas pelos órgãos normatizadores. A contratada deverá disponibilizar relação dos condutores, acompanhada dos seguintes documentos:

5.1.6.1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, comprovando que o condutor do veículo está devidamente habilitado para o transporte de passageiro, mediante cópia autenticada.

5.2 É obrigatório que os veículos a serem utilizados estejam cobertos por Seguro Contra Acidentes, com cobertura total e vigência no prazo de execução do objeto do contrato, para qualquer tipo de sinistro, incluindo APP (Acidentes Pessoais por Passageiros) e RC (Responsabilidade Civil-Danos Materiais e Cíveis).

5.3 Para assinatura do termo de contrato, a CONTRATADA deverá apresentar relação de todos os veículos devidamente regularizados, com os números de placas, marca, modelo e ano dos veículos que serão disponibilizados para o transporte das demandas da CONTRATANTE, acompanhados das respectivas cópias autenticadas das Apólices de Seguro Contra Acidentes, com cobertura total e vigência no prazo de execução do objeto deste Termo de Referência.

5.4 Os veículos destinados ao transporte da comunidade acadêmica deverão ter no máximo 05 (cinco) anos de fabricação, não sendo permitido a circulação da frota quando atingir essa idade, uma vez que veículos que possuem uma vida maior que 05 anos podem apresentar uma maior geração de gases poluentes.

5.5 A contratada deverá disponibilizar veículos automotores que atendam a todos os itens de segurança e as normas exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, obedecendo todas as legislações federais, estaduais e municipais referentes ao transporte escolar.

5.6 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.8 As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste TR.

5.9 Nos preços cotados deverão estar incluídos todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação sem qualquer ônus para a contratante, inclusive, todos os custos como combustível, manutenção dos veículos ou ônibus, consertos, reposição de peças, remuneração dos motoristas para e quaisquer outras despesas decorrentes de impostos, taxas, encargos sociais, seguros que cubram danos pessoais (passageiros e condutores), além de outros custos de obrigações que recaiam sobre os serviços contratados, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte da contratante.

5.9. Declaração informando atender a todas as documentações regulamentadas nas Resoluções, Normas Técnicas e Legislações vigentes relacionadas ao Código de Trânsito Brasileiro e ANTT;

5.10. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.11 Será exigido da CONTRATADA que implemente pelos futuros fornecedores uma logística de reversa, reciclagem, etc. dos produtos descartados como: peças, pneus, equipamentos, óleos, combustíveis, entre outros tipos de resíduos automotivo. De acordo com o previsto no art. 33 da lei 12.305/2010 e resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005.

5.11.1 Aspecto Ambiental:

5.11.1.1 Eficiência Energética; Material reciclado, biodegradável, atóxico (ABNT); Embalagem individual adequada, menor volume; Substância perigosas em concentração permitida pela RoHS; Ciclo de vida (produção, distribuição, embalagem, uso, destinação final); Redução do consumo de água; Durabilidade; Certificação florestal se preciso; Normatizações do INMETRO; Normatização da ANVISA; Normatização do CONAMA; Logística reversa (pilha, baterias, lâmpadas, óleo lubrificante, material eletrônico, entre outros produtos do abastecimento automotivo);

5.11.2 Aspecto Social:

5.11.2.1 Sem trabalho escravo e sem condições desumanas; Inclusão de gênero; Inclusão de portadores de necessidades especiais; Geração de empregos; Dar preferência à contratação de micro e pequenas empresas;

5.11.3 Aspecto Econômico:

5.11.3.1 Descarte de materiais com valor econômico residual seja feito preferencialmente em cooperativas de reciclagem;

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **(08:00) horas às (11:00) horas e das (13:00) horas às (17:00) horas**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (85) 3366-9552.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

6.2.1. Para vistoria, o licitante, ou seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.2. **Local de apresentação para vistoria: Divisão de Transportes/ Departamento de Atividades Gerais/ Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental.** Endereço: AV. Mister Hull, 2977 – Planalto Campus do Pici, Bloco 305, CEP: 60455-760/ Município: Fortaleza - CE.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 Serão considerados Gestores de Usuário os servidores responsáveis pelos centros de custos de cada unidade da UFC.

7.1.2 Os gestores serão responsáveis por gerenciar via web a criação e a exclusão de cada os usuários da sua unidade.

7.1.3. As corridas serão solicitadas pelos usuários da CONTRATANTE, através da solicitação do serviço via APP da empresa vencedora.

7.1.4. As solicitações de corridas podem ocorrer 24 horas por dia.

7.1.5. Será proibido tirar proveito da corrida para transportar pessoas estranhas à comunidade acadêmica.

7.2. A execução dos serviços será iniciada por agendamento realizado com antecedência ou no momento do surgimento da demanda.

7.3 Em resposta ao envio da solicitação, a empresa precisa retornar informando qual o(s) motorista(s), números de telefone e a placa do(s) veículo(s) para o e-mail do gestor de usuário e do usuário.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A execução do contrato será avaliada com base nos Níveis Mínimos de Serviço, que representa o ajuste escrito, entre o provedor de serviços e a UFC, e define, em bases compreensíveis, tangíveis e objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação de serviços e respectivas adequações do pagamento.

8.2. Nos termos do art. 47, I, e Anexo V-B da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017, para fins de aferição da qualidade da prestação dos serviços e do cumprimento dos níveis de performance de competências nos serviços realizados, e redimensionamento nos pagamentos decorrentes da execução contratual, será utilizado instrumento próprio como meio de análise – “Instrumento de Medição de Resultado - IMR”.

8.3. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR - Anexo D deste Termo de Referência, é um mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme prevê o Anexo D da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017.

8.4. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado mensalmente pelo fiscal do contrato, gerando relatórios de prestação de serviços executados, com base nas inconformidades identificadas em cada item a ser avaliado. Os relatórios deverão estar disponíveis em tempo real pelo sistema gestão de jornada e indicadores de competências dos profissionais para a fiscalização.

8.4.1. O não atendimento das metas, por ínfima diferença, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

8.4.2. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação de serviços abaixo do nível satisfatório, que poderá ser aceita pela Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.

8.5. Para fins de mensuração serão utilizados os indicadores descritos no Anexo D deste Termo de Referência.

8.6. Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá solicitar à Contratada, no prazo fixado pelo fiscal técnico, um modelo de relatório de cumprimento do "Instrumento de Medição de Resultado - IMR", que estará sujeito à aprovação deste.

8.7. A Contratada deverá entregar mensalmente, juntamente com a documentação necessária ao pagamento, relatório de cumprimento do "Instrumento de Medição de Resultado - IMR".

8.8. Ao final de cada período mensal, o Fiscal Técnico do contrato realizará a apuração do resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no IMR, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, por meio da realização de glosas, registrando em relatório a ser encaminhado ao Gestor do Contrato.

8.9. Os serviços prestados serão pagos em conformidade com a avaliação da qualidade da prestação dos serviços e do cumprimento dos níveis de performance de competências dos serviços realizados.

8.10. O critério de medição seguirá a metodologia de cálculo presente no Item 3.

8.10.1 Ademais, deverá ser verificada a meta a cumprir para as operações realizadas no mês, conforme Anexo D.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a correta execução do serviço, a CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema em forma aplicativo *mobile* e um sistema de gestão *web*.

9.1.1 A empresa deve disponibilizar manual de treinamento para os Gestores de Usuário utilizarem o sistema de aplicativos *mobile* e gestão *web*.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1 Transporte Individual Privado de Passageiros, baseado em tecnologia de comunicação em Rede, por demanda, disponibilizando plataforma web e aplicativo mobile, conforme condições, quantidades estimadas e exigências deste Termo de Referência.

10.1.2 O valor global informado do quilômetro servirá para identificar a proposta vencedora, sendo está a proposta de menor valor.

10.1.3 O valor dos custos de combustível, manutenção, sistema de monitoramento GPS, motoristas, remuneração da CONTRATADA ou qualquer outro custo operacional devem estar embutidos no valor da proposta.

10.2 Quilômetro rodado ("Km rodado"): Valor a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA pela distância percorrida na solicitação empreendida, considerando como ponto inicial e primeiro endereço indicado na solicitação da corrida, e como ponto final o último endereço ali indicado na viagem de regresso. A quilometragem a ser paga resulta da diferença entre a marcação inicial (quilometragem inicial) e a marcação final (quilometragem final), ambas registradas no hodômetro e GPS sendo o menor valor dos dois métodos de medição o que valerá para o cálculo do pagamento para a CONTRATADA.

10.3 A CONTRATADA estará ciente de que os serviços deverão ser executados conforme as necessidades da CONTRATANTE, sem restrição a horário e datas das viagens, bem como quantitativos estimados, os quais serão contratados de acordo com as demais demandas e necessidades deste órgão, não obrigando a CONTRATANTE fazer a contratação efetiva total dos serviços estimados;

10.4 Manter à disposição da CONTRATANTE, de segunda-feira a sexta-feira, em horário compreendido entre 07:00h e 17:00h, e no sábado entre 08:00h a 12:00h, horário de Brasília/DF, um(a) colaborador(a), designado como preposto, para atender prontamente as requisições. A CONTRATADA deverá indicar o(a) empregado(a) que atenderá os **casos excepcionais** e urgentes fora do horário de expediente, inclusive nos finais de semana e feriados;

10.5 Adotar todas as providências necessárias e tidas como indispensáveis para o transporte de passageiros, inclusive com relação aos seguros que se fizerem necessários;

10.6 Subsidiar a resolução de problemas que venham a ocorrer com passageiros, quando do transporte;

10.7 Conforme tabela do item 1.1, na base anual, a quantidade de corridas estimadas a ser solicitada é de **2.044 un** e a estimativa para a distância percorrida das corridas é de **21.762 km**.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal fornecido pela Contratada, em conformidade com o item 6 do ANEXO XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.

11.6. Comunicar prévia e formalmente à Contratada toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 1 (um) dia útil.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.11. Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas.

11.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em razão da execução do serviço.

11.13. Controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela Contratada, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.

11.14. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela Contratada, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste TR.

11.15. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.15.1. Exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.15.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratadas.

11.15.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.16. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos, relatórios, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a alocação dos empregados, cooperados, credenciados ou parceiros necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, veículos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste TR e em sua proposta.

12.2. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração, em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados, cooperados, credenciados ou parceiros habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela gestão do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

12.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

12.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este TR, no prazo determinado.

12.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.

12.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

12.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores dos combustíveis (gasolina, diesel, álcool e GNV), devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.21. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

12.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12.22. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros quanto à necessidade de acatar as normas internas da UFC.

12.23. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

12.25. Designar preposto responsável pelo relacionamento administrativo com a Contratante, quando da assinatura do contrato, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento do serviço.

12.26. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato.

12.27. Atender as solicitações de informações da Contratante no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

12.28. Orientar os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a cumprir de forma adequada as obrigações legais e as exigências deste TR e do edital de licitação e seus anexos.

12.29. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da Contratada, independentemente de solicitação.

12.30. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.

12.31. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

12.32. Fornecer declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório pela Contratada

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do serviço e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos pelo gestor e pelos fiscais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, do artigo 11 do Decreto nº 9507/2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

15.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste TR.

15.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no artigo 47 e na letra “i” do item 2.6 do ANEXO V da IN SEGES/MP nº 05/2017.

15.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada: a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação do serviço.

15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação do serviço realizada.

15.8. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas neste TR.

15.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.11. O gestor representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

15.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

15.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

15.14 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16. O acompanhamento e a fiscalização desta prestação de serviços ficarão sob a responsabilidade da equipe de gestão/fiscalização, conforme indicado no formulário **PROPLAD127 – Formalização de Equipe de Gestão/Fiscalização de Contratos/Atas de Registro de Preços**.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do cadastramento no SICAF e atestada pelo fiscal do contrato.

17.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente, para proceder ao pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da

parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17.17. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

17.18. Os serviços executados serão pagos mensalmente em função do preço unitário do quilômetro e da quilometragem efetivamente percorrida, de acordo com a proposta de preços da contratada.

17.19. Na Nota fiscal deverá apresentar discriminadamente os serviços fornecidos a que se referir.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.5. Cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. Multa de:

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato

3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de

agente público.

18.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

19.3.1. Atestado que comprove a execução de serviços de terceirização compatíveis em quantidade com o objeto licitado, por período não inferior a 12 meses, sendo aceito o seu somatório. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

19.3.2. Comprovação de que já tenha executado ou esta executando pelo menos um contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto (10.881 km) da futura contratação;

19.3.3. Certidão Negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

19.3.4. Apresentação da declaração de vistoria devidamente assinada, emitida pelo Diretor da Divisão de Transportes/DVTRAN/UFC-INFRA, caso tenha realizado a vistoria.

19.4. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

19.4.1. Valores Global estimado:

Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do órgão e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Fortaleza e região metropolitana.	Total
R\$ 103.437,25	R\$ 103.437,25

19.4.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por quilômetro rodado, conforme Tabela 1.1 contida no objeto.

19.4.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

20.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 103.437,25 (cento e três mil quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos).

21. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

21.1. A dotação orçamentária será informada posteriormente pela Coordenadoria de Programação e Alocação Orçamentária.

22. ALINHAMENTO COM O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

22.1. De acordo com o proposto pelo PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2023-2027, elaborado em 2022, no Eixo Infraestrutura - UFC Infra, dentro do programa: Infraestrutura predial e urbanística, a ação 13 tem como objetivo: "Melhorar o serviço de transporte da universidade por meio de soluções no processo de contratação, atendendo as especificidades do setor público". O presente Termo encontra-se em consonância com o PDI, visando o cumprimento da missão organizacional, considerando a temporalidade das suas ações e a disponibilidade e restrição de recursos humanos, financeiros, físicos, de suas interações internas e externas e dos resultados que delas são esperados.

23. ALTERAÇÕES NO MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA DA AGU

23.1. Conforme o art. 29, § 1º da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, foram realizadas as seguintes alterações no modelo de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União:

23.1.1. Inclusão do subitem 15.16, para atender ao art. 41 da IN SEGES/MPDG nº 01/2017, formalizando a indicação e ciência da equipe de Gestão e Fiscalização da Contratação;

23.1.2. Exclusão dos itens 1.4, 18, 19 e 20 do modelo de TR da AGU, referentes ao Regime de Execução, à Antecipação de Pagamento, ao Reajuste e à Garantia da Execução, respectivamente, que serão previstas no Edital, de responsabilidade da Coordenadoria de Licitação, a fim de facilitar a elaboração do TR pelas unidades demandantes;

23.1.3. Alteração do item 21, referente aos recursos orçamentários, que serão informados em momento posterior pela Coordenadoria de Programação e Alocação Orçamentária;

23.1.4. Inclusão do item 22, para demonstrar o alinhamento da contratação ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC.

Fortaleza, 01 de Dezembro de 2022.

GILDERLÂNIO BARBOSA ALVES PALÁCIO

Diretor Divisão de Transportes

FABRÍCIO DA ROCHA LEITE

Diretor Departamento de Atividades Gerais

EDUARDO RAPHAEL DOS SANTOS PALHETA

Superintendente de Infraestrutura e Gestão Ambiental

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO A

REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela Contratada, consideradas as condições constantes neste TR e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas, deverá atender aos seguintes requisitos:

- a. funcionamento ininterrupto;
- b. acesso às funcionalidades pelos usuários por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com utilização de login e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;
- c. funcionalidades relacionadas à gestão acessadas pela aplicação web e funcionalidades operacionais pela aplicação web e aplicativo mobile;
- d. desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente a até 5 (cinco) segundos para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) na aplicação web e na aplicação mobile;
- e. site de hospedagem com certificado SECURE SOCKET LAYER - SSL;
- f. resistente a CROSS-SITE REQUEST FORGERY;
- g. resistente a CROSS-SITE SCRIPTING;
- h. resistente a INJECTION;

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO B

FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO WEB

1. A aplicação web da solução tecnológica da Contratada deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. CADASTRO:

- a. Cadastramento de órgãos e entidades.
- b. Cadastramento de unidades administrativas de órgãos e entidades.
- c. Cadastramento de gestores e usuários com perfis de acesso diferenciados.
- d. Cadastramento de motivos de solicitação de serviço. e. Cadastramento de limite de despesa dos órgãos e entidades para custeio do serviço, com possibilidade de haver acréscimos e decréscimos aos valores inicialmente cadastrados.

1.2. LIMITE DE DESPESA:

a. Controle de saldo do limite de despesa dos órgãos e entidades, considerando: valores cadastrados, inclusive os acréscimos e decréscimos realizados; e valores dos atendimentos para usuários e gestores das unidades administrativas vinculadas.

1.3. SENHA a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.4. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

a. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados: usuário solicitante; data e hora da solicitação; endereços de origem e de destino; motivo da solicitação; distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino; nome, contato e foto (desejável) do motorista; placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente.

b. Cancelamento de solicitação de serviço.

1.5. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

a. Avaliação do serviço realizado, caso não disponível no aplicativo mobile, com graduação de 1 a 5.

1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem ser associadas a cada um dos perfis de acesso, conforme abaixo:

gestor central com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item 1.5., no âmbito de todos os órgãos e entidades contratantes; gestor setorial com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item 1.5., observado o âmbito de sua atuação no conjunto de órgãos ou na entidade a que está vinculado; gestor de unidade com acesso às funcionalidades especificadas: na letra “c” do subitem 1.1., observada a sua atuação no âmbito da unidade administrativa a que está vinculado e suas subordinadas; e nos subitens 1.3. e 1.4.: usuário com acesso às funcionalidades especificadas nos subitens 1.3., 1.4. e 1.5. deste Anexo, com atuação restrita às suas solicitações e respectivos atendimentos.

b. As funcionalidades de cadastro especificadas no subitem 1.1. deste Anexo devem considerar o tamanho e formato dos dados utilizados nos sistemas eletrônicos da Contratada, com registro na base de dados da solução tecnológica das inclusões e alterações realizadas.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO C

FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO MOBILE (SOLICITAR, AVALIAR E CONSULTAR HISTÓRICO)

1. O aplicativo mobile da solução tecnológica da Contratada deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. SENHA

a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

a. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados:

número identificador da solicitação, gerado automaticamente; usuário solicitante; data e hora da solicitação; endereços de origem e de destino; motivo da solicitação; distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino; nome, contato e foto (desejável) do motorista; placa e modelo do veículo designado para o atendimento; tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente; notificação ao usuário via sistema ou SMS da chegada do veículo ao endereço de origem; imagem geoprocessada do percurso do veículo desde a aceitação da solicitação do serviço até a chegada ao endereço de origem, em tempo real; e tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de destino, calculado automaticamente.

1.3. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

a. Avaliação do serviço realizado, caso não disponível na aplicação web, com graduação de 1 a 5.

1.4. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem estar disponíveis a todos perfis de acesso ao sistema, com exceção do item 1.3. que deverá estar disponível aos usuários.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO D

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR (conforme ANEXO V-B da IN SEGES/MP nº 05/2017)

1. O IMR será aplicado por cada Contratante, podendo-se optar por faturamento dos serviços prestados por unidade administrativa.

2. A cada Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizada do IMR.

3. O valor devido a título de pagamento mensal à Contratada será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.

4. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

Item 1 – Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	94% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do veículo ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem. Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade. Parâmetro: % de atendimentos atrasados

	$X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 6% de atendimentos atrasados - 100%</p> <p>Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados – 99%</p> <p>Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados – 98%</p> <p>Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados – 97%</p> <p>Acima de 9% de atendimentos atrasados – 96%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Item 2 – Atendimento da solicitação de serviço	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo usuário solicitante sem a chegada do veículo no endereço de origem, se transcorrido mais de 5 (cinco) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 5 (cinco) minutos da hora da solicitação do serviço.</p> <p>Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas</p> <p>$X = (\text{solicitações de atendimentos canceladas} / \text{Total de atendimentos no mês}) * 100\%$</p>
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 100%</p> <p>Acima de 1% e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 99%</p> <p>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas – 98%</p> <p>Acima de 2% e até 2,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 97%</p> <p>Acima de 2,5% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas – 96%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas – 95%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 94%</p> <p>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 93%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO E**RELATÓRIOS DE FATURAMENTO**

1. A Contratada deve disponibilizar os seguintes relatórios mensalmente ou a qualquer momento mediante requisição dos gestores, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML, CSV ou outro formato acordado, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

a. Registro de solicitação de serviço:

número identificador da solicitação; usuário solicitante; data e hora da solicitação; motivo da solicitação do serviço endereços de origem e de destino; coordenadas precisas dos pontos de origem e destino; data e hora de designação do veículo para atendimento; nome do

motorista designado para o atendimento; placa e modelo do veículo designado para o atendimento; data e hora da chegada do veículo ao endereço de origem; data e hora de início do atendimento; data e hora de finalização do atendimento; distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento; valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio; e caso a corrida seja contestada, descrição do motivo da contestação e identificação do gestor ou usuário que realizar a contestação.

b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

número identificador da solicitação; usuário solicitante; data e hora da solicitação; motivo da solicitação do serviço; endereços de origem e de destino; data e hora de designação do veículo para atendimento; nome do motorista designado para o atendimento; placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e data e hora do cancelamento do atendimento.



Documento assinado eletronicamente por **GILDERLANIO BARBOSA ALVES PALACIO, Diretor de Divisão**, em 14/02/2023, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JODY CAMPOS, Superintendente**, em 15/02/2023, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABRICIO DA ROCHA LEITE, Diretor de Departamento**, em 15/02/2023, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4095139** e o código CRC **9D159CBF**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

Rua Paulino Nogueira, n.º 315, bloco II, Térreo, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-270
Telefone: (85) 3366 7387/ 7537 - E-mail: cl@proplad.ufc.br

ANEXO II DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023
MODELO DA PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

FAX:

E-MAIL (SE HOUVER):

BANCO/AGÊNCIA/CONTA CORRENTE:

NOME DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:

E-MAIL DO RESPONSÁVEL:

TELEFONE DO RESPONSÁVEL:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE CORRIDAS (UN)	QUANTIDADE DE QUILOMETROS (KM)	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL*	VALOR DO ATENDIMENTO ANUAL (VA)
1	Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do órgão e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Fortaleza e região metropolitana.	Km	2.044	21.762		

Preço Global por extenso:

Prazo de validade: não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

Composição dos preços: Nos preços propostos acima estão incluídos todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa DECLARA estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

(Local e data)

* **OBSERVAÇÃO:** Para composição da Proposta, a empresa deve levar em consideração a fórmula do VA contida no Item 3 do Termo de Referência. Para cada valor do Km proposta pela empresa licitante, haverá somente um valor correspondente de VA. Dessa forma, a empresa deve propor valores de VA que correspondam com o valor do Km a ser licitado. Exemplos podem ser verificados na tabela abaixo que contém valores de VA propostos e os valores correspondente para o Km:

Valor km proposto	Valor VA proposto
R\$ 5,23	R\$ 103.174,22
R\$ 5,22	R\$ 102.976,95
R\$ 5,21	R\$ 102.779,67
R\$ 5,20	R\$ 102.582,40
R\$ 5,19	R\$ 102.385,13
R\$ 5,18	R\$ 102.187,85
R\$ 5,17	R\$ 101.990,58
R\$ 5,16	R\$ 101.793,30
R\$ 5,15	R\$ 101.596,03
R\$ 5,14	R\$ 101.398,76
R\$ 5,13	R\$ 101.201,48
R\$ 5,12	R\$ 101.004,21
R\$ 5,11	R\$ 100.806,94
R\$ 5,10	R\$ 100.609,66
R\$ 5,09	R\$ 100.412,39
R\$ 5,08	R\$ 100.215,11
R\$ 5,07	R\$ 100.017,84
R\$ 5,06	R\$ 99.820,57



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

Rua Paulino Nogueira, n.º 315, bloco II, Térreo, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-270
Telefone: (85) 3366 7387/ 7537 - E-mail: cl@proplad.ufc.br

ANEXO III DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
N.º _____/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ - UFC, E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC, com sede na Av. da Universidade, 2853, Benfica, na cidade de Fortaleza/CE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 07.272.636/0001-31, neste ato representada por seu Pró-Reitor de Planejamento e Administração, Prof. Almir Bittencourt da Silva, brasileiro, casado, portadora da Carteira de Identidade nº, expedida pela SSP/CE, e do CPF/MF nº, nomeado pela Portaria nº de, do Ministro de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União de, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa neste ato representada pelo Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº, expedida pela e CPF nº, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no **Processo nº. 23067.001040/2023-02**, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 010/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Serviço de gestão de Transporte Individual Privado de Passageiros, baseado em tecnologia de comunicação em Rede, por demanda, disponibilizando plataforma web e aplicativo mobile, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Regime de execução: empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de **12 (doze) meses**, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../..... podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
 - 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente.
 - 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
 - 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação;

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$(.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 153045

Fontes de Recursos: 1000000000.

Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0023.

Natureza da Despesa: 339033.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do cadastramento no SICAF e atestada pelo fiscal do contrato.

5.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.4. O setor competente, para proceder ao pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1. o prazo de validade;

5.4.2. a data da emissão;

5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4. o período de prestação dos serviços;

5.4.5. o valor a pagar; e

5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.17. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

5.18. Os serviços executados serão pagos mensalmente em função do preço unitário do quilômetro e da quilometragem efetivamente percorrida, de acordo com a proposta de preços da contratada.

5.19. Na Nota fiscal deverá apresentar discriminadamente os serviços fornecidos a que se referir.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

7.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

- 7.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 7.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 7.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 7.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 7.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 7.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 7.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 7.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 7.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 7.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 7.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 7.12. Será considerada extinta a garantia:
- 7.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 7.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 7.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 7.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.
- 7.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 7.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 7.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1 Serão considerados Gestores de Usuário os servidores responsáveis pelos centros de custos de cada unidade da UFC.
- 8.1.2 Os gestores serão responsáveis por gerenciar via web a criação e a exclusão de cada os usuários da sua unidade.
- 8.1.3. As corridas serão solicitadas pelos usuários da CONTRATANTE, através da solicitação do serviço via APP da empresa vencedora.
- 8.1.4. As solicitações de corridas podem ocorrer 24 horas por dia.
- 8.1.5. Será proibido tirar proveito da corrida para transportar pessoas estranhas à comunidade acadêmica.
- 8.2. A execução dos serviços será iniciada por agendamento realizado com antecedência ou no momento do surgimento da demanda.
- 8.3 Em resposta ao envio da solicitação, a empresa precisa retornar informando qual o(s) motorista(s), números de telefone e a placa do(s) veículo(s) para o e-mail do gestor de usuário e do usuário.

9. CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta.
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal fornecido pela Contratada, em conformidade com o item 6 do ANEXO XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 10.6. Comunicar prévia e formalmente à Contratada toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 1 (um) dia útil.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 10.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.11. Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas.
- 10.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada em razão da execução do serviço.
- 10.13. Controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela Contratada, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.
- 10.14. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela Contratada, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste TR.
- 10.15. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 10.15.1. Exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 10.15.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratadas.
- 10.15.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.16. Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos, relatórios, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a alocação dos empregados, cooperados, credenciados ou parceiros necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, veículos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste TR e em sua proposta.
- 11.2. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração, em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 11.4. Utilizar empregados, cooperados, credenciados ou parceiros habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 11.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela gestão do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

- 11.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.
- 11.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este TR, no prazo determinado.
- 11.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.
- 11.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 11.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores dos combustíveis (gasolina, diesel, álcool e GNV), devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.21. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e
- 11.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.22. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros quanto à necessidade de acatar as normas internas da UFC.
- 11.23. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 11.24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 11.25. Designar preposto responsável pelo relacionamento administrativo com a Contratante, quando da assinatura do contrato, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento do serviço.
- 11.26. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato.
- 11.27. Atender as solicitações de informações da Contratante no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 11.28. Orientar os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a cumprir de forma adequada as obrigações legais e as exigências deste TR e do edital de licitação e seus anexos.
- 11.29. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da Contratada, independentemente de solicitação.
- 11.30. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.
- 11.31. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;
- 11.32. Fornecer declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

12.2.2. Multa de:

12.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

12.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

12.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

12.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 18.1 deste Termo de Referência.

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03

4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666 de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Fortaleza/CE, ____ de _____ de _____.

Profª. Almir Bittencourt de Albuquerque

Pró-Reitor de Planejamento e Administração da UFC

Representante da Contratada

TESTEMUNHAS:

1 -

2 -



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

Rua Paulino Nogueira, n.º 315, bloco II, Térreo, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-270
Telefone: (85) 3366 7387/ 7537 - E-mail: cl@proplad.ufc.br

ANEXO IV DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Processo nº. 23067.001040/2023-02

Atestamos para fins de participação na licitação referenciada, que o(a) Sr(a)._____representante da empresa_____, visitou a área objeto da contratação de Serviço de gestão de Transporte Individual Privado de Passageiros, baseado em tecnologia de comunicação em Rede, por demanda, disponibilizando plataforma web e aplicativo mobile, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento, tomando conhecimento de todas as condições locais e esclarecendo as dúvidas existentes.

Fortaleza, _____ de _____ de 2023.

De acordo:

Contato para informações e marcação da data e do horário para a vistoria:

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **(08:00) horas às (11:00) horas e das (13:00) horas às (17:00) horas**, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (85) 3366-9552.

Local de apresentação para vistoria: Divisão de Transportes/ Departamento de Atividades Gerais/ Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental. Endereço: AV. Mister Hull, 2977 – Planalto Campus do Pici, Bloco 305, CEP: 60455-760/ Município: Fortaleza - CE.

OBSERVAÇÃO: O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
Coordenadoria de Licitação

Rua Paulino Nogueira, n.º 315, bloco II, Térreo, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-270
Telefone: (85) 3366 7387/ 7537 - E-mail: cl@proplad.ufc.br

ANEXO V DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2023
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Processo nº. 23067.001040/2023-02

Eu, _____, Identidade nº _____,

órgão expedidor _____, representante da empresa _____,
CNPJ nº _____, por meio deste termo, em consonância com o inciso III do art. 30 da Lei 8.666/93:

DECLARO ter conhecimento do produto/serviço a ser fornecido/prestado através do Edital e seus anexos, dispensando a necessidade da vistoria prevista no Edital Do **Pregão Eletrônico nº. 010/2023**.

DECLARO que me foi franqueado acesso às dependências da Universidade, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para fornecer e/ou prestar os serviços com as informações prestadas no Termo de Referência e no Edital.

DECLARO ainda ter conhecimento de que a UFC não admitirá declarações posteriores de desconhecimento de fatos e aspectos que dificultem ou impossibilitem a realização do objeto da licitação. Qualquer atividade ou medida extraordinária não especificada, mas necessária à execução do objeto contratado, correrá por minha conta e responsabilidade, sem ônus à UFC.

Fortaleza/CE, _____ de _____ de 2023.

Representante da Empresa



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2022 UASG 926310 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0015/2022 TIPO: "MENOR PREÇO"			
Data de abertura: 05/07/2022	Sist. Reg. Preços: () Sim (X) Não	Exclusiva ME/EPP: () Sim () Parcial (X) Não	Reserva de quota ME/EPP: () Sim (X) Não
Decreto nº 7.174/2010 () Sim (X) Não		Margem de Preferência ME/EPP: (X) Sim () Não	
Setor Requisitante: Gerência de Relacionamento - GRE			
OBJETO: Contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.			
Valor Total Estimado Anual R\$ 418.400,00 Valor Estimado da Tarifa R\$ 5,23 por quilômetro rodado Prazo para envio de proposta A partir da publicação do Edital	Vistoria () Obrigatória () Facultativa (X) Não se aplica	Apresentação de Amostra () Sim (X) Não	Vigência do contrato 12 (doze) meses
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações Até 30/06/2022 Enviar ao seguinte endereço eletrônico: licitacao@cremesp.org.br Recomenda-se a confirmação do recebimento por telefone: (11) 4349-9952			Modo de Disputa (X) Aberto () Aberto e Fechado
Local de Fornecimento / Execução Conforme item 4 do Anexo I - Termo de Referência.	Garantia Contratual: Não será exigida		
Habilitação Conforme item 10 do Edital.	Formalização da Contratação Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato .		
Tipo de Julgamento Menor preço global (menor tarifa x 80.000 km) – O valor da tarifa única obtida por meio desse cálculo deverá ser mantido durante toda a vigência do contrato.			
Exigência de Balanço e Demonstrações () Sim (X) Não	Exigência de Planilha de Composição de Custos () Sim (X) Não		
Dotação Orçamentária As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo para o exercício de 2022, na seguinte classificação: LOCOMOÇÃO URBANA , referente à Conta Contábil nº 6.2.2.1.1.33.90.33.004 .			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do CREMESP pelo endereço www.comprasnet.gov.br , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em Andamento > Código UASG nº 926310 .			



AVISO DE RETIRADA DE EDITAL

INFORMAMOS QUE ATÉ A DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME PODERÃO SER PUBLICADAS, NO SITE DO COMPRASNET, RESPOSTAS ACERCA DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES RECEBIDAS. E TENDO EM VISTA QUE O SISTEMA NÃO INFORMA, AUTOMATICAMENTE, AOS LICITANTES QUE FIZERAM O DOWNLOAD DO EDITAL, SOLICITA-SE QUE, CASO TENHAM INTERESSE EM PARTICIPAR DO CERTAME, ENVIEM-NOS UM E-MAIL COM OS PARÂMETROS ABAIXO PARA QUE POSSAMOS AVISÁ-LOS ACERCA DE EVENTUAIS PUBLICAÇÕES.

Destinatário: licitacao@cremesp.org.br

Assunto: Aviso de retirada de edital – Pregão Eletrônico nº 0021/2022

Informamos que realizamos o download do edital para a licitação em epígrafe, e que, interessados em participar desse certame, desejamos ser informados acerca de eventuais publicações realizadas.

Obrigado.

NÃO É NECESSÁRIO RETIRAR O EDITAL PRESENCIALMENTE!

IMPORTANTE

O COMPROMISSO ASSUMIDO NÃO RETIRA OU ISENTA A RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE CADA INTERESSADO ACOMPANHAR, POR CONTA PRÓPRIA, AS PUBLICAÇÕES DIRETAMENTE NO SITE DO COMPRASNET, INDEPENDENTEMENTE DE RECEBEREM OU NÃO OS AVISOS DE EVENTUAIS PUBLICAÇÕES REMETIDOS POR E-MAIL PELO CREMESP. LOGO, O LICITANTE QUE, EVENTUALMENTE, NÃO TENHA TOMADO CONHECIMENTO DOS ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES PUBLICADAS NÃO PODERÁ ALEGAR QUE FOI PREJUDICADO POR NÃO TER RECEBIDO OS REFERIDOS E-MAILS.



SUMÁRIO

1. DA SESSÃO PÚBLICA	224
2. DO OBJETO	224
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	224
4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E ANEXOS.....	226
5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	229
6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	229
7. DA FASE DE DISPUTA.....	230
8. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE) ..	230
9. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	231
10. DA HABILITAÇÃO	232
11. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS.....	236
12. DAS DESCONEXÕES	236
13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	236
14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	237
15. DAS PENALIDADES A LICITANTES	238
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	239
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	240
18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	240
19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	240
20. DO FORO.....	241
ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA	242
ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.....	253
ANEXO III MINUTA DO CONTRATO.....	255
ANEXO IV DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA LEGAL.....	267



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 0021/2022

UASG 926310

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 0015/2022

TIPO: "MENOR PREÇO"

AMPLA PARTICIPAÇÃO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO – CREMESP, autarquia federal, instituída pela Lei nº 3.268/57, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar que fará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital, sob o regime de execução **MENOR VALOR GLOBAL**, consoante às disposições estabelecidas neste Edital e seus anexos:

1. DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A sessão pública será realizada através do sítio de compras do Governo Federal na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e terá início às **10h00 (dez horas)** no horário oficial de Brasília/DF, do dia **05/07/2022**.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país**, de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste edital.

2.2. Em razão do descritivo do Sistema COMPRASNET não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, [as propostas deverão atender às especificações dos materiais dispostas no Termo de Referência e tabela referencial de preços deste Edital.](#)

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Do Credenciamento

3.1.1. O interessado em participar deste PREGÃO ELETRÔNICO deverá realizar um credenciamento. Trata-se do nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a



participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

- 3.1.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.1.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.1.4.** É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.
- 3.1.5.** Também é de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.1.6.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.1.7.** A participação nesta licitação implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente Pregão.

3.2. Da Participação

- 3.2.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 3.2.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 3.2.3.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o micro empreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.2.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - a.** Que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar;;
 - b.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
 - c.** Que, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - d.** Que, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;



- e. Que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP;
 - f. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal;
 - g. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da sua empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação;
 - h. Que, sob as penas da Lei, cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT..
- 3.2.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, sobretudo no tocante a declaração de cumprimento dos requisitos habilitatórios (alínea “b”), conforme art. 49, inc. IX, do Decreto nº 10.024/2019.

3.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 3.3.1.** Empresas punidas com suspensão temporária para licitar ou impedimento de contratar com este Conselho, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993, ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 3.3.2.** Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 3.3.3.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo (s).
- 3.3.4.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.3.5.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 3.3.6.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.
- 3.3.7.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
- 3.3.8.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 - TCU-Plenário).
- 3.3.9.** Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO;
- 3.3.10.** Empresa que possua, entre seus sócios, servidor do Cremesp.
- 3.3.11.** Pessoas físicas ou jurídicas que tenham como sócios: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de agente público deste Conselho.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS E ANEXOS

4.1. CONTEÚDO DA PROPOSTA

- 4.1.1. A proposta de preços detalhada deverá conter, dentre outros, os seguintes elementos:**
- a. razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
 - b. endereço completo, número de telefone/fax e e-mail para contato;
 - c. dados bancários da empresa (banco, agência e conta corrente);



- d. dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);
- e. nome do preposto que representará a contratada durante toda a vigência do contrato.
- f. descritivo do objeto.

4.1.2. A proposta de preços deverá ser elaborada **COM TIMBRE DA LICITANTE**, conforme o **Anexo II** ou em formulário próprio, **desde que mantidas todas as informações e declarações constantes desse anexo**.

- a. Havendo dúvida quanto à composição do preço apresentado, o pregoeiro poderá realizar diligências ou solicitar esclarecimentos à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;
- b. Identificado erro grave na composição do preço, que possa comprometer a prestação dos serviços, o pregoeiro poderá desclassificar a proposta da empresa.

4.1.3. Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas concernentes ao fornecimento do bem ou prestação dos serviços, inclusive para as cooperativas, quanto ao acréscimo previsto em lei, no tocante às contribuições previdenciárias.

4.1.4. A licitante (futuramente contratada) deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.5. O disposto no subitem acima visa garantir inclusive os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

4.1.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer quando for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.1.8. A proposta de preços terá validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

4.2. CADASTRO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.2.1. Para fins de cadastramento inicial da **proposta eletrônica** no sistema COMPRASNET a licitante deverá utilizar formulário específico disponível no Sistema do ComprasNet, o qual deverá ser enviado até a data e horário fixados para abertura da sessão pública (vide preâmbulo).

4.2.2. Deverão ser lançadas na tela de cadastro de proposta as seguintes informações:

- a. Quantidade ofertada



- b. Valor Unitário
- c. Valor Total
- d. Marca, **se for o caso**
- e. Fabricante, **se for o caso**
- f. Modelo / Versão, **se for o caso**
- g. Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2.3. A proposta de preços lançada eletronicamente no sistema **COMPRASNET** será desclassificada se contiver qualquer elemento que possa identificar a licitante, com a ressalva da proposta elaborada conforme o **Anexo II** e anexada ao sistema no formato “pdf”, a qual só será revelada ao pregoeiro e demais licitantes **após a etapa de lances**.

4.3. INSERÇÃO DO ANEXO DA PROPOSTA INICIAL

4.3.1. Após o lançamento de tais informações, a licitante proponente deverá, antes de concluir o processo de cadastramento inicial, anexar **previamente** no sistema a Proposta, nos exatos moldes do **Anexo II** (com todas as informações e declarações inclusas), no campo “**Documentos da proposta**”, por meio do botão “**Incluir Anexo da Proposta**”. O arquivo deverá estar no formato “pdf”.

4.3.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o bem ou serviço ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

4.3.3. A licitante que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema, no momento de envio da proposta de preços, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, de modo que lhe sejam conferidas as prerrogativas da referida Lei.

4.3.4. Independentemente de quaisquer declarações expressas, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável.

ATENÇÃO

4.3.5. Posteriormente à fase de disputa de lances, a empresa vencedora deverá, **quando convocada pelo pregoeiro**, nos termos do **subitem 9.2** deste Edital, anexar uma nova proposta, mas desta vez, **com o preço atualizado no sistema**, conforme o último lance dado ou valor negociado.

4.4. INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.4.1. Além da proposta, a licitante também deverá anexar **TODOS** os documentos habilitatórios previstos no **item 10 deste edital**, com ressalva daqueles que já se encontram devidamente cadastrados e atualizados no SICAF, os quais, **opcionalmente**, poderão deixar de ser anexados, **embora não seja o desejável**.

4.4.2. Não obstante, caso seja necessário o recebimento complementar de qualquer outro documento, o pregoeiro poderá requerer posteriormente, durante a fase habilitatória.



ATENÇÃO

4.4.3. Caso o licitante não tenha anexado **NENHUM** documento habilitatório e a sua certidão do SICAF **NÃO** esteja atualizada, **poderá ser inabilitado.**

4.5. DO PRAZO DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTA

4.5.1. O prazo de recebimento de propostas será encerrado automaticamente pelo sistema na data e horário previstos para a abertura da sessão pública.

4.5.2. Logo, até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente apresentada.

5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. O pregoeiro dará início à sessão pública deste PREGÃO, na data e horário previstos no preâmbulo deste Edital, via sistema eletrônico no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

5.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes será realizada exclusivamente através de troca de mensagens de texto, em campo próprio do sistema.

5.3. Compete ao licitante o acompanhamento da sessão pública, via sistema, ficando responsável pelos eventuais ônus decorrentes da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou pelo pregoeiro, ou de sua desconexão.

5.3.1. Se o licitante **não estiver acompanhando o certame**, ensejando seu retardamento por deixar de responder às convocações desse pregoeiro, por **tempo igual ou superior a 20 (vinte) minutos**, poderá ser desclassificado ou inabilitado, conforme o caso, **sem prejuízo das sanções previstas no edital.** Essa regra vale para **todos os licitantes**, independentemente da classificação após a fase de lances.

5.4. No julgamento da fase de aceitação de propostas e habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.5. O pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes, acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação ("chat") disponível no sistema.

6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

6.1. O pregoeiro fará a análise das propostas apresentadas, tendo como base as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, e desclassificará aquelas em desconformidade com essas condições.

6.2. A desclassificação de proposta será registrada pelo pregoeiro no sistema, juntamente com a fundamentação da desclassificação.

6.2.1. A não desclassificação da proposta **não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.**



6.3. São causas de possível desclassificação de proposta, dentre outras:

- a. oferta de preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexequível;
- b. apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza;
- c. oferta de bem ou serviço diverso do objeto da licitação;
- d. oferta de bem ou serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas;
- e. presença de qualquer elemento que possa identificar a licitante;

6.4. As propostas classificadas pelo pregoeiro serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para fins de participação da fase de lances;

- 6.4.1. O critério de julgamento das propostas para fins de ordenamento da classificação será o de **MENOR VALOR GLOBAL (valor da tarifa por quilômetro rodado X 80.000 km)****

7. DA FASE DE DISPUTA

7.1. A etapa competitiva será desenvolvida utilizando-se o **modo de disputa aberto.**

7.2. Nesse modo, as licitantes poderão encaminhar lances **(valor da tarifa por quilômetro rodado X 80.000 km) exclusivamente por meio do sistema, sendo imediatamente informadas quanto ao recebimento e registro do valor consignado na sessão.**

7.3. Assim que houver a liberação do pregoeiro, as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, mas desde que sejam inferiores aos últimos por elas ofertados e registrados pelo sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro.

7.5. No curso da fase de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante que o ofertou.

7.6. Essa etapa de lances durará 10 (dez minutos) e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.6.1. A prorrogação automática será sempre de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive em relação aos lances intermediários.

7.6.2. No momento em que transcorrerem os 2 (dois) minutos sem a emissão de nenhum lance adicional, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.6.3. Caso a sessão pública seja, eventualmente, encerrada sem que tenha havido prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, visando a busca pela proposta mais vantajosa.

7.7. Durante a fase de lances é permitido ao pregoeiro excluir lance cujo valor seja considerado inexequível, justificando tal exclusão.

8. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

8.1. Se a licitação ou o item (no caso de licitação com cota reservada) for de ampla participação, será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal, na forma indicada no **subitem 3.2.4, alínea “a”.**



8.2. Encerrada a fase de lances, caso a proposta de menor valor não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema automaticamente analisará as demais propostas de valor igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à de menor valor, e realizará os procedimentos cabíveis ao exercício do direito de preferência, observado o disposto abaixo.

8.2.1. Havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, será convocada a mais bem classificada para apresentação de última oferta, de valor inferior à proposta de menor preço, no prazo de **5 (cinco) minutos**, contados do envio da mensagem automática pelo sistema.

8.2.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não apresente sua última oferta, o sistema convocará automaticamente as demais licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que atendam às condições desta cláusula, obedecida a ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

8.2.3. Não havendo, dentro do intervalo indicado no **subitem 8.2**, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não havendo nova oferta de preço por microempresa ou empresa de pequeno porte, permanecerá vencedora a proposta de menor preço originalmente ofertada.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a fase de lances, em conformidade com o art. 38, do Decreto nº 10.024/2019, o pregoeiro **realizará negociação** com a licitante que tenha apresentado a proposta de **menor valor (MENOR VALOR GLOBAL)**, com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa, observado o critério de julgamento, não sendo admitido negociar condições diversas das previstas neste Edital.

9.1.1. A **negociação** será realizada por meio do sistema ("chat"), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.1.2. Se o licitante **não estiver acompanhando o certame**, deixando de responder ao pregoeiro, por **tempo igual ou superior a 20 (vinte) minutos**, poderá ser desclassificado, **sem prejuízo das sanções previstas no edital**.

9.1.3. Caso a empresa perca a conexão ou não esteja conseguindo responder por algum outro motivo, deverá entrar em contato com nossa equipe de apoio através do número (11) 4349-9952 ou e-mail: licitacao@cremesp.org.br.

9.2. Após a fase de negociação, o pregoeiro convocará a empresa para que apresente, **no prazo máximo legal de até 2 (duas) horas**, a proposta comercial atualizada, com base no último lance ou valor negociado.

9.3. Recebida a proposta, o pregoeiro verificará a conformidade do bem ou do serviço ofertado com as especificações mínimas exigidas nos Termos de Referência, devidamente ajustada ao valor final.

9.3.1. Caso as informações fornecidas sobre o bem ou serviço sejam insuficientes para a verificação de sua conformidade, o pregoeiro poderá requisitar a complementação dos dados através da ferramenta de conversação ("chat") disponível no sistema.

9.3.2. O prazo para a complementação das informações requisitadas será definido pelo pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação do sistema, e será de, no mínimo, **15 (quinze) minutos**, contado a partir da solicitação do pregoeiro.

9.3.3. O não atendimento da indagação solicitada nos **subitens 9.3.1 e 9.3.2** poderá acarretar a desclassificação da proposta.

9.4. Após a negociação e recebimento da proposta comercial atualizada, o pregoeiro decidirá quanto a sua aceitação.



9.5. Não serão aceitas propostas cujos valores finais ofertados, ou seja, valores propostos pelas empresas após o encerramento da fase de lances e negociações, sejam superiores aos valores máximos unitários da contratação.

9.6. São causas de possível desclassificação de proposta após a fase de lances:

- a. oferta de preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexecutável, sendo este aquele que seja inferior ao custo total da prestação do serviço apurada, acrescido dos encargos legais;
- b. oferta de bem ou serviço diverso do objeto da licitação;
- c. oferta de bem ou serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas;
- d. planilha de composição de custos, **quando exigida**, contendo erros insanáveis, demonstrando inexecutabilidade da contratação. Porém, antes dessa decisão, será oportunizado ao licitante a chance de reapresentação dessa planilha;
- e. o licitante que não aceitar reduzir o valor de sua proposta para o valor mais baixo por ele proposto para item idêntico de ampla ou de participação exclusiva;
- f. o licitante que não aceitar reduzir sua proposta quando presente, nos autos do processo, orçamento por ele enviado com preço inferior;
- g. o licitante que não apresentar amostra(s) do(s) produtos, quando exigido;
- h. o licitante que demonstrar não estar acompanhando o certame, ensejando seu retardamento, conforme **subitem 5.3.1.**
- i. proposta que contenha vício insanável ou ilegalidade.

9.7. Na hipótese de não aceitação da proposta, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Aceita a proposta de preços, o pregoeiro com sua equipe de apoio verificará a habilitação, que consistirá na verificação dos seguintes documentos:

10.1.1. JURÍDICA

- a. Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;
- b. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
- d. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



- f. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- g. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- h. **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, bem como de regularidade perante à Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014;
 - b.1** Se dentro da validade, poderão ser apresentadas, em substituição a Certidão prevista na alínea “b”, separadamente, a Certidão referente à prova de regularidade perante à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos (CND) expedida pelo INSS, e a Certidão relativa à prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidões expedidas pela Procuradoria da Fazenda e pela Secretaria da Receita Federal;
- c. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), através do Certificado de Regularidade de Situação (CRS) expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência);
- e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual OU municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - e1.** O licitante enquadrado como **microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI já contém tais informações.
- f. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual OU Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos **estaduais OU municipais** relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda **Estadual OU Municipal** do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a. Prova de negativa de falência ou recuperação judicial, através de Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor do Tribunal de Justiça da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a **90 (noventa) dias**, quando não houver prazo de validade expresso no documento.
- a.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de, **no mínimo, 01 (um) atestado** emitido em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado a contento ou executar serviços pertinentes ao objeto, mediante contrato, em original ou cópia autenticada, atendendo às seguintes disposições:

- a.1. Os atestados devem conter:
- a.1.1. Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emitente;
 - a.1.2. Nome, cargo e **telefone** do signatário;
 - a.1.3. Descrição dos serviços prestados;
 - a.1.4. Prazo de vigência.
- a.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato/ata, ou se decorrido pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.
- a.3. O licitante disponibilizará, **quando solicitado pelo pregoeiro**, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, telefone e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.
- a.4. Não obstante todas as informações extraídas dos documentos enviados pela licitante, o pregoeiro e sua equipe de apoio se reservam no direito de realizarem outras diligências que se fizerem necessárias, sobretudo diligência na própria sede da licitante, no intuito de verificar a equipe de trabalho e logística de atendimento mínimo para a execução do contrato.

- b. Declaração de Observância Legal, conforme **Anexo IV**.



ATENÇÃO

10.2. Todos os documentos já deverão estar anexados ao sistema, por ocasião do cadastramento inicial da proposta de participação no certame, porém a **falta eventual de algum** documento referente **à condição já atendida pelo licitante no dia de cadastramento de sua proposta NÃO** implicará sua inabilitação, se este, enviar o documento faltante no prazo estipulado pelo pregoeiro, o qual será de, **no máximo, 2 (duas) horas**, a partir da convocação. **(Acórdão nº 1211/2021 – TCU – Plenário)**

10.2.1. Caso o licitante não tenha anexado **NENHUM** documento habilitatório e a sua certidão do SICAF **NÃO** esteja atualizada, **poderá ser inabilitado.**

10.3. Os documentos de que tratam os **subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** não precisarão ser anexados no sistema se o licitante já estiver com seu cadastro junto ao SICAF **devidamente completo e atualizado.**

10.4. Nos termos do §1º do art. 43, da LC nº 123/2006 alterada pela LC nº 147/14 e do art. 4º caput, e seu §1º do Decreto nº 8.538/15, se exigirá a comprovação da regularidade **fiscal e trabalhista (documentos indicados no subitem 10.1.2 deste Edital)** da microempresa e da empresa de pequeno porte somente para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação:

10.4.1. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.2. A **não regularização** da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, **implicará decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, e facultará ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.5. Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

10.6. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

10.7. No que se refere a envio complementar de documentos/anexos deverá ser observado o disposto no **item 11**.

10.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.8.1. SICAF;

10.8.2. Cadastro do TCU de Licitantes Inidôneos; Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA); Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e, Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – **LINK DE ACESSO** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

10.8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



- 10.8.4.** Constatada a existência de sanção ou outra ocorrência impeditiva, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.8.5.** Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS

11.1. Em caso de haver necessidade de envio de documento e/ou anexo por parte de empresa licitante, o pregoeiro fará a solicitação através da ferramenta de conversação (“chat”) disponível no sistema.

11.1.1. O envio de documentos/anexos será feito de forma virtual, mediante uso da função de convocação de anexos existente no sistema.

11.1.2. Os documentos/anexos deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado, no formato “PDF”, de modo a não permitir sua manipulação.

11.1.3. Sempre que houver mais de um documento a ser enviado, estes deverão ser compactados a fim constituírem apenas um arquivo de anexo.

11.1.4. O prazo para envio de proposta atualizada e documentos complementares será definido pelo pregoeiro, e informado às licitantes através da ferramenta de conversação (“chat”) do sistema, **não sendo menor do que 2 (duas) horas**, contado a partir da convocação.

11.1.5. Não haverá possibilidade de envio de documentação por e-mail. Todos os documentos deverão ser inseridos pelo licitante no sistema do ComprasNet.

11.2. Visando evitar desperdício de tempo e recursos, tanto do CREMESP, como das licitantes proponentes, somente deverá haver envio de proposta atualizada e eventuais documentos complementares ou faltantes por parte das licitantes, **se houver expressa solicitação do pregoeiro**.

11.3. A rigor, não será necessário o envio de documentação original para a sede do CREMESP, salvo se o pregoeiro solicitar para fins de diligência documental. Para tanto, os documentos digitalizados e anexados ao sistema devem possuir todas as marcações, selos, assinaturas, códigos de autenticidade e demais informações de originalidade que forem compatíveis.

12. DAS DESCONEXÕES

12.1. Ocorrendo a desconexão do pregoeiro com o sistema, no curso da fase de lances, estes continuarão a ser recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, se o sistema permanecer acessível aos licitantes.

12.2. Se a desconexão do pregoeiro persistir **por tempo superior a 10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão será suspensão pelo sistema, e terá reinício somente após **24 (vinte e quatro) horas** após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

12.3. Em caso de desconexão de licitante com o sistema, a sessão do Pregão prosseguirá normalmente, cabendo ao licitante os eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarada a licitante vencedora, será aberto prazo de, **no mínimo, 20 (vinte) minutos** para que qualquer licitante manifeste, de forma imediata e motivada, sua intenção de recorrer, mediante registro no campo próprio do sistema.



13.2. Caberá ao pregoeiro, através de campo próprio do sistema, **acatar ou rejeitar**, motivadamente, a intenção de recorrer manifestada.

13.3. Aceita a intenção de recurso, a licitante deverá registrar as razões de seu recurso, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes **desde logo** intimadas para apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, **contado do término do prazo do recorrente**, sendo assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4. A falta de manifestação **imediate e motivada** do licitante, no prazo indicado no **subitem 13.1**, importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro à licitante vencedora.

13.4.1. Importante registrar que manifestações genéricas do tipo **“documentação em desacordo com o edital”**, **NÃO CARACTERIZA MOTIVAÇÃO SUFICIENTE PARA O ACOLHIMENTO DO RECURSO.**

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Mantida a decisão recorrida, o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, neste caso a Presidência do Cremesp, que decidirá o recurso.

13.7. Decidido o recurso, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar **o contrato**, **cuja vigência será de 12 (doze) meses.**

14.1.1. Alternativamente à convocação acima citada, caso seja conveniente para o CREMESP, poderá encaminhar **o contrato** para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado **no prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

14.1.1.1. No caso de encaminhamento **do contrato** por meio eletrônico, o prazo de 05 (cinco) dias para a assinatura se iniciará após decorridos 3 (três) dias do envio da mensagem eletrônica, independentemente da confirmação do recebimento.

14.1.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.3. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura **do contrato**, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, **sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais**, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação.



14.5. A empresa vencedora tem a responsabilidade de atualizar e manter atualizada a Seção de Licitações e Contratos do CREMESP acerca de seus dados cadastrais e eletrônicos de contato, sobretudo o endereço eletrônico, pois não poderá, de forma deliberada, **ALEGAR O NÃO RECEBIMENTO POR E-MAIL DE QUALQUER COMUNICAÇÃO OU CONVOCAÇÃO ENVIADA PELO CREMESP.**

15. DAS PENALIDADES A LICITANTES

15.1. Sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato/ATA e das demais cominações legais, nos termos do art. 49, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 87, da Lei nº 8.666/93, a licitante pode ser **advertida ou impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, se incorrer em quaisquer das seguintes condutas:

- a. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b. não entregar a documentação exigida no edital;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. causar o atraso na execução do objeto;
 - d.1.** Insere-se nessa conduta o licitante que demonstrar não estar acompanhando o certame, deixando de responder ao pregoeiro, após ter sido devidamente convocado em “chat”.
- e. não manter a proposta;
- f. falhar na execução do contrato;
- g. fraudar a execução do contrato;
- h. comportar-se de modo inidôneo;
- i. declarar informações falsas; e
 - i.1.** Insere-se nessa conduta o licitante que, por ocasião do cadastramento de sua proposta no Portal de Compras Governamentais, declarar que atende os requisitos habilitatórios, e, posteriormente, demonstrar não possuir os documentos comprobatórios de sua declaração.
- j. cometer fraude fiscal.

15.2. O impedimento de licitar e contratar com a União produz descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores por igual período.

15.3. Na aplicação das sanções de que trata esse subitem, o Cremesp deve levar em consideração a gravidade da infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

15.4. A declaração de inidoneidade pode ser aplicada caso a CONTRATADA:

- a. Cause prejuízo ao Cremesp por má-fé, ação maliciosa e premeditada;
- b. Atue com interesses escusos;
- c. Reincida em falhas punidas com outras sanções;
- d. Sofra condenação definitiva por fraude fiscal, por meios dolosos, no recolhimento de quaisquer tributos referentes aos serviços de que trata o contrato;
- e. Pratique ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- f. Demonstre não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Cremesp, em virtude de ilícitos praticados;
- g. Reproduza, divulgue ou utilize, sem consentimento prévio do Cremesp, qualquer informação a que tenha acesso em decorrência da execução do contrato/ata.



15.5. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade competente.

15.6. Nenhuma sanção pode ser aplicada sem o devido processo administrativo e sem a observância do direito de defesa prévia e de recurso pela CONTRATADA.

15.6.1. O prazo para apresentação de defesa prévia é de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação pelo Cremesp.

15.6.2. Nos casos em que a sanção aplicável for a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa prévia é de **10 (dez) dias**.

15.7. As sanções serão processadas pela **Comissão de Apuração de Aplicação de Penalidades – CAAP**, e propostas aos seguintes responsáveis:

15.7.1. De advertência, multa (inclusive moratória) e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo Diretor 1º Secretário do Cremesp.

15.7.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pela presidência do Cremesp.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste PREGÃO, mediante envio de impugnação através do endereço eletrônico: licitacao@cremesp.org.br.

16.2. Caberá ao pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar do seu recebimento.

16.3. Acolhida a impugnação, será fixada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão, exclusivamente, através do endereço eletrônico: licitacao@cremesp.org.br.

16.5. Caberá ao pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar dos seus recebimentos.

16.6. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

16.7. Caso haja alguma dificuldade na visualização dos avisos, esclarecimentos ou impugnações publicadas, o proponente poderá optar por uma das formas abaixo:

a. Acessar o [Portal da Transparência do Site Oficial do CREMESP](#);

b. Acessar o [link direto para o Portal do ComprasNet](#);

c. Seguir o passo a passo do Portal do ComprasNet:

1. <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

2. Comprasnet - SIASG

3. Gestor Público > Consultas > Compras Governamentais > Pregões > Agendados

4. Inserir apenas: Cód. UASG (**926310**) e Número do Pregão (**212022**) e depois, clicar em “ok”.



17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo para o exercício de 2022, na seguinte classificação: **LOCOMOÇÃO URBANA**, referente à Conta Contábil nº **6.2.2.1.1.33.90.33.004**.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. É facultado ao pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em quaisquer fases da licitação, a diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

19.2. A apresentação de proposta, bem como qualquer lance emitido na fase de disputa de preços implica aceitação plena e total das condições deste edital e seu anexo.

19.3. Faz parte integrante deste edital os anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA LEGAL

19.4. Todas as informações referentes a esta Licitação, tais como: alterações de prazos, registro de avisos, esclarecimentos, impugnações, recursos, julgamentos, entre outras, serão divulgadas no [Portal de Compras Governamentais](#) e no site [Oficial do CREMESP](#), observadas as regras do referido sistema.

19.4.1. As empresas interessadas e os licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

19.4.2. Essas informações também poderão ser obtidas no CREMESP, sito a Rua Frei Caneca nº 1.282, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01.307-002, junto a Seção de Licitações e Compras.

19.5. Esta licitação poderá ser suspensa, revogada por razões de interesse público ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, em qualquer tempo.

19.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas à presente licitação.



19.7. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às **23:59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos)** do dia do vencimento do prazo.

19.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, ____ de _____ de 2022.

Cynthia Aparecida dos Santos Silva
Chefe da Seção de Licitações e Compras



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA: Gerência de Relacionamento - GRE

TIPO: Serviço

1. OBJETO

1.1. Intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) é uma autarquia federal, sem fins lucrativos, fundada no dia de 30 de setembro de 1957, que tem como finalidade trabalhar em benefício da sociedade, na supervisão da ética profissional médica. No exercício de sua missão institucional, é essencial a utilização de meios de locomoção para a realização das atividades propostas para seus colaboradores, diretores, conselheiros, delegados e convidados.

3. DETALHAMENTO DO OBJETO E VALOR MÁXIMO REFERENCIAL

3.1. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

- 3.1.1.** O sistema da CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- 3.1.1.1.** Prévia identificação e cadastro dos usuários/passageiros, para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados a centros de custos.
 - 3.1.1.2.** A possibilidade do Gestor do Contrato gerenciar os usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários, a qualquer momento, pelo sistema.
 - 3.1.1.3.** Definir, com antecedência, cada colaborador, a categoria de serviço aplicável e os limites de utilização em cada centro de custo, estabelecendo perfis individuais.
 - 3.1.1.4.** Registro de avaliação do serviço pelo passageiro para a hipótese de avaliação negativa do motorista cuja atuação, permanência, desempenho ou comportamento sejam julgados incompatíveis pelo Cremesp –, também funcione como filtro para exclusão deste profissional, dos atendimentos dos usuários dessa autarquia.
 - 3.1.1.5.** Solicitação de corrida por meio de aplicativo instalado em smartphone – no mínimo, para os sistemas operacionais Android e IOS, ou através de dispositivos eletrônicos (computador, ultrabook, notebook e tablet), ou por aplicativo customizável WEB ou SMS.
 - 3.1.1.6.** Aplicativo para o solicitante monitorar a corrida desde o instante da solicitação, pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e a própria chegada



do veículo, por meio do envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro (Mapa de acompanhamento do chamado). Além disso, deverá constar o nome e telefone do motorista, e identificação do veículo.

3.1.1.7. Pagamento da corrida: o valor da corrida deverá ser processado e cobrado pelo aplicativo, somente após a validação do usuário por meio do uso de login e senha pessoal, previamente cadastrados pelo usuário.

3.1.1.8. Disponibilização online dos dados das corridas para consulta do Gestor do Contrato, por meio de sistema WEB que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência de utilização pelo fiscal do contrato.

3.1.1.9. Disponibilização de sistema de validação de corrido por gestor, podendo ser customizável para cada corrida ou por período a ser definido dentro do mês de faturamento.

3.1.2. O sistema WEB deverá disponibilizar relatório com, no mínimo, os seguintes dados sobre a corrida:

3.1.2.1. Identificação do carro na CONTRATADA.

3.1.2.2. Identificação da placa do carro.

3.1.2.3. Identificação da categoria do carro.

3.1.2.4. Identificação do condutor na CONTRATADA.

3.1.2.5. Origem.

3.1.2.6. Destino.

3.1.2.7. Quilometragem total percorrida.

3.1.2.8. Percurso realizado.

3.1.2.9. Data da corrida.

3.1.2.10. Horário da solicitação/chamada.

3.1.2.11. Identificação do colaborador/passageiro.

3.1.2.12. Centro de Custo da colaborador/passageiro.

3.1.2.13. Justificativa da corrida.

3.1.2.14. Valor da corrida que corresponderá ao constante em contrato com detalhamento do preço cobrado (indicação de taxas adicionais, valor da tarifa e bandeirada utilizadas, quilometragem rodada e outros componentes do preço).

3.1.3. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas, por meio de, no mínimo, os seguintes acessos:

3.1.3.1. Corridas e gastos por usuário/passageiro.

3.1.3.2. Corridas e gastos por centro de custos.

3.1.3.3. Corridas e gastos por período.

3.1.3.4. Corridas e gastos por categoria.

3.1.4. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, em tempo real, no mesmo sistema, no mínimo, com os seguintes perfis:

3.1.4.1. Pelo próprio usuário: acesso ao relatório e histórico de suas próprias corridas.

3.1.4.2. Gestor de área: acesso aos relatórios de todos os usuários/autorizados de sua própria unidade/centro de custo.

3.1.4.3. Pelo fiscal de contrato: acesso completo a todos os centros de custos, e relatórios de utilização do serviço de transporte de todos os autorizados/usuários cadastrados no sistema.



3.2. SOLICITAÇÃO E EXECUÇÃO

3.2.1. Os veículos cadastrados ao sistema de agenciamento da contratada obedecerão fielmente à legislação pertinente, em especial o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber, e ainda a Legislação Municipal que trata da permissão dos serviços de transporte de passageiros, sob o risco de penalidades estabelecidas neste instrumento.

3.2.2. A CONTRATADA, por ocasião do cadastro do veículo e do motorista no sistema, deverá observar que os serviços que serão prestados por veículos categoria comuns e táxi preto, sejam feitos por carros habilitados e autorizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, através do Departamento de Transportes Públicos (DTP).

3.2.3. Os serviços serão prestados mediante solicitação do usuário do CREMESP, que poderá ser efetuada por:

3.2.3.1. Aplicativo WEB da CONTRATADA.

3.2.3.2. Mensagem Eletrônica – SMS

3.2.3.3. Mobile - Smartphone – no mínimo, para os sistemas operacionais Android e IOS

3.2.4. Para as solicitações/chamadas poderão ser utilizados os seguintes critérios:

3.2.4.1. Solicitação imediata.

3.2.4.2. Os serviços deverão ser prestados diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

3.2.4.3. Depois de efetuada a solicitação imediata, o atendimento deverá ocorrer, no **prazo máximo de 20 (vinte) minutos, em qualquer região da Cidade de São Paulo**, salvo em condições anormais de trânsito provocadas por chuvas, alagamentos, greves, congestionamentos decorrentes de acidentes de trânsito ou deficiência técnica de rádio comunicação, cuja comprovação poderá ser solicitada pela Contratante.

3.2.4.4. Se o atendimento não for realizado em até 20 (vinte) minutos contados da solicitação, caberá aplicação da penalidade e a solicitação poderá ser cancelada, a critério do solicitante.

3.2.4.5. O controle da corrida deverá ser acionado somente no momento do embarque do passageiro, encerrando-se a apuração do valor a ser cobrado no destino final do usuário.

3.2.4.6. Os serviços serão prestados **no estado de São Paulo e nas cidades de sua região metropolitana**, podendo em casos excepcionais, mediante autorização do Gestor do Contrato, serem prestados em outras cidades que não pertençam à região metropolitana ou estados do país.

3.3. TARIFAS E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. A cobrança pela prestação de serviços de transporte será feita de acordo com os valores estabelecidos na legislação municipal vigente para estabelecimento das tarifas no Município de São Paulo, e se for o caso, acrescida de extras, de acordo com a regulamentação do município, como o uso do porta-malas (bagagem), pedágios, corridas intermunicipais, cujos valores também deverão ser aprovados e confirmados pelos usuários/passageiros ao final de cada corrida.

3.3.2. A apuração dos serviços prestados será realizada por meio de sistema de pagamento eletrônico. A medição final será o resultado do valor total apurado.



3.3.3. Os serviços serão medidos mensalmente, com base nos valores constantes do sistema de pagamento eletrônico, devidamente atestados pelos usuários do Cremesp por meio de senha pessoal, ao término de cada corrida ou atesto final dos gestores da áreas, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados.

3.3.4. No final de cada atendimento/corrida, o usuário irá receber um e-mail, contendo todo o histórico da corrida, como endereço de partida e destino, quilometragem percorrida, tempo percorrido, identificação do carro e do motorista, além do valor da corrida.

3.3.5. Somente serão considerados válidos os atendimentos confirmados pelo usuário por meio do uso de senha pessoal ou atesto dos gestores.

3.3.6. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, ou mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de login e senha pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

3.3.7. Para a hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo usuário no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente a menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico "GOOGLE MAPS" ou semelhante, a qual será multiplicada pelo valor da respectiva bandeira vigente.

3.4. ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

3.4.1. Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços deverão ter, no máximo, de 5 (cinco) anos de uso e possuírem ar-condicionado.

3.5. VALOR DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE CHAMADOS

3.5.1. Para esta contratação é estimado o valor anual de **R\$ 418.400,00 (quatrocentos e dezoito mil e quatrocentos reais)**, para o pagamento das corridas no período de 12 (doze) meses.

3.5.2. O valor total destinado constitui mera previsão dimensionada, não estando o CREMESP obrigado a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

3.5.3. A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação aos serviços efetivamente executados, o que será comprovado através dos relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA e devidamente aprovados pelo Cremesp.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO

4.1. O local de execução será a Sede e as delegacias regionais, eventualmente outros estados do país. Acesso os endereços das regionais: <http://cremesp.com.br/?siteAcao=DelegaciasRegionais>

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo para o



exercício de 2022, na seguinte classificação: **LOCOMOÇÃO URBANA**, referente à Conta Contábil nº **6.2.2.1.1.33.90.33.004**.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada ou por seu preposto;
- 6.2. Efetuar o pagamento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 6.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados;
- 6.4. Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 6.5. Ficará a critério do órgão fiscalizador do CREMESP impugnar qualquer MOTORISTA que não satisfaça as condições aqui prescritas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Caberá à contratada a responsabilidade pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social e de segurança do trabalho;
- 7.2. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados e cooperados
- 7.3. Manter os seus empregados e cooperados devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências do Conselho, se necessário;
- 7.4. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito;
- 7.5. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em serviço do CREMESP;
- 7.6. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade ou imagem do CREMESP ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços;
- 7.7. Atender integralmente todos os requisitos técnicos, conforme descrições técnicas previstas neste documento.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de, **no mínimo, 01 (um) atestado** emitido em nome da LICITANTE, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter executado a contento ou executar serviços pertinentes ao objeto, mediante contrato, em original ou cópia autenticada, atendendo às seguintes disposições:

8.1.1. Os atestados devem conter:

- a. Identificação e endereço completo da pessoa jurídica emitente;
- b. Nome, cargo e **telefone** do signatário;
- c. Descrição dos serviços prestados;
- d. Prazo de vigência.



8.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato/ata, ou se decorrido pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

8.1.3. O licitante disponibilizará, **quando solicitado pelo pregoeiro**, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, enviando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, telefone e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5 de 2017.

8.1.4. Não obstante todas as informações extraídas dos documentos enviados pela licitante, o pregoeiro juntamente com sua equipe de apoio se reservam no direito de realizarem outras diligências que se fizerem necessárias, sobretudo diligência na própria sede da licitante, no intuito de verificar a equipe de trabalho e logística de atendimento mínimo para a execução do contrato.

8.2. Termo de Credenciamento, expedido pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Departamento de Transportes Públicos da Secretaria Municipal de Transportes do Município de São Paulo.

8.3. Comprovação de contar com, no mínimo 300 (trezentos) motoristas, proprietários de seus respectivos veículos, cujo vínculo com a empresa conste obrigatoriamente, do Alvará de Estacionamento fornecido pela Secretaria Municipal de Transportes.

8.4. Comprovação de que a proponente possui um mínimo de 03 (três) centrais de rádio chamada, devidamente autorizadas a funcionar pela ANATEL.

9. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. Menor valor global (**valor da tarifa por quilômetro rodado X 80.000 km**)

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução **do contrato** consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

10.2. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e **do contrato**.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base em critérios estabelecidos neste **Termo de Referência**.

10.4. Durante a execução do objeto, o gestor deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

10.5. O gestor deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

10.6. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;



10.7. O gestor poderá realizar avaliação periódica, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

10.8. O gestor deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas **no contrato**.

10.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.11. Fica designado como **GESTORA** do respectivo contrato a Gerente de Relacionamento, na pessoa da **Sra. Eliane Lima Oliveira**.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Nas hipóteses de retardamento ou de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a ampla defesa à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Multa.

11.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Nenhuma sanção pode ser aplicada sem o devido processo administrativo e sem a observância do direito de defesa prévia e de recurso pela CONTRATADA.

11.2.1. O prazo para apresentação de defesa prévia é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação pelo Cremesp.

11.2.2. Nos casos em que a sanção aplicável for a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa prévia é de 10 (dez) dias.

11.3. As sanções serão processadas pela Comissão de Apuração de Aplicação de Penalidades – CAAP, e propostas aos seguintes responsáveis:

11.3.1. De advertência, multa (inclusive moratória) e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo Diretor 1º Secretário do Cremesp.

11.3.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pela presidência do Cremesp.

11.4. A sanção de advertência pode ser aplicada nos casos de infrações mais leves, por ter caráter meramente pedagógico, podendo ser aplicada cumulativamente com a sanção de multa.

11.5. As multas previstas nos subitens seguintes poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.5.1. Multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre **o valor total do serviço solicitado (taxa x quilometragem entre o ponto de partida e o de destino)**, em casos de **atraso de embarque maior que 20 (vinte minutos) a partir da solicitação. Caso esse atraso seja superior**



a 60 (sessenta minutos) será aplicada uma multa de 30% (trinta por cento) sobre esse mesmo índice citado, podendo ensejar inexecução contratual, caso a ocorrência não seja justificável.

11.5.2. Multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato (taxa x estimativa de quilometragem anual de 80.000 km), em caso de inexecução total do objeto.

11.5.3. O não cumprimento de qualquer outra obrigação acessória prevista no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de até 2% (dois por cento) do valor total do contrato (taxa x estimativa de quilometragem anual de 80.000 km).

11.5.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, quando prevista, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato (taxa x estimativa de quilometragem anual de 80.000 km), observando o máximo de 2% (dois por cento).

11.5.4.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, na apresentação da garantia, autoriza o Cremesp a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.6. O recolhimento das multas será feito da seguinte forma:

11.6.1. Dedução nos pagamentos devidos pelo Cremesp.

11.6.2. Dedução na garantia contratual, quando prevista, e caso o valor da multa seja superior ao da garantia, desconto da diferença nos pagamentos devidos pelo Cremesp.

11.6.3. Pagamento direto na conta do Cremesp, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por intermédio de boleto ou mediante depósito.

11.6.4. Cobrança judicial.

11.7. As multas cobradas não indenizam eventuais perdas e danos, os quais podem ser objeto de cobrança administrativa ou judicial, desde que apurados em processo administrativo.

11.8. Sem prejuízo das multas previstas no edital e na Minuta do Contrato, nos termos do art. 49, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 87, da Lei nº 8.666/93, a licitante pode ser advertida ou impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, se incorrer em quaisquer das seguintes condutas:

- a. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b. não entregar a documentação exigida no edital;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. causar o atraso na execução do objeto;

d.1. Insere-se nessa conduta o licitante que demonstrar não estar acompanhando o certame, deixando de responder ao pregoeiro, após ter sido devidamente convocado em "chat".

- e. não manter a proposta;
- f. falhar na execução do contrato;
- g. fraudar a execução do contrato;
- h. comportar-se de modo inidôneo;
- i. declarar informações falsas; e

i.1. Insere-se nessa conduta o licitante que, por ocasião do cadastramento de sua proposta no Portal de Compras Governamentais, declarar que atende os requisitos habilitatórios, e, posteriormente, demonstrar não possuir os documentos comprobatórios de sua declaração.

- j. cometer fraude fiscal.



11.8.1. O impedimento de licitar e contratar com a União produz descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores por igual período.

11.8.2. Na aplicação das sanções de que trata esse subitem, o Cremesp deve levar em consideração a gravidade da infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

11.9. A declaração de inidoneidade pode ser aplicada caso a CONTRATADA:

- a.** Cause prejuízo ao Cremesp por má-fé, ação maliciosa e premeditada;
- b.** Atue com interesses escusos;
- c.** Reincida em falhas punidas com outras sanções;
- d.** Sofra condenação definitiva por fraude fiscal, por meios dolosos, no recolhimento de quaisquer tributos referentes aos serviços de que trata o contrato;
- e.** Pratique ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- f.** Demonstre não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Cremesp, em virtude de ilícitos praticados;
- g.** Reproduza, divulgue ou utilize, sem consentimento prévio do Cremesp, qualquer informação a que tenha acesso em decorrência da execução do contrato/ata.

11.9.1. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade competente.

12. DO PAGAMENTO

12.1. No início de cada quinzena, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal referente aos serviços prestados na quinzena anterior, e a enviará ao CREMESP, devidamente acompanhada do respectivo relatório de utilização.

12.1.1. Não serão aceitos faturamentos de empresas ou pessoas físicas estranhas ao Contrato. Somente serão pagos os serviços faturados diretamente pela Contratada.

12.2. O pagamento dos serviços contratados será realizado, via depósito bancário, após a apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal simplificada, documento auxiliar da nota fiscal eletrônica – Danfe, fatura, fatura comercial e outros) pela CONTRATADA.

12.2.1. Os pagamentos serão efetuados através da Conta Corrente da Contratada, indicada nas faturas.

12.2.2. Não serão aceitas cobranças mediante boleto bancário.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.4.1. O prazo de validade.

12.4.2. A data da emissão.



- 12.4.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante.
- 12.4.4.** O período de prestação dos serviços.
- 12.4.5.** O valor a pagar; e
- 12.4.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

12.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

12.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

12.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

12.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (IPCA - IPCA^o) / IPCA^o$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

IPCA^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

IPCA = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14. DO FORO

14.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, ____ de _____ de 2022.

ELIANE LIMA OLIVEIRA
Gerente de Relacionamento
Gestora do Contrato



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **0015/2022**

EDITAL DE PREGÃO nº **0021/2022**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO:

CEP:

E-MAIL:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

CPF:

ESTADO:

TELEFONE:

1. Esta proposta é baseada nas condições estabelecidas no **Pregão nº 0021/2022**, conforme especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**, que tem por objeto a **INTERMEDIÇÃO OU AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS VIA APLICATIVO CUSTOMIZÁVEL WEB E MOBILE COM APOIO OPERACIONAL E TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NA INTERNET PARA ATENDIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO E EVENTUALMENTE EM OUTROS ESTADOS DO PAÍS.**

Item	Descrição	Estimativa de uso anual (km)	Valor Unitário	Valor Total
1	Intermediação ou agenciamento de serviços transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.	80.000 km	R\$	R\$

Valor total estimado de utilização para 12 (doze) meses: R\$ XXX,XX (por extenso)

2. Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados da data de realização da licitação, e que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e respectivo Anexo.

3. Declaramos estar cientes que:

3.1. O preço total proposto inclui todos os tributos incidentes, encargos sociais e trabalhistas, seguros e demais encargos pertinentes ao cumprimento integral do objeto deste Edital.



3.2. O pagamento será efetuado mediante crédito bancário, através da Conta Corrente da Contratada, até 21 (vinte e um) dias do recebimento da Nota Fiscal atestada pelo Gestor do CREMESP. Não serão aceitas cobranças mediante boleto bancário.

3.2.1. O CREMESP reterá dos valores faturados os tributos correspondentes ao objeto contratado e os recolherá diretamente aos cofres públicos, como determina a Lei Federal nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 1.234 de 12/01/2012 e suas alterações, nas alíquotas constantes no Anexo I da referida Instrução Normativa.

3.3. O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

3.3.1. No início de cada quinzena, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal referente aos serviços prestados na quinzena anterior, e a enviará ao CREMESP, devidamente acompanhada do respectivo relatório de utilização.

3.3.2. Não serão aceitos faturamentos de empresas ou pessoas físicas estranhas ao Contrato. Somente serão pagos os serviços faturados diretamente pela Contratada.

3.3.3. As faturas referentes aos serviços prestados serão pagas na condição de 21(vinte e um) dias da data de sua entrega e após ser atestada pelo Gestor do Contrato.

3.3.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito bancário, através da Conta Corrente da Contratada, indicada nas faturas. Não serão aceitas cobranças mediante boleto bancário.

4. DADOS BANCÁRIOS:

Banco: _____ **Código do Banco:**

Agência:

Conta Corrente de Pessoa Jurídica:

(Local), XX, de XXXXXXX de 2022

(assinatura, devidamente identificada)

**PREENCHIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E ASSINADA POR SEUS REPRESENTANTES LEGAIS
OU PROCURADOR(ES) DEVIDAMENTE HABILITADO(S)**



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO



CREMESP - SLC
Proc. 0015/2022
Fls. 255
Servidor: Leandro

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0021/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0015/2022

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA – CREMESP E A EMPRESA _____ - CNPJ: _____.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO, autarquia federal, com sede na Rua Luis Coelho nº 26, Consolação, CEP: 01309-900 - São Paulo / SP, inscrita no CNPJ do MF sob nº 63.106.843/0001-97 e isento de Inscrição Estadual, neste ato representado por sua Presidente **Dra. Irene Abramovich**, nomeada pela 4945ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em 26 de março de 2020, portadora do RG nº XXXXXXXXX e inscrita no CPF/MF sob nº XXX.XXX.XXX-XX, por seu Diretor 1º Secretário, **Dr. Angelo Vattimo**, portador do RG nº XX.XXX.XXX-XX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX e por seu Diretor 1º Tesoureiro, **Dr. Pedro Sinkevicius Neto**, portador do RG nº XXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX; doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, com sede à Rua _____ (cidade) / (estado), inscrita no CNPJ sob nº _____, representada por seu (sócio(a), diretor(a)) , Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX e portador(a) do RG nº XX.XXX.XXX-X, doravante designada **CONTRATADA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, sob o nº 0021/2022 e Processo Administrativo nº 0015/2022, **RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes e atualizadas das seguintes legislações: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ainda, em conformidade com as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Este termo de contrato vincula-se ao seguinte instrumento:

I - Proposta da CONTRATADA, de [data por extenso]



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Intermediação ou agenciamento de serviços transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO

2.1. O local de execução será a Sede e as delegacias regionais, eventualmente outros estados do país. Acesso os endereços das regionais: <http://cremesp.com.br/?siteAcao=DelegaciasRegionais>.

CLÁUSULA TERCEIRA - DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

- 3.1.1.** O sistema da CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
- 3.1.1.1.** Prévia identificação e cadastro dos usuários/passageiros, para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados a centros de custos.
 - 3.1.1.2.** A possibilidade do Gestor do Contrato gerenciar os usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários, a qualquer momento, pelo sistema.
 - 3.1.1.3.** Definir, com antecedência, cada colaborador, a categoria aplicável e os limites de utilização em cada centro de custo, estabelecendo perfis individuais.
 - 3.1.1.4.** Registro de avaliação do serviço pelo passageiro para a hipótese de avaliação negativa do motorista cuja atuação, permanência, desempenho ou comportamento sejam julgados incompatíveis pelo Cremesp –, também funcione como filtro para exclusão deste profissional, dos atendimentos dos usuários dessa autarquia.
 - 3.1.1.5.** Solicitação de corrida por meio de aplicativo instalado em smartphone – no mínimo, para os sistemas operacionais Android e IOS, ou através de dispositivos eletrônicos (computador: ultrabook, notebook, tablet e GPS), ou por aplicativo customizável WEB ou SMS.
 - 3.1.1.6.** Aplicativo para o solicitante monitorar a corrida desde o instante da solicitação, pelo qual seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e a própria chegada do veículo, por meio do envio de uma notificação ao celular do usuário/passageiro (Mapa de acompanhamento do chamado). Além disso, deverá constar o nome e telefone do condutor, e identificação do veículo.
 - 3.1.1.7.** Pagamento da corrida: o valor da corrida deverá ser processado e cobrado pelo aplicativo, somente após a validação do usuário por meio do uso de login e senha pessoal, previamente cadastrados pelo usuário.
 - 3.1.1.8.** Disponibilização on line dos dados das corridas para consulta do Gestor do Contrato, por meio de sistema WEB que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência de utilização pelo fiscal do contrato.



3.1.2. O sistema WEB deverá disponibilizar relatório com, no mínimo, os seguintes dados sobre a corrida:

- 3.1.2.1.** Identificação do veículo na CONTRATADA.
- 3.1.2.2.** Identificação da placa do carro.
- 3.1.2.3.** Identificação da categoria do carro.
- 3.1.2.4.** Identificação do motorista na CONTRATADA.
- 3.1.2.5.** Origem.
- 3.1.2.6.** Destino.
- 3.1.2.7.** Quilometragem total percorrida.
- 3.1.2.8.** Percorso realizado.
- 3.1.2.9.** Data da corrida.
- 3.1.2.10.** Horário da solicitação/chamada.
- 3.1.2.11.** Identificação do colaborador/passageiro.
- 3.1.2.12.** Centro de Custo da colaborador/passageiro.
- 3.1.2.13.** Justificativa da corrida.
- 3.1.2.14.** Valor da corrida que corresponderá ao constante do taxímetro, com detalhamento do preço cobrado (indicação de taxas adicionais, valor da tarifa e bandeirada utilizadas e outros componentes do preço).

3.1.3. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas, por meio de, no mínimo, os seguintes acessos:

- 3.1.3.1.** Corridas e gastos por usuário/passageiro.
- 3.1.3.2.** Corridas e gastos por centro de custos.
- 3.1.3.3.** Corridas e gastos por período de tempo.
- 3.1.3.4.** Corridas e gastos pelo usuário.
- 3.1.3.5.** Corridas e gastos por categoria.

3.1.4. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, em tempo real, no mesmo sistema, no mínimo, com os seguintes perfis:

- 3.1.4.1. Pelo próprio usuário:** acesso ao relatório e histórico de suas próprias corridas.
- 3.1.4.2. Gestor de área:** acesso aos relatórios de todos os usuários/autorizados de sua própria unidade/centro de custo.
- 3.1.4.3. Pelo fiscal de contrato:** acesso completo a todos os centros de custos, e relatórios de utilização de todos os veículos autorizados/usuários cadastrados no sistema.

3.2. SOLICITAÇÃO E EXECUÇÃO

3.2.1. Os veículos cadastrados ao sistema de agenciamento da contratada obedecerão fielmente à legislação pertinente, em especial o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber, e ainda a Legislação Municipal que trata da permissão dos serviços de taxi, sob o risco de penalidades estabelecidas neste instrumento.

3.2.2. A CONTRATADA, por ocasião do cadastro do veículo e do motorista no sistema, deverá observar que os serviços que serão prestados por veículos de categoria comuns e táxi preto, sejam feitos por veículos habilitados e autorizados pela Prefeitura do Município de São Paulo, através do Departamento de Transportes Públicos (DTP).



3.2.3. Os serviços serão prestados mediante solicitação do usuário do CREMESP, que poderá ser efetuada por:

3.2.3.1. Aplicativo WEB da CONTRATADA.

3.2.3.2. Mensagem Eletrônica – SMS

3.2.3.3. Mobile - Smartphone – no mínimo, para os sistemas operacionais Android e IOS

3.2.4. Para as solicitações/chamadas poderão ser utilizados os seguintes critérios:

3.2.4.1. Solicitação imediata.

3.2.4.2. Os serviços deverão ser prestados diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

3.2.4.3. Depois de efetuada a solicitação imediata, o atendimento deverá ocorrer, no **prazo máximo de 20 (vinte) minutos, em qualquer região da Cidade de São Paulo**, salvo em condições anormais de trânsito provocadas por chuvas, alagamentos, greves, congestionamentos decorrentes de acidentes de trânsito ou deficiência técnica de rádio comunicação, cuja comprovação poderá ser solicitada pela Contratante.

3.2.4.4. Se o atendimento não for realizado em até 20 (vinte) minutos contados da solicitação, caberá aplicação da penalidade e a solicitação poderá ser cancelada, a critério do solicitante.

3.2.4.5. O taxímetro deverá ser acionado somente no momento do embarque do passageiro, encerrando-se a apuração do valor a ser cobrado no destino final do usuário.

3.2.4.6. Os serviços serão prestados **no estado de São Paulo e nas cidades de sua região metropolitana**, podendo em casos excepcionais, mediante autorização do Gestor do Contrato, serem prestados em outras cidades que não pertençam à região metropolitana ou estados do país.

3.3. TARIFAS E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.1. A cobrança pela prestação de serviços será feita de acordo com os valores estabelecidos na legislação municipal vigente para estabelecimento das tarifas taximétricas no Município de São Paulo, e se for o caso, acrescida de extras, de acordo com a regulamentação do município, como o uso do porta-malas (bagagem), pedágios, corridas intermunicipais, cujos valores também deverão ser aprovados e confirmados pelos usuários/passageiros ao final de cada corrida.

3.3.2. A cobrança dos serviços de táxi preto deve seguir o disposto no Decreto Municipal nº 56.489, de 08 de outubro de 2015.

3.3.3. A apuração dos serviços prestados será realizada através de sistema de pagamento eletrônico. A medição final será o resultado do valor total apurado.

3.3.4. Os serviços serão medidos mensalmente, com base nos valores constantes do sistema de pagamento eletrônico devidamente atestados pelos usuários do Cremesp através de senha pessoal, ao término de cada corrida, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados.

3.3.5. No final de cada atendimento/corrida, o usuário irá receber um e-mail, contendo todo o histórico da corrida, como endereço de partida e destino, quilometragem percorrida, tempo percorrido, identificação do carro e do motorista, além do valor da corrida.

3.3.6. Somente serão considerados válidos os atendimentos confirmados pelo usuário por meio do uso de senha pessoal.

3.3.7. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, ou mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e



manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de login e senha pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

3.3.8. Para a hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo usuário no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente a menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico “GOOGLE MAPS” ou semelhante, a qual será multiplicada pelo valor da respectiva bandeira vigente.

3.4. ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS

3.4.1. Os veículos a serem utilizados na prestação dos serviços deverão ter no máximo de 5 (cinco) anos de uso e possuírem ar-condicionado.

3.5. VALOR DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE CHAMADOS

3.5.1. Para esta contratação é estimado o valor anual de **R\$ 253.600,00 (duzentos e cinquenta e três mil e seiscentos reais)**, para o pagamento das corridas no **período de 12 (doze) meses**.

3.5.2. O valor total destinado constitui mera previsão dimensionada, não estando o CREMESP obrigado a realizá-la em sua totalidade, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização.

3.5.3. A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação aos serviços efetivamente executados, o que será comprovado através dos relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA e devidamente aprovados pelo Cremesp.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. O preço proposto para aquisição unitária do objeto é aquele expresso, de forma fixa e irrevogável, na tabela abaixo, ou seja, R\$ _____ (por extenso) **por quilômetro rodado**, totalizando o valor global estimado em R\$ _____ (por extenso), **para o período de 12 (doze) meses**.

Item	Descrição	Estimativa de uso anual (km)	Valor Unitário	Valor Total
1	Intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.	80.000 km	R\$	R\$

4.2. A forma de pagamento ocorrerá, conforme o estabelecido na **CLÁUSULA OITAVA**.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada ou por seu preposto;



- 5.2. Efetuar o pagamento, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- 5.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados;
- 5.4. Comunicar oficialmente à contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- 5.5. Ficará a critério do órgão fiscalizador do CREMESP impugnar qualquer MOTORISTA MOTORIZADO que não satisfaça as condições aqui prescritas.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Caberá à contratada a responsabilidade pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, de previdência social e de segurança do trabalho.
- 6.2. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados e cooperados.
- 6.3. Manter os seus empregados e cooperados devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências do Conselho, se necessário.
- 6.4. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito.
- 6.5. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em serviço do CREMESP.
- 6.6. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade ou imagem do CREMESP ou de terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados durante a execução dos serviços.
- 6.7. Atender integralmente todos os requisitos técnicos, conforme descrições técnicas previstas neste documento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução **do contrato** consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
- 7.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e **do contrato**
- 7.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no **Anexo I - Termo de Referência**.
- 7.4. Durante a execução do objeto, o gestor deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 7.5. O gestor deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 7.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 7.7. O gestor poderá realizar avaliação periódica, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.



7.8. O gestor deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas **no contrato**.

7.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.11. Fica designado como **GESTOR** do respectivo contrato a Gerente de Relacionamento, na pessoa da **Sra. Eliane Lima Oliveira**, Gerente de Relacionamento.

CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. No início de cada quinzena, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal referente aos serviços prestados na quinzena anterior, e a enviará ao CREMESP, devidamente acompanhada do respectivo relatório de utilização.

8.1.1. Não serão aceitos faturamentos de empresas ou pessoas físicas estranhas ao Contrato. Somente serão pagos os serviços faturados diretamente pela Contratada.

8.2. O pagamento dos serviços contratados será realizado, via depósito bancário, após a apresentação do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal simplificada, documento auxiliar da nota fiscal eletrônica – Danfe, fatura, fatura comercial e outros) pela CONTRATADA.

8.2.1. Os pagamentos serão efetuados através da Conta Corrente da Contratada, indicada nas faturas.

8.2.2. Não serão aceitas cobranças mediante boleto bancário.

8.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.4.1. O prazo de validade.

8.4.2. A data da emissão.

8.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.4.4. O período de prestação dos serviços.

8.4.5. O valor a pagar; e

8.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



8.7. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

8.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

8.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

8.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

8.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%



CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Nas hipóteses de retardamento ou de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a ampla defesa à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Multa.

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2. Nenhuma sanção pode ser aplicada sem o devido processo administrativo e sem a observância do direito de defesa prévia e de recurso pela CONTRATADA.

9.2.1. O prazo para apresentação de defesa prévia é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação pelo Cremesp.

9.2.2. Nos casos em que a sanção aplicável for a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa prévia é de 10 (dez) dias.

9.3. As sanções serão processadas pela Comissão de Apuração de Aplicação de Penalidades – CAAP, e propostas aos seguintes responsáveis:

9.3.1. De advertência, multa (inclusive moratória) e impedimento de licitar e contratar com a União, pelo Diretor 1º Secretário do Cremesp.

9.3.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pela presidência do Cremesp.

9.4. A sanção de advertência pode ser aplicada nos casos de infrações mais leves, por ter caráter meramente pedagógico, podendo ser aplicada cumulativamente com a sanção de multa.

9.5. As multas previstas nos subitens seguintes poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.5.1. Multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre **o valor total do serviço solicitado (taxa x quilometragem entre o ponto de partida e o de destino)**, em casos de **atraso de embarque maior que 20 (vinte minutos) a partir da solicitação. Caso esse atraso seja superior a 60 (sessenta minutos) será aplicada uma multa de 30% (trinta por cento) sobre esse mesmo índice citado**, podendo ensejar inexecução contratual, caso a ocorrência não seja justificável.

9.5.2. Multa de até 5% (cinco por cento) **do valor total do contrato (taxa x estimativa de quilometragem anual de 80.000 km)**, em caso de inexecução total do objeto.

9.5.3. O não cumprimento de qualquer outra obrigação acessória prevista no contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de até 2% (dois por cento) **do valor total do contrato (taxa x estimativa de quilometragem anual de 80.000 km)**.

9.5.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, **quando prevista**, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) **do valor total do contrato (taxa x estimativa de quilometragem anual de 80.000 km)**, observando o máximo de 2% (dois por cento).

9.5.4.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, na apresentação da garantia, autoriza o Cremesp a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.



9.6. O recolhimento das multas será feito da seguinte forma:

9.6.1. Dedução nos pagamentos devidos pelo Cremesp.

9.6.2. Dedução na garantia contratual, **quando prevista**, e caso o valor da multa seja superior ao da garantia, desconto da diferença nos pagamentos devidos pelo Cremesp.

9.6.3. Pagamento direto na conta do Cremesp, no prazo máximo de **15 (quinze)** dias corridos contados a partir do recebimento da notificação, por intermédio de boleto ou mediante depósito.

9.6.4. Cobrança judicial.

9.7. As multas cobradas não indenizam eventuais perdas e danos, os quais podem ser objeto de cobrança administrativa ou judicial, desde que apurados em processo administrativo.

9.8. Sem prejuízo das multas previstas no edital e na Minuta do Contrato, nos termos do art. 49, do Decreto nº 10.024/2019 e art. 87, da Lei nº 8.666/93, a licitante pode ser **advertida ou impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, se incorrer em quaisquer das seguintes condutas:

- a. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b. não entregar a documentação exigida no edital;
- c. apresentar documentação falsa;
- d. causar o atraso na execução do objeto;
- e. não manter a proposta;
- f. falhar na execução do contrato;
- g. fraudar a execução do contrato;
- h. comportar-se de modo inidôneo;
- i. declarar informações falsas; e
- j. cometer fraude fiscal.

9.8.1. O impedimento de licitar e contratar com a União produz descredenciamento no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores por igual período.

9.8.2. Na aplicação das sanções de que trata esse subitem, o Cremesp deve levar em consideração a gravidade da infração e as circunstâncias atenuantes e agravantes.

9.9. A declaração de inidoneidade pode ser aplicada caso a CONTRATADA:

- a. Cause prejuízo ao Cremesp por má-fé, ação maliciosa e premeditada;
- b. Atue com interesses escusos;
- c. Reincida em falhas punidas com outras sanções;
- d. Sofra condenação definitiva por fraude fiscal, por meios dolosos, no recolhimento de quaisquer tributos referentes aos serviços de que trata o contrato;
- e. Pratique ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- f. Demonstre não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Cremesp, em virtude de ilícitos praticados;
- g. Reproduza, divulgue ou utilize, sem consentimento prévio do Cremesp, qualquer informação a que tenha acesso em decorrência da execução do contrato/ata.

9.9.1. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade competente.



CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1. O contrato terá a vigência de **12 (doze) meses** contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes, em iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2. Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (IPCA - IPCA^o) / IPCA^o$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

IPCA^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

IPCA = Índice relativo ao mês do reajustamento;



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A contratada reconhece os direitos da contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de São Paulo/SP, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, ____ de _____ de 2022

CONTRATANTE

Dra. Irene Abramovich
Presidente

Dr. Pedro Sinkevicius Neto
Diretor Tesoureiro

Dr. Angelo Vattimo
Diretor Primeiro Secretário

Eliane Lima Oliveira
Gestora do Contrato

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL
CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA LEGAL

A empresa _____ (NOME), com sede na _____ (endereço da licitante, inclusive com CEP), registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº _____ (número do CNPJ), declara que, caso logre êxito no Pregão Eletrônico nº 0021/2022, **os veículos e motoristas atenderão as seguintes normas:**

1. Caso os serviços forem prestados por táxis, os termos da Lei Municipal nº 7.329, de 11 de julho de 1969 e normas complementares, ocasião em que o veículo e o motorista devem estar habilitados e autorizados pela Prefeitura do Município de São Paulo através do Departamento de Transportes Públicos (DTP).

2. Caso os serviços forem prestados por meio do transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, os termos do Decreto Municipal nº 56.981, de 10 de maio de 2016, e normas complementares, ocasião em que a CONTRATADA deve estar devidamente credenciada pela Secretaria Municipal de Transportes e os veículos e condutores devem obedecer aos termos da regulamentação.

Obs: Caso os serviços sejam solicitados em qualquer região fora do Município de São Paulo, os itens acima **não serão obrigatórios.**

Local e data.

Representante Legal

Nome:

CPF:

RG:

(Emitir a declaração em papel timbrado da empresa)

PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0021/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0015/2022

OBJETO:

Contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.

Identificação da empresa Licitante

NOME DA EMPRESA: I9 Solutions Soluções Comerciais e Gestão de Transporte Ltda

CNPJ:11.735.329/0001.17

INSCRIÇÃO ESTADUAL 278.438.530.11 INSCRIÇÃO MUNICIPAL N°: 4.96922-2

ENDEREÇO: Av. Marcos P. de U. Rodrigues 939 8º Andar Tamboré - Barueri / SP

FONE: 114615-2174 Cel/ WhatsApp: 11 99507-6850

DADOS BANCÁRIOS:C.E.F Agência:0906.003 C/C 2937-8

E-MAIL: licitacao@i9solutions.net.br

SITE: <https://www.taxicorp.com.br/>

NOME DO REPRESENTANTE : Claudia Adriana Tadim da Silva Oliveira

RG: 29.793.875-7 CPF: 205.960.528-80

CARGO: Analista de licitação

NOME DO PREPOSTO QUE REPRESENTARA A CONTRATADA DURANTE A VIGÊNCIA DO AJUSTE:
Blendali Aparecida Tadim da Silva

RG: 42.168.559-1 CPF: 342.789.918-78

A CREMESP

Apresentamos a nossa Proposta Contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.

Esta proposta é baseada nas condições estabelecidas no **Pregão n° 0021/2022**, conforme especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**

DATA DE ABERTURA: 05/07/2022

HORARIO:10hs:00 min. (Horário de Brasília/DF).

ITEM	DESCRIÇÃO	Estimativa de uso anual (km)	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável WEB e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet para atendimento no estado de São Paulo e eventualmente em outros estados do país.	80.000	R\$ 3,99	R\$ 319.200,00

Valor total estimado de utilização para 12 (doze) meses: R\$319.200,00 (TREZENTOS E DEZENOVE MIL E DUZENTOS REAIS)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. **Prazo de Vigência do Contrato:** conforme solicitado no edital
02. **. Prazo de início dos serviços contratados será de:** conforme edital
03. **Validade da Proposta:** 90 dias

Declaramos que:

1. concordamos com TODAS as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos.
2. nos preços cotados estamos computando todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao fiel e integral cumprimento do objeto, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;
3. o valor mínimo das corridas cujo percurso realizado seja de até 1 (um) quilômetro será o equivalente a 2 (duas) vezes o preço do quilômetro contratado, independentemente do valor registrado no aplicativo/aplicação da solução.
4. caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar a Ata de Registro de Preços e os Contratos de Serviço dela advindos;
5. estamos cientes e concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.
6. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todos os itens e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002, dos Decretos Municipais nº 43.406/2003, nº 44.279/2003, nº 46.662/2005, 52.091/2011, 54.102/2013 e 56.475/2015, das Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
7. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida no Anexo I deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados.

DEMAIS DECLARAÇÕES

Declaramos estar cientes que:

3.1. O preço total proposto inclui todos os tributos incidentes, encargos sociais e trabalhistas, seguros e demais encargos pertinentes ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

3.2. O pagamento será efetuado mediante crédito bancário, através da Conta Corrente da Contratada, até 21 (vinte e um) dias do recebimento da Nota Fiscal atestada pelo Gestor do CREMESP. Não serão aceitas cobranças mediante boleto bancário.

3.2.1. O CREMESP reterá dos valores faturados os tributos correspondentes ao objeto contratado e os recolherá diretamente aos cofres públicos, como determina a Lei Federal nº 9.430/96, regulamentada pela Instrução Normativa SRF nº 1.234 de 12/01/2012 e suas alterações, nas alíquotas constantes no Anexo I da referida Instrução Normativa.

3.3. O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

3.3.1. No início de cada quinzena, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal referente aos serviços prestados na quinzena anterior, e a enviará ao CREMESP, devidamente acompanhada do respectivo relatório de utilização.

3.3.2. Não serão aceitos faturamentos de empresas ou pessoas físicas estranhas ao Contrato. Somente serão pagos os serviços faturados diretamente pela Contratada.

3.3.3. As faturas referentes aos serviços prestados serão pagas na condição de 21 (vinte e um) dias da data de sua entrega e após ser atestada pelo Gestor do Contrato.

3.3.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito bancário, através da Conta Corrente da Contratada, indicada nas faturas. Não serão aceitas cobranças mediante boleto bancário.

Dados do Representante legal da empresa para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos Contratos dela decorrentes:

Nome:	Blendali Aparecida Tadim da Silva
CPF:	342.789.918-78
RG nº Órgão Expedidor:	42.168.559-1 SSP SP
Naturalidade:	SABINOPOLIS MG
Nacionalidade:	BRASILEIRA
Cargo/função:	DIRETORA OPERACIONAL
Endereço completo:	Davina Vaz da Conceição, 100, Chácara Portão Vermelho - Vargem Grande Paulista - SP - CEP: 067300-000
Telefone:	11 4615-2174
E-mail:	LICITACAO@I9SOLUTIONS.NET.BR
Conta Corrente	Banco do Brasil S/A - Agência: 7010-6 C/C 10048-X

Cotia, 05/07/2022

BLENDALI APARECIDA TADIM DA SILVA:34278991878
Assinado de forma digital por BLENDALI APARECIDA TADIM DA SILVA:34278991878
Dados: 2022.07.05 11:31:26 -03'00'

Blendali Aparecida Tadim da Silva

CPF: 342.789.918-78

DIRETORA OPERACIONAL

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA LEGAL**

A empresa **I9 Solutions Soluções Comerciais e Gestão de Transporte Ltda** com sede na: **Av. Marcos P. de U. Rodrigues 939 8º Andar Tamboré - Barueri SP** CEP: 06460-040 registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº **CNPJ:11.735.329/0001.17**, declara que, caso logre êxito no Pregão Eletrônico nº 0021/2022, **os veículos e motoristas atenderão as seguintes normas:**

1. Caso os serviços forem prestados por táxis, os termos da Lei Municipal nº 7.329, de 11 de julho de 1969 e normas complementares, ocasião em que o veículo e o motorista devem estar habilitados e autorizados pela Prefeitura do Município de São Paulo através do Departamento de Transportes Públicos (DTP).

2. Caso os serviços forem prestados por meio do transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, os termos do Decreto Municipal nº 56.981, de 10 de maio de 2016, e normas complementares, ocasião em que a CONTRATADA deve estar devidamente credenciada pela Secretaria Municipal de Transportes e os veículos e condutores devem obedecer aos termos da regulamentação.

Obs: Caso os serviços sejam solicitados em qualquer região fora do Município de São Paulo, os itens acima **não serão obrigatórios**.

Cotia, 05/07/2022

BLENDALI APARECIDA

TADIM DA

SILVA:34278991878

Assinado de forma digital por
BLENDALI APARECIDA TADIM DA
SILVA:34278991878

Dados: 2022.07.05 11:31:45 -03'00'

Blendali Aparecida Tadim da Silva

CPF: 342.789.918-7

RG: 42.168.559-1 SSP SP

DIRETORA OPERACIONAL

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 037/SPP/2022

PROCESSO n.º 7310.2022/0000105-5

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 05/09/2022. PERMITIDO O ENVIO ATÉ O DIA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/09/2022 – às 10h00min.

A **São Paulo Parcerias S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.702.587/0001-05, situada na Rua Líbero Badaró, 293, 25º andar, conjunto 25C, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP: 01009-907,** torna público que se acha aberta a licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio de sistema eletrônico com utilização de recursos de tecnologia da informação do Portal de Compras do Governo Federal: Comprasnet, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS VIA APLICATIVO CUSTOMIZÁVEL WEB E MOBILE COM APOIO OPERACIONAL E TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO, DE HOSPEDAGEM DA INTERNET E DE CONTEÚDO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, sob o critério de julgamento do tipo menor **preço global**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pela Lei Municipal nº 13.278/2002, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 43.406/2003, pelo Decreto Municipal nº 56.475/2015 e pelo Decreto Municipal nº 44.279/2003 e demais normas aplicáveis, bem como as disposições deste instrumento.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

- 1.1.** Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes do Termo de Referência que integra este Edital como Anexo I.

2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a São Paulo Parcerias S.A. que estejam registrados no sistema de compras do governo federal - Comprasnet, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido cadastro.

2.1.1. O registro no Comprasnet, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema Comprasnet.

2.1.2. O registro no Comprasnet é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

- 2.2. Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas que:

- 2.2.1. enquadrem-se em quaisquer das hipóteses previstas no art. 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;
 - 2.2.2. não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 2.2.3. estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 2.2.4. tenham sido proibidas pelo Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;
 - 2.2.5. estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;
 - 2.2.6. tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
 - 2.2.7. tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do art. 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011.
- 2.3. **Uso do sistema Comprasnet.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização e acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha

de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.3.1. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

2.3.2. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. PROPOSTAS

3.1. Envio. As propostas deverão ser enviadas por meio do Sistema Comprasnet, disponível no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital, conforme modelo apresentado no Anexo III deste Edital.

3.1.1. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

3.1.2. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.2. Preços. Os preços unitários, mensais e total para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

3.2.1. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas neste Edital e seus anexos.

3.2.2. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como variação cambial, aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

3.3. Data de Referência. A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes na data da apresentação da proposta, que será considerada a data de referência de preços.

3.4. Validade da proposta. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

4. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

4.1. Habilitação jurídica.

4.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial.

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial e documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, em se tratando de sociedade empresária.

4.1.3. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

4.1.4. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.5. Em se tratando de sociedade cooperativa: ato constitutivo e estatuto atualizado e registrado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971.

4.2. Regularidade fiscal e trabalhista.

4.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

4.2.2. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união.

4.2.3. Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF).

4.2.4. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT).

4.2.5. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

4.2.6. Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos tributários da dívida ativa do estado da sede da licitante.

4.2.7. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

- 4.2.8.** Certidão de regularidade fiscal do município em que a licitante tiver sede, incluindo débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- 4.2.9.** Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte no Município de São Paulo/SP, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários, conforme modelo apresentado no Anexo IV deste Edital.
- 4.2.10.** CADIN Municipal (Cadastro Informativo Municipal) do município de São Paulo.
- 4.2.11.** Comprovante de Cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- 4.2.12.** Comprovante de que nada consta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 4.2.13.** Comprovante de que nada consta no Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP).
- 4.2.14.** Comprovante de que nada consta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA).
- 4.2.15.** Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos de regularidade fiscal e trabalhista deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.
- 4.2.16.** A licitante que se considerar isenta ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda da sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.3. Qualificação econômico-financeira.

- 4.3.1.** Certidão Negativa de Pedido de Falência e Recuperação Judicial ou Certidão de Objeto e Pé de processo em que conste deferimento de plano de recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca da cidade onde a licitante for sediada, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento; em havendo qualquer ação judicial distribuída, deverá ser juntada a certidão de objeto e pé que aponte a situação do processo atualizado para 90 (noventa) dias antes da data da abertura da sessão pública.
- 4.3.2.** Tendo em vista a natureza continuada da contratação e seu objeto e considerando o seu prazo de vigência de 12 (doze) meses, a licitante deverá apresentar o Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um) para comprovar a sua capacidade financeira, uma vez que esse índice mede a capacidade de pagamento de uma empresa no curto prazo, sendo apto a resguardar o suficiente esteio financeiro para suportar a contratação, resultante da aplicação da seguinte fórmula, conforme demonstrado no Anexo VIII deste Edital:

Ativo Circulante

ILC = -----

Passivo Circulante

- 4.3.3.** Na hipótese de a empresa não ter o ILC igual ou maior que 1 (um) ($>$ ou $=$ 1), reserva-se a possibilidade de a licitante apresentar o seu patrimônio líquido no valor mínimo de 10% do valor da sua proposta.

4.4. Declarações e outras comprovações.

- 4.4.1.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo III.

- 4.4.2.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo V, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013.
- 4.4.3.** Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo VI, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.
- 4.4.4.** Comprovação da condição de ME/EPP. Sem prejuízo da declaração exigida no item acima e admitida a indicação, pela licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte será comprovada da seguinte forma:
- 4.4.4.1.** se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;
- 4.4.4.2.** se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 4.4.5.** Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007:
- 4.4.5.1.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do Anexo IX, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.4.5.2. Sem prejuízo da declaração exigida no item acima e admitida a indicação, pela licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.5. Qualificação técnica.

4.5.1. A proponente deverá apresentar pelo menos 01 (um) atestado de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades, especificações e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços.

4.5.1.1. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado(s) de serviços similares ao objeto desta licitação que demonstre(m) que a licitante prestou serviços correspondentes àquele objeto desta licitação a fim de comprovar que prestou o serviço de maneira satisfatória e com bom desempenho.

4.5.1.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste no(s) atestado(s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do(s) atestado(s).

4.5.1.3. Somente serão aceitos atestados emitidos em favor da licitante que estejam em nome de sua matriz e/ou filial.

4.5.1.4. Não será permitida a apresentação de atestados de empresas do mesmo grupo econômico da licitante. Entende-se que fazem parte de um mesmo

grupo econômico as empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns, e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem, bem como empresas sujeitas a uma mesma estrutura global.

4.5.1.5. Os atestados de capacidade técnica devem se referir a experiências que tenham sido executadas no Brasil.

4.5.1.6. Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por pessoas de direito público ou privado, recebedores dos serviços prestados diretamente pela licitante, não sendo aceitos atestados emitidos pela própria.

4.5.1.7. Entende-se por recebedor, a pessoa jurídica que tenha sido a CONTRATANTE dos serviços.

4.5.1.8. A conformidade do(s) atestado(s) poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará a exclusão da proposta da interessada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

4.5.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a São Paulo Parcerias S.A. aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.5.3. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (itens 4.3 e 4.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

4.5.4. A licitante deverá apresentar a resposta ou o ajuste necessário no prazo de até 3 (dias) úteis, conforme determinado pelo Pregoeiro diante da necessidade do caso.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

5.1. Abertura das propostas. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

5.2. Análise. A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital e seus anexos;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;
- d) formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

5.2.2. A desclassificação da proposta se dará por decisão motivada do Pregoeiro e será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

5.2.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

5.2.5. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas.

5.3. Lances. Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

5.3.1. Os lances deverão ser públicos e sucessivos, formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.3.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

5.3.2. A redução mínima entre os lances será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e incidirá sobre o valor total.

5.3.3. A etapa de lances terá a duração de 10 (dez) minutos.

5.3.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

5.3.3.2. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item anterior, a duração da prorrogação encerrar-se-á automaticamente, quando atingido o segundo minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

5.3.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

5.3.4.1. dos lances admitidos e dos inválidos, dos horários de seus registros no sistema e dos respectivos valores;

5.3.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

5.3.5. A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração.

5.3.6. A critério do Pregoeiro, a disputa de lances para um determinado item poderá ser reiniciada e terá a duração de 10 (dez) minutos nos mesmos moldes do item 5.3.3.

5.4. Classificação. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

5.5. Direito de preferência. Para o exercício do direito de preferência, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte deverá constar do registro da licitante junto ao SICAF/Comprasnet.

5.6. Empate ficto. Com base na classificação a que alude o item 5.4, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, conforme os critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, observadas as seguintes regras:

5.6.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao valor da proposta mais bem classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

5.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta mais bem classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nos limites dos 5% (cinco por cento).

- 5.6.3.** Caso a detentora da melhor oferta seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 5.6.4.** A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, no afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 5.6.5.** A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 5.7. Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 5.7.1.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.
- 5.7.2.** O autor da oferta de menor valor terá o prazo de até 1 (uma) hora, conforme determinado pelo Pregoeiro e de acordo com a necessidade do caso, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta renegociada.
- 5.8. Aceitabilidade.** Após a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, da adequação do objeto às especificações técnicas do Termo de Referência, decidindo motivadamente a respeito.
- 5.8.1.** Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada,

elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Edital, contendo os preços unitários e o valor total para a contratação conforme ofertado na fase de lances.

5.8.1.1. A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis, conforme a necessidade do caso, para a apresentação da planilha de proposta.

5.8.1.2. Se a licitante detentora da melhor oferta não enviar a planilha de proposta, seu lance não será aceito pelo Pregoeiro.

5.8.2. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

5.9. Exame das condições de habilitação. Considerada aceitável o lance de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes no SICAF e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital.
- b) Caso os dados e informações constantes no SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanar eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanar falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital, salvo a regularidade fiscal, mediante a apresentação de documentos, preferencialmente no campo próprio do Sistema Comprasnet ou pelo correio eletrônico compras@spparcerias.com.br ou outro a ser fornecido pelo Pregoeiro no

chat do sistema, desde que os envie em até 3 (dias) úteis, conforme determinado pelo Pregoeiro diante das necessidades do caso.

- d) Os originais (ou cópias autenticadas por tabelião de notas) dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” poderão, caso solicitado pelo Pregoeiro, ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias úteis após o envio eletrônico, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis.
- e) Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- f) A microempresa e empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que esta apresente alguma restrição. Havendo restrição, será assegurado, mediante suspensão da sessão pública, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de certidão regular, prorrogável por igual período, a critério do Pregoeiro e conforme a necessidade do caso.
- g) Por ocasião da retomada da sessão pública, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa/empresa de pequeno porte ou sobre a prorrogação de prazo.
- h) A não regularização da documentação, no prazo concedido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- i) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista da licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, os quais deverão ser comprovados durante a sessão pública.

- j) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.
- k) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- l) A São Paulo Parcerias S.A. não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

5.9.1. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

5.9.2. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista pela microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

6. RECURSOS, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.1. Recursos. Divulgada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo para intenção de recurso às demais licitante, por meio de mensagem lançada no sistema. A intenção motivada de recurso deverá ser realizada, imediata e motivadamente, no prazo concedido pelo Pregoeiro, exclusivamente no campo próprio disponibilizado no sistema.

6.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora, na própria sessão pública, caso em que, o Pregoeiro proporá, à autoridade competente, a homologação do procedimento licitatório.

6.1.2. Na hipótese de haver alguma intenção de recurso registrada, o Pregoeiro realizará a análise, cabendo-o decidir, justificadamente, pela aceitação ou recusa de cada intenção.

6.1.3. A(s) recorrente(s) poderá(ão) apresentar, no campo próprio disponibilizado no sistema, suas razões recursais, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Ato contínuo, as demais licitantes poderão apresentar contrarrazões, no campo próprio disponibilizado no sistema, no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados do término do prazo da(s) recorrente(s).

6.1.4. As razões recursais e as contrarrazões deverão ser oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br. A apresentação de documentos relacionados, se houver, deverá ser realizada através do e-mail compras@spparcerias.com.br, dentro do mesmo prazo.

6.1.5. Interposto recurso, o Pregoeiro poderá reformar a sua decisão ou encaminhá-lo à autoridade competente para decidir.

6.1.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.2. Adjudicação. A adjudicação será feita considerando a totalidade do objeto.

6.2.1. Caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora, se não houver intenção e/ou interposição de recurso.

6.2.2. Havendo a apresentação das razões recursais tempestivas, decididas as mesmas, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

6.3. Homologação. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará a licitação.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. Desconexão. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas.

7.2. Efeitos. A desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico, durante a sessão pública, implicará:

- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 8.1.** Remissão ao Termo de Referência. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui Anexo I deste Edital, correndo por conta da CONTRATADA as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

9. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

- 9.1.** Os serviços executados serão objeto de medição mensal, que será realizada por meio do Fiscal e do Gestor do Contrato, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10. PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

- 10.1.** Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o Termo de Contrato, cuja minuta constitui o Anexo XI deste Edital.

11. CONTRATAÇÃO

- 11.1. Celebração do contrato.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo XI.

- 11.1.1.** Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a São Paulo Parcerias S.A. verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará

a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item acima por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da Adjudicatária no “Cadastro Informativo Municipal – CADIN” do município de São Paulo.

11.1.4. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração do contrato:

11.1.4.1. A apresentação do(s) documento(s) que a Adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica.

11.1.4.2. A indicação de Gestor encarregado de representar a Adjudicatária com exclusividade perante a CONTRATANTE, caso se trate de sociedade cooperativa.

11.2. Assinatura. A Adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, assinar o Termo de Contrato. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada e aceita pela São Paulo Parcerias S.A. O contrato poderá ser assinado eletronicamente, no prazo estipulado pela São Paulo Parcerias S.A., desde que verificável a sua validade.

11.3. Celebração frustrada. As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública, com vistas à celebração do contrato, quando a licitante vencedora:

- 11.3.1.** for convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam o item 5.9 deste Edital;
- 11.3.2.** recusar-se a assinar o contrato assinatura dentro do prazo estabelecido ou não devolver a minuta assinada eletronicamente no prazo estipulado pela CONTRATANTE;
- 11.4.** A nova sessão será realizada em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Município de São Paulo, no site do Comprasnet, bem como no site da São Paulo Parcerias S.A.
 - 11.4.1.** Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições do item 5 e seguintes deste Edital.

12. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 12.1. Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 12.1.1.** Os esclarecimentos também poderão ser solicitados por meio do correio eletrônico compras@spparcerias.com.br até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
- 12.2. Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.
 - 12.2.1.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

12.2.2. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12.3. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelas licitantes, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de Termo de Contrato.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Interpretação. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

13.2. Omissões. Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo órgão responsável pelo Sistema Comprasnet.

13.3. Atas. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

13.4. Sigilo das licitantes. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

13.4.1. para o Pregoeiro: até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

13.4.2. para os demais participantes: até a etapa de habilitação.

13.5. Exclusão. Será excluída do certame, a licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franquiar, permitir ou possibilitar a sua identificação para a São Paulo Parcerias S.A., para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

- 13.5.1.** A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação da licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo Pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".
- 13.6. Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 13.6.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pela licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública.
- 13.6.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.7. Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, serão divulgados nos endereços <<https://www.spparcerias.com.br/index.php/acesso-informacao/compras-publicas>>; <<http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br>> e <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/contratos-convenios-e-compras-publicas/>>.
- 13.8. Prazos.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.
- 13.9. Foro.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 13.10. Anexos.** Integram o presente Edital:
- ANEXO I - Termo de Referência N° 037/SPP/2022.

- ANEXO II - Modelo de Planilha de Proposta de Preços.
- ANEXO III - Modelo de Declarações do Proponente.
- ANEXO IV - Modelo de Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo.
- ANEXO V - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação Conforme ao Marco Legal Anticorrupção.
- ANEXO VI - Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP
- ANEXO VII - Modelo de Declaração de não Enquadramento como ME/EPP.
- ANEXO VIII - Modelo Critérios de Análise Econômico-Financeira.
- ANEXO IX - Modelo de Declaração de Enquadramento como Cooperativa.
- ANEXO X - Modelo de Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso.
- ANEXO XI - Minuta de Contrato.

São Paulo.

LUCAS BIANCHI
BALDICHIA:3969
5621805

Assinado de forma digital
por LUCAS BIANCHI
BALDICHIA:39695621805
Dados: 2022.09.02 16:32:39
-03'00'

VANESSA PACHECO
DE SOUZA
ROMAO:28715137830

Assinado de forma digital por
VANESSA PACHECO DE SOUZA
ROMAO:28715137830
Dados: 2022.09.02 16:28:52
-03'00'

LUCAS BIANCHI BALDICHIA

Analista Técnico

VANESSA PACHECO DE SOUZA ROMÃO

Diretora

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

Processo SEI nº 7310.2022/0000105-5

1. OBJETO

- 1.1.** Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A fim de dar consecução ao seu objeto social, cumpre à Companhia disponibilizar os meios necessários para o desempenho das atividades de seus colaboradores, o que inclui o transporte para o comparecimento a reuniões externas, palestras, repartições públicas, sedes, organizações públicas ou privadas e visitas técnicas a locais relacionados aos projetos por ela desenvolvidos e às suas atividades administrativas.
- 2.2.** O aumento das demandas relacionadas ao objeto social da companhia impõe a contratação de serviço de transporte vantajoso, eficiente e adequado aos seus desideratos.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

- 3.1.** O sistema da CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- 3.1.1.** Cadastro dos usuários/passageiros para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados a centros de custos.
- 3.1.2.** Acesso para gerenciamento, pela Unidade CONTRATANTE, dos usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários do sistema.
- 3.1.3.** Possibilidade de a fiscalização estabelecer limites de quantidade de corridas autorizadas para cada usuário cadastrado.
- 3.1.4.** Existência de sistema ou procedimento próprio para desativar temporariamente ou excluir motoristas que não atendam aos critérios de qualidade de condução e cordialidade adequada.
- 3.1.5.** Método impessoal de seleção do veículo e do motorista para prestar o serviço de transporte, restringindo a possibilidade de escolha de um motorista específico por iniciativa de um usuário ou outro funcionário da CONTRATANTE.
- 3.1.6.** Possibilidade de solicitação de corrida por meio de aplicativo instalado em smartphone no mínimo, para os sistemas operacionais Android e iOS e por meio de sistema web por meio de desktop, ultrabook, notebook ou tablet.
- 3.1.7.** Possibilidade de o usuário monitorar a corrida desde o instante da solicitação, identificando a estimativa do tempo de espera e a localização do veículo em mapa digital.
- 3.1.8.** Informação, no aplicativo no qual foi solicitada a chamada, do nome do motorista, identificação do veículo, bem como a possibilidade de comunicação entre o solicitante e o motorista, seja por chat (mensagens instantâneas) e/ou telefone.
- 3.1.9.** Disponibilização dos dados das corridas realizadas em sistema web para consulta da unidade CONTRATANTE a qualquer momento, com possibilidade de filtrar informações pertinentes às corridas.

- 3.1.10.** Recebimento, no e-mail do usuário, ao final de cada corrida, sobre um resumo da corrida com os dados de endereço de partida e destino, data, percurso realizado, quilometragem, hora de início e fim, identificação do carro e do motorista.
- 3.1.11.** O sistema da CONTRATADA deverá permitir a opção de envio do e-mail discriminado no item 4.1.9 também para o gestor e para o fiscal da CONTRATANTE, com possibilidade de alteração a qualquer momento.
- 3.1.12.** Possibilidade de realizar o download dos dados, em formato CSV ou XLS ou XLSX ou ODS ou equivalente passível de leitura por software de planilha, contendo o histórico de viagens da CONTRATANTE com as informações dispostas no item 3.2, à exceção do item 3.2.5, com possibilidade de aplicar filtros nos dados.
- 3.1.13.** Sistema Web, acessado mediante login e senha a servidores previamente autorizados, que permita visualização e extração dos dados das corridas realizadas.
- 3.2.** O sistema web deverá disponibilizar relatório com, no mínimo, os seguintes dados sobre a corrida:
- 3.2.1.** Identificação do condutor (nome ou código identificador).
- 3.2.2.** Endereço de Origem.
- 3.2.3.** Endereço de Destino.
- 3.2.4.** Quilometragem total percorrida.
- 3.2.5.** Percurso realizado (por meio de visualização no sistema web).
- 3.2.6.** Data da corrida.
- 3.2.7.** Horário da solicitação/chamada e horário de início e fim da viagem.

- 3.2.8.** Identificação do usuário que solicitou a chamada.
- 3.2.9.** Centro de Custo da Unidade CONTRATANTE.
- 3.2.10.** Motivo da corrida, em campo aberto escrito pelo usuário e campo fechado selecionável em lista.
- 3.2.11.** Valor da corrida conforme regime de preço da CONTRATADA.
- 3.3.** O sistema web deverá permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento de cada corrida.
- 3.4.** A tecnologia da CONTRATADA deverá permitir o cadastramento concomitante de múltiplos usuários da CONTRATANTE, sem limite de usuários cadastrados.
- 3.5.** Da solicitação e execução do serviço:
 - 3.5.1.** Os veículos cadastrados ao sistema de agenciamento da CONTRATADA obedecerão fielmente à legislação pertinente, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro – CTB e às normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber.
 - 3.5.2.** A CONTRATADA, ao cadastrar o veículo e o motorista no sistema, deverá observar:
 - 3.5.2.1.** Caso os serviços sejam prestados por meio de táxis, nos termos da Lei Municipal nº 7.329, de 11 de julho de 1969 e normas complementares, o veículo e o motorista devem estar habilitados e autorizados pela Prefeitura do Município de São Paulo através do Departamento de Transportes Públicos (DTP);
 - 3.5.2.2.** Caso os serviços sejam prestados por meio do transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, nos termos do Decreto Municipal 56.981, de 10 de maio de 2016, e normas complementares, a

CONTRATADA deve estar devidamente credenciada pela Secretaria Municipal de Transportes e os veículos e condutores devem obedecer aos termos da regulamentação;

3.5.2.3. Caso os serviços sejam solicitados em qualquer região fora do Município de São Paulo, os itens 3.5.2.1 e 3.5.2.2 não serão obrigatórios.

3.5.3. Os serviços serão prestados mediante solicitação da CONTRATANTE, que poderá ser efetuada por:

3.5.3.1. Aplicativo web da CONTRATADA.

3.5.3.2. Mobile - Smartphone – no mínimo, para os sistemas operacionais Android e iOS.

3.5.4. Os serviços poderão ser convocados a qualquer momento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

3.5.4.1. Somente serão admitidas eventuais indisponibilidades do sistema da CONTRATADA se (i) em dias úteis, não ocorrerem das 6h às 20h ou, (ii) nos demais períodos, forem informadas, à CONTRATANTE, com pelo menos 48 horas de antecedência, caso a indisponibilidade possa durar mais de 30 minutos.

3.5.5. Depois de efetuada a solicitação imediata, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de:

3.5.5.1. 15 (quinze) minutos em pelo menos 95% das chamadas realizadas, em qualquer região da Cidade de São Paulo;

3.5.5.2. 20 (vinte) minutos em pelo menos 95% das chamadas realizadas, em qualquer região fora do perímetro urbano do Município de São Paulo, observado item 3.5.8.

3.5.5.3. 45 (quarenta e cinco) minutos em pelo menos 95% das chamadas realizadas, com a solicitação de veículo do tipo “ADAPTADO” (vide item 4.7.3); se aplicável.

3.5.6. Se, ao final de cada mês, for constatado que o tempo de atendimento das solicitações foi superior ao estabelecido no item 3.5.5, caberá aplicação da penalidade.

3.5.7. A cobrança pela corrida deverá ser iniciada somente no momento do embarque do passageiro, encerrando-se a apuração do valor a ser cobrado no destino do usuário.

3.5.8. Os serviços serão prestados na cidade de São Paulo e nas cidades de sua região metropolitana. Para serviços executados fora do perímetro urbano do Município de São Paulo, o usuário deverá observar o que determina o Decreto Municipal 29.431/90.

3.6. Das tarifas e mediação dos serviços:

3.6.1. O serviço será medido, em cada corrida, a partir da metodologia adotada regularmente pela CONTRATADA:

3.6.1.1. Serão admitidas quaisquer formas de composição do preço, inclusive com bandeirada, tarifa horária, tarifa quilométrica, tarifa fixa por corrida e outros, desde que o valor total de cada corrida seja igual ou inferior ao valor equivalente à cobrança pelo preço médio por quilômetro informado na Proposta de Preços.

3.6.1.2. Não será admitido qualquer acréscimo ao valor do quilômetro rodado definido na proposta da empresa interessada, sob alegações de custo mínimo de corrida ou tempo em que o veículo se encontre parado, quaisquer que sejam os motivos, tais como congestionamentos, sinais de controle de tráfego etc., devendo tais dispêndios serem considerados já no preço do quilômetro.

- 3.6.2.** O valor final da corrida, discriminados os componentes do preço, deverá ser informado aos usuários/passageiros ao final de cada corrida.
- 3.6.3.** No final de cada atendimento/corrida, o usuário deverá receber um e-mail, contendo todo o histórico da corrida, como endereço de partida e destino, quilometragem percorrida, tempo percorrido, identificação do carro e do motorista, além do valor da corrida.
- 3.6.4.** Somente serão considerados válidos os atendimentos solicitados pelo usuário por meio do uso de senha pessoal.
- 3.6.5.** A apuração dos serviços prestados deverá ser realizada através de sistema de pagamento eletrônico. A medição final será o resultado do valor total apurado.
- 3.6.6.** A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, ou mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de login e senha pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino.
- 3.6.7.** Os serviços serão medidos mensalmente, com base nos valores constantes do sistema de pagamento eletrônico, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados.
 - 3.6.7.1.** A cobrança de cada corrida dar-se-á pelo menor valor apurado entre (i) o valor apurado individualmente para cada trajeto, nos termos do item 3.6.1.1, e (ii) o valor fixado de remuneração do quilômetro rodado multiplicado pela distância do percurso, também em quilômetros.

3.7. Especificação dos Veículos a serem disponibilizados

- 3.7.1.** Os veículos de “uso comum” a serem utilizados na prestação dos serviços no geral deverão ter no máximo 8 (oito) anos de uso e possuir ar-condicionado;
- 3.7.2.** Os veículos de “representação” a serem utilizados na prestação dos serviços por determinados usuários predefinidos deverão ter no máximo de 8 (oito) anos de uso, possuir ar-condicionado e ABS, serem do tipo Sedan, SUV ou SW;
- 3.7.3.** Os veículos do tipo “ADAPTADO”, observado o quanto disposto no item 3.7.1, deverão permitir o embarque, a permanência e o desembarque do usuário com deficiência ou mobilidade reduzida, em sua própria cadeira de rodas, respeitadas as normas técnicas de segurança e conforto.

3.8. Valor dos Serviços de Gerenciamento de Chamada

- 3.8.1.** A estimativa de consumo/utilização para a prestação dos serviços mencionados nesse TR é de 2.000 (dois mil) quilômetros mensais para 120 (cento e vinte) colaboradores.
 - 3.8.1.1.** O desembolso mensal efetivo pela CONTRATANTE, ao longo do período de vigência contratual, pode ser diferente do disposto no item 3.8.1, não cabendo à CONTRATADA o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização, respeitando-se, ainda, o disposto em 3.6.1 e 3.6.7 e seus respectivos subitens.
- 3.8.2.** A CONTRATADA terá direito somente ao pagamento em contraprestação aos serviços efetivamente executados, o que será comprovado por meio dos relatórios de serviços encaminhados pela CONTRATADA e devidamente aprovados pela CONTRATANTE.

3.9. Das demais prestações e relatórios a entregar

- 3.9.1.** Os relatórios de gerenciamento deverão estar disponíveis todos os dias no sistema da CONTRATADA, 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive aos sábados,

domingos e feriados, permitindo a visualização e emissão de relatório com os dados das corridas, por meio de, no mínimo, os seguintes acessos:

3.9.1.1. Corridas e gastos por usuário/passageiro.

3.9.1.2. Corridas e gastos por centro de custos.

3.9.1.3. Corridas e gastos por período de tempo.

3.9.2. Sistema de gestão e controle de utilização via web, para acompanhamento de utilização dos gastos com serviço de transporte, com sistema de backup.

3.9.3. Mensalmente a CONTRATADA deverá entregar o relatório dos serviços prestados, o qual deverá ser validado pela CONTRATANTE, antes da emissão da NF.

3.9.4. O prazo para implementação e início da execução dos serviços contratados será de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da assinatura do contrato, devendo a CONTRATADA realizar treinamento do sistema a ser utilizado em até 02 (dois) dias úteis.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Prestação de serviços continuados pelo período de 12 (doze) meses.

5. LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O serviço deverá ser prestado em qualquer ponto da região da Grande São Paulo, obedecidos os critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 56.981, de 10 de maio de 2016 e demais legislações vigentes dos Municípios em que ocorrer a prestação do

serviço/trânsito do beneficiário do serviço, bem como na Política de Agenciamento de Transportes da Companhia.

6. INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1.** A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Início (OI) emitida pela CONTRATANTE, que poderá coincidir ou não com a assinatura do Contrato.
- 6.2.** O prazo para implantação e início da execução dos serviços contratados será de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato, nos seguintes termos:
- 6.2.1.** Para implantação e/ou acesso ao sistema: até 4 (quatro) dias úteis;
- 6.2.2.** Treinamento do sistema: até 02 (dois) dias úteis;
- 6.2.3.** Início da operação: até 02 (dois) dias úteis contado a partir da data de finalização da etapa de treinamento do sistema.
- 6.3.** A execução dos serviços será acompanhada pela CONTRATANTE durante toda a vigência contratual, estando sujeita à sua aprovação antes do faturamento.
- 6.4.** A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Início (OI) emitida pela CONTRATANTE, que poderá coincidir ou não com a assinatura do Contrato.
- 6.5.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE rescindir unilateralmente o Contrato e/ou aplicar as demais sanções previstas.

7. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 7.1.** A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar nem receber qualquer serviço prestado em desacordo com o previsto neste TR, na Proposta oferecida pela CONTRATADA, no Contrato e tampouco em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes, podendo rescindir a contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas, conforme a gravidade do caso.
- 7.2.** Os atestes provisório e definitivo serão feitos mensalmente pelo Fiscal e pelo Gestor do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal, a fim de que seja verificado se os serviços prestados durante o mês foram quantitativa e qualitativamente satisfatórios.
- 7.3.** Os atestes deverão ser feitos, por escrito e justificadamente, nos autos do processo administrativo de contratação/pagamento.
- 7.4.** Constatada qualquer inadequação, a CONTRATADA será comunicada, por escrito, pelo Gestor do Contrato, e terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para realizar os ajustes necessários e/ou apresentar explicações, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas e da possibilidade de rescisão contratual, a critério da CONTRATANTE.
- 7.5.** Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o prazo para os recebimentos provisório e definitivo será reiniciado, recontando-se novamente do ajuste no serviço ou da explicação apresentada pela CONTRATADA.
- 7.6.** Não havendo o recebimento definitivo, o que será justificado pelo Gestor do Contrato nos autos do processo administrativo de contratação/pagamento, será aplicada a correspondente sanção e o contrato poderá ser rescindido, mediante regular processo administrativo sancionatório, observado o contraditório e ampla defesa.
- 7.7.** Os recebimentos provisório e/ou definitivo dos serviços não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta prestação dos serviços contratado.
-

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1.** A licitante deverá indicar, em sua proposta, e-mail(s) oficial de comunicação, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pelo efetivo recebimento de todas as tratativas e demais documentos encaminhados para o endereço eletrônico indicado.
- 8.1.1.** O recibo de confirmação de recebimento do e-mail enviado pela CONTRATANTE para o e-mail indicado pela interessada, por si só, basta para caracterizar a efetiva ciência e comunicação.
- 8.1.2.** É dispensada, portanto, a assinatura de Ordens de Fornecimento ou de Início.
- 8.1.3.** A licitante se obriga a atualizar o e-mail oficial de comunicação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, sendo consideradas válidas, e efetivamente entregues, todas as comunicações e documentos enviados para o correio eletrônico indicado.
- 8.1.4.** As mesmas regras serão utilizadas para cartas e documentos físicos enviados ao endereço da sede indicado na proposta.
- 8.1.5.** O colaborador que receber o e-mail indicado ou a correspondência física enviada, presume-se autorizado pela interessada, não podendo esta alegar ausência de alçada, por exemplo.
- 8.2.** Além de toda documentação relativa à comprovação da regularidade fiscal, a licitante deverá apresentar documentação comprobatória que permita avaliar a sua capacitação técnico-operacional.
- 8.3.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não sendo, a CONTRATANTE, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.4.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade de todas as informações e de todos os documentos apresentados.
-

- 8.5.** A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, por despacho motivado, revogar por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anular por ilegalidade, no todo ou em parte este processo de contratação, sem que tenham, os interessados, direito a qualquer indenização, conforme art. 62 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 8.6.** A contratação será formalizada mediante Contrato assinado pelas partes, mediante as cláusulas constantes da Minuta Anexo XI.
- 8.7.** Fica, desde logo, eleito o Foro Cível da Comarca da Capital de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.
- 8.8.** Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas unicamente pelo endereço eletrônico compras@spparcerias.com.br.
- 8.9.** A apresentação de Proposta implica na aceitação tácita de todas as disposições contidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], propõe prestar os serviços objeto e, questão, nos seguintes preços e condições:

Validade mínima obrigatória de 60 (sessenta) dias.					
Item	Descrição	Quilometragem mensal estimada	Unidade	Valor do km rodado	Valor Mensal Estimado
1	Serviço de transporte de passageiro	2.000	km	R\$	R\$
				VALOR GLOBAL	R\$

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal
Cargo

OBS.: enviar junto com a proposta os anexos pertinentes e constantes do Edital devidamente preenchidos e assinados.

ANEXO III – MODELO DECLARAÇÕES DO PROPONENTE

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], propõe prestar os serviços objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que:

1. tem plenas condições de prestar os serviços, o objeto da presente contratação, nos exatos termos da especificação contida no Termo de Referência, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra, se necessária;
2. os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação;
3. cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
4. conhece, atende e se submete a todos os itens e condições do Edital e do Termo de Referência, bem como às disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002, dos Decretos Municipais nº 43.406/2003, nº 44.279/2003, nº 46.662/2005, nº 52.091/2011, nº 54.102/2013, nº 56.475/2015, nº 56.633/2015, das Leis Federais nº 10.520/2002, nº 12.846/2013, nº 13.303/2016 e nº 8.666/1993, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, regulada pelo Decreto Municipal nº 56.475/2015 e demais normas complementares que disciplinam a contratação e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente;

5. entrega a última versão/alteração do Contrato Social arquivado na Junta Comercial de seu Estado para conferência e garantia dos poderes de representação legal;
6. até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua contratação, inclusive condenação judicial, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar eventuais ocorrências posteriores;
7. não está incurso nas penas disciplinadas nos arts. 82 e 83 da Lei Federal nº 13.303/2016, bem assim no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, não tendo sido declarada inidônea, nem se encontrando suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
8. está em situação regular perante a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº 42.911/1998;
9. não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação previstas no item 2.2 deste Edital;
10. cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do art. 117 da Constituição Estadual; e
11. atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal
Cargo

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E
INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem como não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

[local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE
DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo],
DECLARA, sob as penas da lei, especialmente o art. 299 do Código Penal que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) a licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outra licitante ou interessada, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, à licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal da licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
 - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

[local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], propõe fornecer o objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que:

1. se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, tampouco fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação;
2. está ciente das penalidades que lhe poderão ser impostas, na hipótese de falsidade da presente declaração, previstas no Termo de Referência e/ou Contrato e na legislação criminal (art. 299 do Código Penal);
3. auferiu, no último ano-calendário, a receita bruta nos limites estipulados no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, anexando a esta declaração o documento comprobatório.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

OBS.: para fins de comprovação da receita bruta do último ano-calendário serão aceitos: a demonstração de resultado do exercício ou a declaração de faturamento assinada pelo contador e pelo representante legal da ME/EPP.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], propõe fornecer o objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que não se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte para fins do tratamento jurídico diferenciado previsto pela Lei Complementar Federal nº 123/2006.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO VIII – CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

(BALANÇO PATRIMONIAL)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

A situação econômico-financeira da empresa interessada será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame e do índice de Liquidez Corrente (ILC).

$$\begin{array}{lcl} \text{Índice de Liquidez Corrente} & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} & \geq 1,0 \\ \text{(LC):} & & \end{array}$$

Na hipótese de a empresa não ter o ILC igual ou maior que 1 (um), reserva-se a possibilidade de apresentar o seu patrimônio líquido no valor mínimo de 10% do valor da sua proposta.

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA –
ART. 34 DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.5 DO EDITAL.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], propõe fornecer o objeto em questão, DECLARANDO, sob as penas da lei, que

- a) o Estatuto Social da Cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
- b) a Cooperativa auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO X -MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [..], situada na [endereço completo], e-mail [..], telefone [..], por intermédio de seu representante legal, [NOME COMPLETO], [cargo], aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessada em função da execução do objeto do contrato 015/SPP/2021.

1. A expressão “informações restritas” abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, *pen drives*, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
2. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.

3. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.
4. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
5. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
6. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
7. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante.
8. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

[Local do estabelecimento], [data].

Nome do Representante Legal
Cargo

ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº 037/SPP/2022

EDITAL Nº 037/SPP/2022

TR Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI Nº 7310.2022/0000105-5

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL REMUNERADO DE PASSAGEIROS VIA APLICATIVO CUSTOMIZÁVEL WEB E MOBILE COM APOIO OPERACIONAL E TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO, DE HOSPEDAGEM DA INTERNET E DE CONTEÚDO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATANTE:SÃO PAULO PARCERIAS S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 11.702.587/0001-05, com sede na Rua Libero Badaró, 293, 25º andar, cj. 25C, Centro Histórico, São Paulo/SP, CEP 01009-907, neste ato representada por seus Diretores que ao final subscrevem nos termos do Estatuto Social, adiante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: [RAZÃO SOCIAL], inscrita no CNPJ sob o nº [.] , estabelecida na [endereço completo], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], [cargo], doravante denominada **CONTRATADA**.

Tendo em vista o que consta no Processo nº 7310.2022/0000105-5, as partes, de boa-fé, celebram o presente Contrato, com fulcro no art. 68 e seguintes da Lei Federal nº 13.303/2016, combinada com as disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002 e seu decreto regulamentador – Decreto Municipal nº 44.279/2003, em conformidade com o Edital nº 037/SPP/2022 e seus Anexos, parte integrante deste instrumento, e as cláusulas que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses, conforme as especificações constantes do Termo de Referência parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

- 2.1.** A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados de [data] a [data], podendo ser prorrogado, nos termos do art. 46 do Decreto Municipal nº 44.279/2003 e do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 2.2.** Observadas às exigências contidas nos incisos I e II do art. 46 do Decreto Municipal nº 44.279/2003, o ajuste poderá ser prorrogado, mediante deliberação da Diretoria da CONTRATANTE.

- 2.3.** Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato, por escrito, à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de multa por descumprimento de dever contratual.
- 2.4.** A não prorrogação do prazo de vigência, por conveniência da CONTRATANTE, não gerará à CONTRATADA o direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1.** A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a prestação dos serviços imediatamente após o recebimento da Ordem de Início (OI) emitida pela CONTRATANTE, que poderá coincidir ou não com a assinatura deste Contrato.
- 3.2.** O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE rescindir unilateralmente o Contrato e/ou aplicar as demais sanções previstas.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

- 4.1.** Os valores mensal e global estimados do presente Contrato são de, respectivamente, R\$ [.] e R\$ [.] , sendo o valor do quilômetro rodado de R\$ [.] .
- 4.2.** Os valores efetivamente desembolsados pela CONTRATANTE, ao final do prazo de vigência contratual, podem diferir dos estimados no item 4.1.
- 4.3.** Tal valor remunera todas e quaisquer despesas necessárias à execução do Contrato, incluindo custos com materiais, mão de obra, seguros, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à prestação objeto do presente Instrumento, constituindo a única e completa contraprestação pelo seu adequado e

perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra é devida, além do previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.1.** O pagamento será mensal e será realizado em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da Nota Fiscal, condicionado ao ateste, pelo Fiscal do Contrato, do cumprimento com as obrigações contratuais assumidas.
- 5.2.** A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA no último dia útil do período de referência.
- 5.3.** São também condições para o pagamento:
- 5.3.1.** A ausência de registro no CADIN Municipal.
- 5.4.** Caso haja faturamento em desacordo com as disposições previstas neste Termo de Referência, na Proposta, no Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.
- 5.4.1.** A CONTRATANTE comunicará, por escrito, à CONTRATADA, o motivo da não aprovação da Nota Fiscal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta.
- 5.4.2.** A devolução da Nota Fiscal, devidamente regularizada pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em até 2 (dois) dias úteis da data da comunicação formal pela CONTRATANTE.
- 5.4.3.** A CONTRATADA é responsável pela correção dos dados no prazo acima estipulado, que poderá ser prorrogado por até 2 (duas) vezes, a critério da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais sanções previstas.

- 5.4.4.** A fluência do prazo de 30 (trinta) dias para pagamento será interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que a regularização for cumprida, não configurando atraso no pagamento.
- 5.5.** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA do cumprimento de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 5.6.** O pagamento antecipado é vedado.
- 5.7.** A CONTRATANTE poderá efetuar descontos nas faturas devidas e/ou na garantia prestada pela CONTRATADA relativos às penalidades aplicadas, bem como aos prejuízos eventualmente sofridos.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

- 6.1.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da vigência do Contrato, a CONTRATADA fará jus ao reajuste do valor contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, no período, ou outro índice que vier a substituí-lo, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 57.580/2017 e nos termos da Portaria SF nº 389/2017, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.
- 6.2.** A data-base e a periodicidade seguirão o disposto no Decreto Municipal nº 48.971/2007.
- 6.3.** Fica vedado novo reajuste pelo prazo de 01 (um) ano, bem como qualquer atualização financeira.
- 6.4.** Não haverá atualização financeira.
- 6.5.** A aplicação de novos reajustes deverá considerar a data e os valores do reajuste anterior, restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

- 6.6.** As condições de reajustamento pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.
- 6.7.** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012.
- 6.8.** Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 7.1.** Para a execução deste Contrato será prestada garantia no valor de R\$ [..], correspondente ao importe de 5% (cinco inteiros por cento) do valor contratual, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- 7.2.** Optando, a CONTRATADA, pelas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, estas deverão ter validade de, pelo menos, 60 (sessenta) dias após o vencimento do Contrato.
- 7.3.** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o Contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma que corresponda sempre à mesma percentagem estabelecida.
- 7.4.** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação de multa no montante de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, além da possibilidade de rescisão a critério da CONTRATANTE.

- 7.5. A garantia poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do Contrato e/ou de multas aplicadas à empresa CONTRATADA.
- 7.6. A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente se prestada na modalidade caução em dinheiro.
- 7.7. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da CONTRATADA, respeitadas as modalidades referidas no art. 70, §1º da Lei Federal nº 13.303/2016.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Entregar os produtos e prestar os serviços objeto deste Contrato dentro dos prazos estabelecidos.
- 8.2. Garantir a boa qualidade dos materiais utilizados e o perfeito funcionamento dos mesmos, obedecidos os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, em conformidade com as normas técnicas relacionadas.
- 8.3. Executar todos os serviços de acordo com a boa técnica, a fim de garantir uma execução satisfatória, desenvolvida com segurança e qualidade, dentro das especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos, na Proposta, neste Contrato e nas demais normas de segurança.
- 8.4. Garantir que todos os trabalhadores, designados para a prestação dos serviços objeto do presente Termo de Referência, tenham a qualificação técnica e os conhecimentos necessários.
- 8.5. Prestar a garantia exigida no Termo de Referência e neste Contrato.
- 8.6. Prestar assistência técnica nos moldes e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se pelos equipamentos, pessoal e materiais utilizados.

- 8.7.** Não empregar acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato, em hipóteses alguma, ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título.
- 8.8.** Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos padrões estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos, na Proposta e neste Contrato.
- 8.9.** Aceitar, por parte da CONTRATANTE, em todos os aspectos, a fiscalização do contrato e permitir o amplo acompanhamento da prestação dos serviços pelo Gestor do Contrato.
- 8.10.** Corrigir, às suas expensas, eventuais vícios que se verificarem ao longo da execução do contrato, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização realizada pela CONTRATANTE.
- 8.11.** Designar um Preposto, que ficará responsável pelas tratativas com a CONTRATANTE, a fim de que sejam tomadas todas as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento do contrato e para a solução de eventuais falhas detectadas.
- 8.12.** Emitir a correspondente Nota Fiscal no último dia útil do período de referência e apresentar a documentação para possibilitar o devido pagamento.
- 8.13.** Manter sempre atualizados, os seus dados cadastrais, principalmente o seu endereço e e-mail e informar à CONTRATANTE qualquer alteração, inclusive na sua constituição social.
- 8.13.1.** A CONTRATADA responsabiliza-se, única e exclusivamente, pelo efetivo recebimento de todas as tratativas e demais documentos encaminhados para o endereço indicado.
- 8.13.2.** O recibo de confirmação de recebimento do e-mail enviado pela CONTRATANTE para o e-mail indicado pela CONTRATADA, por si só, basta para caracterizar a efetiva ciência e comunicação.
- 8.13.3.** É dispensada, portanto, a assinatura de Ordens de Serviço ou de Fornecimento, bastando o recibo eletrônico de confirmação de recebimento.
-

- 8.13.4.** A CONTRATADA se obriga a atualizar o e-mail oficial de comunicação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, sendo consideradas válidas, e efetivamente entregues, todas as comunicações e documentos enviados para o correio eletrônico indicado.
- 8.13.5.** As mesmas regras serão utilizadas para cartas e documentos físicos enviados ao endereço da sede indicado.
- 8.13.6.** O colaborador que receber o e-mail indicado ou a correspondência física enviada, presume-se autorizado pela CONTRATADA, não podendo esta alegar ausência de alçada, por exemplo.
- 8.14.** Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso no desempenho das atividades objeto da presente contratação, mesmo após o término do contrato, sob pena de imediata rescisão contratual e sujeição à responsabilização civil, administrativa e criminal, observados os efeitos prospectivos dos prejuízos a que der causa.
- 8.15.** Realizar o tratamento seguro e adequado dos dados pessoais a que tiver acesso, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e demais disposições aplicáveis, utilizando-os exclusivamente para as finalidades legítimas relacionadas a esta contratação e ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- 8.15.1.** No caso de qualquer acesso não autorizado, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, a CONTRATADA se obriga a notificar prontamente a CONTRATANTE e a cooperar com os pedidos razoáveis para investigar e remediar esses incidentes e fornecer resposta e soluções adequadas, arcando com todos os custos decorrentes de sua negligência.
- 8.15.2.** A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE e demais envolvidos, incluindo, mas não se limitando a, seus diretores, acionistas, colaboradores e prestadores de serviço, de quaisquer reivindicações, exigências, despesas, danos, perdas, custos, taxas ou penalidades decorrentes do descumprimento da
-

obrigação de proteção de dados, observados os efeitos prospectivos dos prejuízos a que dera causa.

8.16. Manter conduta condigna com o Código de Conduta e Integridade da CONTRATANTE, disponível em sua página de Transparência (<http://www.spparcerias.com.br/sites/default/files/2020-07/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20e%20Integridade%20-%203ed-jul2020-48RD-130RCA.pdf>), de modo a refletir o comportamento ético junto a seus fornecedores, empregados, prestadores de serviço e demais parceiros de negócio.

8.16.1. A ciência por parte da CONTRATANTE de envolvimento da CONTRATADA em atos de suborno ou corrupção, ou em qualquer outro tipo de ato que afronte a integridade, levará ao encaminhamento da questão ao Comitê de Ética e Conduta da São Paulo Parcerias para apuração e adoção das medidas necessárias.

8.17. Não ceder ou transferir o objeto deste Contrato a terceiros, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão contratual.

8.18. Não subcontratar o objeto a terceiros sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de imediata rescisão contratual. Em qualquer caso, é vedada a subcontratação total do objeto.

8.18.1. Caso haja a subcontratação parcial do objeto, devidamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA permanecerá responsável pela perfeita execução deste Contrato, cabendo-lhe coordenar e supervisionar a execução realizada pela SUBCONTRATADA, respondendo perante à CONTRATANTE, inclusive no que tange ao compromisso com o comportamento ético, de combate à corrupção, suborno, fraude e demais ilícitos.

8.19. Cumprir, durante toda a execução deste Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, convencionando-se desde já, que a CONTRATANTE

poderá descontar de qualquer crédito seu e/ou da garantia prestada, a importância correspondente a eventuais pagamentos que vier a arcar por imposição legal e que sejam de sua responsabilidade.

- 8.20.** Observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade relacionada ao objeto deste Contrato.
- 8.21.** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 8.22.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus agentes, empregados, prepostos ou encarregados, direta ou indiretamente à CONTRATANTE, aos seus colaboradores, ao seu patrimônio ou a terceiros, produzidos em decorrência da prestação dos serviços ou da omissão em executá-los, seja dolosa ou culposamente, procedendo de imediato aos reparos e/ou indenizações cabíveis, resguardando-se, à CONTRATANTE, o direito de regresso na hipótese de ser compelida a responder por tais danos.
- 8.23.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência e seus Anexos, na Proposta e neste Contrato, bem como as obrigações legais e normativas decorrentes da prestação dos seus serviços.
- 8.24.** A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.25.** Nenhuma irregularidade praticada pela CONTRATADA implicará em corresponsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto deste Contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

- 9.2. Permitir e facilitar o acesso da CONTRATADA aos locais de prestação dos serviços, respeitadas as normas que disciplinam a segurança das pessoas e do patrimônio público.
- 9.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução deste Contrato.
- 9.4. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas na execução deste Contrato.
- 9.5. Atestar, por intermédio do Fiscal do Contrato, o cumprimento ou descumprimento de todas as obrigações necessárias à prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, com vistas à efetivação do pagamento.
- 9.6. Efetuar o pagamento na forma neste Contrato.
- 9.7. Aplicar as penalidades previstas na lei, no Termo de Referência e neste Contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas.
- 9.8. Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência e seus Anexos e neste Contrato, bem como as obrigações legais e normativas atinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. Serão designados, formalmente pela CONTRATANTE, um Gestor e um Fiscal para acompanhar e fiscalizar a perfeita entrega do objeto, permitida a assistência de terceiros.
- 10.2. A gestão e a fiscalização realizadas pela CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade na prestação dos serviços.
- 10.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não exime a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos e/ou serviços que são de sua competência.

- 10.4.** Todas as ocorrências relativas ao Contrato e à sua execução deverão ser registradas nos autos do processo administrativo da contratação e/ou sancionatório, conforme for o caso, pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, determinando, sempre que necessário e conveniente, as devidas providências que visem ao pronto saneamento de quaisquer irregularidades, desvios e/ou deficiências detectadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

- 11.1.** Com fundamento nos arts. 82 a 84 da Lei Federal nº 13.303/2016, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA e observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/2003, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

- 11.2.** A Advertência será aplicada por descumprimento de qualquer obrigação para a qual não haja penalidade específica. Na reincidência será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato.

- 11.3.** A aplicação das sanções será previamente comunicada por escrito à CONTRATADA, que poderá usufruir do seu direito de resposta e ampla defesa.

- 11.4.** Na aplicação das sanções, será levada em consideração a gravidade da conduta, o caráter educativo, bem como o dano causado à CONTRATANTE.

- 11.5.** As sanções previstas no Termo de Referência e neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis.
- 11.6.** Das decisões sobre aplicação de penalidades, caberá recurso nos termos do Decreto Municipal nº 44.279/2003, observados os prazos fixados, bem como as determinações da legislação correspondente em vigor.
- 11.7.** As multas serão aplicadas conforme as alíquotas a seguir discriminadas e quando ocorrerem as hipóteses de:
- 11.7.1.** ATRASO INJUSTIFICADO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso injustificado, limitada a 10 (dez) dias. No caso de o atraso injustificado perdurar por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida a rescisão contratual, a critério exclusivo da CONTRATANTE e aplicada, concomitantemente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato. Além disso, poderá ser aplicada, a critério da CONTRATANTE, a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a mesma pelo prazo máximo de 2 (dois)anos;
- 11.7.2.** INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO: 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela não executada ou executada em desacordo com as especificações técnicas. Além da multa, poderá ser aplicada também, a critério da CONTRATANTE, a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a mesma, pelo prazo máximo de 2 (dois)anos;
- 11.7.3.** INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO: 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato. Além da multa, poderá ser aplicada também, a critério da CONTRATANTE, a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a mesma, pelo prazo máximo de 2 (dois)anos;

- 11.7.4.** MÁ QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal referente ao serviço a ser apenado. Se a contratação não for de trato sucessivo, a alíquota incidirá sobre o montante total.
- 11.7.5.** RESCISÃO POR BAIXA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 20% (vinte por cento) sobre o valor restante do Contrato; e
- 11.7.6.** NÃO ENTREGA E/OU ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO FALSA; COMPORTAMENTO INIDÔNICO; DECLARAÇÃO FALSA; FRAUDE FISCAL: 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato e pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.
- 11.8.** O prazo para pagamento da multa será de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação da CONTRATADA.
- 11.9.** A multa aplicada poderá ser descontada das faturas devidas e/ou da garantia prestada pela CONTRATADA, a critério da CONTRATANTE.
- 11.10.** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 11.11.** Não havendo pagamento pela CONTRATADA, o valor será inscrito no CADIN Municipal nos termos da Lei Municipal nº 14.094/2005 e do Decreto Municipal nº 47.096/2006, bem como na dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo, nos termos da Lei.
- 11.12.** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- 11.12.1.** Prova da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação, anexada aos autos do processo administrativo desta contratação; e/ou

11.12.2. Manifestação do Gestor do Contrato, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à CONTRATANTE.

11.13. Caso a CONTRATANTE releve, justificadamente, a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições do Termo de Referência e deste Contrato.

11.14. São aplicáveis, no que cabível for, também, as sanções estabelecidas na legislação vigente aplicável ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato será regido pela Lei Federal nº 13.303/2016 combinada com a Lei Municipal nº 13.278/2002 e o Decreto Municipal nº 44.279/2003, bem como pelo Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Parcerias e demais normas aplicáveis à espécie, além de se vincular a este Contrato, ao Termo de Referência, à Proposta oferecida pela CONTRATADA e à Matriz de Riscos.

12.2. O Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016, mediante anuência das partes.

12.3. Poderá ser alterado o quantitativo/qualitativo do objeto, pela CONTRATANTE, sem que isso implique em alteração das condições contratuais e/ou dos preços ofertados.

12.3.1. Os acréscimos ou supressões poderão se dar até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do §1º do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/16.

12.3.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder tais limites estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

- 12.4.** Poderão levar à rescisão do Contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial, os seguintes motivos:
- 12.4.1.** atraso injustificado no início da prestação dos serviços;
 - 12.4.2.** inexecução total ou parcial do Contrato;
 - 12.4.3.** não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, suas especificações e/ou seus prazos;
 - 12.4.4.** lentidão e desídia na prestação dos serviços;
 - 12.4.5.** subcontratação total ou parcial do objeto, ressalvada a subcontratação parcial autorizada pela CONTRATANTE;
 - 12.4.6.** desatendimento das orientações dadas pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato;
 - 12.4.7.** cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato;
 - 12.4.8.** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
 - 12.4.9.** dissolução da CONTRATADA;
 - 12.4.10.** decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
 - 12.4.11.** razões de interesse público, justificadas pela CONTRATANTE;
 - 12.4.12.** aplicação à CONTRATADA da pena de declaração de inidoneidade ou da suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo;
 - 12.4.13.** ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados e impeditivos da execução do Contrato.

- 12.5.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo correspondente à contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

- 13.1.** Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal, de suborno ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no art. 3º, § 1º-A do Decreto Municipal nº 44.279/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MATRIZ DE RISCO

- 14.1.** Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na TABELA MATRIZ DE RISCOS (Subcláusula 14.9 abaixo, a CONTRATADA deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, informar à CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:
- 14.1.1.** detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
 - 14.1.2.** as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
 - 14.1.3.** as medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

14.9. TABELA MATRIZ DE RISCO:

TIPO DE RISCO	MOTIVO	RESPONSABILIDADE	AÇÕES PARA MITIGAÇÃO DO RISCO
Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Responsabilização sem culpa da CONTRATANTE por recolhimento indevido, em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda por ausência de recolhimento devido.	CONTRATADA	Recolher todos os tributos devidos e quitar todos os débitos fiscais decorrentes da atividade, sob pena de ressarcimento da quantia despendida pela CONTRATANTE (ou retenção de pagamento e compensação com valores eventualmente devidos por esta).
Retrabalho, correção ou complementação do objeto a pedido da CONTRATANTE.	Execução do objeto em desacordo com o Termo de Referência ou com necessidade de complementação, a pedido da CONTRATANTE.	CONTRATADA	Possuir, em seu quadro, pessoal qualificado. Observar as especificações e as exigências do Termo de Referência.
Atraso na execução do objeto.	Aumento do custo do serviço.	CONTRATADA	Ser diligente na execução contratual.
Alteração do enquadramento tributário.	Aumento ou diminuição do lucro da CONTRATADA.	CONTRATADA	Manter planejamento tributário.
Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que façam parte do risco ordinário da atividade empresarial da CONTRATADA.	Aumento do custo do serviço.	CONTRATADA	Manter planejamento empresarial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. As partes poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do art. 81, inciso VI e § 6º da Lei nº 13.303/2016, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos na planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

15.1.1. Eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro não terão efeito suspensivo, devendo a CONTRATADA continuar a prestar o serviço nas condições previstas contratualmente até decisão da CONTRATANTE que decida sobre o seu mérito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, AO TERMO DE REFERÊNCIA E À PROPOSTA

16.1. Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e a Proposta oferecida pela CONTRATADA, devendo, o serviço, ser prestado de acordo com as especificações respectivas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

17.1. As despesas relacionadas a esta contratação serão suportadas pelas verbas alocadas na rubrica “DESPESAS ADMINISTRATIVAS” do orçamento 2022 e 2023 da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra, devendo indenizar todos os eventuais custos e despesas financeiras que venham a ser suportados pela CONTRATANTE, por força de decisão judicial que aponte a existência de vínculo empregatício.

- 18.2.** Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
- 18.3.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 18.4.** Na eventual necessidade de se realizar uma transição contratual, deverá ser observado um período de adaptação dos procedimentos e rotinas, a fim de que a execução, a gestão e a fiscalização do Contrato permaneçam ocorrendo de forma plena e satisfatória, sem interrupção da prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA–DO FORO

- 19.1.** As Partes elegem o Foro Cível da Comarca de São Paulo, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam para dirimir as questões que possam surgir relativas ao presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DA PUBLICAÇÃO

- 20.1.** A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Município, dentro de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura.

E por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, [data].

CONTRATANTE

NOME COMPLETO

Diretor

NOME COMPLETO

Diretor

CONTRATADA

NOME COMPLETO

[Cargo]

TESTEMUNHAS

Nome

RG [.]

Nome

RG [.]



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 037/SPP/2022

PROCESSO SEI nº 7310.2022/0000105-5

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação, de hospedagem da internet e de conteúdo pelo período de 12 (doze) meses

ASSOCIAÇÃO DOS TAXISTAS PRIME, inscrita no CNPJ sob o nº 02.242.714/0001-31, situada na Rua Baronesa de Vela Vista, 108 – Vila Congonhas, São Paulo/SP, e-mail comercial@fujitaxi.com.br, telefone 11 5077.6707, por intermédio de seu representante legal, RODRIGO ALBERTO ROMERO, Presidente, propõe prestar os serviços objeto e, questão, nos seguintes preços e condições:

Validade mínima obrigatória 60 (sessenta) dias					
Item	Descrição	Quilometragem mensal estimada	Unidade	Valor do Km Rodado	Valor Mensal Estimado
1	Serviço de transporte de passageiro	2.000	Km	R\$ 4,30	R\$ 8.600,00
				Valor Global	R\$ 103.200,00

São Paulo/SP, 16 de setembro de 2022.



RODRIGO ALBERTO ROMERO
Presidente

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90007/2024 UASG: 290002 – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO Processo Administrativo nº 08038.011411/2023-18				
OBJETO	Contratação, para o período de 12 (doze) meses, de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender às necessidades da DPU em âmbito nacional			
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 5.545.920,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte reais)			
VALOR MENSAL ESTIMADO	R\$ 462.160,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta reais)			
REGISTRO DE PREÇOS?	Exclusiva ME/EPP?	Demonstração de amostra?	Instrumento contratual	Legislação
Sim	Não	Não	Termo de Contrato	Lei nº 14.133/2021
DATA DE ABERTURA	DIA 05/03/2024, às 10:00h, no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br . Todas as referências de tempo contidas neste Edital observarão o horário de Brasília-DF.			
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	Todos os pedidos de esclarecimentos e impugnações devem ser encaminhados, exclusivamente, via eletrônica para o e-mail: licitacao@dpu.def.br , no prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão pública.			
OBSERVAÇÕES	Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Defensoria Pública da União endereço www.gov.br/compras/pt-br selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG “290002”. O Edital está disponível para download nos endereços www.gov.br/compras/pt-br e www.dpu.def.br (Transparência e Prestação de Contas > Licitações e Contratos > Licitações em andamento).			



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024
(Processo Administrativo nº 08038.011411/2023-18)

PREÂMBULO

A UNIÃO, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, situada no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura, Bairro: Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70040-908, inscrita no CNPJ sob n.º 00.375.114/0001-16, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 35, de 14 de fevereiro de 2023, publicada no Boletim Eletrônico Interno da DPU – BEIDPU em 15 de fevereiro de 2023, Edição nº 34, torna público por meio da Coordenação de Licitação (CLIC) que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global por item, nos termos do Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015, do Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000, do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, do Decreto n.º 9.507, de 21/09/2018, da Instrução Normativa n.º 05, de 26/05/2017 - SEGES/MPOG, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, bem como as alterações constantes na Lei Complementar n.º 147/2014 e pela Lei Complementar n.º 155/2016, e subsidiariamente, das normas atualizadas da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto 11.462 de 31/03/2023 que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2023, nas condições estabelecidas neste Edital e Anexos, e em conformidade com a autorização contida no Processo n.º 08038.011411/2023-18, em local, data e hora especificados no quadro abaixo.

PROCESSO Nº 08038.011411/2023-18

UASG 290002

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO

Data: 05/03/2024

PREGÃO 90007/2024

Horário: 10:00 horas (horário de Brasília -DF)

Endereço: <http://www.gov.br/compras>

Formalização de consultas e retirada do edital: www.dpu.def.br

E-mail: licitacao@dpu.def.br

ÍNDICE

SEÇÃO	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DO REGISTRO DE PREÇOS
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS
5	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7	DA FASE DE JULGAMENTO
8	DA FASE DE HABILITAÇÃO
9	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11	DOS RECURSOS
12	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

Anexo I do Edital: Termo de Referência

Apêndice “A”: Requisitos da Solução Tecnológica

Apêndice “B”: Funcionalidades da Aplicação *WEB*

Apêndice “C”: Funcionalidades do aplicativo *mobile*

Apêndice “D”: Instrumento de medição de resultado – IMR

Apêndice “E”: Prova de conceito - PoC

Apêndice “F”: Relatórios *WEB*

Apêndice “G”: Relatórios de faturamento

Anexo II do Edital: Estudo Técnico Preliminar

Anexo III do Edital: Ata de Registro de Preço

Anexo IV do Edital: Minuta de Contrato

Anexo V do Edital: Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos de Habilitação

Anexo VI do Edital: Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo VII do Edital: Declaração de Concordância com as Normas do Edital

Anexo VIII do Edital: Termo de Opção e Declaração Para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123, de 14 dezembro de 2006)

Anexo IX do Edital: Modelo de Proposta

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência, tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender as necessidades de deslocamento em serviço por servidores e defensores da DPU em âmbito nacional, por demanda, via Sistema de Registro de Preços na modalidade pregão eletrônico, conforme quantitativo, condições e especificações prevista abaixo:

GRUPO ÚNICO	ITEM	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	FRANQUIA ANUAL ESTIMADA EM KM
	NORTE			
	1	RIO BRANCO/AC	1.500	18.000
	2	MACAPÁ/AP	1.500	18.000
	3	MANAUS/AM	2.000	24.000
	4	ALTAMIRA/PA	1.500	18.000
	5	SANTARÉM/PA	1.500	18.000
	6	BELÉM/PA	1.500	18.000
	7	PORTO VELHO/RO	1.500	18000
	8	PALMAS/TO	1.500	18.000
	9	BOA VISTA/RR	1.500	18.000
	NORDESTE			
	10	SALVADOR/BA	1.500	18.000
	11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	18.000
	12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	18.000
	13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	18.000
	14	RECIFE/PE	2.000	24.000
	15	CARUARU/PE	1.500	18.000
	16	FORTALEZA/CE	1.500	18.000
	17	SOBRAL/CE	1.500	18.000
	18	TERESINA/PI	1.500	18.000
	19	NATAL/RN	1.500	18.000
	20	MOSSORÓ/RN	1.500	18.000
	21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	18.000
	22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	18.000

	23	SÃO LUÍS/MA	1.500	18.000
	24	ARACAJU/SE	1.500	18.000
	25	MACEIÓ/AL	1.500	18.000
	26	ARAPIRACA/AL	1.500	18.000
	CENTRO-OESTE			
	27	BRASÍLIA/DF	2.000	24.000
	28	GOIÂNIA/GO	1.500	18.000
	29	CUIABÁ/MT	1.500	18.000
	30	CÁRCERES/MT	1.500	18.000
	31	RONDONÓPOLIS/MT	1.500	18.000
	32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	18.000
	33	DOURADOS/MS	1.500	18.000
	SUDESTE			
	34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	18.000
	35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	18.000
	36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	18.000
	37	MONTES CLAROS/MG	1.500	18.000
	38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	18.000
	39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	18.000
	40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	18.000
	41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	18.000
	42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	18.000
	43	VITÓRIA/ES	1.500	18.000
	44	LINHARES/ES	1.500	18.000
	45	SÃO PAULO/SP	2.000	24.000
	46	ABC PAULISTA/SP	1.500	18.000
	47	CAMPINAS/SP	1.500	18.000
	48	GUARULHOS/SP	1.500	18.000
	49	JALES/SP	1.500	18.000
	50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	18.000
	51	OSASCO/SP	1.500	18.000
	52	REGISTRO/SP	1.500	18.000
	53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	18.000
	54	SANTOS SÃO VICENTE/SP	1.500	18.000
	55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	18.000

	56	SOROCABA/SP	1.500	18.000
	SUL			
	57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	24.000
	58	CANOAS/RS	1.500	18.000
	59	BAGÉ/RS	1.500	18.000
	60	PELOTAS/RS	1.500	18.000
	61	RIO GRANDE/RS	1.500	18.000
	62	SANTA MARIA/RS	1.500	18.000
	63	URUGUAIANA/RS	1.500	18.000
	64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	18.000
	65	CRICIÚMA/SC	1.500	18.000
	66	JOINVILLE/SC	1.500	18.000
	67	CURITIBA/PR	1.500	18.000
	68	CASCADEL/PR	1.500	18.000
	69	LONDRINA/PR	1.500	18.000
	70	UMUARAMA/PR	1.500	18.000
	71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	18.000

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço ou maior desconto sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado, e poderá ser adotado **o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo** quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, nos termos do art. 11 e art. 12 do Decreto 11.462 de 31/03/2023.

1.3. Os serviços serão executados nas unidades da Defensoria Pública da União, conforme item 6.1 do Termo de referência.

1.4. A ata de registro de preço terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, com base no art. 84 da lei 14.133/2021.

1.5. Em caso de divergência, prevalecem as diretrizes que constam neste Edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras

do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá

participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos

estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1. A licitante enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do Artigo 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei, bem como às alterações constantes na Lei Complementar nº 147/2014 e na Lei Complementar nº 155/2016.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, e este terá o prazo de 5 (cinco) minutos para encaminhar suas respostas.

6.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.1. Na formulação de lances, deverá usar como referência o quilômetro rodado;

6.2.2. Os lances poderão ser de valores distintos para cada item pertencente ao grupo, tendo em vista as características individuais de cada região administrativa ao longo do território nacional, não podendo ultrapassar o valor estimado para cada item da contratação.

6.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, ou seja, à proposta vencedora, desclassificando desde logo aquelas que:

I. Contiverem vícios insanáveis;

II. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital, desde que insanável.

6.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

6.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.8.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o inciso I do art. 56, da Lei nº 14.133/2021.

6.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.13. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

6.13.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço ou maior desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.26. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.27. Será utilizado como critério de desempate neste processo licitatório o desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nos termos do disposto no Decreto nº 11.430 de 8 de março de 2023.

6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.28.1. Prestados por empresas brasileiras;

6.28.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28.3. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.29. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e à habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº 10.024, de 2019.

8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir:

8.8.1. Relativos à Habilitação Jurídica

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI ou Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- e) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários

federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8.3. Relativos a Qualificação Econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
 - a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.2) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.8.4. Documentação Complementar: Declarações Eletrônicas, Por Meio Do Portal Compras governamentais:

a) Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes: de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório para aquela empresa que se encontra cadastrada no SICAF ou que possua CRC, anexo deste Edital.

b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, anexo deste Edital.

8.9. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

8.10. No caso de inabilitação, o pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a

critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do procedimento.

8.14. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, bem como as alterações constantes na Lei Complementar nº 147/2014, bem como pela Lei Complementar nº 155/2016, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

8.15.1. Os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação ou processo de contratação direta avaliarão os argumentos de defesa e realizarão as diligências necessárias para a prova dos fatos, tais como:

- a) apurar as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada;
- b) a atividade econômica desenvolvida pelas empresas;
- c) a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes/administradores, e
- d) compartilhamento de estrutura física ou de pessoal, dentre outras.

8.16. Todas as diligências poderão ser realizadas via endereço eletrônico licitacao@dpu.def.br, por meio de mensagens enviadas para o e-mail da licitante constante da proposta ou do SICAF, de acordo com o art. 43 da Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022.

8.17. Em momento posterior durante a sessão do pregão, será solicitado ao licitante diligenciado que anexe ao sistema todos os documentos solicitados durante essas diligências, bem como, sua proposta final e planilha corrigidas.

8.18. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.19. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Durante o julgamento dos recursos, os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados, em dias úteis, no horário das 9h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, na Defensoria Pública Geral da União, com sede no Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70.040-908;

11.10.1. Os interessados poderão solicitar vistas aos autos do procedimento licitatório, por meio do endereço eletrônico: licitacao@dpu.def.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e



12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e

12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação será realizada exclusivamente por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@dpu.def.br.

13.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada (abertura ou reabertura), a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

14.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação pela DPU.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. Qualquer modificação neste Edital e Anexos será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

14.12. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar desde a realização da sessão pública.

14.13. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

14.14. Os Foros para dirimirem possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório serão processadas e julgadas no foro da Justiça Federal em Brasília/DF.

14.15. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Brasília, XX de xxxxxxxx de 2024.

Pregoeiro/ DPGU

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 08038.011411/2023-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender as necessidades de deslocamento em serviço dos servidores e defensores da DPU em âmbito nacional, por demanda, conforme especificações e quantitativo estabelecidos neste Termo de Referência.

1.2. O quantitativo da licitação e especificação do objeto estão previstos abaixo:

GRUPO ÚNICO	ITEM	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	FRANQUIA ANUAL ESTIMADA EM KM
	NORTE			
	1	RIO BRANCO/AC	1.500	18.000
	2	MACAPÁ/AP	1.500	18.000
	3	MANAUS/AM	2.000	24.000
	4	ALTAMIRA/PA	1.500	18.000
	5	SANTARÉM/PA	1.500	18.000
	6	BELÉM/PA	1.500	18.000
	7	PORTO VELHO/RO	1.500	18.000
	8	PALMAS/TO	1.500	18.000
	9	BOA VISTA/RR	1.500	18.000
	NORDESTE			
	10	SALVADOR/BA	1.500	18.000
	11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	18.000
	12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	18.000
	13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	18.000
	14	RECIFE/PE	2.000	24.000
	15	CARUARU/PE	1.500	18.000
	16	FORTALEZA/CE	1.500	18.000
	17	SOBRAL/CE	1.500	18.000
	18	TERESINA/PI	1.500	18.000

	19	NATAL/RN	1.500	18.000
	20	MOSSORÓ/RN	1.500	18.000
	21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	18.000
	22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	18.000
	23	SÃO LUÍS/MA	1.500	18.000
	24	ARACAJU/SE	1.500	18.000
	25	MACEIÓ/AL	1.500	18.000
	26	ARAPIRACA/AL	1.500	18.000
	CENTRO-OESTE			
	27	BRASÍLIA/DF	2.000	24.000
	28	GOIÂNIA/GO	1.500	18.000
	29	CUIABÁ/MT	1.500	18.000
	30	CÁRCERES/MT	1.500	18.000
	31	RONDONÓPOLIS/MT	1.500	18.000
	32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	18.000
	33	DOURADOS/MS	1.500	18.000
	SUDESTE			
	34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	18.000
	35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	18.000
	36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	18.000
	37	MONTES CLAROS/MG	1.500	18.000
	38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	18.000
	39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	18.000
	40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	18.000
	41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	18.000
	42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	18.000
	43	VITÓRIA/ES	1.500	18.000
	44	LINHARES/ES	1.500	18.000
	45	SÃO PAULO/SP	2.000	24.000
	46	ABC PAULISTA/SP	1.500	18.000
	47	CAMPINAS/SP	1.500	18.000
	48	GUARULHOS/SP	1.500	18.000
	49	JALES/SP	1.500	18.000
	50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	18.000
	51	OSASCO/SP	1.500	18.000
	52	REGISTRO/SP	1.500	18.000

	53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	18.000
	54	SANTOS SÃO VICENTE/SP	1.500	18.000
	55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	18.000
	56	SOROCABA/SP	1.500	18.000
	SUL			
	57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	24.000
	58	CANOAS/RS	1.500	18.000
	59	BAGÉ/RS	1.500	18.000
	60	PELOTAS/RS	1.500	18.000
	61	RIO GRANDE/RS	1.500	18.000
	62	SANTA MARIA/RS	1.500	18.000
	63	URUGUAIANA/RS	1.500	18.000
	64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	18.000
	65	CRICIÚMA/SC	1.500	18.000
	66	JOINVILLE/SC	1.500	18.000
	67	CURITIBA/PR	1.500	18.000
	68	CASCADEL/PR	1.500	18.000
	69	LONDRINA/PR	1.500	18.000
	70	UMUARAMA/PR	1.500	18.000
	71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	18.000

1.3. A licitação ocorrerá na modalidade **Pregão**, via **Sistema de Registro de Preços**, em sua forma **Eletrônica** conforme prevê inciso XLI, artigo 6º da Lei nº. 14.133/2021.

1.4. A Contratada deverá disponibilizar solução tecnológica para o manuseio e utilização do serviço em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, conforme requisitos e funcionalidades especificadas neste Instrumento.

1.5. Deverão ser atendidas todas as solicitações com origem e destino nas unidades da DPU, em todo o território nacional, inclusive os municípios contemplados pelas políticas públicas de assistência de cada unidade descentralizada, conforme estão estabelecidos no subitem 6.1.

1.5.1. A presente contratação terá como unidade de referência o quilômetro rodado, para fins de obtenção do valor médio estimado, mensal e anual. O valor final de cada corrida, servirá meramente como informação a ser registrada para fins de comprovação de efetivo atendimento e futura prestação de contas. Não sendo utilizada como parâmetro para definição ou limitação da demanda contratual.

1.6. Na hipótese de haver contestação do valor, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico *Google Maps* ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado.

1.7. A Ata de Registro de Preço referente a contratação, terá **vigência de 12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, o prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o previsto de no inciso IX do art.15 do Decreto nº 11.462/2023.

1.8. O **critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo**, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela Modelo de Proposta do Anexo IX do Edital, devendo a Licitante oferecer proposta na forma indicada.

1.9. O contrato, anexo IV do Edital, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar Digital – ETP 02/2024, anexo II do Edital.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A contratação do serviço e a sistemática a ser adotada se justificam pela necessidade de proporcionar transporte de servidores e defensores a serviço da Defensoria Pública da União e suas Unidades descentralizadas, com o objetivo de garantir meios para que os mesmos possam desenvolver suas funções institucionais que dependem de deslocamento, em todas as cidades que sejam sede das Unidades da DPU e municípios atendidos por elas nos estados e no Distrito Federal, considerando ainda os seguintes objetivos básicos:

- a) otimização do gasto público, com pagamento do serviço pelo quilômetro efetivamente percorrido com o passageiro ou usuário embarcado no veículo;
- b) padronização do serviço no âmbito da DPU e as suas unidades; e
- c) uso adequado da tecnologia da informação e comunicação, de modo a propiciar melhorias na operação e na gestão do serviço, possibilitando a necessária transparência e o controle efetivo do gasto público.

3.2. A Defensoria Pública tem como uma de suas funções e atribuições, disponibilizar auxílio jurídico e operar em defesa dos necessitados. O serviço de transporte de servidores é voltado para o atendimento às necessidades públicas permanentes, por tanto, cotidianamente

requisitado para o bom andamento do fluxo das atividades da Administração, e sua essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da DPU.

3.2.1. Conforme preconiza a Lei Complementar nº 132/09:

“A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

I – Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

II – Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;

III – Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico;

IV – Prestar atendimento interdisciplinar, por meio de órgãos ou de servidores de suas Carreiras de apoio para o exercício de suas atribuições;

(...)

VI – Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;

(...)

X – Promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela;

XI – exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;”

3.3. Isto posto, a contratação da empresa para a prestação do serviço de transporte mediante aplicativo, tem como objetivo proporcionar um melhor atendimento em municípios carentes, abarcados pelas Unidades existentes da Defensoria Pública da União no território Nacional, facilitando assessoramento dos servidores e defensores.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Contratada deverá fornecer, conforme especificação e quantitativo indicados no presente Termo de Referência, os serviços que compõe o objeto da pretensa contratação.

4.2. O serviço se enquadra como serviço comum, caracterizados como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado e de forma complementar, nos termos do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

4.3. O processo licitatório, deverá ser realizado por meio de **Sistema de Registro de Preços – SRP**, regulado pelo Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

4.4. A Licitante, que participar do certame e vier a se sagrar vencedora na fase de proposição de preços, deverá atender aos requisitos mínimos descritos neste Termo de Referência e Anexos do Edital.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa prestadora do serviço deverá observar os quantitativos de unidades e quilometragens especificados a seguir:

GRUPO ÚNICO	ITENS	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	FRANQUIA ANUAL ESTIMADA EM KM
	NORTE			
	1	RIO BRANCO/AC	1.500	18.000
	2	MACAPÁ/AP	1.500	18.000
	3	MANAUS/AM	2.000	24.000
	4	ALTAMIRA/PA	1.500	18.000
	5	SANTARÉM/PA	1.500	18.000
	6	BELÉM/PA	1.500	18.000
	7	PORTO VELHO/RO	1.500	18.000
	8	PALMAS/TO	1.500	18.000
	9	BOA VISTA/RR	1.500	18.000
	NORDESTE			
	10	SALVADOR/BA	1.500	18.000
	11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	18.000
	12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	18.000
	13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	18.000
	14	RECIFE/PE	2.000	24.000

15	CARUARU/PE	1.500	18.000
16	FORTALEZA/CE	1.500	18.000
17	SOBRAL/CE	1.500	18.000
18	TERESINA/PI	1.500	18.000
19	NATAL/RN	1.500	18.000
20	MOSSORÓ/RN	1.500	18.000
21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	18.000
22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	18.000
23	SÃO LUÍS/MA	1.500	18.000
24	ARACAJU/SE	1.500	18.000
25	MACEIÓ/AL	1.500	18.000
26	ARAPIRACA/AL	1.500	18.000
CENTRO-OESTE			
27	BRASÍLIA/DF	2.000	24.000
28	GOIÂNIA/GO	1.500	18.000
29	CUIABÁ/MT	1.500	18.000
30	CÁRCERES/MT	1.500	18.000
31	RONDONÓPOLIS/MT	1.500	18.000
32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	18.000
33	DOURADOS/MS	1.500	18.000
SUDESTE			
34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	18.000
35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	18.000
36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	18.000
37	MONTES CLAROS/MG	1.500	18.000
38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	18.000
39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	18.000
40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	18.000
41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	18.000
42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	18.000
43	VITÓRIA/ES	1.500	18.000

	44	LINHARES/ES	1.500	18.000
	45	SÃO PAULO/SP	2.000	24.000
	46	ABC PAULISTA/SP	1.500	18.000
	47	CAMPINAS/SP	1.500	18.000
	48	GUARULHOS/SP	1.500	18.000
	49	JALES/SP	1.500	18.000
	50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	18.000
	51	OSASCO/SP	1.500	18.000
	52	REGISTRO/SP	1.500	18.000
	53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	18.000
	54	SANTOS SÃO VICENTE/SP	1.500	18.000
	55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	18.000
	56	SOROCABA/SP	1.500	18.000
	SUL			
	57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	24.000
	58	CANOAS/RS	1.500	18.000
	59	BAGÉ/RS	1.500	18.000
	60	PELOTAS/RS	1.500	18.000
	61	RIO GRANDE/RS	1.500	18.000
	62	SANTA MARIA/RS	1.500	18.000
	63	URUGUAIANA/RS	1.500	18.000
	64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	18.000
	65	CRICIÚMA/SC	1.500	18.000
	66	JOINVILLE/SC	1.500	18.000
	67	CURITIBA/PR	1.500	18.000
	68	CASCADEL/PR	1.500	18.000
	69	LONDRINA/PR	1.500	18.000
	70	UMUARAMA/PR	1.500	18.000
	71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	18.000

5.2. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas neste Termo de Referência, de forma ininterrupta durante horário comercial de segunda a sexta-feira, e eventualmente após o horário de trabalho, a depender da demanda desta DPU,

inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela Contratada de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

5.2.1. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* estão especificados nos Apêndices A, B e C deste Termo de Referência, respectivamente.

5.2.2. O acesso inicial à aplicação *web* e ao aplicativo *mobile* devem ser realizados mediante o uso de login e senhas pessoais cadastradas pelos próprios usuários, conforme especificado nos Apêndices B e C deste Termo de Referência.

5.3. A gestão do serviço deve ser realizada pelo servidor designado, consideradas as abrangências de suas atuações e as funcionalidades especificadas nos Apêndices B e C deste Termo de Referência.

5.4. Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos e atualizados pelos gestores designados, consideradas as abrangências de suas atuações, conforme especificado no Apêndices B deste Termo de Referência.

5.4.1. Para fins de utilização do aplicativo de transporte, a critério da contratante, faz-se necessário o cadastramento, dos dados dos usuários e gestores da DPU, pela Contratada, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.

5.5. As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile*, conforme especificado nos Apêndices B e C deste Termo de Referência, sendo observadas as seguintes condições:

5.5.1. disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, contados da data e hora da solicitação;

5.5.2. cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a Contratante, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais do chamado;

5.5.3. cancelamento da solicitação pelo usuário, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo não embarque do usuário no veículo), sem ônus para a Contratante;

5.5.4. apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;

5.5.5. proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;

- 5.5.6. pagamento de eventual pedágio pelo motorista, com posterior inclusão do respectivo valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo.
- 5.6. As solicitações poderão ser excepcionalmente canceladas pela Contratada, não havendo ônus à Contratante.
- 5.7. Deverão conter no aplicativo, informações como:
- 5.7.1. Nome e telefone do motorista, identificação do veículo, assim como a possibilidade de comunicação entre o solicitante e o motorista, seja por chat (mensagens instantâneas) e/ou telefone.
- 5.8. Não serão admitidas alterações nos registros por parte da Contratada, das corridas realizadas e canceladas, salvo mediante requisição da Contratante.
- 5.9. Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos usuários solicitantes ou pelos gestores, por meio de funcionalidades da aplicação *web* ou do aplicativo *mobile*, e deverá ser gerado relatório de contestação, conforme exigido no Apêndice G deste Termo de Referência.
- 5.9.1. Serão contestadas as corridas com erros nos seguintes registros:
- a) imagem geoprocessada do percurso do atendimento;
 - b) data e hora da requisição, do aceite, do início, do encerramento e do cancelamento da corrida;
 - c) coordenadas do início e do encerramento da corrida; ou
 - d) qualquer outro erro que comprometa a gestão ou fiscalização da corrida.
- 5.9.2. A Contratada deverá oferecer alternativa para que o sistema processe a informação do valor da corrida, mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino.
- 5.10. As corridas poderão ser contestadas pelos usuários ou Gestores somente até o envio do relatório para emissão da Fatura.
- 5.11. Os gestores e usuários devem ser notificados automaticamente por e-mail, por aplicativo *mobile* ou SMS das seguintes situações:
- 5.11.1. quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;
- 5.11.2. quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;
- 5.11.3. quando do encerramento do atendimento, com apresentação das seguintes informações:

- a) nome do usuário;
- b) data e hora da solicitação; endereços de origem e de destino;
- c) nome do motorista designado para o atendimento (informação desejável);
- d) imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, correspondente ao percurso real executado pelo veículo;
- e) tempo e distância percorridos, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia GPS; e
- f) valor do atendimento.

5.12. Os veículos indicados pela Contratada para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

- a) idade máxima, conforme legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para veículos elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro CRLV;
- b) sistema de ar-condicionado; e
- c) mínimo de 4 (quatro) portas.

5.13. Caso a prestação do serviço seja realizada pela Contratada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, os veículos também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

5.14. Os motoristas designados pela Contratada para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, sendo a Contratada responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

- a) atender aos clientes com presteza e polidez;
- b) trajar-se adequadamente para a função; e
- c) manter o veículo em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

5.14.1. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, a Contratada também é responsável por zelar pela e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos motoristas das disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

5.15. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela Contratante, a Contratada é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste TR.

5.16. Os serviços serão prestados por um único fornecedor, e a justificativa para sua indivisibilidade ampara-se no seguinte:

5.16.1. A simples adoção do parcelamento do objeto em 2 (dois) ou mais itens não garantiria que o fornecimento do serviço de transporte fosse prestado por mais de um fornecedor, visto que não se encontra justificativa para impedir os licitantes de concorrerem em mais de 1 (um) item;

5.16.2. Possibilidade de despadronização das soluções tecnológicas dos fornecedores, dificultando e onerando sobremaneira o desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão e operação dos serviços; possibilidade de ocorrência de preços diferentes para um mesmo serviço contratado por órgãos e entidades; e possibilidade de perda da economia de escala, em razão da não redução do preço do serviço em virtude da divisão da demanda em itens.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços serão prestados nas Unidades da Defensoria Pública da União, conforme tabela abaixo:

Região Centro Oeste		
UF	UNIDADE	ENDEREÇO
DF	Defensoria Pública Geral da União	Endereço: Edifício Palácio da Agricultura, Bloco F, Setor Bancário Norte Quadra 01, Brasília – DF. CEP: 70040-908
GO	Goiânia	Endereço: Av. T-63, esquina com a avenida T-04 e Rua T-38, nº 984, Qd. 142 Lotes 10/16, Edifício Monte Líbano – Setor Bueno. CEP: 74.230-100 - Goiânia/GO - Telefone: (62) 3236-5900 / 5904 / 5917
MT	Cuiabá	Endereço: Rua Presidente Artur Bernardes, nº 398, Bairro Duque de Caxias. CEP: 78045-000- Cuiabá/MT - Telefone: (65) 3611-7400
	Cáceres	Endereço: Rua Davi Atala, quadra 03, Lote 02, Bairro Jardim Celeste – COC, CEP: 78210-630 - Cáceres/MT. Telefone(s): (65) 3221-2300
	Rondonópolis	Endereço: Av. Goiania, 281 – Jardim Santa Marta - CEP-78.710-450 - Prédio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região -Telefone: (66) 992086043
MS	Campo Grande	Endereço: Rua Dom Aquino, 2350, Salas 1-6 e 12-19 - Centro - CEP: 79.002-182 - Campo Grande/MS - Telefone: (67) 3311-9850

	Dourados	Endereço: Rua Cuiabá, nº 1.482 Bairro Centro – CEP: 79.802-030 - Dourados/MS - Telefone: (67) 3421-9936
--	-----------------	--

Região Nordeste		
UF	UNIDADE	ENDEREÇO
AL	Maceió	Endereço: Rua Jangadeiros Alagoanos, nº 1481, Bairro Pajuçara, CEP 57030-000. Maceió/AL - Telefone: (82) 3194-2300 / 2323 / 2325 / 2308
	Arapiraca	Endereço: AL 220, nº. 2225 - Santa Esmeralda - (em frente a Unidade de Emergência) - CEP: 57.312-025 - Arapiraca/AL - Telefone: (82) 3539-8892
BA	Salvador	Endereço: Avenida Paulo VI, nº 844, Ed. Redenção Trade II, bairro Pituba. - CEP: 41.810-001 - Salvador/Bahia - Telefone: (71) 3114-1850
	Feira de Santana	Endereço: Avenida Maria Quitéria, nº 1977, Ed. Safira, 3º andar, Ponto Central - CEP: 44.075-005 - Feira de Santana/BA - Telefone: (75) 3625-5722
	Vitória da Conquista	Endereço: Rua Ministro Victor Nunes Leal, nº 96, Qd. N, Lote 04, Bairro: Cidade Universitária. - CEP: 45.031-903 - Vitória da Conquista/BA - Telefone: (77) 3424-5228 (77) 99182-0002
CE	Fortaleza	Endereço: Rua Costa Barros, nº 1227 - Aldeota - CEP: 60.160-208 - Fortaleza/CE - Telefone: (85) 3474-8750
	Sobral	Endereço: Rua Viriato de Medeiros, 1295 – Centro, Sobral-CE - CEP: 62011-065 - Telefone: (88) 3613.2125
MA	São Luís	Endereço: Rua Anapurus, Quadra 36, nº 18 - Bairro Renascença II - CEP: 65.075-670 - São Luís/MA - Telefone: (98) 3182-7620 / 7621
PB	João Pessoa	Endereço: Avenida Presidente Epitácio Pessoa, nº 2020, Bairro Expedicionários, João Pessoa/PB. CEP: 58.041-006 - Telefone: (83) 3133-1400
	Campina Grande	Endereço: Rua Capitão João Alves de Lira, nº 864, Bairro da Prata - CEP: 58.400-560 - Campina Grande/PB - Telefone: (83) 3343-1303
PE	Recife	Endereço: Avenida Manoel Borba, 640, Ed. Empresarial Progresso - CEP: 50.070-045 - Recife/PE - Telefone: (81) 3194-1200
	Caruaru	Endereço: Praça Pedro de Souza, 02 - CEP: 55.002-110, Caruaru/PE - Telefone: (81) 9 9968-0268
	Petrolina/PE e Juazeiro/BA	Endereço: Rua Engenheiro Carlos Pinheiro, nº 275 - Centro - CEP: 56.304-070 - Petrolina/PE - Telefone: (87) 3864-1151
PI	Teresina	Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 585 – Piçarra - CEP: 64.014-155 - Teresina/PI - Telefone: (86) 3194 8800
RN	Natal	Endereço: Av. Alexandrino de Alencar, nº 663 - Bairro: Alecrim - CEP: 59.030-350 - Natal/RN - Telefone: (84) 3216-2200
	Mossoró	Endereço: Avenida Alberto Maranhão, Nº 1927 - Centro, Shopping Lisboa Center - Pavimento Superior - CEP: 59.600-195 - Mossoró/RN - Telefone: (84) 3316-1900
SE	Aracaju	Endereço: Av. Tancredo Neves, 306, Bairro Jardins - CEP: 49.025-620 - Aracaju/SE - Telefone: (79) 3712-7300 / 7332

Região Norte		
UF	UNIDADE	ENDEREÇO
AC	Rio Branco	Endereço: Rua Milton Matos, lote 16, Quadra P - Bairro: Bosque - CEP: 69.900-634 - Rio Branco/AC - Telefone: (68) 2106-7800
AP	Macapá	Endereço: Rua. Eliezer Levy, 2403 - Bairro: Trem - CEP: 68.908-183 - Macapá/AP - Telefone: (96) 3198-1000
AM	Manaus	Endereço: Rua Santo Antônio, esquina com a rua Rio Purus e Jutai S/N, Vieiralves, Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP: 69.053-020 - Manaus/AM - Telefone: (92) 3133-1600
PA	Belém	Endereço: Rua dos Mundurucus, Nº 1794 entre Av. Serzedelo Correa e Tv. Padre Eutíquio Batista Campos - CEP: 66.033-718 - Belém/PA - Telefone: (91) 3110-8000 / 8040
	Altamira	Endereço: Avenida Tancredo Neves, Nº 2425, Bairro Jardim Independente II - CEP: 68.372-222 - Altamira/PA - Telefone: (93) 3515-1207
	Santarém	Endereço: Av. Borges Leal, 2454, esquina com a travessas Clementino de Assis, bairro Aparecida - CEP: 68.040-570 - Santarém/PA - Telefone: (93) 3523-7449
RO	Porto Velho	Endereço: Av. Sete de Setembro nº 1840 - Bairro Nossa Senhora das Graças - CEP: 76.820-120 - Porto Velho/RO - Telefone: (69) 3218-4000 / 4010
RR	Boa Vista	Endereço: Av. Gal. Penha Brasil, nº 1262 com a Rua Sousa Júnior, Bairro São Francisco. CEP: 69305-130 - Boa Vista/RR - Telefone: (95) 3212-3000
TO	Palmas	Endereço: ACSE II, Conjunto 03, Lote 39 e 104 S - II, Rua SE 09, nº 36. CEP: 77.020-024 - Palmas/TO - Telefone: (63) 3216-8600

Região Sudeste		
UF	UNIDADE	ENDEREÇO
ES	Vitória	Endereço: Avenida César Hilal, nº 1293 – Bairro Santa Lúcia - CEP: 29.050-657 - Vitória/ES - Telefone (27) 3145-5600
	Linhares	Endereço: Av. Governador Carlos Lindemberg, nº 1278 - Centro - CEP: 29.900-021 - Linhares/ES - Telefone: (27) 3264-4300 (27) 3264-8851
MG	Belo Horizonte	Endereço: Rua Pouso Alto, 15 - Ed. Centro Empresarial Mello Cançado - Bairro Serra (esquina com Avenida do Contorno) - CEP: 30.240-180 - Belo Horizonte/MG - Telefone: (31) 3069-6300
	Governador Valadares	Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 351, Centro - CEP: 35.010-030 – Governador Valadares/MG - Telefone: (33) 2101-7601
	Juiz de Fora	Endereço: Rua Santo Antônio nº 630, salas 401 e 501, Edifício Plaza Antônio - Centro - CEP: 36.015-001 - Juiz de Fora/MG - Telefone: (32) 2102-8500
	Montes Claros	Endereço: Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1.111 - Todos os Santos - CEP: 39.400-020 - Montes Claros/MG - Telefone: (38) 2103-4250
	Uberlândia	Endereço: Rua Eduardo Marques, 1049 B - Osvaldo Resende - CEP: 38.400-442 - Uberlândia/MG - Telefone: (34) 3211-4664

RJ	Rio de Janeiro	Endereço: Rua Uruguaiana nº 174 – Centro - CEP: 20.050-092 - Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 2460-5000
	Baixada Fluminense	Endereço: Av. Presidente Lincoln, 1100 – São João do Meriti - CEP: 25.555-201 - São João de Meriti/RJ - Telefone: (21) 3757-2342
	Niterói, São Gonçalo e Itaboraí	Endereço: Rua Lemos Cunha, 359 Icarai, Niterói/RJ - CEP: 24.230-131 - Rio de Janeiro/RJ - Telefone: (21) 3602-1600
	Volta Redonda	Endereço: Avenida Lucas Evangelista de Oliveira Franco, nº 67 – Bairro Aterrado - CEP: 27.215-070 - Volta Redonda/RJ - Telefone: (24) 3344-2300
SP	São Paulo	Endereço: Rua Teixeira da Silva nº 217 - Vila Mariana - CEP: 04002-030 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3627-3400
	ABC Paulista	Endereço: Avenida Senador Vergueiro, nº 4122 - 1º andar - Rudge Ramos - CEP: 09.602-000 - São Bernardo do Campo/SP - Telefone: (11) 4362-1745
	Campinas	Endereço: Dona Ester Nogueira, nº 26 – Bairro Vila Nova, CEP: 13.073-040 - Campinas/SP - Telefone: (19) 3722-8300
	Guarulhos	Endereço: Rua Professor Leopoldo Paperini, 213 – Bairro Jardim Zaíra - Centro - Guarulhos/SP - CEP: 07095-080 - Telefone: (11) 2928-7800 2928-7819
	Jales	Endereço: Rua Sete, 2147, Centro - CEP: 15.700-014, JALES (SP) - Telefone: (017) 3621-6636
	Mogi das Cruzes	Endereço: Rua Ewald Muhleise, 138/142 - Bairro Jd. Bela Vista - César de Souza (Ao lado da TV Diário) - CEP: 08.820-300 - Mogi das Cruzes/SP - Telefone: (11) 4761-6663
	Osasco	Endereço: Rua Teixeira da Silva nº 217 – Paraíso - CEP: 04002-030 - São Paulo/SP - Telefone: (11) 3627-3400
	Registro	Endereço: Rua Gersoni Nápoli nº 45- Bairro Centro - CEP: 11.900-000- Registro/SP - Telefone: (13) 98111-1835 (13) 98112-8998
	Ribeirão Preto	Endereço: Rua Alice Além Saad, nº 665, Bairro Nova Ribeirania - CEP: 14.096-570 - Ribeirão Preto/SP - Telefone: (16) 2137-7400 7401
	Santos e São Vicente	Endereço: Rua Brás Cubas nº 45, Bairro Centro, Santos/SP - CEP: 11.013-161 - Santos/SP - Telefone: (13) 3325-4900
	São José dos Campos	Endereço: Avenida Tivoli, 574 - Vila Betânia - CEP: 12.245-230 – São José dos Campos/SP - Telefone: (12) 3911-6944
	Sorocaba	Endereço: Rua José Maria Barbosa, nº 40, Bairro Campolim - CEP: 18.047-380 – Sorocaba/SP - Telefone: (15) 3202-5935 (15) 3131-5900

Região Sul		
UF	UNIDADE	ENDEREÇO
PR	Curitiba 1ª cat	Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 1811 – Centro, Curitiba - CEP: 80.420-210 - Curitiba/PR - Telefone: (41) 2111-9607
	Curitiba 2ª cat	Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, nº 1811, Centro - CEP: 80.420-210 - Curitiba/PR - Telefone: (41) 3234-9600 3222-0044

	Cascavel	Endereço: Rua Sete de Setembro, número 3.443, Centro - CEP: 85.801-140 - Cascavel/PR - Telefone: (45) 3324-5433
	Foz do Iguaçu	Endereço: Rua Tarobá, nº 834 – Centro - CEP: 85.851-220 – Foz do Iguaçu/PR - Telefone: (45) 2102-3350
	Londrina	Endereço: Rua Pio XII, nº 56, Centro - CEP: 86.020-380 - Londrina/PR - Telefone: (43) 2105-1500
	Umuarama	Endereço: Rua José Teixeira D'ávila, n.º 3758, Lote nº 33, Quadra nº 14 - Zona I - CEP: 87.501-040 - Umuarama/PR - Telefone: (44) 3624-8489
RS	Porto Alegre	Endereço: Rua Comendador Manoel Pereira, nº 24 - Bairro Centro - CEP: 90.030-010 - Porto Alegre/RS - Telefone: (51) 3216-6946
	Bagé	Endereço: Rua Professora Melanie Granier, nº 48, Centro - CEP: 96.400-201 – Bage/RS - Telefone: (53) 3240-4100
	Canoas	Endereço: Rua Domingos Martins, 121, loja 02, Centro - CEP: 92.010-170 - Canoas/RS - Telefone: (51) 3465-8670
	Pelotas	Endereço: Rua Marcílio Dias, 3005 – Centro. CEP: 96.020-480 - Pelotas/RS - Telefone: (53) 3284-9450
	Rio Grande	Endereço: Rua Conde de Porto Alegre, nº 384 - sala 201 - CEP: 96.200-330 - Rio Grande - RS - Telefone: (53) 3230-8164
	Santa Maria	Endereço: Alameda Montevideo, nº 308, Bairro Nossa Sra. das Dores, 3º andar - CEP: 97050-510 - Santa Maria/RS - Telefone: (55) 3218-9600
	Uruguaiana	Endereço: Rua Santana, nº 2288, Centro - CEP: 97.501-540 - Uruguaiana/RS - Telefone: (55) 3411-2533 3411-9253 98111-0110
SC	Florianópolis	Endereço: Rua Frei Evaristo, 142 - Centro - CEP: 88.015-410 - Florianópolis/SC - Telefone: (48) 3221-9400
	Criciúma	Endereço: Avenida Centenário, 3029, Centro - CEP: 88.801-001, Criciúma/SC - Telefone: (48) 3438-4669 / (48) 3437-8943
	Joinville	Endereço: Rua Araranguá, 280, Bairro América - CEP: 89204-310 - Joinville/SC - Telefone: (47) 3422-4896 (47) 3445-0014

6.2. Em caso de alteração de endereço, a Defensoria Pública da União comunicará o novo endereço por *e-mail* ou outro instrumento similar.

6.3. A prestação dos serviços deverá ser iniciada de imediato, após a assinatura do contrato, devendo a Contratada, nesse prazo, alocar a mão de obra permanente nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

6.4. Os serviços serão, preferencialmente, executados de segunda a sexta-feira no horário de expediente da DPU, devendo a Contratada observar o horário de expediente da Contratante para realização dos serviços.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, via Sistema de Registro de Preços, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

7.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital e os critérios de preferência e desempate aplicáveis.

7.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.4. Será exigida da Licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de Licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8. GARANTIA

8.1. Na forma da lei, como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, poderá exigir que a Contratada preste garantia no valor correspondente a 5% do valor anual do contrato, optando por uma das modalidades de garantia, previstas no artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9. DA PROVA DE CONCEITO

9.1. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da Defensoria Pública, ser convocada para realização de PoC, preferencialmente em Brasília/DF, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

9.2. A PoC será realizada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no Apêndice “E” deste TR.

9.3. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

9.4. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

9.4.1. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a licitante comprovada a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.

9.4.2. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

9.4.3. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

9.5. No caso de desclassificação da licitante, será convocado a próxima licitante classificado para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

9.6. A Defensoria Pública da União poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela referida, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.

10. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

10.1. A Contratada deverá observar o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022 e os aspectos definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber.

11. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

Da Subcontratação

11.1. Poderá ser admitida a subcontratação parcial do objeto, por se tratar de contratação para atender as unidades da DPU de forma descentralizada, nos termos do art. 122 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.1 A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto, conforme consta nos Anexos desde Termo de Referência, nos termos do art. 122, da Lei 14.133/2021.

11.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

11.1.3. Será vedado a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação no § 3º do art. 122 da Lei 14.133/2021.

11.2. Sem prejuízo das demais responsabilidades, a empresa Contratada deverá se comprometer a não subcontratar empresa prestadora de serviços que:

11.2.1. Seja inidônea;

11.2.2. Desrespeite as garantias legais dos trabalhadores;

11.2.3. Utilize mão de obra infanto-juvenil;

11.2.4. Faça uso de mão de obra escrava ou análoga à condição de escravo;

11.2.5. Não adote práticas sustentáveis nos negócios.

11.2.6. As empresas subcontratadas deverão preencher os requisitos da qualificação técnica da atividade que irão exercer, conforme consta neste Termo de Referência.

11.2.7. A Contratada deverá apresentar declaração, em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, informando se executará ou subcontratará serviços.

11.4. Caso a licitante opte pela subcontratação, deverá subcontratar Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto no 8.538, de 2015, no percentual máximo de até 30% dos serviços que compõe a contratação, atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

11.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da convocação para assinatura do

contrato, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

11.4.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

11.4.3. A empresa Contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta dias), na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

11.5. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

11.6. A Contratada deverá solicitar, por escrito, autorização expressa para subcontratar, apresentando ao gestor do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis antes do início da prestação do (s) serviço (s) que pretende subcontratar (s) e as seguintes informações:

11.6.1 Nome e endereço da empresa a ser subcontratada;

11.6.2 Nome e endereço dos titulares e prepostos da empresa a ser subcontratada;

11.6.3. Serviços a serem subcontratados;

11.6.4. Documentos técnicos da subcontratada exigidos em cada especificação de serviço, conforme consta nos Anexos desde Termo de Referência, incluindo comprovação da qualificação técnica, técnico-profissional e operacional, assim como:

11.6.4.1. Atestados fornecidos por pessoa jurídica e direito público ou privado, em seu nome, devidamente registrados no Conselho de Classe Profissional por meio de anotação expressa que vinculem os atestados ao registro efetuado, de execução de serviços com características similares;

11.6.4.2. Relação da equipe técnica cujos profissionais comprovem que fazem parte do quadro da empresa, para atuar como responsáveis técnicos pela execução dos serviços;

11.6.4.3. Comprovação do vínculo profissional com a empresa poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

11.6.4.4. Data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem subcontratados;

11.6.4.5. Os atos constitutivos da empresa a ser subcontratada, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente, bem como os documentos referentes à regularidade fiscal.

11.7. A subcontratada deverá fornecer à empresa Contratada, em até 5 (cinco) dias antes do início da prestação dos serviços, a relação nominal dos empregados designados para a execução dos serviços, onde conste o número de registro de empregado, número e série da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, atualizando as informações quando da substituição, admissão e demissão do empregado.

11.8. A subcontratação, mesmo quando autorizada pela Contratante, não exime a empresa Contratada das obrigações decorrentes deste contrato, permanecendo a mesma como única responsável perante a Contratante.

11.9. Durante todo o período de validade do contrato, a subcontratada se reportará à Contratada.

11.10. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

11.11. Do Consórcio

11.11.1. Será admitido consórcio para o objeto desta contratação, observadas as seguintes regras;

11.11.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

11.11.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

11.11.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

11.11.1.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

11.11.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

11.12. O consórcio deverá acrescer de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de Licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

11.12.1. O acréscimo previsto no item 11.12. não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.13. O Licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

11.14. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

12. FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições contratuais; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Contratante à continuidade do contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas a importância correspondente ao serviço prestado.

13.2. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com a legislação vigente.

13.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e a prestação dos serviços, através de servidor(es) especialmente designado(s), fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos observados, e ainda, propor aplicações de penalidades e a extinção do Termo de Contrato, caso a Contratada desobedeça a qualquer das cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência.

13.4. Comunicar à empresa Contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados.

13.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas exigidas, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

13.6. Impedir que terceiros, que não seja a Contratada, efetuem os serviços contratados.

13.7. Exigir, a qualquer tempo, a seu critério, a comprovação das condições de habilitação da Contratada que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação econômico-financeira.

13.8. Relacionar-se com a contratada exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

13.9. Cumprir e exigir o cumprimento das disposições contidas no Termo de Contrato, podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços.

13.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

13.10.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao(s) preposto(s) ou responsável(is) por ela indicado(s), exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

13.10.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na Contratada; e

13.10.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

13.11. Na ocorrência de compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, a Administração não responderá, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados, cooperados, credenciados ou parceiros necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou a entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração, em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

14.4. Utilizar empregados, cooperados, credenciados ou parceiros habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

14.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela gestão do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

14.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços.

14.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo, no prazo determinado.

14.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

14.12. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

14.12.1. Informar e capacitar previamente a fiscalização da Contratante de toda e qualquer alteração feita no aplicativo que afete seu *layout*, os procedimentos para solicitação de veículo ou a experiência de forma geral com a plataforma.

14.13. Estornar, de forma proporcional e após a devida comprovação da fiscalização ou por iniciativa da própria Contratada, cobranças indevidas por:

14.13.1. Falha no sistema;

14.13.2. Encerramento antecipado do motorista contra a vontade do usuário;

14.13.3. Finalização do motorista em local distinto do solicitado pelo usuário que tenha gerado custos extras;

14.13.4. Por não realização da corrida e;

14.13.5. Por cumprimento de percurso mais longo sem autorização do usuário.

14.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

14.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

14.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

14.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

14.20. Em casos de contestação do valor, a Contratada deverá prever a extração da quilometragem extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes.

14.21. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

14.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; e

14.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

14.22. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração Pública Federal.

14.23. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas

pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

14.24. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

14.25. Designar preposto responsável pelo relacionamento administrativo com a Contratante, quando da assinatura do contrato, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento do serviço.

14.26. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato.

14.27. Atender as solicitações de informações da Contratante no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

14.27.1. Em caso de necessidade de elasticidade de prazo para resposta à referida solicitação do subitem anterior, enviar à DPU, formalmente ofício com as devidas razões.

14.28. Orientar os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a cumprir de forma adequada as obrigações legais e as exigências deste TR e do edital de licitação e seus anexos.

14.29. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da Contratada, independentemente de solicitação.

14.30. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.

14.31. Responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações judiciais eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros envolvendo a Contratante, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes.

14.32. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados à Contratante, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou

dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros na execução do serviço.

14.33. Comunicar à Contratante a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação *web* e aplicativo *mobile*, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo a manutenção ocorrer fora do horário comercial, preferencialmente entre 22h e 05h.

14.33.1. Caso a Contratada necessite de prazo ou período diferente do acima estabelecido para interrupção do funcionamento da solução tecnológica, objetivando a manutenção preventiva e atualização, deverá formalizar solicitação à Contratante, que avaliará e decidirá o pleito.

14.34. Prestar o serviço de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento das Unidades da DPU, inclusive plantões e emergências, observadas as disposições estabelecidas neste Termo.

14.35. Disponibilizar solução tecnológica para operação e gestão do serviço, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, devendo atender aos requisitos e funcionalidades estabelecidos nos Apêndices A, B e C deste TR.

14.36. Possibilitar a Contratante acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados referentes ao contrato, para análise do log de eventos, ou disponibilizar versão da base de dados em mídia própria à Contratante, ou ainda franquear acesso por intermédio de conexão remota pela rede de dados, com metodologia e protocolo a ser definido pela Contratante.

14.36.1. O acesso/disponibilização em questão também poderão ser atendidos por intermédio de soluções de webservice ou API de dados que viabilizem o consumo de todas as informações da base para gestão e transparência sobre os dados.

14.37. Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário para despesas médicas.

14.38. Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, com objetivo de prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade da Contratante reveladas à Contratada em função da prestação dos serviços objeto deste termo, onde a mesma compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros das informações restritas reveladas, sem a anuência de forma expressa da Contratante.

14.39. Conforme o disposto no subitem 1.2, a Contratada deverá atender em sua área de cobertura, como origem e destinos dos atendimentos, todos os municípios e cidades contemplados pelas Unidades da DPU nos estados e no Distrito Federal.

14.40. Em caso de a contratada **mudar de sistema** para atendimento às demandas, está obrigada a comunicar formalmente à contratante, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas como se dará a troca e será de sua exclusiva responsabilidade a migração dos cadastros dos usuários do aplicativo anterior para o próximo, sob pena de ser penalizada por descumprimento e inexecução do contrato nos termos da legislação pertinente.

14.40.1. O atendimento à contratante na fase de eventual substituição de sistema, deverá ser realizado por uma equipe diferente daquela destinada ao atendimento normal da empresa.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim e/ou via plataforma tecnológica ou software de gerenciamento a ser indicada pela Contratante.

15.3. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato da Contratante e pelos respectivos substitutos, conforme determina a Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput.

15.6. O **fiscal técnico** do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Contratante, com base no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VI.

15.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, II.

15.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, baseado no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, III.

15.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para adoção de medidas necessárias e saneadoras:

15.9.1. Quando a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, segundo o Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, IV.

15.9.2. De forma imediata, no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, alicerçado no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, V.

15.9.3. Quando do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, com suporte no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII.

15.10. O **gestor do contrato** acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, apoiado no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, II.

15.11. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, fundado no art. 23, I e II, do Decreto n.º 11.246, de 2022.

15.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, segundo o Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 23, IV.

15.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, na forma do Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 22, VII.

15.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Contratante, a partir do Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV.

15.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, com fundamento no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, III.

15.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, de acordo com o Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII.

15.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela

comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, com base no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, X.

15.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Contratada, descrito no Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI.

15.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

15.20. As execuções e os serviços prestados pela Contratada também serão avaliados qualitativamente a cada mês, em função do desempenho observado, a partir da data de início das atividades junto à Contratante.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por representantes da Contratante, especialmente designados na forma dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 e Instrução Normativa 100, de 09/06/2022 da DPGU.

16.2. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.3. A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e nos Anexos do Edital.

16.4. Os fiscais ou gestores do contrato, ao verificarem que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução dos serviços, deverão comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, nos Anexos do Edital e na

proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.6. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

16.6.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico da Contratante deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.9. O fiscal técnico da Contratante deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.9.1. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

16.9.2. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico da Contratante, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.9.3. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, serão aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.10. O fiscal técnico da Contratante poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico da Contratante deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o

caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicativos previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.12. A fiscalização administrativa da Contratante, poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.13. Entrega dos seguintes documentos até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.13.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.13.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.13.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

16.13.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.14. Os fiscais deverão promover registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

16.15. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços diretamente pelos fiscais designados.

16.16. A fiscalização técnica e administrativa da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

16.17. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização técnica e administrativa da Contratante serão encaminhadas à autoridade competente para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no §2º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

16.18. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

16.18.1. Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

16.18.2. Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

16.18.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

16.18.3. Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

16.19. O gestor da Contratante deverá verificar a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da Contratada.

16.20. Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da Contratante, conforme disposto nos arts. 137 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

17. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

17.1. Nos termos da Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 5, de 2017, fica instituído o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme estabelecido no Apêndice “D” anexo deste Termo de Referência”.

17.2. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será adotado durante toda a vigência do contrato, contemplando indicadores e respectivas metas a cumprir e faltas cometidas, que serão acompanhados pela fiscalização técnica e administrativa, visando a qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação de pagamento.

17.2.1. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Administração no acompanhamento da execução do contrato que são essencialmente relevantes para

obtenção de resultados positivos na execução dos serviços, como pontualidade e qualidade do fornecimento de materiais de consumo, utensílios e equipamentos, bem como o cumprimento das obrigações previdenciárias e trabalhista.

17.3. Os níveis de serviços serão avaliados mensalmente e consecutivamente como forma de avaliação da qualidade da prestação dos serviços.

17.4. A primeira avaliação será formulada no primeiro dia útil imediatamente subsequente ao mês do 30º dia da data de assinatura do Contrato.

17.5. A fiscalização técnica do contrato acompanhará diariamente o cumprimento das atividades previstas na Tabela I – Fatores de Avaliação do Apêndice “D” do Termo de Referência, sem prejuízo da metodologia definida na IN SLTI/MPOG nº 05, de 2017.

17.6. Apurado o número de ocorrências do IMR, no período trimestral de avaliação, a DPU providenciará glosa na fatura do mês de sua formalização, conforme Tabela II – Ajuste do Pagamento, do Apêndice “D” do Termo de Referência.

17.7. A DPU notificará a Contratada quanto à formalização mencionada no subitem anterior, até o 2º (segundo) dia útil imediatamente posterior ao da verificação.

17.8. A Contratada terá 5 (cinco) dias úteis, antes do pagamento da fatura do último mês do período avaliativo, para apresentar recurso quanto às ocorrências do IMR, sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato.

17.9. Caso seja verificada em um dos períodos trimestrais avaliativos realizados durante a vigência do contrato a existência de 10 ou mais ocorrências, poderá a DPU, a seu exclusivo critério, rescindir o Contrato.

17.10. Os pagamentos deverão ser proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado - IMR.

17.10.1. As faixas de ajustes no pagamento previstas no IMR poderão ser aplicadas independente das sanções e/ou penalidades previstas em contrato ou na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18. PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, pela Contratada, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021.

18.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente justificado.

18.3. Para fins de **liquidação**, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.3.1. O prazo de validade;

18.3.2. A data da emissão;

18.3.3. Os dados do contrato e da Contratante;

18.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

18.3.5. O valor a pagar;

18.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo estipulado no subitem 18.2. deste Termo de Referência após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

18.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 além das seguintes comprovações:

18.5.1. Certidão negativa de débitos trabalhistas;

18.5.2. Da apresentação da cópia do relatório mensal emitido pelo fiscal do contrato da Contratante, consubstanciado no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, devidamente assinado pelo representante da Contratada;

18.5.3. Para o efeito do subitem anterior, o cedente da mão de obra deverá elaborar folhas de pagamento e guia de recolhimento prévio das contribuições incidentes sobre a remuneração.

18.6. A Contratante deverá realizar consulta ao SICAF para:

18.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

18.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.11. Os pagamentos a serem efetuados à Contratada deverão considerar o atendimento das metas na execução do serviço, com base no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, Apêndice “D” deste Termo de Referência.

18.12. Os salários pagos aos empregados da Contratada deverão ser condizentes com o valor estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho vigente de cada categoria profissional.

18.13. **O prazo para pagamento** da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Contratante, **será de até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da nota fiscal/fatura da empresa**, com base no art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77, de 2022.

18.13.1. A Contratada deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura ao setor de fiscalização contratual da Contratante, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

18.14. O ateste da nota fiscal somente será efetuado após a comprovação de pagamento das verbas trabalhistas e a entrega completa da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, e das demais verbas cabíveis.

18.15. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

18.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.19. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela Contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

18.20. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos serão instruídos com as justificativas e motivos, e submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se será, ou não, caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora.

18.21. Sem prejuízo das sanções cabíveis, o pagamento será retido ou glosado, quando a empresa Contratada:

18.21.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.21.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

18.22. Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

18.22.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

18.22.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

19. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

19.1. O valor estimado para a contratação dos serviços de empresa especializada em transporte por aplicativo, para atender as Unidades da Defensoria Pública da União em âmbito Nacional é de **R\$ 462.160,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta reais) mensal**, e para **12 (doze) meses é de R\$ 5.545.920,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte reais)**, com base nas pesquisas de mercado, conforme quadro abaixo:

ITENS	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	MÁXIMO ACEITÁVEL		
			VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
NORTE					
1	RIO BRANCO/AC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
2	MACAPÁ/AP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
3	MANAUS/AM	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
4	ALTAMIRA/PA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
5	SANTARÉM/PA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
6	BELÉM/PA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
7	PORTO VELHO/RO	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
8	PALMAS/TO	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
9	BOA VISTA/RR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00

VALOR TOTAL MENSAL			R\$ 59.360,00		
VALOR TOTAL ANUAL			R\$ 712.320,00		
NORDESTE					
10	SALVADOR/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
14	RECIFE/PE	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
15	CARUARU/PE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
16	FORTALEZA/CE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
17	SOBRAL/CE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
18	TERESINA/PI	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
19	NATAL/RN	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
20	MOSSORÓ/RN	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
23	SÃO LUÍS/MA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
24	ARACAJU/SE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
25	MACEIÓ/AL	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
26	ARAPIRACA/AL	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL			R\$ 110.240,00		
VALOR TOTAL ANUAL			R\$ 1.322.880,00		
CENTRO-OESTE					
27	BRASÍLIA/DF	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
28	GOIÂNIA/GO	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
29	CUIABÁ/MT	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
30	CÁRCERES/MT	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
31	RONDONÓPOLIS/M T	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
33	DOURADOS/MS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL			R\$ 46.640,00		
VALOR TOTAL ANUAL			R\$ 559.680,00		
SUDESTE					
34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00

36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
37	MONTES CLAROS/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
43	VITÓRIA/ES	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
44	LINHARES/ES	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
45	SÃO PAULO/SP	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
46	ABC PAULISTA/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
47	CAMPINAS/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
48	GUARULHOS/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
49	JALES/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
51	OSASCO/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
52	REGISTRO/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
54	SANTOS E SÃO VICENTE/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
56	SOROCABA/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 148.400,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 1.780.800,00	
SUL					
57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
58	CANOAS/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
59	BAGÉ/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
60	PELOTAS/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
61	RIO GRANDE/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
62	SANTA MARIA/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00

63	URUGUAIANA/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
65	CRCIÚMA/SC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
66	JOINVILLE/SC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
67	CURITIBA/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
68	CASCADEL/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
69	LONDRINA/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
70	UMUARAMA/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 97.520,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 1.170.240,00	

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL MENSAL
R\$ 462.160,00
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA 12 MESES
R\$ 5.545.920,00

19.2. O código do serviço é 24198 – Prestação de Serviço de Transporte para Servidor – Outras Necessidades, conforme Catálogo de Serviços – CATSER do Sistema de Serviços Gerais – SISG da APF.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024:

Objeto: xxxxxxxx

Ação: xxxxxxxx

PTRES: xxxxxxxx

Natureza da Despesa: xxxxxxxx

Plano Interno: xxxxxxxx

UGR: xxxxxxxx

20.2. As despesas do (s) exercício (s) subsequente (s) correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

21. PROIBIÇÃO DO NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

21.1. É vedada a prestação de serviços por empregados da Contratada que sejam parentes até o terceiro grau de membros ou servidores da Contratante, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre as Defensorias Públicas da União ou entre órgãos da Administração pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal.

21.2. É vedada à Contratante a contratação de empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme estabelecido nos artigos 1º e 2º da Resolução Nº 37 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, xx de xxxxxxxx de 2024

De acordo:

Responsável Técnico (CFIS)

Baltasar Ventura Pinto
Agente Administrativo

Sérgio Augusto Menezes Xavier
Assistente Administrativo

APÊNDICE “A” DO TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela Contratada, consideradas as condições constantes neste TR e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas, deverá atender aos seguintes requisitos:

- a. funcionamento ininterrupto, observada a tolerância disposta no subitem 14.35. deste TR;
- b. acesso às funcionalidades pelos usuários por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, com utilização de login e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;
- c. funcionalidades relacionadas à gestão acessadas pela aplicação *web* e funcionalidades operacionais pela aplicação *web* e aplicativo *mobile*;
- d. desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente a até 5 (cinco) segundos para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) na aplicação *web* e na aplicação *mobile*;
- e. site de hospedagem com certificado SECURE SOCKET LAYER - SSL;
- f. resistente a CROSS-SITE REQUEST FORGERY;
- g. resistente a CROSS-SITE SCRIPTING;
- h. resistente a INJECTION;
- i. com características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade e integridade das informações;
- j. acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados para análise do log de eventos; e
- k. compatibilidade da aplicação *web* com os navegadores que suportam a linguagem HTML5, especialmente Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Safari, e do aplicativo *mobile* com os sistemas operacionais Android e iOS.

APÊNDICE “B” DO TERMO DE REFERÊNCIA

FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO WEB

1. A aplicação *web* da solução tecnológica da Contratada deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. CADASTRO

- a) Cadastramento da Defensoria Pública da União.
- b) Cadastramento de unidades da DPU e os municípios contemplados.
- c) Cadastramento de gestores e usuários com perfis de acesso diferenciados.
- d) Cadastramento de motivos de solicitação de serviço.
- e) Cadastramento de limite de despesa da DPU com as suas unidades e municípios, para custeio do serviço, com possibilidade de haver acréscimos e decréscimos aos valores inicialmente cadastrados.

1.2. LIMITE DE DESPESA:

1.2.1. Controle de saldo do limite de despesa da DPU com as suas unidades e municípios, considerando:

- a) Valores cadastrados, inclusive os acréscimos e decréscimos realizados; e
- b) Valores dos atendimentos para usuários e gestores das unidades administrativas vinculadas.

1.3. SENHA:

- a) Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.4. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

1.4.1. Os serviços serão prestados mediante solicitação da CONTRATANTE, que poderá ser efetuada por:

- a) Aplicativo *web* da CONTRATANTE;
- b) Aplicativo *Mobile* (Smartphone), no mínimo, para os sistemas operacionais Android e iOS.

1.4.2. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados:

- a) Número identificador da solicitação, gerado automaticamente;
- b) Usuário solicitante;

- c) Data e hora da solicitação;
- d) Endereços de origem e destino;
- e) Motivação da solicitação;
- f) Distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
- g) Nome, contato e foto (desejável) do motorista;
- h) Placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e
- i) Tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente.
- j) Cancelamento de solicitação de serviço pelo usuário, sem ônus para a Contratante, dentro dos 5 cinco minutos iniciais do chamado;
- k) Cancelamento de solicitação de serviço pelo usuário, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo).
- l) Em casos de contestação do valor, a CONTRATADA deverá prever a extração da quilometragem extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes.

1.5. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

- a) Avaliação do serviço realizado, caso não disponível no aplicativo *mobile*, com graduação de 1 a 5.

1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.6.1. As funcionalidades acima especificadas devem ser associadas a cada um dos perfis de acesso, conforme abaixo:

- a) Gestor central com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item 1.5., no âmbito de todas as Unidades da DPU e os municípios contemplados.
- b) Gestor setorial com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item 1.5., observado o âmbito de sua atuação no conjunto de Unidades da DPU.
- d) Gestor de unidade com acesso às funcionalidades especificadas na letra “c” do subitem 1.1., observada a sua atuação no âmbito da unidade da DPU em que está vinculado e suas subordinadas, e nos subitens 1.3. e 1.4.
- g) Usuário com acesso às funcionalidades especificadas nos subitens 1.3., 1.4. e 1.5. deste Apêndice, com atuação restrita às suas solicitações e respectivos atendimentos.

1.6.2. As funcionalidades de cadastro especificadas no subitem 1.1. deste Apêndice devem considerar o tamanho e formato dos dados utilizados nos sistemas eletrônicos da Contratada, com registro na base de dados da solução tecnológica das inclusões e alterações realizadas.

APÊNDICE “C” DO TERMO DE REFERÊNCIA

FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO *MOBILE* (SOLICITAR, AVALIAR E CONSULTAR HISTÓRICO)

1. O aplicativo *mobile* da solução tecnológica da Contratada deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. SENHA

1.1.1. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

1.2.1. Solicitação de serviço, com a apresentação ao usuário dos seguintes dados:

- a) Número identificador da solicitação, gerado automaticamente;
- b) Usuário solicitante;
- c) Data e hora da solicitação;
- d) Endereços de origem e de destino;
- e) Motivo da solicitação;
- f) Distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e de destino;
- g) Nome, contato e foto (desejável) do motorista;
- h) Placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- i) Tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente;
- j) Notificação ao usuário via sistema ou SMS da chegada do veículo ao endereço de origem;
- k) Imagem geoprocessada do percurso do veículo desde a aceitação da solicitação do serviço até a chegada ao endereço de origem, em tempo real; e
- l) Tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de destino, calculado automaticamente.

1.2.2. Cancelamento de solicitação de serviço.

1.3. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

1.3.1. Após o encerramento da corrida o usuário que utilizou o serviço receberá, por e-mail, uma cópia do recibo eletrônico da corrida, com informações sobre o serviço. Haverá neste e-mail um espaço para avaliação, buscando assim a manutenção da qualidade do serviço, não apenas quanto ao tempo de atendimento.

1.4. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) As funcionalidades acima especificadas devem estar disponíveis a todos perfis de acesso ao sistema, com exceção do item 1.3. que deverá estar disponível aos usuários.

APÊNDICE “D” DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. O IMR será aplicado por cada Contratante, podendo-se optar por faturamento dos serviços prestados por unidade administrativa.
2. A cada Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizada do IMR.
3. O valor devido a título de pagamento mensal à Contratada será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.
4. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

Item 1 – Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	94% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do veículo ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem.</p> <p>Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos atrasados</p> <p>$X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$</p>
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 6% de atendimentos atrasados - 100%</p> <p>Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados – 99,43%</p>

	<p>Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados – 98,94%</p> <p>Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados – 98,07%</p> <p>Acima de 9% de atendimentos atrasados – 96,71%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Item 2 – Atendimento da solicitação de serviço	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo usuário solicitante sem a chegada do veículo no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora da solicitação do serviço.</p> <p>Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas</p> <p>$X = (\text{solicitações de atendimentos canceladas} / \text{Total de atendimentos no mês}) * 100\%$</p>
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato

Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 100%</p> <p>Acima de 1% e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,43%</p> <p>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,21%</p> <p>Acima de 2% e até 2,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,94%</p> <p>Acima de 2,5% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,62%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,07%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 97,34%</p> <p>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 96,57%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO TRIMESTRAL									
ITEM	METAS	OCORRÊNCIAS							
		Mês 1		Mês 2		Mês 3		Nº Ocorrências	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1	Manter a documentação de habilitação atualizada.								
2	Manter empregado qualificado para a execução dos serviços quando solicitado.								
3	Zelar pelo cumprimento do pactuado com a Contratante								
4	Atender prontamente às solicitações da Contratante.								

5	Manter contatos telefônico e e-mail, atualizados e disponíveis.								
6	Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias quanto as obrigações trabalhistas dos empregados.								
7	Manter a qualidade na prestação dos serviços, durante toda a vigência do contrato.								
TOTAL DE METAS, NO TRIMESTRE								XX	

ITEM	FALTAS	OCORRÊNCIAS							
		Mês 1		Mês 2		Mês 3		Nº Ocorrências	
		SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1	Deixar de comunicar à Contratante, eventual impedimento de executar os serviços, em horário e dia marcados.								
2	Deixar de comunicar à Contratada eventual mudança de endereço e contato.								
3	Emitir fatura com cobrança de valores em desacordo com exarado no contrato.								
4	Não executar integralmente os serviços solicitados, sem justificativa adequada.								
5	Não cumprir determinações contidas no Edital e notificações diversas.								
6	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante.								
7	Cometer qualquer tipo de falta de cordialidade no trato com os servidores, colaboradores, assistidos e colegas.								
8	Negar-se a disponibilizar qualquer documentação solicitada pela fiscalização do contrato.								
TOTAL DE FALTAS, NO TRIMESTRE							XX		
TOTAL GERAL DE OCORRÊNCIAS, METAS + FALTAS							XX		

TABELA II - AJUSTES NO PAGAMENTO

VALOR DO CONTRATO TRIMESTRAL (A)	R\$ 0,00
Período	90 DIAS
Número de Ocorrências (metas + faltas) (B)	

NÚMERO DE Ocorrências NO TRIMESTRE (B)	FAIXA IMR	PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META % (C)	FATOR IMR (A) x (C)	VALOR RECEBIDO PELA EMPRESA
0 a 3		100%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4 a 6 (advertência)		80%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
7 a 9 (advertência + multa)		60%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
10 ou mais (multa + rescisão)		5%	R\$ 0,00	R\$ 0,00
VALOR FATURADO				R\$ 0,00
VALOR FINAL RECEBIDO PELA EMPRESA				R\$ 0,00

APÊNDICE “E” - DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROVA DE CONCEITO – PoC

Itens de Avaliação	
Requisitos de Acessibilidade	
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Google Chrome</i>
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Mozilla Firefox</i>
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Safari</i>
4	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Microsoft Edge</i>
5	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo <i>mobile</i> com sistema operacional <i>Android</i>
6	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo <i>mobile</i> com sistema operacional <i>iOS</i>
Requisitos de Disponibilidade	
7	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 96% (noventa e seis por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC
8	<p>Desempenho medido por tempo de resposta (<i>RESPONSE TIME TESTING</i>) correspondente a até 5 segundos para 25 solicitações de serviços (corridas) na aplicação <i>web</i>.</p> <p><i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i></p>
9	<p>Desempenho medido por tempo de resposta (<i>RESPONSE TIME TESTING</i>) correspondente a até 5 segundos para 25 solicitações de serviços (corridas) no aplicativo <i>mobile</i></p> <p><i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i></p>
Requisitos de Segurança	

10	Site de hospedagem da solução tecnológica com certificado <i>SECURE SOCKETS LAYER</i>
11	Solução tecnológica resistente a <i>CROSS-SITE REQUEST FORGERY</i>
12	Solução tecnológica resistente a <i>CROSS-SITE SCRIPTING</i>
13	Solução tecnológica resistente a <i>INJECTION</i>
14	Acesso às funcionalidades da solução tecnológica de acordo com perfis de usuários
Requisitos de Funcionalidade	
15	Acesso à solução tecnológica por meio de <i>login</i> e senha pessoal
16	Cadastramento da DPU, suas unidades e municípios contemplados na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
17	Cadastramento de gestores e usuários na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
18	Solicitação de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
19	Acompanhamento de solicitações de serviço e de atendimentos em andamento, por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i> , incluindo imagem geoprocessada do percurso
20	Cancelamento de solicitações de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
21	Consultas e relatórios com informações sobre solicitações de serviço e atendimentos

APÊNDICE “F” - DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELATÓRIOS *WEB*

1. A Contratada deve disponibilizar os seguintes relatórios na aplicação *web*, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML ou CSV, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

1.1. Registro de solicitação de serviço:

- a) número identificador da solicitação;
- b) usuário solicitante;
- c) data e hora da solicitação;
- d) motivo da solicitação do serviço;
- e) endereços de origem e de destino;
- f) nome do motorista designado para o atendimento;
- g) placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- h) data e hora de finalização do atendimento;
- i) imagem geoprocessada do percurso do veículo, desde o início e até a finalização do atendimento;
- j) distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento; e
- k) avaliação realizada.

1.2. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- a) número identificador da solicitação;
- b) usuário solicitante;
- c) data e hora da solicitação;
- d) motivo da solicitação do serviço; e
- e) endereços de origem e de destino.

1.3. Consulta a todos os dados dos cadastros dos gestores e usuários:

- a) órgão ou entidade a que o gestor ou usuário está vinculado;
- b) unidades administrativas a que o gestor ou usuário está vinculado; e
- c) perfil de acesso.

1.4. Consulta a todos os dados dos cadastros da Defensoria Pública da União e as suas unidades.

APÊNDICE “G” - DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELATÓRIOS DE FATURAMENTO

1. A Contratada deve disponibilizar os seguintes relatórios mensalmente ou a qualquer momento mediante requisição dos gestores, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML, CSV ou outro formato acordado, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

1.1. Registro de solicitação de serviço:

- a) número identificador da solicitação;
- b) usuário solicitante;
- c) data e hora da solicitação;
- d) motivo da solicitação do serviço
- e) endereços de origem e de destino;
- f) coordenadas precisas dos pontos de origem e destino;
- g) data e hora de designação do veículo para atendimento;
- h) nome do motorista designado para o atendimento;
- i) placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- j) data e hora da chegada do veículo ao endereço de origem;
- k) data e hora de início do atendimento;
- l) data e hora de finalização do atendimento;
- m) distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento;
- n) valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio; e
- o) caso a corrida seja contestada, descrição do motivo da contestação e identificação do gestor ou usuário que realizar a contestação.

1.2. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- a) número identificador da solicitação;
- b) usuário solicitante;
- c) data e hora da solicitação;
- d) motivo da solicitação do serviço;

- e) endereços de origem e de destino;
- f) data e hora de designação do veículo para atendimento;
- g) nome do motorista designado para o atendimento;
- h) placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e
- i) data e hora do cancelamento do atendimento.

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Processo: 08038.011411/2023-18

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Contratação de empresa especializada em serviço de transporte terrestre por meio aplicativo, para atendimento das necessidades da Defensoria Pública da União em âmbito nacional, proporcionando transporte de servidores e defensores a serviço, com o objetivo de dar suporte as funções institucionais que dependem de deslocamento pelo país, para atendimento da população carente. Considerando ainda os seguintes objetivos básicos:

2.1.1. Otimização do gasto público, com pagamento do serviço pelo quilômetro efetivamente percorrido com o passageiro ou usuário embarcado no veículo;

2.1.2. Padronização do serviço no âmbito da DPU e as suas unidades;

2.1.3. Uso adequado da tecnologia da informação e comunicação, de modo a propiciar melhorias na operação e na gestão do serviço, possibilitando a necessária transparência e o controle efetivo do gasto público; e

2.1.4. operação e gestão do serviço em tempo real, permitindo maior transparência e controle da utilização e do gasto, com o uso adequado da tecnologia da informação e comunicação.

2.2. O presente estudo tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o processo de contratação de empresa especializada em transporte terrestre por aplicativo. Atualmente, o referido serviço é fundamental para o desempenho de atividades relativas ao atendimento das ações itinerantes da DPU em âmbito nacional.

2.3. Considerando também, que a DPU não possui os meios suficientes para atender na totalidade de suas necessidades administrativas e operacionais, bem como realização de itinerantes, visto que ocorrem simultaneamente em diversas regiões do país, necessitando de utilização de veículos com profissionais devidamente habilitados para o exercício de suas atividades.

2.4. A expansão dos serviços de transporte terrestre por aplicativo para Unidades da DPU e os respectivos municípios por elas atendidos, é um importante passo para a ampliação do acesso as políticas públicas por todo o país.

2.5. O presente Estudo tem por fundamentação a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462, de 2023.

2.6. De forma a balizar a pesquisa inicial do presente estudo, utilizou-se a coleta de informações de dados relacionados aos seguintes tópicos:

- 2.6.1. modelos de serviço similar utilizados atualmente;
- 2.6.2. contratos administrativos relacionados vigentes;
- 2.6.3. quantidade de veículos em uso;
- 2.6.4. pessoas envolvidas no serviço;
- 2.6.5. demanda de transporte (solicitações, horários, etc.); e
- 2.6.6. custos envolvidos.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante Responsável	Responsável
CFIS	Sérgio Augusto Menezes Xavier
	Baltasar Ventura Pinto

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Natureza do Serviço

4.1.1. Nos termos exigidos na alínea “b”, do item 3.3, do Anexo III da IN SEGES/MP nº 5 /2017, ressalta-se que os serviços a serem contratados enquadram-se como de natureza continuada, uma vez que o transporte de servidores deve ser prestado continuamente e não apenas para atender a uma demanda momentânea, já que será necessária sua execução novamente, no exercício seguinte e posteriores.

4.1.2. O serviço de transporte de servidores é voltado para o atendimento das necessidades públicas permanentes, cujo contrato não termine com uma única prestação, pois é cotidianamente requisitado para o andamento do fluxo das atividades da Administração e sua essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo

fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da DPU.

4.2. Especificação Técnica do Objeto.

4.2.1. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas no TR e neste Estudo, de forma ininterrupta durante horário comercial de segunda a sexta-feira, e eventualmente após o horário de trabalho, a depender da demanda desta DPU, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela Contratada de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

4.2.2. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* são, entre outras:

- a) O acesso inicial à aplicação *web* e ao aplicativo *mobile* devem ser realizados mediante o uso de login e senha pessoais cadastradas pelos próprios usuários
- b) Disponibilidade de relatórios do serviço em tempo real.
- c) Possibilidade de requisição do serviço por meio de aplicação *web* ou aplicativo *mobile*.

4.3. As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile*, sendo observadas as seguintes condições:

- a) disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação em prazo máximo, contados da data e hora da solicitação, a ser definido no Termo de Referência;
- b) cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a Contratante, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais do chamado;
- c) cancelamento da solicitação pelo usuário, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo), com ônus para a Contratante do equivalente ao valor inicial da corrida;
- d) apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando - se quando da chegada ao endereço de destino;
- e) proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;

f) pagamento de eventual pedágio pelo motorista, com posterior inclusão do respectivo valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo.

5. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação para a execução dos serviços deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, bem como nas seguintes normas:

- 5.1.1. Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;
- 5.1.2. Lei Complementar nº 123/2006;
- 5.1.3. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- 5.1.4. Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 5.1.5. Lei Complementar nº. 116, de 31 de julho de 2003;
- 5.1.6. Lei nº 9.784, de 1999;
- 5.1.7. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- 5.1.8. Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- 5.1.9. Decreto 10.024, de 20 de setembro 2019;
- 5.1.10. Decreto nº 7.203/2010;
- 5.1.11. Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
- 5.1.12. Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010;
- 5.1.13. Decreto nº 11.430 de 8 de março de 2023;
- 5.1.14. Decreto 11.462, de 31 de março de 2023;
- 5.1.15. Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Nacional);

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Análise de Mercado

6.1.1. A análise de mercado consiste em colher informações sobre as empresas que executam o transporte de passageiros como: cooperativas de táxi, serviços individuais de transporte remunerado de passageiros e locadoras de veículos. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa aos dados disponíveis na *web*. As principais informações e conclusões determinadas pela análise do mercado de prestação de serviços de transporte são apresentadas nos itens abaixo.

6.2. Mudança nos Modelos de Transporte

6.2.1. Os modelos utilizados pelas pessoas para se transportarem nos centros urbanos passam por um momento de diversas e significativas mudanças, principalmente em

decorrência da entrada em operação das empresas de serviço de transporte privado de passageiros, situação que está se estendendo para os segmentos corporativos e da Administração Pública, produzindo as seguintes consequências:

- a) acirramento da concorrência;
- b) diminuição dos preços;
- c) intensiva oferta;
- d) operação de agenciamento realizado por grandes empresas especializadas;
- e) uso adequado de tecnologia;
- f) agilidade no atendimento;
- g) intensivo uso de pagamento com utilização de cartão de crédito, particularmente no segmento de pessoa física;
- h) mudanças nos modelos de serviço de transporte contratado pelos segmentos corporativo e da administração pública;
- i) segmentação da oferta, de forma mais acentuada no oferecimento de serviços categorizados por tipo de veículo, havendo situações de empresas que tornam motoristas e clientes do sexo feminino como exclusivos;
- j) necessidade de adaptação na oferta do serviço de táxi, de forma a se ajustar às novas condições do mercado;
- k) necessidade de adaptação na oferta de serviço de locação de veículos para os segmentos corporativo e da administração pública;
- l) necessidade de regulamentação das novas condições no âmbito federal, distrital e municipal;
- m) desmobilização das frotas próprias das empresas e dos órgãos públicos.

6.3. Fornecedores de Serviço

6.3.1. Os fornecedores aptos a prestarem serviço de transporte para a Administração Pública, pelas características de cada modelo de negócios e observadas as disposições legais, podem ser agrupados em 4 (quatro) grupos distintos:

- a) empresas locadoras de veículos, notando-se movimentos para adaptação de seus modelos de negócios para que mantenham condições de competitividade;
- b) empresas/entidades de serviço de transporte, caracterizadas essencialmente pela disponibilização de forma exclusiva para o contratante de veículos e motoristas para suprir as demandas de transporte;
- c) empresas/entidades de serviço de táxi, caracterizadas pela realização de agenciamento de serviço de táxi, com intenso movimento de incorporação de tecnologia nas suas operações, de forma a possibilitar acesso aos seus serviços por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*; e
- d) empresas de serviço de transporte individual de passageiros, cujas operações consistem basicamente no agenciamento do transporte por meio de solução tecnológica baseada no uso de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, mediando as demandas dos usuários e as ofertas dos motoristas prestadores do serviço, inclusive o processo de pagamento.

6.4. Preço dos Serviços

6.4.1. Logicamente impactando nas despesas dos contratantes de serviço de transporte, os preços praticados pelos fornecedores são bastante distintos e apresentam 3 (três) características básicas:

- a) os preços das empresas locadoras de veículos e das empresas/cooperativas de serviço de transporte são fortemente impactados pela disponibilização com exclusividade e em tempo integral dos veículos e motoristas para o contratante, inclusive horário noturno, sábados, domingos e feriados, havendo, portanto, situações de ociosidade e, em grande parte das vezes, deslocamento dos veículos sem passageiros até os pontos de partida das viagens;
- b) os preços dos serviços de táxi são definidos através de preço público, mediante legislação municipal. O valor é pautado por 3 (três) variáveis: valor inicial da corrida, valor por distância percorrida e valor por tempo parado; e
- c) os preços dos serviços de transporte privado de passageiros possuem similaridades com o praticado no serviço de táxi, possuindo as mesmas 3 (três) variáveis de precificação que aquele serviço possui. O diferencial entre ambos consiste na chamada tarifa dinâmica, que é um algoritmo de precificação de cada empresa que considera a oferta e a demanda do serviço como parâmetros de multiplicação do valor.

6.5. Contratações similares ou de outros entes públicos

6.5.1. Foram encontradas licitações similares dentro do Compras.gov.br e no site da Prefeitura de São Paulo.

6.5.2. Em 2020 foram realizadas licitações pela Secretaria municipal de Gestão (SG), intermediada pela Coordenadoria de Gestão de Bens e Serviços para a contratação do serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre com uso de solução tecnológica *web* e *mobile* para os municípios e regiões metropolitanas de São Paulo, sendo o peço do km rodado de R\$ 2,00 (dois reais e oitenta). E em 2022 o Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, vinculada ao Ministério da Educação, realizou a licitação também para transporte por aplicativo para os seus servidores e colaboradores.

6.5.3. O serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação possui características locais, com preços e práticas de mercado diferentes em cada praça. Nesse sentido, não é cabível considerar apenas os valores de licitações realizadas em outras cidades para fins de precificação para a licitação em questão.

6.6. Adoção do Preço do mercado de taxi

6.6.1. Considerando as formas de provimento do serviço, percebe-se também a existência de mais 3 modelos de prestação de transporte terrestre ou agenciamento:

- a) veículos da contratante com a disponibilização de motorista;
- b) agenciamento de motoristas de Serviço de Transporte Individual de Passageiros (STIP);
- e
- c) agenciamento de taxistas.

6.6.2. Entre os mercados citados, analisando o histórico de licitações realizadas, pode-se verificar que a concorrência na licitação ocorre normalmente entre empresas que atuam como STIP ou como táxi.

6.6.3. Ao observar a lógica de precificação dos tipos de mercado mencionados, nota-se que as empresas que atuam como STIP possuem uma fórmula de precificação própria para cada contratante, utilizando como parâmetros: preço fixo por corrida, valor por distância percorrida e tempo de duração da corrida.

6.6.4. Cabe ressaltar que, apesar de critérios objetivos determinados por cada contratante, é comum a prática de utilização da tarifa dinâmica, que é a aplicação de algoritmos de variação de preço conforme flutuação de oferta e demanda para determinada região.

6.6.5. A existência da tarifa dinâmica causa dificuldades quanto à precificação do serviço dos contratantes que utilizam STIP, uma vez que há pouca previsibilidade devido a aplicação de tarifa dinâmica.

6.6.6. O mercado fornecedor que atua com táxis é regulamentado pela tarifa de táxi, que é um preço definido por legislação municipal. Esse valor leva em consideração o preço fixo por corrida, chamado de bandeirada, valor por distância percorrida, chamado de bandeira 1 ou 2, e tempo que o táxi ficou parado, chamado de hora parada.

6.6.7. Nota-se que o preço praticado por esse mercado atende ao ponto em que o mercado que utiliza STIP carece: a previsibilidade. Deste modo, é factível estimar, com pouco mais de exatidão, um valor praticado por este mercado, bastando utilizar a quilometragem a ser percorrida e a quantidade de corridas a serem realizadas. Quanto à hora parada, pode se estimar um tempo, de acordo com a distância média percorrida por corrida, e calcular este valor.

6.6.8. Entre os mercados elegíveis a prestarem o serviço, é possível calcular o valor praticado pelo mercado de táxi, com o cálculo mediante valores definidos em lei municipal e, com isso, precificar o serviço. Em relação aos outros mercados, entende-se que devido a pouca previsibilidade não é cabível a utilização destes preços na composição da precificação do serviço.

6.6.9. Desta forma, opta-se por utilizar o valor praticado pelo mercado de táxi por se tratar de um preço conhecido, previsível e aderente a realidade local.

6.6.10. Utilizando a quilometragem média percorrida por corrida e levando-se em conta que o preço praticado por empresas que operam com táxis, é possível encontrar o valor anual do serviço utilizando a fórmula da tarifa de táxi de cada uma das cidades com unidade da DPU.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. O uso de soluções tecnológicas para transporte de pessoas é uma prática adotada amplamente em grandes centros urbanos no Brasil. Diante desse cenário, a Defensoria Pública propõe uma solução de transporte terrestre comum suportada por um sistema capaz de

permitir a requisição do serviço pelos usuários, bem como gerenciamento por parte dos gestores.

7.2. A facilidade para o usuário é parte fundamental na solução, uma vez que para ocorrer a solicitação do serviço pelo usuário, sem recorrer ao gestor do serviço, basta apenas cadastro no sistema, o aplicativo *mobile* instalado ou o acesso à aplicação *web* e acesso a internet. Essa facilidade, somada ao fato que relatórios online possibilitam transparência e controle sobre o serviço, com acesso a todas as informações das corridas realizadas, permite a desburocratização do serviço de transporte, com a aplicação de controles posteriores apenas sobre os usos com aparente desvio, aumentando a eficiência sobre a gestão do serviço.

7.3. A requisição do serviço, é enviada a motoristas cadastrados no sistema para o atendimento em tempo mínimo determinado no Termo de Referência.

7.4. A corrida será efetivamente iniciada após o embarque do usuário, finalizando no desembarque, caracterizando um serviço sobre demanda, em que há cobrança apenas em relação ao uso do serviço propriamente dito.

7.5. Após o encerramento da corrida o usuário que utilizou o serviço receberá, por e-mail, uma cópia do recibo eletrônico da corrida, com informações sobre o serviço. Haverá neste e-mail um espaço para avaliação, buscando assim a manutenção da qualidade do serviço, não apenas quanto ao tempo de atendimento.

7.6. No início do mês seguinte, as corridas serão faturadas pela entidade contratante, fazendo uma análise quanto incorreções em registros de corridas prestados, bem como sobre a qualidade do serviço.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1 A empresa prestadora do serviço deverá observar os seguintes quantitativos de unidades e quilometragens especificados a seguir:

	ITEM	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	FRANQUIA ANUAL ESTIMADA EM KM
	NORTE			
	1	RIO BRANCO/AC	1.500	18.000
	2	MACAPÁ/AP	1.500	18.000

GRUPO ÚNICO	3	MANAUS/AM	2.000	24.000
	4	ALTAMIRA/PA	1.500	18.000
	5	SANTARÉM/PA	1.500	18.000
	6	BELÉM/PA	1.500	18.000
	7	PORTO VELHO/RO	1.500	18.000
	8	PALMAS/TO	1.500	18.000
	9	BOA VISTA/RR	1.500	18.000
	NORDESTE			
	10	SALVADOR/BA	1.500	18.000
	11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	18.000
	12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	18.000
	13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	18.000
	14	RECIFE/PE	2.000	24.000
	15	CARUARU/PE	1.500	18.000
	16	FORTALEZA/CE	1.500	18.000
	17	SOBRAL/CE	1.500	18.000
	18	TERESINA/PI	1.500	18.000
	19	NATAL/RN	1.500	18.000
	20	MOSSORÓ/RN	1.500	18.000
	21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	18.000
	22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	18.000
	23	SÃO LUÍS/MA	1.500	18.000
	24	ARACAJU/SE	1.500	18.000
	25	MACEIÓ/AL	1.500	18.000
	26	ARAPIRACA/AL	1.500	18.000
	CENTRO-OESTE			
	27	BRASÍLIA/DF	2.000	24.000
	28	GOIÂNIA/GO	1.500	18.000

	29	CUIABÁ/MT	1.500	18.000
	30	CÁRCERES/MT	1.500	18.000
	31	RONDONÓPOLIS/MT	1.500	18.000
	32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	18.000
	33	DOURADOS/MS	1.500	18.000
	SUDESTE			
	34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	18.000
	35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	18.000
	36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	18.000
	37	MONTES CLAROS/MG	1.500	18.000
	38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	18.000
	39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	18.000
	40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	18.000
	41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	18.000
	42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	18.000
	43	VITÓRIA/ES	1.500	18.000
	44	LINHARES/ES	1.500	18.000
	45	SÃO PAULO/SP	2.000	24.000
	46	ABC PAULISTA/SP	1.500	18.000
	47	CAMPINAS/SP	1.500	18.000
	48	GUARULHOS/SP	1.500	18.000
	49	JALES/SP	1.500	18.000
	50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	18.000
	51	OSASCO/SP	1.500	18.000
	52	REGISTRO/SP	1.500	18.000

53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	18.000
54	SANTOS SÃO VICENTE/SP	1.500	18.000
55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	18.000
56	SOROCABA/SP	1.500	18.000
SUL			
57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	24.000
58	CANOAS/RS	1.500	18.000
59	BAGÉ/RS	1.500	18.000
60	PELOTAS/RS	1.500	18.000
61	RIO GRANDE/RS	1.500	18.000
62	SANTA MARIA/RS	1.500	18.000
63	URUGUAIANA/RS	1.500	18.000
64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	18.000
65	CRICIÚMA/SC	1.500	18.000
66	JOINVILLE/SC	1.500	18.000
67	CURITIBA/PR	1.500	18.000
68	CASCADEL/PR	1.500	18.000
69	LONDRINA/PR	1.500	18.000
70	UMUARAMA/PR	1.500	18.000
71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	18.000

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor: R\$ 5.545.920,00

9.1. O valor estimado para a contratação dos serviços de empresa especializada em transporte por aplicativo, para atender as Unidades da Defensoria Pública da União em âmbito Nacional é de **R\$ 462.160,00 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta reais) mensal**, e para **12 (doze) meses** é de **R\$ 5.545.920,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e novecentos e vinte reais)**, com base nas pesquisas de mercado, conforme quadro abaixo:

ITENS	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	MÁXIMO ACEITÁVEL		
			VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
NORTE					
1	RIO BRANCO/AC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
2	MACAPÁ/AP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
3	MANAUS/AM	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
4	ALTAMIRA/PA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
5	SANTARÉM/PA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
6	BELÉM/PA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
7	PORTO VELHO/RO	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
8	PALMAS/TO	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
9	BOA VISTA/RR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 59.360,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 712.320,00	
NORDESTE					
10	SALVADOR/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
14	RECIFE/PE	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
15	CARUARU/PE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
16	FORTALEZA/CE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
17	SOBRAL/CE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
18	TERESINA/PI	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
19	NATAL/RN	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
20	MOSSORÓ/RN	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
23	SÃO LUÍS/MA	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
24	ARACAJU/SE	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
25	MACEIÓ/AL	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
26	ARAPIRACA/AL	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 110.240,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 1.322.880,00	

CENTRO-OESTE					
27	BRASÍLA/DF	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
28	GOIÂNIA/GO	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
29	CUIABÁ/MT	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
30	CÁRCERES/MT	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
31	RONDONÓPOLIS/M T	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
33	DOURADOS/MS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 46.640,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 559.680,00	
SUDESTE					
34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
37	MONTES CLAROS/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
43	VITÓRIA/ES	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
44	LINHARES/ES	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
45	SÃO PAULO/SP	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
46	ABC PAULISTA/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
47	CAMPINAS/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
48	GUARULHOS/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
49	JALES/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
51	OSASCO/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
52	REGISTRO/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00

54	SANTOS E SÃO VICENTE/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
56	SOROCABA/SP	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 148.400,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 1.780.800,00	
SUL					
57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	R\$ 4,24	R\$ 8.480,00	R\$ 101.760,00
58	CANOAS/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
59	BAGÉ/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
60	PELOTAS/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
61	RIO GRANDE/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
62	SANTA MARIA/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
63	URUGUAIANA/RS	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
65	CRCIÚMA/SC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
66	JOINVILLE/SC	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
67	CURITIBA/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
68	CASCADEL/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
69	LONDRINA/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
70	UMUARAMA/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	R\$ 4,24	R\$ 6.360,00	R\$ 76.320,00
VALOR TOTAL MENSAL				R\$ 97.520,00	
VALOR TOTAL ANUAL				R\$ 1.170.240,00	

VALOR MAXIMO ACEITÁVEL MENSAL
R\$ 462.160,00
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA 12 MESES
R\$ 5.545.920,00

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Opta-se pelo não parcelamento da solução, uma vez que os serviços a serem prestados não serão executados por empresas com ramos de atividades distintos e sindicatos diversos, o

que não frustrará o caráter legal de ampla competitividade, característico das licitações públicas.

10.2. Além disso, o parcelamento da solução causaria uma inviabilidade técnica pois geraria maior trabalho de fiscalização contratual, tendo em vista a existência de vários contratos para os serviços terceirizados para gerenciamento.

10.3. Os serviços serão prestados por um único fornecedor e a justificativa para sua indivisibilidade ampara-se no seguinte:

10.3.1. a simples adoção do parcelamento do objeto em 2 (dois) ou mais itens não garantirá que o fornecimento do serviço de transporte será prestado por mais de um fornecedor, visto que não se encontra justificativa para impedir os licitantes de concorrerem em mais de 1 (um) item;

10.3.2. possibilidade de despadronização das soluções tecnológicas dos fornecedores, dificultando e onerando sobre maneira o desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão e operação dos serviços;

10.3.3. possibilidade de ocorrência de preços diferentes para um mesmo serviço contratado pela Defensoria Pública; e

10.3.4. possibilidade de perda da economia de escala, em razão da não redução do preço do serviço em virtude da divisão da demanda em itens.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. Este Estudo Técnico Preliminar foi realizado por uma equipe de servidores para planejar a melhor maneira de manter os serviços transporte por aplicativo nas unidades da Defensoria Pública da União em âmbito Nacional.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

13.1. Visando a economicidade no processo de contratação, a modalidade proposta - Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, visa racionalizar o processo de compra e reduzir os custos inerentes para a Administração.

13.2. A Administração busca com a contratação em apreço otimizar o seu trabalho e executar as atividades a ela afim, bem como responder eficaz e eficientemente à demanda e às necessidades do cidadão, tendo como resultado vislumbrado da seguinte forma:

13.2.1. A qualidade nos serviços e materiais fornecidos pela empresa contratada será conseguida por exigências contratuais bem claras e definidas para a execução dos serviços e pela constante ação de fiscalização da Contratante e outras exigências legais.

13.2.2. Acompanhando o crescimento da demanda da sociedade e visando a melhoria do desempenho institucional.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

14.1. A DPU já possui contratos similares para todas as suas Unidades, não se vislumbrando assim necessidades específicas de adequação dos ambientes.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Os critérios de sustentabilidade ambiental dessa contratação estão previstos no art. 5º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e na IN 01/2010, em seu Art. 1º.

15.2. Tem ainda fundamento no Art. 225, caput, Art. 170, inc. VI da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, coaduna-se com os procedimentos de contratação sustentável na Administração Pública e o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, seguindo as alterações procedidas pela IN 06/2013 SLTI/MPOG.

16. ANÁLISE DE RISCO

16.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

16.2. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos, conforme tabelas abaixo:

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

☒ Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

☐ Gestão do Contrato

Processo Administrativo nº	08038.011411/2023-18
Objeto:	Serviços de transporte terrestre por aplicativo
Probabilidade (P): (1) Baixa; (2) Média; (3) Alta; (4) Muito Alta	
Impacto (I): (1) Baixo; (2) Médio; (3) Alto; (4) Muito Alto	
Ação Preventiva/Responsável: Ação (ões) preventiva(s) que pode(m) ser realizada(s) para minimizar a probabilidade de o risco acontecer ou para minimizar o impacto de seu acontecimento/responsável.	
<p>O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.</p> <p>O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a contratação.</p> <p>Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.</p>	

FASE	I D	TIPO DE OCORRÊN CIA	RISCO	DESCRIÇÃO	P	I	AÇÃO PREVENTIVA/RESPONS ÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA/RESPONS ÁVEL
Planejame nto da Contrataçã o	1	Demanda	Demanda Equivocada	Falta de planejamento do requisitante; Erro na solicitação da demanda	2	4	Elaboração de formulários detalhados para o requisitante preencher; Participação do requisitante na Equipe de planejamento. (SPC, CCONT, CFIS)	NÃO HÁ
	2	Recebimento da Demanda	Não verificar a real necessidade do serviço	Recursos humanos insuficientes (excesso de trabalho); Falta de capacitação dos servidores.	2	3	Capacitação dos servidores; Remanejamento do quadro de pessoal do órgão. (SPC, CCONT, CFIS)	NÃO HÁ
	3	Formação da Equipe de Planejamento e Estudos Preliminares da Contratação	Estudos preliminares incorretos	Nomeação de pessoas sem qualificação técnica ou experiência para equipe de planejamento da licitação;	2	3	Equipe de planejamento deverá ser composta por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação trabalhista e dos procedimentos da contratação. (SPC, CCONT, CFIS)	NÃO HÁ
	4	Verificação e análise da demanda	Estimativa inadequada de preços	Desconhecer os meios para efetuar a pesquisa; Especificações incorretas do serviço.	2	3	Treinamento e capacitação dos servidores; Revisão da descrição do objeto por outro servidor com conhecimento técnico, além do requisitante. (SPC, CCONT, CFIS)	Atualização das propostas, conforme especificação do item, de acordo com critérios pré-estabelecido em Portarias e Instrução Normativa, posteriormente republicação do edital. (SPC, UNIDADE DEMANDANTE, CLIC)
	5		Elaboração do Termo de Referência inadequado;	Falta de capacitação dos servidores; Sobrecarga de trabalho; Desconhecime nto técnico do requisitante.	3	4	Capacitação dos servidores; Remanejamento do quadro de pessoal do órgão; Devolver para o demandante conferir e ratificar. (SPC, CCONT, CFIS)	NÃO HÁ

	6		Aquisição de serviços superior ou inferior à necessidade	Falta de planejamento ou levantamento inadequado das necessidades; Equívoco por parte do requisitante.	2	4	Deverá ser composta por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação trabalhista e dos procedimentos da contratação. Revisão dos processos no fluxo da compra. (SPC, CCONT, CFIS)	Devem os setores responsáveis verificar o quantitativo necessário para atender a necessidade do setor/unidade demandante. Após republicar o edital (SPC, CFIS, CLIC)
Análise Jurídica	7	Consultoria Jurídica	Atraso na emissão do parecer	Grande número de processos a serem analisados	1	3	Iniciar a licitação com Antecedência. (CCONT, CFIS)	Deve o setor responsável pela gestão de contratos, acompanhar os prazos de cada contrato administrativo, iniciando com antecedência mínima de 6(seis) meses os tramites para renovação contratual, ou se for o caso, Novo Procedimento Licitatório (NPL). (CCONT e SPC)
Fase Externa	8	Licitação / Pregão	Pregão deserto	Localidade; Desvantagem econômica na execução do serviço.	1	2	Iniciar a licitação com antecedência para ter tempo hábil de refazer o processo. (CCONT, CFIS, SPC)	Sendo o caso, refazer as pesquisas de mercado, atualizar os instrumentos e especificação/descrição dos serviços, de acordo com o mercado nacional. Posterior republicação do edital (SPC e CLIC)
	9		Inexequibilidade do preço proposto	Assinatura da Ata e de contratos com valores impraticáveis, impossibilitando a prestação do serviço. Falta de experiência do pregoeiro; Falta de atenção do pregoeiro e equipe de apoio.	1	4	Diligência para comprovação da exequibilidade do valor proposto. Treinamento de pregoeiro e equipe de apoio (CLIC).	Apuração da qualidade e do tempo de atendimento do serviço (SPC e CLIC).
	10		Solicitações de impugnação junto ao TCU	Implicaria demandas do Juízo para prestar informações. Se plausibilidade do direito ou risco de dano irreparável forem presentes poderá haver a suspensão do certame ou da contratação. Edital mal	1	3	Observação máxima das formalidades legais aplicadas à licitação (SPC e CLIC).	Ajustes do Termo de Referência de acordo com as orientações do TCU (SPC).

				elaborado; Falta de atenção às normas e legislação vigentes ao elaborar o Edital.				
	1 1		Baixo interesse do mercado fornecedor	Pouca aderência do mercado local a prestação do serviço.	2	3	Ampla divulgação da licitação (SPC e CLIC).	Não há
	1 2		Fracasso da Licitação	Empresa (contrato atual) tenta embargar as licitações para prorrogarem seus contratos.	1	2	Consulta pública com as partes interessadas (empresas do segmento) para análise detalhada de mercado (SPC e CLIC).	Realização de nova licitação adequando a práticas do mercado (SPC e CLIC).
	1 3		Fraude	Má fé da empresa; Formação de cartel;	1	4	Treinamento de pregoeiro e equipe de apoio (CLIC)	Não há
	1 4		Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato;	Falta de análise criteriosa da qualificação econômico-financeira da Empresa; Falta de avaliação da capacidade técnica da Empresa.	1	4	Análise da qualificação econômico-financeira deve ser feita por servidor que possua conhecimento técnico de balanço patrimonial. Exigir atestado de capacidade técnica de dois ou mais órgãos. (SPC e CLIC)	Previsão em edital de forma clara quanto aos critérios de seleção de fornecedor. (SPC)
Objeto do Contrato	1 5	Contrato	Formalização incorreta do Termo Contratual	Minuta do Contrato mal elaborada no Edital; Erros de digitação;	1	4	Criar nível de revisão dos procedimentos; (SPC, CCONT)	Análise minuciosa quando da elaboração do Edital e seus artefatos. (SPC)
	1 6		Falta de publicação do Diário Oficial	Falta de fluxos bem definidos no Setor responsável.	1	1	Criação e utilização de check list dos processos de contratação. (CLIC, CCONT)	Conforme prazos do edital. (CLIC, SPC e CCONT).
	1 7		Quantidade estimada nos Estudos Preliminares excessivas	Desperdício orçamentário	1	3	Prever o máximo de situações possíveis para atendimento das demandas da DPU. - Equipe de planejamento (SPC)	Avaliar o processo na fase "Gestão do Contrato" e tomar as medidas necessárias para o atendimento da demanda institucional. - Gestão e fiscalização de contrato
Fiscalização	1 8	Gestão e execução do objeto do Contrato	Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato.	Fraude; Gestão e Fiscalização inadequada ou ausente;	1	4	Capacitar a equipe de fiscalização do Contrato de forma a poder reconhecer as fraudes com maior facilidade, e cobrar que o objeto do contrato seja executado de forma correta. Coordenação de Fiscalização	Durante a vigência do contrato

					e Serviços Gerais (CFIS)	
1 9		Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada	Falta de gerenciamento e controle do orçamento destinado ao Contrato, por parte do responsável	2 2	Controlar o empenho e seu saldo desde o início do Contrato. (SOF e SEOF)	Durante a vigência do contrato
2 0		Impunidade da Empresa que comete fraude ou descumprimento contratual	Falta de acompanhamento do Fiscal e Gestor do Contrato para cada falta cometida; Consequente falta de abertura de processo de penalização; Processo de penalização concluído, sem a devida aplicação de Penalidades e Sanções Administrativas.	1 4	Fiscalização eficiente do Contrato; Envio de notificações cobrando sobre os descumprimentos de cláusulas contratuais; Se necessário, abertura de processo de penalização; Aplicação de penalidade e Sanções Administrativas, quando couber. Gestão e Fiscalização do Contrato (CFIS)	Durante a vigência do contrato
2 1		Prejuízo orçamentário para a Administração	Rescisão Contratual por inexecução do objeto; Objeto mal executado acarretando desperdício ou dano ao erário.	1 4	Fiscalização eficiente do Contrato. Gestão e Fiscalização do Contrato (CFIS)	Durante a vigência do contrato
2 2		Corrupção dos agentes da Contratada	Venda de informações; Favorecimento do acesso ao local para fins ilícitos.	1 4	Reforçar as orientações sobre o Código de Ética que deve ser repassado aos seus funcionários. Gestão e Fiscalização do Contrato (CFIS)	Durante a vigência do contrato
2 3		Responsabilidade Solidária da Administração em Ações Trabalhistas	Fiscalização Administrativa Inadequada; Falta de criação da Conta Garantia.	1 4	Melhorar o treinamento dos Fiscais Administrativos; Incluir a criação da Conta Garantia no check list do processo. Gestão e Fiscalização do Contrato (CFIS, SPC e Equipe de planejamento)	Elaboração do edital/ Durante a vigência do contrato. (CFIS e SPC)
2 4		Fraude na documentação trabalhista	Má fé da Empresa;	2 4	Treinamento sobre reconhecimento de fraudes	Durante a vigência do contrato

		apresentada	Má fé dos funcionários da Empresa.		para os servidores que participam do processo de compra. Gestão e Fiscalização do Contrato (CFIS)	
25		Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de recolhimento de FGTS	Má fé da Empresa; Gestão e Fiscalização administrativa inadequada ou ausente;	24	Fiscalização ativa e efetiva na conferência da documentação. Gestão e Fiscalização do Contrato (CFIS)	Durante a vigência do contrato
26		Falta de cooperação entre os integrantes da equipe de planejamento	Desperdício de tempo; Retrabalho; e, Não cooperação.	13	Reunião prévia com a Equipe para planejamento das ações e dos produtos a serem entregues ao final de cada etapa do planejamento. - Equipe de planejamento, (SPC).	
27		Executar serviços fora dos padrões pretendidos	a dos padrões pretendidos 1. Falha na prestação dos serviços.	14	Acompanhar e cobrar da contratada a realização dos serviços dentro dos padrões pretendidos; Não realizar o recebimento de serviços fora dos padrões pretendidos. Fiscal técnico	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Exigir a correção dos serviços, conforme disciplinado no Termo de Referência. Gestão do Contrato
28		Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões	Falha na prestação dos serviços.	13	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços. Fiscal técnico	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual. Gestão do Contrato
29		Interrupção definitiva dos serviços pela contratada por outras razões não elencadas anteriormente	Interrupção imediata do contrato.	14	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços. Gestão do Contrato Fiscal técnico	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade da prestação dos serviços. SPC, CLIC
30		Deixar a contratada de fornecer aos empregados às condições necessárias ao desempenho das tarefas, como uniformes, equipamentos e EPI's	Falha na prestação dos serviços; Causa potencial de acidente de trabalho.	14	Acompanhar a execução contratual, de modo a exigir a disponibilização aos empregados de todos os materiais, equipamentos e uniformes previstos no contrato, dentro dos prazos estabelecidos. Fiscal técnico	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual. Gestão do Contrato
31		Ocorrência de acidente de trabalho com funcionário da contratada	Ocorrência de lesão corporal grave ou fatalidade; Responsabilização subsidiária da Administração.	24	Acompanhar a execução contratual, de modo a não permitir a exceção de tarefas sem o uso de equipamentos de proteção, bem como avaliar os a segurança e o grau de salubridade dos locais onde as tarefas devam ser realizadas.	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Não permitir a realização de atividades sem a devida verificação de segurança. Gestão do Contrato Fiscal técnico

						Fiscal técnico	
--	--	--	--	--	--	----------------	--

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

17.1. Declara-se que a presente contratação é viável a partir da justificativa apresentada e que os requisitos e especificações são adequados a continuidade da contratação bem como às necessidades de fiscalização do contrato.

17.2. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente documento segue assinado pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação, designada pela Portaria SGE DPGU nº 142, de 14 de setembro de 2017.

18. RESPONSÁVEIS

Setor Requisitante e Técnico (CFIS):

Baltasar Ventura Pinto
Agente Administrativo

Sérgio Augusto Menezes Xavier
Assistente Administrativo

ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e três, Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP: 70.040-908, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob n.º 00375114/0001-16, neste ato representada pela Secretária-Geral Executiva, _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, estabelecida na Rua, Estado do _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, resolvem nos termos da Lei 14.133, 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com o Pregão Eletrônico n.º XX/2024, devidamente homologado à fol. ____ do aludido processo, REGISTRAR PREÇOS, para eventual aquisição dos objetos a seguir, conforme especificações constantes no Termo de Referência respectivo.

ITEM	LOCAL	QUANTIDADE DE REGISTRO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
TELEFONE:	
PESSOA PARA CONTATO:	
E-MAIL:	

1. CONDIÇÕES GERAIS:

- 1.1. A existência de preços registrados não obriga a Defensoria Pública da União a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.2. As quantidades e a prestação do serviço obedecerão aos critérios estabelecidos no Termo de Referência, e no Edital do Pregão ____/2024.
- 1.3. A Ata de registro de Preços não poderá ser utilizada por outros órgãos ou entidades da Administração Pública, nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
- 1.4. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. O prazo de validade da ata de registro de preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o previsto de no inciso IX do art.15 do Decreto nº 11.462/2023.
- 1.5. As eventuais contratações obedecerão aos mesmos prazos estabelecidos para contratação imediata.
- 1.6. E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preço para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terrestre por aplicativo, a ser executado em âmbito nacional, para atender às demandas das Unidades da Defensoria Pública da União, conforme especificações constantes deste Termo de Referência, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão nº ____/2024, durante o exercício de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional com característica de compromisso para futura contratação, terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Primeiro - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o serviço referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR REGISTRADO, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo Segundo - A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR REGISTRADO assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

Parágrafo Terceiro - A contratação decorrente desta Ata será formalizada mediante o firmamento de Termo de Contrato, com emissão de Nota de Empenho de Despesa para pagamento e competente Autorização da prestação do serviço, a qual deverá ser assinada e retirada pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da comunicação da CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Mediante a retirada da Nota de Empenho e Autorização da prestação do serviço, estará caracterizado o compromisso da execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

Parágrafo Único - Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da presente Ata de Registro de Preços, podendo ser reajustado nos termos do item 14 do Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Parágrafo Único - Os locais de execução dos serviços estão dispostos no item 6.1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Parágrafo Único - As condições de prestação dos serviços são aquelas estabelecidas no item 1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMALIZAÇÃO

Parágrafo Único - O período de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preço, podendo ser prorrogada por igual período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Único - As condições de pagamento estão dispostas no item 18 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Único - As obrigações da contratada estão dispostas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo Único - As obrigações da contratante estão dispostas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

Parágrafo Único - As infrações administrativas e sanções estão dispostas no item 9 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

Parágrafo Único - Não será admitida a adesão à ata de registro de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

Parágrafo Segundo - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo Terceiro - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Quarto - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Quinto - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Sexto - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sétimo - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Oitavo - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

Parágrafo Nono - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo sétimo, alíneas I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Décimo - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - Por razão de interesse público; ou

II – A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico n.º XX/2024, o Termo de Referência, bem como a proposta da empresa vencedora do certame.

Parágrafo Primeiro - Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 e no Decreto n.º 10.024/2019, com suas alterações.

Parágrafo Segundo - A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante.

Parágrafo Terceiro - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília – DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

R.G.:

2. _____

Nome:

CPF:

R.G



ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 08038.011411/2023-18

CONTRATO Nº -----/2024

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender as unidades da Defensoria Pública da União em âmbito nacional, que entre si celebram a União por intermédio da Defensoria Pública da União e a Empresa

.....

A União, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.375.114/0001-16, Setor Bancário Norte, Quadra 01, Bloco F, Edifício Palácio da Agricultura - Bairro Asa Norte - CEP: 70.040-908, Brasília-DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) Secretário(a)-Geral Executivo Dr. Vinícius Freire Vinhas, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 792.526.055-68 e no RG sob o nº 750384557, residente e domiciliado em Brasília/DF, nomeado pela Portaria nº GABDPGF DPGU nº 193, de 2 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União nº 25 de 05 de fevereiro de 2024, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria nº 88 de 14 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2014, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com Sede na(o) _____, em _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____,

doravante denominada **CONTRATADA**. Conforme processo nº 08038.011411/2023-18, as partes celebram o presente contrato, sujeitando-se ao Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, ao Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, ao Decreto 10.024, de 20/09/2019, ao Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, à Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017 - SEGES/MPOG, à Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, bem como às alterações constantes na Lei Complementar 147/2014 e pela Lei Complementar 155/2016, e subsidiariamente, à normas atualizadas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, vigente e ao Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2024, bem como às cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Parágrafo Único – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte terrestre por aplicativo, para atender as necessidades de deslocamento em serviços de servidores e defensores, em âmbito nacional, via Sistema de Registro de Preços na modalidade pregão eletrônico, conforme quantitativo, condições e especificações prevista no Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único - O Termo de Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 15, do Decreto 11.462/23, é preciso que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I.** Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II.** A Administração tenha interesse na realização do serviço;
- III.** O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- IV.** A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Parágrafo Único - Pelos serviços executados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de **R\$ XXXXX (XXXXXX)** e o valor anual de **R\$ XXXXX (XXXXXX)** com relação as unidades da DPU em âmbito nacional, referente a prestação de serviços de transporte por aplicativo, conforme composição disposta no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Primeiro - No presente exercício, as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento específico da Defensoria Pública da União, na classificação referente à Ação 03.422.2021.2725.0001, Natureza da despesa 3390.37, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2024 NE_____, datada de ____de _____de 2024, no valor de R\$_____ (_____), sem prejuízo de emissão de reforços ou anulações em razão da disponibilidade orçamentária ou em decorrência de alterações no Programa de Trabalho ou, ainda, novas determinações legais.

Parágrafo Segundo – As despesas decorrentes desta contratação serão decorrentes de dotação orçamentária prevista no Orçamento Geral da União para a Defensoria Pública da União, Exercício 2024, referente ao programa de trabalho e natureza da despesa a serem informados posteriormente pela Coordenação de Secretaria de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).

Parágrafo Terceiro – Por força da EC nº 95/2016, as repactuações do contrato administrativo em tela sofrerão o reajuste máximo da inflação acumulada durante o ano.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Parágrafo Único – As condições de pagamento estão dispostas no item 18 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Parágrafo Único - As obrigações da contratante estão dispostas no item 13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Parágrafo Único - As obrigações da contratada estão dispostas no item 14 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da DPU, especialmente designado na forma dos Artigos 117 e 140 da Lei n.º 14.133 e dos Artigos 10 e 11 do Decreto n.º 9.507/18.

I. Além das disposições previstas neste item, a fiscalização contratual dos serviços seguirá o disposto na Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017 - SEGES/MPOG.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Único - As infrações administrativas e sanções estão dispostas no item 9 do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua extinção com as consequências contratuais, inclusive o reconhecimento dos direitos da CONTRATANTE, conforme inciso I do Artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, e o disposto no Artigo 139 do referido Diploma Legal.

Constituirão motivos para extinção do contrato:

- I.** não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II.** desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III.** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV.** decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V.** caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI.** atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

Parágrafo Primeiro - Os casos de extinção do contrato serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo Segundo - A extinção do Contrato poderá ser determinada, conforme Artigos 137 e 138 da Lei n.º 14.133/2021;

Parágrafo Terceiro - A extinção do contrato determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a IX do Artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, acarretará à correspondentes sanções previstas na Cláusula “das Sanções”;

Parágrafo Quarto - Constituem motivos para extinção do contrato, a subcontratação total do objeto deste contrato, a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUSTENTABILIDADE

Parágrafo Primeiro – A Contratada deverá executar as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e demais legislações em vigor.

Parágrafo Segundo – Poderá utilizar reciclagem com utilização das normas pertinentes a conservação do meio ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável, ar e água livres de poluição, terra e solo, mares e oceanos.

Parágrafo Terceiro – No caso de impossibilidade da utilização da reciclagem deve-se descartar o objeto do contrato em local apropriado para evitar poluição do meio ambiente bem como possíveis responsabilidades e infrações em nome da Defensoria Pública da União.

Parágrafo Quarto – A contratada também deverá observar o disposto na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Parágrafo Único – A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Instrumento de Contrato por extrato no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme Artigo 89, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Primeiro – O presente contrato, bem como os casos nele omissos, fundamenta-se:

- I.** Na Lei nº. 14.133/2021;
- II.** Nos preceitos de direito público;
- III.** Subsidiariamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Segundo – O presente contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº XX/2024 e seus Anexos, do Termo de Referência, da Nota de Empenho e demais documentos que compõem o Processo nº 08038.003130/2023-83.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CIÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DOS INSTRUMENTOS

Parágrafo Único – Ao assinar o instrumento contratual, a contratada declara estar ciente e concorda com TODAS as condições contidas no Termo de Referência, bem como as do Edital e seus anexos, e ainda que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, referentes ao Pregão nº XX/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data de assinatura do Contrato.

Parágrafo Segundo - Após o interregno de 01 (um) ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE,

do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

Parágrafo Terceiro - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Quarto - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Parágrafo Quinto - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Parágrafo Sexto - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sétimo - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo Oitavo - O reajuste será realizado por termo de apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Parágrafo Primeiro - As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Parágrafo Segundo - Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, **vai assinado eletronicamente pelos contratantes.**

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual.

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

_____ (razão social da empresa), inscrita no
CNPJ nº: _____, sediada
_____ (endereço completo), por intermédio de seu
representante legal, _____, portador da carteira de
identidade nº: _____ e do CPF nº: _____, para os fins de
habilitação no Pregão Eletrônico nº XX/2024, DECLARA expressamente que, até a
presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente certame
licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – (UF), de _____ de 2024.

(nome e número da identidade do declarante)



**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico XX/2024 foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico XX/20XX não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico XX/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico XX/2024 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico XX/2024 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico XX/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico XX/2024 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(Representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa).



**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM AS NORMAS DO
EDITAL**

Pregão eletrônico XX/2024

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao pregão nº XX/2024 da UASG 290002 - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO.

CNPJ: _____

EMPRESA: _____

XXXXXX, XX de XXXX de 2024.



**ANEXO VIII - TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI
COMPLEMENTAR 123, DE 14 DEZEMBRO DE 2006)**

PREGÃO N.º XX/2024

_____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, Portador da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, OPTA pelo tratamento diferenciado, estabelecido pela Lei Complementar n.º 123, de 15 de dezembro de 2006, nos termos do Artigo 3º e seus parágrafos, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto e DECLARA ser:

() Microempresa () Empresa de Pequeno Porte.

_____, em _____ de _____ de 2024.

Representante Legal



ANEXO IX – MODELO DE PROPOSTA

(Dados da Empresa: Razão Social, CNPJ, endereço, Inscrição Estadual, telefone, assinatura do representante, com nome e cargo do signatário. A proposta deverá ser datada e com validade de no mínimo 60 dias)

ITENS	UNIDADES	FRANQUIA MENSAL ESTIMADA EM KM	FRANQUIA ANUAL ESTIMADA EM KM	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR MÉDIO TOTAL
NORTE					
1	RIO BRANCO/AC	1.500	18.000		
2	MACAPÁ/AP	1.500	18.000		
3	MANAUS/AM	2.000	24.000		
4	ALTAMIRA/PA	1.500	18.000		
5	SANTARÉM/PA	1.500	18.000		
6	BELÉM/PA	1.500	18.000		
7	PORTO VELHO/RO	1.500	18.000		
8	PALMAS/TO	1.500	18.000		
9	BOA VISTA/RR	1.500	18.000		
NORDESTE					
10	SALVADOR/BA	1.500	18.000		
11	FEIRA DE SANTANA/BA	1.500	18.000		
12	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA	1.500	18.000		
13	PETROLINA/PE e JUAZEIRO/BA	1.500	18.000		
14	RECIFE/PE	2.000	24.000		
15	CARUARU/PE	1.500	18.000		
16	FORTALEZA/CE	1.500	18.000		
17	SOBRAL/CE	1.500	18.000		
18	TERESINA/PI	1.500	18.000		
19	NATAL/RN	1.500	18.000		
20	MOSSORÓ/RN	1.500	18.000		
21	JOÃO PESSOA/PB	1.500	18.000		

22	CAMPINA GRANDE/PB	1.500	18.000		
23	SÃO LUÍS/MA	1.500	18.000		
24	ARACAJU/SE	1.500	18.000		
25	MACEIÓ/AL	1.500	18.000		
26	ARAPIRACA/AL	1.500	18.000		
CENTRO-OESTE					
27	BRASÍLIA/DF	2.000	24.000		
28	GOIÂNIA/GO	1.500	18.000		
29	CUIABÁ/MT	1.500	18.000		
30	CÁRCERES/MT	1.500	18.000		
31	RONDONÓPOLIS/MT	1.500	18.000		
32	CAMPO GRANDE/MS	1.500	18.000		
33	DOURADOS/MS	1.500	18.000		
SUDESTE					
34	BELO HORIZONTE/MG	1.500	18.000		
35	GOVERNADOR VALADARES/MG	1.500	18.000		
36	JUIZ DE FORA/MG	1.500	18.000		
37	MONTES CLAROS/MG	1.500	18.000		
38	UBERLÂNDIA/MG	1.500	18.000		
39	RIO DE JANEIRO/RJ	1.500	18.000		
40	BAIXADA FLUMINENSE/RJ	1.500	18.000		
41	VOLTA REDONDA/RJ	1.500	18.000		
42	NITERÓI, SÃO GONÇALO E ITABORAÍ/RJ	1.500	18.000		
43	VITÓRIA/ES	1.500	18.000		
44	LINHARES/ES	1.500	18.000		
45	SÃO PAULO/SP	2.000	24.000		
46	ABC PAULISTA/SP	1.500	18.000		
47	CAMPINAS/SP	1.500	18.000		
48	GUARULHOS/SP	1.500	18.000		
49	JALES/SP	1.500	18.000		
50	MOGI DAS CRUZES/SP	1.500	18.000		

51	OSASCO/SP	1.500	18.000		
52	REGISTRO/SP	1.500	18.000		
53	RIBEIRÃO PRETO/SP	1.500	18.000		
54	SANTOS E SÃO VICENTE/SP	1.500	18.000		
55	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	1.500	18.000		
56	SOROCABA/SP	1.500	18.000		
SUL					
57	PORTO ALEGRE/RS	2.000	24.000		
58	CANOAS/RS	1.500	18.000		
59	BAGÉ/RS	1.500	18.000		
60	PELOTAS/RS	1.500	18.000		
61	RIO GRANDE/RS	1.500	18.000		
62	SANTA MARIA/RS	1.500	18.000		
63	URUGUAIANA/RS	1.500	18.000		
64	FLORIANÓPOLIS/SC	1.500	18.000		
65	CRICIÚMA/SC	1.500	18.000		
66	JOINVILLE/SC	1.500	18.000		
67	CURITIBA/PR	1.500	18.000		
68	CASCADEL/PR	1.500	18.000		
69	LONDRINA/PR	1.500	18.000		
70	UMUARAMA/PR	1.500	18.000		
71	FOZ DO IGUAÇU/PR	1.500	18.000		
					R\$
VALOR MÉDIO ANUAL (12 MESES)					
R\$					



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n. 59/2023

PROCESSO:	STJ 25935/2022
OBJETO:	Contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE.
TIPO DE LICITAÇÃO:	Menor Preço
MODO DE DISPUTA:	Aberto e Fechado
DIFERENCIAÇÃO E BENEFÍCIOS:	Ampla participação de empresas
VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO:	R\$ 247.649,20 (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)
ABERTURA DA SESSÃO:	Data: 13/06/2023 Hora: 14h00 Local: www.comprasgovernamentais.gov.br
TELEFONE:	(61) 3319-9027
E-MAIL:	coli@stj.jus.br

SUMÁRIO

1	DO OBJETO
2	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
3	DO CREDENCIAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES
4	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5	DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
6	DA FORMULAÇÃO DOS LANCES
7	DO ENVIO DA PROPOSTA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR
8	DO JULGAMENTO DA PROPOSTA
9	DA HABILITAÇÃO
10	DA PROVA DE CONCEITO
11	DOS RECURSOS
12	DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
13	DA CONTRATAÇÃO
14	DAS PENALIDADES
15	DO RECEBIMENTO DO OBJETO
16	DO FATURAMENTO E PAGAMENTO
17	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
18	DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL
19	DO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)
20	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO

I	TERMO DE REFERÊNCIA
II	ESTIMATIVA DE PREÇOS
III	MINUTA DE CONTRATO
IV	PROVA DE CONCEITO
V	DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E DE NEPOTISMO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Menor Preço

Modo de disputa Aberto e Fechado

O Superior Tribunal de Justiça, por intermédio do pregoeiro, designado pela Portaria STJ/GDG n. 265 de 27 de março de 2023, torna público, para ciência dos interessados, que às ____ h ____ min, hora de Brasília, do dia ____ de _____ de 20__, por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou, caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, fará realizar licitação na modalidade de pregão eletrônico do tipo Menor Preço, no modo de disputa aberto e fechado, utilizando os recursos de tecnologia da informação - Internet. O procedimento licitatório, conforme o caso, obedecerá às disposições contidas na Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e nos Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e às condições e exigências estabelecidas neste edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE, conforme especificação do objeto constante do Termo de Referência, [ANEXO I](#) deste Edital.
- 1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A sessão deste pregão ocorrerá à distância, em sessão pública, e iniciará com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e realizada em conformidade com este edital na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

- 2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico todas as empresas que atendam às condições deste edital e seus anexos e que estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Gestão - Seges do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico, em conformidade com o inc. I do art. 19 do Decreto n. 10.024/2019.
- 2.3. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo Superior Tribunal de Justiça com apoio técnico e operacional da Seges, que atuará como órgão provedor do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, oferecendo recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.
- 2.4. Como condição para participação neste pregão, o licitante prestará as seguintes declarações em campo próprio do sistema eletrônico:
- 2.4.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e da conformidade de sua proposta com as exigências definidas no edital;
- 2.4.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, na hipótese de o licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado pelo art. 1º do Decreto n. 8.538/2015;
- 2.4.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 2.4.4. que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 2.4.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa Seges/MP n. 5/2017;
- 2.4.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4.7. que os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos previsto em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n. 8.213/1991;

2.4.8. que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

2.5. A declaração falsa relativa à proposta de preços, às condições de participação e ao cumprimento de qualquer condição deste edital sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 49 do Decreto n. 10.024/2019 e nas demais cominações legais.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

a. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n. 10.024/2019;

b. as empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com o STJ, com fundamento no art. 87, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

c. as empresas declaradas inidôneas, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993 e art. 46 da Lei n. 8.443/1992;

d. as empresas declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, com fundamento no inciso IV e § 5º do artigo 156 da Lei n. 14.133/2021.

e. servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei n. 8.666/1993.

f. as empresas impedidas de licitar e contratar com a União, com fundamento no inciso III e § 4º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

g. empresas reunidas em consórcio;

h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

- i. instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão n. 1.406/2017- TCU-Plenário).
- i.1. Para comprovar a exceção, o licitante deverá apresentar cópia do contrato de gestão e dos respectivos atos constitutivos.
- 2.7. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.7.1. Para usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006, a sociedade cooperativa deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 2.8. Os documentos desta licitação deverão:
- a. ser apresentados com os dados do CNPJ da unidade empresarial (matriz/filial) responsável pela execução do objeto desta licitação, com exceção:
- a.1. da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à dívida ativa da União - DAU por elas administrados e do certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal, que deverá ser da matriz da pessoa jurídica;
- a.2. da certidão de falência/recuperação judicial e da certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT que deverá ser da matriz (sede) da pessoa jurídica;
- a.3. dos demais documentos de habilitação que, pela própria natureza, comprovadamente possam ser emitidos de forma centralizada, em nome da matriz (sede) e filial, da pessoa jurídica;
- a.4. dos documentos de qualificação técnica com CNPJ da matriz, quando a participante da licitação for filial.

- b. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;
- c. no modo digital e na hipótese de dúvida em relação à integridade do referido documento, deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado como pregoeiro;
- d. quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre;
- d.1. na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;
- d.2. aplica-se, no que couber, o disposto nos itens anteriores no caso de documentos apresentados em outros idiomas por licitantes nacionais;
- 2.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, os documentos expedidos nos últimos seis meses que antecederem à data da sessão deste certame serão considerados válidos.

3. DO CREDENCIAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES

- 3.1. A participação no pregão requer o credenciamento do licitante e sua manutenção, que dependerão de registro prévio e atualizado no Sicaf.
- 3.2. O credenciamento no Sicaf permitirá a participação dos interessados no pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro tiver sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.
- 3.3. O licitante deverá credenciar-se previamente no Sicaf, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, observados os seguintes aspectos:
 - a. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

- b. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Superior Tribunal de Justiça por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- c. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- d. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- e. utilizar a chave de identificação e a senha de acesso, pessoal e intransferível, para participar do pregão na forma eletrônica;
- f. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4. O credenciamento do licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.5. O licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.6. O fornecedor descredenciado no Sicaf terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, com base na estimativa, [ANEXO II](#) deste edital, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema

eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento dessa documentação.

- 4.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.
- 4.3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante mais bem classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso ao público após o encerramento do envio de lances.
- 4.3.1. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação, não haverá ordem de classificação das propostas, ocorrendo somente após os procedimentos de negociação e julgamento da melhor proposta.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante utilização da chave de acesso e da senha.
- 5.2. Os licitantes interessados poderão participar da sessão pública na internet, por meio do uso dos recursos de acesso ao sistema eletrônico.
- 5.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.4. Antes do início da fase competitiva, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 5.4.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.
- 5.5. Os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de desconexão.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.2. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, momento em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.3. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do respectivo valor consignado no registro.
- 6.4. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
 - a. os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;
 - b. o licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - c. não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.5. Durante a sessão pública deste certame, os licitantes serão informados em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor.
- 6.6. Será adotado o envio de lances no modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.8. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores

àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.1. Não havendo o mínimo de três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade.

6.9.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item [6.9](#).

6.10. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, no caso de nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.11. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após decorridas 24 horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.14. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 5º do Decreto 8.538/2015, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.15. Não havendo envio de lances após o início da fase competitiva, remanescendo somente as propostas iniciais, os critérios de desempate serão aplicados da seguinte forma:

- a. observância dos critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e no art. 5º do Decreto 8.538/2015, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese; e
- b. persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico entre as propostas empatadas.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

- 7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.
- 7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.3. A proposta adequada ao último lance após negociação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, podendo esse prazo ser prorrogado pelo pregoeiro, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pelo pregoeiro, e deverá:
 - a. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
 - b. apresentar a identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (e-mail);
 - c. ter indicação única de preço para o item, em moeda nacional, com exibição do valor unitário e total em algarismos e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme preços praticados no mercado, devidamente ajustada ao lance vencedor, com base no formato da estimativa de preço, [ANEXO II](#) deste edital;
- 7.4. O preço proposto no lance final será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos.

7.5. Além dos requisitos previstos no item [7.3](#), a proposta de preços a ser encaminhada, independente da fase em que estiver, deverá conter:

- a. a descrição clara do item cotado, com indicação da quantidade, da marca e do modelo, de acordo com as especificações constantes no termo de referência, [ANEXO I](#) deste edital;
- b. o prazo para início da execução dos serviços de, no máximo, sessenta dias corridos, contados da assinatura do contrato;
- c. o prazo de validade da proposta não inferior a sessenta dias, contado da data da sessão pública de recebimento da proposta de preços.

7.6. No caso de os prazos para início da execução dos serviços e/ou de validade serem omitidos na proposta, o pregoeiro entenderá como sendo iguais aos previstos, respectivamente, no subitem [7.5](#) alíneas "[b](#)" e "[c](#)".

7.7. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca do licitante.

7.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

7.10. O licitante fica obrigado a indicar o CNPJ da unidade empresarial responsável pela execução do objeto da contratação (matriz ou filial).

7.11. Sem prejuízo do disposto no item [7.3](#), o pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos complementares àqueles entregues na abertura do certame, determinado prazo para o atendimento.

7.11.1. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a. não atenderem às exigências deste edital;

b. apresentarem valores unitário e total, após a fase de lances e ou negociação, superiores aos constantes da estimativa de preço, [ANEXO II](#) deste edital.

8.3. Erros no preenchimento da proposta não são motivo suficiente para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

8.3.1. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

8.3.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.4 O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

- 8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7. Será(ão) declarado(s) vencedor(es) o(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço, tiver a prova de conceito aprovada e que cumprir(em) todos os requisitos de habilitação.
- 8.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao registro cadastral atualizado no Sicafe, que será confirmado por meio de consulta on-line ao sistema Comprasnet.
- 9.2. Será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 9.2.1. A consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, entre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.3. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, desde que atualizados, compreendendo os seguintes registros:
- a. habilitação jurídica;
 - b. qualificação técnica;

c. regularidade fiscal federal e trabalhista;

d. impedimentos diretos e indiretos;

e. sanções aplicadas pela administração pública, em especial as que acarretem a proibição de participação em licitações e celebração de contratos com o Poder Público.

9.3.1. Na habilitação jurídica, será avaliado se o ramo de atividade é compatível com o objeto da licitação, nos termos do Acórdão n. 642/2014-TCU-Plenário.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e, se houver exigência, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018.

9.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa Seges/MP n. 3/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar as certidões válidas, conforme art. 43, §3º, do Decreto n. 10.024/2019.

9.4.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

9.4.4.1. Inclui-se, na hipótese do subitem acima, o documento ausente, desde que comprobatório da condição atendida pelo licitante na apresentação de sua proposta (até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública), que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, conforme o entendimento do Acórdão n. 1.211/2021-Plenário.

9.4.4.2. O pregoeiro e sua equipe de apoio certificarão a autenticidade da informação apresentada nos casos de documentos juntados pelo próprio licitante.

9.5. Ressalvado o disposto do item [9.3](#), os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a. registro comercial, no caso de empresa individual;
- b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- c. Certidão Negativa de Falência ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c.1. Caso esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá comprovar o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.
- c.2. A apresentação da certidão de acolhimento ou de homologação do plano de recuperação não obsta ao pregoeiro ou à comissão de licitação realizar diligências com a finalidade de aferir a capacidade econômico-financeira do licitante.
- d. Declaração de Composição Societária, conforme [ANEXO V](#) deste Edital;
- e. a regularidade do licitante perante a Fazenda Federal (incluindo as contribuições previdenciárias e relativas a terceiros);
- f. a regularidade do licitante perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- g. a regularidade do licitante referente a débitos trabalhistas (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), instituída pela Lei n. 12.440/2011;
- h. comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, descrito no capítulo 3 do Termo de Referência;

- h.1. considera-se compatível com o objeto deste certame a apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a execução de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 3.000 (três mil) quilômetros mensais, podendo ser aceito o somatório de atestados;
- h.2. No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado/certificado ou declaração, a verificação da quantidade acima especificada será efetuada considerando a soma das quantidades apresentadas em cada documento, dentro do mesmo mês;
- h.3. os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- h.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- h.5. o STJ se reserva o direito de consultar a pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre os serviços prestados.
- 9.6. O licitante que apresentar documentação em desacordo com este edital será inabilitado.
- 9.7. Conforme regem os art. 42 e 43, da Lei Complementar n. 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião de participação do certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.7.1. Será consultado o portal da transparência do Governo Federal, para verificação do faturamento máximo disposto na Lei Complementar n. 123/2006, em observância do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida legislação a ser atribuído aos licitantes declarados como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- 9.7.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem [9.7.2](#), implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legalmente previstas, quando serão convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 9.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

10. DA PROVA DE CONCEITO

- 10.1. A licitante classificada em primeiro lugar após a fase de lances será convocada para realização de Prova de Conceito (PoC), em Brasília/DF, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, visando aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica, dispostas no [ANEXO IV](#), podendo ser acompanhada por até 2 (dois) representantes de cada licitante interessado;
- 10.2. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da Prova de Conceito (PoC) são de responsabilidade dos licitantes.
- 10.3. A equipe técnica da área de T.I. do STJ elaborará relatório em até 5 (cinco) dias úteis com o resultado da Prova de Conceito (PoC), informando se a solução tecnológica está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.
- 10.4. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade integral, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 10.5. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, o licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de ciência do relatório. Os testes complementares poderão ser acompanhados pelos demais licitantes interessados;
- 10.6. Será considerada aprovada a solução tecnológica que possua todos os requisitos e funcionalidades previstas e não apresente falhas durante a Prova de Conceito (PoC).

- 10.7. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, o licitante será desclassificado do processo licitatório.
- 10.8. No caso de desclassificação do licitante, será convocado o próximo licitante classificado para realização da Prova de Conceito - PoC, [ANEXO IV](#), e assim sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico.
- 11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará decadência do direito de recurso.
- 11.3. Caberá ao pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.4. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de três dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar, se desejarem, contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto deste pregão será adjudicado pelo pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13. DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor com base nos dispositivos da Lei n. 8.666/1993.
- 13.2. O prazo para assinatura do contrato será de cinco dias úteis, após regular convocação pelo STJ.
- 13.2.1. Durante o prazo indicado no item anterior, será realizado o relatório de impacto de proteção de dados previamente ao contrato, com observância do princípio da transparência.
- 13.3. Na hipótese de a firma adjudicatária não assinar o termo de contrato no prazo estipulado no item acima, o STJ poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, combinado com os incisos XVI e XVII, da Lei n. 10.520/2002.
- 13.4. As exigências da execução dos serviços, dos prazos, bem como as demais condições constam do instrumento contratual a ser celebrado com o proponente vencedor, conforme Minuta de Contrato, [ANEXO III](#) deste Edital.
- 13.5. O licitante vencedor deverá apresentar à Seção de Formalização de Contratos e Acordos deste órgão, situada no SAF/Sul, quadra 6, lote 1, bloco "F", 1º andar, ala "A", Brasília - DF, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da publicação do resultado de julgamento, a documentação abaixo discriminada, necessária à formalização do contrato:
- 13.5.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 13.5.2. Ato constitutivo - Estatuto social em vigor, acompanhado da Ata da última assembleia, documentos de eleição de seus administradores e procurações que substabeleçam poderes a terceiros ou Contrato Social e alterações, se houver, registrados no órgão competente;
- 13.5.3. Identificação do responsável pela assinatura do contrato, com a respectiva procuração, se for o caso, com poderes específicos para assinar contrato;
- 13.5.4. Certidões válidas, no caso de estarem vencidas no Sicaf.

- 13.6. Além das condições previstas no item [13.5](#), na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 13.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, na forma do item [13.3](#), outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação e a formação do cadastro reserva, ser for o caso, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou aceitar a nota de empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.
- 13.8. Será consultada a situação do licitante vencedor no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.
- 13.8.1. Os inscritos no referido cadastro não estão impedidos de contratar com o Tribunal apenas por este motivo.
- 13.9. Será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 13.10. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.
- 13.10.1. Na hipótese do item [13.10](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.
- 13.11. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo de até trinta dias corridos, a contar da assinatura do contrato, garantia contratual, nos termos do art. 56, § 1º, incisos I, II e III da Lei n. 8.666/1993 ([CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA](#) do [ANEXO III](#)).

14. DAS PENALIDADES

14.1. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e do art. 49 do Decreto n. 10.024/2019, comete infração administrativa passível de impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, no contrato ou instrumento equivalente e das demais cominações legais:

14.1.1. O licitante adjudicatário que não assinar o termo de contrato ou que não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

14.1.2. O licitante que não entregar documentação em qualquer fase do certame;

14.1.3. O licitante que entregar documentação falsa neste certame;

14.1.4. O licitante que ensejar o retardamento de qualquer das fases deste pregão eletrônico;

14.1.5. O licitante que, dentro do prazo de validade exigido neste edital, não mantiver a proposta;

14.1.6. A empresa que falhar na execução do objeto e dos procedimentos relacionados à assistência e garantia técnica;

14.1.7. A empresa que fraudar na execução do objeto, bem como na assistência técnica no período de garantia, se cabível;

14.1.8. A empresa que se comportar de modo inidôneo;

14.1.9. A empresa que declarar informações falsas, independente da obtenção de vantagem indevida ou do momento da descoberta;

14.1.10. A empresa que cometer fraude fiscal;

14.2. Observado o disposto no item [14.5](#), considera-se comportamento inidôneo que menciona o item [14.1.8](#), sem prejuízo de outros:

- 14.2.1. Declarar falsamente quanto ao cumprimento das condições de participação, salvo quanto à condição posterior ao ato;
- 14.2.2. Declarar falsamente quanto ao direito ou margem de preferência;
- 14.2.3. Deixar de apresentar injustificadamente amostra, quando exigida no certame;
- 14.2.4. Deixar de apresentar injustificadamente documentos necessários à formalização da contratação;
- 14.2.5. Apresentar proposta ou produtos em desacordo com as exigências do edital, sem justificativa aceitável;
- 14.2.6. Fazer conluio com licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances ou apresentar proposta de empresa com sócios em comum ou assemelhados a outros licitantes participantes de um mesmo item do pregão;
- 14.2.7. Incidir repetidamente, e ao longo do tempo, nos mesmos tipos de irregularidades tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, sem motivos escusáveis, mediante conduta prejudicial aos certames;
- 14.2.8. Participar de pregão quando impedida de licitar e contratar com o STJ, a União e entes federados, conforme o caso; ou
- 14.2.9. Pedir injustificadamente desistência de lance ou oferta no pregão;
- 14.3. Na hipótese de falha na execução do contrato, que menciona o item [14.1.6](#), bem como na assistência técnica no período de garantia, se cabível, a CONTRATADA fica sujeita às penalidades previstas nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e às sanções previstas na [CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA](#) do [ANEXO III](#).
- 14.4. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a CONTRATADA, dentre elas:
- 14.4.1. A declaração de inidoneidade que menciona o inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, nos seguintes casos:

- a. ocorrência de infração grave que cause dano ou prejuízo considerável à Administração Pública;
- b. prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c. prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

14.4.2. as sanções previstas na Lei n. 12.846/2013, que disciplina a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

14.5. Todas as sanções previstas neste instrumento somente serão aplicadas observando-se:

- a. o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- b. os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;
- c. as causas atenuantes ou excludentes de culpabilidade.

14.6. A instrução dos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão o rito estabelecido na [Instrução Normativa STJ/GDG N. 5, de 25 de janeiro de 2019](#).

14.6.1. A dosimetria das sanções observará a [Instrução Normativa STJ/GDG N. 5, de 25 de janeiro de 2019](#) e subsidiariamente a Instrução Normativa CNJ n. 67 de 10 de julho de 2020 e a Instrução Normativa Seges/MP n. 3 de 26 de abril de 2018 ou as que vier substituí-las, caso não conflitantes com o normativo interno.

14.7. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

14.8. A notificação dos atos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão as regras da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 17, de 3 de julho de 2019](#).

14.8.1. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico, digitalizando-se o

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1. O objeto desta licitação se dará pela operação por meio de aplicação web e aplicativo mobile, tendo como destino e origem a região do Distrito Federal e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE.
- 15.2. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão obedecerão ao disposto no art. 73 a 76 da Lei n. 8.666/93, no que lhes for aplicável, e proceder-se-ão na forma descrita na [CLÁUSULA QUARTA](#) do [ANEXO III](#)

16. DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

- 16.1. O faturamento e o pagamento obedecerão ao disposto na [CLÁUSULA DÉCIMA](#) do [ANEXO III](#).
- 16.2. O STJ exigirá da CONTRATADA por ocasião do pagamento, a apresentação de Certidões em caso de estarem vencidas no Sicaf.
- 16.2.1. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente pregão correrão à conta de recursos específicos consignados ao Superior Tribunal de Justiça no Orçamento Geral da União.

18. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO, DA IMPUGNAÇÃO E DA MODIFICAÇÃO DO EDITAL

- 18.1. Os pedidos de esclarecimentos relativos ao edital e seus anexos deverão ser enviados ao pregoeiro até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no endereço eletrônico coli@stj.jus.br.
- 18.1.1. Os pedidos de esclarecimento e as impugnações encaminhados ao pregoeiro serão respondidos e colocados à disposição no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 18.1.2. Outras questões poderão ser encaminhadas à Coordenadoria de Licitação, localizada no 1º andar do prédio da Administração, telefones (61) 3319-9046, 9027 e 9216, nos dias úteis, das 9h às 19h, ou ser encaminhada ao endereço eletrônico coli@stj.jus.br.
- 18.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pelas condições previstas neste edital e em seus anexos.
- 18.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 18.4. Até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico coli@stj.jus.br, devendo ser comprovado o recebimento por meio do telefone (61) 3319-9027.
- 18.5. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pelas condições previstas neste edital e em seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 18.6. As impugnações não suspenderão automaticamente os prazos previstos neste certame.
- 18.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 18.7. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 18.8. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para a divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto,

exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

19. DO CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)

- 19.1. A assinatura eletrônica de contratos administrativos e de instrumentos congêneres foi instituída pela [Instrução Normativa STJ/GDG n. 6 de 13 de julho de 2017](#).
- 19.2. O responsável pela assinatura do contrato, após a adjudicação, deverá acessar a área indicada do Portal do STJ, no endereço <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Sob-medida/usuario-externo-acesso-ao-sei>, e realizar o cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), nos termos do art. 38 da Instrução Normativa n. 17 de 3 de julho de 2019, observado o art. 1º, § 2º, inciso III, alínea "b" da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, no prazo de dois dias úteis.
- 19.3. O licitante vencedor deverá informar ao STJ a realização do cadastro no SEI, enviando e-mail somente ao endereço eletrônico coli@stj.jus.br. Feito isso, o licitante vencedor deverá aguardar a liberação de seu cadastro como usuário externo, para acessar o sistema.
- 19.4. Após a liberação do acesso, as respectivas unidades disponibilizarão documentos para assinatura, no mencionado sistema, nos prazos estipulados neste Edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1. O edital na íntegra e os estudos preliminares estarão à disposição dos interessados no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça e no portal do Sistema Compras do Governo federal para *download*, nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.stj.jus.br.
- 20.2. Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 20.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação, sobretudo em decorrência da

anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

- 20.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no sítio eletrônico Compras Governamentais e/ou no Sicaf. Esses documentos e demais registros digitais serão juntados ao processo licitatório e permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.
- 20.5. Apesar da publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente licitação fundamenta-se nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002.
- 20.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente edital e a proposta da adjudicatária serão partes integrantes do contrato e da nota de empenho, conforme o caso.
- 20.7. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão promover diligências, no julgamento da habilitação e das propostas, destinadas a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirão validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, fixando prazos para atendimento, observado o disposto na [Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).
- 20.7.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item [20.7](#), a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 20.8. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 20.9. Toda comunicação oficial ocorrerá exclusivamente via sistema, pelo sítio www.comprasgov.ernamentais.gov.br ou por publicação, nos termos da legislação.
- 20.10. Os dados pessoais tornados públicos por este edital deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução do objeto licitado.
- 20.11. As questões decorrentes deste edital serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília, 29 de maio de 2023.

ALESSANDRA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA
Secretária de Administração

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência - 0279/2022 - v.12 - Lei 8666/1993

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. Continuação da prestação de serviços de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, no Distrito Federal e nos limites da RIDE, com disponibilização tecnológica (computador - web, aplicativo mobile - Android, IOS), atualmente atendido por meio do Contrato STJ nº 058/2019, cuja renovação foi efetuada com cláusula resolutória a partir de 24/01/2023.
- 2.2. Diminuição dos custos com transporte por meio da manutenção dos valores contratados para prestação de serviços de fornecimento de combustíveis, condução e manutenção de veículos.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. Serviço de transporte de pessoas voltado para o atendimento às necessidades deste Tribunal, com operação por meio de aplicação web e aplicativo mobile, tendo como destino e origem a região do Distrito Federal e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE.
- 3.1.1. A presente contratação terá como unidade de medida o valor do quilômetro rodado.
- 3.1.2. A gestão do serviço deve ser realizada pelo GESTOR CENTRAL e pelo FISCAL DO CONTRATO, pelos GESTORES SETORIAIS, GESTORES DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS e GESTORES DE UNIDADES EXTERNAS, ficando a operação do serviço a cargo dos gestores e usuários cadastrados, considerados os níveis de permissão a serem definidos.
- 3.1.3. A nomenclatura utilizada no presente termo estará, para melhor compreensão, definida no [ANEXO I](#) deste termo de referência.
- 3.1.4. Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos/excluídos ou atualizados pelo GESTOR CENTRAL e/ou FISCAL DO CONTRATO, considerando as informações fornecidas pelos GESTORES SETORIAIS, GESTORES DE UNIDADES e GESTORES DE UNIDADES EXTERNAS, enviado por e-mail à caixa corporativa do

MOVA. Devem ser observados os requisitos elencados no [ANEXO II](#) e também no [ANEXO IV](#).

- 3.1.5. O cadastramento dos dados dos GESTORES, UNIDADES e USUÁRIOS deverá ser realizado pela CONTRATADA, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.
- 3.1.6. O CONTRATANTE poderá realizar diretamente o cadastramento. A Coordenadoria de Transporte em conjunto com a Seção de Transporte será responsável pela inclusão, atualização e/ou exclusão de todos os GESTORES, UNIDADES, bem como dos USUÁRIOS a eles vinculados.
- 3.1.7. As solicitações de serviço realizadas pelos USUÁRIOS, por meio de funcionalidades da aplicação web (sítio eletrônico) ou do aplicativo para celular, deverão atender as seguintes características e funcionalidades:
 - 3.1.7.1. Deverá ser possibilitada a solicitação imediata e/ou o agendamento futuro dos atendimentos por meio do aplicativo MOVA-STJ para aparelho celular, de modo que permita o agendamento "on line" para utilização dos veículos, compatível com as plataformas Android e iOS, disponíveis para download no site Google Play e na App Store, que poderá ser instalado no aparelho pessoal do solicitante e/ou USUÁRIO.
 - 3.1.7.2. Deverá ser possibilitada a solicitação imediata e/ou o agendamento futuro dos atendimentos pelo sistema Mova-STJ que estará disponível na intranet do Tribunal, no sítio eletrônico do STJ, com acesso por login e senha e que permita o agendamento "on line" para a utilização dos veículos.
 - 3.1.7.3. O VEÍCULO solicitado deverá estar no local de origem indicado pelo USUÁRIO, no ato da solicitação, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos, contados da data e hora da solicitação, devendo o USUÁRIO ser aguardado pelo prazo de até 10 (dez) minutos para embarque.
 - 3.1.7.4. O cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO pode ser efetuado a qualquer momento, desde que não iniciado o atendimento, caracterizado pelo embarque do USUÁRIO no VEÍCULO, sem ônus para o CONTRATANTE.
 - 3.1.7.5. O cancelamento da solicitação pode ser realizado pelo MOTORISTA após transcorrido o prazo de 10 (dez) minutos sem a chegada do USUÁRIO, sem ônus para a CONTRATANTE.
 - 3.1.7.6. A apuração do valor do atendimento, bem como o cálculo de quilometragem e tempo de duração, será iniciado a partir do embarque do USUÁRIO no VEÍCULO, calculado automaticamente pelo aplicativo e encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino.
 - 3.1.7.7. É proibida a cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros.

- 3.1.7.8. Em eventual caso de cobrança de pedágio, o valor deverá ser pago pelo MOTORISTA, com posterior inclusão ao valor do atendimento realizado, de forma discriminada.
- 3.1.8. Os atendimentos realizados devem ser confirmados ou contestados pelos USUÁRIOS solicitantes, mediante o uso de sua senha pessoal.
- 3.1.9. Os atendimentos confirmados devem ser obrigatoriamente avaliados pelos USUÁRIOS solicitantes;
- 3.1.10. Os atendimentos realizados, depois de confirmados e avaliados, devem ser atestados ou contestados pelos GESTORES SETORIAIS, DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS e GESTORES DE UNIDADES EXTERNAS, observada a abrangência de suas atuações, de forma individual ou agrupada, por meio de funcionalidade da aplicação web no sítio do STJ (intranet - MOVA-STJ) ou do aplicativo para celular, observando que o PASSAGEIRO (GESTOR ou USUÁRIO) atestará os próprios atendimentos.
- 3.1.11. Os VEÍCULOS designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997 e demais normas do CONTRAN, no que couber, atendendo, no mínimo, as seguintes especificações e equipamentos:
- 3.1.11.1. Idade máxima de 6 (seis) anos, para VEÍCULOS movidos a etanol e/ou gasolina ou outro combustível fóssil, ou máxima de 8 (oito) anos para VEÍCULOS elétricos ou híbridos, contados da emissão do primeiro CRLV.
- 3.1.11.2. Sistema de ar-condicionado.
- 3.1.11.3. Mínimo de 4 (quatro) portas.
- 3.1.12. Na ocorrência de fato superveniente de ordem legal ou normativa emanada de autoridade competente, a exclusivo critério da CONTRATANTE, quando couber, poderá ser autorizado eventual pedido da CONTRATADA para alteração da idade máxima dos VEÍCULOS, desde que garantida a qualidade do serviço a ser prestado.
- 3.1.13. Em caso de prestação do serviço pela CONTRATADA por meio de agenciamento de serviço de táxi ou por Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros por Aplicativos - STIP/DF, os VEÍCULOS também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços no DF.
- 3.1.14. Os MOTORISTAS designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1977 e demais normas do CONTRAN, no que couber, sendo a CONTRATADA responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:
- 3.1.14.1. atender aos clientes com presteza e polidez;
- 3.1.14.2. manter o VEÍCULO em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

- 3.1.15. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou STIP/DF, a CONTRATADA também é responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos MOTORISTAS das disposições legais e normativas que regulam tais serviços no DF.
- 3.1.16. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste TR.
- 3.1.17. O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a CONTRATADA deverá ser aferido pelos GESTORES designados pela CONTRATANTE e FISCAL DO CONTRATO estabelecidos no subitem [3.1.2.](#) deste termo de referência, de modo a garantir a satisfação das necessidades de transporte das pessoas com a qualidade e a tempestividade adequadas.
- 3.1.18. A comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE deve sempre ser realizada por intermédio do preposto da empresa e o gestor da execução contratual ou fiscais, por escrito, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser formalizados no prazo de 1 (um) dia útil.
- 3.1.19. Havendo erro ou inconsistência na nota fiscal/fatura apresentada, a CONTRATADA será notificada para realizar as devidas correções, sendo a contagem do prazo para pagamento reiniciado e contado da data do recebimento dos documentos corrigidos.
- 3.1.20. O sistema a ser utilizado para solicitação de veículos deverá conter campos específicos para que o usuário informe se é pessoa com deficiência e se há necessidade de alguma adaptação no transporte e/ou de atendimento diferenciado.
- 3.1.21. Será assegurado à CONTRATADA a cobrança do valor de 2 (duas) vezes o quilômetro rodado contratado nas corridas realizadas até 2 (dois) quilômetros.
- 3.1.22. Os atendimentos não atestados pelos GESTORES até o quinto dia útil do mês subsequente ao serviço prestado serão automaticamente atestados pelo gestor do contrato por meio do sistema para efeito de envio da fatura.
- 3.1.23. Os GESTORES e USUÁRIOS devem ser notificados automaticamente por e-mail das seguintes situações:
- 3.1.23.1. quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;
- 3.1.23.2. quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;
- 3.1.23.3. quando os MOTORISTAS cancelarem solicitações, depois de aguardar o PASSAGEIRO solicitante pelo menos por 10 (dez) minutos após a chegada do VEÍCULO ao endereço de origem;
- 3.1.23.4. quando estiverem com seus atendimentos realizados não contestados sem confirmação ou avaliação, diariamente, com apresentação das instruções para

regularização;

3.1.23.5. quando da avaliação do atendimento realizado, com apresentação das seguintes informações:

3.1.23.5.1. número identificador da solicitação;

3.1.23.5.2. matrícula do PASSAGEIRO solicitante;

3.1.23.5.3. data e hora da solicitação;

3.1.23.5.4. endereços de origem e de destino;

3.1.23.5.5. nome do MOTORISTA designado para o atendimento;

3.1.23.5.6. placa do VEÍCULO designado para o atendimento;

3.1.23.5.7. imagem geoprocessada de todo o percurso do VEÍCULO desde o início e até a finalização do atendimento, com as correspondentes coordenadas apuradas a cada 10 (dez) segundos, no mínimo, as quais deverão estar armazenadas na base de dados;

3.1.23.5.8. tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia GPS;

3.1.23.5.9. valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio eventualmente pago pelo motorista;

3.1.23.5.10. avaliação do atendimento.

3.1.23.5.11. quando os atendimentos solicitados por PASSAGEIROS vinculados à sua UNIDADE ADMINISTRATIVA estiverem finalizados, com as informações referentes a data, hora e itinerário, bem como se estão pendentes de atesto.

3.2. A CONTRATADA deverá oferecer transporte acessível para os servidores e/ou funcionários dos quadros auxiliares com deficiência, respeitando a Lei Brasileira de Inclusão n. 13.146/2015, capítulo X, artigos 46, 48 e 49.

4. METODOLOGIA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

4.1. De acordo com o histórico do contrato vigente, planilha [3254922](#), são estimados 70.155,580 Km (setenta mil, cento e cinquenta e cinco quilômetros, quinhentos e oitenta metros) em 20 meses.

5. FORMA DE ADJUDICAÇÃO

5.1. A forma de adjudicação será realizada por MENOR PREÇO.

6. PROVA DE CONCEITO

- 6.1. A licitante classificada em primeiro lugar após a fase de lances será convocada para realização de Prova de Conceito (PoC), em Brasília/DF, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, visando aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica, dispostas no [ANEXO VI.](#), podendo ser acompanhada por até 2 (dois) representantes de cada licitante interessado;
- 6.2. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da Prova de Conceito (PoC) são de responsabilidade dos licitantes;
- 6.3. A equipe técnica da área de T.I. do STJ elaborará relatório em até 5 (cinco) dias úteis com o resultado da Prova de Conceito (PoC), informando se a solução tecnológica está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas;
- 6.4. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade integral, o licitante será desclassificado do processo licitatório;
- 6.5. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, o licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de ciência do relatório. Os testes complementares poderão ser acompanhados pelos demais licitantes interessados;
- 6.6. Será considerada aprovada a solução tecnológica que possua todos os requisitos e funcionalidades previstas e não apresente falhas durante a Prova de Conceito (PoC);
- 6.7. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, o licitante será desclassificado do processo licitatório;
- 6.8. No caso de desclassificação do licitante, será convocado o próximo licitante classificado para realização da Prova de Conceito - PoC, [ANEXO VI.](#), e assim sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarado vencedor.

7. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. O serviço a ser executado deve seguir fielmente as regras e condições estabelecidas neste TR, de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real. Os acessos à aplicação web e ao aplicativo mobile devem ser realizados mediante o uso de login e senha pessoal cadastrados pelos próprios GESTORES e USUÁRIOS;

8. DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA

- 8.1.O licitante, deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, descrito no item [3](#). deste TR;
- 8.2.Considera-se compatível com o objeto deste certame a apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a execução de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 3.000 (três mil) quilômetros mensais, podendo ser aceito o somatório de atestados;
- 8.3.No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado/certificado ou declaração, a verificação da quantidade acima especificada será efetuada considerando a soma das quantidades apresentadas em cada documento, dentro do mesmo mês.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 9.1.A CONTRATADA deverá adotar as normas federais, estaduais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Instrução Normativa STJ/GDG N. 15 de 12 de Novembro de 2020.

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1.A execução do serviço será iniciada no prazo de 60 dias corridos após a assinatura do contrato, sendo realizadas neste período as seguintes atividades pela CONTRATADA, sem ônus para o STJ:
- 10.1.1.apresentação do plano de implantação do serviço no Superior Tribunal de Justiça e do plano de capacitação dos GESTORES e USUÁRIOS, para aprovação pelo GESTOR DO CONTRATO, contemplando:
- 10.1.1.1.especificação das atividades a serem realizadas;
- 10.1.1.2.infraestrutura e recursos necessários para a capacitação;
- 10.1.1.3.indicação dos instrumentos de capacitação a serem utilizados (vídeos, apresentações, tutoriais, cartilhas, folders, banners);
- 10.1.2.apresentação do plano de realização de teste da solução tecnológica, contemplando a aplicação web e aplicativo mobile, para aprovação pela UNIDADE GESTORA em conjunto com a área de T.I. do STJ, contemplando:
- 10.1.2.1.sistemática e especificação das atividades a serem realizadas;
- 10.1.2.2.infraestrutura e recursos necessários para o teste, especialmente o ambiente tecnológico para realização das atividades;

- 10.1.3. adaptação da solução tecnológica que será disponibilizada para operação e gestão do serviço, considerada a aplicação web e o aplicativo mobile, de forma que sejam atendidos todos os requisitos e funcionalidades estabelecidas neste TR;
- 10.1.4. após a adaptação da solução tecnológica, realização de teste da operação e gestão do serviço, em conjunto com a UNIDADE GESTORA e a área de T.I. do STJ, com apresentação pela contratada de relatório detalhado após a finalização;

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

- 11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal administrativo, devidamente designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser elaborado Termo Circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega pela Contratada de relatório discriminando os serviços prestados, relacionando todas as solicitações realizadas, devendo encaminhar o Termo Circunstanciado ao gestor do contrato, devidamente designado para a gestão contratual, para o recebimento definitivo.
- 11.2. O relatório deverá ser entregue no formato MS Excel ou CSV ou, no caso de o relatório ser disponibilizado via Sistema web, deverá ser permitida a sua exportação para uma planilha. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, com a consequente aceitação mediante Termo Circunstanciado.
- 11.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em Termo Circunstanciado a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 11.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o atesto da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato, mediante Termo Circunstanciado.
- 11.5. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.
- 11.6. O gestor emitirá Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal para fins de pagamento, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Disponibilizar o backup da base de dados da solução tecnológica, diariamente, com os dados dos cadastros, inclusive histórico de alterações, e das solicitações de serviço e atendimentos realizados.
- 12.2. Executar os serviços conforme especificações deste TR e de sua proposta, com a disponibilização dos empregados, cooperados ou credenciados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.3. Reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- 12.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.5. Utilizar empregados, cooperados ou credenciados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações e despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato.
- 12.7. Instruir seus empregados, cooperados ou credenciados quanto à necessidade de acatar as normas internas do STJ, em especial a Instrução Normativa STJ/GP nº 11 de 1º de agosto de 2017.
- 12.8. Instruir seus empregados, cooperados ou credenciados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 12.9. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 12.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993.

- 12.13. Disponibilizar instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
- 12.14. Atender as solicitações de informações, do objeto contratado, pela CONTRATANTE no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 12.15. Orientar os empregados, cooperados e credenciados a cumprir de forma adequada as obrigações legais aplicadas ao contrato e as exigências deste TR e do edital de licitação e seus anexos.
- 12.16. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da CONTRATADA, independentemente de solicitação.
- 12.17. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes ao objeto contratual e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.
- 12.18. Responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações judiciais eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados e credenciados envolvendo a CONTRATANTE, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes.
- 12.19. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados à CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos seus prepostos, empregados, cooperados e credenciados na execução do serviço.
- 12.20. Comunicar a CONTRATANTE a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, podendo ocorrer sem penalidade somente por até 2 (duas) horas por mês, desde que ocorra entre 2h e 5h de dias não úteis.
- 12.21. Possibilitar à CONTRATANTE acesso irrestrito ao módulo de consultas e emissão de relatórios da solução tecnológica por 5 (cinco) anos após o término do contrato.
- 12.22. Não subcontratar o objeto licitatório.
- 12.23. A empresa contratada deverá declarar ter conhecimento da Política de Sustentabilidade do STJ, dando cumprimento aos dispositivos da Instrução Normativa STJ/GDG n. 15 e 12 de novembro de 2020. Os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas para a eficiência energética, consumo consciente, redução do desperdício, coleta seletiva e descarte correto dos resíduos com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 13.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 13.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 13.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 13.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 13.6. Comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA, no prazo de 1 (um) dia útil, toda e qualquer orientação acerca do serviço, que deverão ser confirmados, por escrito, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência;
- 13.7. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do serviço;
- 13.8. Proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas;
- 13.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em razão da execução do serviço;
- 13.10. Controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela CONTRATADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim;
- 13.11. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste TR.

14. VIGÊNCIA

- 14.1. O objeto desta contratação enquadra-se como serviço prestado de forma contínua de acordo com item XLII, Artigo 4º da Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de 28 de abril de 2022: "transporte de pessoas e pequenas cargas, por meio rodoviário".
- 14.2. A vigência do contrato será de 20 (vinte) meses a contar da assinatura do contrato. Conforme o Artigo 6º da Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de 28 de abril de 2022: "O prazo inicial de vigência dos contratos de que trata esta instrução normativa, diante da peculiaridade do objeto ou da vantagem atestada pela administração, poderá ser fixado por prazo superior a doze meses".

14.3. O contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com a Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de 28 de abril de 2022, que define os serviços e fornecimentos contínuos.

14.4. A vigência contratual estabelecida no subitem [14.2.](#) é solicitada para que sejam necessárias somente duas renovações dentro do período limite de sessenta meses e, desse modo, otimizar o tempo de trabalho das unidades envolvidas.

15. GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA entregará, conforme condições estabelecidas no contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, obedecido o disposto no art. 110, caput e parágrafo único, da Lei 8.666/1993, garantia equivalente ao percentual de 5% do valor do contrato, nos termos do artigo 56, § 1º, incisos I, II e III, da precitada lei.

16. SANÇÕES

16.1. Além das sanções previstas no edital e no contrato, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades detalhadas abaixo:

16.1.1. Multa de:

16.1.1.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, não considerados os itens 1 e 2 do [ANEXO V.](#) deste TR, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato. Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.1.1.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.1.1.3. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2 abaixo:

16.1.1.3.1. Tabela 1

Grau	Correspondência
1	0,2% (dois décimos por cento) do valor mensal do contrato
2	0,4% (quatro décimos por cento) do valor mensal do contrato
3	0,8% (oito décimos por cento) do valor mensal do contrato
4	1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) do valor mensal do contrato
5	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor mensal do contrato

16.1.1.3.2. Tabela 2

Infração		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	4
3	Manter empregado, cooperado ou credenciado sem qualificação para executar os serviços contratados, por ocorrência	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização do STJ, por ocorrência	2
	Para os itens a seguir, deixar de:	
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do STJ, por ocorrência	2
6	Substituir empregado, cooperado ou credenciado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por ocorrência	1

16.1.1.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.1.2. Penalidade decorrente de baixa performance na prestação dos serviços:

16.1.2.1. Caso seja apurado que o somatório de atendimentos cancelados e realizados com atraso superior a 20 (vinte) minutos após a solicitação for maior que 15% (quinze) por cento em relação ao total atendimentos realizados no mês, será aplicada a multa de 5% (cinco) por cento sobre o somatório da fatura/nota fiscal emitida para o período, sem prejuízo do previsto nos itens 1 e 2 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR - [ANEXO V](#), deste TR.

16.1.2.2. Para fins de aplicação da multa prevista no item [16.1.2.1](#), serão desconsiderados os atendimentos com atraso ou cancelados durante os primeiros 2 (dois) meses contados do início do contrato firmado pela Contratada.

16.1.2.3. Para fins de cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

16.1.2.4. Em caso de indisponibilidade da aplicação web e/ou do aplicativo mobile, multa de 0,01% (um centésimo por cento), por minuto de indisponibilidade, sobre o somatório das Faturas/Notas Fiscais emitidas no mês em que aconteceu a ocorrência.

16.1.2.5. Para aferição do item [16.1.2.4](#), a contratada deverá enviar um relatório mensal de disponibilidade mensal da aplicação. A contratante também terá direito de produzir scripts de monitoramento, que mediante validação da contratada, poderá ser utilizado a mesma aferição.

17. PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o recebimento definitivo dos serviços, de acordo com o prazo legal estabelecido no edital ou no contrato, conforme o caso.

18. FISCALIZAÇÃO

18.1. O titular da Seção de Transporte será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.

18.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste TR e seus Anexos.

18.3. A fiscalização administrativa do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR - Instrumento de Medição de Resultados, constante no [ANEXO V](#) deste termo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

18.3.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;

18.3.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

18.5. O GESTOR ou FISCAL deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação do serviço realizada.

18.6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

18.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

18.8. O GESTOR poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

18.9. O GESTOR da execução contratual representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

18.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - DEFINIÇÕES

1. Para perfeito entendimento deste TR, são adotadas as seguintes definições e siglas:

- a. **CONTRATADA** - empresa ou cooperativa vencedora do processo licitatório que firmar contratos com a contratante;
- b. **CONTRATANTE** - O Superior Tribunal de Justiça, ao firmar contrato com a empresa ou cooperativa vencedora do processo licitatório;
- c. **CROSS-SITE REQUEST FORGERY** - tipo de ataque informativo malicioso no qual comandos não autorizados são transmitidos através de um utilizador em quem o website confia;
- d. **CROSS-SITE SCRIPTING** - tipo de vulnerabilidade de sistema de segurança de um computador, encontrado normalmente em aplicações web que ativam ataques maliciosos;
- e. **RIDE** - é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Barro Alto, Cabeceiras, Cavalcante, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Flores de Goiás, Formosa, Goianésia, Luziânia, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Simolândia, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, no Estado de Goiás, e de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, no Estado de Minas Gerais, que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE, conforme estabelecido no parágrafo 1º do artigo 1º do Decreto n. 7.469/2011, além de outros que venha a integrar a RIDE;
- f. **FISCAL DO CONTRATO** - o chefe substituto da Seção de Transporte;
- g. **GESTOR CENTRAL** - o titular da Seção de Transporte;
- h. **GESTORES DE UNIDADES EXTERNAS** - titular da unidade do órgão vinculado ao STJ por acordo de cooperação;
- i. **GESTORES SETORIAIS** - o titular dos Gabinetes, Secretarias e outras unidades superiores;
- j. **GESTORES DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS** - os titulares das Coordenadorias e Seções;
- k. **GPS** - Global Positioning System;
- l. **HTML5** - Hypertext Mark-up Language, versão 5, linguagem para estruturação e apresentação de conteúdo para a internet;
- m. **IMR** - Instrumento de Medição de Resultados;
- n. **LOG DE DADOS** - Expressão utilizada para descrever o processo de eventos relevantes num sistema computacional.

- o. MOTORISTA - pessoa que conduz o VEÍCULO, seja empregado, cooperado ou, no caso de agenciamento de serviço de táxi ou STIP/DF, pessoa credenciada da CONTRATADA;
- p. PASSAGEIRO - GESTOR ou USUÁRIO na condição de solicitante do serviço de transporte;
- q. PoC - Prova de conceito, procedimentos realizados durante o processo licitatório para verificação do atendimento de requisitos e funcionalidades da solução tecnológica do licitante;
- r. RESPONSE TIME TESTING - Teste de desempenho para verificação do tempo de resposta de uma aplicação web e de um aplicativo mobile;
- s. SQL INJECTION - Tipo de ameaça de segurança que se aproveita de falhas em sistemas eletrônicos que interagem com base de dados;
- t. STIP/DF - Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros baseado em tecnologia de comunicação em rede do Distrito Federal, conforme estabelecido na Lei 5.691/2016 do DF;
- u. SECURE SOCKETS LAYER - Ferramenta de encriptação de páginas que as autentica antes de serem transmitidas pela internet;
- v. USUÁRIO EXTERNO - gestor ou usuário dos serviços de transporte não vinculados diretamente ao STJ;
- w. VEÍCULO - Meio de transporte utilizado para realização do serviço;
- x. VEÍCULO ADAPTADO - Veículo especial que atenda às exigências individuais ou coletivas de deslocamento de USUÁRIOS com deficiência física, com necessidades especiais ou restrições de mobilidade;
- y. XML - Extensible Markup Language, formato de arquivo eletrônico;
- z. XLS - Formato de arquivo eletrônico padrão do aplicativo Excel.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA - REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela CONTRATADA, consideradas as condições constantes neste TR e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas, deverá atender aos seguintes requisitos:
 - a. Funcionamento ininterrupto, observada a tolerância disposta no subitem [12.20](#) deste TR;
 - b. Acesso às funcionalidades pelos USUÁRIOS por meio de aplicação web e aplicativo mobile, com utilização de login e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;
 - c. Funcionalidades relacionadas à gestão acessadas pela aplicação web e funcionalidades operacionais pela aplicação web e aplicativo mobile;
 - d. Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo;
 - e. Site de hospedagem com certificado SECURE SOCKET LAYER - SSL;
 - f. Resistente a CROSS-SITE REQUEST FORGERY;
 - g. Resistente a CROSS-SITE SCRIPTIN;
 - h. Resistente a SQL INJECTION;
 - i. Possuir características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações;
 - j. Trilhas de auditoria estabelecidas e geração de log de todos os acessos realizados e de inclusões, alterações e exclusões realizadas nas bases de dados;
 - k. Compatibilidade da aplicação web com os navegadores que suportam a linguagem HTML5, especialmente Google Chrome, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Safari, e do aplicativo mobile com os sistemas operacionais Android e iOS;
 - l. Manutenção da base de dados e respectivo histórico de inclusões, alterações e exclusões por período mínimo de 5 (cinco) anos;
 - m. Acesso à base e log de dados e trilhas de auditoria da solução tecnológica pela CONTRATANTE, a qualquer tempo e sem necessidade de autorização prévia;
 - n. Fornecimento de backup da base e log de dados para a CONTRATANTE, acompanhada de modelagem e dicionário de dados, na periodicidade que for solicitado, contendo no mínimo as informações referidas no Anexo III.
 - o. Possibilidade de integração e comunicação com os sistemas SIGEPE e SIORG da CONTRATANTE especialmente para inclusão, atualização e exclusão de dados relacionados aos ÓRGÃOS, UNIDADES ADMINISTRATIVAS e USUÁRIOS, por meio de WEB SERVICE na tecnologia RESTFULL.

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA - FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO WEB

1. A aplicação WEB da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:
 - 1.1. CADASTRO
 - a. Cadastramento do Órgão, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:
 1. código;
 2. nome;
 3. sigla;
 4. data e hora de inativação;
 5. data e hora do cadastramento;
 6. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.
 - b. Cadastramento de todas as UNIDADES, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:
 1. código;
 2. nome;
 3. sigla;
 4. data e hora de inativação;
 5. data e hora do cadastramento;
 6. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.
 - c. Cadastramento de GESTORES e USUÁRIOS, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:
 1. matrícula;
 2. nome;
 3. DDD e número de telefone corporativo;
 4. E-MAIL corporativo;
 5. código do perfil de acesso;
 6. código da unidade administrativa de vinculação;
 7. data e hora de inativação;

8. data e hora do cadastramento;

9. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.

d. Cadastramento de perfis de acesso, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. código;

2. nome;

3. data e hora do cadastramento;

4. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.

e. Cadastramento de motivos de solicitação de serviço, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. código;

2. descrição;

3. data e hora do cadastramento;

4. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.

f. Cadastramento de motivos de cancelamento de solicitação de serviço, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. código;

2. descrição;

3. data e hora do cadastramento;

4. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.

g. Cadastramento de limite de despesa das UNIDADES SETORIAIS e UNIDADES ADMINISTRATIVAS para custeio do serviço, com possibilidade de haver acréscimos e decréscimos aos valores inicialmente cadastrados, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. código do órgão ou entidade;

2. valor;

3. descrição do motivo do acréscimo ou decréscimo;

4. data e hora do cadastramento;

5. matrícula do responsável que realizar o cadastramento.

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO MOBILE

1.- A aplicação MOBILE da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. SENHA E TELEFONE a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. Matrícula do GESTOR ou USUÁRIO;
2. DDD e número do telefone celular (deverá ser informado pelo próprio GESTOR ou USUÁRIO);
3. senha, de forma criptografada;
4. data e hora do cadastramento.

1.2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

a. Solicitação de serviço, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. número identificador da solicitação, gerado automaticamente;
2. matrícula do GESTOR ou USUÁRIO solicitante;
3. data e hora da solicitação;
4. endereços de origem e de destino;
5. código do motivo da solicitação;
6. quantidade de passageiros;
7. distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
8. valor do atendimento estimado, calculado automaticamente considerando a distância estimada e o valor por quilômetro contratado.

b. Cancelamento de solicitação de serviço, desde que o atendimento não tenha sido iniciado, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. número identificador da solicitação, com apresentação dos demais dados vinculados;
2. código do motivo de cancelamento;

3. data e hora do cancelamento.

c. Acompanhamento de solicitação de serviço em atendimento ou com atendimento não confirmado ou não avaliado, apresentando os seguintes dados:

1. número identificador da solicitação;
2. canal utilizado na solicitação;
3. matrícula e nome do GESTOR ou USUÁRIO solicitante;
4. data e hora da solicitação;
5. endereços de origem e de destino;
6. código do motivo da solicitação;
7. quantidade de passageiros;
8. distância do percurso estimada;
9. valor do atendimento estimado;
10. data e hora de designação do motorista e do veículo para atendimento;
11. nome e foto do motorista designado para o atendimento;
12. placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
13. tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente;
14. imagem geoprocessada do percurso do veículo desde a aceitação da solicitação do serviço até a chegada ao endereço de origem, em tempo real;
15. data e hora da chegada do veículo ao endereço de origem;
16. data e hora de início do atendimento;
17. data e hora de finalização do atendimento;
18. imagem geoprocessada do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, em tempo real;
19. distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento;
20. valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando o eventual valor de pedágio;
21. indicador de confirmação ou contestação do atendimento;
22. descrição do motivo da contestação;

23. data e hora da confirmação ou contestação do atendimento.

d. Confirmação de atendimento realizado, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. número identificador da solicitação, com apresentação dos demais dados vinculados;
2. indicador de confirmação ou contestação do atendimento;
3. descrição do motivo da contestação;
4. data e hora da confirmação ou contestação do atendimento.

e. Avaliação de atendimento realizado e confirmado, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. número identificador da solicitação, com apresentação dos demais dados vinculados;
2. avaliação do atendimento, considerando 5 (cinco) gradações: péssimo, ruim, médio, bom e excelente;
3. data e hora da avaliação do atendimento.

f. Atesto de atendimento realizado e confirmado, com registro na base de dados da solução tecnológica dos seguintes dados:

1. número identificador da solicitação, com apresentação dos demais dados vinculados;
2. indicador de atesto ou contestação;
3. descrição do motivo da contestação;
4. data e hora do atesto ou da contestação;
5. matrícula do gestor que realizar o atesto ou a contestação.

1.3. CONSULTA SOLICITAÇÕES DE SERVIÇO E ATENDIMENTOS REALIZADOS

a. Consulta solicitações de serviço e atendimentos realizados, com possibilidade de parametrização de seleção, apresentado os seguintes dados:

1. Número identificador da solicitação;
2. canal utilizado na solicitação;
3. matrícula e nome do gestor ou usuário solicitante;
4. data e hora da solicitação;
5. endereços de origem e de destino;
6. código do motivo da solicitação;

7. quantidade de passageiros;
8. distância estimada do percurso;
9. valor estimado do atendimento;
10. indicador de origem do cancelamento da solicitação (gestor ou usuário solicitante ou motorista);
11. código do motivo do cancelamento da solicitação;
12. data e hora do cancelamento da solicitação;
13. data e hora de designação do motorista e do veículo para o atendimento;
14. nome e foto do motorista designado para o atendimento;
15. placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
16. data e hora de início do atendimento;
17. data e hora de finalização do atendimento;
18. avaliação do atendimento;
19. imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento;
20. distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento;
21. valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio;
22. informações gerais sobre atesto ou contestação (data, hora, usuário, motivo etc.), descrição do motivo da contestação.

1.4. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem ser associadas a cada um dos perfis de acesso, conforme abaixo:

1. GESTOR CENTRAL com acesso a todas as funcionalidades especificadas;
2. GESTOR SETORIAL com acesso às solicitações e atendimentos de todas as UNIDADES ADMINISTRATIVAS e USUÁRIOS a ele subordinados;
3. GESTOR DE UNIDADE com acesso às solicitações e atendimentos de todas as UNIDADES ADMINISTRATIVAS e USUÁRIOS a ele subordinados;
4. USUÁRIO com acesso restrito a consultas às próprias solicitações e atendimentos.

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
- IMR

1. a. O IMR será aplicado pelo CONTRATANTE.

b. A cada nota fiscal/fatura para fins de pagamento, corresponderá a aplicação do IMR.

c. O valor devido a título de pagamento mensal à contratada será mensurado a partir da aplicação das condições do presente Instrumento de Medição de Resultados.

d. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

ITEM 1 - TEMPO DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto.
Meta a cumprir	95% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 20 minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do VEÍCULO ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA e também pelo CONTRATANTE.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de Atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem. Os cálculos terão como referência os atendimentos feitos. Parâmetro: % de atendimentos atrasados $X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$.
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	Até 5% de atendimentos atrasados - 100%; Acima de 5% e até 6% de atendimentos atrasados - 99,43%; Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados - 99,21%; Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados - 98,94%; Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados - 98,62%; Acima de 9% e até 10% de atendimentos atrasados - 98,07%; Acima de 10% e até 11% de atendimentos atrasados - 97,34%; Acima de 11% de atendimentos atrasados - 96,71% Aplicáveis ao valor mensal da fatura.
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

ITEM 2 - ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99,5% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo USUÁRIO solicitante sem a chegada do VEÍCULO no endereço de origem, se transcorrido mais de 20 (vinte) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA e também pelo CONTRATANTE.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 20 (vinte) minutos da hora da solicitação do serviço. Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada ÓRGÃO/ENTIDADE. Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas X = (solicitações de atendimentos canceladas/Total de atendimentos no mês)*100%
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 0,5% de solicitações de atendimentos canceladas - 100%</p> <p>Acima de 0,5% e até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 99,71%</p> <p>Acima de 1 % e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas - 99,62%</p> <p>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,52%</p> <p>Acima de 2% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,81%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,42%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas - 97,93%</p> <p>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas - 96,57%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura.</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

ITEM 3 - QUALIDADE DO ATENDIMENTO	
Finalidade	Garantir a qualidade do serviço prestado.

Meta a cumprir	Avaliação do serviço nas graduações "bom", se a avaliação do usuário for igual a 4 ou "excelente" se a avaliação do usuário for igual a 5 e o atendimento dentro do prazo.
Instrumento de medição	Veículo utilizado no atendimento em perfeitas condições de segurança, conforto e higiene e motoristas com comportamento respeitoso com o usuário e com o público em geral, sendo-lhes cortês e prestativo.
Forma de acompanhamento	<p>Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA e também pelo CONTRATANTE. No momento da avaliação o usuário utilizará as seguintes graduações:</p> <p>1 para avaliação do atendimento considerado "Péssimo";</p> <p>2 para avaliação do atendimento considerado "Ruim";</p> <p>3 para avaliação do atendimento considerado "Médio";</p> <p>4 para avaliação do atendimento considerado "Bom";</p> <p>5 para avaliação do atendimento considerado "Excelente".</p>
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculado o desconto sobre o valor da corrida que tiver as graduações "péssimo", "ruim" ou "médio" pelo usuário. Quando o veículo tiver sido disponibilizado no endereço de origem além do prazo de 30 minutos contados da solicitação do atendimento, para fins de ajuste no pagamento, o atendimento será considerado como "péssimo" pela Contratante, independentemente da avaliação feita pelo USUÁRIO.
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Péssimo - (avaliação do usuário = 1): desconto de 10% do valor do atendimento;</p> <p>Ruim - (avaliação do usuário = 2): desconto de 7,5% do valor do atendimento;</p> <p>Médio - (avaliação do usuário = 3): não há desconto;</p> <p>Bom - (avaliação do usuário = 4): não há desconto;</p> <p>Excelente - (avaliação do usuário = 5): não há desconto.</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA - PROVA DE CONCEITO

1.	AVALIAÇÃO	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
	Requisitos de Acessibilidade			
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Google Chrome			
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Mozilla Firefox			
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Safari			
4	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Internet Explorer			
5	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo mobile com sistema operacional Android			
6	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo mobile com sistema operacional IOS			
	Requisitos de Disponibilidade			
7	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 99,7% (noventa e nove vírgula sete por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC			
8	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 100 (cem) usuários simultâneos solicitando serviços na aplicação web			
9	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 100 (cem) usuários simultâneos solicitando serviços no aplicativo mobile			
10	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 30 (trinta) usuários simultâneos aprovando serviços na aplicação web			
11	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 30 (trinta) usuários simultâneos aprovando serviços no aplicativo mobile			
	Requisitos de Segurança			
12	Site de hospedagem da solução tecnológica em território brasileiro			

13	Site de hospedagem com certificado SECURE SOCKETS LAYER			
14	Solução tecnológica resistente a CROSSITE REQUEST FORGERY			
15	Solução tecnológica resistente a CROSSITE SCRIPTIN			
16	Solução tecnológica resistente a INJECTION			
17	Acesso à funcionalidades da solução tecnológica de acordo com perfis de usuários			
18	Acesso ao log de dados da solução tecnológica			
19	Acesso às trilhas de auditoria da solução tecnológica			
Requisitos de Funcionalidade				
20	Acesso à solução tecnológica com utilização de login e senha pessoal			
21	Cadastramento de SETORES (SECRETARIAS, GABINETES e UNIDADES SUPERIORES) na solução tecnológica por meio da aplicação web			
22	Cadastramento de UNIDADES ADMINISTRATIVAS (COORDENADORIAS E SEÇÕES) na solução tecnológica por meio da aplicação web			
23	Cadastramento de GESTORES E USUÁRIOS na solução tecnológica por meio da aplicação web			
24	Cadastramento de limites de despesas de SETORES E UNIDADES na solução tecnológica por meio da aplicação web			
25	Solicitação por USUÁRIO de corrida pela aplicação web e aplicativo mobile			
26	Solicitação de serviço por meio da aplicação web e do aplicativo mobile			
27	Acompanhamento pelo USUÁRIO da solicitação e da corrida pela aplicação web e aplicativo mobile, em tempo real e incluindo imagem geoprocessada do percurso			
28	Cancelamento pelo USUÁRIO de solicitação de corrida pela aplicação web e aplicativo mobile			
29	Confirmação pelo USUÁRIO da realização da corrida			
30	Monitoramento pelos GESTORES das corridas em tempo real			
31	Consultas a relatórios com informações sobre cadastros e corridas em tempo real			
32	Geração de relatório de faturamento das corridas realizadas			

ANEXO II DO EDITAL - ESTIMATIVA DE PREÇOS

Razão Social -	CNPJ -		
CNPJ do estabelecimento responsável			
pelo faturamento dos serviços:			
Endereço -			
Telefone -	Fax -		
email -			
Banco -	Agência -	Conta -	
Validade da Proposta -			
Prazo de entrega -	Garantia -		

Descrição do Material/Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
<p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE TERRESTRE</p> <p>Contratação de serviços de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE. -</p> <p>Conforme condições estabelecidas em Contrato.</p> <p>- "as condições constantes do Termo de Referência e da proposta comercial apresentada pelo contratado fazem parte deste documento, independentemente de transcrição".</p>	Km	70.155,580	3,53	247.649,20

Descrição do Material/Serviço	Unid.	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor Total Estimado: R\$ 247.649,20 (duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO STJ n. STJ 25935/2022

CONTRATO STJ n. [[nContrato]]

DADOS SOBRE A EMPRESA CONTRATADA		
CONTRATADA: [[RAZÃOSOCIAL]]		
CNPJ: [[cnpj]]		
ENDEREÇO: [[endereço]]		
CIDADE: [[cidade]]	UF: [[UF]]	CEP: [[cep]]
TELEFONES: [[fone]]		
E-MAIL: [[e-mail]]		
REPRESENTANTE: [[REPRESENTANTE]]		
DADOS SOBRE O CONTRATO		
OBJETO: Prestação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE.		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993		
MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 59/2023		
VALOR DO CONTRATO: [[valorcontrato]] ([[valorcontratoextenso]])		
UNIDADE FISCALIZADORA:		
OBSERVAÇÕES: A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE, no prazo de até trinta dias corridos a contar da assinatura do contrato, garantia contratual, conforme CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA .		
Documentos referenciados e seu protocolo SEI: Termo de Referência - versão 12 (protocolo		

SEI [3483254](#)), e proposta de preços (protocolo SEI xxx)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Nota de Empenho	Data	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Tipo	Valor (R\$)
[[ne]]	[[datane]]	[[programadetrabalho]]	[[nd]]	[[tipo]]	[[valorne]]

PROCESSO STJ n. STJ 25935/2022

CONTRATO STJ n. [[nContrato]]

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. [[nContrato]], QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E [[RAZÃOSOCIAL]]

O Superior Tribunal de Justiça, órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.488.478/0001-02, com sede no SAF Sul, Quadra 6, Lote 01, Brasília-DF, neste ato representado(a) pelo(a) por seu Secretário de Administração, nome xxxx, nomeado(a) pela Portaria n., de de de 20..., publicada no DOU de de de, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [[RAZÃOSOCIAL]], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n. [[cnpj]], sediado(a) na [[endereço]], [[cidade]]/[UF], doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme os poderes constantes nos atos constitutivos da empresa **E/OU** procuração apresentada nos autos (A DEPENDER DO CASO CONCRETO), tendo em vista o que consta no Processo STJ/SEI n. [[NUM_PROCESSO]] e em observância às disposições da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos Decretos n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, n. 8.538, de 06 de outubro de 2015, e, subsidiariamente, na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações aplicáveis, **RESOLVEM CELEBRAR** o presente termo de contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 59/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato a prestação, pela CONTRATADA, de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE, conforme condições dispostas neste contrato e no Termo de Referência - versão 12 (documento SEI [3483254](#)).

1.1.1. Para fins de execução do objeto, a CONTRATADA deverá observar a especificação do objeto constante no capítulo 3, bem como o rol de definições constante no Anexo I, ambos do Termo de Referência.

1.2. As especificações constantes do edital de licitação, do termo de referência e da proposta comercial fazem parte deste contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

- 2.1. O serviço a ser executado deve seguir fielmente as regras e condições estabelecidas neste contrato, de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real.
 - 2.1.1. Os acessos à aplicação web e ao aplicativo mobile devem ser realizados mediante o uso de login e senha pessoal cadastrados pelos próprios GESTORES e USUÁRIOS.
- 2.2. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela CONTRATADA, consideradas as condições constantes neste contrato e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas, deverá atender aos requisitos definidos no Anexo II do Termo de Referência.
- 2.3. As aplicações WEB e MOBILE da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as condições básicas dispostas nos anexos III e IV, respectivamente, do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

- 3.1. A execução do serviço será iniciada no prazo de 60 dias corridos após a assinatura do contrato, sendo realizadas neste período as seguintes atividades pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE:
 - 3.1.1. apresentação do plano de implantação do serviço no Superior Tribunal de Justiça e do plano de capacitação dos GESTORES e USUÁRIOS, para aprovação pelo GESTOR DO CONTRATO, contemplando:
 - 3.1.1.1. especificação das atividades a serem realizadas;
 - 3.1.1.2. infraestrutura e recursos necessários para a capacitação;

- 3.1.1.3. indicação dos instrumentos de capacitação a serem utilizados (vídeos, apresentações, tutoriais, cartilhas, folders, banners);
- 3.1.2. apresentação do plano de realização de teste da solução tecnológica, contemplando a aplicação web e aplicativo mobile, para aprovação pela UNIDADE GESTORA em conjunto com a área de T.I. do STJ, contemplando:
 - 3.1.2.1. sistemática e especificação das atividades a serem realizadas;
 - 3.1.2.2. infraestrutura e recursos necessários para o teste, especialmente o ambiente tecnológico para realização das atividades;
- 3.1.3. adaptação da solução tecnológica que será disponibilizada para operação e gestão do serviço, considerada a aplicação web e o aplicativo mobile, de forma que sejam atendidos todos os requisitos e funcionalidades estabelecidas neste TR;
- 3.1.4. após a adaptação da solução tecnológica, realização de teste da operação e gestão do serviço, em conjunto com a UNIDADE GESTORA e a área de T.I. do STJ, com apresentação de relatório detalhado pela CONTRATADA, após finalização;

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal administrativo, devidamente designado para o acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser elaborado Termo Circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega pela CONTRATADA de relatório discriminando os serviços prestados, relacionando todas as solicitações realizadas, devendo encaminhar o Termo Circunstanciado ao gestor do contrato, devidamente designado para a gestão contratual, para o recebimento definitivo.
- 4.2. O relatório deverá ser entregue no formato MS Excel ou CSV ou, no caso de o relatório ser disponibilizado via Sistema web, deverá ser permitida a sua exportação para uma planilha.
 - 4.2.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, com a consequente aceitação mediante Termo Circunstanciado.

- 4.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em Termo Circunstanciado a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 4.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o atesto da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato, mediante Termo Circunstanciado.
- 4.5. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 4.6. O gestor emitirá Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal para fins de pagamento, com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

CLÁUSULA QUINTA - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. A CONTRATADA declara receber cópia da [Instrução Normativa STJ/GDG N. 15 de 12 de novembro de 2020](#), ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Superior Tribunal de Justiça e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos no normativo, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste contrato.
- 5.2. Os seus profissionais deverão estar informados sobre as boas práticas voltadas para a eficiência energética, consumo consciente, redução do desperdício, coleta seletiva e descarte correto dos resíduos com o objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1. A vigência do presente contrato é de vinte meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo entre as partes e observado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.
- 6.2. A prorrogação da vigência do contrato em exercícios subsequentes ficará condicionada à avaliação da qualidade dos serviços prestados, à comprovação da compatibilidade dos preços conforme o mercado, bem como à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para suportar as despesas dele decorrentes.
- 6.3. Por ocasião da prorrogação, será também verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, disponível no Portal da Transparência (<http://portaltransparencia.gov.br>) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, em atendimento ao disposto no Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União.
- 6.4. Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.
- 6.4.1. A CONTRATADA, ainda que inscrita no Cadin, poderá ter o contrato prorrogado na hipótese de ausência de impeditivos à continuidade do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO

- 7.1. As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em [[datadaproposta]], conforme documento SEI xxx.
- 7.2. O preço ajustado é final, nele estando inclusos todos os encargos que a CONTRATADA experimentará no cumprimento das obrigações ora assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

- 8.1. O(s) preço(s) a que se refere(m) a proposta poderá(ão) ser reajustado(s) a cada 12 (doze) meses, contado, para o primeiro reajuste, a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e nos reajustes subsequentes após doze meses, contado a partir dos efeitos do último reajuste concedido.

- 8.2. O reajuste será negociado entre as partes e terá como limite a variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo , ocorrida nos 12 (doze) meses após a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, ou dos efeitos do último reajuste concedido.
- 8.3. Fica garantido à contratada o direito ao reajuste previsto neste contrato desde que solicitado dentro do prazo de 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir e, para os demais, a partir dos efeitos do último reajuste concedido.
- 8.4. O direito de reajuste precluirá a cada 12 (doze) meses, contados, para o primeiro reajuste, da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que se referir, e, para os demais, da data dos efeitos do último reajuste concedido, caso a contratada não o requeira dentro do respectivo período aquisitivo.
- 8.5. O reajuste previsto neste contrato poderá ser formalizado por meio de Termo de Apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As partes ajustam que o valor do presente contrato fica estipulado (estimado) em [[valorcontrato]] ([[valorcontratoextenso]]).
- 9.2. As despesas com a execução deste Contrato serão atendidas com os recursos consignados ao CONTRATANTE no Orçamento Geral da União e suplementações a ele incorporadas.
- 9.3. Foi emitida, em [[datane]], a Nota de Empenho [[tipo]] n. [[ne]], no valor de [[valorne]] ([[valorneextenso]]), à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho [[programadetrabalho]] e Natureza da Despesa [[nd]].
- 9.4. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada ao CONTRATANTE, na Lei Orçamentária Anual.

9.5. O número da(s) nota(s) de empenho, emitidas para atender às despesas do presente Contrato em exercício futuro, integra(m) o contrato, independentemente de transcrição, cujo registro ocorrerá no SIAFI.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

10.1. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

10.2. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela CONTRATADA, na Seção de Protocolo Administrativo do CONTRATANTE, localizada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, quadra 06, lote 01, bloco "B", sala B-003, Térreo, Edifício dos Plenários, Brasília - DF.

10.3. O pagamento será efetivado mensalmente mediante crédito realizado em conta corrente bancária no prazo abaixo:

a. cinco dias úteis, contados da apresentação da fatura, no caso de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993;

b. dez dias úteis, contados da atestação da nota fiscal, para os demais casos.

10.4. O pagamento será efetuado somente após a atestação da nota fiscal.

10.4.1. Nos casos contemplados pela alínea [b](#), da [CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 3](#) a atestação deverá ocorrer no prazo de até cinco dias úteis a contar:

a. da apresentação da nota fiscal, no caso de pagamento parcelado ou em etapas;

b. do recebimento definitivo, nos demais casos.

10.5. Caberá ao servidor do CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do presente Contrato, atestar os documentos de cobrança e encaminhá-los à Secretaria de Orçamento e Finanças, para fins de pagamento.

- 10.6. O inadimplemento do pagamento na data aprazada, conforme disposto na [CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 3](#), desde que motivado pelo CONTRATANTE, acarretará a correção monetária do valor devido, calculada *pro rata tempore*, até a data do efetivo pagamento, com base no último percentual divulgado do IPCA.
- 10.7. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Contrato ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança.
- 10.8. Ocorrendo a hipótese prevista na [CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 7](#), o prazo para o pagamento do novo documento de cobrança obedecerá à regra estabelecida na [CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 3](#) e os valores pagos serão os vigentes na data da efetiva prestação dos serviços.
- 10.9. Não serão aceitos documentos fiscais com signatário distinto do indicado pelo adjudicatário para formalização do contrato, salvo condição previamente reconhecida pela Administração.
- 10.10. Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de efetiva prestação de serviços e envio à Secretária de Orçamento e Finanças - SOF para liquidação e pagamento.
- 10.10.1. Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, a área gestora poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.
- 10.10.2. Em janeiro do ano seguinte, a área gestora deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente à SOF, para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente;
- 10.10.3. a emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo STJ, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.
- 10.11. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pela Administração.

- 10.11.1. Na hipótese da [CLÁUSULA DÉCIMA, ITEM 11](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.
- 10.12. O CONTRATANTE exigirá da(s) CONTRATADA(s), por ocasião do pagamento, a apresentação dos comprovantes de regularidade junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados e junto à Caixa Econômica Federal, por meio do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 10.13. A CONTRATADA deverá comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, de acordo com a Lei n. 12.440/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 11.1. Além das demais obrigações expressamente previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá a CONTRATADA:
- a. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste Contrato, que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
 - b. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído;
 - c. responsabilizar-se por danos causados, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, a equipamentos e/ou outros bens de propriedade desta ou de terceiros;
 - d. disponibilizar o backup da base de dados da solução tecnológica, diariamente, com os dados dos cadastros, inclusive histórico de alterações, e das solicitações de serviço e atendimentos realizados;
 - e. executar os serviços conforme especificações deste contrato, do Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização dos empregados, cooperados ou credenciados

necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

- f. reparar ou corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- g. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h. utilizar empregados, cooperados ou credenciados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- i. responsabilizar-se por todas as obrigações e despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato;
- j. instruir seus empregados, cooperados ou credenciados quanto à necessidade de acatar as normas internas do STJ, em especial a Instrução Normativa STJ/GP n. 11 de 1º de agosto de 2017;
- k. instruir seus empregados, cooperados ou credenciados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- l. relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- m. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n. 8.666/1993;

- o. disponibilizar instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- p. atender as solicitações de informações, do objeto contratado, pelo CONTRATANTE no prazo de até 2 (dois) dias úteis;
- q. orientar os empregados, cooperados e credenciados a cumprir de forma adequada as obrigações legais aplicadas ao contrato e as exigências deste contrato, do Termo de Referência e do edital de licitação e seus anexos;
- r. prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da CONTRATADA, independentemente de solicitação;
- s. cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes ao objeto contratual e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa;
- t. responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações judiciais eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados e credenciados envolvendo o CONTRATANTE, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes;
- u. responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados ao CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos seus prepostos, empregados, cooperados e credenciados na execução do serviço;
- v. comunicar o CONTRATANTE a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, podendo ocorrer sem penalidade somente por até 2 (duas) horas por mês, desde que ocorra entre 2h e 5h de dias não úteis;
- w. possibilitar ao CONTRATANTE acesso irrestrito ao módulo de consultas e emissão de relatórios da solução tecnológica por 5 (cinco) anos após o término do contrato.
- x. não subcontratar o objeto licitatório.
- y. manter, durante todo o período de vigência do ajuste, todas as condições que ensejaram a contratação.

11.2. Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea "y" da [CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, ITEM 1](#) .

11.3. Além das demais obrigações previstas neste Contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:

- a. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional.
- b. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- d. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- e. pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
- f. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela CONTRATADA;
- g. comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA, no prazo de 1 (um) dia útil, toda e qualquer orientação acerca do serviço, que deverão ser confirmados, por escrito, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência;
- h. fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do serviço;
- i. proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas;

j. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em razão da execução do serviço;

k. controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela CONTRATADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim;

l. avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste contrato.

11.4. O CONTRATANTE franqueará à CONTRATADA acesso às notas de empenho emitidas para atender às despesas deste Contrato durante sua vigência.

11.5. Os dados pessoais tornados públicos por este contrato deverão ser resguardados pelas partes, observados os princípios de proteção de dados previstos no art. 6º da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) durante toda a execução contratual.

11.5.1. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:

a. a compatibilidade com a finalidade especificada;

b. o interesse público;

c. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta;

11.5.2. Os dados devem ser eliminados, quando não autorizada sua conservação, nos termos do art. 16 da LGPD, após o término de seu tratamento nas hipóteses previstas no art. 15 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Sem prejuízo da incidência de outras disposições previstas no instrumento convocatório, na hipótese de falha na execução do contrato, a CONTRATADA fica sujeita:

12.1.1. A advertência, se couber, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.

12.1.2. À multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, não considerados os itens 1 e 2 do ANEXO V do Termo de Referência, limitada ao valor máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

12.1.2.1. Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

12.1.3. À multa de 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1

Grau	Correspondência
1	0,2% (dois décimos por cento) do valor mensal do contrato
2	0,4% (quatro décimos por cento) do valor mensal do contrato
3	0,8% (oito décimos por cento) do valor mensal do contrato
4	1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) do valor mensal do contrato
5	3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor mensal do contrato

Tabela 2

Infração		
Item	Descrição	Grau
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	4
3	Manter empregado, cooperado ou credenciado sem qualificação para executar os serviços contratados, por ocorrência	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização do STJ, por ocorrência	2
	Para os itens a seguir, deixar de:	
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do STJ, por ocorrência	2
6	Substituir empregado, cooperado ou credenciado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por ocorrência	1

12.1.4. À Penalidade decorrente de baixa performance na prestação dos serviços:

- 12.1.4.1. Caso seja apurado que o somatório de atendimentos cancelados e realizados com atraso superior a 20 (vinte) minutos após a solicitação for maior que 15% (quinze) por cento em relação ao total atendimentos realizados no mês, será aplicada a multa de 5% (cinco) por cento sobre o somatório da fatura/nota fiscal emitida para o período, sem prejuízo do previsto nos itens 1 e 2 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR - ANEXO V do Termo de Referência.
- 12.1.4.2. Para fins de aplicação da multa prevista no item acima, serão desconsiderados os atendimentos com atraso ou cancelados durante os primeiros 2 (dois) meses contados do início do contrato firmado pela CONTRATADA.
- 12.1.4.3. Para fins de cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.
- 12.1.4.4. Em caso de indisponibilidade da aplicação web e/ou do aplicativo mobile, multa de 0,01% (um centésimo por cento), por minuto de indisponibilidade, sobre o somatório das Faturas/Notas Fiscais emitidas no mês em que aconteceu a ocorrência.
- 12.1.4.5. Para aferição do item acima, a CONTRATADA deverá enviar um relatório mensal de disponibilidade mensal da aplicação. O CONTRATANTE também terá direito de produzir scripts de monitoramento, que mediante validação da contratada, poderá ser utilizado a mesma aferição.
- 12.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 12.3. Não havendo mais interesse do CONTRATANTE na execução do Contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, poderá ser aplicada multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do inciso II do art. 87 da Lei n. 8.666/1993.
- 12.4. Os valores das multas aplicadas, após regular procedimento administrativo, deverão ser recolhidos pela CONTRATADA, por meio de GRU, à conta da Tesouro Nacional, quando não for possível descontá-los do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ou, na hipótese de não quitação dos valores das multas nos moldes previstos neste contrato, poderá inscrevê-los no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor

Público Federal - Cadin, nos termos da Lei n. 10.522/2002, e em dívida ativa da União, nos termos do art. 39 da Lei n. Lei n. 4.320/1964.

- 12.5. Excepcionalmente, *ad cautelam*, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.
- 12.6. A instrução dos procedimentos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão o rito estabelecido na [Instrução Normativa STJ/GDG N. 5/2019](#).
- 12.6.1. A dosimetria das sanções observará a [Instrução Normativa STJ/GDG N. 5, de 25 de janeiro de 2019](#) e subsidiariamente a Instrução Normativa CNJ n. 67 de 10 de julho de 2020 e a Instrução Normativa Seges/MP n. 3 de 26 de abril de 2018 ou as que vier substituí-las, caso não conflitantes com o normativo interno.
- 12.7. A notificação dos atos de apuração e aplicação de penalidades decorrentes da licitação ou da execução do contrato observarão as regras da [Instrução Normativa STJ/GDG n. 17, de 3 de julho de 2019](#).
- 12.7.1. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização da intimação, os atos processuais poderão ser praticados em meio físico, digitalizando-se o documento físico correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. O titular da Seção de Transporte será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente ajuste, procederá ao registro de ocorrências e adotará as providências necessárias ao cumprimento das condições avençadas.
- 13.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste contrato, no Termo de Referência e seus respectivos Anexos.
- 13.3. A fiscalização administrativa do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR - Instrumento de Medição de Resultados, constante no ANEXO V do Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- 13.3.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;
- 13.3.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 13.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 13.5. O GESTOR ou FISCAL deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação do serviço realizada.
- 13.6. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.
- 13.7. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 13.8. O GESTOR poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 13.9. O GESTOR da execução contratual representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.
- 13.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

14.1. As partes desde já ajustam que não existirá, para o CONTRATANTE, nenhuma solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. A CONTRATADA entregará na Seção de Análise de Garantia, Conta Vinculada e Sanções Contratuais do CONTRATANTE, situada no Setor de Administração Federal Sul - SAFS, quadra 6, lote 1, bloco "F", 1º andar, ala A, Brasília - DF ou enviará para o e-mail stj.sagav@stj.jus.br, no prazo de até trinta dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, garantia no valor de [[valorgarantia]] ([[valorgarantiaextenso]]), nos termos do art. 56, § 1º, incisos I, II e III, da precitada lei.

15.1.1. Em caso de prorrogação ou alteração quantitativa do contrato, o prazo para apresentação da garantia atualizada será contado da data estabelecida no respectivo termo aditivo ou instrumento equivalente (apostila), e deve observar o mesmo número de dias/prazo estabelecido neste contrato.

15.2. Ao CONTRATANTE é reservado o direito de somente liberar a garantia de que trata a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 1](#), caso haja adimplemento total de seu objeto.

15.3. O CONTRATANTE poderá executar a garantia para ressarcimento dos valores que a CONTRATADA passe a lhe dever em virtude da ocorrência de qualquer das situações expressamente previstas neste Contrato e na legislação pertinente, após a instauração de procedimento administrativo específico.

15.3.1. Na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações contratadas, o CONTRATANTE notificará a empresa seguradora da expectativa de sinistro com vistas à resguardar a administração de possíveis prejuízos, mediante provocação da unidade gestora responsável pelo acompanhamento da execução contratual, durante a vigência da apólice.

15.4. Caso o valor da garantia venha a ser utilizado em pagamento de qualquer obrigação, desde que atribuída à CONTRATADA, esta se obriga a efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação por parte do CONTRATANTE.

- 15.5. A garantia a que se refere a [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 1](#) corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor atribuído ao Contrato e será atualizada nas mesmas condições do ajuste.
- 15.6. No caso de a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, esta deverá ser feita na Caixa Econômica Federal, conforme Decreto-lei n. 1.737/1979.
- 15.7. No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, a aceitação da apólice dependerá de análise da regularidade da seguradora no sítio eletrônico da Susep, autenticidade do documento e conformidade do clausulado com a legislação vigente, o edital e os termos contratuais.
- 15.8. A CONTRATADA será comunicada do resultado da análise, para apresentação dos devidos esclarecimentos ou do endosso com os ajustes pontuais nas apólices, de modo a incluir todas as garantias conferidas pelo contrato celebrado.
- 15.9. A não entrega, pela CONTRATADA, da garantia prevista nesta cláusula, nos prazos previstos nas [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 1](#) e [CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, ITEM 4](#) deste ajuste, ensejará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 15.10. O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.
- 15.11. A CONTRATADA será comunicada do resultado da análise, para apresentação dos devidos esclarecimentos ou do endosso com os ajustes pontuais nas apólices, de modo a incluir todas as garantias conferidas pelo contrato celebrado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

- 16.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses estabelecidas pelos art. 77 a 79 da Lei n. 8.666/1993, o que a CONTRATADA declara conhecer.
- 16.2. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente este Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado, salvo anuência expressa da Administração, quando a nova pessoa jurídica

preencher os requisitos de habilitação requeridos (exigidos) no Edital e manter as demais cláusulas e condições previstas no contrato.

16.3. Na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A presente contratação da foi precedida da Licitação n. 059/2023 , na modalidade Pregão Eletrônico, com fundamento na Lei n. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006, e nos Decretos n. 10.024/2019, n. 8.538/2015, e, subsidiariamente na Lei n. 8.666/1993, na autorização constante do Processo STJ 25935/2022 , e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em [[datadaproposta]], razão pela qual integram este ajuste.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019 e, de forma subsidiária, da Lei n. 8.666/1993, nos princípios de direito público, e em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

17.3. Apesar da publicação da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, a presente contratação fundamenta-se nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002.

17.4. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE deverá promover reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá as seguintes informações: tratamento de dados pessoais, mecanismos de fiscalização, estratégias para execução do objeto, o método de aferição dos resultados, se houver, sanções aplicáveis, entre outros.

17.5. A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO(S) e parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, o(s) link(s) citado(s) neste contrato, que está(ão) individualmente identificado(s) pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

17.6. A possibilidade de cessão de crédito da empresa CONTRATADA ficará condicionada ao atendimento do estabelecido na Instrução Normativa n. 53, de 8 de julho de 2020 do Ministério da Economia ou norma que vier alterá-la, bem como não poderá prejudicar a execução do contrato que continua sob a responsabilidade da CONTRATADA.

17.7. Em conformidade com o disposto no parágrafo único, do art. 61, da Lei n. 8.666/1993, o presente ajuste será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato.

17.8. As questões oriundas deste contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília - DF.

E, estando justos e contratados os representantes das partes assinam a presente Contrato para que surtam os devidos efeitos legais.

ASSINATURA - REPRESENTANTE DO STJ
ASSINATURA - REPRESENTANTE DA EMPRESA

ANEXO IV DO EDITAL - PROVA DE CONCEITO

AVALIAÇÃO		ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
Requisitos de Acessibilidade				
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Google Chrome			
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Mozilla Firefox			
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Safari			
4	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Internet Explorer			
5	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo mobile com sistema operacional Android			
6	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo mobile com sistema operacional IOS			
Requisitos de Disponibilidade				
7	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 99,7% (noventa e nove vírgula sete por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC			
8	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 100 (cem) usuários simultâneos solicitando serviços na aplicação web			
9	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 100 (cem) usuários simultâneos solicitando serviços no aplicativo mobile			
10	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 30 (trinta) usuários simultâneos aprovando serviços na aplicação web			
11	Desempenho medido por tempo de resposta (RESPONSE TIME TESTING) correspondente ao mínimo de 0,5 (zero vírgula cinco) segundo para 30 (trinta) usuários simultâneos aprovando serviços no aplicativo mobile			
Requisitos de Segurança				

12	Site de hospedagem da solução tecnológica em território brasileiro			
13	Site de hospedagem com certificado SECURE SOCKETS LAYER			
14	Solução tecnológica resistente a CROSSITE REQUEST FORGERY			
15	Solução tecnológica resistente a CROSSITE SCRIPTIN			
16	Solução tecnológica resistente a INJECTION			
17	Acesso à funcionalidades da solução tecnológica de acordo com perfis de usuários			
18	Acesso ao log de dados da solução tecnológica			
19	Acesso às trilhas de auditoria da solução tecnológica			
Requisitos de Funcionalidade				
20	Acesso à solução tecnológica com utilização de login e senha pessoal			
21	Cadastramento de SETORES (SECRETARIAS, GABINETES e UNIDADES SUPERIORES) na solução tecnológica por meio da aplicação web			
22	Cadastramento de UNIDADES ADMINISTRATIVAS (COORDENADORIAS E SEÇÕES) na solução tecnológica por meio da aplicação web			
23	Cadastramento de GESTORES E USUÁRIOS na solução tecnológica por meio da aplicação web			
24	Cadastramento de limites de despesas de SETORES E UNIDADES na solução tecnológica por meio da aplicação web			
25	Solicitação por USUÁRIO de corrida pela aplicação web e aplicativo mobile			
26	Solicitação de serviço por meio da aplicação web e do aplicativo mobile			
27	Acompanhamento pelo USUÁRIO da solicitação e da corrida pela aplicação web e aplicativo mobile, em tempo real e incluindo imagem geoprocessada do percurso			
28	Cancelamento pelo USUÁRIO de solicitação de corrida pela aplicação web e aplicativo mobile			
29	Confirmação pelo USUÁRIO da realização da corrida			
30	Monitoramento pelos GESTORES das corridas em tempo real			
31	Consultas a relatórios com informações sobre cadastros e corridas em tempo real			

32	Geração de relatório de faturamento das corridas realizadas			
----	---	--	--	--

ANEXO V DO EDITAL - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA E DE NEPOTISMO

I - Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. 59/2023, que (empresa), CNPJ_____, não incide no impedimento de contratação previsto no inciso III do art. 9º da Lei n. 8.666/1993, bem como nas vedações do inciso XI do art. 18 da Lei n. 14.436, de 09 de agosto de 2022 (LDO de 2023).

II - Declaro também que _____ (a empresa) não possui, em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, bem como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e de assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do órgão celebrante, nos termos da Resolução CNJ n. 7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016, nem possui relação de parentesco entre o administrador e sócio com poder de direção da licitante com o detentor de cargo em comissão e função de confiança que atue na área responsável pela demanda e autoridade hierarquicamente superior, conforme previsto no art. 5º do Decreto n. 9.507/2018.

Brasília, _____ de _____ de 20__.

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA EMPRESA

Nome legível _____



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Cristina de Jesus Teixeira, Secretário de Administração**, em 29/05/2023, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3520514** e o código CRC **90068263**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

AMPLA CONCORRÊNCIA

PROCESSO : TC/012977/2022

MODALIDADE : PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO : Contratação de empresa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo *web* e *mobile* com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na *internet*.

TIPO : MENOR PREÇO

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA : Portal de Compras do Governo Federal –
<http://www.comprasnet.gov.br>

DATA DE ABERTURA : 17 de fevereiro de 2023

HORÁRIO : 9h00

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, com sede na Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130, Vila Clementino, nesta Capital, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que, em obediência ao que preceituam os Decretos Municipais nº 44.279, de 24 de dezembro de 2003, nº 46.662, de 24 de novembro de 2005, Lei Municipal nº 13.278 de 2002 e nº 17.273 de 2020, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Leis Complementares nº 123/06, 147/14 e 155/16, dos Decretos Municipais nº 43.406, de 08 de julho de 2003, nº 47.014, de 21 de fevereiro de 2006, nº 54.102, de 17 de julho de 2013, com alterações inseridas pelo Decreto Municipal nº 54.829, de 10 de fevereiro de 2014, Decreto nº 56.475, de 05 de outubro de 2015 e demais normas pertinentes, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser processada pela Comissão Permanente de Licitação nº 2 do Tribunal, atuando seu Presidente como Pregoeiro. Este certame terá como critério de julgamento o **MENOR PREÇO**, em conformidade com as disposições deste Edital e respectivos Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada na intermediação e agenciamento de serviços**

de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo *web* e *mobile* com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na *internet*.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da dotação **10.10.01.032.3024.2100.3390.33 – Passagens e Despesas com Locomoção**.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto 3.722/2001, com a redação conferida pelo Decreto nº 4.485/2002.

4.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Declarados inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública;

4.2.2. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2.1. De acordo com a Resolução do TCMSP nº 08, de 29 de setembro de 2016, a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, tal como as previstas no inciso IV, do mesmo artigo, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, projeta efeitos para todos os órgãos e entidades de todos os entes federativos.

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

4.2.5. Cuja falência tenha sido decretada; e

4.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.1.2. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a(s) proposta(s), com a(s) descrição(ões) do(s) objeto(s) ofertado(s) e preço(s), por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.
- 5.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.8. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.8.1. **Preço** correspondente ao **valor total do objeto**, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do Anexo I deste Edital.
- 5.9. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este Edital.
- 5.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivos horário de registro e valor.

6.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor total do objeto**.

6.5. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$0,01 (um centavo)**;

6.5.2. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (03) segundos

6.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.8. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 05 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.9.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 05 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.14. O critério de julgamento adotado será o **menor preço total**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 05 de outubro de 2015.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.18.1. No país;

6.18.2. Por empresas brasileiras;

6.18.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.19. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.

6.22. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7. DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

7.1.1. A **PROPOSTA** final, conforme modelo do Anexo IV, devendo:

7.1.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

7.1.1.2. Indicar nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, bem como o nome e nº do RG de seu representante legal;

7.1.1.3. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;

7.1.1.4. Apresentar o valor por quilometro rodado e o total global, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando 02 (duas) casas decimais, conforme o Anexo I deste Edital;

7.1.1.5. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento.

7.2. O licitante deverá demonstrar, na forma da lei, que possui poderes para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

7.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos, devendo ser observada no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.6. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

7.6.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.6.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.6.3.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.6.3.1.1. Comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.3.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

8.1.6. Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de São Paulo.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será

convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.7. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ, e endereço respectivo.

8.8.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.8.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

8.8.3. Se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente.

8.9. Os licitantes poderão suprir a ausência da documentação de habilitação que deveria constar no SICAF ou não contemplados por ele encaminhando, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, até a data e horário marcados para abertura da sessão, para fins de habilitação:

8.10. Habilitação jurídica:

8.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.10.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.10.4. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.10.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.10.6. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.10.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.10.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.11. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.11.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.11.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.11.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.11.6. Certidão Negativa de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, do domicílio ou sede do licitante.

8.11.6.1. Os licitantes com domicílio ou sede no Estado de São Paulo deverão comprovar a regularidade fiscal por meio da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Portaria CAT nº 20, de 1º de abril de 1998.

8.11.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativamente aos tributos mobiliários;

8.11.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.11.7.2. Caso o licitante não esteja cadastrado como contribuinte neste Município, deverá apresentar também **DECLARAÇÃO** firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários, conforme modelo constante do Anexo II.

8.11.8. O licitante detentor da melhor proposta, enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para

efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.11.9. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

8.12. Qualificação Econômico-Financeira:

8.12.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.12.1.1. No caso de certidão positiva, o licitante deverá juntar a Certidão de Objeto e Pé, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

8.12.1.2. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento relativos à solvência ou não do licitante, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.13. Qualificação técnica:

8.13.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) ter prestado serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

8.13.1.1. Considera-se serviço compatível com o objeto a prestação de **serviços de transporte individual de passageiro por meio de aplicativo “web” e “mobile”**.

8.14. **DECLARAÇÃO** subscrita por quem detenha poderes de representação, sob as penas do art. 299 do Código Penal, se for o caso, de que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 56.475/2015, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação conforme modelo constante do Anexo III.

8.14.1.1. No caso de microempreendedor individual, a declaração poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

8.15. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões apresentadas, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.15.1. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.16.1. Os licitantes, ainda que pretendam apresentar sua regularidade fiscal ou trabalhista com alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar o cumprimento dos requisitos de habilitação, uma vez que neste Edital constam as exigências próprias para quem pretender se utilizar deste benefício, ficando, portanto, implícita a ressalva da possibilidade de apresentação de documentação afeta à regularidade fiscal com restrição e regularização “a posteriori”.

8.17. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.20. No caso de inabilitação seguir-se-á a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.20.1. Os documentos apresentados deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica do Edital, do próprio documento ou de lei aplicável à espécie, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar de sua expedição.

8.21. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.22. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9 DOS RECURSOS

9.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias corridos, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados e mantida a conveniência da contratação, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11 DA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 As obrigações decorrentes desta licitação consubstanciar-se-ão nos termos da minuta de Contrato - Anexo V.

11.2 A adjudicatária será convocada pelo Tribunal para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de convocação, para assinar o Termo de Contrato.

11.3 Antes de emitir o Termo de Contrato o Tribunal de Contas do Município de São Paulo efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal (CADIN), conforme estabelecido no inciso I, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005, ou na Legislação que vier a substituí-la.

11.3.1 Caso exista registro de débito no CADIN, a Proponente adjudicatária estará impossibilitada de contratar com a Administração, salvo se estiver suspenso o impedimento, conforme dispositivo legal vigente, ou se a Proponente comprovar ter ajuizado ação com garantia oferecida, na forma da lei, ou ainda, comprovar estar suspensa a exigibilidade do crédito.



11.4 Antes da assinatura do contrato o licitante vencedor deverá apresentar, além dos documentos que estiverem vencidos O **contrato social** e a **procuração** de plenos poderes para a sua assinatura;

11.5 O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

11.6 Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, a Administração convocará os demais licitantes, observada a ordem de classificação, independentemente das penalidades previstas neste Edital.

11.6.1 Em caso de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destas.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato, Anexos I e V.

14 DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 Conforme previsto na Minuta de Contrato - Anexo V.

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:

15.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2 Apresentar documentação falsa;

15.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5 Não manter a proposta;

15.1.6 Cometer fraude fiscal;

15.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.8 Cometer falha ou fraude na execução das obrigações assumidas

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação prejudicada pela conduta do licitante;

15.3.2 Impedimento de licitar e de contratar, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006 (Lei de Processo Administrativo do Município de São Paulo).

15.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03 e na Seção II do Capítulo 4 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.7 As importâncias relativas às multas serão descontadas, sempre que possível, do pagamento a que tiver direito a CONTRATADA, ou cobradas judicialmente, se for o caso.

15.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.



16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos.

16.2 As impugnações ou pedidos de esclarecimento poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail **claudio.barone@tcm.sp.gov.br** ou por petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo e-mail **utpa_protocolo@tcm.sp.gov.br**, de acordo com a Portaria SG nº 06/2018, publicada no DOC de 08/12/18, pág. 109.

16.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação ou responder aos questionamentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento.

16.4 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

16.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.6 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Fica o licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e de seus anexos, não podendo invocar desconhecimento dos termos do instrumento convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro, por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, pelo site www.tcm.sp.gov.br>Editais e no endereço eletrônico <http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

17.3 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.4 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.5 O Presidente do TCMSP somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.7 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.8 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TCMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCMSP.

17.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.12 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

17.13 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.tcm.sp.gov.br> - Editais e no endereço eletrônico <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Tribunal de Contas do Município de São Paulo; e também poderão ser obtidos, mediante o pagamento correspondente ao custo da cópia reprográfica a ser recolhido aos cofres públicos, através de guia de recolhimento, das 9h às 17h, até o último dia que anteceder a data designada para a abertura do certame, na Av. Professor Ascendino Reis, 1.130, Vila Clementino – São Paulo/SP, com qualquer membro da Comissão de Licitações.

18 DOS ANEXOS

18.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

18.1.1 Anexo I - Termo de Referência;

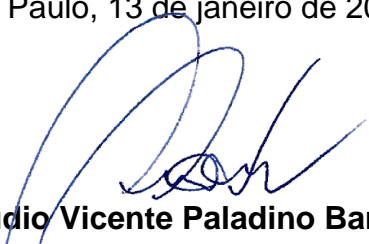
18.1.2 Anexo II - Modelo de declaração sobre tributos municipais (**enviar com os documentos de Habilitação – subitem 8.11.7.2 do Edital**);

18.1.3 Anexo III - Modelo de declaração de ME/EPP/Cooperativa e inexistência de fatos supervenientes (**subitem 8.14 do Edital**);

18.1.4 Anexo IV - Modelo de proposta (**subitem 7.1.1 do Edital**);

18.1.5 Anexo V - Minuta de Contrato

São Paulo, 13 de janeiro de 2023.



Cláudio Vicente Paladino Barone

Comissão de Licitações nº 2

Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo *web* e *mobile* com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet.

2 – LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços será executada predominantemente no território do Município de São Paulo, sendo facultada a utilização em viagens intermunicipais, conforme a necessidade do serviço.

3 – DO PRAZO CONTRATUAL E INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por idênticos períodos e nas mesmas condições, desde que haja concordância das partes, observado o prazo limite constante do art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/1993;

3.1.1 Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual;

3.1.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 46 do Decreto Municipal 44.279/2003, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente;

3.1.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à CONTRATADA o direito a qualquer espécie de indenização;

3.1.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1 deste Termo de Referência, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

3.2 A prestação de serviço terá início contado a partir da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços, inclusive.

4 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1 FUNCIONALIDADES DO SISTEMA

4.1.1 A tecnologia da CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

4.1.1.1 Cadastro de usuários autorizados para o uso dos serviços.

4.1.1.2 Acesso para gerenciamento, pela fiscalização da CONTRATANTE, dos usuários cadastrados, podendo incluir, excluir e editar os usuários.

4.1.1.3 Possibilidade de a fiscalização estabelecer limites de quantidade de corridas autorizadas para cada usuário cadastrado.

4.1.1.4 Existência de sistema ou procedimento próprio para desativar temporariamente ou excluir motoristas que não atendam aos critérios de qualidade de condução e cordialidade adequada.

4.1.1.5 Possibilidade de solicitação de corrida através de aplicativo instalado em *smartphone*, no mínimo, para os sistemas operacionais *Android* e *iOS* e através de sistema *web* por meio de *desktop*, *ultrabook*, *notebook* ou *tablet*.

4.1.1.6 Possibilidade de o usuário monitorar a corrida desde o instante da solicitação, identificando a estimativa do tempo de espera e a localização do veículo em mapa digital.

4.1.1.7 Informação, no aplicativo no qual foi solicitada a chamada, do nome e telefone do motorista, e identificação do veículo, bem como a possibilidade de comunicação entre o solicitante e o motorista, seja por *chat* (mensagens instantâneas) e/ou telefone.

4.1.1.8 Disponibilização dos dados das corridas realizadas em sistema *web* para consulta da unidade CONTRATANTE a qualquer momento, com possibilidade de filtros diversos.

4.1.1.9 Recebimento no *e-mail* do usuário, ao final de cada corrida, de um resumo da corrida com os dados de endereço de partida e destino, data, percurso realizado, quilometragem, hora de início e fim, identificação do carro e do motorista.

4.1.1.10 O sistema da detentora deverá permitir a opção de envio do *e-mail* discriminado no item 4.1.1.9 também para um supervisor do agente público cadastrado pela fiscalização da CONTRATANTE, com possibilidade de alteração a qualquer momento.

4.1.1.11 Possibilidade de realizar o *download* dos dados, em formato *CSV*, *XLS*, *XLSX* ou *ODS* ou equivalente, passível de leitura por *software* de planilha, contendo o histórico de viagens da CONTRATANTE com as informações dispostas no item 4.1.2, à exceção do item 4.1.2.5, com possibilidade de aplicar filtros diversos.

4.1.1.12 Sistema *web*, acessado mediante login e senha a servidores

previamente autorizados, que permita visualização e extração dos dados das corridas realizadas.

4.1.1.13 Método pessoal de seleção do veículo e do motorista para prestar o serviço de transporte, restringindo a possibilidade de escolha de um motorista específico por iniciativa de um usuário ou outro funcionário da CONTRATANTE.

4.1.2 O sistema *web* deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes dados sobre cada corrida:

4.1.2.1 Identificação do condutor (nome ou código identificador).

4.1.2.2 Endereço de Origem.

4.1.2.3 Endereço de Destino.

4.1.2.4 Quilometragem total percorrida.

4.1.2.5 Percorso realizado (por meio de visualização no sistema *web*).

4.1.2.6 Data da corrida.

4.1.2.7 Horário da solicitação/chamada e horário de início e fim da viagem.

4.1.2.8 Identificação do usuário que solicitou a chamada.

4.1.2.9 Centro de Custo da Unidade Contratante.

4.1.2.10 Motivo da corrida, em campo aberto escrito pelo usuário e campo fechado selecionável em lista.

4.1.2.11 Valor da corrida conforme regime de preço da detentora.

4.1.3 O sistema *web* deverá permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, em até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento de cada corrida.

4.1.4 A tecnologia da CONTRATADA deverá permitir o cadastramento de múltiplos servidores com perfil de administradores/fiscais/gestores das corridas da CONTRATANTE.

4.2 SOLICITAÇÃO E EXECUÇÃO

4.2.1 Os veículos cadastrados ao sistema de agenciamento da CONTRATADA obedecerão fielmente à legislação pertinente, em especial o Código de Trânsito Brasileiro CTB, as normas do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN, no que couber.

4.2.2 A CONTRATADA, ao cadastrar o veículo e o motorista no sistema, deverá observar:

4.2.2.1 Caso os serviços sejam prestados por meio de táxis, nos termos da Lei Municipal nº 7.329, de 11 de julho de 1969 e normas complementares, o veículo e o motorista devem estar habilitados e

autorizados pela Prefeitura do Município de São Paulo através do Departamento de Transportes Públicos (DTP).

4.2.2.2 Caso os serviços sejam prestados por meio do transporte individual remunerado de passageiros de utilidade pública, nos termos do Decreto Municipal 56.981 de 10 de maio de 2016, alterado pelo Decreto 58.595 de 4 de janeiro de 2019, Resolução nº 21, de 28 de março de 2019 e normas complementares, a CONTRATADA deve estar devidamente credenciada pela Secretaria Municipal de Transportes e os veículos e condutores devem obedecer aos termos da regulamentação.

4.2.2.3 Caso os serviços sejam solicitados em qualquer região fora do Município de São Paulo, os itens 4.2.2.1 e 4.2.2.2 não serão obrigatórios.

4.2.3 Os serviços serão prestados mediante solicitação da CONTRATANTE, que poderá ser efetuada por:

4.2.3.1 - Aplicativo *web* da CONTRATADA.

4.2.3.2 - Aplicativo *Mobile (Smartphone)*, no mínimo, para os sistemas operacionais *Android* e *iOS*.

4.2.4 Os serviços poderão ser convocados a qualquer momento, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

4.2.4.1 São admitidas eventuais indisponibilidades programadas do sistema da CONTRATADA que comprometam as solicitações dos usuários, por motivos tais como atualizações tecnológicas, desde que (i) não ocorram em dias úteis nos horários das 6h às 20h ou, (ii) nos demais períodos, sejam informadas com mais de 48 horas de antecedência à fiscalização da CONTRATANTE caso a indisponibilidade possa durar mais de 30 minutos para que esta possa remanejar sua escala de serviços.

4.2.4.2 Em caso de indisponibilidade do sistema, por quaisquer motivos, em tempo superior a 30 minutos, nos dias não úteis ou em dias úteis fora do horário entre 6h e 20h, que não tenham sido informados em prazo mínimo de 48 horas e que tenha impedido os usuários convocar veículos com motoristas em nome da CONTRATANTE, gerando prejuízos relevantes às atividades da unidade, poderá haver a aplicação de penalidade.

4.2.4.3 Em caso de indisponibilidade do sistema, por quaisquer motivos, em tempo superior a 30 minutos, em dias úteis nos horários entre 6h e 20h e que tenha impedido os usuários convocar veículos com motoristas em nome da CONTRATANTE, gerando prejuízos relevantes às atividades da unidade, poderá haver a aplicação de penalidade.

4.2.5 Como acordo de nível de qualidade do serviço (*Service Level Agreement*) CONTRATANTE, fica estabelecido que a CONTRATADA deve atingir a marca mínima de 95% no seguinte indicador:

SLA = Solicitações da CONTRATANTE atendidas adequadamente no mês

Total de solicitações da CONTRATANTE no mês

4.2.5.1 Caso a CONTRATANTE apresente menos de 20 viagens no mês, as ocorrências e solicitações acumular-se-ão para os meses seguintes, até que se complete um mínimo de 20 viagens.

4.2.5.2 Se, ao final de cada período, for constatado que o atendimento das solicitações não atingiu o parâmetro de qualidade mínimo de 95% estabelecido no item 4.2.5, poderá haver a aplicação de penalidade pela CONTRATANTE.

4.2.5.3 A apuração do indicador compete à fiscalização da CONTRATANTE, que informará e dará ampla defesa à CONTRATADA quando houver desempenho inferior a 95% e deliberará sobre a razoabilidade ou não de sua defesa, observados os itens 4.2.6 e 4.2.7.

4.2.6 Para os fins de cômputo do indicador apresentado no item 4.2.5, serão consideradas como solicitações atendidas adequadamente todas as solicitações atendidas pela CONTRATADA, exceto aquelas em que:

4.2.6.1 O início da corrida ocorreu depois de 15 (quinze) minutos após a solicitação do usuário, para os autos, para os veículos, complementada com comprovantes enviados pelo usuário;

4.2.6.1.1. Excetuam-se do item 4.2.6.1 os casos de motoristas que chegaram até o local solicitado pelo usuário dentro do período estipulado, mas que, por razões diversas justificadas, as corridas não iniciaram ou tardaram a iniciar.

4.2.6.2 Não foram atendidas por indisponibilidade de veículos/motoristas na região, devidamente comprovado pelo usuário e pela fiscalização da CONTRATANTE e observadas as exceções apontadas no item 4.2.7;

4.2.6.3 Não ocorreram por desistência do usuário depois de transcorrido o tempo de espera indicado no item 4.2.6.1, devidamente demonstrado pelo usuário e pela fiscalização da CONTRATANTE e observadas as exceções apontadas no item 4.2.7.

4.2.6.4 Ocorreu o desembarque do usuário em local distinto do solicitado e contra a sua vontade, devidamente justificado pelo usuário e pela fiscalização da CONTRATANTE;

4.2.6.5 O motorista apresentou condução perigosa ou tratamento desrespeitoso ao usuário, devidamente justificado pelo usuário e pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.2.6.6 O motorista se recusou a prestar o atendimento, exceto quando seu motivo estiver previsto em uma das possibilidades do item 4.2.7, devidamente justificado pelo usuário e pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.2.7 Para o cálculo do item 4.2.5 não serão considerados para o indicador:

4.2.7.1 Eventuais cancelamentos de corridas realizados pela CONTRATANTE ou seus funcionários antes de se completar o prazo

máximo de espera;

4.2.7.2 As solicitações realizadas a partir de ou destinadas a áreas rurais, conforme delimitado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 Plano Diretor Estratégico;

4.2.7.3 As solicitações realizadas a partir de ou destinadas a outros municípios;

4.2.7.4 As solicitações realizadas a partir de ou destinadas às regiões urbanas especiais indicadas pela CONTRATADA ao órgão gerenciador.

4.2.7.5 As solicitações frustradas que ocorrerem durante período de atualização tecnológica do sistema da CONTRATADA, quando previamente informado no prazo e nas condições dispostas.

4.2.7.6 As solicitações e viagens não atendidas adequadamente pela CONTRATADA por motivo de usuário que estava sem condições de mínimas de asseio.

4.2.8 As solicitações poderão ser feitas em qualquer local do território urbano da cidade de São Paulo, conforme delimitado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 Plano Diretor Estratégico.

4.2.8.1 A CONTRATADA poderá indicar diretamente ao CONTRATANTE regiões urbanas especiais em que não consegue garantir atendimento dentro do território urbano da cidade de São Paulo, sendo estes ignorados para o cálculo do indicador do item 4.2.5 e da obrigação da CONTRATADA em prestar atendimento.

4.2.8.2 As regiões urbanas especiais indicadas pela CONTRATADA não poderão somar, em conjunto, uma área superior a 25 Km².

4.2.8.3 Compete a CONTRATADA apresentar separadamente a área em Km² das regiões urbanas especiais, com descrição dos logradouros e números não atendidos. A área final, em polígono, considerará os contornos de limites entre os logradouros e toda a área com lotes em seu interior.

4.2.9 O atendimento em outros municípios, de caráter excepcional, está condicionado à presença dos serviços da CONTRATADA no município.

4.3 TARIFAS E MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1 O preço final de cada corrida será calculado multiplicando a quilometragem percorrida pelo preço por quilômetro definido na Proposta de Preços.

4.3.2 A cobrança pela corrida deverá ser iniciada somente no momento do embarque do passageiro, encerrando-se a apuração do valor a ser cobrado no destino final.

4.3.3 A apuração dos serviços prestados deverá ser realizada através dos

dados disponíveis no sistema web. A medição final será o resultado do valor total apurado.

4.3.4 Os serviços serão medidos mensalmente, com base nos valores constantes do sistema, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados.

4.3.5 Em caso de necessidade de estornos por motivos diversos, este será feito pelo abatimento parcial ou integral da quilometragem da corrida.

4.3.6 A execução dos serviços será acompanhada pela fiscalização da CONTRATANTE, estando sujeita à sua aprovação antes do faturamento.

4.3.7 A utilização a menor da quilometragem estimada não gerará qualquer espécie de ressarcimento ou indenização por parte do CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3.8 O cálculo da quilometragem mensal estimada tomou por base o número médio de viagens por mês apurado de acordo com os relatórios gerenciais da Coordenadoria Administrativa, nos quadros referentes à Unidade Técnica de Transportes, considerando uma quilometragem média compatível com as distâncias percorridas nos trajetos entre o TCMSP e os destinos usuais dos servidores em trabalho externo, resultando no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	ESTIMATIVA MENSAL
01	Veículos do tipo “Uso Comum”: Os veículos de “uso comum” serão utilizados exclusivamente por agentes públicos na prestação dos serviços no geral, podendo ser quaisquer veículos aptos ao transporte individual de passageiros, do tipo <i>sedan</i> , <i>hatchback</i> ou similares.	Km	264
02	Veículos do tipo “Porta-malas Grande”: Os veículos do tipo “Porta-malas Grande” serão utilizados para transporte individual de agentes públicos acompanhados de cargas leves que requeiram veículo com maior espaço de Porta-malas, devendo este possuir capacidade igual ou superior a 400 litros.	Km	264
TOTAL			528

5 – VIGÊNCIA

5.1 A vigência contratual se inicia com a assinatura do contrato e termina com o recebimento definitivo do objeto. O prazo da prestação de serviço de transporte individual de passageiros é de 12 (doze) meses, a contar da data de início da execução dos trabalhos para este Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

6 – DO PAGAMENTO

6.1 – A Nota Fiscal será emitida com base nas medições indicadas no sistema *web*, conforme item 4.3 do Termo de Referência e seus subitens. O fiscal do contrato

deverá atestar a medição física, verificar os valores da Nota Fiscal encaminhada pela CONTRATADA e instruir o processo para encaminhamento à Unidade Técnica de Contratos do TCMSP.

6.1.1 O prazo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da entrega de cada nota fiscal, nota fiscal fatura e/ou nota de débito. O CONTRATANTE não aceitará recibo como documento fiscal.

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Processo: TC/012977/2022

Pregão nº 06/2023

Ao

TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A empresa.....,C.N.P.J. nº.....,
DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que não está cadastrada e não possui débitos junto à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários.

....., de de 2023

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

OBS.: Apresentar na Habilitação – subitem 8.11.7.2 do Edital

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP E INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES

Processo: TC/012977/2022

Pregão nº 06/2023

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a).,portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem como que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

São Paulo, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do responsável pela empresa proponente

Nome Legível:_____

RG:_____

Cargo:_____

Empresa:_____

- **Obs. A declaração de ME/EPP, se cabível, deverá ser encaminhada com os documentos HABILITAÇÃO (subitem 8.14 do Edital).**

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(A SER PREENCHIDA PELA EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR)

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo

Processo: TC/012977/2022

Pregão nº 06/2023

Abertura dia às horas.

A _____, empresa estabelecida na _____ nº _____, complemento: _____ CNPJ. nº _____, telefone: _____, e-mail: _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Estado: _____, por meio de seu representante legal, Sr.(a) _____, _____ (estado civil), _____ (profissão), (e-mail), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, **observadas as especificações constantes do Anexo I do Edital**, propõe o seguinte:

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Estimativa Mensal	Valor	Valor total (12 meses)
01	01	Veículos do tipo “Uso Comum”: Os veículos de “uso comum” serão utilizados exclusivamente por agentes públicos na prestação dos serviços no geral, podendo ser quaisquer veículos aptos ao transporte individual de passageiros, do tipo <i>sedan</i> , <i>hatchback</i> ou similares.	Km	264	R\$	R\$
	02	Veículos do tipo “Porta-malas Grande”: Os veículos do tipo “Porta-malas Grande” serão utilizados para transporte individual de agentes públicos acompanhados de cargas leves que requeiram veículo com maior espaço de Porta-malas, devendo este possuir capacidade igual ou superior a 400 litros.	Km	264	R\$	R\$
TOTAL						R\$
Valor por extenso						

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de _____ dias contados a partir da data de abertura da sessão. (mínimo de 60 dias)



CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme disposto na Minuta de Contrato – Anexo V.

Indicação do banco, número da conta e agência do licitante.

Declaramos, também, conhecer e nos submeter integralmente a todas as cláusulas e condições do Edital de Licitação do qual esta proposta é parte integrante.

São Paulo, _____ de _____ de 2023.

(Assinatura do responsável da firma proponente)
Nome:/RG

ANEXO V MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO: Nº
CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
CONTRATADA: <DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo *web* e *mobile* com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na *internet*.
VALOR: R\$ _____
DOTAÇÕES <DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)>
VIGÊNCIA: 12 meses
PROCESSO Nº: TC/012977/2022

O TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Prof. Ascendino Reis, 1.130 – São Paulo - SP, neste ato representado por seu Presidente, <NOME DO PRESIDENTE>, doravante denominado CONTRATANTE, e <DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>, CNPJ nº <_____, com endereço na <endereço completo da empresa>, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu <cargo do representante>, <NOME DO REPRESENTANTE>, RG nº <_____, e CPF nº <_____, resolvem celebrar este Contrato, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº ____/____, conforme o edital da licitação, seus anexos e a proposta formulada pela CONTRATADA, que integram, para todos os efeitos, o presente Contrato, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo *web* e *mobile* com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na *internet*, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que figura como anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

- 2.1. O valor contratual é de R\$ _____,____ (valor por extenso)

2.1.1. Os preços a serem praticados serão os seguintes:

Item	Descrição	Unid.	Estimativa Mensal	Valor	Valor total (12 meses)
01	Veículos do tipo “Uso Comum”: Os veículos de “uso comum” serão utilizados exclusivamente por agentes públicos na prestação dos serviços no geral, podendo ser quaisquer veículos aptos ao transporte individual de passageiros, do tipo <i>sedan</i> , <i>hatchback</i> ou similares.	Km	264	R\$	R\$
02	Veículos do tipo “Porta-malas Grande”: Os veículos do tipo “Porta-malas Grande” serão utilizados para transporte individual de agentes públicos acompanhados de cargas leves que requeiram veículo com maior espaço de Porta-malas, devendo este possuir capacidade igual ou superior a 400 litros.	Km	264	R\$	R\$

2.1.2. No valor contratado estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários a atender o objeto deste Contrato, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

2.1.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

2.2. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou documento equivalente, através de depósito em conta corrente ou ficha de compensação, ambas de titularidade da CONTRATADA.

2.2.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida com base nas medições indicadas no sistema web, conforme item 4.3 do Termo de Referência e seus subitens. O fiscal do contrato deverá atestar a medição física, verificar os valores da Nota Fiscal encaminhada pela CONTRATADA e instruir o processo para encaminhamento à Unidade Técnica de Contratos do TCMSP.

2.2.2. Recibos não serão aceitos como documentos fiscais.

2.2.3. Os pagamentos efetuados com atraso por culpa exclusiva do CONTRATANTE, terão o valor do principal reajustado pelo índice de remuneração básica da

caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria 05/2012-SF).

2.2.4. Antes dos pagamentos, o CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN. A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005.

2.2.5. Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal/fatura será recusada pelo CONTRATANTE mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da nova fatura devidamente corrigida.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DOS PRAZOS

3.1. O Contrato terá início de vigência a partir da data de sua assinatura e término na data da lavratura do termo de recebimento definitivo.

3.1.1. Se assinado digitalmente, considera-se celebrado na data da assinatura pela autoridade competente do TCMSP.

3.1.2. Se assinado fisicamente, considera-se celebrado na data constante acima das assinaturas, ao final do instrumento.

3.2. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, cuja vigência iniciar-se-á a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços pelo TCMSP.

3.2.1. O Contrato poderá ser prorrogado conforme o estabelecido no art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93 e no art. 46 do Decreto Municipal 44.279/03.

3.3. Na hipótese de prorrogação, o preço contratado poderá sofrer reajuste, mediante solicitação da CONTRATADA, após o interregno de 12 (doze) meses, contados da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, aplicando-se o índice IPC-FIPE (mês de referência ____/____), acumulado em 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.3.1. A CONTRATADA deverá instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para a conferência e para a homologação dos cálculos pelo CONTRATANTE.

3.3.2. Caso o Contrato seja prorrogado sem que a CONTRATADA tenha pleiteado o reajuste, ocorrerá a preclusão deste direito.

3.3.3. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o Contrato.

- 3.3.4. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos da Subcláusula 3.3.
- 3.3.5. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela CONTRATADA e o conferido pelo CONTRATANTE, prevalecerá o verificado por esta, até que as PARTES dirimam a controvérsia.
- 3.3.6. Se o CONTRATANTE verificar a ocorrência de deflação, poderá dar início ao procedimento de reajuste.
- 3.3.7. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila
- 3.4. Caso a CONTRATADA não tenha interesse na prorrogação do ajuste, deverá comunicar este fato por escrito ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual;
 - 3.4.1. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 46 do Decreto Municipal 44.279/2003, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente;
 - 3.4.2. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à CONTRATADA o direito a qualquer espécie de indenização;
 - 3.4.3. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.2 deste Contrato, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 4.1. As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) <DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)>, e no próximo exercício, se for o caso, à conta das dotações orçamentárias previstas para atender despesas da mesma natureza

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 5.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto deste Contrato obedecendo às especificações constantes no Termo de Referência, Edital e em seus anexos, que são partes integrantes do Contrato, e as cláusulas deste ajuste, especialmente as que seguem abaixo.
 - 5.1.1. Cumprir integralmente as obrigações, obedecendo rigorosamente às especificações, prazos e demais condições relacionadas ao Termo de Referência.
 - 5.1.2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

- 5.1.3. Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante o CONTRATANTE pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
 - 5.1.4. Garantir total qualidade dos serviços contratados;
 - 5.1.5. Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas nas Especificações Técnicas;
 - 5.1.6. Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
 - 5.1.7. Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil, comercial e securitária, resultantes da prestação dos serviços, se for o caso;
 - 5.1.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - 5.1.9. Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, ao CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
 - 5.1.10. Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive a inexistência de pendências no CADIN Municipal.
- 5.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 6.1. Caberá ao(s) responsável(is) pela fiscalização do Contrato a ser(em) indicado(s) por autoridade competente, na forma do artigo 67 da Lei Federal 8.666/93, além das atribuições constantes do Termo de Referência, o quanto segue:
- 6.1.1. Emitir a Ordem de Início dos Serviços.
 - 6.1.2. Fiscalizar e avaliar a execução do objeto desta contratação;
 - 6.1.3. Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
 - 6.1.4. Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
 - 6.1.5. Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
 - 6.1.6. Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhar, fiscalizar e auditar a execução dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e

quaisquer outros de interesse da Administração, avaliando a qualidade dos serviços, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com o constante no Termo de Referência;

- 6.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- 6.1.8. Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- 6.1.9. Propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à CONTRATADA, como disposto no art. 54 do Decreto Municipal 44.279/03.
- 6.1.10. Propor à autoridade competente a dispensa de aplicação de penalidades à CONTRATADA, como disposto no art. 56 do Decreto Municipal 44.279/03.
- 6.1.11. Atender no menor espaço de tempo possível e sempre que estiver ao seu alcance, às solicitações da Contratada relativamente aos serviços em execução ou a executar;
- 6.1.12. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- 6.1.13. Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014;
- 6.1.14. Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- 6.2 A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.
- 6.3 O CONTRATANTE poderá, a seu critério e a qualquer tempo, verificar o cumprimento de normas estabelecidas no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento das obrigações previstas em lei ou neste instrumento ensejará a aplicação das seguintes penalidades à CONTRATADA, observado o procedimento previsto no Capítulo X do decreto Municipal nº 44.279/03 e na Seção II, do Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93:
 - 7.1.1. Advertência, aplicada em caso de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo de monta aos interesses do CONTRATANTE relativamente ao objeto contratado.
 - 7.1.2. Multa de até 1% (um por cento) por dia de atraso para o início da prestação dos serviços, calculada sobre o valor total da contratação, e limitada a 10 (dez)

dias, após o que o objeto poderá ser considerado como definitivamente não realizado e os serviços poderão não mais ser aceitos pelo CONTRATANTE, configurando-se, assim, a inexecução do Contrato e procedida sua rescisão, quando, então, se aplicará somente a penalidade prevista na subcláusula 7.1.7.

7.1.3. Multa de até 1% (um por cento) por dia de indisponibilidade do sistema, calculada sobre o valor total da contratação, por quaisquer motivos, após o prazo de tolerância descrito no Termo de Referência, em que houver relevantes prejuízos ao CONTRATANTE.

7.1.4. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre a parcela apurada, caso seja constatado que o atendimento das solicitações não tenha atingido o parâmetro de qualidade mínimo de 95% estabelecido no item 4.2.5 do Termo de Referência,

7.1.5. Multa de até 10% (dez por cento) caso a CONTRATADA não comunique o desinteresse na prorrogação do ajuste, por escrito ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual

7.1.6. Multa por inexecução parcial do contrato: 15% (quinze por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada em relação ao montante estimado.

7.1.7. Multa de até 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA dê causa à rescisão do ajuste.

7.1.8. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.1.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.2. As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a de outras, devendo ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou recolhidas em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à CONTRATADA ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

7.3. A somatória das multas está limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

7.4. A dosimetria das sanções levará em consideração o seu caráter educativo, o dano causado ao CONTRATANTE, a reincidência e a proporcionalidade.

7.5. O não recolhimento das multas no prazo indicado implicará atualização monetária e juros moratórios calculados em conformidade com a Lei Municipal 13.275/2002.

7.6. As penalidades poderão não ser aplicadas em caso de motivo justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

- 7.7. No caso de aplicação de eventuais penalidades será observado o procedimento previsto no Capítulo X do Decreto Municipal nº 44.279/03 e na Seção II do Capítulo 4 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. Os serviços objeto deste termo não poderão ser subcontratados.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, nas hipóteses previstas na Lei Municipal 13.278/02, Decreto Municipal 44.279/03 e na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SIGILO, DA INVIOABILIDADE E DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 10.1. O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos dos serviços contratados está limitado à finalidade da prestação dos serviços, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento sem o prévio consentimento do CONTRATANTE, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.
- 10.1.1. As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo CONTRATANTE e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente Contrato, no Termo de Referência e demais anexos.
- 10.2. A CONTRATADA deverá prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se referiam ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ANTICORRUPÇÃO

- 11.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no Decreto Municipal nº 56.633/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Lei Municipal 13.278/02 e Decretos Municipais 44.279/03, 46.662/05 e 58.400/18 e legislação correlata, aplicando-se, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, cabendo, ainda, ao CONTRATANTE decidir sobre os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente ajuste, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ASSINATURA

- 14.1. O presente instrumento será firmado pelas partes, preferencialmente na forma digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.
- 14.1.1. O procedimento para assinatura digital, bem como de verificação de autenticidade, e data de emissão do ajuste, se dará em conformidade com o estabelecido na Portaria SG/GAB nº 03/2021, observando-se a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2021, Leis Federais nos 11.419/2006 e 12.682/2012.
- 14.1.2. Eventuais instrumentos decorrentes do presente Ajuste também serão firmados pelas partes preferencialmente na forma digital.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, depois de lido e achado conforme.

Caso firmado fisicamente, as partes o assinam em duas vias de igual teor.

São Paulo, <preencher a data se for documento físico>

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA FILHO
Presidente
**TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

<NOME DO REPRESENTANTE>
<Cargo do representante>
**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA
EMPRESA>**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2023			
Data de abertura: 15/05/2023 às 14:00 horas no sítio www.gov.br/compras			
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na gestão de serviços de transporte individual privado de passageiros.			
Processo PROAD 13.126/2023	Registro de preços? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
	Modo de disputa: Aberto e fechado	Amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica
Critério de julgamento: Menor preço		Valor estimado da contratação: R\$ 80.800,00	
Prazo para envio da proposta de preços adequada após etapa de lances: 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Prazo para envio dos documentos de habilitação: 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos Até o dia 10/05/2023 para o endereço licita@trt2.jus.br			
Documentos de Proposta: 1. Proposta conforme modelo constante do Anexo II.		Documentos de Habilitação: 1. SICAF; 2. Atestado de capacidade técnica.	
Adjudicação por item Regime de execução - Empreitada por preço unitário Prazo para implantação e início dos serviços: até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato, conforme item 5 do Anexo I do edital.			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	3
3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	4
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	4
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	6
7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES	8
9. DA FASE DE JULGAMENTO.....	9
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO	11
11. DOS RECURSOS.....	12
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	12
13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	12
14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT.....	13
15. DAS GARANTIAS.....	14
16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	14
17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	14
18. DO PAGAMENTO.....	14
19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	14
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16

ANEXOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.....	18
ANEXO II - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	27
ANEXO III - CARTA DE PREPOSTO.....	28
ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.....	29
ANEXO V - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.....	45
ANEXO VI - PLANO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.....	48



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023

Processo PROAD nº 13.126/2023

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, por meio da Divisão de Licitações, sediada na Av. Marquês de São Vicente, 121, Bloco A, 12º andar, sala 1201, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 15/05/2023

HORÁRIO: 14:00 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 080010

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de gestão de transporte individual privado de passageiros, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários a serem consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 14.535/2023, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza da Despesa 3.3.90.33 - Passagens e Despesas de Locomoção, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 80.800,00 (oitenta mil e oitocentos reais).

3.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste edital e seus anexos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade, ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trt2.jus.br, aos cuidados do agente de contratação.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema Compras.gov.br e na página do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em_andamento/editais.pdf), no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.1.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

liquidação.

5.3. Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. Somente para os licitantes cadastrados como microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3.1.1. Que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

a. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b. Nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3.2. Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecidos. Declara ainda estar ciente dos termos previstos no art. 14 da Lei 14.133/2021 e que não está impedido de participar do processo licitatório;

5.3.2.1. A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

5.3.3. Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.3.4. Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.3.5. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

5.3.6. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5.3.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.8. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.5. É vedada a contratação de licitante que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7 de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Será concedido tratamento favorecido aos licitantes, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.2. Em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, aplicar-se-á o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.2.1. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas dos licitantes convocados para a etapa fechada e qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2. A empresa mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3. Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.3. Caso seja suscitada dúvida, o agente de contratação verificará quando o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto na Lei



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Complementar 123/2006, se o somatório de ordens bancárias recebidas, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada lei.

6.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

6.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos constantes do sistema.

7.3.1. Valor unitário e total do item (o valor global proposto deverá ser repetido em ambos os campos).

7.3.2. Descrição detalhada do objeto, conforme especificações previstas no Anexo I.

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a conclusão da etapa de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.10. Não será admitida a desistência da proposta após a abertura da sessão pública, hipótese na qual o agente de contratação poderá solicitar a autuação de processo administrativo para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

apenação, na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.4.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.4.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.2.1. No procedimento de que trata este item, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.4.2.2. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

deverá ser de R\$ 0,01.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os mesmos critérios de desempate citados no item acima.

8.12. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Como condição prévia ao exame da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.1. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, a consulta aos cadastros dispostos nos subitens abaixo será realizada também em nome do sócio majoritário da empresa.

9.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes)

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

9.1.1.3. Lista de Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação desclassificará o licitante por falta de condição de participação.

9.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da contratação e, observado o disposto no item abaixo, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

9.2.1. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.2.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.3. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance ofertado, conforme Anexo II do edital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema.

9.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 9.4, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.6. A pedido do agente de contratação, o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

9.7. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Após o término da fase de julgamento, a habilitação do licitante cuja proposta foi aceita será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II e III válidos e a apresentação, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema, da seguinte documentação:

10.1.1. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa ou executou a prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 10.000 Km (dez mil quilômetros) anuais.

10.1.1.1. O atestado deve apontar, também, a aptidão da empresa licitante em relação à apresentação de solução tecnológica que possibilite a operação e gestão das solicitações das corridas, bem como aplicação web e aplicativo mobile para solicitação de serviços pelos usuários.

10.1.1.2. O atestado de capacidade técnica poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do licitante.

10.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 10.2, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de seus recebimentos.

10.5. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.7. Havendo pendência nos níveis do SICAF, o agente de contratação poderá solicitar para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

10.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

10.10. Em caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

10.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **60 (sessenta) minutos** concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. As razões do recurso deverão ser registrados em momento único em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, se desejarem, a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Após a homologação do certame, caso a Administração decida pela efetivação do contrato, o licitante vencedor será convocado, por escrito, para entregar o documento (original ou cópia



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

autenticada) abaixo descrito:

13.1.1. Comprovação de atendimento em São Paulo, Santos e respectivas regiões metropolitanas, através de lista de veículos cadastrados e ativos e com histórico recente de atendimentos.

13.2. A não apresentação do documento acima elencado, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. Cumprida a exigência disposta no item 13.1, o adjudicatário deverá assinar o instrumento contratual no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do envio da mensagem para o e-mail informado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.3.1. O contrato deverá ser assinado de forma digital por meio do Sistema PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme orientações dispostas no manual de uso do PROAD para usuários externos do Tribunal, disponível em https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/proad/manual_proad_usuarios_externos.pdf.

13.3.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.3.3. Deverá ser assinada no mesmo prazo e forma dispostos no *caput* a declaração indicando os prepostos e seus substitutos, que representarão a contratada durante a execução contratual, contendo os respectivos contatos (telefone, e-mail e endereço), conforme Anexo III.

13.4. O licitante vencedor deverá manter suas condições de habilitação durante toda a contratação.

13.4.1. No momento da assinatura do contrato, será verificada a regularidade do signatário no SICAF quanto às certidões federais.

13.4.2. Na hipótese de irregularidade, o signatário deverá regularizar sua situação perante o cadastro ou apresentar os documentos que comprovem sua regularidade relativamente aos dados vencidos ou não atualizados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Quando o licitante convocado não assinar o contrato na forma estabelecida neste instrumento poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nos termos previstos no artigo 90 da Lei 14.133/2021, obedecida a ordem de classificação.

14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT

14.1. Para a efetivação dos pagamentos resultantes desta contratação, será obrigatório o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

cadastro da contratada no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).

14.1.1. O prazo para a efetivação do cadastro será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

14.1.2. O procedimento de cadastramento pode ser acessado em:
<https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/kbtopic/fornecedores-colaboradores-e-credenciados-de-saude/>

14.2. Durante o período de execução contratual, a contratada deverá, na periodicidade correspondente à natureza do objeto, enviar a Nota Fiscal Eletrônica, a Certidão Negativa de Débitos (Receita Federal do Brasil), a Certidão de Regularidade do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas através do módulo de Execução Financeira do SIGEO-JT, sob pena de não pagamento.

14.3. Eventuais dúvidas sobre o cadastro no sistema poderão ser dirimidas através do e-mail cadastro.execucaofinanceira@trt2.jus.br

15. DAS GARANTIAS

15.1. Não haverá exigência de prestação de garantia nesta contratação.

16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. A disciplina acerca do reajuste e do equilíbrio econômico-financeiro está disposta nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como de fiscalização estão previstos no instrumento contratual anexo ao presente edital.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa o licitante que:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;

19.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

- 19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- 19.1.4. ensejar o retardamento do certame;
- 19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.6. fraudar a licitação;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.2. Mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- 19.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- 19.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

19.3. Considera-se não manter a proposta a ausência de envio, a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, não enviar proposta/planilha adequada ao último lance ofertado ou após negociação, deixar de apresentar amostra, não enviar documentos solicitados ou não prestar esclarecimentos em sede de diligência, o pedido de desclassificação da proposta formulado pelo licitante, quando encerrada a etapa competitiva e desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que impossibilite o seu cumprimento.

19.4. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

19.5. Considera-se retardar a execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

19.6. Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros;

19.6.1. A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio;

19.7. Em caso de inexecução parcial ou total das condições de contratação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas conforme disposto no instrumento contratual.

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

19.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

19.10. Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP n. 24, de 27 de maio de 2022 deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, e caso a continuidade não seja agendada nesse momento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.2. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.3. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "enviar anexo" do sistema, a critério do agente de contratação, poderá ser utilizado para encaminhamento de documentos o endereço eletrônico licita@trt2.jus.br.

20.4. Quaisquer documentos inseridos no Sistema Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo agente de contratação.

20.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações, situada na Avenida Marquês de São Vicente nº 121, Bloco A, 12º andar, sala 1201, Barra Funda, CEP 01139-001, São Paulo.

20.5. A assinatura de documentos resultantes deste pregão eletrônico será exclusivamente digital, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), considerada válida para todos os efeitos legais, e será realizada através do Portal PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema de gestão virtual de documentos e processos administrativos.

20.5.1. As orientações para acesso e utilização do Portal PROAD estão dispostas em https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/proad/manual_proad_usuarios_externos.pdf.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

20.6.1. São considerados dias de expediente os descritos no Art. 62, I, da lei 5.010/1966.

20.7. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

20.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

20.9. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.10. Os anexos listados no sumário, integram este edital, para todos os fins e efeitos.

20.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, (data e hora da assinatura digital)

Aquiles José Malvezzi

Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO I
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na gestão da prestação de natureza continuada de Serviços de Transporte Individual Privado de Passageiros, baseado em tecnologia de comunicação em Rede que estiverem em operação no Estado de São Paulo (Táxi Convencional, Uber, 99Taxi, ou similar), por demanda, disponibilizando plataforma web, aplicativo mobile e central telefônica, direcionado ao transporte de servidores e colaboradores do CONTRATANTE nos deslocamentos a serviço entre seus diversos prédios.

1.2. A CONTRATADA será a mediadora entre este CONTRATANTE e os veículos credenciados, e que realizam o serviço de transporte de passageiros.

2. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

2.1. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros, por meio de Táxi Convencional, Uber, 99Taxi ou similar, com a utilização de aplicativo e ambiente web para gerenciamento da utilização, bem como a hospedagem dos dados, enquanto durar a contratação.

2.2. Funcionalidades mínimas do sistema:

2.2.1. Prévia identificação e cadastro dos usuários/passageiros para uso dos serviços por meio de login e senha pessoal, vinculados aos diversos setores deste CONTRATANTE;

2.2.2. Opção de escolha do tipo de veículo a ser escolhido caso existam categorias diferentes;

2.2.3. Acesso para gerenciamento, pela Unidade CONTRATANTE, dos usuários cadastrados, podendo incluir e excluir usuários do sistema;

2.2.4. Estabelecimento de perfis individuais dos usuários – No mínimo de Gestor da Contratação, Responsável pelo Setor e Usuário, com definição dos limites de utilização de cada um, bem como possibilitando inserção de limites por setor.

2.2.5. Solicitação do transporte, no mínimo, via:

2.2.5.1. Aplicativo instalado previamente em smartphone – nos sistemas operacionais Android e IOS, no mínimo;

2.2.5.2. Plataforma web com acesso diretamente pelo navegador de internet, não sendo aceito sistemas que envolvam acesso remoto a computador da CONTRATADA ou algo similar;

2.2.5.3. Central telefônica.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

2.2.6. Monitoramento da corrida, pelo solicitante e pelo gestor, desde o instante da solicitação, em que seja possível identificar a estimativa do tempo de espera e chegada do veículo (mapa de acompanhamento do chamado), o nome e telefone do motorista e a identificação do veículo;

2.2.7. Opção de cancelamento da corrida;

2.2.8. Avaliação do serviço pelo passageiro, via aplicativo ou ambiente web;

2.2.9. Disponibilização dos dados das corridas para consulta por meio de ambiente web que armazenará os relatórios e o painel de gestão para conferência;

2.2.10. O ambiente web deverá apresentar em relatório as seguintes informações, no mínimo:

2.2.10.1. Identificação do veículo, inclusive placa;

2.2.10.2. Identificação do motorista;

2.2.10.3. Valor da corrida;

2.2.10.4. Origem;

2.2.10.5. Destino;

2.2.10.6. Rota percorrida – mediante gráfico (mapa) do trajeto percorrido;

2.2.10.7. Quilometragem percorrida;

2.2.10.8. Data da corrida;

2.2.10.9. Horário do agendamento e/ou da solicitação/chamada;

2.2.10.10. Identificação do CONTRATANTE;

2.2.10.11. Centro de custo do CONTRATANTE;

2.2.10.12. Identificação do usuário/Passageiro(s);

2.2.10.13. Motivo/Justificativa da corrida;

2.2.10.14. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização dos dados das corridas das seguintes formas, no mínimo:

a. Corridas e gastos por usuário/passageiro;

b. Corridas e gastos por centro de custos;

c. Corridas e gastos por período de tempo;

2.2.11. Os relatórios de gerenciamento deverão permitir a visualização do histórico de todas as corridas realizadas, no sistema, com os seguintes perfis, no mínimo:

2.2.11.1. Pelo próprio usuário: acesso ao relatório e histórico de suas próprias corridas;

2.2.11.2. Gestor do centro de custo: acesso apenas aos relatórios de todos os usuários/passageiros de sua própria unidade/centro de custo;

2.2.11.3. Gestor do contrato: acesso completo a todos os centros de custos e relatórios de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

utilização de transporte de todos os usuários/passageiros do CONTRATANTE.

2.3. Da solicitação e execução do serviço:

2.3.1. Os serviços deverão estar disponíveis pelo menos na cidade de São Paulo, Baixada Santista e respectivas regiões metropolitanas;

2.3.2. Os serviços deverão ser prestados ininterruptamente, durante as vinte e quatro horas dos sete dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;

2.3.3. Depois de efetuada a solicitação, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) minutos contados da data/hora da solicitação.

2.3.4. A chegada do transporte no local solicitado deverá ser informada ao usuário.

2.3.5. O condutor deverá aguardar o usuário por, pelo menos, 10 (dez) minutos a partir da comunicação de chegada.

2.3.6. Em relação ao cancelamento das solicitações a CONTRATADA deve prever:

2.3.6.1. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, sem ônus para o CONTRATANTE, dentro dos cinco minutos iniciais do chamado.

2.3.6.2. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, sem ônus para o CONTRATANTE, após quinze minutos do aceite do motorista, sem ter o veículo chegado ao local solicitado.

2.3.6.3. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, após cinco minutos iniciais da chamada e aceite do motorista, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do USUÁRIO no VEÍCULO), com ônus para o CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;

2.3.6.4. cancelamento da solicitação, após a chegada do veículo no endereço de origem, quando transcorrido o prazo de 10 (dez) minutos sem a chegada do USUÁRIO para início do atendimento, a critério do MOTORISTA, com ônus para o CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;

2.3.7. A apuração do valor do atendimento deverá ser iniciada somente a partir do embarque do USUÁRIO no VEÍCULO, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;

2.3.8. Não será aceito nenhum tipo de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, quantidade de passageiros e etc;

2.3.9. O valor de eventual pedágio será ressarcido pelo CONTRATANTE ao final do mês, devendo ser computado na Nota Fiscal somente os pedágios nos quais o usuário estiver efetivamente embarcado no veículo;

2.3.10. A CONTRATADA deverá dispor de número telefônico de atendimento 24 (vinte e quatro) horas para contato em situações de emergência;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

2.4. Os serviços serão prestados mediante solicitação da CONTRATADA efetuada por:

- 2.4.1. Aplicativo smartphone da CONTRATADA;
- 2.4.2. Aplicativo/Ambiente web da CONTRATADA;
- 2.4.3. Telefonema à Central de Atendimento da CONTRATADA.

2.5. O usuário poderá solicitar:

- 2.5.1. O atendimento imediato da chamada;
- 2.5.2. O agendamento prévio, com data e horário (opção disponível em, pelo menos, uma das opções de chamada).

2.6. Para a hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo gestor do contrato e/ou servidor habilitado no ato da conferência posterior da corrida, será oferecida a oportunidade para que a CONTRATADA apresente evidências e explicações acerca da corrida. No caso de falta de explicação plausível por parte da CONTRATADA, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico google maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, sendo multiplicada a distância pelo valor unitário do quilômetro contratado.

2.7. O sistema da CONTRATADA deverá ser programado para que o usuário seja obrigado, sempre, a preencher o campo da justificativa da solicitação do transporte, que deverá ficar registrada no sistema, para a utilização do serviço.

2.8. Da utilização do Serviço pelo Usuário Final:

- 2.8.1. O gestor/fiscal do contrato cadastrará os usuários habilitados para utilização do serviço;
- 2.8.2. O usuário receberá um login e uma senha pessoal para utilização do serviço;
- 2.8.3. O usuário solicitará o transporte pelos meios previstos no item 2.4;
- 2.8.4. A partir do momento da solicitação, via aplicativo smartphone, ou ambiente web, o usuário poderá acompanhar a estimativa de tempo de espera, bem como o nome e o telefone do motorista que atenderá o chamado e a identificação do veículo;
- 2.8.5. Caso a chamada tenha sido feita por outro meio disponibilizado pela CONTRATADA, as mesmas informações deverão ser repassadas ao usuário;
- 2.8.6. Ao término da corrida o usuário fará a validação do valor final mediante login/senha;
- 2.8.7. Caso existam corridas sem a validação do usuário, o sistema deverá realizar envios diários de e-mail para este, bem como para o responsável do centro de custo correspondente, para que seja realizada a validação;
- 2.8.8. Após o término da corrida o usuário deverá avaliar, via aplicativo ou ambiente web, o serviço prestado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

2.9. Das tarifas:

- 2.9.1. A presente contratação terá como unidade de medida o quilômetro rodado e o valor da corrida será igual à distância percorrida multiplicada pelo preço contratado por quilômetro
- 2.9.2. Os serviços serão medidos mensalmente com base nos valores constantes do sistema de pagamento eletrônico devidamente atestados pelos usuários da CONTRATADA, ao término de cada corrida, para acompanhamento e fiscalização dos trabalhos realizados;
- 2.9.3. Somente serão considerados válidos os atendimentos confirmados pelo usuário ao final de cada atendimento/corrida;
- 2.9.4. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe o pagamento mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora de telefonia, sinal, satélite, mau tempo, sem qualquer possibilidade de fraude e manipulação, mediante confirmação do atendimento por meio de login e senha pessoal do usuário, ainda que em momento posterior à chegada no destino final;
- 2.9.5. Na hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo usuário no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente a menor quilometragem possível entre a origem e o destino, extraída de sítios de mapas, a qual será multiplicada pelo valor do quilômetro rodado.

2.10. Das especificações dos veículos a serem disponibilizados e condutores

2.10.1. A CONTRATADA, ao cadastrar os veículos em seu sistema, deverá observar:

- 2.10.1.1. Os serviços deverão ser prestados por veículos que obedeçam fielmente a legislação pertinente, em especial o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, no que couber.
- 2.10.1.2. Os veículos deverão cumprir rigorosamente as determinações contidas na legislação do município de atuação.
- 2.10.1.3. Os veículos deverão possuir ar-condicionado, 4 (quatro) portas, e deverão estar em perfeitas condições de uso e segurança.

2.10.2. Dos condutores cadastrados

2.10.2.1. A CONTRATADA deverá observar, quando do cadastramento dos condutores:

- a. Que os veículos sejam conduzidos por motoristas profissionais, devidamente credenciados e cadastrados no órgão público competente.
- b. Não permitir, sob nenhuma hipótese, a condução em serviço com CNH suspensa ou de categoria diferente da exigida por lei.
- c. O cumprimento do art.11-B da Lei Federal 12.587/2012, somente autorizando



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

que prestem o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros o motorista que cumprir as seguintes condições:

- I - possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;
- II - conduzir veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo poder público municipal;
- III - emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);
- IV - apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1. Pela execução do objeto do presente termo, o CONTRATANTE pagará o montante mensal dos gastos efetuados através das corridas na rede credenciada.
- 3.2. A CONTRATADA deverá garantir que os preços cobrados na rede credenciada terão como limite o preço do quilômetro estipulado.
- 3.3. A nota fiscal deverá ser emitida discriminando os valores dos serviços realizados.

4. DOS PRAZOS

- 4.1. O prazo para implantação e início da execução dos serviços contratados será de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato, nos seguintes termos:
 - 4.1.1. Para implantação e acesso ao sistema aos usuários: até 06 (seis) dias úteis.
 - 4.1.2. Treinamento do sistema: até 02 (dois) dias úteis após a liberação de acesso aos usuários.
 - 4.1.3. Início da operação: até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de finalização da etapa de treinamento do sistema.
- 4.2. O início efetivo dos serviços dar-se-á com a implantação/disponibilização do sistema, devidamente testado e aprovado pelo CONTRATANTE.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Comprovar, como requisito para a assinatura do contrato, atendimento em São Paulo, Santos e respectivas regiões metropolitanas, através de lista de veículos cadastrados e ativos e com histórico recente de atendimentos.
- 5.2. Designar um profissional da CONTRATADA (gerente de projeto, ou de conta, ou de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

relacionamento) que seja responsável pelo relacionamento estratégico com o CONTRATANTE, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços, o qual atuará como Preposto da contratação.

5.3. Informar à gestão contratual, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, qualquer parada programada para manutenção, ou atualização de seu sistema ou aplicativo.

5.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao contrato.

5.5. Cumprir todas as exigências descritas neste instrumento e realizar, com seus próprios recursos, todos os serviços relacionados com o objeto deste instrumento, de acordo com as especificações ora estipuladas.

5.6. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do objeto.

5.7. Atender às determinações da gestão contratual, devendo, inclusive, disponibilizar todas as condições necessárias para permitir ao CONTRATANTE fiscalizar e avaliar os serviços relacionados neste instrumento.

5.8. Manter sigilo acerca de todos os dados e informações a que tiver acesso por ocasião da contratação. Só divulgar informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolvam o nome do CONTRATANTE mediante sua prévia e expressa autorização. Tratar todas as informações a que tenha acesso em função do presente contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita, ou permitir o acesso, seja por ação ou omissão, a qualquer terceiro. Manter por si, por seus prepostos e contratados, irrestrito e total sigilo sobre quaisquer dados que lhe sejam fornecidos.

5.9. Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam a CONTRATADA, independentemente de solicitação.

5.10. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais e municipais pertinentes, além de toda legislação trabalhista e previdenciária com relação a seus funcionários, e quando for o caso, com relação a funcionários de terceiros contratados e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações contratuais a que houver dado causa.

5.11. A assinatura do contrato não implicará ao CONTRATANTE vínculo ou obrigação trabalhista, direta ou indireta, de qualquer natureza, obrigando ainda a CONTRATADA a manter o CONTRATANTE a salvo de qualquer litígio, assumindo todas as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias referentes ao pessoal alocado para o cumprimento do presente objeto.

5.12. Responsabilizar-se por recolhimentos indevidos ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

- 5.13. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços.
- 5.14. Manter comunicação frequente com o CONTRATANTE, oferecendo informações acerca do andamento dos serviços e da evolução dos processos e permitindo, assim, eventuais adequações e ajustes que se façam necessários.
- 5.15. Informar ao CONTRATANTE todos os acontecimentos inerentes às atividades objeto deste instrumento.
- 5.16. Manter entendimento com o CONTRATANTE, objetivando evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços.
- 5.17. Solucionar todos os eventuais problemas pertinentes ou relacionados com a execução dos serviços, mesmo que para isso outra solução não prevista tenha que ser apresentada, para aprovação e implementação, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE.
- 5.18. Responder, perante ao CONTRATANTE e terceiros, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condição dos serviços de sua responsabilidade, ou por erro seu na execução dos serviços.
- 5.19. A CONTRATADA, em nenhuma hipótese, poderá subcontratar os serviços de intermediação dos serviços, devendo administrar e executar todos os contratos firmados com terceiros, bem como responder por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e o próprio CONTRATANTE.
- 5.20. Nenhum encargo trabalhista, inclusive de acidente de trabalho, previdenciário, tributário ou responsabilidade civil de qualquer natureza, será imputada ou se comunicará ao CONTRATANTE.
- 5.21. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar-los de acordo com as especificações constantes no edital e no contrato e nos termos da legislação vigente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.
- 6.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA pela prestação do serviço.
- 6.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, através de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.
- 6.4. Avaliar a qualidade dos serviços, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com o constante neste instrumento, reservando-se ao direito de suspender o pagamento da CONTRATADA até que os serviços sejam executados em conformidade com o contratado.
- 6.5. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

7. DA FISCALIZAÇÃO

7.1. As diretrizes básicas da fiscalização a ser exercida durante a execução do contrato seguirá o previsto no Plano de Execução e Fiscalização Contratual conforme Anexo VI deste edital.

7.2. A fiscalização se dará com o acompanhamento da execução do serviço e será exercida pelos usuários e área requisitante por meio do Diretor da Divisão de Transporte Institucional, que será alvo da melhor atenção por parte da CONTRATADA, podendo ensejar, em caso de descumprimento, na aplicação das penalidades previstas em contrato;

7.3. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução do serviço, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços;

7.4. A suspensão do serviço, motivada por condição de insegurança, na qual se verifique a inobservância, pela CONTRATADA, das normas vigentes e demais disposições do presente edital, não a eximirá da incidência de multas por atraso e demais penalidades previstas neste instrumento convocatório.

8. OBSERVAÇÕES GERAIS

8.1. No valor apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente componham o objeto licitado, a exemplo de: instalação ou disponibilização de sistemas, credenciamento da rede de empresas fornecedoras, manutenção do sistema, treinamento do pessoal, fornecimento de manuais de operação, demais insumos, impostos, transporte, mão de obra, enfim, demais despesas indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto da licitação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO II

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 015/2023 - Proad nº 13.126/2023

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.:

Cel.

Optante pelo Simples Nacional: () Sim () Não

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na gestão de serviços de transporte individual privado de passageiros.

Descrição	Total de km estimado (A)	Valor unitário por km (B)	Valor total estimado (A)*(B)
Serviço de gestão de Transporte Individual Privado de Passageiros (Táxi Convencional, Uber, 99Taxi, ou similar.) através de aplicativo para smartphone e ambiente web, conforme especificações contidas no edital e seus anexos.	20.000	R\$ _____	R\$ _____

Prazo de Validade da Proposta: 90 (noventa) dias contados da data em que a proposta for anexada ao Sistema Compras.gov.br.

São Paulo, ____ de _____ de 2023.

(Representante da Empresa)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO III

CARTA DE PREPOSTO

Pregão Eletrônico nº 015/2023 - Proad nº 13.126/2023

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, vem indicar o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____, como **preposto titular** e o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, __ de ____ de 20xx.

(Assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

PROAD Nº 13.126/2023 (PG-015/2023) - CONTRATO Nº ---/2023

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL PRIVADO DE PASSAGEIROS.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, com sede na Rua da Consolação, 1.272, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.241.738/0001-39, neste ato representado por seu Diretor-Geral da Administração, conforme delegação do Ato GP nº 47/2022, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em, e-mail, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), na presença de duas testemunhas, celebram o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 015/2023**, em conformidade com o **PROAD nº 13.126/2023**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a contratação de serviços de gestão de transporte individual privado de passageiros, nas condições estabelecidas na Especificação do Objeto.

Parágrafo Único: Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I – A Especificação do Objeto;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta da **CONTRATADA**;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, pelo período de .../.../..... a .../.../.....



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Primeiro: A prestação dos serviços terá início em __/__/2023, após a implantação / disponibilização do sistema, devidamente testado e aprovado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: O prazo de vigência disposto no *caput* poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: A prorrogação do prazo de vigência será precedida de verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**, consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emissão das certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução desta contratação é a empreitada por preço unitário.

Parágrafo Único: As demais condições de execução estão dispostas no Anexo I – Especificação do Objeto.

CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR DO CONTRATO

O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor mensal resultante da multiplicação da distância percorrida (quilômetro rodado) pelo valor contratado (valor unitário por quilômetro) de R\$ ____,__ (.....).

Parágrafo Único: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado, conforme Anexo V.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Segundo: Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA** não produzir os resultados ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no Instrumento de Medição de Resultado.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** poderá discriminar na nota fiscal/fatura o valor total de desconto por eventual descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado ocorrido no mês de referência e faltas, efetuando o devido abatimento no valor da nota fiscal/fatura.

Parágrafo Quarto: Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para liquidação iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: A liquidação da despesa só ocorrerá após a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas.

Parágrafo Sexto: Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de liquidação e a **CONTRATADA** será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, na instituição bancária indicada no cadastro realizado no SIGEO-JT.

Parágrafo Oitavo: O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste instrumento.

Parágrafo Nono: O pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras não isenta a **CONTRATADA** da apresentação do respectivo documento fiscal.

Parágrafo Dez: Sobre o valor faturado, serão retidos na fonte os correspondentes tributos e contribuições, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Onze: A empresa optante pelo regime do Simples Nacional deverá encaminhar declaração nos moldes exigidos pela Receita Federal do Brasil antes da emissão da primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação de sua situação jurídica, sendo de sua inteira responsabilidade informar eventual desenquadramento do regime, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo Doze: Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente ordem bancária em favor da **CONTRATADA**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Treze: O **CONTRATANTE** poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

Parágrafo Catorze: No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, mediante solicitação da **CONTRATADA** em até 10 (dez) dias da emissão da Ordem Bancária, segundo a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/04/2023.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e após pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, apurando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Quinto: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o **CONTRATANTE** elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante apostila.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

Parágrafo Oitavo: Os reajustes serão precedidos de solicitação da **CONTRATADA** em até, no máximo, o mês subsequente ao da aquisição do direito, ficando garantida a eficácia retroativa do pedido. Ultrapassado esse prazo, os efeitos financeiros somente terão vigência a partir da data da solicitação.

Parágrafo Nono: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo Dez: O **CONTRATANTE** dará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento de toda a documentação comprobatória, apta à análise do pedido para eventual deferimento/indeferimento, tais como, notas fiscais e demais documentos pertinentes que comprovem o desequilíbrio, acompanhada de demonstração analítica da variação cambial e/ou dos custos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes:

I) Da CONTRATADA:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas de qualificação;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;
- c) Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente;
- d) Assumir integral responsabilidade por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

e) Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;

f) Eximir-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que na fiscalização ou na gestão deste contrato;

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, comunicando a estes, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

i) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

j) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

k) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

l) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

m) Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações inicialmente contratadas;

n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

o) Comprovar semestralmente o cumprimento, quando couber e conforme proporção, do preenchimento de seus cargos com a cota de beneficiários ou pessoas portadoras de deficiência, e incentivo à inclusão de pessoas com Síndrome de Down, conforme previsto na legislação;

p) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

q) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

r) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

II) Do CONTRATANTE:

a) Prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I - Especificação do Objeto;

d) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** por meio de gestor/fiscais;

f) Comunicar à **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Especificação do Objeto;

h) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Cientificar, quando julgar necessário, o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

j) Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

k) Recusar, desde que justificada, a indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA**, devendo esta designar outro para o exercício da atividade;

l) Comunicar à **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

m) Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, sem que de qualquer forma haja restrição à plenitude dessa responsabilidade;

n) Suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro: Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

Parágrafo Segundo: É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Quinto: É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Sétimo: O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Nono: Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Parágrafo Dez: Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo **CONTRATANTE** nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Onze: O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DEZ: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA ONZE: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- V - prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro: Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial de obrigação, exclusivamente na hipótese de inexistência de conduta de má-fé, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

b.1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal contratado em casos de atraso injustificado na execução do contrato, não considerados os itens 1 e 2 do IMR (Anexo V), por dia, até o limite de 15% (quinze por cento);

b.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o **CONTRATANTE** a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

b.2) Multa conforme infração e graduação estabelecidas nas tabelas seguintes:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% (um por cento) do valor contratado
2	2,0% (dois por cento) do valor contratado
3	3,0% (três por cento) do valor contratado
4	4,0% (quatro por cento) do valor contratado
5	5,0% (cinco por cento) do valor contratado

TABELA 2 - INFRAÇÕES		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação, por imprudência ou negligência, que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	4
3	Manter empregado, cooperado ou credenciado sem qualificação para executar os serviços contratados, por ocorrência	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização do CONTRATANTE, por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do CONTRATANTE por ocorrência	2
6	Substituir empregado, cooperado ou credenciado e parceiro alocado que não atenda às necessidades do serviço, por ocorrência	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

7	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE, por ocorrência	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros, a fim de cumprir as exigências contratuais	1

b.2) compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial e de 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do valor do contrato.

b.3) compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato na hipótese de não-cumprimento de qualquer outra obrigação contratual acessória que não envolva prazo;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo Segundo: A penalidade de multa poderá ser aplicada por qualquer hipótese de infração administrativa, isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções.

Parágrafo Terceiro: As multas previstas neste instrumento, se aplicadas, poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

Parágrafo Quarto: Caso inexistentes pagamentos ou se os valores das faturas ou garantia forem insuficientes, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de notificação, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da União, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** que prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, será declarada inidônea e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Sétimo: Todas as penalidades serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP.

Parágrafo Oitavo: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Nono: Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail fornecidos pela **CONTRATADA** no contrato ou cadastrado no SICAF, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento e atualização dos respectivos endereços.

Parágrafo Dez: A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico da **CONTRATADA**, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

Parágrafo Onze: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo Doze: Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159, da Lei 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Treze: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Catorze: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#) e Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

CLÁUSULA DOZE: DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, mediante Termo Aditivo, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do **CONTRATANTE** à continuidade do contrato.

CLÁUSULA TREZE: DAS VEDAÇÕES

É vedado à **CONTRATADA**:

- a) Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira; e
- b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA CATORZE: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação será recebido:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, após verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega, pela **CONTRATADA**, da nota fiscal/fatura mensal;
- b) **definitivamente**, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, pelo servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Primeiro: Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para sanear as irregularidades detectadas, sob pena da aplicação de multa prevista neste instrumento.

Parágrafo Terceiro: O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUINZE: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro: O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo: A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato pode ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quinto: Na hipótese do parágrafo anterior, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

Parágrafo Sexto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sétimo: Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Oitavo: O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 14.535/2023, de 17 de janeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

de 2023, publicada no D.O.U. em 17/01/2023, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza da Despesa 3.3.90.33 - Passagens e Despesas de Locomoção, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZESSETE: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZOITO: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado conforme art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, por meio de termo aditivo, exceto na ocorrência de registros que não caracterizam alteração dos contratos, que poderão ser realizados por apostilamento, conforme art. 136 e incisos da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Único: A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela **CONTRATADA**, das prestações determinadas pelo **CONTRATANTE** no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

CLÁUSULA DEZENOVE: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VINTE: DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato, e que não puderem ser compostos por meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, será o da Seção Judiciária de São Paulo/SP da Justiça Federal, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Para firmeza e validade do pactuado, os contraentes assinam o presente contrato.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica.

Assinado digitalmente

XXXX

Desembargador(a) Presidente/Diretor(a)-Geral da
Administração

Assinado digitalmente

XXXX

Responsável legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

Assinado digitalmente

XXXX

Assinado digitalmente

XXXX



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO V

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no Instrumento de Medição de Resultados – IMR. Sendo assim, o pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas neste anexo.
2. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.
3. O CONTRATANTE monitorará constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.
4. Ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados esperados, em sua totalidade, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme descrito abaixo:

Item 1 – Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	95% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do VEÍCULO ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem. Parâmetro: % de atendimentos atrasados $X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 5% de atendimentos atrasados – 100% Acima de 5% e até 7% de atendimentos atrasados – 98% Acima de 7% e até 10% de atendimentos atrasados – 96% Acima de 10% e até 15% de atendimentos atrasados – 94% Acima de 15% e até 18% de atendimentos atrasados – 92% Acima de 18% e até 22% de atendimentos atrasados – 90%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

	Acima de 22% de atendimentos atrasados – 88%
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Item 2 – Atendimento da solicitação de serviço	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo USUÁRIO solicitante sem a chegada do VEÍCULO no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculado a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora da solicitação do serviço. Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas $X = (\text{solicitações de atendimentos canceladas} / \text{Total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 100% Acima de 1% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas – 99% Acima de 2 % e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas – 98% Acima de 4% e até 6% de solicitações de atendimentos canceladas – 97% Acima de 6% e até 8% de solicitações de atendimentos canceladas – 97% Acima de 8% e até 10% de solicitações de atendimentos canceladas – 96% Acima de 10% e até 12% de solicitações de atendimentos canceladas – 95% Acima de 12% de solicitações de atendimentos canceladas – 93%
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Item 3 – Qualidade do atendimento	
Finalidade	Garantir a qualidade do serviço prestado
Meta a cumprir	Avaliação do serviço nas graduações “bom” ou “excelente” e atendimento dentro do prazo.
Instrumento de medição	VEÍCULO utilizado no atendimento em perfeitas condições de segurança, conforto e higiene e MOTORISTA com comportamento respeitoso com o USUÁRIO e com o público em geral, sendo-lhes cortês e prestativo.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculado o desconto sobre o valor da corrida que tiver as graduações “péssimo” ou “ruim” pelo usuário até o faturamento da corrida.
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Péssimo – desconto de 10% do valor do atendimento Ruim – desconto de 7,5% do valor do atendimento



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VI

PLANO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

O plano de execução e fiscalização tem por objetivo expor, em linhas gerais, as diretrizes de execução e fiscalização contratual, as quais serão realizadas pelos fiscais e pelo gestor da contratação mês a mês, durante a vigência do contrato. Considerando o objeto ora contratado, a execução e a fiscalização do contrato se darão da seguinte forma:

- a) O usuário solicita o serviço via aplicativo, ambiente web ou central telefônica, no qual a CONTRATADA possui prazo para atendimento;
- b) A CONTRATADA fornece o veículo e efetua a corrida;
- c) Ao final da corrida o usuário valida e avalia a corrida no próprio aplicativo, ou, eventualmente, em ambiente web.
- d) No final de cada mês a CONTRATADA realizará o fechamento, em formato de relatório, das ordens de serviços (chamados) efetuadas e do respectivo valor, e encaminhará o relatório ao gestor.
- e) Com recebimento do relatório, o gestor analisa o Instrumento de Medição de Resultado (Anexo V), enviando-o à CONTRATADA. Se houver ocorrências no Instrumento de Medição de Resultado, que resultem em glosa no pagamento à CONTRATADA, a CONTRATADA será informada pelo gestor da contratação nesse momento.
- f) A partir do recebimento do Instrumento de Medição de Resultado (Anexo V), a CONTRATADA deverá emitir documento fiscal dos serviços prestados, de acordo com o valor indicado pelo gestor, a partir da avaliação realizada.
- g) O documento fiscal deverá ser inserido em sistema próprio do CONTRATANTE, e, após isso, o gestor efetuará a conferência se os valores apresentados estão de acordo com o que está disposto no contrato.
- h) Se o documento fiscal estiver de acordo, poderá seguir para pagamento, caso contrário o gestor solicitará à CONTRATADA as alterações, ou complementações, necessárias, que possibilitem o encaminhamento para pagamento.
- i) Eventuais diferenças de valor, geradas a partir de contestações do Instrumento de Medição de Resultado (Anexo V), aceitas pelo gestor, serão objeto de documento fiscal específico. O gestor comunicará a CONTRATADA sobre o deferimento das contestações, abrindo-se prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a partir do recebimento da comunicação, para que a CONTRATADA realize o faturamento do documento fiscal correspondente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

j) A avaliação efetuada por meio do Instrumento de Medição de Resultado (Anexo V) não significará dispensa de processo administrativo, o qual será aberto para aplicação de sanções pelo inadimplemento da CONTRATADA, em conformidade com os fatos geradores, tipificados no instrumento contratual.

k) Caso existam descumprimentos realizados pela CONTRATADA, os quais não estejam dispostos no Instrumento de Medição de Resultado (Anexo V), estes serão tratados por meio de Processo Administrativo, o qual terá como objetivo a apuração de responsabilidades e aplicações de sanções, se for o caso.

PROPOSTA DE PREÇO**PREGÃO ELETRÔNICO N° 10/2023**
Processo n° 00066.002785/2023-95**OBJETO:**

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do Município de São Paulo e Região Metropolitana.

Identificação da empresa Licitante**NOME DA EMPRESA: I9 Solutions Soluções Comerciais e Gestão de Transporte Ltda****CNPJ: 11.735.329/0001.17****INSCRIÇÃO ESTADUAL 278.438.530.11 INSCRIÇÃO MUNICIPAL N°: 4.96922-2****ENDEREÇO: Av. Marcos P. de U. Rodrigues 939 8º Andar Tamboré – Barueri / SP****FONE: 114615-2174 Cel/ WhatsApp: 11 99507-6850****DADOS BANCÁRIOS: C.E.F Agência: 0906.003 C/C 2937-8****E-MAIL: licitacao@i9solutions.net.br****SITE: <https://www.taxicorp.com.br/>****NOME DO REPRESENTANTE : Claudia Adriana Tadim da Silva Oliveira****RG: 29.793.875-7 CPF: 205.960.528-80****CARGO: Analista de licitação**

Ao SERV. ANAC

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL.

Apresentamos a nossa Proposta Prestação de serviços continuados de intermediação e agenciamento de transporte de passageiros, via aplicativo para smartphone, com acesso à internet, e também via plataforma WEB, com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E ANUAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Prestação de serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do município de São Paulo e Região Metropolitana.	KM	18.000	R\$ 4,65	R\$ 83.700,00

DAS CONDIÇÕES GERAIS

01. **Prazo de Vigência do Contrato:** conforme solicitado no edital
02. **. Prazo de início dos serviços contratados será de:** conforme edital
03. **Validade da Proposta:** 90 dias

Declaramos que:

1. concordamos com TODAS as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos.
 2. nos preços cotados estamos computando todos os custos necessários para a execução dos serviços, bem como tributos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas necessárias ao fiel integral cumprimento do objeto, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;
 3. o valor mínimo das corridas cujo percurso realizado seja de até 1 (um) quilômetro será o equivalente a 2 (duas) vezes o preço do quilômetro contratado, independentemente do valor registrado no aplicativo/aplicação da solução
 4. caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar a Ata de Registro de Preços e os Contratos de Serviço dela advindos;
 5. estamos cientes e concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.
 6. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todos os itens e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Municipal nº 13.278/2002, dos Decretos Municipais nº
- Av. Marcos P. de U. Rodrigues 939 8º Andar Tamboré – Barueri / SP CEP: 06460-040 Telefone: 11 4615-2174

43.406/2003, nº 44.279/2003, nº 46.662/2005, 52.091/2011, 54.102/2013 e 56.475/2015, das Leis Federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

7. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida no Anexo I deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados.

Dados do Representante legal da empresa para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos Contratos dela decorrentes:

Nome:	Benito Teixeira
CPF:	228.049.138-99
RG nº Órgão Expedidor:	42.662.750-5 SSP SP
Naturalidade:	SÃO PAULO SP
Nacionalidade:	BRASILEIRA
Cargo/função:	DIRETOR OPERACIONAL
Endereço completo:	Av LYONS 748 - JARDIM LEONOR - COTIA - SP CEP:06700-220
Telefone:	11 4615-2174
E-mail:	LICITACAO@I9SOLUTIONS.NET.BR
Conta Corrente	Banco do Brasil S/A - Agência:7010-6 C/C 10048-X

Cotia, 20/04/2023

BENITO

TEIXEIRA:2280491389

9

Assinado de forma digital por
BENITO TEIXEIRA:22804913899
Dados: 2023.04.20 15:02:52 -03'00'

Benito Teixeira

CPF: 228.049.138-99

DIRETOR OPERACIONAL



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 3º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Setor Comercial Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200
- www.anac.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023

Processo nº 00066.002785/2023-95

Torna-se público que a AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, por meio da Gerência Técnica de Licitações e Contratos, sediada no Setor Comercial Sul, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob a forma de execução indireta, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 20/04/2023

Horário: 10 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: Menor preço por item

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do Município de São Paulo e Região Metropolitana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 20214/113214

Fonte: 1050000008

Programa de Trabalho: 225227

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.09

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no <https://www.gov.br/compras/pt-br/> por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de

reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços:

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente

com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.10.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não

se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.25.1. prestados por empresas brasileiras;

7.25.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.2.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.2.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.2.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.7. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da

proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;));

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares,

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.11.1.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características:

9.11.1.1.2. Considera-se compatível com o objeto deste certame a apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 100 (cem) viagens mensais.

9.11.1.1.3. Do total acima, pelo menos 70 (setenta) viagens mensais deverão ser realizadas por meio de solução tecnológica que possibilite a operação e gestão das solicitações das corridas, com aplicação web e aplicativo mobile para solicitação de serviços pelos usuários.

9.11.1.1.4. No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado/certificado ou declaração, para efeito de somatório, a verificação da quantidade acima especificada será efetuada considerando a soma das quantidades apresentadas em cada documento, dentro do mesmo mês.

9.11.1.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.11.1.1.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.11.1.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar, conforme item 10.5 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos

cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a proposta comercial, devidamente ajustada ao lance vencedor, em

conformidade com o modelo anexo a este Edital.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação

em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15. **DO TERMO DE CONTRATO**

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. A Administração convocará o adjudicatário a cadastrar-se no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que o Termo de Contrato seja assinado eletronicamente.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2. apresentar documentação falsa;
- 20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.5. não mantiver a proposta;
- 20.1.6. cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

20.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, exclusivamente pelo e-mail licitacao@anac.gov.br.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus

anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacao@anac.gov.br.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço Setor Comercial Sul - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate - Torre A - 2º andar - Brasília -

DF, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 18 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 22.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 22.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
- 22.12.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

Brasília, 06 de abril de 2023

Bruno Silva Fiorillo

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Fiorillo, Pregoeiro(a)**, em 06/04/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **8467548** e o código CRC **D4CB3014**.



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
Rua Renascença, nº 112 - Ed Office Congonhas, - Bairro Vila Congonhas, São Paulo/SP, CEP 04612-010
- www.anac.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00066.002785/2023-95

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
PREGÃO N.º/2023
(Processo Administrativo n.º 00066.002785/2023-95)

1. **DO OBJETO**

1.1. Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do Município de São Paulo e Região Metropolitana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade Anual	Valor de Referência Unitário	Valor de Referência Total
1	Prestação de serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do município de São Paulo e Região Metropolitana.	KM	18.000	R\$ 4,83	R\$ 86.940,00

1.2. O objeto acima definido poderá ser atendido mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento/intermediação de serviço de táxi ou de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, ou prestação de serviço de transporte por locação de veículos, conforme condições e quantidades especificadas neste Termo de Referência - TR.

1.2.1. A licitante contratada deve disponibilizar solução tecnológica para a operação e a gestão do serviço em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, conforme requisitos e funcionalidades especificadas neste TR.

1.2.2. Deverão ser atendidas solicitações com origem e destino no Município de São Paulo ou outros municípios componentes da Região Metropolitana de São Paulo.

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 10.520/2002, e o inciso II do artigo 3º do Decreto n.º 10.024/2020.

1.4. O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, Inciso II, da Lei n.º 8.666, de 1993.

2. **DAS DEFINIÇÕES**

2.1. Para melhor entendimento deste TR, são adotadas as seguintes definições e siglas:

- CATSER – Catálogo de Serviços, utilizado na operacionalização das licitações e contratações de serviços pela Administração Pública Federal;
- CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito;
- CONTRATADA – empresa ou cooperativa vencedora do processo licitatório que firmar contrato com a ANAC;
- CONTRATANTE - ANAC;
- CRLV – Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;
- CROSS-SITE REQUEST FORGERY - tipo de ataque informático malicioso no qual comandos não autorizados são transmitidos através de um utilizador em quem o website confia;
- CROSS-SITE SCRIPTING – tipo de vulnerabilidade de sistema de segurança de um computador, encontrado normalmente em aplicações web que ativam ataques maliciosos;
- E-MAIL – endereço de correio eletrônico;
- GESTOR – responsável pela gestão do serviço e execução do contrato, podendo haver perfil de usuário que tenha visualização e acesso aos dados;
- GPS - *Global Positioning System*;
- HTML5 - *Hypertext Markup Language*, versão 5, linguagem para estruturação e apresentação de conteúdo para a internet;
- IMR – Instrumento de Medição de Resultado, mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;
- IN – Instrução Normativa;
- IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE;
- MOTORISTA – pessoa que conduz o VEÍCULO, podendo ser empregada; cooperada, no caso de agenciamento de serviço de táxi; Operadora de Tecnologia de Transporte Credenciada – OTTC; pessoa credenciada; ou parceira da CONTRATADA;
- PASSAGEIRO – USUÁRIO do serviço de transporte;
- PoC – Prova de Conceito, constituída de procedimentos que poderão ser realizados, durante a habilitação, para verificação do atendimento de requisitos e funcionalidades da solução tecnológica do licitante;
- PPA – Plano Plurianual;
- RESPONSE TIME TESTING – teste de desempenho para verificação do tempo de resposta de uma aplicação web e de um aplicativo mobile;
- SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, instrumento de apoio, transparência e controle na execução das atividades do SISG, por meio da informatização e operacionalização do conjunto de suas atividades, bem como no gerenciamento de todos os seus processos, conforme definido no Decreto n.º 1.094/1994;
- SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- SISG – Sistema de Serviços Gerais, compreende a organização das atividades de administração de edifícios públicos e imóveis residenciais, material, transporte, comunicações administrativas e documentação da APF, conforme definido no Decreto n.º 1.094/1994;
- SQL INJECTION – tipo de ameaça de segurança que se aproveita de falhas em sistemas eletrônicos que interagem com bases de dados;
- SSL – *Secure Socket Layer*, protocolo de comunicação criptografado que protege as transferências de dados via internet para serviços de e-mail, navegação por páginas e outros tipos;
- TR – Termo de Referência;
- USUÁRIO – servidor, empregado ou colaborador sem vínculo de emprego atuando no interesse da ANAC;
- aa)VEÍCULO – meio de transporte utilizado para realização do serviço;
- ab)XML – *Extensible Markup Language*, formato de arquivo eletrônico; e
- ac)XLS – formato de arquivo eletrônico padrão do aplicativo Excel.

3. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

5.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.4. Nos termos exigidos na alínea “b”, do item 3.3, do Anexo III da IN SEGES/MP n.º 5/2017, ressalta-se que os serviços a serem contratados enquadram-se como de natureza continuada, uma vez que o transporte de servidores deve ser prestado continuamente e não apenas para atender a uma demanda momentânea, já que será necessária a sua execução novamente, no exercício seguinte e posteriores.

5.5. Esse serviço de transporte de servidores é voltado para o atendimento a necessidades públicas permanentes, cujo contrato não se exaure com uma única prestação, pois eles são cotidianamente requisitados para o andamento normal das atividades da Administração, e sua essencialidade atrela-se à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades do CONTRATANTE.

6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

6.1.2. **Requisitos necessários ao atendimento da necessidade**

6.1.2.1. Deverão ser atendidas solicitações com origem e destino no Município de São Paulo ou outros municípios componentes da Região Metropolitana de São Paulo.

6.1.2.2. A região metropolitana de São Paulo, atualmente, é composta por 39 (trinta e nove) municípios: Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Franciscano Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

- 6.1.2.3. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela CONTRATADA para a execução dos serviços, contemplando as funcionalidades de operação e gestão, deverá atender aos requisitos estabelecidos nos Anexos A, B e C deste TR.
- 6.1.3. Duração inicial do contrato

6.1.3.1. Os serviços objeto deste estudo serão prestados por um período de 12 (doze) meses, podendo vir a serem prorrogados até o limite total de 60 (sessenta) meses se houver interesse da Administração, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, visto que a sua interrupção pode comprometer a continuidade e o bom desenvolvimento das atividades institucionais desenvolvidas pela Autarquia.
- 6.1.4. Necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas

6.1.4.1. Não se aplica, tendo em vista tratar-se de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária a transferência de conhecimentos após findado o contrato.
- 6.1.5. Soluções de mercado

6.1.5.1. O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo serviço para o setor público, haja vista a utilização do TáxiGov por outros órgãos da Administração Pública.
- 6.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações deste TR, no Estudo Técnico Preliminar, no Edital, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gnscs_082022.pdf) e demais atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, devendo a contratada observar, em especial, as seguintes providências:

7.1.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços, preferencialmente, deverão utilizar combustíveis limpos como ETANOL e Gás Natural Veicular - GNV, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei n.º 9.660, de 1998, ou híbridos, com características menos agressivas ao meio ambiente.

7.1.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n.º 1, de 11/02/1993, e n.º 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n.º 18, de 06/05/1986, e n.º 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

7.1.3. Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir, preferencialmente, a Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) ou comprovada eficiência energética equivalente.

7.1.4. Os motoristas deverão providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA n.º 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei n.º 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA n.º 416/2009.

7.1.5. É recomendável que a CONTRATADA utilize rede de abastecimento e manutenção com práticas e diretrizes socioambientais onde existam boas práticas relativas ao reuso da água, coleta seletiva, entre outras.
8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas neste TR, de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real (assim entendida como aquela em que há um “gap” mínimo ou irrelevante, para que o GESTOR consiga acompanhar o serviço no momento em que ele é executado), por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

8.1.1.1. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* estão especificados nos Anexos A, B e C deste TR, respectivamente.

8.1.1.2. O acesso inicial à aplicação *web* e ao aplicativo *mobile* devem ser realizados mediante o uso de *login* e senhas pessoais cadastradas pelos próprios USUÁRIOS, conforme especificado nos Anexos B e C deste TR.

8.1.2. A gestão do serviço deve ser realizada pelo GESTOR, consideradas as abrangências de sua atuação e as funcionalidades especificadas nos Anexos B e C deste TR.

8.1.3. Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos e atualizados pelo GESTOR, conforme especificado no Anexo B deste TR.

8.1.3.1. A critério da CONTRATANTE, o cadastramento dos dados deve ser realizado pela CONTRATADA, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.

8.1.4. Os valores dos limites de despesa com o serviço devem ser aportados somente pelo GESTOR da CONTRATANTE, a qualquer momento, podendo incluir, alterar ou excluir valores, conforme especificado no Anexo B deste TR, com o respectivo registro do log na solução tecnológica.

8.1.4.1. Não haverá liberação de corrida sem que haja saldo, ou seja, não deverão ser processadas solicitações de serviço de USUÁRIOS vinculados a ANAC que não possua saldo do limite de despesa suficiente para cobrir os valores estimados dos atendimentos.

8.1.5. As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo USUÁRIO, por meio de funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile*, conforme especificado nos Anexos B e C deste TR, sendo observadas as seguintes condições:

a. disponibilização de VEÍCULO designado para atendimento no endereço de origem da solicitação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, contados da data e hora da solicitação;

b. após a chegada do VEÍCULO designado para atendimento no endereço de origem, o USUÁRIO deve ser aguardado por, pelo menos, 5 (cinco) minutos para embarque;

c. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, sem ônus para a CONTRATANTE, dentro dos 5 (cinco) minutos iniciais do chamado;

d. cancelamento da solicitação pelo USUÁRIO, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do USUÁRIO no VEÍCULO), com ônus para a CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;

e. cancelamento da solicitação, após a chegada do veículo no endereço de origem, quando transcorrido o prazo de 5 (cinco) minutos sem a chegada do USUÁRIO para início do atendimento, a critério do MOTORISTA, com ônus para a CONTRATANTE de 3 (três) vezes o valor do quilômetro contratado;

f. apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do USUÁRIO no VEÍCULO, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;

g. proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;

h. pagamento de eventual pedágio pelo MOTORISTA, com posterior inclusão do respectivo valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo.

8.1.6. Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos USUÁRIOS solicitantes, por meio de funcionalidades da aplicação *web* ou do aplicativo *mobile*, e deverá ser gerado relatório de contestação, conforme exigido no Anexo G deste TR.

8.1.6.1. Os atendimentos poderão, ainda, ser contestados pelo GESTOR e/ou servidor habilitado após revisão, caso seja identificado qualquer erro de cobrança.

8.1.6.2. Para a hipótese de haver qualquer contestação do valor pelo GESTOR e/ou servidor habilitado no ato da conferência posterior da corrida, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado.

8.1.6.3. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe a informação do valor da corrida, mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

8.1.7. As corridas poderão ser contestadas pelos USUÁRIOS somente até o envio do relatório para emissão da Fatura.

8.1.8. Os GESTORES e USUÁRIOS devem ser notificados automaticamente por E-MAIL, por aplicativo *mobile* ou SMS das seguintes situações:

a. quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;

b. quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;

c. quando os MOTORISTAS cancelarem solicitações, depois de aguardar o PASSAGEIRO solicitante pelo menos 5 (cinco) minutos após a chegada do VEÍCULO ao endereço de origem;

d. quando do encerramento do atendimento, com apresentação das seguintes informações:

• nome do usuário;

• data e hora da solicitação;

• endereços de origem e de destino;

• nome do MOTORISTA designado para o atendimento (informação desejável);

• imagem geoprocessada final do percurso do VEÍCULO desde o início e até a finalização do atendimento, correspondente ao percurso real executado pelo VEÍCULO;

• tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia GPS; e

• valor do atendimento.

8.1.9. Os VEÍCULOS designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei n.º 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

a. idade máxima, conforme legislação vigente, para VEÍCULOS a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para VEÍCULOS elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro CRLV;

b. sistema de ar-condicionado; e

c. mínimo de 4 (quatro) portas.

8.1.9.1. Caso a prestação do serviço seja realizada pela CONTRATADA por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, os VEÍCULOS também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

8.1.10. Os MOTORISTAS designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei n.º 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, sendo a CONTRATADA responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

a. atender aos clientes com presteza e polidez;

b. trajar-se adequadamente para a função; e

c. manter o VEÍCULO em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

8.1.10.1. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, a CONTRATADA também é responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos MOTORISTAS das disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

8.1.11. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste TR.

8.2. A execução dos serviços será iniciada na data de 1º/08/2023, na forma que segue:

- 8.2.1.

A vigência inicial da presente contratação será de 12 meses, para o período de 31/07/2023 a 31/07/2024, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, de acordo com o que prescreve o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 8.2.2.

A prorrogação da vigência contratual será promovida mediante a celebração de termo aditivo, estando condicionada à conveniência e à oportunidade da ANAC e à manutenção das condições que ampararam a presente contratação, especialmente a inexistência de fatos impeditivos à habilitação e a regularidade da situação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 8.2.3.

A Contratada deverá comunicar formalmente a ANAC, no prazo de até 150 dias antes do término da vigência contratual, seu interesse em prorrogar, ou não, a vigência do contrato.
9.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
- 9.1.

O percurso médio estimado é de aproximadamente 28 (vinte e oito) quilômetros por viagem.
- 9.2.

A Contratante poderá solicitar à Contratada veículos para o transporte de objetos e documentos, podendo o transporte ser acompanhando por um servidor responsável.
- 9.3.

O valor global estimado para a contratação é de R\$ 86.940,00 (oitenta e seis mil novecentos e quarenta reais), tendo como base o preço de referência de R\$ 4,83 (quatro reais e oitenta e três centavos) por quilômetro percorrido e o prazo contratual para o serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/1993, com reajustamento anual do valor do quilômetro contratado pelo IPCA, observadas as disposições legais que regulam o assunto.
- 9.4.

O código do serviço é 24198 – Prestação de Serviço de Transporte para Servidor – Outras Necessidades, conforme Catálogo de Serviços – CATSER do Sistema de Serviços Gerais – SISG da APF.
- 9.5.

A presente contratação terá como unidade de medida o quilômetro rodado, e o valor da corrida será igual à distância percorrida multiplicada pelo preço contratado por quilômetro.
- 9.5.1.

O valor das corridas, a ser faturado relativamente ao mês finalizado, deverá ser igual ou inferior à quantidade de quilômetros rodados multiplicada pelo preço do quilômetro contratado.
- 9.5.1.1.

O valor mínimo das corridas cujo percurso realizado seja de até 2 (dois) quilômetros será o equivalente a 3 (três) vezes o preço do quilômetro contratado.
- 9.5.2.

Serão admitidas quaisquer soluções que não utilizem como medição o preço fixo por quilômetro rodado, como é o caso de tarifa dinâmica, por exemplo, bem como serão admitidas quaisquer formas de composição do preço, inclusive com bandeirada, consumo mínimo, hora parada, tarifa horária, tarifa quilométrica, tarifa fixa por corrida e outros.
- 9.5.3.

No entanto, o valor do quilômetro rodado (no consolidado do mês – considerando a quantidade total de quilômetros percorridos) não poderá ser superior ao preço contratado, salvo para aquelas corridas previstas no subitem 9.4.1.1.
- 9.5.4.

Dessa forma, para fins de faturamento mensal, obedecer-se-á à seguinte regra:
- 9.5.4.1.

Corridas cujo percurso realizado seja de até 2 (dois) quilômetros, o faturamento será o equivalente a 3 (três) vezes o preço contratado por quilômetro, independentemente do valor registrado no aplicativo/aplicação da solução;
- 9.5.4.2.

Corridas cujo valor do aplicativo/aplicação da solução seja superior ao preço do quilômetro contratado, o faturamento deverá considerar o preço do quilômetro contratado; e
- 9.5.4.3.

Corridas cujo percurso realizado seja superior a 2 (dois) quilômetros e o valor do aplicativo/aplicação da solução seja inferior ao preço do quilômetro contratado, o faturamento deverá considerar o valor registrado no aplicativo/aplicação da solução.
- 9.6.

O valor global da proposta será calculado com a seguinte fórmula:
- (C) = (A) x (B), sendo:
- (A) = quantidade estimada de quilômetros (18.000 km)
- (B) = valor do quilômetro rodado
- 9.7.

A quantidade anual de quilômetros é meramente estimativa, podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade de solicitações de serviço não pode ser precisamente determinada em razão da imprevisibilidade da demanda.
10.

DA PROVA DE CONCEITO - POC
- 10.1.

O licitante classificado e habilitado provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da ANAC, ser convocado para realização de PoC, em São Paulo/SP, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.
- 10.2.

A PoC será realizada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no Anexo E deste TR.
- 10.3.

Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade dos licitantes.
- 10.4.

A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.
- 10.4.1.

Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo o licitante comprovado a situação regular de sua habilitação, será declarado vencedor do certame.
- 10.4.2.

Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, o licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.
- 10.4.3.

Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, o licitante não será habilitado.
- 10.5.

No caso de desclassificação do licitante, será convocado o próximo licitante classificado para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarado vencedor.
11.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 11.1.

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.2.

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.3.

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4.

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 11.5.

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1.

exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2.

direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3.

promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4.

considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.8.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 11.9.

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 11.10.

Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.11.

Comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 1 (um) dia útil.
- 11.12.

Proporcionar as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa prestar o serviço dentro das normas estabelecidas.
- 11.13.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em razão da execução do serviço.
- 11.14.

Controlar e fiscalizar a execução do serviço prestado pela CONTRATADA, nos aspectos técnicos, de segurança, de confiabilidade e quaisquer outros de seu interesse, por intermédio de pessoal próprio ou de terceiros designados para este fim.
- 11.15.

Avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste TR.
- 11.16.

Arquivar, entre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos, aditamentos, relatórios, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
12.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 12.1.

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 12.2.

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 12.3.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 12.4.

Utilizar empregados, cooperados, credenciados ou parceiros habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.5.

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto n.º 7.203, de 2010.
- 12.6.

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n.º 5/2017.
- 12.7.

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 12.8.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo

determinado.

- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei n.º 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.24. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros quanto à necessidade de acatar as normas internas da APF.
- 12.25. Instruir seus empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 12.26. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 12.27. Designar preposto responsável pelo relacionamento administrativo com a CONTRATANTE, quando da assinatura do contrato, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento do serviço.
- 12.28. Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, mão de obra, transportes, equipamentos, máquinas, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais, trabalhistas e previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, necessários à perfeita execução do contrato.
- 12.29. Atender as solicitações de informações da CONTRATANTE no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 12.30. Orientar os empregados, cooperados, credenciados ou parceiros a cumprir de forma adequada as obrigações legais e as exigências deste TR e do edital de licitação e seus anexos.
- 12.31. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam interesse da CONTRATADA, independentemente de solicitação.
- 12.32. Cumprir todas as leis e imposições federais, estaduais ou distritais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos originários de infrações a que tiver dado causa.
- 12.33. Responsabilizar-se pela defesa, inclusive por custos, despesas e honorários advocatícios, bem como pelo cumprimento das decisões judiciais em ações judiciais eventualmente propostas por seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros envolvendo a CONTRATANTE, isentando-a de quaisquer responsabilidades e/ou ônus diretos ou indiretamente decorrentes.
- 12.34. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados à CONTRATANTE, aos seus servidores e empregados ou a terceiros, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos seus prepostos, empregados, cooperados, credenciados ou parceiros na execução do serviço.
- 12.35. Comunicar à CONTRATANTE a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação *web* e aplicativo *mobile*, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo a manutenção ocorrer fora do horário comercial, preferencialmente entre 22h e 05h.
- 12.35.1. Caso a CONTRATADA necessite de prazo ou período diferente do acima estabelecido para interrupção do funcionamento da solução tecnológica, objetivando a manutenção preventiva e atualização, deverá formalizar solicitação à CONTRATANTE, que avaliará o pleito.
- 12.36. Prestar o serviço de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento da ANAC, inclusive plantões e emergências, observadas as disposições estabelecidas neste TR.
- 12.37. Disponibilizar solução tecnológica para operação e gestão do tempo, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, devendo atender aos requisitos e funcionalidades estabelecidos nos Anexos A, B e C deste TR.
- 12.38. Possibilitar à CONTRATANTE acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados referentes ao contrato, para análise do *log* de eventos, ou disponibilizar versão da base de dados em mídia própria à CONTRATANTE, ou ainda franquear acesso por intermédio de conexão remota pela rede de dados, com metodologia e protocolo a ser definido pela CONTRATANTE.
- 12.38.1. O acesso/disponibilização em questão também poderão ser atendidos por intermédio de soluções de WEBSERVICE ou API de dados que viabilizem o consumo de todas as informações da base para gestão e transparência sobre os dados.
- 12.39. Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP para proteção dos USUÁRIOS no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário para despesas médicas.
- 12.40. Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, com objetivo de prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade da CONTRATANTE reveladas à CONTRATADA em função da prestação dos serviços objeto deste termo, onde a mesma compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros das informações restritas reveladas, sem a anuência de forma expressa da ANAC.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório pela CONTRATADA

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.2. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 15.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo o rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 15.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 15.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.10. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.11. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.12. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.
16. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO:**
- 16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo D, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 16.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 16.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 16.2.1. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela CONTRATANTE conforme disposto nos artigos 39 a 50 da IN SEGES/MP n.º 5/2017, no que couber, com designação formal pelas autoridades competentes do GESTOR e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e, se for o caso, setorial, e seus substitutos.

- 16.2.2. O cumprimento de todas as condições e obrigações estabelecidas para a CONTRATADA deverá ser aferido pelo GESTOR e pelos fiscais designados pela CONTRATANTE, de modo a garantir a satisfação das necessidades de transporte da ANAC com a qualidade e tempestividade adequadas, em especial as disposições previstas no Instrumento de Medição de Resultados - IMR apresentado no Anexo D deste TR, sem prejuízo de outros instrumentos de avaliação porventura estabelecidos pelas partes.

- 16.2.3. A CONTRATADA deve formalmente designar o preposto, indicando expressamente os seus poderes e deveres, conforme disposto no artigo 44 da IN SEGES/MP n.º 5/2017.
- 16.2.4. A comunicação entre a CONTRATADA e CONTRATANTE deve sempre ser realizada por intermédio do preposto e o GESTOR ou fiscais, preferencialmente, por escrito, excetuados os entendimentos verbais em razão da urgência, que deverão ser formalizados no prazo de 1 (um) dia útil.
- 16.2.5. As notas fiscais, bem como outros documentos comprobatórios necessários, deverão ser encaminhados para a ANAC por meio de Protocolo Eletrônico, em conformidade com o previsto na Resolução ANAC n.º 520, de 03 de julho de 2019.
- 16.2.6. Não serão admitidos peticionamentos de documentos e intimações por meio diverso, exceto quando houver indisponibilidade do meio eletrônico que cause dano relevante à celeridade ou à instrução do processo ou incompatibilidade com os padrões aceitos pelo Protocolo Eletrônico.
- 16.2.7. O pagamento dos atendimentos realizados será efetivado mensalmente pela CONTRATANTE mediante apresentação pela CONTRATADA de Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal, inerente à sua natureza e regime jurídico/fiscal específicos, estabelecido pelos órgãos competentes, com destaque para a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, no âmbito federal, e observância da Secretaria de Estado e Município da Fazenda no âmbito da região do objeto da licitação.
- 16.2.8. A Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal apresentado pela CONTRATADA e sob sua responsabilidade deverá ter o seu valor correspondente ao somatório dos valores dos atendimentos, realizados no mês anterior, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, deduzidas as eventuais glosas e/ou multas estabelecidas, sendo que os valores de impostos e contribuições serão retidos pela CONTRATANTE na condição de substituto tributário, conforme estabelecido na legislação tributária vigente.
- 16.2.9. A CONTRATADA deverá, previamente à emissão da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal, apresentar relatório discriminando os serviços prestados por usuário dos serviços, relacionando todas as solicitações realizadas, contendo os dados das solicitações de serviço e respectivos atendimentos realizados, conforme perfis de acesso especificados na letra "a" do subitem 1.5. do Anexo B.
- 16.2.10. O relatório deve contemplar também os eventuais valores de glosa estabelecidos pelo IMR, conforme disposto no Anexo D deste TR.
- 16.2.11. O relatório deve ser apresentado pela CONTRATADA a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da realização dos atendimentos, para aprovação do GESTOR e recebimento do objeto. Após isso, será autorizada a emissão da Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal com o valor aprovado pela fiscalização.
- 16.2.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou do Documento Fiscal, observando-se as disposições do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017, no que couber.
- 16.2.13. Havendo erro ou inconsistência na Nota Fiscal/Fatura ou Documento Fiscal competente e legal apresentado, a CONTRATADA será notificada para realizar as devidas correções, sendo a contagem do prazo acima reiniciado e contado da data do recebimento dos documentos corrigidos.
- 16.2.14. A empresa não poderá cobrar valor superior ao valor do quilometro rodado contratado informado em sua proposta de preço, salvo para aquelas corridas previstas no subitem 9.4.1.1.
- 16.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- não produziu os resultados acordados;
 - deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - deixou de utilizar os materiais e recursos humanos objetos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 17.2.1. O relatório encaminhado pela CONTRATADA deverá discriminar os serviços prestados para a CONTRATANTE usuária dos serviços, relacionando todas as solicitações realizadas;
- 17.2.2. O relatório deverá ser entregue no formato MS Excel ou CSV ou, no caso de o relatório ser disponibilizado via aplicação web, deverá ser permitida a sua exportação para uma planilha em igual formato.
- 17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os aremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 17.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 17.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 17.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 17.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
 - 17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 18. DO PAGAMENTO**
- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa MP n.º 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.5.1. o prazo de validade;
 - 18.5.2. a data da emissão;
 - 18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 18.5.4. o período de prestação dos serviços;
 - 18.5.5. o valor a pagar; e
 - 18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.
- 18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017, quando couber.
- 18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 18.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data

do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	------------------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
19.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:
R = Valor do reajuste procurado;
V = Valor contratual a ser reajustado;
Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
19.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplimento das demais obrigações nele previstas;
20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
21.1.3. fraudar na execução do contrato;
21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
21.1.5. cometer fraude fiscal.
21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
21.2.2. **Multa de:**
a. 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor mensal estimado, em caso de atraso no início da execução dos serviços, não considerados os itens 1 e 2 do Anexo D deste TR, limitada a incidência a 15 (quinze) dias.
b. 2% (dois por cento) sobre o valor contratado mensal estimado, em caso de atraso na no início da execução dos serviços, não considerados os itens 1 e 2 do Anexo D deste TR, por período superior ao previsto no subitem anterior. A critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ser configurada inexecução parcial da obrigação assumida ou a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
c. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato:	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

- d. 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 21.2.2.1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.2.3. **Multa decorrente de baixa performance** na prestação dos serviços, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o somatório das Notas Fiscais/Faturas ou Documentos Fiscais emitidos no período, sem prejuízo do previsto nos itens 1 e 2 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR - Anexo D deste TR, caso seja apurado que o somatório de atendimentos cancelados indevidamente pela CONTRATADA e realizados com atraso, em relação ao total de atendimentos realizados no mês, for maior que 10% (dez por cento);
- 21.2.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 21.2.5. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 21.2.6. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 21.2.5 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 21.4. Para fins de aplicação da multa prevista no item 21.2.3, serão desconsiderados os atendimentos com atraso ou cancelados durante os primeiros 2 (dois) meses, contados do início de cada contrato firmado pela CONTRATADA.
- 21.4.1. Para fins de cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.
- 21.5. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.4, 21.2.5 e 21.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 21.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2.
- 21.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.7.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.
- 21.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
22. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 22.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características:
- 22.3.2.1. Considera-se compatível com o objeto deste certame a apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 100 (cem) viagens mensais.
- 22.3.2.2. Do total acima, pelo menos 70 (setenta) viagens mensais deverão ser realizadas por meio de solução tecnológica que possibilite a operação e gestão das solicitações das corridas, com aplicação web e aplicativo mobile para solicitação de serviços pelos usuários.
- 22.3.2.3. No caso de apresentação de mais de 1 (um) atestado/certificado ou declaração, para efeito de somatório, a verificação da quantidade acima especificada será efetuada considerando a soma das quantidades apresentadas em cada documento, dentro do mesmo mês.
- 22.3.2.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 22.3.2.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 22.3.2.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.5. Valor global: R\$ 86.940,00 (oitenta e seis mil novecentos e quarenta reais).
- 22.6. Valor unitário: R\$ 4,83 (quatro reais e oitenta e três centavos).
- 22.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.
- 22.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 86.940,00 (oitenta e seis mil novecentos e quarenta reais).
24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 24.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.



Documento assinado eletronicamente por **Milton Shuji Uemura, Analista Administrativo**, em 17/03/2023, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francis Kenji Matsumoto, Assistente**, em 17/03/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo de Tullio Vasconcelos, Coordenador(a)**, em 17/03/2023, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Carlos Santana, Analista Administrativo**, em 17/03/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **8359017** e o código CRC **474D9C0B**.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO A

REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela CONTRATADA, consideradas as condições constantes neste TR e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas, deverá atender aos seguintes requisitos:

- a. funcionamento ininterrupto, observada a tolerância disposta no subitem 12.35 deste TR;
- b. acesso às funcionalidades pelos USUÁRIOS por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, com utilização de *login* e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;
- c. funcionalidades relacionadas à gestão acessadas pela aplicação *web* e funcionalidades operacionais pela aplicação *web* e aplicativo *mobile*;
- d. desempenho medido por tempo de resposta (*RESPONSE TIME TESTING*) correspondente a até 5 (cinco) segundos para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) na aplicação *web* e na aplicação *mobile*;
- e. *site* de hospedagem com certificado *SECURE SOCKET LAYER - SSL*;
- f. resistente a *CROSS-SITE REQUEST FORGERY*;
- g. resistente a *CROSS-SITE SCRIPTING*;
- h. resistente a *INJECTION*;
- i. com características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade e integridade das informações;
- j. acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados para análise do *log* de eventos;
- k. compatibilidade da aplicação *web* com os navegadores que suportam a linguagem *HTML5*, especialmente *Google Chrome*, *Microsoft Edge*, *Mozilla Firefox* e *Safari*, e do aplicativo *mobile* com os sistemas operacionais *Android* e *iOS*.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO B

FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO WEB

1. A aplicação web da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:
- 1.1. CADASTRO
- a. Cadastramento de GESTORES e USUÁRIOS com perfis de acesso diferenciados.
 - b. Cadastramento de motivos de solicitação de serviço.
 - c. Cadastramento de limite de despesa para custeio do serviço, com possibilidade de haver acréscimos e decréscimos aos valores inicialmente cadastrados.
- 1.2. LIMITE DE DESPESA
- a. Controle de saldo do limite de despesa, considerando
 - valores cadastrados, inclusive os acréscimos e decréscimos realizados; e
 - valores dos atendimentos para USUÁRIOS e GESTORES.
- 1.3. SENHA
- a. Cadastro de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.
- 1.4. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
- a. Solicitação de serviço, com apresentação ao USUÁRIO dos seguintes dados:
 - USUÁRIO solicitante;
 - data e hora da solicitação;
 - endereços de origem e de destino;
 - motivo da solicitação;
 - distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
 - nome do motorista; contato do motorista e foto do motorista (desejável);
 - placa e modelo do VEÍCULO designado para o atendimento; e
 - tempo estimado para a chegada do VEÍCULO ao endereço de origem, calculado automaticamente.
 - b. Cancelamento de solicitação de serviço.
- 1.5. DISPOSIÇÕES GERAIS
- a. As funcionalidades acima especificadas devem ser associadas a cada um dos perfis de acesso, conforme abaixo:
 - GESTOR CENTRAL com acesso a todas as funcionalidades especificadas;
 - USUÁRIO com acesso às funcionalidades especificadas nos subitens 1.3. e 1.4. deste Anexo, com atuação restrita às suas solicitações e respectivos atendimentos.
 - b. As funcionalidades de cadastro especificadas no subitem 1.1. deste Anexo devem considerar o tamanho e formato dos dados utilizados nos sistemas eletrônicos da CONTRATADA, com registro na base de dados da solução tecnológica das inclusões e alterações realizadas.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO C

FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO MOBILE (SOLICITAR, AVALIAR E CONSULTAR HISTÓRICO)

1. O aplicativo *mobile* da solução tecnológica da CONTRATADA deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação, considerando as seguintes condições básicas:
- 1.1. SENHA
- a. Cadastro de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.
- 1.2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO
- a. Solicitação de serviço, com apresentação ao USUÁRIO dos seguintes dados:
 - número identificador da solicitação, gerado automaticamente;
 - USUÁRIO solicitante;
 - data e hora da solicitação;
 - endereços de origem e de destino;
 - motivo da solicitação;
 - distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
 - nome do motorista;
 - contato do motorista e foto do motorista (desejável);
 - placa e modelo do VEÍCULO designado para o atendimento;
 - tempo estimado para a chegada do VEÍCULO ao endereço de origem, calculado automaticamente;
 - notificação ao usuário via sistema ou SMS da chegada do VEÍCULO ao endereço de origem;
 - imagem geoprocessada do percurso do VEÍCULO desde a aceitação da solicitação do serviço até a chegada ao endereço de origem, em tempo real.
 - b. Cancelamento de solicitação de serviço.
- 1.3. DISPOSIÇÕES GERAIS
- a. As funcionalidades acima especificadas devem estar disponíveis a todos perfis de acesso ao sistema.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO D

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR (conforme ANEXO V-B da IN SEGES/MP nº 05/2017)

1. A cada Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizada do IMR.
2. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.
3. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

Item 1 – Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	94% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do VEÍCULO ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA
Periodicidade	Mensal

Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem. Parâmetro: % de atendimentos atrasados X = (atendimentos atrasados/total de atendimentos no mês)*100%
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 6% de atendimentos atrasados - 100%
	Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados – 99,43%
	Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados – 98,94%
	Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados – 98,07%
	Acima de 9% de atendimentos atrasados – 96,71%
Observações	Aplicáveis ao valor mensal da fatura
	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Item 2 – Atendimento da solicitação de serviço	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo USUÁRIO solicitante sem a chegada do VEÍCULO no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo Sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora da solicitação do serviço. Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas X = (solicitações de atendimentos canceladas/Total de atendimentos no mês)*100%
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 100%
	Acima de 1% e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,43%
	Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,21%
	Acima de 2% e até 2,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,94%
	Acima de 2,5% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,62%
	Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,07%
	Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 97,34%
	Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 96,57%
Observações	Aplicáveis ao valor mensal da fatura
	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO E

PROVA DE CONCEITO – PoC

Itens de Avaliação	
Requisitos de Acessibilidade	
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com <i>Google Chrome</i>
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com <i>Mozilla Firefox</i>
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com <i>Safari</i>
4	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com <i>Microsoft Edge</i>
5	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo mobile com sistema operacional <i>Android</i>
6	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo mobile com sistema operacional <i>iOS</i>
Requisitos de Disponibilidade	
7	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 96% (noventa e seis por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC
8	Desempenho medido por tempo de resposta (<i>RESPONSE TIME TESTING</i>) correspondente a até 5 segundos para 25 solicitações de serviços (corridas) na aplicação <i>web</i> .
	<i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i>
9	Desempenho medido por tempo de resposta (<i>RESPONSE TIME TESTING</i>) correspondente a até 5 segundos para 25 solicitações de serviços (corridas) no aplicativo <i>mobile</i> .
	<i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i>
Requisitos de Segurança	
10	Site de hospedagem da solução tecnológica com certificado <i>SECURE SOCKETS LAYER</i>
11	Solução tecnológica resistente a <i>CROSS-SITE REQUEST FORGERY</i>
12	Solução tecnológica resistente a <i>CROSS-SITE SCRIPTING</i>
13	Solução tecnológica resistente a <i>INJECTION</i>
14	Acesso às funcionalidades da solução tecnológica de acordo com perfis de usuários
Requisitos de Funcionalidade	
15	Acesso à solução tecnológica por meio de <i>login</i> e senha pessoal
16	Cadastramento da CONTRATANTE na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
17	Cadastramento de GESTORES e USUÁRIOS na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
18	Cadastramento de limites de despesa na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
19	Solicitação de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
20	Acompanhamento de solicitações de serviço e de atendimentos em andamento, por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i> , incluindo imagem geoprocessada do percurso
21	Cancelamento de solicitações de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
22	Consultas e relatórios com informações sobre solicitações de serviço e atendimentos

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO F

RELATÓRIOS WEB

1. A CONTRATADA deve disponibilizar os seguintes relatórios na aplicação web, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML ou CSV, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

a. Registro de solicitação de serviço:

- número identificador da solicitação;
- USUÁRIO solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino;
- nome do MOTORISTA designado para o atendimento (desejável);
- placa e modelo do VEÍCULO designado para o atendimento (desejável);
- data e hora de finalização do atendimento;
- imagem geoprocessada do percurso do VEÍCULO, desde o início e até a finalização do atendimento; e
- distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento.

b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- número identificador da solicitação;

- USUÁRIO solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço (desejável); e
- endereços de origem e de destino.

c. Consulta a todos os dados dos cadastros dos GESTORES e USUÁRIOS.

d. Consulta a todos os dados dos cadastros da CONTRATANTE.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a. Os registros e consultas acima especificados devem ser disponibilizados ao GESTOR em seu âmbito de atuação.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO G

RELATÓRIOS DE FATURAMENTO

1. A CONTRATADA deve disponibilizar os seguintes relatórios mensalmente ou a qualquer momento mediante requisição do GESTOR, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML, CSV ou outro formato acordado, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

- a. Registro de solicitação de serviço:

- número identificador da solicitação;
- USUÁRIO solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino;
- coordenadas precisas dos pontos de origem e destino;
- data e hora de designação do VEÍCULO para atendimento;
- nome do MOTORISTA designado para o atendimento (desejável);
- placa e modelo do VEÍCULO designado para o atendimento (desejável);
- data e hora da chegada do VEÍCULO ao endereço de origem;
- data e hora de início do atendimento;
- data e hora de finalização do atendimento;
- distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento;
- valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio; e
- caso a corrida seja contestada, descrição do motivo da contestação e identificação do GESTOR ou USUÁRIO que realizar a contestação.

- b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- número identificador da solicitação;
- USUÁRIO solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino informado;
- nome do MOTORISTA designado para o atendimento (desejável);
- placa e modelo do VEÍCULO designado para o atendimento (desejável); e
- data e hora do cancelamento do atendimento.

<i>(Assinado Eletronicamente)</i>	<i>(Assinado Eletronicamente)</i>	<i>(Assinado Eletronicamente)</i>	<i>(Assinado Eletronicamente)</i>
Milton Shuji Uemura Integrante da EPC Portaria/SAF nº 10691, de 09/03/2023	Ânderson Carlos Santana Integrante da EPC Portaria/SAF nº 10691, de 09/03/2023	Francis Kenji Matsumoto Integrante da EPC Portaria/SAF nº 10691, de 09/03/2023	Diogo de Tullio Vasconcelos Integrante da EPC Portaria/SAF nº 10691, de 09/03/2023

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(em papel timbrado da empresa)

PREGÃO Nº ____/____/____
SESSÃO PÚBLICA: ____/____/____

Dados da empresa:

Razão Social					
CNPJ (MF) nº:					
Endereço:					
Telefone:					
Cidade:					
Banco:		Agência:		Conta Corrente:	

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome:			
CPF:		Cargo / Função:	
Carteira de Identidade:		Expedido por:	
Endereço Eletrônico:			

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade Anual	Valor Unitário	Valor de Total
1	Prestação de serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do município de São Paulo e Região Metropolitana.	KM	18.000		

Assim sendo, o valor total da proposta é de R\$ ____ (por extenso).

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no edital de Pregão nº ____/____ANAC, os quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Prazo de validade da proposta: ____ dias (não inferior a sessenta dias)

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as obrigações e responsabilidades, bem como todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Fiorillo, Analista Administrativo**, em 27/03/2023, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **8418188** e o código CRC **E22331DD**.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS**ANEXO III****MINUTA DE TERMO DE CONTRATO****PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI
A AGÊNCIA NACIONAL DE
AVIAÇÃO CIVIL - ANAC E A
EMPRESA**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Brasília/DF, CEP: 70308-200, na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.947.821/0001-89, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...., publicada no *DOU* de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do Município de São Paulo e Região Metropolitana, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade Anual	Valor Unitário	Valor de Total
1	Prestação de serviço de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANAC, por demanda e no âmbito do município de São Paulo e Região Metropolitana.	KM	18.000		

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

8. **CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai

assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Silva Fiorillo, Analista Administrativo**, em 27/03/2023, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **8418194** e o código CRC **76C39533**.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão
Central de Compras
Coordenação-Geral de Serviços Compartilhados

TERMO DE REFERÊNCIA*
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA)

PREGÃO Nº/2022
(Processo Administrativo nº 19973.103078/2022-20)

* Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra - Atualização: **julho/2021**.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Belo Horizonte e parte da região metropolitana, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública, por demanda, no município de Belo Horizonte e parte da região metropolitana , conforme item 1.2.3. deste Termo de Referência.	Quilômetro	664.091	R\$ 3,23

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, das entidades participantes:

ÓRGÃO/ENTIDADE	SIGLA	CÓDIGO UASG	QUANTIDADE ESTIMADA DE SOLICITAÇÕES - ANUAL	TOTAL (KM) - ANUAL
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	MAPA	130056	6.080	32.223
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/MG	MS	250025	1.132	6.000
ESCRITORIO REGIONAL 4	ANATEL	413005	458	2.426
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL/MG	IBAMA	193111	1.321	7.000
UNIDADE ESTADUAL DO IBGE EM MINAS GERAIS	IBGE	114618	2.993	15.862
UNIDADE DE ATENDIMENTO EM MINAS GERAIS	AGU	110592	3.774	20.000
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E	FUNDACENTRO	264005	981	5.200

MEDICINA DO TRABALHO				
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR	ABIN	110120	604	3.200
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO IBRAM/MG-ES	IBRAM	423034	2.368	12.551
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS/UFGM	UFGM	153283	340	1.800
ADMINISTRACAO GERAL/UFGM	UFGM	153254	44.001	233.205
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO	TRT	80008	22.325	118.323
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	ANTT	393048	151	800
HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFGM	EBSERH	155021	8.491	45.000
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTUTURA DE TRASNPORTE	DNIT	393031	5.158	27.336
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF	ME	170085	24.937	132.165
FUNDAÇÃO NACIONAL DAS ARTES	FUNARTE	403201	189	1.000
TOTAL			125.303	664.091

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de transporte terrestre de servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública.

1.2.1. O objeto acima definido poderá ser atendido mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento/intermediação de serviços de táxi ou de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, ou prestação de serviços de transporte por locação de veículos.

1.2.2. A CONTRATADA deve disponibilizar solução tecnológica para a operação e a gestão do serviço em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, conforme requisitos e funcionalidades especificadas no item 6 deste Termo de Referência.

1.2.3. Deverão ser atendidas solicitações com origem e destino nos municípios de Belo Horizonte e Confins.

1.2.4. Sem prejuízo da obrigatoriedade de cumprimento do disposto no subitem anterior, a CONTRATADA poderá incluir em sua área de cobertura outros municípios da região metropolitana de Belo Horizonte em que eventualmente preste serviços, devendo para tanto apresentar, no ato da assinatura do contrato, declaração informando quais dos municípios passariam a ser atendidos.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos órgãos participantes são os discriminados na tabela acima.

1.4. O valor a ser pago para cada corrida realizada seguirá a seguinte dinâmica:

1.4.1. Será pago a multiplicação de 2 (dois) quilômetros pelo valor unitário ofertado na licitação para as corridas com distância percorrida igual ou menor a 2 (dois) quilômetros.

1.4.2. Será pago o valor da multiplicação do o valor unitário ofertado na licitação pela distância percorrida para corridas com mais de 2 (dois) quilômetros.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução empreitada por preço unitário, uma vez que serão pagos apenas os serviços efetivamente executados.

1.5.1. Para fins do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, a presente contratação terá como unidade de referência o quilômetro rodado, tendo a quantidade de corridas estimada valor meramente informativo, não servindo para definição ou limitação da demanda contratual.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (25349210), apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (25349210), apêndice deste Termo de Referência, bem como nos Anexos A, B e C.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por quilômetro rodado, no modo de disputa aberto/fechado.

4.2. O processo licitatório também deve ser realizado com adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP, regulado pelo Decreto nº 7.892/2013, sendo a Central de Compras o órgão gerenciador e os órgãos e entidades incluídos como participantes.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.5. Foi conduzida a Intenção de Registro de Preços acostada no processo nº 19973.100597/2022-36, para verificação da intenção de participação no Registro de Preços, bem como será permitida a adesão tardia para aquisição máxima de 200% (duzentos por cento) do quantitativo total estimado da contratação, considerado para este limite o somatório dos quantitativos requeridos pelos órgãos e entidades não participantes, por meio de adesão, em consonância com o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.

4.5.1. Os entes públicos interessados, caso optem por tal prerrogativa, deverão aderir às mesmas condições editalícias originadas pela licitação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares (25349210), os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Nos termos exigidos na alínea “b” do item 3.3 do Anexo III da IN SEGES/MP nº 5/2017, ressalta-se que os serviços a serem contratados enquadram-se como de natureza continuada, uma vez que o transporte de servidores deve ser prestado continuamente e não apenas para atender a uma demanda momentânea, já que será necessária a sua execução novamente, no exercício seguinte e posteriores.

5.1.2. O serviço deve ser executado de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pelo fornecedor de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

5.1.3. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* são:

5.1.3.1. O acesso inicial à aplicação *web* e ao aplicativo *mobile* devem ser realizados mediante o uso de *login* e senhas pessoais cadastradas pelos próprios usuários.

5.1.3.2. Disponibilidade de relatórios do serviço em tempo real.

5.1.3.3. Possibilidade de requisição do serviço por meio de aplicação *web* ou aplicativo *mobile*.

5.1.4. Os serviços serão prestados por um único fornecedor, e sua indivisibilidade ampara-se nas seguintes justificativas:

a) a simples adoção do parcelamento do objeto em 2 (dois) ou mais itens não garantiria que o fornecimento do serviço de transporte fosse prestado por mais de um fornecedor, visto que não se encontra justificativa para impedir os licitantes de concorrerem em mais de 1 (um) item;

b) possibilidade de despadronização das soluções tecnológicas dos fornecedores, dificultando e onerando sobremaneira o desenvolvimento das atividades relacionadas à gestão e operação dos serviços;

- c) possibilidade de ocorrência de preços diferentes para um mesmo serviço contratado por órgãos e entidades, dificultando, inclusive, a gestão para os órgãos que poderão solicitar adesão (carona); e
- d) possibilidade de perda da economia de escala, em razão da não redução do preço do serviço em virtude da divisão da demanda em itens.

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. DA PROVA DE CONCEITO - POC

6.1. A licitante classificada e habilitada provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da Central de Compras, ser convocada para realização de PoC, preferencialmente em Brasília/DF, de forma presencial ou virtual, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando a aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica.

6.2. A PoC será realizada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no Anexo E deste Termo de Referência.

6.3. Quanto à preparação para o ambiente da Prova de Conceito:

6.3.1. Quando da convocação será informado o *link* para que todos os interessados possam acompanhar;

6.3.2. A licitante convocada deverá informar e encaminhar, no prazo de 2 (dois) dias úteis para o e-mail central.servicos@economia.gov.br com cópia para central.licitacao@economia.gov.br:

6.3.2.1. Sobre qual a linguagem a aplicação *web* foi desenvolvida;

6.3.2.2. Sobre qual a linguagem a aplicação *mobile* foi desenvolvida;

6.3.2.3. Manual do sistema;

6.3.2.4. Documentação do sistema;

6.3.2.5. Acesso ao ambiente para realização dos testes *web*;

6.3.2.6. Acesso ao ambiente para realização dos testes *mobile*;

6.3.2.7. URL da aplicação *web*;

6.3.2.8. Arquivo para instalação da aplicação *mobile*; e

6.3.2.9. Acesso ao sistema em todos os perfis.

6.4. Todas as despesas decorrentes de participação na PoC são de responsabilidade das licitantes.

6.5. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades estabelecidos para a solução tecnológica.

6.5.1. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas a licitante será declarada vencedora do certame.

6.5.2. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários na solução tecnológica e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

6.5.3. Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

6.6. No caso de desclassificação da licitante, será convocado a próxima licitante classificado para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

6.7. A Central de Compras poderá, a seu critério e excepcionalmente, dispensar a realização da PoC caso a solução tecnológica apresentada pela licitante vencedora tenha sido aprovada pela Central de Compras ou aprovada em órgão integrante da Administração Pública, mesmo que em contratação anterior à presente licitação.

7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

7.1. A metodologia de execução do modelo TáxiGov adota a chamada economia compartilhada para o atendimento de uma necessidade do Estado. Assim, apenas o modelo de contratação do objeto por si só já resulta na redução do impacto ambiental quanto à emissão de gases poluentes que são gerados da circulação de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis, pois diminui a quilometragem rodada dos veículos.

7.2. Além desse aspecto, a empresa contratada devesse adotar as seguintes medidas:

7.2.1. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços, preferencialmente, deverão utilizar combustíveis limpos como ETANOL e Gás Natural Veicular - GNV, inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660/1998, ou híbridos, com características menos agressivas ao meio ambiente.

7.2.2. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

7.2.3. Os taxistas ou motoristas deverão exigir que os fornecedores devem providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme art. 33, inciso III, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos – e arts. 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas neste Termo de Referência, de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*.

8.1.1.1. Os requisitos mínimos estabelecidos para a solução tecnológica e as funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* estão especificados nos Anexos A, B e C deste Termo de Referência, respectivamente.

8.1.1.2. A gestão do serviço deve ser realizada pelo gestor, consideradas as abrangências de suas atuações e as funcionalidades especificadas nos Anexos B e C deste Termo de Referência.

8.1.2. Os dados dos cadastros utilizados pela solução tecnológica devem ser incluídos e atualizados pelos gestores, consideradas as abrangências de suas atuações, conforme especificado no Anexo B deste Termo de Referência.

8.1.2.1. A critério da CONTRATANTE, o cadastramento dos dados dos órgãos, entidades, unidades administrativas, gestores e usuários deve ser realizado pela CONTRATADA, mediante fornecimento de arquivo eletrônico com os dados a serem incluídos ou alterados.

8.1.2.2. No caso de inativação de órgãos, entidades ou unidades administrativas, após comunicado da CONTRATANTE todos os usuários e gestores vinculados não deverão ter o acesso à solução tecnológica bloqueado.

8.1.3. Após declarada vencedora do certame, homologado o resultado da licitação e assinada a Ata de Registro de Preços pela adjudicatária, iniciar-se-ão os procedimentos preparatórios à execução dos serviços.

8.2. Como condição de contratação, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a detentora do registro de preços terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua convocação, para adaptação da solução tecnológica, a partir de testes a serem feitos em conjunto com um órgão parceiro, dentre os órgãos participantes do processo licitatório.

8.2.1. Durante o período de testes, poderão ser executadas as seguintes atividades, sem ônus para a Administração:

- a) testes dos requisitos do sistema e das funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile* descritos nos Anexos A, B e C deste Termo de Referência;
- b) geração de relatórios descritos nos Anexos F e G deste Termo de Referência; e
- c) realização de teste da operação e gestão do serviço.

8.2.2. Caso seja necessária adaptação na solução tecnológica em função dos requisitos e funcionalidades estabelecidos nos Anexos A, B e C deste Termo de Referência, para operação e gestão do serviço, deverão ser considerados a aplicação *web* e o aplicativo *mobile*, de forma que sejam atendidas todas aquelas exigências.

8.2.3. Desde que haja justificativa e a critério da Central de Compras, é possível a prorrogação do prazo estabelecido no item 8.2.

8.3. Finalizadas as atividades descritas no subitem 8.2, após a aprovação de todas as customizações sugeridas, será assinado o primeiro contrato entre a detentora do registro de preços e o órgão parceiro escolhido pela Central de Compras para servir como piloto, quando então os serviços passarão a ser executados.

8.4. Após a assinatura do primeiro contrato e anuência da Central de Compras, os demais órgãos participantes estarão autorizados a convocarem a detentora do registro de preços para firmar os respectivos contratos.

8.5. As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação *web* e do aplicativo *mobile*, conforme especificado nos Anexos B e C deste Termo de Referência, sendo observadas as seguintes condições:

- a) disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos, contados da data e hora da solicitação;
- b) cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a Contratante, dentro dos 5 cinco minutos iniciais do chamado;
- c) cancelamento da solicitação pelo usuário, após 5 (cinco) minutos iniciais da chamada, desde que não iniciado o atendimento (caracterizado este pelo embarque do usuário no veículo), com ônus para a Contratante do equivalente 2 (duas) vezes o valor do quilômetro contratado;
- d) apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;
- e) proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;
- f) pagamento de eventual pedágio pelo motorista, com posterior inclusão do respectivo valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo.

8.6. Não serão admitidas alterações nos registros por parte da CONTRATADA das corridas realizadas e canceladas, salvo mediante requisição da CONTRATANTE.

8.7. Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos usuários solicitantes ou pelos gestores, por meio de funcionalidades da aplicação *web* ou do aplicativo *mobile*, e deverá ser gerado relatório de contestação, conforme exigido no Anexo G deste Termo de Referência.

8.7.1. Serão contestadas as corridas com erros nos seguintes registros:

- a) imagem geoprocessada do percurso do atendimento;
- b) data e hora da requisição, do aceite, do início, do encerramento e do cancelamento da corrida;
- c) coordenadas do início e do encerramento da corrida; ou
- d) qualquer outro erro que comprometa a fiscalização do serviço.

8.7.2. Para a hipótese de haver contestação do valor, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado.

8.7.2.1. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe a informação do valor da corrida, mesmo que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

8.7.3. As corridas poderão ser contestadas pelos usuários ou Gestores somente até o envio do relatório para emissão da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal.

8.8. Os gestores e usuários devem ser notificados automaticamente por e-mail, por aplicativo *mobile* ou SMS das seguintes situações:

- a) quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;
- b) quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;
- c) quando do encerramento do atendimento, com apresentação das seguintes informações:
 - I - nome do usuário;
 - II - data e hora da solicitação;
 - III - endereços de origem e de destino;
 - IV - nome do motorista designado para o atendimento (informação desejável);
 - V - imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, correspondente ao percurso real executado pelo veículo;

VI - tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia GPS; e

VII - valor do atendimento.

8.9. Os veículos indicados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

- a) idade máxima, conforme legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para VEÍCULOS elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro CRLV;
- b) sistema de ar-condicionado; e
- c) mínimo de 4 (quatro) portas.

8.9.1. Caso a prestação do serviço seja realizada pela CONTRATADA por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, os veículos também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

8.10. Os motoristas designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, sendo a Contratada responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

- a) atender aos clientes com presteza e polidez;
- b) trajar-se adequadamente para a função; e
- c) manter o veículo em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

8.10.1. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, a CONTRATADA também é responsável por zelar pela e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos motoristas das disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

8.11. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.12. O serviço será implantado de forma gradual nos órgãos e entidades.

8.13. A fiscalização do serviço e análise do log de eventos se dará mediante acesso da CONTRATANTE aos dados da execução do contrato.

8.13.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso, a qualquer tempo, a todos os dados da execução do serviço referentes ao contrato com atualização diária.

8.13.2. O acesso tratado neste item se dará por intermédio de soluções de webservice ou API de dados a ser convencionado pelas partes.

9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O quantitativo global estimado é de 664.091km (seiscentos e sessenta e quatro mil e noventa e um quilômetros), considerado o preço de referência de R\$ 3,23 (três reais e vinte e três centavos) por quilômetro, para um período de 12 (doze) meses, conforme discriminação das entidades participantes apresentada no quadro abaixo do item 1.1.1.

9.2. O percurso médio é de 7,2km (sete quilômetros e duzentos metros) por viagem.

9.3. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 2.145.013,93 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, treze reais e noventa e três centavos) e o prazo contratual para o serviço será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

9.4. O código do serviço é 24198 – Prestação de Serviço de Transporte para Servidor – Outras Necessidades, conforme Catálogo de Serviços – CATSER do Sistema de Serviços Gerais – SISG da Administração Pública Federal.

9.5. O modelo da proposta faz parte e integra o Edital de Licitação.

9.6. O quadro apresentado abaixo do subitem 1.1.1. é meramente estimativo, podendo a demanda ser variável, visto que a quantidade de solicitações dos serviços não pode ser precisamente determinada em razão da imprevisibilidade da demanda.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - d) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 10.10. Arquivar, entre outros documentos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 10.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.
- 10.12. Comunicar prévia e formalmente à CONTRATADA toda e qualquer orientação acerca do serviço, excetuados os entendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 1 (um) dia útil.
- 10.13. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA em razão da execução do serviço.
- 10.14. Avaliar a qualidade do serviço prestado pela CONTRATADA, podendo rejeitá-lo no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as disposições deste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo os veículos nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato e das informações pessoais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos

com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações; [podemos demandar isso da ENVISION por exemplo?

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.23. Comunicar à CONTRATANTE a interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação *web* e aplicativo *mobile*, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo a manutenção ocorrer fora do horário comercial, preferencialmente entre 22h e 05h.

11.23.1. Caso a CONTRATADA necessite de prazo ou período diferente do acima estabelecido para interrupção do funcionamento da solução tecnológica, objetivando a manutenção preventiva e atualização, deverá formalizar solicitação à CONTRATANTE, que avaliará e decidirá o pleito.

11.24. Manter cobertura securitária de Acidentes Pessoais de Passageiros – APP para proteção dos usuários no caso de ocorrência de sinistro, com as seguintes coberturas: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para morte acidental, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por usuário para invalidez permanente total/parcial e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por usuário para despesas médicas.

11.25. Assinar Termo de Confidencialidade e Sigilo, conforme modelo Anexo H deste Termo de Referência, com objetivo de prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade da CONTRATANTE e demais órgãos e entidades componentes do contrato reveladas à CONTRATADA em função da prestação dos serviços objeto deste termo, onde a mesma compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros das informações restritas reveladas, sem a anuência de forma expressa da CONTRATANTE.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.3. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da

Lei nº 8.666/1993.

14.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

14.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à gestão do contrato.

14.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

14.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

14.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.13. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.13.1. A comunicação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE deve sempre ser realizada por intermédio do preposto e o gestor ou fiscais, preferencialmente, por escrito, excetuados os entendimentos verbais em razão da urgência, que deverão ser formalizados no prazo de 1 (um) dia útil.

14.13.2. As atividades de gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela CONTRATANTE conforme disposto nos arts. 39 a 50 da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que couber, com designação formal pelas autoridades competentes do gestor e fiscais responsáveis pela fiscalização técnica, administrativa e, se for o caso, setorial, e seus substitutos.

14.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

14.16. Mensalmente, ou quanto solicitado, a CONTRATADA deverá encaminhar relatórios com os serviços prestados no período.

14.16.1. O relatório encaminhado pela CONTRATADA deverá discriminar os serviços prestados para a CONTRATANTE, por usuário dos serviços, relacionando todas as solicitações realizadas por cada unidade administrativa vinculada ao órgão de subordinação, contendo os dados das solicitações de serviço e respectivos atendimentos realizados, conforme perfis de acesso especificados na letra "a" do subitem 1.5. do Anexo B deste Termo de Referência.

14.16.2. O relatório deverá contemplar também os eventuais valores de glosa estabelecidos pelo IMR, conforme disposto no Anexo D deste Termo de Referência.

14.16.3. O relatório deverá ser entregue no formato MS Excel ou CSV ou, no caso de o relatório ser disponibilizado via aplicação web, deverá ser permitida a sua exportação para uma planilha em igual formato.

14.17. A equipe de fiscalização elaborará Termo Circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários e o encaminhará ao gestor para fins de recebimento definitivo.

15. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo D deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação do serviço.

15.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1. Disponibilização do veículo no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço; e

15.2.2. Número de cancelamentos após mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.

15.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços do objeto contratual, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual:

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal com o valor exato dimensionado.

17.3. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal.

17.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

17.4. A Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.

17.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

17.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.11. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

17.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212/1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{I}{(TX)} = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, observadas as disposições legais que regulam o assunto, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054/1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista não se tratar de serviço com dedicação de mão de obra exclusiva, bem como eventuais prejuízos causados pela prestação de serviços de forma ineficiente ou a sua não execução poderão ser ressarcidos por meio de desconto da Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato por dia em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 2% (dois por cento) do valor do contrato por dia, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 6% (seis por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 5% (cinco por cento) sobre o somatório das Notas Fiscais, Faturas ou ou documento fiscal competente e legal emitidos no período, sem prejuízo do previsto no item 1 e 2 do Instrumento de Medição de Resultados - IMR - Anexo D deste Termo de Referência, caso seja apurado que o somatório de atendimentos realizados com atraso, em relação ao total de atendimentos realizados no mês, for maior que 10% (dez por cento);

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

20.3. Para fins de aplicação da multa prevista no subitem "ii", serão desconsiderados os atendimentos com atraso durante o primeiro mês, contado do início da prestação dos serviços pela CONTRATADA.

20.4. Para fins de cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

20.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

20.6. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
---	--	----

20.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/1999.

20.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Edital.

21.3. O critério de qualificação técnica a ser atendido pelo fornecedor será:

21.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

- a) Apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, em quantitativo não inferior a 16.836 (dezesesseis mil oitocentos e trinta e seis) corridas no período de um ano ou menos.

21.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor Global: R\$ 2.145.013,93 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, treze reais e noventa e três centavos).

21.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1. O custo estimado da licitação é de R\$ 2.145.013,93 (dois milhões, cento e quarenta e cinco mil, treze reais e noventa e três centavos).

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

Anexos:

ANEXO A – REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

ANEXO B – FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO *WEB*

ANEXO C – FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO *MOBILE* (SOLICITAR, AVALIAR E CONSULTAR HISTÓRICO)

ANEXO D – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS – IMR (conforme ANEXO V-B da IN SEGES/MP nº 05/2017)

ANEXO E – PROVA DE CONCEITO – PoC

ANEXO F – RELATÓRIOS *WEB*

ANEXO G – RELATÓRIOS DE FATURAMENTO

ANEXO H – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

ANEXO H.1 – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

ANEXO A - REQUISITOS DA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA

1. A solução tecnológica a ser disponibilizada pela Contratada, consideradas as condições constantes neste Termo de Referência e contemplando as funcionalidades de operação e gestão do serviço especificadas, deverá atender aos seguintes requisitos:

a. funcionamento ininterrupto, observada a tolerância disposta no subitem 11.23. deste Termo de Referência;

b. acesso às funcionalidades pelos usuários por meio de aplicação *web* e aplicativo *mobile*, com utilização de *login* e senha pessoal, observando perfis de acesso estabelecidos;

- c. funcionalidades relacionadas à gestão acessadas pela aplicação *web* e funcionalidades operacionais pela aplicação *web* e aplicativo *mobile*;
- d. desempenho medido por tempo de resposta (*RESPONSE TIME TESTING*) correspondente a até 5 (cinco) segundos para 25 (vinte e cinco) solicitações de serviços (corridas) na aplicação *web* e na aplicação *mobile*;
- e. site de hospedagem com certificado *SECURE SOCKET LAYER - SSL*;
- f. resistente a *CROSS-SITE REQUEST FORGERY*;
- g. resistente a *CROSS-SITE SCRIPTING*;
- h. resistente a *INJECTION*;
- i. com características que permitam auditoria para fins de garantia da disponibilidade e integridade das informações;
- j. acesso de consulta, a qualquer tempo, à réplica do banco de dados para análise do *log* de eventos; e
- k. compatibilidade da aplicação *web* com os navegadores que suportam a linguagem *HTML5*, especialmente *Google Chrome*, *Microsoft Edge*, *Mozilla Firefox* e *Safari*, e do aplicativo *mobile* com os sistemas operacionais *Android* e *iOS*.

ANEXO B - FUNCIONALIDADES DA APLICAÇÃO WEB

1. A aplicação *web* da solução tecnológica da Contratada deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação e a gestão do serviço, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. CADASTRO

- a. Cadastramento de órgãos e entidades.
- b. Cadastramento de unidades administrativas de órgãos e entidades.
- c. Cadastramento de gestores e usuários com perfis de acesso diferenciados.
- d. Cadastramento de motivos de solicitação de serviço.
- e. Cadastramento de limite de despesa dos órgãos e entidades para custeio do serviço, com possibilidade de haver acréscimos e decréscimos aos valores inicialmente cadastrados.

1.2. LIMITE DE DESPESA

- a. Controle de saldo do limite de despesa dos órgãos e entidades, considerando:
 - valores cadastrados, inclusive os acréscimos e decréscimos realizados; e
 - valores dos atendimentos para usuários e gestores das unidades administrativas vinculadas.

1.3. SENHA

- a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.4. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

- a. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados:
 - usuário solicitante;
 - data e hora da solicitação;
 - endereços de origem e de destino;
 - motivo da solicitação;
 - distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
 - nome, contato e foto (desejável) do motorista;
 - placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e
 - tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente.
- b. Cancelamento de solicitação de serviço.

1.5. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

a. Avaliação do serviço realizado, caso não disponível no aplicativo *mobile*, com graduação de 1 a 5.

1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem ser associadas a cada um dos perfis de acesso, conforme abaixo:

- gestor central com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item **1.5.** deste Anexo, no âmbito de todos os órgãos e entidades contratantes;
- gestor setorial com acesso a todas as funcionalidades especificadas, com exceção do item **1.5.** deste Anexo, observado o âmbito de sua atuação no conjunto de órgãos ou na entidade a que está vinculado;
- gestor de unidade com acesso às funcionalidades especificadas, com exceção do item **1.5.** deste Anexo, observado o âmbito de sua atuação na unidade administrativa a que está vinculado;
- usuário com acesso às funcionalidades especificadas nos subitens **1.3.**, **1.4.** e **1.5.** deste Anexo, com atuação restrita às suas solicitações e respectivos atendimentos.

b. As funcionalidades de cadastro especificadas no subitem **1.1.** deste Anexo devem considerar o tamanho e formato dos dados utilizados nos sistemas eletrônicos da Contratada, com registro na base de dados da solução tecnológica das inclusões e alterações realizadas.

ANEXO C - FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO MOBILE (SOLICITAR, AVALIAR E CONSULTAR HISTÓRICO)

1. O aplicativo *mobile* da solução tecnológica da Contratada deve contemplar as funcionalidades necessárias para a operação, considerando as seguintes condições básicas:

1.1. SENHA

a. Cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica, com possibilidade de alteração a qualquer momento, inclusive nos casos de esquecimento da senha cadastrada.

1.2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO

a. Solicitação de serviço, com apresentação ao usuário dos seguintes dados:

- número identificador da solicitação, gerado automaticamente;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- endereços de origem e de destino;
- motivo da solicitação;
- distância do percurso estimada, calculada automaticamente considerando os endereços de origem e destino;
- nome, contato e foto (desejável) do motorista;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de origem, calculado automaticamente;
- notificação ao usuário via sistema ou SMS da chegada do veículo ao endereço de origem;
- imagem geoprocessada do percurso do veículo desde a aceitação da solicitação do serviço até a chegada ao endereço de origem, em tempo real; e
- tempo estimado para a chegada do veículo ao endereço de destino, calculado automaticamente.

b. Cancelamento de solicitação de serviço.

1.3. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO

a. Avaliação do serviço realizado, caso não disponível na aplicação web, com graduação de 1 a 5.

1.4. DISPOSIÇÕES GERAIS

a. As funcionalidades acima especificadas devem estar disponíveis a todos perfis de acesso ao sistema, com exceção do item **1.3.** deste Anexo que deverá estar disponível apenas aos usuários.

ANEXO D - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR - (CONFORME ANEXO V-B DA IN SEGES/MP Nº 05/2017)

1. O IMR será aplicado por cada Contratante, podendo-se optar por faturamento dos serviços prestados por unidade administrativa.
2. A cada Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizada do IMR.
3. O valor devido a título de pagamento mensal à Contratada será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.
4. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

Item 1 – Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	94% dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do veículo ao endereço de origem.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem. Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade. Parâmetro: % de atendimentos atrasados $X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	Até 6% de atendimentos atrasados - 100% Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados – 99,43% Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados – 98,94% Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados – 98,07% Acima de 9% de atendimentos atrasados – 96,71% Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

Item 2 – Atendimento da solicitação de serviço	
Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço
Meta a cumprir	99% das solicitações de serviço realizadas
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo usuário solicitante sem a chegada do veículo no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela Contratada
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora da

	<p>solicitação do serviço.</p> <p>Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas</p> <p>$X = (\text{solicitações de atendimentos canceladas} / \text{Total de atendimentos no mês}) * 100\%$</p>
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas - 100%</p> <p>Acima de 1% e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,43%</p> <p>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,21%</p> <p>Acima de 2% e até 2,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,94%</p> <p>Acima de 2,5% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,62%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,07%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 97,34%</p> <p>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 96,57%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

ANEXO E - PROVA DE CONCEITO – PoC

Itens de Avaliação	
Requisitos de Acessibilidade	
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Google Chrome</i>
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Mozilla Firefox</i>
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Safari</i>
4	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação <i>web</i> compatível com <i>Microsoft Edge</i>
5	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo <i>mobile</i> com sistema operacional <i>Android</i>
6	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicativo <i>mobile</i> com sistema operacional <i>iOS</i>
Requisitos de Disponibilidade	
7	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 96% (noventa e seis por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC
8	Desempenho medido por tempo de resposta (<i>RESPONSE TIME TESTING</i>) correspondente a até 5 segundos para 25 solicitações de serviços (corridas) na aplicação <i>web</i> . <i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i>
9	Desempenho medido por tempo de resposta (<i>RESPONSE TIME TESTING</i>) correspondente a até 5 segundos para 25 solicitações de serviços (corridas) no aplicativo <i>mobile</i> . <i>Entende-se por solicitação de serviço, o registro da solicitação de corrida no servidor e o início da busca dos motoristas. Não é o retorno do motorista que irá executar a corrida.</i>
Requisitos de Segurança	
10	Site de hospedagem da solução tecnológica com certificado <i>SECURE SOCKETS LAYER</i>
11	Solução tecnológica resistente a <i>CROSS-SITE REQUEST FORGERY</i>
12	Solução tecnológica resistente a <i>CROSS-SITE SCRIPTING</i>
13	Solução tecnológica resistente a <i>INJECTION</i>
14	Acesso às funcionalidades da solução tecnológica de acordo com perfis de usuários
Requisitos de Funcionalidade	

15	Acesso à solução tecnológica por meio de <i>login</i> e senha pessoal
16	Cadastramento de órgãos e entidades na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
17	Cadastramento de unidades administrativas na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
18	Cadastramento de gestores e usuários na solução tecnológica por meio da aplicação <i>web</i>
19	Solicitação de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
20	Acompanhamento de solicitações de serviço e de atendimentos em andamento, por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i> , incluindo imagem geoprocessada do percurso
21	Cancelamento de solicitações de serviço por meio da aplicação <i>web</i> e do aplicativo <i>mobile</i>
22	Consultas e relatórios com informações sobre solicitações de serviço e atendimentos

ANEXO F - RELATÓRIOS WEB

1. A Contratada deve disponibilizar os seguintes relatórios na aplicação *web*, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML ou CSV, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

a. Registro de solicitação de serviço:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino;
- nome do motorista designado para o atendimento;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- data e hora de finalização do atendimento;
- imagem geoprocessada do percurso do veículo, desde o início e até a finalização do atendimento;
- distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento; e
- avaliação realizada.

b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço; e
- endereços de origem e de destino.

c. Consulta a todos os dados dos cadastros dos gestores e usuários:

- órgão ou entidade a que o gestor ou usuário está vinculado;
- unidades administrativas a que o gestor ou usuário está vinculado; e
- perfil de acesso.

d. Consulta a todos os dados dos cadastros dos órgãos ou entidades e unidades administrativas.

ANEXO G - RELATÓRIOS DE FATURAMENTO

1. A Contratada deve disponibilizar os seguintes relatórios mensalmente ou a qualquer momento mediante requisição dos gestores, com possibilidade de exportação dos dados para arquivos eletrônicos nos formatos XLS e XML, CSV ou

outro formato acordado, os quais deverão conter os dados abaixo discriminados:

a. Registro de solicitação de serviço:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço
- endereços de origem e de destino;
- coordenadas precisas dos pontos de origem e destino;
- data e hora de designação do veículo para atendimento;
- nome do motorista designado para o atendimento;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento;
- data e hora da chegada do veículo ao endereço de origem;
- data e hora de início do atendimento;
- data e hora de finalização do atendimento;
- distância percorrida, calculada automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento;
- valor do atendimento, calculado automaticamente considerando a distância percorrida e o valor por quilômetro contratado, discriminando eventual valor de pedágio; e
- caso a corrida seja contestada, descrição do motivo da contestação e identificação do gestor ou usuário que realizar a contestação.

b. Registro de solicitação de serviço cancelada:

- número identificador da solicitação;
- usuário solicitante;
- data e hora da solicitação;
- motivo da solicitação do serviço;
- endereços de origem e de destino;
- data e hora de designação do veículo para atendimento;
- nome do motorista designado para o atendimento;
- placa e modelo do veículo designado para o atendimento; e
- data e hora do cancelamento do atendimento.

ANEXO H - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

O <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º<CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos nº 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: **know-how**, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de

acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20 ____

De acordo.

CONTRATANTE	CONTRATADA
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> <Qualificação>
Testemunhas	

Testemunha 1	Testemunha 2
<Nome>	<Nome>
<Qualificação>	<Qualificação>

ANEXO H.1 – MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

Contrato N°:			
Objeto:			
Contratante:			
Gestor do Contrato:		Matr.:	
Contratada:		CNPJ:	
Preposto da Contratada:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na Contratante.

_____, _____ de _____ de 20____.

Ciência:

CONTRATADA	
Funcionários	
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>
<Nome> Matrícula: <Matr.>	<Nome> Matrícula: <Matr.>

Brasília/DF, junho de 2022.

*documento assinado eletronicamente***ANDERSON CHAGAS DA SILVA**

Analista Técnico-Administrativo - CGSEC

Documento assinado eletronicamente

HÉLIO SOUZA DE OLIVEIRA

Coordenador de Serviços Compartilhados - CGSEC

Documento assinado eletronicamente

RICARDO FRANÇA DE BRITO

Coordenador-Geral de Serviços Compartilhados - CGSEC



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo França de Brito, Coordenador(a)-Geral**, em 19/12/2022, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélio Souza de Oliveira, Coordenador(a)**, em 19/12/2022, às 20:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Chagas da Silva, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/12/2022, às 08:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29377187** e o código CRC **4C4971D6**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2021

Referência: Processo nº 19973.103078/2022-20.

SEI nº 29377187

**Anexo III - Anexo I - Pesquisa de Precos (17248863).
pdf**

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
11/2024	510178	Concluída	GABRIELA RIBEIRO BAGAILOLO

Título: Serviço de intermediação e agenciamento de transporte individual de passageiros

Observações:

Total de itens cotados: 2 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 615.588,3200

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade	
24198 - Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades	KILÔMETRO RODADO	58516	
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 21,9713%
R\$ 3,1700	R\$ 4,2560	R\$ 3,9600	Desvio Padrão: 0,9351
			Maior Preço: R\$ 7,0500
Método de cálculo adotado: Mediana			

Filtro Aplicado

Data início: 15/05/2023

Data fim: 31/12/2023

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC - Compras.gov.br	350000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 9,9085	27/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98834905000992023	27/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a prestação de serviço de transporte escolar em diversos roteiros, viagens de estudo e socorros, no Município de Sombrio /SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	988349	SISPP	Pregão
Fornecedor	CIBELI VIAGENS E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Serviço de Transporte Escolar, CONFORME ROTAS DESCRITAS NO ITEM 1.5 do Termo de Referência do edital e necessidade da administração municipal.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,4000	21/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
45374705000332023	21/12/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	453747	SISRP	Pregão
Fornecedor	MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,3000	21/12/2023	Sim

Id da Compra

45374705000332023

Comprado em

21/12/2023

Nº do Item

3

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.

Esfera

Estadual

UASG

453747

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras. gov.br	300	KILÔMETRO RODADO	R\$ 5,0000	21/12/2023	Sim

Id da Compra

45374705000332023

Comprado em

21/12/2023

Nº do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.

Esfera

Estadual

UASG

453747

Forma

SISRP

Modalidade

Pregão

Fornecedor

MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS

Índice e Valor

-

Ata

[Acesse a Ata](#)

Edital

[Acesse o Edital](#)

Compra

[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada

Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	24000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,5600	21/12/2023	Sim

Id da Compra

45374705000332023

Comprado em

21/12/2023

Nº do Item

1

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura contratação de meio regular de transporte, para a DPE - MA, por demanda, na Região Metropolitana de São Luís e municípios de Imperatriz, Timon e Santa Inês, legalmente apto, através de empresa, cooperativa de táxi ou Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiro (Tipo UBER, 99 e outras), por meio de solução tecnológica para operação e a gestão do serviço em tempo real, via aplicativos web e mobile, ou outros canais de atendimento.

Esfera
Estadual

UASG
453747

Forma
SISRP

Modalidade
Pregão

Fornecedor
MICRIEL ALVES DE SOUZA SERVICOS

Índice e Valor
-

Ata
[Acesse a Ata](#)

Edital
[Acesse o Edital](#)

Compra
[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada
Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	15000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8600	15/12/2023	Sim

Id da Compra

9002305000522023

Comprado em

15/12/2023

Nº do Item

2

Objeto da Compra

Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços continuados de transporte terrestre por demanda, fazendo uso de aplicativo para complemento do atendimento das demandas da Seção Judiciária do Distrito Federal SJDF.

Esfera
Federal

UASG
90023

Forma
SISPP

Modalidade
Pregão

Fornecedor
SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE

Índice e Valor
-

Ata
-

Edital
[Acesse o Edital](#)

Compra
[Acesse a compra](#)

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	10000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8100	15/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
9002305000522023	15/12/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços continuados de transporte terrestre por demanda, fazendo uso de aplicativo para complemento do atendimento das demandas da Seção Judiciária do Distrito Federal SJDF.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	90023	SISPP	Pregão
Fornecedor			
SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,3400	14/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	20	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AMAV'S TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,3400	14/12/2023	Não
---	---	--	------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	18	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	600	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	--	-----	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	16	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	EDVAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	--	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	14	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

12	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 17,5000	14/12/2023	Não
----	---	--	-------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1200	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	--	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	7800	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	--	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	8	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	EDVAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

15	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	1500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5700	14/12/2023	Não
----	---	--	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	6	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	33500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,3400	14/12/2023	Não
----	---	--	-------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor	AMAV'S TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 12,3400	14/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16003305000052023	14/12/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, para contratação de serviço de Locação de Veículos para atenderem as necessidades do 19º Batalhão de Caçadores e participantes do GCAL da 6ª Região Militar, além de atender as atividades específicas das UGG e UGP.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160033	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AMAV'S TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA-SP - Compras.gov.br	4650	KILÔMETRO RODADO	R\$ 5.1000	14/12/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
38946106000582023	14/12/2023	1	Objeto: Contratação por dispensa de licitação de empresa especializada para prestação dos serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo mobile, plataforma web, com apoio operacional e tratamento de dados, por meio de sistema web de controle, acompanhamento de corridas e outros serviços de informação na internet, para o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo CRF-SP, conforme condições no Edital.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	389461	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
COOPERATIVA UNIAO SERV DOS TAXISTAS AUTONOMOS DE S.P.			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra
Descrição Detalhada			
contratação por dispensa de licitação de empresa especializada para prestação dos serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros via aplicativo mobile, plataforma web, com apoio operacional e tratamento de dados, por meio de sistema web de controle, acompanhamento de corridas e outros serviços de informação na internet, para o Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo CRF-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.			

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1100	KILÔMETRO RODADO	R\$ 16,0000	08/12/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012806000722023	08/12/2023	1	Objeto: ONTRATAÇÃO de serviços de transporte eventual de servidores e colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240128	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
PATRICIA FONSECA COSTA GOULART 03565666684			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ONTRATAÇÃO de serviços de transporte eventual de servidores e colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica. Etapa 2023/2024.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	81948	KILÔMETRO RODADO	R\$ 14,0000	06/11/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92517205001472023	06/11/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, visando atender as necessidades da administração pública direta e indireta do município de porto velho, pelo periodo de 12 (doze) meses
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925172	SISPP	Pregão
Fornecedor			
BLL LOGISTICA LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Ônibus tipo rodoviário adaptado as condições de acessibilidade às pessoas comdeficiência ou com mobilidade reduzida, com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação, com 01 (um) motorista (Lei 12.619/2012), abastecido de combustível, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares, poltronas anatômicas reclináveis, com revestimento em tecido, ar-condicionado, banheiro pressurizado, descanso para os pés, bagageiro (porta-malas) sob piso, bagageiro interno de teto tipo prateleira (porta valise), cinto de segurança individual nas poltronas, janelas panorâmicas, frigobar e com água disponível. Seguro de responsabilidade civil para os passageiros e registro na Agência Nacional de Transporte Terrestre ANTT e na Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Rondônia AGERO. Certificado de Vistoria Anual emitido pelo DER/RO, para viagem de ida e volta em percurso de linha intermunicipal.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	32400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 8,9000	25/10/2023	Não
----	---	--	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16036605000052023	25/10/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de transporte intermunicipal de pessoal e material para Unidades do GCALC de Cachoeira do Sul/RS.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160366	SISRP	Pregão
Fornecedor	TURISMO ALMANSA LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	33200	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,9000	25/10/2023	Não
----	---	--	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16036605000052023	25/10/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de transporte intermunicipal de pessoal e material para Unidades do GCALC de Cachoeira do Sul/RS.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160366	SISRP	Pregão
Fornecedor	TURISMO ALMANSA LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Serviço de transporte em micro-ônibus, com motorista, executivo equipado com ar condicionado, CD/DVD Player, TV, frigobar e com capacidade até 26 passageiros, para trajetos mistos entre rodovias asfaltadas e trechos de estrada sem pavimentação

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	41000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,8800	25/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16036605000052023	25/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de transporte intermunicipal de pessoal e material para Unidades do GCALC de Cachoeira do Sul/RS.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160366	SISRP	Pregão
Fornecedor			
ARGENTA TURISMO E VIAGENS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Serviço de transporte em ônibus tipo executivo, com motorista, de 40 ou mais lugares, com ar condicionado, bagageiro e banheiro para trajetos mistos entre rodovias asfaltadas e trechos de estradas sem pavimentação

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	48000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8791	25/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98468305001122023	25/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de transporte pessoa jurídica para o município de Ituiutaba, com veículo automotores utilitários tipo VAN de capacidade mínima para 15passageiros para transporte de pacientes para o tratamento de hemodiálise em três períodos atendendo a demanda do município
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	984683	SISPP	Pregão
Fornecedor			
S E TRANSPORTE & LOCACAO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

SERVIÇO DE TRANSPORTE PESSOA JURIDICA PARA TRANSPORTE GRATUITO NO MUNICIPIO DE ITUIUTABA, COM VEICULOS AUTOMOTORES UTILITARIOS TIPO VAN DE CAPACIDADE MÍNIMA PARA 15 PASSAGEIROS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES PARA HEMODIALISE EM TRÊSPERÍODOS.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br	8832	KILÔMETRO RODADO	R\$ 17,0000	24/10/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15832005000112023	24/10/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviço terceirizado de transporte para estudantes do IFCE - campus avançado Mombaça, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	158320	SISPP	Pregão

Fornecedor
DB LOCAÇAO DE VEICULOS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Contratação de serviço terceirizado de transporte para estudantes do IFCE - campus avançado Mombaça: Ônibus, tipo urbano, mínimo 44 lugares, elementos de comunicação audiovisual interna, Iluminação interna na região dos degraus, sinalização dos desníveis e elevações (degraus, caixas de roda, etc) no salão de passageiros, com acessibilidade para cadeirante (plataforma) com motoristas habilitados, manutenções corretivas e preventivas, combustíveis, seguros e demais despesas inerentes à prestação dos serviços de transporte escolar;

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	8100	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,9600	27/09/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
34303006000212023	27/09/2023	1	Objeto: Contratação de serviços .de transportede servidores, empregados e colaboradores a serviço do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP/ IPHAN, via TaxiGov, por demanda e no âmbito da Região Metropolitana do Rio deJaneiro.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	343030	SISPP	Dispensa

Fornecedor
COOPARIOCA COOPERATIVA DE TRABALHO DE TAXI CARIOCA LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
O serviço poderá ser atendido mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento/intermediação de serviço de táxi ou de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, ou prestação deserviço de transporte por locação de veículos, via TaxiGov conforme condições e quantidades especificadas neste Termo de Referência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

27	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 645,0000	22/09/2023	Não
----	---	---	---	------------------	--------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012806000482023	22/09/2023	1	Objeto: Prestação de serviços de transporte rodoviário eventual de servidores e colaboradores- Etapa 2022/2023.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240128	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
PATRICIA FONSECA COSTA GOULART 03565666684			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de serviços de transporte rodoviário eventual de servidores e colaboradores- Etapa 2022/2023

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

28	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	140000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,4500	15/09/2023	Não
----	---	---	--------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veiculos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987885	SISRP	Pregão
Fornecedor			
WILLIANS CARVALHO JUNIOR LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Van

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

29	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	40000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,9900	15/09/2023	Não
----	---	---	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veículos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987885	SISRP	Pregão
Fornecedor	TRANS ISAAK TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Microônibus Executivo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

30	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	90000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 9,6400	15/09/2023	Não
----	---	---	-------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veiculos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987885	SISRP	Pregão
Fornecedor	TRANS ISAAK TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Ônibus Turismo - Convencional

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

31	I	PREFEITURA DE SAO JOSE DOS PINHAIS - PR - Compras.gov.br	40000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,8500	15/09/2023	Não
----	---	---	-------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98788505001772023	15/09/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para prestação deserviços de locação de veículos especializados, visando ao atendimento às competições de pequeno, médio e grande porte, eventos especiais, festas e viagens realizadas pelas Secretarias.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987885	SISRP	Pregão
Fornecedor	TRANS ISAAK TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades Ônibus Turismo - Executivo

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

32	I	NAV BRASIL SERVICOS DE NAVEGACAO AEREA S.A. - Compras. gov.br	6000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,8333	13/09/2023	Sim
----	---	---	------	------------------	------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92868005000252023	13/09/2023	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de transporte, com fornecimentos de veículo e motorista e por um período de 30 (trinta) meses,para os empregados lotados na Dependência da NAV Brasil em Barra do Garças/MT (DNBW), situadano Aeroporto de Barra do Garças BR 070, Km 16,CEP: 78607-899 - Barra do Garças/MT.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	928680	SISPP	Pregão
Fornecedor	A. BORGES NETO & CIA. LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de serviços de transporte eventuais (estimativa de quilômetros excedentes) para Empregados da Dependência da NAV Brasil em Barra do Garças/MT (DNBW), situada no Aeroporto de Barra do Garças - BR 070, Km 16 (Diária de 2ª a Domingo).

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	NAV BRASIL SERVICOS DE NAVEGACAO AEREA S.A. - Compras.gov.br	13500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 2.8700	24/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92868005000262023	24/08/2023	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Licitação para contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados contínuos de transporte, com fornecimento de veículo e motorista e por um período de 30 (trinta) meses, para os empregados lotados na Dependência da NAV Brasilem Carajás/PA (DNCJ), situada no Aeroporto de Carajás, Rodovia Raymundo Mascarenhas, s/n, CEP: 68.516-000 Parauapebas/PA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	928680	SISPP	Pregão
Fornecedor	ROTA LIVRE TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Prestação de Serviço de Transporte Eventual (estimativa de quilômetros excedentes) para Empregados da Dependência da NAV Brasil DNCJ (Carajás /PA), situada na Rodovia Raymundo Mascarenhas, s/n, CEP: 68.516-000 - Parauapebas/PA.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
34	I	SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS - Compras.gov.br	8640	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,8800	23/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
17303906000122023	23/08/2023	1	Objeto: Serviços de transporte terrestre de passageiros por demanda, no âmbito do Distrito Federal e entorno.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	173039	SISPP	Dispensa
Fornecedor	I9 SOLUTIONS - SOLUCOES COMERCIAIS E GESTAO DE TRANSPORTE LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de transporte terrestre de passageiros por demanda, no âmbito do Distrito Federal e entorno, para atendimento das necessidades dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da Superintendência de Seguros Privados - Susep, com disponibilização de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão dos atendimentos através de plataforma web e aplicativo mobile, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
35	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7560	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,8700	17/08/2023	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15695606000262023		17/08/2023		1		Objeto: Contratação de Serviço Continuoado de Transportes, incluindo veiculos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas.	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		156956		SISPP		Dispensa	
Fornecedor							
AMAZON TRANSPORTES COMERCIO E SERVICOS LTDA							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7560	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,8042	15/08/2023	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
15695606000252023		15/08/2023		1		Objeto: Contratação de Serviço Continuoado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Federal		156956		SISPP		Dispensa	
Fornecedor							
A. A. MOURA SILVA							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		-		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
Contratação de Serviço Continuoado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	120000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,0000	14/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98582105000542023	14/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preçopara a contratação de empresa para prestar serviço transporte sanitário eletivo de usuários do SUS, municípios de Cantagalo, para tratamento fora do domicilio (TFD), considerando o ponto inicial e final da viagem dentro do território de Cantagalo-RJ para a realização de procedimentos de caráter eletivo no âmbito do SUS.

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	985821	SISRP	Pregão

Fornecedor
CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEICULOS LTDA.

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de serviço de transporte - Transporte de usuários do SUS munícipes de Cantagalo, que realizam tratamento fora do domicilio (TFD), em viagens a partir do território de Cantagalo, utilizando veículo tipo VAN, com, no mínimo, 15 lugares + motorista totalizando 16 lugares, equipada com ar condicionado, escada de acesso, em caso de necessidade, cadeirinha para transporte de crianças grupos 0, +0, 1, 2 e3, localizador GPS com disponibilidade de relatório paraatender os referidos usuários, considerando o ponto inicial e final dentro doterritório de Cantagalo-RJ e seguro do veículo com cobertura de terceiros (morte e danos físicos) para todos os sinistros. Veículo tipo Van com máximo de 10 anos de uso.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	7560	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,3500	11/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
15695606000232023	11/08/2023	1	Objeto: Contratação de Serviço Continuado de Transportes, incluindo veículos e motoristas, devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e cargas

Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	156956	SISPP	Dispensa

Fornecedor
H FONSECA DE FARIAS LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	JUSTICA MILITAR - Compras.gov.br	35730	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,1700	10/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
6000105000282023	10/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de agenciamento para intermediação em prestação de serviço de forma continuada de deslocamento de pessoas em serviço, de transporte terrestre de documentação interna e transporte de pequenas cargas do Superior Tribunal Militar (STM), no Distrito Federal e na Região do Entorno, por quilômetro rodado e por demanda, com disponibilização tecnológica (computador - web, aplicativo de celular - Android, Apple (IOS), Windows Phone e central telefônica).
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	60001	SISPP	Pregão

Fornecedor
SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de serviço de forma continuada de deslocamento de pessoas em serviço, de transporte terrestre de documentação interna e transporte de pequenas cargas do Superior Tribunal Militar, conforme Projeto Básico SETRA, apenso ao Termo de Referência do edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	78760	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,9700	04/08/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
24012305000032023	04/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de transporte terrestre ou agenciamento/intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), por demanda, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	240123	SISPP	Pregão

Fornecedor
I9 SOLUTIONS - SOLUCOES COMERCIAIS E GESTAO DE TRANSPORTE LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Serviços de transporte terrestre ou agenciamento ou intermediação de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do LNCC.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 238.529,0000	02/08/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
5000105000592023	02/08/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça,por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	50001	SISPP	Pregão
Fornecedor			
VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVICOS LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de serviço continuado de transporte terrestre de pessoas a serviço do Superior Tribunal de Justiça, por demanda, no âmbito do Distrito Federal e nos municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal - RIDE

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	4500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,7800	27/07/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98547505000392023	27/07/2023	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para fretamento com veículos para transportar em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Flor da Serra do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	985475	SISRP	Pregão
Fornecedor			
VALE DO SARANDI TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

TRANSPORTE DE PESSOAS ATRAVÉS DE VEICULO TIPO ÔNIBUS, COM NO MINIMO 40 LUGARES, CONTENDO MINIMAMENTE SOM AMBIENTE, APARELHO DE AR CONDICIONADO, POLTRONAS CONFORTÁVEIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, VEICULOS DEVIDAMENTE ABASTECIDOS E EQUIPADOS COM TACÓGRAFO CALIBRADOS E AFERIDOS PELO INMETRO, CREDENCIADO PELO DETRAN E APÓLICES DE SEGURO CONTRA TERCEIROS E DANOS PESSOAIS, VEICULO E CONDUTOR DEVERÃO FICAR À DISPISIÇÃO DURANTE TODO O TRAJETO.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	2000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,1400	27/07/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98547505000392023	27/07/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para fretamento com veículos para transportar em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Flor da Serra do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	985475	SISRP	Pregão
Fornecedor			
VALE DO SARANDI TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

TRANSPORTE DE PESSOAS ATRAVÉS DE VEICULO TIPO MICRO-ÔNIBUS, COM NO MINIMO 25 LUGARES, CONTENDO MINIMAMENTE SOM AMBIENTE, APARELHO DE AR CONDICIONADO, POLTRONAS CONFORTÁVEIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, VEICULOS DEVIDAMENTE ABASTECIDOS E EQUIPADOS COM TACÓGRAFO CALIBRADOS E AFERIDOS PELO INMETRO, CREDENCIADO PELO DETRAN E APÓLICES DE SEGURO CONTRA TERCEIROS E DANOS PESSOAIS, VEICULO E CONDUTOR DEVERÃO FICAR À DISPISÇÃO DURANTE TODO O TRAJETO.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	2000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,2900	27/07/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98547505000392023	27/07/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para fretamento com veículos para transportar em viagens municipais, intermunicipais e interestaduais, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Flor da Serra do Sul.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	985475	SISRP	Pregão
Fornecedor			
VALE DO SARANDI TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

TRANSPORTE DE PESSOAS ATRAVÉS DE VEICULO TIPO VAN, COM NO MINIMO 15 LUGARES, CONTENDO APARELHO DE AR CONDICIONADO, POLTRONAS CONFORTAVEIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS, VEICULOS DEVIDAMENTE ABASTECIDOS E EQUIPADOS COM TACÓGRAFOS CALIBRADOS E AFERIDOS PELO INMETRO, CREDENCIADO PELO DETRAN E APÓLICES DE SEGURO CONTRA TERCEIROS E DANOS PESSOAIS, VEICULO E CONDUTOR DEVERÃO FICAR À DISPISÇÃO DURANTE TODO O TRAJETO.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	22400	KILÔMETRO RODADO	R\$ 4,5100	20/07/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92647805000742023	20/07/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para serviços contínuos de transporte escolar de alunos no Roteiro 16 que contempla Aviários/Morelo /Viganó/ Escola Municipal Professor Jorge Guimarães e Dr. Antônio Paranhos e Colégio Anchieta com veículo de no mínimo 12 lugares conforme descritivo em anexo destinados à Educação Básica da Rede Municipal de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Município de São Jorge D'Oeste Pr.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	926478	SISPP	Pregão
Fornecedor	MATHIAS TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Roteiro 1 (6:00 h) Roteiro em frente ao Colégio Paranhos, passando pela fábrica G&L Construir, seguindo até os aviários do Silvio Viganó, depois retornaaté propriedade do Cloves Viganó, fazenda Morelo, aviários Fochesatto passa em frente a fábrica G&L Construir, retorna até Colégio Dr Paranhos e segue até a cidade Colégio Anchieta, APAE e retorna para Paranhos. Roteiro 2 (11:30h) - Saindo do Colégio Dr. Paranhos, passa em frente a fábrica G&L Construir, levar os alunos dos aviários Silvio Viganó, retorna até Cloves Viganó, segue até propriedade Evandro Pagliarim, fazenda Morelo volta na Escola Profº Jorge Guimarães. Roteiro 3 (17:00h) Saída da Escola Municipal Prof. Jorge Guimarães,passa em frente a fábrica G&L Construir, segue até propriedade Evandro Pagliarim, segue até propriedade do Cloves Viganó e segue até os aviários Silvio Viganó e retorna até a escola. Total por dia 112 km Total porano 22.400 km Veículo tipo van de no mínimo 12 lugares

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT. E TECNOLÓGICO - Compras.gov.br	50000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 3,5960	12/07/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
36410205000032023	12/07/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviço de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por demanda e no âmbito do Distrito Federal DF e entorno, mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento de serviço de táxi ou de Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal STIP/DF, conforme TR.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	364102	SISPP	Pregão

Fornecedor

SHALOM TAXI SERVICOS DE AGENCIAMENTO E INTERMEDIACAO DE PAGAMENTO DE CORRIDAS DE

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de serviço de transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, por demanda e no âmbito do Distrito Federal DF e entorno, mediante uso de qualquer meio regular e legalmente apto, inclusive agenciamento de serviço de táxi ou de Serviço de Transporte Individual Privado de Passageiros Baseado em Tecnologia de Comunicação em Rede no Distrito Federal STIP/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	PREFEITURA DE IRATI - PR - Compras.gov.br	16500	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,0500	06/07/2023	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98760705000622023	06/07/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte, sendo específico do distrito de Itaparã até o Município de Inácio Martins, em atendimento à Lei 3.754/2013
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Municipal	987607	SISPP	Pregão
Fornecedor	48.795.722 SERGIO MIKUSKA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Serviço de transporte a ser realizado do Distrito do Itaparã Município de Irati, até a APAE Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais do Município de Inácio Martins, conforme edital

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

48	I	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 24.180,0000	27/06/2023	Não
----	---	---	---	------------------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92604005000222023	27/06/2023	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte terrestre privado remunerado, sob demanda, por quilômetro rodado, para os membros, servidores e pessoas a serviço da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Brasília-DF, conforme condições e quantidades especificadas neste Termo de Referência.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	926040	SISPP	Pregão
Fornecedor			
I9 SOLUTIONS - SOLUCOES COMERCIAIS E GESTAO DE TRANSPORTE LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte terrestre privado remunerado, sob demanda, por quilômetro rodado, para os membros, servidores e pessoas a serviço da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em Brasília-DF, conforme condições e quantidades especificadas neste Termo de Referência.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

49	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	15000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 11,6500	23/06/2023	Não
----	---	---	-------	------------------	-------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
120060050000072023	23/06/2023	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para transporte rodoviário de pessoas, municipal, intermunicipal e interestadual, mediante sistema de registro de preços, visando atender as necessidades da Academia da Força Aérea e Organizações Apoiadas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120060	SISRP	Pregão
Fornecedor			
RBR TRANSPORTE E LOCADORA LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Veículo tipo VAN EXECUTIVA COM MOTORISTA - capacidade para 14 (catorze) passageiros, incluindo o motorista, fabricação a partir do ano de 2018. Equipamentos obrigatórios e acessórios: Arcondicionado, apoios de cabeça dianteiros e traseiros com regulagem de altura, luz de leitura na frente e para passageiros, para-sol para passageiro e motorista, rádio AM/FM , vidros revestidos com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN Departamento Nacional de Trânsito e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Além da Franquia incluída na diária.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	50000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 11,9800	23/06/2023	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
12006005000072023	23/06/2023	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para transporte rodoviário de pessoas, municipal, intermunicipal e interestadual, mediante sistema de registro de preços, visando atender as necessidades da Academia da Força Aérea e Organizações Apoiadas conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	120060	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AAVA LOCACOES E TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Editais	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Veículo tipo ÔNIBUS EXECUTIVO COM MOTORISTA - capacidade mínima para 42 (quarenta e dois) passageiros, fabricação a partir do ano de 2018. Equipamentos obrigatórios e acessórios: Veículo com toaleta, Arcondicionado, cintos de segurança dianteiros de 3 pontas retráteis com regulagem de altura, cintos de segurança para passageiros de 2 pontas, direção hidráulica, faróis externos de neblina, som ambiente, poltronas individuais reclináveis, todos os vidros laterais com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN ou cortina Departamento Nacional de Trânsito e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN. Unidade: quilometro rodado além da franquia incluída na diária.

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
24198 - Prestação de serviço de transporte para servidor - outras necessidades	KILÔMETRO RODADO	58516
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 6,5600	R\$ 6,5600	R\$ 6,5600
Coeficiente de Variação: 0,0000%		
Desvio Padrão: 0,0000		
Maior Preço: R\$ 6,5600		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado
Data início: 01/01/2024
Data fim: 15/05/2024

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	92268	KILÔMETRO RODADO	R\$ 6,5600	08/05/2024	Sim

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
25003106900002024	08/05/2024	1	Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transportes, incluindo veículos com motoristas devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender à demanda da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro SEMS/RJ em deslocamentos, aferidos por quilômetro rodado.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	250031	SISPP	Dispensa
Fornecedor			
REI DE OURO MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	-	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 9,0000	26/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16024905000412023	26/04/2024	8	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de transporte por meio de fretamento de veículos com motorista, para atender às necessidades de deslocamento de militares da Academia Militar das Agulhas Negras.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160249	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AAVA LOCACOES E TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Veículo tipo ÔNIBUS LEITO COM MOTORISTA. Para transporte de pessoal e bagagem, para deslocamento rodoviário, em viagem interestadual, com motorista habilitado e capacitado, veículo tipo turismo trucado. Com os seguintes requisitos mínimos: dois andares, com capacidade de 50 lugares, com calefação, ar condicionado, frigobar, banheiro, televisor, DVD/vídeo, poltrona soft e apoio para as pernas.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	21000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 10,6600	26/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16024905000412023	26/04/2024	6	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de transporte por meio de fretamento de veículos com motorista, para atender às necessidades de deslocamento de militares da Academia Militar das Agulhas Negras.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160249	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AAVA LOCACOES E TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Veículo tipo MICRO-ÔNIBUS COM MOTORISTA - capacidade mínima para 22 (vinte e dois) passageiros, fabricação a partir do ano de 2016. Equipamentos obrigatórios e acessórios: Ar condicionado, cintos de segurança dianteiros de 3 pontas retráteis com regulagem de altura, cintos de segurança para passageiros de 2 pontas, equipamento de TV e DVD, som ambiente, todos os vidros laterais com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN ou cortina Departamento Nacional de Trânsito e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 8,7100	26/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16024905000412023	26/04/2024	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de transporte por meio de fretamento de veículos com motorista, para atender às necessidades de deslocamento de militares da Academia Militar das Agulhas Negras.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160249	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AAVA LOCACOES E TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Veículo tipo VAN EXECUTIVA COM MOTORISTA - capacidade para 14 (catorze) passageiros, incluindo o motorista, fabricação a partir do ano de 2016. Equipamentos obrigatórios e acessórios: Ar-condicionado, apoios de cabeça dianteiros e traseiros com regulagem de altura, luz de leitura na frente e para passageiros, para-sol para passageiro e motorista, rádio AM/FM com CD Player, Televisão, vidros revestidos com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN Departamento Nacional de Trânsito e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,3000	26/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
16024905000412023	26/04/2024	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de transporte por meio de fretamento de veículos com motorista, para atender às necessidades de deslocamento de militares da Academia Militar das Agulhas Negras.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Federal	160249	SISRP	Pregão
Fornecedor			
AAVA LOCACOES E TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	Acesse a Ata	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Veículo tipo ÔNIBUS EXECUTIVO COM MOTORISTA - capacidade mínima para 42 (quarenta e dois) passageiros, fabricação a partir do ano de 2016. Equipamentos obrigatórios e acessórios: Veículo com toalete, Ar condicionado, cintos de segurança dianteiros de 3 pontas retráteis com regulagem de altura, cintos de segurança para passageiros de 2 pontas, direção hidráulica, faróis externos de neblina, equipamento de TV e DVD, som ambiente, frigobar, poltronas individuais reclináveis, todos os vidros laterais com película protetora solar no limite máximo permitido pelo DENATRAN ou cortina Departamento Nacional de Trânsito e todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelo CONTRAN.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
6	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	8000	KILÔMETRO RODADO	R\$ 13,7200	20/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305900022024	20/04/2024	5	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte agricultores familiares dos 52 municípios de Rondônia, com o objetivo de participarem da 11ª Rondônia Rural Show Internacional e 5ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do Estado de Rondônia - RONDOLEITE, no período de 20 a 25 de maio de 2024, no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, no Município de Ji-Paraná/RO.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão
Fornecedor			
RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Lote 05 - Regiões de Vilhena e Cacoal Locação de ônibus para o transporte de produtores da agricultura familiar das cidades/distritos das Regiões de Vilhena e Cacoal até o Centro Tecnológico Vandeci Rack em Ji-Paraná (ida e volta). Descrição mínima dos ônibus: Veículos tipo ônibus com no máximo quinze anos de fabricação, com capacidade mínima de 40 passageiros sentados. Contendo todas as poltronas reclináveis com cinto de segurança. Veículos equipados com ar-condicionado, banheiro, frigobar contendo no mínimo 80 unidades de água mineral de 200ml a disposição dos produtores transportados. Os itinerários, datas e horários deverão seguir conforme cronograma de execução.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
7	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	5208	KILÔMETRO RODADO	R\$ 13,7200	20/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305900022024	20/04/2024	4	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços detransporte agricultores familiares dos 52 municípios de Rondônia, com o objetivo de participarem da 11ª Rondônia Rural Show Internacional e 5ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do Estado de Rondônia - RONDOLEITE, no período de 20 a 25 de maio de 2024, no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, no Município de Ji-Paraná/RO.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão

Fornecedor
RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Lote 04 - Regiões de Rolim de Moura e São Francisco do Guaporé Locação de ônibus para o transporte de produtores da agricultura familiar das cidades /distritos das Regiões de Rolim de Moura e São Francisco do Guaporé até o CentroTecnológico Vandeci Rack em Ji-Paraná (ida e volta). Descrição mínima dos ônibus: Veículos tipo ônibus com no máximo quinze anos de fabricação, com capacidade mínima de 40 passageiros sentados. Contendo todas as poltronas reclináveis com cinto de segurança. Veículos equipados com ar-condicionado, banheiro,frigobar contendo no mínimo 80 unidades de água mineral de 200ml a disposição dos produtores transportados. Os itinerários, datas e horários deverão seguir conforme cronograma de execução.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
8	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	4706	KILÔMETRO RODADO	R\$ 9,8000	20/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305900022024	20/04/2024	3	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços detransporte agricultores familiares dos 52 municípios de Rondônia, com o objetivo de participarem da 11ª Rondônia Rural Show Internacional e 5ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do Estado de Rondônia - RONDOLEITE, no período de 20 a 25 de maio de 2024, no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, no Município de Ji-Paraná/RO.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão
Fornecedor	RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Lote 03 - Região de Ji-Paraná Locação de ônibus para o transporte de produtores da agricultura familiar das cidades/distritos da Região de Ji-Paraná até o Centro Tecnológico Vandeci Rack em JiParaná (ida e volta). Descrição mínima dos ônibus: Veículos tipo ônibus com no máximo quinze anos de fabricação, com capacidade mínima de 40 passageiros sentados. Contendo todas as poltronasreclináveis com cinto de segurança. Veículos equipados com ar-condicionado, banheiro, frigobar contendo no mínimo 80 unidades de água mineral de 200ml a disposição dos produtores transportados. Os itinerários, datas e horários deverão seguir conforme cronograma de execução.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
9	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	8284	KILÔMETRO RODADO	R\$ 13,4200	20/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305900022024	20/04/2024	2	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços detransporte agricultores familiares dos 52 municípios de Rondônia, com o objetivo de participarem da 11ª Rondônia Rural Show Internacional e 5ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do Estado de Rondônia - RONDOLEITE, no período de 20 a 25 de maio de 2024, no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, no Município de Ji-Paraná/RO.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão
Fornecedor	RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA		
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Lote 02 - Região de Ariquemes Locação de ônibus para o transporte de produtores da agricultura familiar das cidades/distritos da Região de Ariquemes até o Centro Tecnológico Vandeci Rack em JiParaná (ida e volta). Descrição mínima dos ônibus: Veículos tipo ônibus com no máximo quinze anos de fabricação, com capacidade mínima de 40 passageiros sentados. Contendo todas as poltronasreclináveis com cinto de segurança. Veículos equipados com ar-condicionado, banheiro, frigobar contendo no mínimo 80 unidades de água mineral de 200ml a disposição dos produtores transportados. Os itinerários, datas e horários deverão seguir conforme cronograma de execução

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
10	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	16802	KILÔMETRO RODADO	R\$ 7,5400	20/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
92537305900022024	20/04/2024	1	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços detransporte agricultores familiares dos 52 municípios de Rondônia, com o objetivo de participarem da 11ª Rondônia Rural Show Internacional e 5ª Edição da Feira do Agronegócio do Leite do Estado de Rondônia - RONDOLEITE, no período de 20 a 25 de maio de 2024, no Centro Tecnológico do Agronegócio Vandeci Rack, no Município de Ji-Paraná/RO.
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	925373	SISPP	Pregão
Fornecedor			
RONDON - AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

Lote 01 - Região de Porto Velho Locação de ônibus para o transporte de produtores da agricultura familiar das cidades/distritos da Região de Porto Velho até o Centro Tecnológico Vandeci Rack em JiParaná (ida e volta). Descrição mínima dos ônibus: Veículos tipo ônibus com no máximo quinze anos de fabricação, com capacidade mínima de 40 passageiros sentados. Contendo todas as poltronas reclináveis com cinto de segurança. Veículos equipados com ar-condicionado, banheiro, frigobar contendo no mínimo 80 unidades de água mineral de 200mla disposição dos produtores transportados. Os itinerários, datas e horáriosdeverão seguir conforme cronograma de execução.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
11	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 44.452,9000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	48	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
LUCAS CAMPOS LEITE 13294092482			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 48 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Integral) São Vicente; sede do município

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
12	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 38.730,5000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	47	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
52.952.007 CLAUDIO MARANHÃO DE VASCONCELOS			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 47 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio jurema; sitio umbuzeiro da laje; esperança; sitio angico torto;sede do município.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
13	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 37.437,6000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	46	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
49.942.902 JOSE RONALDO DA SILVA ARRUDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 46 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio cacimba de roça; sitio cacimba salgada; sitio caramucuqui; sitio goiana; sede do município.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
14	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 41.601,9000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	45	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 45 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio pitombeira; sitio gameleira; sitio serrinha; sede do município.2 (Tarde) sitio cacimba de roça; sitio gameleira; sitio serrinha; sede do município

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
15	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 31.329,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	44	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 44 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio raposa; sitio mocambo; sitio clarinha; sede do município.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
16	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 35.514,6000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	43	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
SILVANIO JOSE DE SIQUEIRA 38084813404			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 43 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio jua; sitio logradouro; sitio cacimbas;

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
17	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 31.443,2000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	42	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
LUCAS CAMPOS LEITE 13294092482			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 42 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio prazeres; sitio juá; sitio querquere; sitio logradouro; sede domunicipio

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
18	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 33.949,9000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	41	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
10.884.893 JOSE BEZERRA CAVALCANTE JUNIOR			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 41 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio vaca morta ; sitio prazeres; sede do municipio

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
19	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 61.340,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	40	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 40 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio clarinha; mocambo; sitio belamento; sitio russa mansa; sitio mocambo; turno da manha; 2 (Tarde) sitiorussa mansa; sitio manopla; sitio carnaúba; sitio esperança; sede do municipio

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
20	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 29.690,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	39	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 39 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio cariri; sitio batinga; sitio canta galo; sitio goiabeira I; goiabeira II; sede do municipio.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
21	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 33.265,1000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	38	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
SEVERINO DO RAMO HENRIQUE DE SOUZA 63374307434			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 38 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio cariri; sitio santa rita; sitio batinga; sitio lagoa do catolé; sitio canta galo; sitio penha; sitio goiabeira I; goiabeira II

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
22	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 37.237,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	37	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
50.300.815 ADILSON ALVES DE OLIVEIRA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 37 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio marrecas; sitio cambitos;sitio cacimba nova; sitio riacho salgado; sitio logradouro; sitio jua; logradouro

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
23	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 47.980,1000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	36	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
JUVITA NUNES DE FARIAS 77205375487			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 36 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio vaca morta; sitio prazeres; sitio juá; cacimbas; logradouro

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
24	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 41.233,9000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	35	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 35 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) angico torto; logradouro; santa maria; logradouro

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
25	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 74.857,1000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	34	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
JACIEL MARCOS PEREIRA VERISSIMO 09449308403			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 34 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio malhada do juazeiro; sitio cupiras; sitio baixas; sitio pé de serra; santo antonio de lima; sitio esperança; riacho dos gatos; sede do municipio

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
26	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 50.064,3000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	33	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
53.472.624 VANDERLEI RODRIGUES CORREIA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 33 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio roça de dentro; sitio pé des serra.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
27	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 78.037,8000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	32	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
GISLIANO KLEBIO SOARES CAVALCANTE 97888710549			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 32 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) povoado de são vicente; sitio malhada; sitio cupiras; sitio baixas; sitio pé de serra; sitio roça de dentro

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
28	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 29.001,2000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	31	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
53.472.624 VANDERLEI RODRIGUES CORREIA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 31 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) roça de dentro; jardim; pé de serra.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
29	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 16.000,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	30	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
30.379.757 EDSON BRUNO SALES DE OLIVEIRA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 30 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio baixas; sitio pé de serra.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
30	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 36.287,5000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	29	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 29 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio malhada do juazeiro; sitio cupiras; distrito de são vicente.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
31	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 25.668,2000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	28	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
52.882.280 BRUNO FERNANDES DA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 28 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio quixaba; sitio onça; sitio injeitado; sitio gavião; sitio umbuzeiro da laje; sitio jurema; sitio marrecas

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
32	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 56.476,4000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	27	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 27 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio olho d'água do cunha; sitio cunha; sitio malhada do juazeiro; sitio araras; sitio miguel.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
33	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 40.706,2000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	26	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 26 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio cunha; sitio olho d'água do cunha; sitio miguel I.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

34	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 72.566,6000	19/04/2024	Não
----	---	---	---	------------------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	25	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
Prestação de Serviço de Transporte Para Servidor - Outras Necessidades

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
----	--------	------	------------	---------	----------------	------	--------

35	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 17.000,0000	19/04/2024	Não
----	---	---	---	------------------	-----------------	------------	-----

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	24	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
30.379.757 EDSON BRUNO SALES DE OLIVEIRA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 24 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio araras; sitio miguel I; sitio miguel II.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
36	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 30.145,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	23	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
JUVITA NUNES DE FARIAS 77205375487			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 23 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio cacimbas; sitio santa maria; sitio recanto; sitio aroeira; sitio cacimba de pedra; sitio maniçobas; sitio serrinha

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
37	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 29.258,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	22	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
45.958.636 GISLENE BARBOSA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 22 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio recanto; sitio maniçobas; sitio serrinha.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
38	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 51.435,2000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	21	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
54.272.394 GUYLHERME BARBOSA SIQUEIRA ALVES			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 21 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio santo antonio de lima; sitio canto; sitio pedra d'água; sitio areias; distrito são vicente.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
39	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 23.215,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	20	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
30.379.757 EDSON BRUNO SALES DE OLIVEIRA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 20 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio miguel I

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
40	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 24.428,8000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	19	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
52.882.280 BRUNO FERNANDES DA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 19 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio melancias; sitio riacho verde; sitio lagoa da jurema.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
41	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 36.617,4000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	18	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 18 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio catingueira; sitio lagoa da jurema; sitio riacho verde; sitiomelancias; povoado de são vicente

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
42	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 28.020,9000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	17	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
30.379.757 EDSON BRUNO SALES DE OLIVEIRA SILVA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 17 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio gavião; injeitado; gunça; povoado de são Vicente.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
43	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 34.365,3000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	16	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 16 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio 3 umbuzeiros; sitio esperança; pov. são vicente.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
44	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 31.703,8000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	15	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 15 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio melancias; sitio riacho verde; sitio manelão; sitio cupim.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
45	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 43.088,0000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	14	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada

ROTA 14 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio rosilho; sitio esperança; sitio carnaubas; sitio manopla; sitio santo antonio de lima

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
46	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 30.386,1000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	13	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 13 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio pedra d'água; sitio canto; sitio santo antonio de lima.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
47	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 38.797,2000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	12	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
AMARO MILTON DA SILVA TRANSPORTES LTDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 12 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio umbuzeiro da lage; cacimba nova; cambitos; marrecas; esperança

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
48	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 73.319,1000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	11	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
CLAUDEVAN MARANHÃO DE VASCONCELOS 02455107450			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 11 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Manhã) sitio lagoa de dentro; sitio das frutas; sitio pitombeira sitio caiana; sitio ambó. (Tarde) sitio lagoa de dentro; sitio das frutas; sitio pitombeira sitio caiana; sitio ambó

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
49	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 43.524,1000	19/04/2024	Não

Id da Compra	Comprado em	Nº do Item	Objeto da Compra
98245305900032024	19/04/2024	10	Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024
Esfera	UASG	Forma	Modalidade
Estadual	982453	SISPP	Pregão
Fornecedor			
49.942.902 JOSE RONALDO DA SILVA ARRUDA			
Índice e Valor	Ata	Edital	Compra
-	-	Acesse o Edital	Acesse a compra

Descrição Detalhada
ROTA 10 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA (Tarde) sitio cacimba de roça; sitio cacimba salgada; sitio caramucuqui; sitio goiana; sede do município.

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
50	I	ESTADO DE PERNAMBUCO – Compras.gov.br	1	KILÔMETRO RODADO	R\$ 31.385,2000	19/04/2024	Não
Id da Compra		Comprado em		Nº do Item		Objeto da Compra	
98245305900032024		19/04/2024		9		Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação dos serviços de transporte de alunos da Rede Municipal de Educação para atender a demanda do ano letivo de 2024	
Esfera		UASG		Forma		Modalidade	
Estadual		982453		SISPP		Pregão	
Fornecedor							
PAULO SERGIO ALVES RANGEL 08272365499							
Índice e Valor		Ata		Edital		Compra	
-		-		Acesse o Edital		Acesse a compra	
Descrição Detalhada							
ROTA 9 (DESCRIÇÃO NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA(Manhã) sitio gameleira; sitio serrinha; sitio ambó.							

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

I - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente pesquisa de preço, realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, é a contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação ou agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile com apoio operacional e tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem da internet, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, visando atender a Superintendência Regional Sudeste I e suas unidades jurisdicionadas no Estado de São Paulo.

II - METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

- 2.1. Foi realizada pesquisa de preços (Doc. SEI 15228007) no sítio eletrônico oficial Pesquisa de Preços <https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/pesquisa>), pautada no artigo 5º, inciso I, combinado com artigo 6º, "caput" da IN nº 65/2021.
- 2.2. Em análise dos preços obtidos na pesquisa de preços, foram excluídos os que se tratam de veículos de transporte coletivo do tipo "ônibus" e "microônibus" e "van" por serem divergentes do objeto do presente processo (veículo de passageiro), sendo desconsiderados ainda os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, conforme Caderno de Logística - Pesquisa de Preços 2024, disponível em https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-pesquisa-de-precos-2023_final.pdf/.
- 2.3. Porém, vislumbra-se não ser a melhor opção para pesquisa de preços, visto que as contratações de outros órgãos nela enumeradas são as de maior semelhança ao objeto em tela, porém não se assemelham na totalidade aos requisitos da contratação ensejada, não prevendo todos os fatores que podem influenciar o preço do serviço, como as variáveis de cada localidade, atendimento em todo o estado de São Paulo, tempo de atendimento, dentre outros.

2.4. Dito isso, em atenção ao § 1º do artigo 6º, optou-se em utilizar o parâmetro previsto no artigo 5º, inciso III, da IN nº 65/2021 para a definição do valor estimado da contratação, utilizando-se os valores limites estabelecidos pelas legislações de cada município para os serviços de taxi, cujas legislações relacionadas estão registradas nesse documento em seu Anexo "A".

2.5. Assim, entende-se que esses valores são os mais adequados pois foram estabelecidos pelas legislações de cada município, ou seja, definidos por entidades governamentais oficiais considerando as particularidades de cada municipalidade, haja vista serem valores efetivamente praticados no mercado de cada região para serviços semelhantes ao objeto da pretensa contratação, com idênticos insumos e custos, sendo, inclusive, uma das modalidades que poderão participar do certame licitatório, dentre outras.

2.6. Ainda, o valor total máximo admitido que poderá ser pago pelos serviços prestados nas quantidades estimadas será de R\$ 7.446.821,80. Porém, apesar das diferenças já citadas entre os serviços, se fosse utilizado o valor por km encontrado pelo parâmetro previsto no inciso I do artigo 5º e descrito no item 2.1, resultaria no total de R\$ 7.539.594,60.

2.7. Além da desvantagem financeira demonstrada, é nítido que, caso o parâmetro único do inciso I fosse utilizado, o INSS correria o risco de perder os itens onde o valor permitido pelas legislações locais fosse maior, se tornando restritivo para algumas empresas, como cooperativas de taxi, ou ainda, poderia levar as empresas participantes a buscarem a compensação dos valores perdidos em tais itens através de sobrepreço nos demais, desvirtuando do objetivo de se fazer a pesquisa de preços.

2.8. Portanto, a metodologia utilizada mostra-se a mais precisa e vantajosa à administração.

2.9. Como resultado, chegou-se no valor mensal de R\$ 248.894,06, e no valor global para 30 meses de R\$ 7.466.821,80, conforme tabela abaixo:

ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE									
GRUPO	ITEM	UNIDADE	Estimativa mensal (com previsão de aumento de 25%)				TOTAL (A*D)+(B*C)+E	TOTAL 12 meses	TOTAL 30 meses
			Distância (km) "A"	Qtd. "B"	Valor de Partida "C"	Valor/km "D"			
1	1	SRSE-I	3.165	83	R\$ 6,00	R\$ 4,25	R\$ 749,93	R\$ 14.699,18	R\$ 176.390,16
	2	SÃO PAULO	3.768	294	R\$ 6,00	R\$ 4,25	R\$ 955,72	R\$ 18.733,72	R\$ 224.804,64
	3	OSASCO	1.785	78	R\$ 5,30	R\$ 4,00	R\$ 406,00	R\$ 7.959,40	R\$ 95.512,80
	4	GUARULHOS	3.526	101	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 787,76	R\$ 15.447,26	R\$ 185.367,12
							Total G1	R\$ 56.839,56	R\$ 682.074,72
2	5	ABCD	2.400	40	R\$ 5,50	R\$ 3,92	R\$ 517,51	R\$ 10.145,51	R\$ 121.746,12
	6	CAMPINAS	3.000	50	R\$ 4,85	R\$ 3,48	R\$ 574,18	R\$ 11.256,68	R\$ 135.080,16
	7	VALE DO PARAÍBA	5.624	62	R\$ 5,50	R\$ 4,80	R\$ 1.469,40	R\$ 28.805,60	R\$ 345.667,20
	8	JUNDIAÍ	3.480	40	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 662,20	R\$ 12.982,20	R\$ 155.786,40
	9	SANTOS	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 2,70	R\$ 359,05	R\$ 7.039,05	R\$ 84.468,60
							Total G2	R\$ 70.229,04	R\$ 842.748,48
3	10	SOROCABA	2.864	50	R\$ 5,10	R\$ 5,10	R\$ 798,62	R\$ 15.660,02	R\$ 187.920,24
	11	MARÍLIA	2.009	20	R\$ 6,50	R\$ 4,50	R\$ 493,08	R\$ 9.663,58	R\$ 115.962,96
	12	BAURU	3.120	52	R\$ 5,00	R\$ 3,50	R\$ 600,93	R\$ 11.780,93	R\$ 141.371,16
	13	PRESIDENTE PRUDENTE	2.400	40	R\$ 6,49	R\$ 3,28	R\$ 437,07	R\$ 8.568,67	R\$ 102.824,04
	14	ARAÇATUBA	3.000	29	R\$ 5,89	R\$ 4,39	R\$ 717,07	R\$ 14.057,88	R\$ 168.694,56
							Total G3	R\$ 59.731,08	R\$ 716.772,96
4	15	PIRACICABA	6.375	106	R\$ 5,80	R\$ 3,35	R\$ 1.180,94	R\$ 23.151,99	R\$ 277.823,88
	16	ARARAQUARA	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 3,80	R\$ 500,95	R\$ 9.820,95	R\$ 117.851,40
	17	RIBEIRÃO PRETO	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 3,15	R\$ 417,10	R\$ 8.177,10	R\$ 98.125,20
	18	SÃO JOSÉ PRETO DO RIO PRETO	2.400	40	R\$ 5,40	R\$ 4,10	R\$ 540,51	R\$ 10.596,51	R\$ 127.158,12
	19	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2.400	40	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 527,83	R\$ 10.347,83	R\$ 124.173,96
							Total G4	R\$ 62.094,38	R\$ 745.132,56
TOTAL GERAL			58.516	1.245				R\$ 248.894,06	R\$ 2.986.728,72
									R\$ 7.466.821,80

2.10. Ainda, apesar das diferenças entre os serviços, o valor médio do km encontrado através dessa metodologia é de R\$ 3,90, que se mostra menor que a mediana observada na pesquisa de preços descrita no item 2.1, que foi de R\$ 3,96.

2.11. Ressalta-se que por erro no sistema não foi possível a análise das contratações semelhantes no período de 12 meses. Deste modo, no item I encontra-se a pesquisa referente ao período de 15/05/2023 a 31/12/2023 e no item II encontra-se a pesquisa para o período de 01/01/2024 a 15/05/2024, completando assim, o período de 12 meses. Para fins de composição de preços, foi utilizada no entanto a pesquisa referente ao período de 2023, visto que em 2024 só há uma contratação semelhante ao objeto do processo, descartando as demais por serem referente à "ônibus" e "microônibus" e "van".

III - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

3.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por:

GABRIELA RIBEIRO BAGAILO ERNANDES
Analista do Seguro Social

LEONARDO PESSOA
Analista do Seguro Social

Relatório emitido em 20/05/2024 10:42

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

**Anexo IV - ANEXO II-Termo de Referencia 142024
(17248888).pdf**

Termo de Referência 14/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2024	510178-GERENCIA REGIONAL EM SÃO PAULO	LEONARDO PESSOA	17/05/2024 14:45 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	90118/2023	35014.364759 /2023-48

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa ou cooperativa especializada na intermediação e agenciamento de serviços de transporte terrestre individual remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Superintendência Regional Sudeste I e suas unidades jurisdicionadas no Estado de São Paulo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. O principal objetivo desta contratação é a obtenção de serviços de transporte terrestre, por demanda, em todo o estado de São Paulo, para atender os servidores da Superintendência Regional Sudeste I e suas unidades jurisdicionadas.

1.2. A licitação será dividida em 19 (dezenove) itens, agrupados em 04 lotes, conforme tabela abaixo, podendo o licitante participar de tantos itens/lotes quantos forem de seu interesse:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	1	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Superintendência Regional Sudeste I e unidades vinculadas.
	2	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva São Paulo e unidades vinculadas.
	3	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Guarulhos e unidades vinculadas.

	4	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Osasco e unidades vinculadas.
2	5	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva ABCD e unidades vinculadas.
	6	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Campinas e unidades vinculadas.
	7	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Santos e unidades vinculadas.
	8	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Vale do Paraíba e unidades vinculadas.
	9	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Jundiaí e unidades vinculadas.
3	10	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda das Gerências Executiva de Araçatuba e unidades vinculadas
	11	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda das Gerências Executiva de Bauru e unidades vinculadas
	12	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda das Gerências Executiva de Marília e unidades vinculadas
	13	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva de Sorocaba e unidades vinculadas
	14	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva de Presidente Prudente e unidades vinculadas
4	15	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda das Gerências Executiva de Araraquara e unidades vinculadas
	16	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Piracicaba e unidades vinculadas.
	17	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva Ribeirão Preto e unidades vinculadas.
	18	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile,

		com, apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva São João da Boa Vista e unidades vinculadas.
	19	Serviços de intermediação e agenciamento de serviços de transporte individual terrestre remunerado de passageiros, via aplicativo customizável web e mobile, com, apoio operacional e tratamento de dados, para atender a demanda da Gerência Executiva São José do Rio Preto e unidades vinculadas.

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado conforme justificativas constantes no Estudo Técnico Preliminar .

1.4. A minuta de contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Tópico 2 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 29979036000140-0-000001/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 224

IV) Classe/Grupo: 643 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 510178-90118/2023

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no tópico 6 (seis) específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos legais

4.1.1. Deverão ser observadas todas as normas atinentes à execução do objeto dos autos, legislação específica aplicável aos serviços especificados, bem como, normas ambientais aplicáveis.

4.1.2. Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

4.1.3 Leis:

4.1.3.1 Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021: Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.1.3.2 Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências.

4.1.4 Decretos:

4.1.4.1 Decreto nº 9.507/18: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

4.1.4.2 Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022: Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.4.3 Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

4.1.4.4 Decreto nº 9.287/2018: Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.5 Instruções Normativas:

4.1.5.1 Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

4.1.5.2 Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.5.3 Instrução Normativa SG/MPDG nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

4.1.5.4 Instrução normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022: Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.1.5.5 Instrução normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022: Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.

4.1.5.6 Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de maio de 2008: Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

4.1.5.7 Instrução Normativa SG/MPDG nº 10, de 23 de novembro de 2018: Estabelece diretrizes e procedimentos para utilização do serviço de transporte terrestre, por demanda, pelos servidores, empregados e colaboradores a serviço dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, no âmbito do Poder Executivo federal, localizados no Distrito Federal e entorno.

4.2 Requisitos de manutenção

4.2.1 Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos equipamentos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada, devendo os equipamentos e materiais estarem em perfeito estado de conservação.

4.2.2 As manutenções necessárias, incluindo soluções tecnológicas e equipamentos, devem ser previstas de forma a manter a prestação dos serviços de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento das unidades do INSS e natureza de atividades realizadas pelas áreas.

4.3 Requisitos Temporais

4.3.1 O prazo para execução do futuro contrato será de 30 (trinta) meses, prorrogável por igual período, limitado a 10 anos, contados a partir da assinatura do contrato (artigo 107 da Lei 14.133/2021), podendo ser rescindido unilateralmente, a critério do INSS, caso outra solução mais vantajosa esteja disponível.

4.4 Requisitos de Segurança

4.4.1 Os prestadores de serviço deverão adequar-se às regras de segurança, ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997), bem como, atentar-se quanto à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018).

4.5 Requisitos Sociais, ambientais e culturais

4.5.1 Durante a execução do serviço, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e com o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais, como, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

4.5.2 A Contratada deverá observar a legislação ambiental, em conformidade ao previsto no Guia de Contratações Sustentáveis da AGU, bem como o arcabouço legal inerente à execução da atividade objeto dos futuro contrato:

a) Resolução CONAMA nº18/1986 que dispõe sobre a criação do programa de controle de Poluição do Ar por veículos Automotores — PROCONVE

b) Lei Federal nº 8723/1993 que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e da outras providências

c) Resolução CONAMA nº226/1997 que estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores

d) Decreto nº53.989/2013 que dispõe sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular no Município de São Paulo

e) Lei nº15.688/2013 que dispõe sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular no Município de São Paulo

f) Lei nº8723/1993 que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores

4.6.1 Devem ser observadas as legislações pertinentes para o Estado de São Paulo referente à modalidade escolhida, especialmente no que tange a Lei nº 12.587/2012 e suas alterações.

4.6.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e art. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

4.7 Requisitos de metodologia de trabalho

4.7.1 As empresas participantes deverão fornecer toda a tecnologia necessária, tendo abrangência no Estado de São Paulo, conforme ditames previstos no Edital e seus anexos.

4.7.2 A solução de transporte deve estar disponível de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) horas por dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para atendimento à diversidade de horários de funcionamento das unidades do INSS e natureza de atividades realizadas pelas áreas.

4.7.3 O sistema deverá permitir a gestão centralizada da utilização dos serviços por sistema web, com ganhos de eficiência e eficácia operacional, permitindo controle de gastos e de solicitações, com controle de acesso e subdivisão de usuários cadastrados em grupos de representação dos setores das unidades, permitindo ainda o relatório das viagens realizadas, com informações distância, origem, destino, horários de solicitação, de início do atendimento e de encerramento da viagem, mapa da trajetória realizado.

4.8 Requisitos de qualificação técnica

4.8.1 A fim de garantir que os serviços sejam prestados conforme termos contratuais, a empresa deverá comprovar que já executou objeto compatível com o que está sendo licitado, em quantitativo não inferior a 25% do total de corridas previstas para o grupo ofertado no período de um ano ou menos, podendo ser aceito o somatório de atestados.

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. A dispensa da garantia se deve pela natureza dos serviços, onde não há dedicação exclusiva de mão de obra e, ainda, sua fatura mensal será composta exclusivamente de serviços prestados, concluídos e devidamente atestados. Assim, eventuais prejuízos causados pela prestação de serviços de forma ineficiente poderão ser ressarcidos por meio de desconto da Nota Fiscal /Fatura ou documento fiscal competente e legal.

Vistoria

4.11. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de execução do objeto**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO****Condições de Execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A execução dos serviços, será iniciada no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, devendo neste período ser executadas as seguintes atividades pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE:

a) adaptação da solução tecnológica que será disponibilizada para a execução dos serviços, considerada a aplicação web e aplicativo mobile, de forma que sejam atendidos todos os requisitos e funcionalidades especificadas;

b) elaboração de plano e realização de teste da operação dos serviços e elaboração de plano e realização de treinamento para os GESTORES CENTRAIS e servidores da UNIDADE CENTRAL, em conjunto com a CENTRAL, consideradas todas as funcionalidades especificadas neste TR, devendo o treinamento ocorrer em até 10 (dez) dias corridos a contar da solicitação do INSS;

c) elaboração dos planos de implantação e de treinamento dos USUÁRIOS das UNIDADES, em conjunto com a Superintendência Regional Sudeste I e com execução ao longo da vigência do contrato, que definirá cronograma para execução dos referidos planos.

5.1.2. O serviço deve ser executado observando-se as regras e condições estabelecidas neste Termo de Referência, de forma ininterrupta durante 24h (vinte e quatro horas) por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, com disponibilização pela CONTRATADA de solução tecnológica para a operação e a gestão em tempo real, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.

5.1.3 As solicitações de serviço devem ser realizadas pelo usuário, por meio de funcionalidades da aplicação web e do aplicativo mobile, conforme especificado neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar nº 04/2024, sendo observadas as seguintes condições:

a) disponibilização de veículo designado para atendimento no endereço de origem da solicitação no prazo máximo de 15min (quinze minutos), contados da data e hora da solicitação;

b) cancelamento da solicitação pelo usuário, sem ônus para a CONTRATANTE, dentro dos 5min (cinco minutos) iniciais após registro do chamado;

c) apuração do valor do atendimento iniciado somente a partir do embarque do usuário no veículo, encerrando-se quando da chegada ao endereço de destino;

d) proibição de cobrança de quaisquer taxas adicionais ao valor do serviço contratado, tais como, mas não limitado a: transporte de bagagem, retorno, quantidade de passageiros;

e) pagamento de eventual pedágio pelo motorista, com posterior inclusão do respectivo valor no valor do atendimento realizado, de forma discriminada no recibo da corrida.

5.1.4. Não serão admitidas alterações nos registros por parte da CONTRATADA das corridas realizadas e canceladas, salvo mediante requisição da CONTRATANTE.

5.1.5. Os atendimentos realizados poderão ser contestados pelos usuários solicitantes ou pelos gestores, por meio de funcionalidades da aplicação web ou do aplicativo mobile, e deverá ser gerado relatório de contestação.

5.1.5.1. Serão contestadas as corridas com erros nos seguintes registros:

- a) imagem geoprocessada do percurso do atendimento;
- b) data e hora da requisição, do aceite, do início, do encerramento e do cancelamento da corrida;
- c) coordenadas do início e do encerramento da corrida; ou
- d) qualquer outro erro que comprometa a fiscalização do serviço.

5.1.5.2. Para a hipótese de haver contestação do valor, prevalecerá o valor correspondente à menor quilometragem percorrida entre a origem e o destino, extraída do sítio eletrônico Google Maps ou, na sua indisponibilidade, outro que venha a ser convencionado entre as partes, a qual será multiplicada pelo valor unitário do quilômetro contratado.

5.1.6. A CONTRATADA deverá oferecer alternativa para que o sistema processe a informação do valor da corrida, para casos eventuais em que a internet não esteja ativa no local de destino, seja por falhas do próprio sistema, da operadora, sinal, satélite, mau tempo, ou qualquer outro motivo, ainda que em momento posterior à chegada no destino final.

5.1.7. As corridas poderão ser contestadas pelos USUÁRIOS somente até o envio do relatório para emissão da Fatura.

5.1.8. Os gestores e usuários devem ser notificados automaticamente por e-mail, por aplicativo mobile ou SMS das seguintes situações:

- a) quando cadastrados na solução tecnológica, com apresentação das instruções para cadastramento de senha de acesso à solução tecnológica;
- b) quando alterados os seus cadastros, inclusive senha de acesso à solução tecnológica;
- c) quando do encerramento do atendimento, com apresentação das seguintes informações: I - nome do usuário; II - data e hora da solicitação; III - endereços de origem e de destino; IV - nome do motorista designado para o atendimento (informação desejável); V - imagem geoprocessada final do percurso do veículo desde o início e até a finalização do atendimento, correspondente ao percurso real executado pelo veículo; VI - tempo e distância percorrida, calculados automaticamente considerando o percurso realizado desde o início até a finalização do atendimento, com uso da tecnologia Sistema de Posicionamento Global - GPS (Global Positioning System); e VII - valor do atendimento.

5.1.9. Os veículos indicados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações e equipamentos:

- a) idade máxima, conforme legislação vigente, para veículos a gasolina, álcool ou outro combustível fóssil ou, ainda, para veículos elétricos, híbridos ou outro combustível renovável não fóssil, contados da emissão do primeiro Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV;
- b) sistema de ar-condicionado; e
- c) mínimo de 4 (quatro) portas.

5.1.9.1. Caso a prestação do serviço seja realizada pela CONTRATADA por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, os veículos também devem atender às disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

5.1.10. Os motoristas designados pela CONTRATADA para atendimento das solicitações de serviço devem obedecer às disposições da Lei nº 9.503/1997, demais normas do CONTRAN e legislação municipal, no que couber, sendo a CONTRATADA responsável por zelar e exercer a fiscalização necessária à garantia do seu cumprimento, especialmente:

- a) atender aos clientes com presteza e polidez;
- b) trajar-se adequadamente para a função; e

c) manter o veículo em boas condições de segurança, funcionamento e higiene.

5.1.10.1. Caso a prestação do serviço seja realizada por meio de agenciamento de serviço de táxi ou de transporte individual remunerado, a CONTRATADA também é responsável por zelar pela e exercer a fiscalização necessária à garantia do cumprimento pelos motoristas das disposições legais e normativas que regulam tais serviços na sua respectiva região.

5.1.11. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda a execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.12. A fiscalização do serviço e análise do log de eventos se dará mediante acesso da CONTRATANTE aos dados da execução do contrato.

5.1.12.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso, a qualquer tempo, a todos os dados da execução do serviço referentes ao contrato com atualização diária.

5.1.12.2. O acesso tratado neste item se dará por intermédio de soluções de webservice ou via Interface de Programação de Aplicação - API (Applicaon Programming Interface) de dados a ser convencionado pelas partes.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. Durante o aprofundamento dos estudos realizados pela equipe de planejamento da contratação, apurou-se uma quilometragem média por viagem e número de viagens por mês, respectivamente de:

MÉDIA DE DISTÂNCIA PERCORRIDA POR CHAMADO				
Item	UNIDADE	Distância (km)	Qtd.	Média (km)
1	SRSE-I	3.165	83	38
2	SÃO PAULO	3.768	294	13
4	OSASCO	1.785	78	23
3	GUARULHOS	3.526	101	35
5	ABCD	2.400	40	60
6	CAMPINAS	3.000	50	60
8	VALE DO PARAÍBA	5.624	62	91
9	JUNDIAI	3.480	40	87
7	SANTOS	2.400	40	60
13	SOROCABA	2.864	50	57
12	MARILIA	2.009	20	100
11	BAURU	3.120	52	60
14	PRESIDENTE PRUDENTE	2.400	40	60
10	ARAÇATUBA	3.000	29	103
16	PIRACICABA	6.375	106	60
15	ARARAQUARA	2.400	40	60
17	RIBEIRAO PRETO	2.400	40	60
19	S. J. DO RIO PRETO	2.400	40	60
18	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2.400	40	60

5.2.2. Assim, a demanda, os valores mensal e global estimados para cada item estão indicados na planilha abaixo:

ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE										
GRUPO	ITEM	UNIDADE	Estimativa mensal (com previsão de aumento de 25%)					TOTAL (A*D)+(B*C)+E	TOTAL 12 meses	TOTAL 30 meses
			Distância (km) "A"	Qt.d. "B"	Valor de Partida "C"	Valor/km "D"	Pedágio "E"			
1	1	SRSE-I	3.165	83	R\$ 6,00	R\$ 4,25	R\$ 749,93	R\$ 14.699,18	R\$ 176.390,16	R\$ 440.975,40
	2	SÃO PAULO	3.768	294	R\$ 6,00	R\$ 4,25	R\$ 955,72	R\$ 18.733,72	R\$ 224.804,64	R\$ 562.011,60
	3	OSASCO	1.785	78	R\$ 5,30	R\$ 4,00	R\$ 406,00	R\$ 7.959,40	R\$ 95.512,80	R\$ 238.782,00
	4	GUARULHOS	3.526	101	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 787,76	R\$ 15.447,26	R\$ 185.367,12	R\$ 463.417,80
	Total G1							R\$ 56.839,56	R\$ 682.074,72	R\$ 1.705.186,80
2	5	ABCD	2.400	40	R\$ 5,50	R\$ 3,92	R\$ 517,51	R\$ 10.145,51	R\$ 121.746,12	R\$ 304.365,30
	6	CAMPINAS	3.000	50	R\$ 4,85	R\$ 3,48	R\$ 574,18	R\$ 11.256,68	R\$ 135.080,16	R\$ 337.700,40
	7	VALE DO PARAIBA	5.624	62	R\$ 5,50	R\$ 4,80	R\$ 1.469,40	R\$ 28.805,60	R\$ 345.667,20	R\$ 864.168,00
	8	JUNDIAÍ	3.480	40	R\$ 3,50	R\$ 3,50	R\$ 662,20	R\$ 12.982,20	R\$ 155.786,40	R\$ 389.466,00
	9	SANTOS	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 2,70	R\$ 359,05	R\$ 7.039,05	R\$ 84.468,60	R\$ 211.171,50
Total G2							R\$ 70.229,04	R\$ 842.748,48	R\$ 2.106.871,20	
3	10	SOROCABA	2.864	50	R\$ 5,10	R\$ 5,10	R\$ 798,62	R\$ 15.660,02	R\$ 187.920,24	R\$ 469.800,60
	11	MARÍLIA	2.009	20	R\$ 6,50	R\$ 4,50	R\$ 493,08	R\$ 9.663,58	R\$ 115.962,96	R\$ 289.907,40
	12	BAURU	3.120	52	R\$ 5,00	R\$ 3,50	R\$ 600,93	R\$ 11.780,93	R\$ 141.371,16	R\$ 353.427,90
	13	PRESIDENTE PRUDENTE	2.400	40	R\$ 6,49	R\$ 3,28	R\$ 437,07	R\$ 8.568,67	R\$ 102.824,04	R\$ 257.060,10
	14	ARAÇATUBA	3.000	29	R\$ 5,89	R\$ 4,39	R\$ 717,07	R\$ 14.057,88	R\$ 168.694,56	R\$ 421.736,40
Total G3							R\$ 59.731,08	R\$ 716.772,96	R\$ 1.791.932,40	
4	15	PIRACICABA	6.375	106	R\$ 5,80	R\$ 3,35	R\$ 1.180,94	R\$ 23.151,99	R\$ 277.823,88	R\$ 694.559,70
	16	ARARAQUARA	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 3,80	R\$ 500,95	R\$ 9.820,95	R\$ 117.851,40	R\$ 294.628,50
	17	RIBEIRÃO PRETO	2.400	40	R\$ 5,00	R\$ 3,15	R\$ 417,10	R\$ 8.177,10	R\$ 98.125,20	R\$ 245.313,00
	18	SÃO JOSÉ PRETO DO RIO PRETO	2.400	40	R\$ 5,40	R\$ 4,10	R\$ 540,51	R\$ 10.596,51	R\$ 127.158,12	R\$ 317.895,30
	19	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2.400	40	R\$ 5,50	R\$ 4,00	R\$ 527,83	R\$ 10.347,83	R\$ 124.173,96	R\$ 310.434,90
Total G4							R\$ 62.094,38	R\$ 745.132,56	R\$ 1.862.831,40	
TOTAL GERAL			58.516	1.245				R\$ 248.894,06	R\$ 2.986.728,72	R\$ 7.466.821,80

5.2.3 O cálculo do valor unitário estimado por quilômetro rodado foi obtido de acordo com a legislação municipal para os valores de "táxi", haja vista serem valores efetivamente praticados no mercado para serviços semelhantes ao da contratação ensejada, com idênticos insumos e custos, e considerarem as particularidades de cada municipalidade, porém não sendo a única modalidade que poderá participar do certame licitatório.

5.2.3.1 Durante a fase de lances, na formulação das propostas, os licitantes deverão manter INALTERADOS os valores estimados de PEDÁGIOS, pela Administração, contidos na coluna "E", do item 5.2.2 do TR.

5.2.4. O valor por quilômetro rodado não sofrerá alteração pelo horário da corrida, devendo todos os custos da empresa CONTRATADA e inerentes a viagem, estarem previstos no valor do quilômetro rodado. A CONTRATANTE não pagará tarifa maior por variação de demanda que por ventura ocorra na plataforma disponibilizada.

5.2.4.1 As tabelas acima são meramente estimativas, sendo que os valores devidos à Contratada referem-se aos deslocamentos efetivamente realizados, e seguirão a seguinte fórmula de cálculo:

Vc = C + (D*A) + E

onde:

Vc : valor da corrida

A : quantidade de km utilizados

C : valor de partida

D : valor por km

E : pedágio

5.2.5 As solicitações de corridas serão realizadas por demanda dos USUÁRIOS, ressaltando que a sua quantidade não pode ser precisamente determinada em razão da imprevisibilidade de sua necessidade.

5.2.6. Quando uma viagem se iniciar em cidade que não possua unidade do INSS e, consequentemente, não tenha preço cadastrado na proposta encaminhada durante a fase de Pregão, a CONTRATADA deverá utilizar os valores previstos da Gerência Executiva a qual o usuário estiver vinculado.

5.2.7. A empresa CONTRATADA deverá garantir a prestação de serviço em todo o Estado de São Paulo, independente do item que ela seja vencedora, tendo em vista que algumas corridas poderão iniciar na sua área de atuação contratual e terminar em área abrangida por outro polo ou poderão iniciar em área diversa do seu polo e terminar na área prevista no edital para o item.

5.2.7.1 Nos casos previstos no item anterior, para as viagens que se iniciarem fora da área de abrangência do polo da CONTRATADA, deverá ser utilizado os valores previstos da Gerência Executiva a qual o usuário estiver vinculado.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.15. Nas Unidades Descentralizadas e setores vinculados à Superintendência Sudeste I, a fiscalização técnica ficará a cargo dos fiscais setoriais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 24](#)).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação do serviço.

7.3. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, conforme definido no IMR, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; ou
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (**cinco**) dias corridos, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.40. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.40.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.41. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.43. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a

possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **MUNICIPAL** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo 10% do valor total estimado da contratação**.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.27. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; e que detém, ou, de que reúne condições de apresentar, por ocasião da assinatura do contrato, todas as licenças, alvarás, autorizações ou que está credenciada para operar na respectiva modalidade de transporte de passageiros, nos termos da legislação vigente.

8.29. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Apresentação de atestado/certificado ou declaração emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução satisfatória de serviços de transporte terrestre de passageiros, com solução tecnológica para operação e gestão, em quantitativo não inferior a 25% do total de corridas previstas para o grupo ofertado no período de um ano ou menos, conforme tabela abaixo:

GRUPO	QTD. ANUAL PREVISTA	QUANTIDADE A SER COMPROVADA
1	556	139
2	232	58
3	191	48
4	266	67

b) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

d) Quando a licitante tiver formulado proposta para mais de um Grupo, o atestado apresentado para um, não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.466.821,80

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.466.821,80** (sete milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e vinte e um reais e oitenta centavos) para o período de 30 meses.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 510178 (Unidade Gestora) / 57202 (Gestão) / 33201 (Unidade Orçamentária)

II) Fonte de Recursos: 1049000235;

III) Programa de Trabalho: 09122003221FT0001 - Programa de Trabalho Resumido PTRES : 236449;

IV) Elemento de Despesa: 33903309 - TRANSPORTE DE SERVIDORES;

V) Plano Interno: TAXIGOV;

10.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Reajuste

11.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/05/2024.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, observadas as disposições legais que regulam o assunto, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054/1994):

$$R = V (I - I^o) / I^o,$$

onde: R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GABRIELA RIBEIRO BAGAILO ERNANDES

Analista do Seguro Social



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 13:55:53.

LEONARDO PESSOA

Analista do Seguro Social



Assinou eletronicamente em 16/05/2024 às 13:48:47.

RODRIGO CAETANO DE PAULA

Técnico do Seguro Social



Assinou eletronicamente em 17/05/2024 às 14:45:09.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - IMR.pdf (93.04 KB)

Anexo I - IMR.pdf

ANEXO I

1. O IMR será aplicado por cada CONTRATANTE, podendo-se optar por faturamento dos serviços prestados por unidade administrativa.
2. A cada Nota Fiscal/Fatura ou documento fiscal competente e legal para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizada do IMR.
3. O valor devido a título de pagamento mensal à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.
4. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

Item 1 - Tempo de Disponibilização do Serviço	
Finalidade	Garantir o atendimento do serviço no tempo previsto
Meta a cumprir	94% (noventa e quatro por cento) dos atendimentos com o veículo disponibilizado no endereço de origem em até 15 (quinze) minutos após a solicitação do serviço.
Instrumento de medição	Registros das datas e horas da solicitação de serviço e da chegada do veículo ao endereço de origem
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de atendimentos que tiveram atraso na disponibilização do veículo no endereço de origem.</p> <p>Os cálculos terão como referência os atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de atendimentos atrasados</p> $X = (\text{atendimentos atrasados} / \text{total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 6% de atendimentos atrasados – 100%</p> <p>Acima de 6% e até 7% de atendimentos atrasados – 99,43%</p> <p>Acima de 7% e até 8% de atendimentos atrasados – 98,94%</p> <p>Acima de 8% e até 9% de atendimentos atrasados – 98,07%</p> <p>Acima de 9% de atendimentos atrasados – 96,71%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade.</p>
Observações	<p>Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.</p> <p>A incidência de solicitações realizadas com atraso acima de 10% (dez por cento) caracterizará inexecução contratual parcial e sujeitará a contratada às sanções previstas na lei, aplicadas após regular processo administrativo, onde seja garantido o contraditório e a ampla defesa</p>

Item 2 - Atendimento da solicitação de serviço

Finalidade	Atendimento de todas as solicitações de serviço.
Meta a cumprir	99% (noventa e nove) das solicitações de serviço realizadas.
Instrumento de medição	Solicitação de serviço cancelada pelo usuário solicitante sem a chegada do veículo no endereço de origem, se transcorrido mais de 15 (quinze) minutos desde data e hora da solicitação de serviço.
Forma de acompanhamento	Pelo sistema e relatórios disponibilizados pela CONTRATADA.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	<p>Será calculada a porcentagem de solicitações de atendimentos que foram canceladas após transcorridos mais de 15 (quinze) minutos da hora da solicitação do serviço</p> <p>Os cálculos terão como referência as solicitações de atendimentos no âmbito de cada órgão/entidade.</p> <p>Parâmetro: % de solicitações de atendimentos canceladas</p> $X = (\text{solicitações de atendimentos canceladas} / \text{Total de atendimentos no mês}) * 100\%$
Início da Vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Até 1% de solicitações de atendimentos canceladas – 100%</p> <p>Acima de 1% e até 1,5% de solicitações de atendimentos canceladas – 99,43%</p> <p>Acima de 1,5% e até 2% de solicitações de atendimentos canceladas - 99,21%</p> <p>Acima de 2% e até 2,5% de solicitações de atendimentos canceladas - 98,94%</p> <p>Acima de 2,5% e até 3% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,62%</p> <p>Acima de 3% e até 4% de solicitações de atendimentos canceladas – 98,07%</p> <p>Acima de 4% e até 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 97,34%</p> <p>Acima de 5% de solicitações de atendimentos canceladas – 96,57%</p> <p>Aplicáveis ao valor mensal da fatura por órgão/entidade.</p>
Observações	Em todos os cálculos, deverá ser sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

**Anexo V - Anexo III- Minuta de Termo de Contrato n
04-2024 (17387631).pdf**

Contrato 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	510178-SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUDESTE I	DIOGO BALDINI DIAS	23/08/2024 16:17 (v 0.21)
Status	RASCUNHO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		35014.364759 /2023-48

PREÂMBULO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

(Processo Administrativo nº 35014.364759/2023-48)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, do INSS em São Paulo/SP por intermédio do(a) Superintendência Regional Sudeste I, com sede no(a) Viaduto Santa Ifigênia, nº 266 - Centro - CEP 01.033-907, na cidade de São Paulo /Estado de SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 29.979.036/1160-17, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no *DOU* de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92,

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 O Termo de Referência;
- 1.3.2 O Edital da Licitação;
- 1.3.3 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROG

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado [A5] , atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92,

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/05/2024.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATA

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1 A Administração terá o prazo de *1 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *1 (um) mês*.

8.12 *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade

perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.23 *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.24 *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.24.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa**:

(1) Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 % (trinta por cento)

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5 % a 30 % do valor do Contrato .

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5 % a 30 % do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1 % a 30 % do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 10 % do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5 % a 10 % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia [\(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

12.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO C

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL [\(art. 92, XIX\)](#)

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Indenizações e multas.

13.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMEN

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92,)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.